

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Educação

Carlos Roberto Horta

**MUTIRÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA:  
Forjando novas relações entre o saber e o poder**

V. 1

Belo Horizonte  
2016

Carlos Roberto Horta

**MUTIRÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA:  
Forjando novas relações entre o saber e o poder**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em  
Educação da Universidade Federal de Minas Gerais,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutor em Educação

Orientadora: Professora Dra. Daisy Moreira Cunha

Co-orientadora: Professora Dra. Cândida da Costa

V. 1

Belo Horizonte  
2016

Carlos Roberto Horta

**MUTIRÃO, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA:  
Forjando novas relações entre o saber e o poder**

Tese apresentada a Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais, como  
requisito parcial para obtenção do título de Doutor  
em Educação.

---

Profa. Dra. Daisy Moreira Cunha – UFMG (Orientador)

---

Profa. Dra. Cândida da Costa – UFMA

---

Prof. Dr. Geraldo Márcio Alves dos Santos – UFV

---

Prof. Dr. Rogério Cunha de Campos – UFMG

---

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves – PUC MINAS

---

Profa. Dra. Leila Maria da Silva Blass – PUC SÃO PAULO

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2016

*À memória de*

*Idalísio Soares Aranha Filho, colega no Colégio Estadual Central em Belo Horizonte,  
estudante da UFMG, guerrilheiro do Araguaia, herói do povo brasileiro.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao pensar em agradecimentos, a primeira certeza é de que será impossível eu me lembrar de todos os que, em diferentes momentos e para diversas etapas e diversos detalhes deste trabalho me concederam um pouco de seu tempo, seja para me trazer sugestões, para fornecer informações ou para dizer uma palavra de confiança e incentivo. O fato é que este trabalho não teria sido realizado sem o apoio e a participação de diversas pessoas e vou mencionar apenas algumas delas, mas sou grato a todas.

Meu primeiro reconhecimento é dirigido aos trabalhadores educadores, militantes de uma luta que honra uma geração, companheiros que me acolheram e com os quais foi possível aprender tanto, que posso dizer que esse aprendizado influenciou decisivamente a minha trajetória, ao longo de mais de vinte anos. Com eles aprendi o quanto é importante associar a formação profissional com a formação política e isto marcou a maioria dos projetos que coordenei, nas atividades do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG. Eles estão citados no trabalho, e também estão citados os moradores do Jardim Teresópolis, homens e mulheres que gentilmente nos concederam as entrevistas, pelas quais agradeço. Agradeço ainda aos ex-alunos do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, que me concederam entrevistas sobre a experiência que viveram na condição de participantes de uma experiência educacional que marcou tanto as suas vidas.

Sei que não tenho como encontrar palavras para agradecer à minha orientadora, Professora Daisy Moreira Cunha, por aceitar o convite de assumir a minha orientação. Além disso, pela paciência, pela habilidade e lucidez com que me levou a abrir mão de instrumentos conceituais ou de autores que ficavam impregnados na minha leitura militante, desde os tempos da ditadura. A competência, a clareza, a criatividade no diálogo, que fazem parte da comunicação e do jeito de ser da Professora Daisy confirmaram para mim, desde cedo, o acerto de minha escolha ao pedir que ela me orientasse nesse doutorado tardio.

Não é fácil também, encontrar palavras suficientes para expressar o quanto sou grato à Professora Cândida da Costa, da Universidade Federal do Maranhão. Companheira de trabalho em diversos projetos e seminários, Cândida, que conheci quando éramos da Coordenação Nacional da Rede Untrabalho, mostrou-se, sempre, uma competentíssima parceira na execução de projetos, dinâmica, militante e produtiva. A ela devo agradecer pelas palavras de estímulo para que eu retomasse o doutorado, que eu levasse a termo o trabalho. Porém, mais do que isso, agradeço pela dedicação confiante de uma co-orientadora cuidadosa,

preocupada em que eu cumprisse os prazos, rigorosa na leitura dos textos e nas recomendações.

Quero agradecer a Professora Magda Neves e ao Prof. Michel Le ven, companheiros de décadas de trabalho e companheiros na construção do NESTH, que fizeram parte da minha formação. A eles agradeço pelas conversas e sugestões, e por tudo o que aprendi com eles sobre o mundo do trabalho. Muito do que trabalhávamos juntos, desde o final dos anos setenta, época da criação do NESTH, está na origem deste trabalho e da maioria dos outros, de pesquisa e de extensão, que desenvolvi na minha vida profissional.

Entre as pessoas que fizeram parte de minha formação, devo mencionar, com destaque, aquela que me trouxe a sugestão do tema deste trabalho, por me conhecer bem e por saber o quanto eu me identificava com a questão. Valéria, companheira na vida, desde aquele ano mágico de 1968, hoje avó de meus netos. Acompanhou grande parte deste trabalho, leu os textos, deu sugestões e apoio emocional desde sempre.

Quero também expressar meu agradecimento ao Professor Rogério Cunha Campos, de quem tive o prazer de ser aluno. Agradeço a ele por ter sido parecerista do meu projeto e por aceitar o convite de participar da banca. Agradeço à professora Leila Blass pela gentileza em vir participar da banca e ao Professor Wellington de Oliveira, amigo de tantos anos, que sempre me incentivou a concluir este trabalho. Agradeço também a Professora Antônia Vitória Soares Aranha, por aceitar o convite de participar da banca. Quero também expressar meu agradecimento ao Prof. Geraldo Márcio dos Santos, de quem tenho o orgulho de ter sido professor num curso de especialização há muitos anos e que tenho a certeza de que mais me ensinou do que eu a ele.

Quero registrar aqui meu agradecimento ao Departamento de Ciência Política, da FAFICH/UFGM, onde sou professor desde 1978, que me liberou das aulas para que eu concluísse este curso de doutorado. Sou grato a todos os colegas que me deram palavras de incentivo. Quero mencionar minha gratidão profunda à Professora Vera Alice Cardoso Silva, companheira de dez anos de trabalho no NESTH, sempre com palavras de estímulo e esclarecimento. Referência de dedicação à vida acadêmica unanimemente reconhecida, Vera Alice nunca nos deixava errar. Serei sempre grato a ela, pela leitura cuidadosa e paciente dos meus textos e projetos. Ainda no Departamento de Ciência Política, registro meu permanente agradecimento a Marlene Maciel, amiga que sempre me estimulou a concluir essa tese e, inclusive, transcreveu a maioria das entrevistas, ainda na década de noventa.

Devo um agradecimento também à CAPES/PICD, com relação ao apoio que recebi durante o doutorado em História Social do Trabalho, que cursei na UNICAMP entre 1986 e

1989. Naqueles anos, iniciei a pesquisa e completei os créditos, em disciplinas ministradas por professores que ficaram inesquecíveis pela competência e pelo interesse com que leram meu projeto e meus primeiros textos sobre o tema, base desta tese que consegui concluir agora. Guardei seus comentários anotados e ainda me lembro das sugestões de Marilena Chauí, Marco Aurélio Garcia, Maria Stella Bresciani e Michael Hall (que foi meu orientador na época). Agradeço tardiamente a todos eles. Ainda naquele doutorado da Unicamp, cursei disciplinas com o Professor David Montgomery, de Yale, que lá estava na condição de professor visitante e que veio a Belo Horizonte, pelo interesse que teve em visitar comigo uma das escolas-operárias que eu pesquisava. A experiência no doutorado da Unicamp me trouxe também ótimas conversas com colegas, entre os quais me lembro de Miriam Bahia, da Universidade Federal de Ouro Preto, e Carlos Augusto Addor, da Universidade Federal Fluminense, companheiro das viagens de ônibus no trajeto São Paulo-Campinas. A eles também dirijo meu agradecimento.

Meu cotidiano de trabalho no NESTH conta, há mais de dez anos, com a participação de Flávia Assis Alves. A ela, devo meu agradecimento por ter, praticamente, assumido o trabalho de fazer andarem os projetos do núcleo nestes últimos tempos. Agradeço também por ela ter ajudado a organizar e montar o volume de anexos da tese, lido grande parte do texto e, ao longo de vários anos trocado ideias comigo sobre o tema, que é pertinente com as atividades dos projetos que executamos.

Agradeço ainda ao amigo Teodorico Coelho, o Téo, e ao Sérgio Diniz, que percorreram comigo os bairros, na época das entrevistas. Finalmente, agradeço à Helenice, a mais recente colaboradora, pela simpatia e pela paciência com que fez a normalização do trabalho. Muito obrigado.

Tenho a absoluta certeza de que me esqueci de agradecer a um monte de gente. Mas a vida é assim mesmo. E esquecimento é anistia.

## RESUMO

Este trabalho focaliza práticas de formação profissional e de formação política organizadas e dirigidas por trabalhadores e militantes que se juntavam a eles, em uma trajetória de solidariedade e resistência no chão de fábrica e com uma história conhecida no meio operário. O tema é a construção histórica de sujeitos políticos, através do trabalho e da educação que se faz na relação com o trabalho. A classe trabalhadora acontece no cotidiano e se constroi no processo de resistência ao poder da fábrica, viabilizando as lutas a partir do conhecimento. A resistência acompanha o aperfeiçoamento das formas de exploração do trabalhador com o surgimento de novas formas de luta no interior da fábrica. O período é o da retomada dos movimentos sociais, do desgaste da ditadura militar, com as mobilizações e as greves operárias, em que se fortaleceu a oposição sindical. O grupo Mutirão passou a organizar o acolhimento aos que haviam sido demitidos nas greves, manifestando seu projeto de construir a oficina-escola a fim de dar a eles emprego e avançar para o fortalecimento da oposição sindical. A experiência operária avança com a tentativa de transformar pela educação a cultura e o grupo se articula com os movimentos comunitários e com a igreja católica progressista, no objetivo de fazer avançar a luta popular. Parte da experiência é desenvolvida na preparação e no desencadeamento das greves de 1978 e 1979, que propiciaram aos trabalhadores a sua visibilidade na imprensa, na política e funcionaram como educação para os moradores dos bairros operários da região, fazendo avançar o seu papel na consolidação da cidadania. A experiência adquirida nas lutas no interior das fábricas é extremamente importante, para esta perspectiva, por ter significado um processo permanente de educação do educador e de vivência nas práticas da solidariedade. O processo de construção de uma escola de educação operária, suas relações com os moradores do bairro, a relação com o sindicalismo italiano também fazem parte do escopo deste trabalho. O que chama a atenção em todas essas narrativas é que a educação perpassa a fábrica, o bairro, o sindicato, bem como as greves, atividades culturais, religiosas e políticas e, neste caso, culmina na institucionalização de uma escola do trabalho para trabalhadores, processo prenhe de tensões político-pedagógicas. Nesse processo os setores da classe trabalhadora se formam, entre as situações de trabalho e as demais relações que eles vivem no seu cotidiano de vida comunitária. Todas essas narrativas desvelam o constante vir a ser da consciência e da identidade de classe.



## **ABSTRACT**

This work focuses on practices of professional and political training organized and directed by workers and militants that joined them, in a path of solidarity and resistance on the shop floor and with a known history in the worker's environment. The theme is the historical construction of political subjects, through work and education, which takes place in the relationship with work. The working class happens in the daily life and builds itself in the process of resistance to the power of the factory, allowing for the struggles from knowledge. The resistance follows the perfecting of the means for exploiting the workers with the surfacing of new forms of struggle within the factory.

This is the period of the reignition of social movements, of the wearing out of the military dictatorship, with the worker's strikes and mobilizations in which the union opposition grew stronger. The Mutirão (Task Force) group began to organize the safe havens to those that had been dismissed at the strikes, stating its project of building school-workshops so as to provide employment to them and go on to strengthening the union opposition. The workers' experience advances with the attempt to transform through education the culture and the group articulates itself with the community movements and with the Progressive Catholic Church, with the intent of advancing the popular struggle.

Part of the experiment is developed in the preparation and triggering of the strikes of 1978 and 1979, which allowed the workers to have their visibility in the media and in politics and worked as an education for the inhabitants of neighborhoods, workers of the region, advancing their role in consolidating citizenship. The experience acquired in the struggles within the factories is extremely important, for this perspective, as it meant a permanent process of educating the educators and experiencing solidarity practices.

The process for building a school with workers' education, its relations with the neighborhood inhabitants, the relationship with Italian unionism are also part of the scope of this work.

What is surprising about all of these narratives is that the education goes through the factory, the neighborhood and the union as well as strikes, cultural, religious and political activities and, in this case, it culminates in the institutionalizing of a labor school for workers, a process filled with political-pedagogical tensions. In this process, the sectors of the working class form, among the working situations and the other relations they experience in their community day-to-day life. All of these narratives show the constant becoming of class consciousness and identity.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABO	Associação Beneficente Operária
ACO	Ação Católica Operária
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMORJ	Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical
AP	Ação Popular
APJ	Aprender Produzir Juntos
APML	Ação Popular Marxista-Leninista
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APPMG	Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais
AST	Ação Social Técnica Escola de Produção Tio Beijo
BDIC	Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine
CADTS	Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico-Social
CAT	Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador
CATT	Centro de Atividades Técnicas do Trabalhador
CDI	Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CERIS	Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais
CET	Centro de Estudos do Trabalho
CGG	Comissão Geral de Greve
CIDE	Comissão Interna de Empresa
CIMEC	Construções Industriais e Mecânicas
CIS	Comissão Intersindical
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNM	Confederação Nacional dos Metalúrgicos
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COPRE	Centro Operário Profissionalizante Recreativo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTC	Centro de Trabalho e Cultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI- CODI	Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna
DVS	Delegacia de Vigilância Social (antigo DOPS)
FAE	Faculdade de Educação
FAFICH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GEFASI	Grupo de Estudo, Formação e Assessoria Sindical
GETEC	Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRT	Instituto de Relações de Trabalho
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LOC	Liga Operária Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro

MIA	Movimento Intersindical Anti-Arrocho
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de outubro
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PC	Partido Comunista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PO	Pastoral Operária
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC MINAS	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REGAP	Refinaria Gabriel Passos
SBE	Sociedade Brasileira de Eletrificação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Nacional da Indústria
SNI	Serviço Nacional de Informações
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
VAR-PALMARES	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO - TRABALHADORES E EDUCADORES .....</b>	<b>13</b>
1.1 Trabalho, Saber e Poder .....	13
1.2 Sobre A Metodologia Utilizada .....	19
1.3 Transição para a Discussão Propriamente dos Métodos .....	25
1.4 A pesquisa.....	27
 <b>2 CLASSE TRABALHADORA, SABER E PODER .....</b>	 <b>36</b>
2.1 Classe e Formação .....	36
2.2 As Lutas e o saber na produção da política .....	42
2.3 Sujeito político, Trabalho e Luta .....	49
2.4 A Construção do Saber das Classes Trabalhadoras .....	53
 <b>3 A CLASSE TRABALHADORA E AS LUTAS CONTRA O AUTORITARISMO.....</b>	 <b>57</b>
3.1 Antecedentes: a região de Betim, a industrialização e a formação da classe trabalhadora local.....	57
3.2 O Desgaste do Autoritarismo e a Contextualização da Retomada das Greves.....	61
3.3 Os Espaços de Mobilização e os Movimentos com a Igreja .....	65
3.4 A Esquerda Dispersa e a Matriz Discursiva Marxista-Gramsciana.....	72
3.5 O Boi não Sabe a Força que Ele Tem .....	92
3.6 Osasco: Construindo Militantes na Luta .....	101
3.7 Contagem, Outubro de 1968: a Greve e o Avanço do Autoritarismo.....	104
3.8 A Greve de outubro de 1968: Considerações sobre a Aliança Operários/Estudantes e o papel das Organizações de Esquerda.....	106
3.9 Das Fábricas Para as Ruas, Para Todo Mundo Ver .....	120
3.10 As Greves de 1978/1979 e os Trabalhadores da Região Metropolitana de Belo Horizonte .....	127
 <b>4 A MILITÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA DE VIDA e o TRABALHADOR EDUCADOR .....</b>	 <b>135</b>
4.1 Antecedentes da formação do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador .....	135
4.2 O Grupo Mutirão .....	136
4.3 O Mutirão: organizar para fazer política .....	141
4.4 Classe Trabalhadora e Associativismo .....	145
4.5 A Formação do Grupo na Solidariedade, na Cultura e na Política .....	160
4.6 O Mutirão e a Pastoral Operária na Luta para Reconquistar o Sindicato.....	181
 <b>5 AS GREVES, A SOLIDARIEDADE, A EDUCAÇÃO: A PRÁTICA DOS MILITANTES DA FORMAÇÃO OPERÁRIA.....</b>	 <b>198</b>
 <b>6 O CAT E SUA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO OPERÁRIA .....</b>	 <b>232</b>
6.1 Um Lugar Para Viver Numa Área Industrial .....	233
6.2 O Bairro na Fala dos Moradores .....	235
6.3 Organização e Mobilização.....	240
6.4 O Projeto Oficina-Escola .....	242
6.5 Criação do CAT .....	259
6.6 Escola Profissional ou Formação Sindical.....	266
6.7 Identidade do CAT .....	271
6.8 O Estatuto da Oficina.....	278

<b>6.9 As Falas dos Instrutores e o Princípio Educativo do Trabalho.....</b>	<b>279</b>
<b>6.10 A Visão dos educandos .....</b>	<b>287</b>
<b>6.11 A Questão das Relações com o Bairro .....</b>	<b>289</b>
<b>6.12 Formas de Institucionalização .....</b>	<b>290</b>
<b>6.13 O Conhecimento dos Moradores do Bairro Sobre o CAT.....</b>	<b>290</b>
<b>6.14 Avaliação .....</b>	<b>293</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>295</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>303</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>318</b>
<b>ANEXOS – v. 2 .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

# 1 INTRODUÇÃO - TRABALHADORES E EDUCADORES

## 1.1 Trabalho, Saber e Poder

Em uma interessante narrativa sobre mitologia grega, Calasso trabalha o rapto da princesa Europa, na costa de Sidon, Fenícia, por Zeus transmutado em touro:

Na praia de Sidon, um touro tentava imitar gorjeios amorosos. Era Zeus. Foi sacudido por um arrepio, igual a quando os moscardos o picavam. Mas, desta vez era um arrepio suave. Eros fazia Europa, donzela, montar em sua garupa. Depois, o branco animal lançou-se n'água, e seu corpo imponente emergia o suficiente para que a jovem não se molhasse. Foram vistos por muitos. Tritão, com seu búzio sonoro, respondeu ao canto nupcial. (CALASSO, 1991, p. 7).

O estudioso volta ao evento por diversas vezes, cada uma delas precedida da interrogação: “e como é que tudo começara?” Em cada resposta, as diferentes visões vão se sucedendo, por vezes acompanhadas de explicações. Em todas elas, o rapto de Europa acontece. As visões vão passando pela narrativa que descreve:

[...] um grupo de moças brincava ao longo de um rio, colhendo flores [...] De repente, viram-se cercadas por um bando de touros. Entre eles, um de brancura ofuscante, com pequenos chifres, que pareciam gemas luminosas. Sua expressão ignora qualquer ameaça. Tanto que Europa, tímida a princípio, encosta suas flores naquele cândido focinho. [...] A princesa se arrisca a montar em sua garupa, à maneira das amazonas. [...] Com falsa indecisão, o touro se aproxima da água. Agora é tarde: o branco animal cavalga as ondas, Europa na garupa. Ela olha para trás: com a mão direita, agarra um chifre, com a outra se apóia na fera. (CALASSO, 1991, p. 8).

Outra resposta a como é que tudo começara vai dizer:

Na foz do rio, por entre as roseiras e o quebrar das ondas, Europa passeava com seu cesto de ouro. No prado, apareceu um touro de clara pelagem, com um círculo branco na testa. Dele emanava um perfume que cobria o das flores. [...] O touro ajoelhou-se à sua frente, oferecendo-lhe a garupa. E, mal ela se firmou, arrancou rumo ao mar. Europa, aterrorizada, olhava para a praia, chamava as amigas [...] Depois, já em meio às ondas, com uma das mãos se agarrava ao grande chifre e com a outra mantinha a borda da túnica apertada contra o peito. (CALASSO, 1991, p. 8-9).

Finalmente, em outra resposta a “como é que tudo começara”, Calasso lembra que

[...] se alguém quiser história, é uma história de discórdia. E a discórdia nasce do rapto de uma donzela ou do sacrifício de uma donzela. [...] Tendo chegado na Argólida, os comerciantes fenícios passaram cinco ou seis dias vendendo suas mercadorias, que haviam trazido do Mar Vermelho, do Egito e da Assíria. [...] Os últimos produtos ainda estavam por vender, quando chegou um grupo de mulheres, entre elas, Io, a filha do rei. Continuavam a discutir e a comprar. De repente, os marinheiros comerciantes lançaram-se sobre elas. Algumas conseguiram fugir. Io e outras foram raptadas. A esse rapto, responderam depois os cretenses ao raptar na Fenícia a filha do rei, Europa. (CALASSO, 1991, p. 10).

As muitas narrativas, certamente, podem contribuir para a montagem mais completa da explicação dos fenômenos observados, isto é, vistos de diversos pontos de observação.

Polifonia da memória, visões e interpretações que constroem e reconstróem a história sempre a se fazer, sem marcações rígidas de inícios e fins.

Ao lado da variedade de olhares, cabe aqui o lugar da memória política. Esta seria a janela de onde se vê a discórdia. Na visão de BOSI, a memória política é aquela em que os juízos de valor intervêm com mais insistência: “o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a.” (BOSI, 1987, p. 371).

Este trabalho resulta de uma *pesquisa histórica de práticas educativas desenvolvidas por grupos de trabalhadores e militantes da luta operária*. Uma pesquisa que procurou registrar um processo dentro de um determinado segmento de tempo e que acompanhou uma parte dele, enquanto o mesmo ainda acontecia. Foram ouvidas diretamente pessoas que desempenharam etapas decisivas do processo, interessadas em serem ouvidas e interessadas em que a sua experiência fosse registrada.

Trata-se da observação e do registro da memória de práticas educativas e de organização de trabalhadores no espaço da fábrica, a maior parte do período em um momento em que Brasil ainda vivia sob o Regime Militar de 1964, estendendo-se até os primeiros anos da retomada da democracia. Essas práticas educativas não se limitaram ao interior das fábricas, mas estenderam-se ao espaço dos bairros, numa fase da história em que a sociedade brasileira vivia sob regime ditatorial e, nesse contexto, tiveram desdobramentos que ocasionaram a construção de um centro de profissionalização e formação política, além de terem estimulado relações com o sindicalismo internacional.

Optamos por ouvir diferentes entrevistados sobre o mesmo assunto, buscando exatamente enriquecer ou consolidar informações. No caso específico da condução de experiências de práticas educativas e da organização do grupo que as desenvolveu, as falas de diferentes protagonistas trouxeram, além da confirmação do que já fora informado, outros olhares e outras interpretações dos fatos em processo de construção. A narrativa transporta olhares que se completam uns aos outros. As ações eram de um coletivo e, naturalmente, alguns viam aspectos ou detalhes do processo que poderiam ser significativos conforme o lugar de onde se vê. Esse lugar de onde se vê e a construção de memória que dele decorre é que possibilitam a variedade de olhares, que elaboram e trazem as formas de tornar mais completa a visão e a narrativa no processo de consolidação de significados. Qual o tipo de memória mais adequado a uma visão que possa descrever, da maneira mais completa possível,

a trajetória e o significado do grupo de sujeitos que organizaram a experiência de que tratamos aqui ? Optamos por uma articulação de diferentes visões e também por uma retomada da história, para situar o processo descrito por diferentes sujeitos que dele participaram, de forma a construir uma narrativa ou descrição mais completa. Talvez seja esta uma forma de se buscar uma visão mais abrangente sobre processos que envolvem o fazer e fazer-se consciente da sua realidade, processos que se aproximam de uma práxis, no sentido a que se refere Kosik (1985, p. 219), de que “os homens, tão logo ‘se acham’ dentro da situação, a transformam.” E a práxis se constrói e se identifica, quanto mais a visão que a torna possível seja de totalidade, de integração das contradições em processos de transformação, enfim, propiciadora de uma visão dialética.

Com este trabalho, pretendemos compreender e analisar processos de resistência, emancipação e formação de identidade política no movimento operário acontecidos nas décadas de 1970 e 1980 na região industrial de Belo Horizonte, Betim e Contagem, em Minas Gerais. Procuramos identificar e analisar as relações entre esse movimento e os moradores dos bairros da região industrial, o envolvimento das comunidades e a sua participação nas mobilizações daquele período.

Mais especificamente, procuramos analisar a experiência de educação/formação desenvolvida por trabalhadores e militantes de movimentos sociais, numa época em que a sociedade brasileira viveu sob a ditadura militar e, depois, tratava de avançar na redemocratização do país. Objetivamos, ainda, discutir a relação entre formação profissional e formação política nas experiências educacionais dos trabalhadores e identificar o contexto em que as relações entre o movimento dos trabalhadores e a comunidade do bairro se constroem, se desenvolvem e consolidam práticas que se caracterizam como ação de um coletivo que mostra alguma continuidade no aprendizado ou na assimilação do fazer política.

Focalizamos um período histórico em que determinados sujeitos da classe trabalhadora desenvolveram experiências no âmbito das relações entre o saber e o poder, realizando a dinamicidade de um princípio educativo do trabalho, em diferentes cenários e em diferentes momentos, ao longo de duas décadas e meia de um período importante das transformações políticas do Brasil.

O que unifica essas experiências é um processo de construção de práticas educativas, práticas de formação, presentes na trajetória desses sujeitos de uma ação auto-declaradamente voltada para o fortalecimento dos trabalhadores enquanto classe, enquanto sujeito político.

Trata-se de uma trajetória que vai, desde o interior das fábricas da região, no final dos anos sessenta, logo após as greves de 1968, passando pela organização de um grupo de



formação e solidariedade, chamado Mutirão, trabalhando o envolvimento dos bairros de trabalhadores e avançando para a construção de uma escola profissionalizante e de formação política, em Betim, nos anos 1980.

O acompanhamento e a participação que tivemos nessa última parte da experiência tornaram possível observar como se dava, naquele período, o processo de construção de sujeitos políticos através da aprendizagem para o trabalho. Ao longo de seis anos, do início de 1986 a 1992, registramos entrevistas, recolhemos e pesquisamos documentação (jornais, cartas, contratos, declarações, atas de reuniões e assembleias, registros em cartórios, anotações de viagens e fotografias) e participamos de ações de capacitação promovidas por esses trabalhadores e militantes, enquanto a experiência acontecia. Mais de setenta horas de gravação foram realizadas no período. As práticas educativas e os processos de aprendizagem envolvidos na experiência foram devidamente registrados e discutidos com os seus principais responsáveis, que nos trouxeram aprendizagem com suas histórias de vida. Estivemos, ainda, em reuniões de autoavaliação e entrevistamos ex-alunos e moradores do bairro em que essa experiência se desenvolveu, uma vez que ela teve envolvimento com a comunidade em que se situava. Essa relação vinha de ações anteriores às experiências dos protagonistas com a escola de formação profissional, pois eles tiveram participação em movimentos de bairro e nas greves do período de 1978 a 1981. Essas greves tinham notável interação com a Igreja Católica na região, com a Pastoral Operária e com uma imprensa local, como o Jornal dos Bairros e o Boletim da Pastoral, que davam capilaridade aos acontecimentos e visibilidade aos movimentos sociais. Tivemos acesso aos números desses jornais publicados na época daquelas greves e movimentos das comunidades, além de termos realizado levantamento em jornais da chamada grande imprensa, no contexto dos acontecimentos relativos ao movimento sindical e à classe trabalhadora<sup>1</sup>. Os organizadores do Grupo Mutirão e do CAT (Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador), de Betim, foram, na sua maioria, trabalhadores que participaram daquelas greves.

É muito importante observar que experiências educativas, desenvolvidas por trabalhadores e preocupadas com a formação de “sujeitos políticos”, não foram fatos isolados ou limitados à região industrial de Belo Horizonte. Quando realizamos pesquisa para a Organização Internacional do Trabalho (HORTA; CARVALHO, 1992, p. 11), em 1991, registramos a existência de experiências dessa natureza em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro além de outras três em Minas Gerais (Belo Horizonte, Contagem e Teófilo Otoni), bem como a fundação do Conselho de Escolas Operárias, no encontro realizado em 1989, no Rio de

---

<sup>1</sup> O conceito de classe será aprofundado no item I do próximo capítulo.

Janeiro. O Conselho passou a organizar os seminários subseqüentes e a buscar um maior interrelacionamento entre as experiências, além de buscar uma política de sustentação financeira global para as escolas.

Em 1997, ao coordenarmos pesquisa para o Projeto Integrar Nacional, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos/Central Única dos Trabalhadores (CNM/CUT), através da Rede Unitrabalho, sobre a Formação Profissional empresarial, pública e sindical para o setor metalúrgico, foi possível identificar um documento básico deste conselho, que então passava a se chamar Conselho de Escolas de Trabalhadores, a *Plataforma de Educação para Cidadãos Trabalhadores*, aprovada em 1995, pelo seu quinto seminário (MORAES et al., 1999, p. 375). Esse documento consolida uma proposta concreta do conselho, que é a de Centros Públicos para a Educação de Cidadãos Trabalhadores, com base na experiência acumulada em diversas das escolas de trabalhadores. O documento prioriza na educação a discussão do papel da tecnologia nas escolas, definindo parâmetros para a formação política, precisando áreas de conhecimento necessárias para uma educação cidadã, discutindo a questão pedagógica e as condições de sustentação das escolas de trabalhadores. Nas reuniões de que participamos, nesses seminários, pudemos constatar a presença de representantes das seguintes escolas:

- a) CADTS - Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico-Social - localizado em São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro;
- b) CAT - Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador - localizado em Betim, Minas Gerais;
- c) AST - Ação Social Técnica Escola de Produção Tio Beijo - localizada em Belo Horizonte, Minas Gerais;
- d) COPRE - Centro Operário Profissionalizante Recreativo - localizado em Contagem, Minas Gerais;
- e) APJ - Aprender Produzir Juntos - localizado em Teófilo Otoni, Minas Gerais;
- f) CTC - Centro de Trabalho e Cultura - localizado em Recife, Pernambuco;
- g) ESCOLA NOVA PIRATININGA - localizada em São Paulo, SP.

Um registro que organizamos, *na época*, a partir de nossa observação de pesquisador/participante, lembra que os principais pontos comuns que orientam o trabalho dessas escolas dizem respeito à formação de um trabalhador integral, sujeito de seu agir no trabalho e na vida. Elas consideram que as escolas das classes patronais, bem como as do

governo, trabalham dentro de uma visão unificada, que é a de produzir mão-de-obra, e não sujeitos que poderão se realizar no trabalho. Naturalmente, esta visão será determinante e diferenciadora, tanto nos conteúdos ensinados, quanto nas metodologias de ensino que serão seguidas por essas escolas. (HORTA, 1999, p. 132).

Nesse mesmo trabalho, fizemos uma descrição de algumas dessas escolas, com ênfase nas suas concepções sobre educação e cidadania, nos seus vínculos com a comunidade, nas suas dificuldades estruturais de uma opção educacional para os trabalhadores gestada por eles próprios (HORTA, 1999, p. 132-140). Voltaremos a falar dessas escolas que integravam o Conselho, no capítulo 6.

Consideramos essas experiências mais significativas do que as práticas e ações sindicais de formação profissional desenvolvidas à época, pois a sua atividade revela uma proposta pedagógica mais avançada do que a das organizações patronais, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e mais crítica do que os cursos ministrados através dos sindicatos, que não mostravam uma preocupação que combinasse o desenvolvimento da capacidade criativa e da aprendizagem dos seus alunos com uma formação política voltada para a cidadania dos trabalhadores. O que chama a nossa atenção nessas experiências passa pela sua proposta de desenvolver uma “educação operária” construindo um saber (e um poder) que se infiltra no processo de trabalho definido e articulado a partir do poder do patronato sobre os trabalhadores. Trata-se de um saber vivenciado pelos trabalhadores no seu cotidiano, como bem mostram Lima e Varella:

No entanto, o trabalho não é uma simples sucessão de procedimentos, as regras não dão conta da produção. As variabilidades de um sistema acontecem o tempo todo, em maior ou menor intensidade. É necessário então gerir as variabilidades, extrapolar as regras. Nesse sentido, o trabalhador lança mão de seu saber, de sua experiência e de sua competência. (LIMA; VARELLA, 2007, p. 191).

Essa constatação é reforçada por Silva: “São muitos os problemas encontrados no dia a dia sanados pela inteligência operária, inteligência que até agora nenhuma máquina ou programa computacional conseguiu suprir.” (SILVA, 2010, p. 21).

A dimensão político/ideológica presente nas relações de saber/poder que se constroem no cotidiano, no interior do processo produtivo, através da organização do processo de trabalho e da organização do espaço da produção, constitui um tema recorrente nas análises e discussões do Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano da UFMG, desde o início de suas atividades. A pesquisa que realizamos na FIAT/MG, em 1982/84 (LE VEN; HORTA;

NEVES, 1984) desenvolveu uma abordagem dirigida ao cotidiano dos trabalhadores. Em entrevistas com operários daquela indústria foi observada a importância do saber do trabalhador no processo de trabalho da produção do automóvel e o quanto essa questão exigia um novo olhar de quem pretende estudar as relações de poder no mundo do trabalho. Naquela pesquisa, chamou nossa atenção o fato de que muitos trabalhadores têm, no seu cotidiano, a percepção das relações entre o saber e o poder e as formas ideológicas das quais essas relações se revestem. Dois anos mais tarde, ao iniciarmos as entrevistas para a realização deste estudo, as informações levantadas reforçaram essa constatação, como veremos adiante. Havia entrevistados que tinham criado novos mecanismos para acelerar a produção, bem como outros que, em momentos de luta pelos interesses dos operários, tinham sabido desacelerar a produção, utilizando para isto conhecimentos adquiridos no próprio trabalho, como forma de pressão política em defesa de suas posições. O que se consolidava como prática nessa política localizada era um diálogo mais completo, com sujeitos constituídos, onde a classe se afirmava como interlocutor e passava a questionar um processo de trabalho e um sistema de produção que lhe haviam sido impostos.

## **1.2 Sobre A Metodologia Utilizada**

Antes de tratarmos das modalidades de construção e aplicação de metodologias que se desenham no marco das formas de investigação-ação-participativa, que procuramos utilizar nesta pesquisa, um ponto extremamente significativo a considerar diz respeito à discussão sobre uma referência mais abrangente, nos estudos e na produção de saber sobre a realidade de povos de países como o nosso. A discussão sobre a “colonialidade” do saber e das metodologias tem que se colocar como referência obrigatória, quando se trata de produzir um olhar sobre nossas realidades. Levar em conta que as universidades e demais centros de produção e transmissão de conhecimento desenvolvem uma trajetória de origem e pertencimento de classe que as remete também a relações tradicionais de dependência, a escolhas e inspirações modelares relativas a métodos e a lugares institucionais de organização do trabalho é fundamental. Sobretudo, quando se observa que a valorização de proposições teórico-metodológicas elaboradas nas tradições européias e norte-americanas acompanhou sempre a formação dos pesquisadores latino-americanos. Mais do que isso, a questão abrange toda uma perspectiva, uma cosmovisão que fornece, como mostra Edgardo Lander, os “pressupostos fundacionais de todo o edifício dos conhecimentos sociais modernos”. Segundo ele, essa cosmovisão tem como eixo articulador a idéia de modernidade, que vai estruturar

[...] quatro dimensões básicas: 1) a visão universal da história associada à idéia de progresso (a partir da qual se constrói a classificação e hierarquização de todos os povos, continentes e experiências históricas); 2) a ‘naturalização’, tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista; 3) a naturalização ou ontologização das múltiplas separações próprias dessa sociedade; e 4) a necessária superioridade dos conhecimentos que essa sociedade produz (‘ciência’) em relação a todos os outros conhecimentos. (LANDER, 2005, p. 13).

O autor ressalta que, pelo caráter universal da experiência histórica da sociedade industrial liberal européia,

[...] as formas do conhecimento desenvolvidas para a compreensão dessa sociedade se converteram nas únicas formas válidas, objetivas e universais de conhecimento. As categorias, conceitos e perspectivas (economia, Estado, sociedade civil, mercado, classes, etc.) se convertem, assim, não apenas em categorias universais para a análise de qualquer realidade, mas também em proposições normativas que definem o dever ser para todos os povos do planeta. (LANDER, 2005, p. 13).

Ainda, de acordo com Lander, essa construção eurocêntrica “pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal.” (LANDER, 2005, p. 13). Na expressão dele, “estabelece-se um dispositivo de conhecimento *colonial e imperial*, em que se articula essa totalidade de povos, tempo e espaço como parte da organização colonial/imperial do mundo.” (LANDER, 2005, p. 13). E acrescenta:

[...] uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma ‘normal’ do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. (LANDER, 2005, p. 13).

Esse processo corresponde a uma construção de hegemonia, que passa pela desestruturação de saberes e identidades pré-existentes e, mais propriamente, na construção de uma contra-hegemonia que, no caso da formação do colonialismo, foi antecedida da derrota militar, por vezes com a eliminação física de grande parte das comunidades.

Na visão de Mignolo, essa modernidade eurocêntrica tem uma relação intercomplementar com a colonialidade, sendo que elas se constroem mutuamente. Segundo ele, a história do saber foi construída pela visão eurocêntrica e o saber do mundo colonizado foi invisibilizado:

[...] a colonialidade permaneceu invisível sob a idéia de que o colonialismo seria um passo necessário em direção à modernidade e à civilização; e continua a ser invisível hoje, sob a idéia de que o colonialismo acabou e de que a modernidade é tudo o que existe. Uma das razões para só se ver a metade da história é que esta foi sempre contada do ponto de vista da modernidade. A colonialidade era o espaço sem voz (sem ciência, sem pensamento, sem filosofia) que a modernidade tinha, e ainda tem, de conquistar, de superar, de dominar. (MIGNOLO, 2004, p. 668).

De natureza semelhante é a discussão de Boaventura de Souza Santos, quando propõe as “epistemologias do Sul” como alternativas do mundo colonizado que possam colocar a construção de suas resistências, para traduzir e comunicar as suas experiências, equilibrando uma globalização mais plena e coerente com a realidade do mundo. Explicitar essa colonialidade, não significa ignorar ou dispensar a cosmovisão moderna, que inevitavelmente está presente na construção do discurso, da lógica, de saberes e de valores (por exemplo, a democracia, a liberdade, igualdade) que terminam por participar da construção da identidade colonizada, trazendo em seu bojo contradições que fazem avançar suas transformações e as suas possibilidades de autonomia, de emancipação. Um processo que funciona mais ou menos como uma luta contra-hegemônica, no que concerne ao modo de fazer ciência: as contradições, ainda que sob um olhar colonizado, apontam demandas que não se enquadram numa normatividade epistemológica do colonizador. (SANTOS, 2002).

Trata-se, portanto, da des-universalização e da contextualização de categorias explicativas (e também normativas em teorias e métodos) vistas antes como absolutas. Trata-se de viabilizar a maleabilidade ou substituição dessas categorias e reconhecer a sua possível re-significação por outros atores, de outros territórios, de outra história. Ao lado disso, a crítica pós-colonial identifica as contradições da cosmovisão moderna hegemônica:

Percebe nesta as operações de exclusão e desumanização mediante a produção da *diferença colonial*. Sabe que o discurso da emancipação colou-se a práticas seculares de violenta dominação sobre os povos colonizados de maneira que a colonialidade – algo mais que a colonização política – não é ainda uma história passadista. (RIBEIRO, 2014, p. 68).

É fundamental, para esta análise e para esta crítica, observarmos que a formação dos trabalhadores do conhecimento no “mundo colonizado”, lembra, principalmente, a clara ligação das instâncias mais elevadas de produção e transmissão de saber com as matrizes eurocêntricas e traz em si uma nítida hegemonia dessas formas de trabalhar o conhecimento. Esta dimensão hegemônica se coloca de forma quase inquestionável e chega a ser passível, para muitos dos “ambientes institucionais de conhecimento”, de ser comparável à relação entre o peixe e a água.

A autora citada acima prossegue:

Se dissermos que a prática sociológica nada tem a ver com a história da colonialidade seremos facilmente desmentidos. Sob uma capa de pretensa neutralidade, as ciências sociais se constituíram como discursos legitimadores de opções político-econômico-ideológicas que fizeram de uma experiência particular de modernidade o padrão universal incontestado. (RIBEIRO, 2014, p. 69).

Quijano, ao explicar a colonialidade como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista, lembra que ela se baseia na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular desse mesmo padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e em escala social.

Segundo ele, desde o século XVII, nos principais centros hegemônicos desse padrão mundial de poder (e menciona países como Holanda, Inglaterra, e autores, como Descartes, Spinoza, Locke e Newton),

[...] foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que atendia as necessidades cognitivas do capitalismo, como a medição, a quantificação, a externalização (objetivação) do cognoscível em relação ao cognoscente, para o controle das relações das pessoas com a natureza, e entre elas, em relação a esta, em especial com a propriedade dos recursos de produção. (QUIJANO, 2007, p. 94).

Nessa perspectiva, naturalizaram-se formalmente as experiências, as identidades e as relações históricas da colonialidade e da distribuição geo-cultural do poder capitalista mundial. É bastante compreensível que este processo, se observado à luz das elaborações conceituais sobre hegemonia e produção de conhecimento, tenha levado o modo de conhecimento eurocêntrico, denominado racional, a se impor e a ser acolhido e trabalhado no mundo capitalista como a única racionalidade válida e como mais um símbolo da modernidade. Quijano afirma que as linhas básicas desse modo de conhecimento permaneceram ao longo da história do poder capitalista mundial e moderno, incluindo e organizando de forma hegemônica, mudanças de seus conteúdos específicos. Ainda, segundo ele, é esta a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente, em crise. (QUIJANO, 2007, p. 93). Vale notar que essa “crise” está diretamente associada às necessidades de transformação da vida nos países periféricos e à necessidade de se produzir conhecimento efetivamente comprometido com as mudanças no sentido de uma autonomia local, regional, uma autonomia que possa dar lugar para a visibilidade das características e dos modos de ver e de desejar, e também dos modos de se projetar políticas, de populações relegadas a uma

espécie de segunda classe nos processos de construção de saberes sobre a sua própria realidade.

A maior intensidade dessa busca de autonomia vai acontecer depois da segunda guerra mundial, em áreas dominadas ou dependentes do mundo capitalista, em um contexto de descolonização ou de governos nacionalistas em alguns países a fortalecer a educação e as elites intelectuais locais. No entanto, na busca de se colocar em discussão uma diversidade epistêmica para mais além do capitalismo global, os sinais de uma revolta intelectual contra esse modo eurocêntrico de se produzir conhecimento, desde cedo estiveram presentes na América Latina. Quijano identifica uma crítica explícita “ao evolucionismo unilinear e unidirecional do eurocentrismo, por exemplo, no livro de Haya de La Torre, “El Antimperialismo y El APRA”, escrito em 1924 e publicado em 1932.

Efetivamente, ao se referir às lutas por ocasião da Reforma Universitária, Mariátegui mostra que:

O surgimento das universidades populares, concebidas com um critério bem diverso do que inspirava, em outros tempos, tímidas tentativas de extensão universitária, efetuou-se em toda a América Latina numa visível concomitância com o movimento estudantil. Da Universidade saíram, em todos os países latino-americanos, grupos de estudiosos de economia e sociologia que puseram seus conhecimentos a serviço do proletariado, dotando este, em alguns países, de uma direção intelectual da qual antes ele havia geralmente carecido. Finalmente, os propagandistas e promotores mais entusiastas da unidade política da América Latina são, em grande parte, os antigos líderes da Reforma Universitária que conservam assim sua vinculação continental, outro dos sinais da realidade da ‘nova geração’. (MARIÁTEGUI, 1928, p. 105).

Colocar em questão a colonialidade epistêmica aponta para a constante renovação das formas de persistência desses processos de dependência e preservação de sua hegemonia, bem como para a criação de formas de organização e produção de conhecimento que possam adequar-se às especificidades do colonizado. Na esteira dessa permanência do neocolonialismo na divisão internacional do trabalho, dos processos pelos quais a globalização liberal mantém a racialização das relações de poder, afirma-se a hegemonia que internaliza a dependência teórico-metodológica nas estruturas subjetivas do colonizado. Ao longo do tempo, as variadas formas de construção de alternativas, as discussões do modo eurocêntrico de organização do processo de trabalho na produção de conhecimento dão consistência à caminhada para a decolonização e explicitam o caráter político e ético dessa atividade. Vale dizer que a relação entre saber e poder se destaca nessa questão e impõe para o pesquisador a consciência e ação num processo que é ao mesmo tempo teórico, metodológico, ético e político.



Esse processo, que realiza um trajeto histórico, político, cultural, epistemológico, marcado pela necessidade de se produzir um conhecimento integrado organicamente com a realidade local, realiza também a aproximação e a coerência entre a realidade objetiva do território e o processo de trabalho na construção do conhecimento.

Nesse sentido, a movimentação decolonial traz mudanças no acontecer da hegemonia, não apenas no sentido da relação colonizador/colonizado, mas também nas relações internas ao território, na medida em que o conhecimento produzido num contexto de superação da contradição entre a teoria e a prática. Dito de outro modo, uma superação da contradição entre a presença dominante de técnicas, métodos e teorias colonizadoras para uma realidade territorial e identitária diversa, em processo de construção. Na perspectiva de Gramsci, é uma nova construção de hegemonia, pela via de uma nova unificação de teoria e prática:

[...] por isso, deve-se sublinhar como o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa um grande progresso filosófico e não só político-prático, porque implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética a ela adequada, uma concepção do real que superou o senso comum e se transformou – embora dentro de limites ainda restritos – em concepção crítica. (GRAMSCI, 1975, 1385).

É necessário lembrar que falamos aqui de um processo de globalização hegemônica, que inclui modos de pensar, de organizar o processo de construção e produção de conhecimento, de construção de atitudes no olhar para o mundo. Todavia, é preciso ver também que, se considerarmos que todo processo de construção de hegemonias terá vários e diferentes momentos de sua consolidação histórica, fica mais viável pensarmos que podem existir diferentes globalizações, conforme a própria história sempre mostrou.

Por esta lógica, é importante reforçar as palavras de Boaventura de Souza Santos:

Muitos autores concebem apenas uma forma de globalização e rejeitam a distinção entre globalização hegemônica e globalização contra-hegemônica. Uma vez que se conceba a globalização como sendo apenas de um só tipo, a resistência contra ela, por parte de suas vítimas – pressupondo que seja possível resistir-lhe – só pode assumir a forma da localização. (SANTOS, 2010, p. 194).

As possibilidades que se abrem com a resistência localizada, no sentido de se poder questionar na prática o discurso legitimador das opções que transformaram em hegemônica uma determinada perspectiva da modernidade, nos permitem avançar num processo de revisão do discurso que deu forma e direção ao pensamento colonizador. Se este é um pensamento organizador da produção de saber, que desqualifica, que desvaloriza, que transforma em silêncio o pensamento do colonizado, devemos reconhecer que estamos

falando também de ética e de responsabilidade enquanto cidadãos e seres humanos no nosso trabalho de registrar e discutir as experiências populares com a produção do conhecimento e com a aprendizagem do trabalho.

### **1.3 Transição para a Discussão Propriamente dos Métodos**

As atividades que resultaram neste trabalho tiveram início ainda nos anos oitenta, em um contexto de resistência, mas também de ofensiva dos movimentos da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Na ocasião, notava-se uma significativa presença de propostas alternativas nas discussões metodológicas, marcadas pela preocupação de se produzir um conhecimento comprometido com a transformação, com a mudança de vida e com a solução de problemas que afetavam comunidades nos “países periféricos”. No caso brasileiro, era inevitável lembrar a questão da educação popular, a presença do pensamento de Paulo Freire, que mostrava sua vigorosa intervenção em alguns países que vinham de seus processos, ainda recentes, de conquista da independência política. Do encontro de objetivos, marcados pela proposta emancipatória, que incluía outros autores, a exemplo de Fals Borda (1984) e Thiollent (1984), ganhou força a idéia da interdisciplinaridade, sua inserção política em um ambiente acadêmico marcado pela discussão teórica e ideológica daqueles anos. O mundo vivia a última década da chamada “guerra fria” e este panorama lançava suas influências sobre as atividades no trabalho das universidades, em particular, nas áreas de humanidades, educação, economia, ciências sociais. Vários encontros nacionais, congressos, conferências, que aconteciam na época, traziam à discussão propostas que vinham da experiência com comunidades populares, indígenas, povoados distantes marcados pela violência no campo, pela discriminação contra populações tradicionais, propostas que traziam, na sua bagagem de experiências, a pesquisa participante, a pesquisa-ação, enfim, metodologias que partiam do compromisso declaradamente político de que o conhecimento construído junto com as comunidades seria destinado a beneficiar a vida delas. A experiência que vínhamos desenvolvendo em pesquisas junto ao movimento sindical, no início daquela década (e desde 1979, com o Laboratório de Movimentos Sociais Urbanos da UFMG), estimulava a busca da discussão de temas participativos. Na atividade docente, as disciplinas que ministramos na época, no curso de História, na UFMG (a exemplo de uma que se chamava “Elementos de Pesquisa e Análise Política”), e no curso de Sociologia (com a disciplina “Teorias Sobre Movimentos Sociais”), traziam seu programa basicamente orientado para as metodologias

participativas e para a preocupação de que o espaço das instituições e dos discursos que nelas circulam constitui um território de embate de concepções e de propostas de ação.

Assim, é interessante lembrar que as discussões e as ações de pesquisa mencionadas acima já traziam para o foco o questionamento em nível da prática, do processo de trabalho na produção e utilização do conhecimento. Pode-se dizer, então, que a crítica a um conhecimento que é produzido com a chancela (que passa despercebida, por ser hegemônica) da proposta colonialista/patronal fazia parte de outra proposta que seria construída também pela prática, junto aos trabalhadores e militantes que associaram política e saber, levando para a sua prática e significando, com isto, um convite, um estímulo, ou um desaguadouro natural para os pesquisadores que buscavam esse encontro entre o conhecimento e a ação comprometida com a mudança, com a construção do poder dos trabalhadores.

Poderíamos dizer que uma prática inspirada nas diferentes produções de uma educação popular e nas propostas de valorização de um saber local e identitário estariam como que na arqueologia das metodologias que hoje se constroem e se praticam no âmbito da investigação-ação-participativa. A visão freiriana e as práticas desenvolvidas no marco da pesquisa-ação e das diferentes opções e formas de pesquisa participante vieram consolidando práticas que desenvolveram trajetórias valorizadoras do saber popular e das identidades locais. Experiências que incluem a valorização dos saberes locais puderam chegar até aos processos que avançam hoje com a produção de tecnologias sociais, partindo de ações de mobilização que acompanharam as metodologias participativas em trabalhos destinados a fortalecer o conhecimento das comunidades acerca delas próprias.

Conforme foi dito antes, retomamos um trabalho iniciado há duas décadas e meia. As informações obtidas na época foram organizadas e trabalhadas, com o objetivo de relatar o início da experiência, de descrever as suas características em termos de métodos de educação profissionalizante e formação política, bem como a discussão levantada a partir das questões que se colocavam sobre a concomitância das duas vertentes de formação. Observar a inserção política daquela experiência educativa em um contexto de intensificação dos movimentos sociais no Brasil, um contexto animado pelas greves do final dos anos setenta, foi um fator a mais para ajudar a compreender a concepção de luta que identificamos na experiência que aprendemos com aqueles trabalhadores. Concepção associada a uma trajetória que revela a compreensão do trabalho como princípio educativo, presente nas práticas deles, desde as formas de organização e comunicação no interior da fábrica e tendo continuidade na organização de um grupo de ação solidária e formação política. As ações do grupo desenvolveram, além disso, a construção de uma oficina-escola, que significou uma etapa

decisiva de suas experiências, na direção de consolidar ou discutir com mais conhecimento (e mais profundamente) a concepção de educação profissional e formação política que trouxeram ao longo de suas experiências.

O registro dessa experiência, por outro lado, atende a uma das propostas de seus protagonistas, na medida em que sua experiência não é a única do gênero no Brasil (e na medida em que eles procuraram associar-se e discutir suas orientações junto a outras práticas que tinham objetivos parecidos, mediante a formação de um Conselho). Eles próprios sempre nos colocaram a importância política do registro e da divulgação de sua experiência.

#### **1.4 A pesquisa**

Para a construção desta pesquisa, utilizamos a observação das experiências desenvolvidas pelos trabalhadores e militantes na escola que eles organizaram. O recorte temporal, quanto à escola, contempla a década de 1980, com referências a experiências educativas anteriores dos entrevistados, que, em geral se referem às décadas de 60 e 70. Utilizamos como referência fundamental os dados que organizamos e arquivamos a partir de nossa observação e de nossa participação em algumas das atividades desenvolvidas na experiência educativa da escola. Além de participar de atividades na formação política, realizamos a pesquisa, também como parte integrante da experiência desenvolvida naquele período.

A pesquisa começou em 1986, quando iniciamos o curso de doutorado em História Social do Trabalho, na Universidade Estadual de Campinas. Procuramos conhecer melhor o trabalho que era desenvolvido na “oficina-escola” e passamos a participar de experiências do grupo de formadores, conversando regularmente com eles e com os alunos nas atividades em história, política e formação cidadã. No desenvolver desse processo, a equipe do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador (CAT) solicitou que realizássemos o acompanhamento e registro das experiências, inclusive participando de reuniões ordinárias e de encontros específicos para a avaliação das ações e do próprio projeto. A partir daí, buscamos aprofundar a pesquisa histórica sobre as origens da experiência de educação e formação política na escola, a história de vida dos protagonistas e como chegaram a trabalhar essas práticas, desenvolvemos a pesquisa documental e passamos a procurar identificar a relação com o bairro e com os movimentos sociais da região. Em 1992, com os dados coletados, organizados, e a sua análise já em andamento, passamos a outras atividades de pesquisa e militância, e a redação ficou interrompida.

Todavia, continuávamos a desenvolver projetos institucionais na área da educação profissionalizante e da formação política, inclusive de avaliação de políticas públicas de formação profissional e, a partir de 2005, projetos de extensão em comunidades garimpeiras e quilombolas, onde reuníamos a formação para o associativismo, a formação profissional e a formação política. Julgamos interessante a retomada da análise, para relatar aquela experiência e os processos de autoconstrução do grupo que a conduziu, enquanto registro histórico da prática articulada e organizada de um princípio educativo do trabalho, e procuramos o Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG).

A fonte principal das informações sobre as experiências dos sujeitos envolvidos se constituiu das entrevistas semi-estruturadas, obtidas através de história oral em que os organizadores dessas ações educativas nos descreveram e discutiram as atividades. Além dos 11 dirigentes e formadores, entrevistamos educandos, ex-educandos e moradores do bairro onde se situa a escola. Foram entrevistados 36 moradores do Bairro Jardim Teresópolis, em Betim (roteiros de entrevistas no APÊNDICE C).

No primeiro grupo, dos dirigentes e formadores, foram entrevistados: Adriano (julho de 1988 e novembro de 1992), Aristo (junho de 1986), Delma (janeiro de 1989), Jonas (junho de 1988), Juruna (julho de 1988), Lírio (outubro de 1988), Maria José (abril de 1991), Mário Bigode (março de 1988 e abril de 1991), Roberto Lélis (junho de 1986), Toninho (julho de 1988), Ubiratan (agosto de 1988). Além desses, mais dois colaboradores, que participaram do Grupo Mutirão, Paulo (abril de 1991) e Antônio Espigão (abril de 1991).

Dentre as entrevistas com alunos dessa experiência, focalizamos Aílton e Maria Lúcia. Foram entrevistados, respectivamente, em julho e setembro de 1988. Mas houve participação de alunos e ex-alunos da escola do CAT em entrevistas realizadas com moradores.

Os moradores do bairro onde se instalou a experiência da oficina-escola foram entrevistados entre 23 de março e 25 de abril de 1991. São eles:

**Quadro 1 - Moradores Entrevistados no Bairro Jardim Teresópolis, Betim**

Nome	Idade	Profissão	Tempo há que morava no Bairro	Observação
Alcedino César de Oliveira	47 anos	Vigia e comerciante	14 anos	
Antônio Alves dos Santos	35 anos	Operário Manesmann	11 anos	
Antônio José de Andrade	34 anos	Amostrador (siderúrgica)	7 anos	
Argemiro Vitorino dos Santos	52 anos	Comerciante	12 anos	
Balbina Gomes da Silva	72 anos	Comerciante	8 anos	Entrevista conjunta com a neta Patrícia Silva Santos
Bárbara do Prado Ornelas		Jornalista, assessora de imprensa da Prefeitura Municipal de Betim		
Darci Rodrigues	34 anos	Comerciante	19 anos	
Divino Gomes Ferreira	32 anos	Trabalha na Fiat há mais de 10 anos	5 anos	
Efigênia Resende Melo	60 anos	Dona de casa	10 anos	Presidente da associação de idosos
Elisabete Aparecida Oliveira Costa	20 anos	Professora de creche, dona de casa	12 anos	
Elpídio Justino	62 anos	Pedreiro	23 anos	
Élson Clever Ramos	39 anos	Administrador Regional do Jardim Teresópolis		Diretor do jornal do bairro (circulação mensal)
Jairo	19 anos	Trabalha em serviços gerais FMB	8 anos	
Jandira Soares Gonçalves	50 anos	Dona de casa	11 anos	
João Antônio dos Santos	23 anos	Operador de torno	15 anos	
João Pereira da Costa	63 anos		18 anos	
José Adriano	22 anos	Metalúrgico (parado)	2 anos	
Lúcia Lacerda Mesquita	47 anos	Comerciante	6 anos	
Manoel Mariano Pereira	48 anos	Vigia	14 anos	
Marcos Gregório Garcia	22 anos		10 anos	Entrevista conjunta com Maurício de Souza Assis
Maria Alaíde Moreira Maciel	40 anos	Dona de casa	15 anos	
Maria Angélica Silva Martins		Diretora da creche (Fundação Maternal)	44 anos	
Maria Aparecida da Silva	34 anos	Dona de casa	8 anos	
Maria Auxiliadora de Miranda	29 anos	Assistente social da prefeitura de Betim		Trabalha no Pró-favela
Maria da Glória	45 anos	Cozinheira em restaurante, dona de casa	12 anos	
Maria Marta de Oliveira	53 anos	Dona de casa	14 anos	
Maurício de Souza Assis	22 anos	Cegonheiro	15 anos	Entrevista conjunta com Marcos Gregório Garcia
Mércia Francisca Rosa	23anos	Comerciante, dona de casa	11 anos	
Mozart Mesquita da Costa	44 anos	Comerciante	12 anos	
Orlinda Martins	38 anos	Serviçal na escola	13 anos	
Patrícia Silva Santos	17 anos	Estudante		Entrevista conjunto com a avó Balbina Gomes da Silva
Roberto da Silveira Lopes	35 anos	Desempregado, operador de som	10 anos	
Valdete Bispo	48 anos	Comerciante	19 anos	
Vicente de Paula	41 anos		12 anos	
Wandir	33 anos	Vice presidente do Clube das Mães	8 anos	
Washington Costa de Faria	25 anos	Servente (desempregado)	7 anos	

A *análise documental* constituiu fonte igualmente importante, para as informações sobre a fase das experiências que correspondia à criação e ao funcionamento da oficina-escola. Os condutores da experiência nos permitiram o acesso a vários tipos de documentação, incluindo cartas, projetos para solicitação de apoio, plantas das instalações, declarações, atas de reuniões, relatórios e planos de ação. Acompanhamos e gravamos reuniões de avaliação das atividades de formação. Levantamos no – Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) –, fotocópias de diversos números do Jornal dos Bairros e do Boletim da Pastoral Operária, da época de referência, e também no arquivo de jornais da grande imprensa vários recortes a respeito das questões do movimento sindical e do mundo do trabalho, no período.

Com relação às técnicas utilizadas na pesquisa, é preciso notar que a especificidade das experiências que analisamos por si só aponta a ‘história oral’ como uma prática de importância central nesta pesquisa. É a busca de um passado vivo e recente, com desdobramentos em um presente que continua em construção. Assim, as histórias de vida, os testemunhos orais, as formas de organização vividas pelos seus construtores, tudo isso constituiu material de que não poderíamos prescindir na construção da narrativa da experiência de educação que vieram desenvolvendo. Damos especial importância à fidelidade da narrativa à vivência do trabalhador, trazida na sua fala, de um lado, em nome de uma aproximação maior com a visão do sujeito envolvido nos acontecimentos, de outro lado, porque, “entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1986, p. 198).

O objetivo fundamental da técnica de entrevista deve ser o de captar, através do discurso do entrevistado, as suas percepções e a sua *praxis* política. É necessária, ao mesmo tempo, uma exploração cuidadosa da memória autobiográfica, notadamente as referências aos períodos de formação dos grupos e das experiências (NIETHAMMER, 1982, p. 23-37).

A utilização de métodos qualitativos apresenta possibilidades e oportunidades de comparação e, conseqüentemente, torna possível a reconstituição do ‘campo político’ da época de referência. Isto, porque “um conjunto de trajetórias individuais assim decifradas revela uma infinidade de relações significativas e complexas”, de forma que “a lógica do ator se revela pela lógica dos demais atores” (CAMARGO, 1981, p. 22).

Nas condições específicas em que estivemos pesquisando, com uma frequência quase cotidiana ao local dos trabalhos e participação nas reuniões dos sujeitos envolvidos na experiência, é importante ressaltar que se estabelece uma base nova para o relacionamento entre o pesquisador e os protagonistas. Principalmente, porque o pesquisador

[...] pode, neste sentido, tornar-se um participante e protagonista na luta da classe trabalhadora também: mas ao mesmo tempo, ele está protegido, pelo seu contato direto, de romantizar, de construir um mito sobre o trabalhador ideal e assumir uma total identificação com os protagonistas – um tipo de ‘proletarização’ do intelectual – em nome da causa comum; e, por outro lado, é capaz de ver mais claramente um papel particular para o historiador, tanto na política quanto no mundo acadêmico. (LANZARDO, 1982).

Naturalmente, a proposta metodológica e as técnicas de pesquisa que pretendemos utilizar não se esgotam no que foi dito acima. É preciso observar que estamos procurando descrever experiências de construção de poder, de instituições (ou de contra-instituições) e, conscientes da importância do trabalho que realizam, esses trabalhadores procuraram guardar toda uma documentação que nos foi disponibilizada para consulta. O seu trabalho possuía, também, repercussão no bairro em que eles localizaram a experiência, relações com outras entidades e organizações que também foram visitadas e estudadas por outros pesquisadores.

Já havíamos colocado algumas de nossas indagações no que toca à questão da metodologia, em texto (HORTA, 1986) escrito poucos anos após a primeira pesquisa realizada com os metalúrgicos de Betim, e vamos recolocá-las aqui, agora fortalecidas pela prática da pesquisa que pudemos realizar junto às experiências operárias de que trataremos aqui. Por essa razão, estas considerações de ordem metodológica contam agora com observações realizadas sobre os procedimentos utilizados durante o longo período da pesquisa. A opção metodológica deste estudo está associada à questão político-ideológica do processo de trabalho (tal como esta se organizava) que vigorava nas fábricas no período que estudamos. No taylorismo/fordismo, na medida em que o planejamento patronal/gerencial do processo de trabalho envolve um padrão de apropriação/desestruturação do saber do trabalhador, ele desempenha uma função primordial na construção e na reprodução dialética das relações de trabalho, que se traduz em uma função pedagógica comprometida com o projeto da hegemonia patronal. Assim, se a dominação é pedagogicamente repetitiva no cotidiano da produção, é necessário que a política da classe trabalhadora realize o mesmo avanço qualitativo diante da realidade do *conflito de hegemonias*. Ela poderá responder com a micro-política, a luta impregnada nas relações do cotidiano, o inesperado (que foge ao controle do burocrata), questionando no detalhe, decompondo e substituindo práticas na produção e suas formas de organização por formas autônomas de produção e de organização política.

Uma proposta dessa natureza inclui a necessidade de se conquistar o espaço para que o operário produza o seu próprio saber e que ele manifeste esse saber através do fazer. Esta simples busca de conhecimento por parte dos trabalhadores já se posiciona como um ato



político (OLIVEIRA, 1982, p. 15-37). A intenção da equipe do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, de produzir um registro de sua própria experiência, encaminhou-se, naturalmente, para essa perspectiva. Foi o que pudemos observar, quando a equipe solicitou nossa ajuda na organização da pesquisa que o registro demandaria. Também o GEFASI, ao produzir os textos de História ou de Economia, para os cursos de formação sindical, caminhou numa perspectiva de produção de saber pela classe, enquanto projeto político. Para a pesquisa que realizamos, procuramos utilizar um conjunto de procedimentos metodológicos que nos possibilitasse obter um registro que fosse o mais fiel possível à perspectiva, à visão que os trabalhadores têm de sua própria experiência.

A investigação-ação-participativa surge, em algumas áreas, com propostas metodológicas que proporcionam resultados concretos em termos de solucionar problemas ou produzir avanços no que concerne a questões identificadas pelas populações interessadas quando do início das propostas de trabalho. Nossa proposta trabalhou elementos de ambas as opções, com ênfase no caráter transdisciplinar que está presente nelas. Para Hernández, a compreensão das manifestações sociais da situação humana requer,

[...] nesses momentos de reajuste essencial de paradigmas e de confrontos sociais, enfoques holísticos multilaterais e transdisciplinares, da integração de diferentes vertentes do saber, que podem trazer elementos chave de compreensão da trama de relações e expressões manifestas, tácitas e inconscientes no campo do imaginário social, em sua articulação dialética e contraditória com as elaborações sistematizadas da cultura e da ideologia. (HERNÁNDEZ, 2005, p. 51).

Não se trata de uma proposta empenhada na identificação entre pesquisadores da academia e trabalhadores da indústria. A própria separação entre trabalho intelectual e trabalho manual pode, em certa medida, ser percebida pelos operários como ‘mais uma barreira entre as classes’, como algo que marca limites entre o conhecimento legitimado e o saber invalidado. Por outro lado, é necessário lembrar que as propostas de pesquisa participante ou de pesquisa-ação não ‘resolvem’ a tensão contínua entre planejamento e execução, mas se põem como uma cunha que vai contribuir para uma ruptura definitiva em um sistema que se alimenta dessa tensão.

É de extrema importância que o pesquisador esteja atento às condições da participação. A noção de participação, aqui, deve ser entendida dentro de uma abordagem dialética, em um contexto de luta por hegemonia. Como diz Fals Borda, “Nas lutas populares, há sempre um lugar para os intelectuais, técnicos e cientistas como tais, sem que seja preciso que se disfarcem como camponeses ou operários de origem.” (FALS BORDA, 1984, p. 49).

Da mesma forma que em qualquer luta de posições, e enquanto luta hegemônica, trata-se de ocupar e utilizar espaços estratégicos, colocando recursos da ciência a serviço das classes exploradas. Portanto, a inserção do pesquisador é vista como via de acesso das classes trabalhadoras a um instrumental técnico/científico, como a utilização de mais um recurso estratégico em suas lutas do cotidiano. A integração entre conhecimento e ação, nesta perspectiva, é perfeitamente compreensível, se analisada a partir da concepção gramsciana de hegemonia. Hegemonia vista como um processo e uma práxis, que deve ser continuamente renovada, que deve ser atualizada a cada passo, já que é sempre combatida e alterada na contínua guerra de posições. É nessa perspectiva que se colocam os elementos de investigação-ação-participativa presentes nesta abordagem: na medida em que se trabalha com uma visão conflitante da organização do trabalho industrial, deve-se ter em vista que a definição dos objetivos da pesquisa se direcione para o “fortalecimento da inventividade operária em todos os domínios (profissional, técnico, cultural, político, etc.), em particular sob a forma de potencial criador que é recalcado pela organização taylorista do trabalho” (THIOLLENT, 1984, p. 98).

As práticas de formação profissional e de formação política focalizadas neste trabalho, organizadas e dirigidas por trabalhadores e militantes que se juntavam a eles, resultavam e davam continuidade a experiências que participaram da construção de uma classe enquanto sujeito político numa relação com a vida onde se assume e se constrói uma cultura, uma identidade. Nosso trabalho tem como referência essa experiência, mas não se limita à descrição dela. Não podemos perder de vista que se trata de uma experiência inserida em uma vida social, de sujeitos conhecidos em seus bairros, com uma trajetória de solidariedade e resistência no chão de fábrica e com uma história conhecida no meio operário. No caso dessa experiência de que falamos, vai ser preciso recuar até o interior das fábricas da região, nos anos setenta, que é quando a sua história começa.

De um conjunto de seis capítulos deste trabalho, o segundo vai tratar do que poderia ser um começo, mas é difícil dizer onde essa história começa: construção histórica de sujeitos, através do trabalho, da educação que se faz na relação com o trabalho e com as relações de trabalho, na medida em que a classe acontece no cotidiano e se constroi no processo de resistência ao poder da fábrica, viabilizando as lutas a partir do conhecimento. A resistência é trabalhada no contexto do aperfeiçoamento das formas de exploração do trabalhador e do surgimento de novas formas de luta no interior da fábrica.

O terceiro capítulo também vai tratar de como essa história começa, falando da industrialização da região e o crescimento significativo do número de trabalhadores, o período

da retomada dos movimentos sociais, no contexto do desgaste da ditadura militar, com as mobilizações e as greves operárias, em que se fortaleceu a oposição sindical. É um capítulo, portanto, que focaliza o caldo de cultura engendrado pelas lutas que vinham acontecendo no interior das fábricas, nos bairros e na sociedade como um todo, através de movimentos, associações, sindicatos, partidos, etc, e o papel das classes trabalhadoras no contexto da resistência ao autoritarismo da ditadura.

O quarto capítulo vai mostrar como a história começou com o grupo Mutirão, que passou a organizar o acolhimento aos que haviam sido demitidos nas greves, manifestando seu projeto de construir a oficina-escola a fim de avançar para o fortalecimento da oposição sindical. Aqui se coloca a questão do associativismo como referência a outros começos e se identifica a presença dos setores que desenvolvem a solidariedade promovida pelos militantes da teologia da libertação, que se concretizam na articulação com as pastorais operárias. O objetivo de conquistar a diretoria do sindicato desponta nesse capítulo como parte de uma estratégia que combina as diversas atividades do grupo e, juntamente com a tentativa de transformar a cultura e as expectativas sobre as mulheres, o grupo se articula com os movimentos comunitários e com a pastoral operária, no objetivo de fazer avançar a luta popular.

O quinto capítulo deverá tratar de como começou a experiência de trabalho dos formadores, sua história de vida, sobretudo aqueles que participaram da organização das lutas na fábrica, no bairro e planejaram a oficina/escola. Parte de sua experiência é desenvolvida na preparação e no desencadeamento das greves de 1978 e 1979, que propiciaram aos trabalhadores a sua visibilidade na imprensa, na política e funcionaram como educação para os moradores dos bairros operários da região, fazendo avançar o seu papel na consolidação da cidadania. A experiência adquirida nas lutas no interior das fábricas é extremamente importante, para esta perspectiva, por ter significado um processo permanente de educação do educador e de vivência nas práticas da solidariedade, essenciais na construção do sujeito coletivo na perspectiva da formação da classe trabalhadora na condição de ator político.

Finalmente, o sexto capítulo procura mostrar como começou o CAT, desvelando em que direção caminhou o processo de construção daquela escola de educação operária, suas relações com os moradores do bairro, a relação com o sindicalismo italiano, suas tensões internas e o tipo de educação ministrada pela entidade, bem como da repercussão de seu trabalho junto aos educandos e à população do bairro.

O que chama a atenção em todas essas narrativas é que a educação perpassa a fábrica, o bairro, o sindicato, bem como as greves, atividades culturais, religiosas e políticas e, neste

caso, culmina na institucionalização de uma escola do trabalho para trabalhadores, processo prenhe de tensões político-pedagógicas. É nesse processo que podemos dizer que os setores da classe trabalhadora se formam, entre as situações de trabalho e as demais relações que eles vivem no seu cotidiano de vida comunitária. Todas essas narrativas desvelam o constante vir a ser da consciência e da identidade de classe.

## **2 CLASSE TRABALHADORA, SABER E PODER**

### **2.1 Classe e Formação**

Na linha do que foi dito acima, este trabalho pretende contribuir para explicitar uma questão que, embora se ponha como subjacente a todo o "fazer política" da classe trabalhadora, está sempre a merecer mais atenção nas discussões que se tem produzido sobre o tema. Referimo-nos à relação entre o saber e o poder, considerada sob o prisma da luta política, na vida das classes trabalhadoras. Não nos colocamos, aqui, em uma perspectiva 'nova', do ponto vista teórico. Pretendemos, antes, ampliar a discussão no sentido de uma descrição das condições sob as quais a classe trabalhadora se relaciona com o conhecimento, visto este sob o ponto de vista de seu papel na luta de classes.

Na medida em que a forma como se dá a exploração do trabalho tem sido construída também sobre modelos diferentes de apropriação-controle do conhecimento e sobre elaborações ideológicas destinadas a estruturar politicamente a relação entre conhecimento e processo de trabalho, é válido dizer que a questão do conhecimento participa da luta de classes de forma abrangente e total.

Interessa-nos, num primeiro momento, mostrar que o conhecimento - tal como é percebido e validado no senso comum - participa da permanente construção da hegemonia das classes dominantes, tanto nas relações de trabalho (e a partir delas) quanto no espaço e no tempo restante do cotidiano das classes subalternas. Em seguida, discutiremos a questão da construção da política do trabalhador no espaço produtivo e sua extensão ao espaço da convivência do cotidiano, suas manifestações na vida do trabalhador enquanto participante do espaço urbano, mais precisamente no bairro em que ele vive, para finalmente, colocarmos em questão perspectivas teóricas que as lutas dos trabalhadores permitem identificar e elaborar.

Tratar dessa questão, no entanto, impõe esclarecer e tornar mais precisa a utilização dos termos que se referem aos sujeitos históricos, sociais e políticos que focalizamos aqui. Cumpre deixar claro, igualmente, que não buscamos chegar a um conceito estático, fixo, de classe trabalhadora, classe operária, ou classes subalternas. Na verdade, enquanto realidade histórica e transformação permanente, a classe trabalhadora pode ser abordada de diferentes lugares ou pontos de observação e, para a finalidade de se obter, sobre ela, um conhecimento mais consistente e que possa ser estrategicamente útil para ela própria. Seria o caso de buscar, sobre ela, a compreensão mais integrada possível, no sentido de se captar a sua dinâmica transformadora, seu processamento histórico. Dizer, com Thompson, que a classe "não é",

mas “acontece”, talvez seja a forma mais aproximada do sentido que pretendemos atribuir aqui:

[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Todavia, fica ainda necessário esclarecer como se concretiza a classe ou setor de classe de que falamos, como trabalhar um pouco mais essa elaboração conceitual, como refinar mais o conceito, uma vez que tratamos de sujeitos específicos, em uma região específica, em um momento histórico singular. Referimo-nos a um contexto de transformações que, tendo paralelo em outras regiões do Brasil, tornou possível perceber sua integração com um processo mais abrangente, que afetaria a classe trabalhadora do país nos anos subseqüentes ao período que abordaremos neste estudo. E o mesmo contexto de transformações exige que o observador leve em conta a fluidez, a necessidade de se considerar a noção de classe trabalhadora enquanto uma relação histórica que, nas palavras do mesmo autor, “escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura.” (THOMPSON, 1987, p. 10). Analisar as experiências de grupos de pessoas em um contexto de significativas transformações históricas, por outro lado, aponta para a necessidade de se terem referências que possibilitem a compreensão dos processos e sua atribuição a sujeitos históricos determinados. Se considerarmos que existe alguma imprecisão, quando apenas dizemos *classes trabalhadoras*, podemos tentar reduzir essa imprecisão, esclarecendo de quais setores dessas classes estamos falando, em que época, em que contexto histórico, político, cultural e econômico. Inicialmente, podemos dizer que o termo *classe trabalhadora* corresponde à totalidade das pessoas que vivem apenas do seu próprio trabalho. O foco de nossa atenção, todavia, neste trabalho, dirige-se a um setor mais específico dessa classe, marcado pela realidade de uma área industrial, num período em que os movimentos sociais haviam voltado a se manifestar na vida política do Brasil, mais exatamente, no final da década de 1970.

Referimo-nos, além disso, a um fazer política, a um fazer-se como classe, como coletivo que se movimenta pela concretização de objetivos. Nesse sentido, e até para sermos fiéis às autodenominações que esses sujeitos históricos mesmos utilizaram, ao nos informarem sobre suas experiências, acreditamos poder utilizar uma nomenclatura mais abrangente. Eles próprios se referiram à classe operária, às classes trabalhadoras, em geral ou ao setor metalúrgico, fazendo convergir o foco da referência para o mesmo grupo social.

Acrescente-se que, como nos mostra NEGRI, “em cada momento histórico, nós nos encontramos frente a uma composição particular da classe operária”. Segundo ele,

A composição da classe operária não é simplesmente o resultado de uma fase ou de uma forma de desenvolvimento capitalista, do andamento do capital constante sob novas relações capitalistas, mas é também uma realidade continuamente modificada, não só pelas necessidades, mas pelas tradições de luta pelas modalidades de existência, de cultura, etc, em suma, por todos aqueles fatos políticos, sociais, morais, que vem a determinar conjuntamente a estrutura do salário, a estrutura da relação de reprodução dessa classe operária. A composição de classe muda com o tempo e com as lutas, e pode mudar de maneira substantiva: assim podemos falar da época de um tipo particular de operário, de um tipo particular de classe operária. (NEGRI, 1979, p. 59-60).

Mas o que realmente conta, nesse conjunto de circunstâncias históricas, é que diversos setores sociais viviam, no período, um processo de retomada da cena histórica e que se tratava da recomposição das forças e da iniciativa política pelos trabalhadores e pelos movimentos sociais de modo geral.

Pensar em movimentos sociais e classe trabalhadora é algo que pode sugerir uma centralidade de movimentos de setores de classe, como as lutas no campo, ou as lutas da classe operária industrial, ou, ainda, as lutas dos trabalhadores do setor público, comerciário e outros. Neste trabalho, dentre os diversos setores da classe trabalhadora, estaremos nos referindo à classe operária industrial, que cresceu significativamente na região de Belo Horizonte, Betim e Contagem, com a vinda de grandes indústrias metalúrgicas e mais especificamente a automobilística. Importantes greves operárias aconteceram na região, no contexto da retomada e da eclosão de inúmeros movimentos sociais em diversos pontos do Brasil, naquela etapa do longo período da ditadura militar. Essas greves foram estudadas por Le Ven (1987 e 1988), por Neves e Freitas (1999), pela equipe do Instituto de Relações de Trabalho da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, entre outros e as formas de mobilização que as prepararam e o desenvolvimento que elas tiveram mostram uma clara mudança na inserção dos sindicatos junto às lutas dos trabalhadores, em direção ao que se chamou “novo sindicalismo”, como será visto no capítulo três.

Naquela etapa do desenvolvimento histórico das lutas sociais no Brasil, fica visível uma centralidade das movimentações de iniciativa popular, com pautas abrangentes sobre as condições de vida que a população enfrentava. Ao mesmo tempo, os trabalhadores se mobilizavam no espaço fabril para fazer as suas reivindicações e levavam, às vezes, as suas lutas para o espaço público.

É possível, também, identificar um papel histórico para a classe operária industrial, nas obras de diversos autores, entre os quais, citamos Lenin: “[...] só uma classe determinada, a dos operários urbanos e, geralmente, os operários das fábricas, os operários industriais, tem condições de dirigir toda a massa de trabalhadores e explorados na luta para derrubar o jugo do capital.” (LENIN, 1961, t. 3, p. 241). No entanto, faz-se necessário ampliar a referência que trabalharemos aqui, se considerarmos que o período mostrava um contexto de movimentações da sociedade, em diversas frentes, como parte de um processo que começava a questionar o regime autoritário que o país vivia. Muitos desses movimentos se complementavam entre si, associando greves com a ação de moradores da região, com a participação de agentes da Igreja, com o acompanhamento e o interesse de grupos e pessoas que participavam de outros movimentos por direitos e liberdades democráticas, com setores do movimento estudantil em processo de reorganização e com uma imprensa de oposição que já voltava a se fazer notar e que incluía órgãos como o “Jornal Movimento”, “Opinião”, “O Pasquim”, o “De Fato” e, em nível local, o “Jornal dos Bairros” e o “Boletim da Pastoral Operária”. Essa identificação ou interação tem, a seu favor, outros argumentos que nos fazem ampliar o foco para além da luta política, em direção às transformações na dinâmica do capital. Harry Braverman, a propósito da estrutura da classe trabalhadora, vai dizer que ela é “a parte animada do capital, a parte que acionará o processo que faz brotar do capital total seu aumento de valor excedente.” (BRAVERMAN, 1977, p. 319). Segundo ele,

[...] esta classe trabalhadora vive uma existência social e política por si mesma, fora do alcance direto do capital. Protesta e submete-se, revela-se ou é integrada na sociedade burguesa, percebe-se como classe ou perde de vista sua própria existência, de acordo com as forças que agem sobre ela e os sentimentos, conjunturas e conflitos da vida social e política. Mas, a partir de então, em sua existência permanente, é a parte viva do capital, sua estrutura ocupacional, modos de trabalho e distribuição pelas atividades da sociedade que são determinadas pelo processo em curso de acumulação do capital. É captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital. (BRAVERMAN, 1977, p. 319-320).

No período a que estamos nos referindo, o processo de transformações na estrutura produtiva de Minas Gerais, com incentivos ao capital internacional que trouxeram a montadora Fiat e suas subsidiárias, a Krupp, a FMB e outras indústrias, além da modernização de indústrias já existentes, tanto na área dos equipamentos, quanto na forma de gestão da força de trabalho, provocou mudanças na estrutura e na composição da classe trabalhadora de Minas Gerais, além de possibilitar altas taxas de exploração da força de trabalho. Segundo Le Ven:



A grande novidade foi a criação de um pólo automobilístico, com um novo segmento de força de trabalho. Portanto, o proletariado mineiro se renovou e diversificou, tanto nas novas indústrias como nas antigas, que conheceram também novas formas de gestão da força de trabalho. (LE VEN, 1987, p. 28).

Esta reflexão nos lembra um trecho da obra de Marx e Engels:

As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes e pessoas que possuem rendas, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado: uns, porque seus pequenos capitais, não lhes permitindo empregar os processos da grande indústria, sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros, porque sua habilidade profissional é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (MARX; ENGELS, 1998, p. 31).

No entanto, falamos de mudanças que resultaram, desde muito antes do período aqui tratado, embora já no século vinte, em uma imensa variedade de categorias ocupacionais, dentro de uma definição niveladora de classe trabalhadora, que significa a classe que possui apenas a sua força de trabalho e que a vende para o capital, para ter a sua subsistência, sendo, portanto, assalariados. Sem dúvida, a variada escala de níveis salariais, os tipos de ocupação, as composições comportamentais e culturais daí resultantes, vão sugerir diferentes posicionamentos e disposições ideológicas, mostrando que nem todos os assalariados são proletários. Multiplicaram-se os “burgueses assalariados”, com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, aqueles que ocupam posições de poder na escala hierárquica das grandes empresas, podendo contratar e demitir, na condição de administradores, de executivos, de representantes dos proprietários. Há também os que ocupam posições inferiores na hierarquia administrativa. E aqui, podemos observar que

[...] pertencer a uma classe resulta das relações concretas que as pessoas mantêm na vida social. Alguém é proletário ou burguês conforme o modo como se insere na produção social; em determinadas posições, ele pode mudar de classe em função do relacionamento global entre as classes. Para os que se encontram nos níveis médios e baixos da hierarquia administrativa, ao menos, tal mudança é relativamente fácil, sendo produzida pela maior atração que um ou outro lado exerce sobre eles. (SINGER, 1985, p.8).

Pode-se acrescentar que as mudanças das condições materiais também modificaram profundamente a consciência da classe operária. O crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho, a terceirização, os diversos estímulos que chegam pela mídia à construção do desejo de ser empreendedor, de ‘ser dono de seu próprio negócio’ fazem parte de um conjunto de transformações que incidem sobre o senso comum e sobre os projetos pessoais. Se, há vinte ou trinta anos atrás, em seus bairros e comunidades, a classe

trabalhadora recebia algum resultado do trabalho dos agentes pastorais da teologia da libertação, que contribuía para a construção de *um sujeito político coletivo*, os novos apelos das religiões que cresceram com o avanço do neoliberalismo e da teologia da prosperidade, trabalham mais na construção de *um sujeito econômico individual*, apelando bastante para a questão do individualismo, da competitividade (ver HORTA, 2013, p. 146). A classe operária não estaria imune a essas transformações e aos seus impactos no senso comum. Mudanças que poderiam sugerir que ela não seria mais o sujeito *por excelência* da transformação política e social. Por outro lado, há autores que ampliam também esse papel histórico:

[...] se a classe operária não representa mais o sujeito exclusivo da transformação, o movimento dos trabalhadores constitui um sujeito decisivo e insubstituível para qualquer perspectiva futura da sociedade (e isto, pelo seu passado, rico de tantos valores; por seu presente, enquanto permanecer uma grande organização de milhões e milhões de trabalhadores, de mulheres, de jovens, de aposentados, de imigrantes, e pelo seu futuro, porque o trabalho continuará a ser importante. (ANTONIAZZI; TOTARO, 1989, p. 28-29).

É fundamental lembrar o crescimento da participação dos trabalhadores do setor de serviços, que, certamente, altera em profundidade a configuração da classe trabalhadora. São alterações que avançam delineando novas aspirações e projetos de vida, e apontam para a construção de novas identidades dos sujeitos. O crescimento da variedade de ocupações intermediárias e da participação dos autônomos na força de trabalho diversifica ainda mais a configuração da classe trabalhadora e abre espaço para novos referenciais de análise.

As mudanças atendem a uma demanda diversificada e dinâmica do capital, que multiplica funções não diretamente ligadas à atividade de produção, caminhando em direção a uma identificação mais abrangente de classe trabalhadora, que se espalha por outros setores da vida social, e que vai estar representada na diversificação assumida, posteriormente, pela Central Única dos Trabalhadores, que se formou em 1983, em consequência das lutas do período. Os dados a seguir, de quando a central tinha dez anos de existência, trazem um perfil, com certeza, próximo da realidade dos anos em que aconteceram as experiências de que tratamos:

[...] existe imensa polêmica na tradição marxista sobre a ampliação ou não do conceito de classe operária, como esta incorpora o moderno operariado industrial, os setores médios, se há proletarianização ou não de tais setores, se há a emergência de uma nova classe operária. Esta questão é importante, considerando que a CUT, em 1993, tinha o seguinte peso por setor econômico: rural – 18%; industrial – 27%; serviços – 55%. Marx assinalou a heterogeneidade da classe trabalhadora. (COSTA, 2000, p. 37).

É, portanto, heterogêneo e diversificado o perfil da classe trabalhadora representada pela maior central sindical do Brasil. E isto acompanha todo um processo histórico, de transformações na estrutura e na composição das classes trabalhadoras. Tal processo, nas décadas seguintes, viria a ter uma participação decisiva na vida da sociedade brasileira. Assim, podemos entender a importância das experiências de grupos de trabalhadores que desenvolveram sua prática política em greves, movimentos sociais e práticas de educação voltadas para a formação profissional e para a formação política, naqueles anos que marcaram o início de mobilizações e lutas, que caracterizaram a caminhada do Brasil no rumo da superação da fase mais autoritária e mais violenta da nossa história política.

## **2.2 As Lutas e o saber na produção da política**

No início dos anos 1980, cresceu a produção bibliográfica sobre a questão da política não institucional dos trabalhadores no espaço fabril. Alguns autores trataram da questão do avanço político da classe operária industrial e do surgimento das comissões de fábrica, sobretudo a partir das greves de 1978/79, apontando a questão das lutas no cotidiano da fábrica e sua relação com o conhecimento das técnicas de produção e do processo produtivo como condição para o desencadeamento dessa luta. (GARCIA, 1982; GOMES; MARONI, 1984; MARONI, 1982; MARONI, 1983).

O papel do conhecimento no processo de dominação do trabalho apresenta momentos diversos, entre os quais a apropriação da técnica produtiva e a formulação de padrões de organização do processo produtivo. A expropriação dos meios de produção se completa na expropriação das técnicas produtivas e de sua guarda como propriedade dos setores técnicos e intermediários, da gerência, enfim, como um tipo de conhecimento que contribui decisivamente para a alienação do trabalhador. Com o advento do taylorismo, a organização capitalista do trabalho foi passando a utilizar, em termos mais de totalidade, toda uma construção ideológica apoiada no mito do conhecimento científico e da tecnologia, que consolidava o processo de dominação e de controle sobre a classe trabalhadora. Da elaboração propositiva de se ter uma gerência científica, resulta que deve ser deixado para os trabalhadores o mínimo possível de iniciativa. A obra de Taylor mostra bem isso nos princípios que estabelece para a administração científica do trabalho:

Todo possível trabalho cerebral deve ser removido da oficina e centrado no departamento de planejamento ou projeto, deixando exclusivamente para os capatazes e chefes de turma o trabalho estritamente executivo por natureza. Sua tarefa é cuidar que as operações planejadas e dirigidas desde o escritório de planejamento estejam sendo prontamente cumpridas na oficina. (TAYLOR, 1912, p. 98-99).

A idéia de apropriação do saber do trabalhador é também reforçada por Taylor, pois, de acordo com ele,

[...] à gerência é atribuída, por exemplo, a função de reunir todos os conhecimentos tradicionais que no passado possuíram os trabalhadores e então classificá-los, tabulá-los, reduzi-los a normas, leis ou fórmulas, grandemente úteis ao operário para execução do seu trabalho diário. (TAYLOR, 1985, p. 49).

Procura-se consolidar aqui o princípio da separação entre concepção e execução, entre trabalho intelectual e trabalho manual, que é essencial para um processo de desapropriação do saber do trabalhador. Isto se consolida com a idéia da tarefa, que é considerada por ele como o mais importante elemento na administração científica.

O trabalho de cada operário é completamente planejado, pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la. (TAYLOR, 1985, p. 51).

Nesse ponto, é especificado o que deve ser feito e como deve ser feito, além do tempo exato concebido para a execução. Finalmente, a *gerência científica* utiliza essa espécie de *monopólio* do conhecimento obtido por ela e pelo planejamento, para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

A reorganização do trabalho, partindo das operações organizadas pela administração científica de Taylor, avança ainda mais, com a aplicação da ciência patronal e do saber científico-administrativo a uma variedade cada vez maior e mais ampla de processos de trabalho. Novas máquinas, mais eficientes, mais automáticas, sob o controle de computadores, serão implantadas no processo produtivo. Mas, na sequência desse processo, ainda na segunda década do século vinte, organiza-se o fordismo, que introduz, em 1914, a esteira rolante, na qual os componentes do carro eram transportados e, à medida que passava, realizava paradas periódicas, para que os trabalhadores executassem operações simples. Com o crescimento do poder da gerência sobre o ritmo da montagem, ela podia, agora,

[...] dobrar e triplicar o índice a que as operações a serem executadas deviam obedecer e assim submeter seus trabalhadores a uma intensidade extraordinária de trabalho. Tendo conseguido isso, Ford então passou a achatar a estrutura de pagamento como medida adicional de redução de custos. (BRAVERMAN, 1977, p. 131).

O que se observa é que o desenvolvimento trazido pelo taylorismo/fordismo no plano das relações e processos de trabalho mostram uma atualidade impressionante da descrição feita por Marx:

No sistema capitalista, todos os métodos destinados a intensificar a força produtiva social do trabalho se realizam às custas do operário; todos os meios destinados a desenvolver a produção se transformam em meios de exploração e escravização do produtor, mutilam o operário, convertendo-o num homem fragmentado, rebaixam-no à categoria de apêndice de máquina, destroem com a tortura de seu trabalho o conteúdo deste, alienam-no das potências espirituais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência como potência independente; corrompem as condições sob as quais trabalha; o submetem, durante a execução de seu trabalho, ao despotismo mais odioso. (MARX, 1975, p. 267).

Nessas condições, torna-se mais profundo o processo de alienação, e podemos falar até mesmo de uma desumanização do trabalhador. Todas as atividades que tenham relação com planejamento, projeto, cálculo, modo de execução, controle do processo de trabalho, avaliação, controle do tempo de cada atividade, estarão fora do alcance do trabalhador:

[...] os processos físicos são agora executados mais ou menos cegamente, não apenas pelos trabalhadores que o executam, mas com frequência também por categorias mais baixas de empregados supervisores. As unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante. (BRAVERMAN, 1977, p. 113).

Acontece, entretanto, que se trata de um processo dialético e será a natureza mesma do capital que desencadeará parte das condições de surgimento da contrapartida a esse processo. A busca de redução de custos de produção, que levou o capital a radicalizar, tanto na padronização de operações detalhadas, repetidas e controladas no tempo, quanto na redução dos incentivos monetários à produtividade, com padronização de salários em um nível menos estimulante foram suficientes para provocar o descontentamento dos trabalhadores. Braverman observa que

[...] a nova tecnologia na Ford mostrou-se cada vez mais impopular: encontrava cada vez maior oposição. E os homens atingidos por ela começaram a rebelar-se. Manifestavam sua insatisfação vagueando de emprego a emprego. Estavam em condições de escolher e exigir. Havia muitos outros trabalhos na comunidade; era-lhes fácil empregar-se; havia pagamento também: e eles eram menos mecanizados e mais afeiçoados ao trabalho. (BRAVERMAN, 1977, p. 131).

Nesse contexto, com a implantação da linha de montagem, a empresa da Ford Motor Company chegou ao momento em que tinha uma grande fábrica, sem ter, contudo, trabalhadores suficientes para fazê-la funcionar.

Gramsci possibilita aprofundar a crítica a esse processo, de forma magistral, no texto “Americanismo e Fordismo”. Segundo ele, os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida.

Assim, a racionalização do trabalho e o proibicionismo, por exemplo, estariam indubitavelmente conectados. Radicalizando esse modelo, poder-se-ia considerar o discurso que defende as investigações dos industriais sobre a vida particular dos operários e até o controle da “moralidade” dos trabalhadores como necessidades do novo método de organização do trabalho. No seu texto, Gramsci mostra que iniciativas marcadas pelo puritanismo fizeram parte desse novo industrialismo americano, com vistas a “conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção.” (GRAMSCI, 1975, v. 3, p. 2166). O avanço e o aprofundamento desses métodos irão contribuir para a visibilidade de contradições, já que se trata de um projeto invasivo sobre o cotidiano e trabalhador e até sobre sua vida privada.

Gramsci, trabalhando com o exemplo da legislação americana que proibiu, na época, o consumo do álcool, de 1920 a 1933, nos lembra que quem consumia o álcool introduzido por contrabando nos Estados Unidos não era a classe trabalhadora, uma vez que o álcool havia se tornado um artigo de luxo e nem os trabalhadores que tinham salários mais altos podiam adquiri-lo para seu consumo. Segundo ele, aqueles que trabalham com horário fixo e recebendo salário não teriam tempo para se dedicarem à busca do álcool, ou para iludir as leis, e esta mesma observação pode ser feita quanto à sexualidade:

Parece claro que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional; o operário que vai ao trabalho depois de uma noite de extravagâncias não é um bom trabalhador, a exaltação passional não pode andar de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. (GRAMSCI, 1975, v. 3, p. 2167).

Tanto o proibicionismo, relativo ao álcool, quanto essa moralidade que se tenta colocar para as classes trabalhadoras, enquanto necessidades da nova indústria, encontram dificuldades de se imporem aos trabalhadores, em combinação com os métodos que mecanizam os movimentos e o tempo do trabalhador, inclusive pelo conteúdo de falsidade moral da proposta, uma vez que, como mostra Gramsci, as classes dominantes não estavam sujeitas a essas limitações.

Ao fazer a sua leitura dialética desses processos, ele mostra que a mecanização dos gestos e a adaptação do trabalhador a ela significam, na verdade, que o cérebro do operário em vez de se mumificar, alcançou um estado de liberdade. Terá sido mecanizada uma série de gestos simples, com intensa repetição, deixando o cérebro liberado para outras ocupações. Trata-se de um processo semelhante ao ato de caminhar, que acontece sem que seja necessário refletir sobre todos os movimentos corporais que estão envolvidos no ato. A pessoa caminha automaticamente, e ao mesmo pensa no que quiser pensar. Na visão de Gramsci, os industriais americanos compreendem essa dialética presente nos novos métodos industriais:

Eles entenderam que *gorila amestrado*<sup>2</sup> é apenas uma expressão, que o operário permanece infelizmente homem e que ele, durante o trabalho, pensa demais, ou pelo menos tem muito mais possibilidades de pensar, ao menos depois de ter superado a crise de adaptação e não ter sido eliminado. E não só pensa, mas o fato de não ter satisfação imediata no trabalho e a compreensão de que querem reduzi-lo a um *gorila amestrado* podem levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 1975, v. 3, p. 2171)..

Certamente, esse pouco conformismo será um elemento constitutivo da resistência aos novos métodos de trabalho, sendo que a resistência a eles se dará de forma localizada no próprio processo produtivo. Castoriadis mostra que

[...] a raiz do fracasso dos métodos de organização científica do trabalho é a resistência encarnizada que, desde o início, lhes foi oposta pelos operários. E, evidentemente, a primeira manifestação dessa resistência é a luta permanente que os operários travam contra os cronometristas. Em todas as fábricas, é no terreno dessa luta que os operários realizam imediatamente uma associação espontânea. (CASTORIADIS, 1985, p. 107).

Essa afirmação de Castoriadis é amplamente apoiada em autores que ele cita no texto, entre eles o próprio Taylor, que menciona o desconforto de não ser capaz de olhar para um operário qualquer nos olhos sem neles encontrar hostilidade. Outro autor que ele cita é Paul Romano, que vai lembrar a diminuição sistemática do ritmo na presença dos cronometristas, como uma regra universal e mostrar que os estudos de tempo são também uma ocasião para os trabalhadores utilizarem ritmos de movimento e alimentação inferiores aos que serão praticados depois da saída do cronometrista. (CASTORIADIS, 1985, p. 107).

É necessário observar, todavia, que essa resistência dos trabalhadores aos novos métodos de trabalho irá encontrar um espaço de luta mais ampliado, mais complexo e mais detalhado do que possa parecer a uma primeira vista, um campo que se estende muito além do chão de fábrica.

<sup>2</sup> A expressão *gorila amestrado* refere-se a Taylor, que, segundo André Philip, considerava que um gorila amestrado poderia fazer o trabalho atualmente efetuado por um operário. (GRAMSCI, 1975, p. 2165).

No plano da organização do trabalho e de seu cotidiano, a desapropriação dos meios de produção vai se completar na desapropriação intelectual (através da devolução de um "saber reelaborado segundo a estratégia patronal"), totalizando um processo de desapropriação do trabalhador enquanto sujeito. Melhor dizendo, tal processo se realiza com o trabalhador legitimando a sua própria ignorância e se entregando ao poder do conhecimento do técnico. O parcelamento, a especialização, o afastamento entre o operário e o produto final de seu trabalho, todo o processo de alienação aí configurado guarda uma relação extremamente importante com a questão política do conhecimento. A dependência do trabalhador com relação à seção de planejamento, apoiada em valores ideológicos que promovem e legitimam a separação entre trabalho intelectual e trabalho produtivo veio agravando as condições dessa dominação. A dominação de classe, naturalmente, ultrapassa os limites do espaço produtivo, até mesmo como condição para elaborar sua legitimidade dentro e fora da fábrica. Existe um processo de destruição/mutilação do conhecimento do trabalhador, que se completa através da organização do trabalho, do parcelamento e da disciplina, do controle dos movimentos, da disposição do espaço produtivo imposta pelo planejamento, além do sistema hierárquico-que sustenta as relações no interior da fábrica. Pode-se dizer que, em grande parte, a construção do poder patronal depende desses fatores.

A referida desestruturação do *saber do trabalhador* participa, de forma integrada, da construção da hegemonia do *saber do planejador*. Também a classe trabalhadora participa dialeticamente da construção dessa hegemonia, consolidando e legitimando, através da repetição cotidiana (e de sua resposta positiva, que é a produção), esse poder que impregna o cotidiano da produção e que se dissemina entre os atores do processo produtivo. As classes subalternas, independentemente da situação de opressão através do saber, vivida na relação de trabalho, possuem uma consciência elaborada sobre a relação entre o saber e o poder.

As pesquisas que realizamos em contato com setores das classes trabalhadoras trazem informações sobre a visão que o senso comum promove acerca da legitimação de um saber institucionalizado enquanto 'poder', por ser legitimado pelas hierarquias definidas, por exemplo, pelo sistema de ensino. O vínculo de um saber com a institucionalização parece projetar algo como prestígio, ou valor de 'verdade', que, por sua vez, repercute nas hierarquias estabelecidas nas relações de trabalho. e de sua vinculação com o poder.

*[...] o conhecimento do intelectual, científico, é... ele neutraliza a classe operária. Queremos deixar é... sentir, o intelectual superior. É... o mesmo trabalho que existe dentro da fábrica quando se faz uma diferença, que é muito conhecida no meio operário, é...até com os companheiros que trabalham no escritório, que não trocam turno, que estudam... com os companheiros que trabalham na produção. É o peão*



*de gravata. Que se sente importante, se sente que tem melhores condições, quando no final é tão, é muito mais massacrado talvez de que o próprio trabalhador [...]*  
(Mário Bigode - torneiro/educador)

Falamos do conhecimento científico, tal como ele é politicamente produzido e utilizado, e também de construção e consolidação de hegemonia, fundada nas convicções habituais do senso comum em qualquer sociedade, em relação à autoridade do saber institucionalizado. E de serem as ideologias técnico-científicas apenas disfarces da ideologia burguesa, como ensina André Gorz (1973, p. 224).

O funcionamento do saber, na sua relação dialética com o senso comum, está revestido por um detalhado sistema de rituais e concepções que participam do processo de legitimação do saber das classes dominantes enquanto verdade e enquanto um conteúdo neutro, como um valor que se coloca acima das diferenças de classes. É a forma mais adequada, utilizada pela hegemonia burguesa, para convencer o trabalhador de que a sua condição de explorado é consequência de sua própria ignorância, de sua própria incompetência. O conjunto de instituições e práticas do sistema educacional, com suas divisões e subdivisões em graus de ensino, seus rituais, sua estrutura interna de poder e o atendimento diferenciado que ele pratica em relação à sociedade, realiza boa parte desse trabalho, legitimando-se a si próprio, inclusive como uma barreira entre os bem-sucedidos e os que não obtiveram acesso à educação.

Todo o processo acima referido, de invalidação ou construção de conhecimento, em sua consubstanciação como projeto político, diz respeito ao papel do conhecimento na dominação de classe, na perspectiva dos setores hegemônicos. Interessa-nos observar como se dá a contrapartida dialética desse processo, que se manifesta através da luta dos trabalhadores. É preciso que nos detenhamos, primeiramente, na análise do papel dos canais tradicionalmente utilizados nessa luta, que se situam entre os espaços institucionais da sociedade. É justamente o caráter de instituição do sindicato e do partido político que garante às classes em luta um espaço legalizado para o processamento dos conflitos. Como a construção da hegemonia das classes dominantes se manifesta nos diversos setores das relações políticas, pode-se dizer que um padrão de dominação se estende na luta sindical e na luta partidária, na medida em que ambos fazem parte da rede político-ideológica que corresponde a uma sociedade com hegemonia burguesa. Por um lado, o sindicato e o partido político são instâncias que representam interesses dos trabalhadores e que realizam inestimáveis conquistas para a classe, na medida em que podem utilizar o espaço legal, que é fundamental para a manutenção da hegemonia das classes dominantes, mas é um espaço de

luta. Por outro lado, as práticas políticas institucionalizadas costumam esbarrar justamente nos limites que a lei e o senso comum colocam aos projetos de transformação política.

Vale dizer que a luta ideológica desencadeada pelas classes dominantes impõe certas regras, localizadas no sistema jurídico e no senso comum, que limitam as ações na luta, ao ponto suficiente para não se ameaçar a estabilidade das relações sociais de produção. É como se a função do sindicato, no sentido de promover os interesses dos trabalhadores, fosse condicionada por hábitos e visões burguesas sobre a vida e sobre a organização das atividades políticas. Esse aspecto não poderia ser diferente, uma vez que as instituições atuam dialeticamente na luta de classes, contribuindo para manter a 'ordem' social propiciando, ao mesmo tempo, um espaço para o crescimento político das classes subalternas. Entretanto, pode-se dizer que uma parte essencial desse crescimento político tem raízes nas práticas cotidianas de resistência dos trabalhadores.

### **2.3 Sujeito político, Trabalho e Luta**

Diversos autores trataram a questão do crescimento político da classe trabalhadora e do surgimento das comissões de fábrica, sobretudo a partir das greves de 1978/1979, apontando a questão das lutas no cotidiano da fábrica e sua relação com o conhecimento das técnicas de produção e do processo produtivo como condição para o desencadeamento dessas lutas (GARCIA, 1982; BRITO, 1982; MARONI, 1982; GOMES; MARONI, 1984). Marco Aurélio Garcia situa a relação entre as práticas de resistência no dia a dia da produção e o processo pelo qual a classe foi se descobrindo e se constituindo como classe. O autor fala de um processo lento, caracterizado por “pequenas ações que permitiram ao trabalhador brutalizado pela exploração vencer seu isolamento e reconhecer-se como classe num pequeno gesto de recusa dessa exploração”<sup>3</sup> Realmente, as táticas de luta dos trabalhadores em São Bernardo, por exemplo, presentes nas lutas que se desencadearam a partir de 1978, refletem uma opção pelo rompimento com certas regras do jogo definidas pelo patronato. Com essas lutas, um novo questionamento passa a ter lugar: dirigido à legalidade industrial e à organização capitalista do processo de trabalho, que está no bojo da resistência operária no espaço fabril. Os pontos de maior questionamento, nessa época, diziam respeito à qualidade ou à quantidade de produção, ao ritmo de trabalho, à hierarquia no processo de produção,

---

<sup>3</sup> “Jogar dominó durante o trabalho, ou simplesmente diminuir a cadência, demorar-se um pouco mais no banheiro ou lá colar um recorte de jornal que pudesse interessar a seus companheiros, foram iniciativas que prepararam comportamentos mais coletivos: operações tartaruga, sabotagens, protestos contra os feitores e mesmo greves”. (GARCIA, 1982, p. 15)

além de questões como o poder disciplinar imposto pelo patronato através de normas e regulamentos que traduzem a legalidade da fábrica.

No âmbito dessas novas práticas, ao partirem para o questionamento das normas de trabalho e de um senso comum relativo ao cotidiano da produção, as lutas localizadas e a resistência assumem um sentido político que, por sua vez, questiona a disciplina presente na luta sindical. Nesse sentido, é válido afirmar a importância da eclosão dessas novas formas de luta para se construir e se consolidar a ação sindical no espaço fabril, notadamente através das comissões de fábrica.<sup>4</sup>

Certamente, essa presença sindical na fábrica traz a sua contrapartida dialética, ao limitar a ação operária autônoma no espaço produtivo e centralizar suas possibilidades de organização. Note-se, por exemplo, que os estatutos das comissões de fábrica chegam a deslocar o poder de decisão das assembleias de fábrica para o sindicato. (MARONI, 1983, p. 42). Todavia, o aspecto mais significativo, em termos de inovação da prática política dos trabalhadores, está na “mudança de qualidade” da própria luta: passeatas dos trabalhadores no espaço da fábrica, como foi o caso da Scania, da Ford e da Mercedes Benz, em 1982 e 1983; tomada da fábrica, a luta pela adesão dos mensalistas, (pessoal burocrático e técnico da fábrica) ao movimento grevista, as operações tartaruga, entre outras formas de luta que levam ao confronto com a organização capitalista do processo de trabalho.

A luta na produção traz o novo, traz a interferência de fatores externos ao espaço habitual de luta, levando à aceleração das mudanças qualitativas no plano mais global da luta de classes. Os órgãos institucionais de representação dos trabalhadores reagem, como era de se esperar, a essas formas de luta que fogem ao controle da burocracia. Nesse processo de transformação histórica da luta dos operários, setores da burocracia sindical passam a ver como inoportunas algumas lutas e reivindicações que traduzem o questionamento da legalidade industrial inerente à organização capitalista do processo de trabalho. (MARONI, 1982, p. 110).<sup>5</sup> É um processo de polarização de posições acerca do local da luta operária e de suas formas. A esse respeito, é interessante reproduzir algumas palavras do Documento do Comando de Greve dos Operários da FIAT/DIESEL, escrito durante a greve de 1981:

---

<sup>4</sup> “Reconhecidas pelo patronato como um novo direito, as comissões de fábrica são patrocinadas pelos próprios sindicatos. A ação sindical conquista, assim, as fábricas e passa a intervir decisivamente nelas”. (MARONI, 1983, p. 41).

<sup>5</sup> A autora cita um documento, um folheto emitido pela diretoria sindical e reproduzido pelo Jornal Convergência Socialista nº 23, durante a campanha salarial de 1980, explicando porque a reivindicação da redução da Jornada para 40 horas semanais não entrou em pauta, com justificativas que coincidem com os interesses patronais.

De sua parte, os atuais sindicatos, atrelados ao Ministério do Trabalho, não são organismos em que a classe operária possa confiar. Esses sindicatos não combatem a essência da crueldade do capital, nem têm condições de se tornarem instrumentos eficazes de luta, na medida em que se organizam e são administrados da mesma forma que uma empresa capitalista. Os empregados dos sindicatos consideram os diretores como patrões. Por quê? Porque eles agem como patrões. Têm suas mordomias, privilégios, ajuda de custo, prestígio que pouco a pouco os afastam do nível social comum aos trabalhadores e os levam a brigar encarniçadamente pela perpetuação nos 'cargos' de diretores da empresa. Defendem a burocracia administrativa e o assistencialismo, e impedem que o sindicato se transforme num instrumento ágil, pronto a intervir e apoiar as lutas travadas pela classe. (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO, 1981).

Na perspectiva desses trabalhadores, que enfrentaram a burocracia sindical, ao lutarem contra a organização capitalista do processo de trabalho, os sindicatos acabam por encerrar em sua estrutura relações de poder que chegam a reforçar aquela submissão e obediência cuja prática o poder disciplinar da fábrica consagra no cotidiano da produção. Eles defendem, ainda, que os trabalhadores precisam criar formas de luta e de organização, livres da influência patronal e questionadoras do autoritarismo em todos os seus aspectos.

Ao que parece, o desenvolvimento dialético de contradições dessa natureza resultou na já mencionada ação sindical no espaço fabril (ver nota nº 4), sobretudo a partir da emergência das comissões de fábrica, como síntese gestada nas contradições entre as lutas institucionalizadas e aquelas de caráter mais espontâneo, localizadas no dia-a-dia da produção. (MARONI, 1983, p. 41-44).

É fundamental observar que qualquer uma dessas formas de luta, isoladamente, não basta para fazer avançar qualitativamente a luta operária. E é precisamente neste aspecto que a luta no espaço fabril traz uma inovação que se reveste de extrema importância estratégica para o movimento operário. Lutar dentro do processo produtivo implica a construção de formas de re-apropriação da técnica produtiva pelos trabalhadores. A operação-tartaruga, por exemplo, tornou necessário que os trabalhadores conhecessem o processo produtivo, "propiciando o momento em que a relação entre o saber e o poder se manifesta na luta dos operários *e não mais* apenas na construção do poder patronal. O que torna viável a operação-tartaruga é a inversão da lógica do processo produtivo. E' necessário quantificar e controlar o índice de produção. Na medida em que a operação tinha de contar com a comissão de fábrica, mas, ao mesmo tempo, com a iniciativa individual do trabalhador, a inversão da lógica do processo produtivo exigiria do operário o domínio dos pontos estratégicos da linha de montagem. Assim, para impor o bloqueio, quebrar o ritmo de produção e garantir a queda do índice de produção, sem a diminuição da qualidade do produto, o conhecimento do processo produtivo pelo operário da linha torna-se fundamental para o desencadeamento' da forma de luta.

Algumas das estratégias presentes nossa forma de luta traziam, por si mesmas, a necessidade de conhecimento, para que o operário pudesse integrar a sua iniciativa individual no plano coletivo da resistência. Para "deixar o carro passar faltando peças", por exemplo, era necessário definir que atitudes tomar para reduzir o abastecimento de determinadas peças na linha de montagem. (GOMES; MARONI, 1984, p. 59-67). Politicamente, trata-se de contrapor à organização capitalista da produção a re-apropriação operária do saber, atuando no mesmo nível em que se constrói a dominação do trabalho.

É nesse sentido que se torna válido falar da classe operária se construindo historicamente enquanto classe, enquanto sujeito histórico. Algo que marca especificamente as novas formas de luta é o seu caráter de transformação do sujeito, como parte de uma luta contra a alienação. Nesse sentido, a re-apropriação do saber operário se põe como etapa decisiva na reintegração/recuperação da integridade do trabalhador, como parte do reencontro entre o saber e o fazer, na mesma subjetividade. De qualquer forma, fica claro o peso da re-apropriação do processo produtivo pela classe operária na desestabilização do poder do capital. O encontro do sindicato com essas práticas estaria significando o avanço em uma luta totalizadora (através da integração, em uma mesma luta, do espaço institucional e das formas de resistência) contra a alienação do trabalhador.

Ao mesmo tempo, isto significa também um avanço em direção a uma rebelião contra os processos de legitimação do saber dominante. Em outras palavras, a quebra do mito do saber técnico e gerencial vai questionar a hegemonia dos padrões dominantes de organização, produção e distribuição do conhecimento, levando a uma afirmação da validade do saber das classes subalternas.

Na verdade, esse saber está presente no cotidiano, e de certa forma validado pela prática, nas relações do trabalhador com a realidade. Por outro lado, a hegemonia, no que se refere à dominação cultural entre as classes, processa uma relação de complementação mútua com dominação do trabalho, reforçando uma tendência à invalidação do saber popular.

Contudo, é interessante observar o quanto que as percepções das “classes subalternas” elaboram sobre o valor do conhecimento e sobre a dominação através do saber.

São várias as fontes bibliográficas, além de diversas entrevistas realizadas com trabalhadores, seja do meio rural ou das áreas urbanas, que revelam a produção e a prática de um saber ligado ao cotidiano das suas relações com o mundo, além de formas específicas de transmissão de conhecimento. Um caso exemplar de elaboração de saber a partir de observação e prática pode ser relatado sobre a construção de uma ponte em uma rodovia no noroeste de Minas: depois da cheia do rio, que havia destruído as obras da ponte, um lavrador

que vivia nas proximidades aconselhou os técnicos da obra a observar a altura em que estivesse situado o mais baixo ninho de joão-de-barro em uma árvore ribeirinha. A partir daquela altura, segundo o lavrador, eles poderiam reconstruir o piso da ponte, sem temer as cheias do rio.

Vale notar que o próprio desenvolvimento das relações capitalistas de produção tem influência decisiva sobre os processos de formação e transmissão de conhecimento nas classes subalternas. No caso da pequena produção camponesa, a técnica produtiva enquanto conteúdo de conhecimento articula uma integração entre o instrumento ou ferramenta de trabalho e o próprio trabalhador, associando a aquisição dos conhecimentos necessários para a utilização da ferramenta ao próprio processo de utilizá-la. Trata-se de uma forma de transmissão de conhecimento que não está dissociada do processo de trabalho. Nesse caso “são as necessidades próprias do processo de reprodução do camponês e de sua família, passando pela comunidade, que determinam de perto os conteúdos a serem transmitidos, as formas que adotará essa transmissão e a própria constituição de sujeitos ou grupos de sujeitos como qualificados para dirigir determinados processos educativos. Esta qualificação, no entanto, não tem nada de semelhante ao processo de construção de uma categoria de 'profissionais' de transmissão de conhecimento (professores), existente no âmbito da produção em bases capitalistas.” (RABELO; GOMES, 1984, p. 60).<sup>6</sup>

## 2.4 A Construção do Saber das Classes Trabalhadoras

A conhecida entrevista de Antonio Cícero de Souza, o Ciço, é rica de referências a um saber e uma aprendizagem populares:

[...] nisso tudo tem uma educação, não tem? Pode não ter um estudo. Um tipo de estudo pode ser que não tenha. Mas se ele não sabia e ficou sabendo, é porque no acontecido tinha uma lição escondida. Não é uma escola; não tem um professor, assim, na frente, com o nome professor. Não tem. Você vai juntando e no fim dá o saber do roceiro, que é um tudo que a gente precisa saber para viver a vida conforme Deus é servido.' (BRANDÃO, 1982, p. 166).

Um sugestivo trecho de uma entrevista que realizamos com um operário da região industrial de Contagem traz outra importante referência ao saber das classes trabalhadoras:

---

<sup>6</sup> Ainda, segundo as mesmas autoras: “... os conteúdos das relações de ensino-aprendizagem não se limitam àqueles referentes à reprodução material dos trabalhadores (saberes empíricos). Têm grande importância, no interior da pequena produção, as representações de toda espécie que os camponeses fazem de suas condições de existência: representação do sagrado, da tradição, do destino, as quais compõem, no seu conjunto, a ideologia do campesinato, responsável pela reprodução, ao nível simbólico, do conteúdo mesmo desses tipo de sociedade”. (RABELO; GOMES, 1984, p. 60).

*Uma coisa que me manteve na firma por muito tempo foi eu saber produzir. E de eu inventar formas diferentes para produzir mais depressa, pra soltar mais serviço sair mais perfeito ...essas coisas assim. Inclusive, teve uma peça da Itaipu, um mancal; mancal é onde apoia o eixo da turbina ... Esse mancal, não teve jeito de fazer ele na mecânica Douglas, não teve jeito de fazer na mandrilhadora... Eu fiz isso no torno vertical. E isso foi um troço que eles vibraram. Foi um troço muito complicado ... Eu tive que inventar umas ferramentas para trabalhar do lado de dentro da peça, eu tive que colocar espelho pra poder enxergar a ferramenta lá dentro com facho de luz, que era um troço assim meio gambiarrado. (Roberto – torneiro/educador).*

Os caminhos pelos quais passa a relação entre o saber e o poder na produção apresentam um elevado grau de complexidade. Há uma dimensão em que a questão do conteúdo do saber se coloca efetivamente, como valor estratégico, onde a posse desse conhecimento é um dado concreto no processo de luta que reveste a dominação do trabalho. De outro lado, há também a dimensão formal, traduzida pela hierarquia da fábrica, sem que haja necessariamente a posse do saber ou a capacidade de produzir, da parte daqueles que ocupam as posições intermediárias de chefe, de encarregado, ou mesmo de técnico. Outro trecho de entrevista apresenta a seguinte experiência de produção de conhecimento pelo operário, sobre a forma de desenvolver o seu trabalho:

*Sempre aconteceu comigo. Uma vez, pra fazer uns tambor lá, eu até briguei com um sujeito lá um tal de Joaquim que era chefe de ferramentaria. . . Porque a gente fazia uns tambor, esses tambor de ponte rolante, que ele tem umas roscas, esquerda de um lado e direita do outro, porque um enrola e outro desenrola o cabo, para descer o cabo e subir. Aproveita o mesmo redutor para fazer os dois movimentos. É um cilindro. E o cabo de aço vai em cima dele. Então, você coloca o cabo, uma rosca direita e outra esquerda, pra poder subir e descer. E a luneta, que ele é comprido e então ele tem de ter um apoio; luneta é uma coisa que apoia. Então eu boleei um rolamento, para poder pegar ele pra trabalhar mais fácil. Bolei, fiz ela toda, né? E afinal de contas, quando saiu o desenho lá, assinou no desenho um cara lá, eu fui lá discutir com ele e aí ficou por isso mesmo. Acabou que ele é que ficou dono da idéia. (Roberto – torneiro/educador).*

Conhecimento adquirido nas práticas cotidianas, ou criatividade que se manifesta conjunturalmente, tudo faz parte de uma totalidade, que é o saber produzido e processado fora dos locais ou canais oficializados e legitimados pelo senso comum e pela ideologia dominante, com sua específica e diferenciada valoração estratégica. Da mesma forma que se delimitam com o rótulo de ciência, de técnica ou de educação, áreas e regiões de poder associadas aos processos de produção e de circulação do conhecimento, é preciso notar que este processo se estende para fora e para além da produção e das relações de trabalho. O senso comum, as idéias morais, o saber fazer, as concepções do cotidiano estão manifestas enquanto luta ideológica e luta cultural, nas diversas dimensões da vida das pessoas. Vão além do

processo de dominação que o trabalhador vive no seu trabalho e se complementam no conjunto de seu cotidiano.

Vale dizer que existe não só um conhecimento específico do tipo de vida das populações, como também a produção de uma ética e de uma *política*, de uma resistência que corresponde a uma determinada posição na luta de classes. Naturalmente trata-se de um tipo de senso comum dominado, produzido e vivido nas relações com um poder que se afirma por diversos meios, além do controle e da produção de conhecimento, num certo sentido, com a própria produção de poder estando articulada com a produção de uma ‘verdade’.<sup>7</sup> O que importa ver é até que ponto esse ‘conhecimento dominado’ se estende como percepção de relações entre dominação no trabalho e dominação na sociedade. E descobrir se as condições de vida, na fábrica e na cidade são percebidas como ligadas ao cotidiano de opressão e exploração. A partir daí, não seria difícil observar que as classes populares podem desenvolver a percepção da necessidade delas construírem politicamente o seu próprio saber e de se voltarem estrategicamente para o acesso ao conhecimento das classes dominantes. Mais ou menos como uma elaboração a partir das práticas de resistência.

No cotidiano das populações periféricas, podem-se detectar sinais dessa resistência, às vezes marcada por uma indiferença com relação àquilo que procede de fora da comunidade ou da classe social. E de referência freqüente o exemplo da escola de periferia:

Raros sujeitos subalternos se envolvem pessoalmente e a comunidade nunca se envolve coletivamente, e não porque todos se sentem alheios à escola e pouco dignos ou preparados para ela, para servi-la, para desfrutá-la. Eles apenas consideram a escola uma necessária presença alheia ao mundo da classe, da comunidade. Do mesmo modo como a delegacia de polícia o posto de saúde, as agências regulares ou episódicas de 'bem-estar-social' ou de 'participação comunitária', a escola é sempre uma coisa 'de fora'. Uma agência com poderes e serviços aproveitáveis que invade um espaço social de vidas e representações coletivas de uma vida que vive como sua a Escola de Samba e o terreiro de Umbanda e, como 'de fora', a escola dos filhos, o MOBREAL e todas as outras agências exteriores de mediação de serviços setoriais à comunidade e controle político sobre a classe. (BRANDÃO, 1982, p. 177).

Como já foi dito antes, julgamos importante identificar os caminhos pelos quais passam as práticas de resistência da produção ao espaço vivencial total dos trabalhadores. Na

<sup>7</sup> “Em nossas sociedades, a ‘economia política’ da verdade tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios e comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)”. (FOUCAULT, 1984, p. 13).



verdade, a relação não corresponde exatamente a uma extensão da resistência do trabalho para a comunidade. É algo que, de certa forma, "já estava lá", tanto na produção como na vida no espaço urbano, como resposta das classes populares às condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, suas práticas culturais são também práticas políticas, mas falamos, mais precisamente, de uma ligação consciente entre o dia-a-dia e as condições de exploração e de opressão. Não é difícil para o trabalhador perceber que ele não deixa de ser explorado ou oprimido ao sair pelo portão da fábrica.

É nesse sentido que a trajetória e as experiências dos trabalhadores-educadores que se construíram nas mobilizações em fábricas, que se organizaram no grupo Mutirão e caminharam para a criação do CAT, no bairro Jardim Teresópolis, em Betim, surgem para nós como um trabalho revestido de conotação política consciente e integrado no quadro da luta de classes. Surgem como a marca de uma construção do movimento operário enquanto luta urbana e luta social, com um projeto político vivido e amadurecido em uma experiência de autoconstrução como sujeito político.

O registro das lutas é que vai trazer a história dos sujeitos ou dos pequenos grupos que não apenas fundam novas formas de luta, mas que também dão continuidade a um processo mais amplo, que é o da luta cultural, que afirma identidade e que fortalece a cidadania de determinados grupos sociais.

### **3 A CLASSE TRABALHADORA E AS LUTAS CONTRA O AUTORITARISMO**

#### **3.1 Antecedentes: a região de Betim, a industrialização e a formação da classe trabalhadora local**

Algumas informações sobre o cenário em que essas lutas e essas experiências sucederam podem ser importantes para uma melhor análise de um processo de auto-afirmação e formação de uma classe, enquanto sujeito político, ou de alguns sujeitos que assumiram o protagonismo de uma classe, segundo eles mesmos deram a entender em suas entrevistas. Nos antecedentes desse processo há toda uma história de trabalho, de trabalhadores, de grupos de pessoas que vieram construir relações sociais e políticas no lugar, além das transformações nas atividades econômicas, que resultaram em transformações na composição da população, com fortes modificações nas estruturas da sociedade local. Nesse caso, adquire importância o conhecimento sobre o lugar, como se deu o povoamento, a origem dos que vieram viver nele, sua cultura, suas condições de moradia, de vida em geral, os recursos com os quais puderam contar em toda uma sucessão de acontecimentos que levaram à industrialização e à formação da classe trabalhadora local.

Localizada a trinta e um quilômetros de Belo Horizonte, a cidade de Betim teve destacado papel no processo de aceleração do desenvolvimento industrial da região, como pólo de atração de investimentos industriais, sobretudo do setor automotivo e sua cadeia produtiva, em pleno processo de internacionalização do capital. Para a o município e para toda aquela região industrial, esse processo trouxe no seu bojo as formas de exploração do trabalhador que produzem o chamado “trabalhador de massa”. (PALLOIX, 1982, p. 89), e trouxe o tratamento que o capital proporciona à força de trabalho nos países periféricos: baixos salários e más condições de trabalho.

Fato decisivo para a consolidação futura enquanto região industrial foi a criação da Cidade Industrial de Contagem, pelo governo estadual, em 1941. O planejamento estadual, no período, busca integrar Minas na implantação e desenvolvimento da indústria siderúrgica, no contexto das políticas de substituição de importações. A construção da fábrica da Magnesita, com a produção de refratários, na Cidade Industrial de Contagem, e a implantação da Mannesmann, no Barreiro, Belo Horizonte, na década seguinte, mostram que se procurava consolidar, na localização do processo de industrialização da Região Metropolitana, a facilidade de acesso a São Paulo. A aceleração do processo de industrialização e a política de atração do capital da indústria automobilística na segunda metade dos anos 1950 ocasionaram a ampliação e a modernização da rede rodoviária, com a construção de grandes vias asfaltadas

atravessando toda essa área industrial. Esses fatos criaram condições melhores para a implantação de uma nova fase industrial, a partir dos anos sessenta, com uma série de grandes indústrias, nacionais e multinacionais se estabelecendo na região. O processo de industrialização trouxe para Betim, a partir dessa época, inicialmente a Refinaria Gabriel Passos, da Petrobrás. Na década seguinte, o processo de industrialização se intensificou enormemente.

A política de incentivos fiscais e financiamentos que o governo mineiro vinha desenvolvendo, desde 1969, viabilizou a chamada “Nova Industrialização Mineira”, que atraiu inúmeros empreendimentos, com o setor mecânico apresentando a maior proporção de investimentos. Em Betim, nesse setor, podemos citar a FIAT, a Krupp e a FMB, entre outras indústrias, com uma grande capacidade de absorção de trabalhadores, o que intensificou o processo de imigração que já vinha significativo. O ramo metal-mecânico, que absorvia cerca de 25% da mão-de-obra industrial no início dos anos 70, passou a absorver 35% da mão-de-obra nos novos investimentos. (QUIRINO; MEDEIROS, 1978). Nesse ramo mecânico, é a indústria automobilística e a de auto-peças que vão garantir maior absorção de trabalhadores.

A atuação do Estado, com a Nova Industrialização Mineira, promoveu a criação de diversos distritos industriais nos municípios da Região Metropolitana, mantendo um órgão especialmente destinado a isso, que era a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais (CDI). Em pouco tempo, foram criados novos distritos industriais em Contagem, Vespasiano, Santa Luzia, Belo Horizonte e Betim. Localizado próximo da FIAT, o distrito “Paulo Camilo” receberia, além da Krupp e da FMB, a implantação de várias outras indústrias: Foseco, Timinas, Ritz, Cascadura Industrial, Sada, Soldering, Transauto, Polimed, Asit-Aplic, Westinghouse e Marcopolo. Ainda nas proximidades do distrito, seguindo a BR 381-262, foram implantadas: Cerâmica Fernando, Fábricas de Balanças Brasil, Siderúrgica Paraopeba, Tenda, Flex-Solas, Big Bloc, Transferminas, Manufatura Abis, Termo-dinâmica, Bemplast, BEMEC. (PINTO, 1997, p. 59-61),

Houve uma desaceleração do processo de industrialização, nos primeiros três anos da década de 80, devido a uma recessão que se refletiu em mais de mil demissões na FIAT e na desativação da Krupp. Nesse período, o número de empresas que se instalaram foi menor do que o da década anterior. São elas: Ermetra Indústria e Comércio, Peças Plásticas de Precisão, Ltda, COMEC Construções Metálicas, Transportadora Gasparzinho Ltda, Betumel Indústria e Comércio, Transportes Niquini, Nacional Implementos Rodoviários, Drill Gel Indústria e Comércio, Kaatz Produtos Metalúrgicos, Refratários BRASIL, CODEME Engenharia, Supergasbrás Distribuidora de Gás, Tropical Transportes, Empresa de Transportes Asa

Branca, B. B. Rubber Ltda, Tatiana Transporte de Líquidos. Essas empresas localizaram-se na região próxima da FIAT, e para leste, sempre próximo da BR 381. Apenas duas empresas, no período 80-83, se instalaram fora dessa região: a Iquímia e a Transportes Francisco Agenor. (PINTO, 1997, p. 60).

Segundo a mesma autora, a intensidade da industrialização de Betim é reanimada com a recuperação econômica da conjuntura mundial, nacional e municipal a partir de meados da década de 80. A reativação da implantação industrial vem com a reestruturação produtiva, que vai, em nome da “qualidade total”, inspirada no modelo japonês, incentivar a concentração de fornecedoras próximas das empresas como a FIAT e a Refinaria Gabriel Passos, acelerando a implantação de empresas de subprodutos da Petrobrás e de produção de autopeças. Além disso, multiplicam-se as transportadoras, que vão atender a todas as empresas, consolidando o modelo do “*just in time*”. (PINTO, 1997, p.60).

O período de 1984 a 1990 assistiu a implantação de mais 45 grandes empresas na região leste e ao longo do eixo da BR 381/BR 262. Grande parte delas era destinada atividade de transportes e a produzir embalagens para exportação, além das metalúrgicas, empresas de montagem industrial, produção de ferramentas, peças, vidros de segurança, em suma, empresas que atendem empresas, configurando mais ainda o novo desenho da organização da produção. O fato a ressaltar aqui é que o crescimento do número de trabalhadores que aconteceu em Betim, seja com a contratação para trabalhar nas empresas, seja para a construção e implantação das mesmas, veio trazendo um forte crescimento demográfico para o município, com a ocupação crescente das áreas vizinhas ao movimento da industrialização.

Os dados dos recenseamentos realizados desde 1950 são os seguintes:

**Tabela 1 – Crescimento Demográfico de Betim – 1950-2010**

<b>Ano</b>	<b>População</b>
1950	16.376
1960	26.409
1970	37.815
1980	84.183
1991	170.934
2000	306.675
2010	378.089

**Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**

Ou seja, a população mais do que duplicou durante a década de setenta, e quadruplicou entre 1970 e 1991. A tabela nos permite, ainda, considerar o crescimento em dois intervalos de trinta anos: a população do município quintuplicou entre 1950 e 1980 e

creceu quatro vezes e meia nos trinta anos seguintes. Trata-se de um município com elevadíssima participação de imigrantes na sua composição demográfica. O perfil dos trabalhadores que foram responsáveis pelo crescimento acelerado da força de trabalho na indústria de Betim é, então, na sua maioria, o do imigrante, de praticamente todas as regiões de Minas Gerais e do Brasil. Esses imigrantes foram ocupando regiões que eram antes inabitadas, estabelecendo novos bairros em diversas direções. Na área próxima às grandes indústrias como a FIAT, FMB, REGAP, KRUPP, que hoje a Prefeitura chama de Regional Teresópolis, surgiram os bairros Jardim Teresópolis, Vila Recreio, Alvorada, Amazonas, Vila Boa Esperança, Riacho III, Jardim Pampulha, Jardim Piemonte, e Novo Amazonas, entre outros. Essa área reuniu uma população majoritariamente imigrante, o mesmo acontecendo com alguns bairros da regional Centro, Imbiruçu, PTB e Bandeirinhas, onde várias indústrias também se instalaram.

Em decorrência dessas características, será notável, portanto, a transformação no perfil da população do município, que vai apresentar características habituais nos processos de urbanização e modernização da organização da vida, do estilo de relações sociais, de convivência, de características culturais e da relação com a política.

Segundo Terezinha Assis Pinto,

[...] o crescimento acelerado da população, nos últimos anos, provocou também, mudanças em seu modo de vida que passa a ter características de cidade grande, onde as pessoas não conhecem os vizinhos, a marginalidade social e criminal é crescente, o trânsito é confuso no centro, as pessoas correm mais para conseguir exercer suas tarefas cotidianas. Os espaços urbanos estão delineados entre bairros e favelas que também refletem a divisão de classes sociais. (PINTO, 1997, p. 31).

No dizer da mesma autora,

[...] até a década de 60, a população vivia, como em qualquer cidadezinha do interior, distante, isto é, as diversões eram as festas religiosas, o 'footing' na Praça Tiradentes onde funcionava também o cinema, os jogos de futebol que dividiam a torcida, entre o Vera Cruz e o Industrial. Esses clubes tinham suas sedes onde realizavam seus bailes e 'horas dançantes'. Os meses de maio e junho eram, respectivamente, marcados pelas festas de coroação de Nossa Senhora e fogueiras das festas de Santo Antônio, São João e São Pedro [...] Todas as pessoas se conheciam e era comum, ao final da tarde e à noite, vizinhos se reunirem para conversar enquanto as crianças brincavam nas ruas. (PINTO, 1997, p. 59-61).

No período dos acontecimentos de que tratamos aqui, essa Betim dos anos 50 e 60 já havia ficado no passado, mas esses contingentes migratórios que povoaram a região industrial, certamente trouxeram características de outros modos de viver que fizeram parte de sua formação em regiões que não haviam passado por essas transformações. As entrevistas

que tivemos com moradores que vieram para Betim nesse período de crescimento industrial mostraram vários deles procedentes do interior de Minas. Talvez, essa população predominantemente forasteira tenha encontrado nas mobilizações, tanto de moradores quanto dos trabalhadores nas greves, alguma forma de preservar hábitos de companheirismo, amizade e solidariedade que faziam parte de suas identidades nos seus locais de origem. Voltaremos a esse ponto mais adiante, quando tratarmos da fala dos moradores. O fato é que muitos movimentos que ocorreram na sociedade brasileira, nos anos setenta e oitenta, ocorreram também em Betim, mobilizando e envolvendo trabalhadores e moradores dos bairros e das periferias urbanas que cresceram com a industrialização.

### **3.2 O Desgaste do Autoritarismo e a Contextualização da Retomada das Greves**

As mobilizações e as lutas que aconteceram no período de referência deste estudo constituíram espaço e oportunidade para formação política, ou seja, espaço de educação para aqueles que delas participaram. Portanto, é importante e necessário tratar do contexto em que se construíram os movimentos que a sociedade brasileira viveu nos anos setenta e oitenta, incluindo as greves de trabalhadores que se notabilizaram mais a partir de 1977. A razão disso é que, como será visto mais adiante, alguns dos trabalhadores de cuja experiência educacional falaremos, neste trabalho, tiveram sua experiência de vida fortemente marcada pelas greves que ocorreram no período, sobretudo pelas que ocorreram no eixo Betim-Contagem-Belo Horizonte, das quais eles participaram e com as quais eles contribuíram com a sua experiência de militância.

Certamente, uma análise de toda a conjuntura em que ocorreram as greves do final dos anos setenta não pode nunca deixar de lado o clima que envolvia a sociedade brasileira em 1977:

[...] a retomada do espaço público de manifestação por setores da sociedade civil que lutavam contra o regime autoritário em 1977 (assim como a primeira greve operária em 1978) significará uma conquista e uma mudança de qualidade para o movimento oposicionista como um todo (e não apenas para os seus protagonistas diretos), que foi concretizada e absorvida, evidentemente, de diferentes formas e segundo dinâmicas próprias em cada setor. (ABRAMO, 1999, p. 192).

Tratar dessa questão poderá remeter a uma abordagem que considere sinais anteriores, de que a legitimidade do regime militar vinha sendo questionada desde sempre, inclusive por setores que chegaram a organizar a resistência armada. Esse tema será tratado mais adiante. Mas, no plano das relações de força na sociedade civil, o fato é que, depois de um período de

muita desarticulação dos movimentos sociais, que vinha desde o Ato Institucional número 5, de dezembro de 1968, algumas respostas são identificáveis a partir de 1973.

Como mostra Laís Abramo, começa a surgir a crítica mais explícita ao modelo econômico nos jornais da imprensa alternativa. E, ainda:

Justamente no momento em que a violência repressiva do regime conhece seu auge, a luta pelo respeito aos direitos humanos e a liberdade de expressão e organização começa a dinamizar-se em alguns setores da sociedade, tais como os estudantes, os intelectuais e parte da Igreja. Se até então as notícias de prisões, torturas e assassinatos realizados pela polícia política eram recebidas, em geral, com terror e silêncio, começam a surgir as primeiras respostas mais articuladas e visíveis da sociedade civil à ação repressiva do Estado. (ABRAMO, 1999, p. 185-186) .

A autora lembra, como exemplo de uma expressiva manifestação dessa reação incipiente da sociedade civil, a missa celebrada em 30 de março de 73 pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, em homenagem ao estudante Alexandre Vanucchi Leme, aluno de geologia da USP, assassinado pelas forças da repressão dias antes. A realização desse ato religioso, que foi um ato de coragem da arquidiocese, foi resultado da reação que o assassinato do jovem provocou entre os estudantes da USP, que “conseguiram superar o terror imposto pela violência da repressão, unificar-se em seu protesto e desmascarar a versão da ditadura. Realizada na Catedral da Sé, em São Paulo, a missa contou com a presença de cerca de 3 mil pessoas. Os principais pontos do centro da cidade foram tomados pela polícia, o que no entanto não impediu que a Igreja se lotasse de estudantes, religiosos, amigos e familiares. (ABRAMO, 1999, p. 207).

Os anos seguintes trouxeram mais acontecimentos que desgastavam o governo militar e fortaleciam a organização da sociedade, a exemplo das eleições de 1974, que chegaram a ter algum caráter plebiscitário (NERY, 1975). O voto oposicionista, notável, sobretudo, nos bairros populares das grandes cidades do país, elegeu dezesseis senadores e fortaleceu o papel do partido de oposição, o MDB, podendo ser consideradas como uma primeira manifestação mais ampla e abrangente de oposição à ditadura, desde 1968. As repercussões e desdobramentos dessa vitória contra a ditadura vieram na forma de fortalecimento e disseminação de práticas de mobilização nos bairros populares, nas fábricas, universidades, debates, imprensa alternativa, sempre oportunizando mais discussão e mais conhecimento dos fatos que envolviam as relações entre o governo e a sociedade.

Em 1975, mesmo ano em que Lula é eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, com 92% dos votos, continuam a acontecer atos de violência do regime, incluindo a prisão, tortura e morte de muitos militantes contrários à

ditadura. Entre esses trágicos acontecimentos, teve maior repercussão o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, dentro das celas do Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), no II Exército, para onde ele fora levado preso. A comoção que o crime provocou teve, desta vez muito mais amplitude, incluindo setores que antes não haviam se manifestado contra a violência e o autoritarismo do regime. O evento ecumênico que homenageou o jornalista teve a participação de parlamentares, intelectuais, artistas e jornalistas, que intensificaram a atuação de seus órgãos de representação. Os sindicatos da categoria e a Associação Brasileira de Imprensa, puderam avançar muito mais na atividade de informar, que agora já contava com um espaço um pouco maior nos meios de comunicação. O debate que denunciava a violência e o autoritarismo intensificou-se na sociedade. Nas palavras de Abramo,

O repúdio público e coletivo de amplos setores da sociedade à ação repressiva do Estado marcou um novo momento de inflexão na luta contra a ditadura [...] Demonstrou a possibilidade da solidariedade ativa dos diversos movimentos de oposição, e o protesto produziu um efeito importante no sentido de tolher efetivamente o poder repressivo do Estado. (ABRAMO, 1999, p. 188).

O caso Herzog representou uma mudança importante sob diversos pontos de vista. Mesmo que não se tratasse do primeiro opositor assassinado nas prisões do regime desde a eleição de Geisel, o assassinato alguém bastante conhecido é a primeira provocação explícita feita pelos membros do aparelho de repressão.

Momentos como esse, que contribuem para tornar mais agudas as contradições entre a sociedade e o Estado autoritário, apontam igualmente para o desenvolvimento das contradições que animavam de dentro o desgaste do regime militar. As vertentes mais radicais do regime irão procurar mostrar força e testar as correlações no interior de seu próprio campo. Colocam o governo central numa situação de escolha:

Geisel se acha numa situação periclitante, obrigado a se definir frente às práticas dos órgãos de repressão. Estes manifestam entre si uma solidariedade infalível: durante o enterro do jornalista, agentes do SNI distribuem à imprensa uma nota defendendo a comunidade de informações e segurança. (CHIRO, 2012, p. 185-186).

Num cenário de descontentamento da opinião pública e contra a opinião do Ministro do Exército (Gen. Sylvio Frota), do Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) - Gen. Figueiredo - e do Comandante do II Exército (Gen. Ednardo d'Ávila Mello), Geisel manda abrir um IPM sobre a morte do jornalista Herzog e o coronel responsável pelo inquérito, um dos fundadores do Centro de Informações do Exército e politicamente ligado à chamada



“linha dura”, conclui pelo suicídio do jornalista. Segundo Chiro, o General Ednardo festeja esse resultado declarando que o IPM de Herzog é “a melhor resposta aos nazistas vermelhos”. (CHIRO, 2012, p. 186).

As contradições internas do bloco governamental se explicitaram mais ainda. Conforme nos lembra Chiro,

A comunidade de segurança e seus incensadores saem vitoriosos do caso Herzog. Mas a repetição de uma história idêntica, menos de três meses depois, faz com que o presidente declare guerra aos agentes da repressão mais fanáticos. Em 17 de janeiro de 1976, o sindicalista Manoel Fiel Filho morre nas mesmas condições e entre as mesmas paredes que Vladimir Herzog, as do DOI de São Paulo. O assassinato é igualmente dissimulado em enforcamento e até o mesmo médico-legista, Harry Shibata, atesta isso durante a autópsia. (CHIRO, 2012, p.186).

Manoel havia sido preso na véspera, na fábrica onde trabalhava, por dois agentes do DOI-CODI/SP, que se diziam funcionários da prefeitura. A nota oficial emitida pelos órgãos de segurança dizia que ele havia se enforcado com suas próprias meias, mas o corpo apresentava sinais evidentes de tortura. As torturas feitas a ele dentro do II Exército de São Paulo provocaram o afastamento do general Ednardo d’Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação da sua morte. (PALMAR, 2012).<sup>8</sup>

Como se poderá ver, pela narrativa de Chiro, o agravamento de contradições pode apresentar diversos níveis de sua explicitação. A linguagem da hierarquia é uma das armas, por vezes sutis, na guerra de posições que se instalou no interior do aparato repressivo do estado, traduzindo a composição de forças e suas disputas hegemônicas no conjunto do bloco histórico que mantinha o poder no Brasil, ao longo do regime militar iniciado em 1964.

Nas palavras desse autor, o caso Manoel Fiel Filho

[...] é agravado pelas infrações às regras hierárquicas na comunicação da informação à Presidência: é, com efeito, o governador de São Paulo, Egydio Martins, e não os responsáveis militares, que anuncia a Geisel o assassinato do preso. As sanções não se fazem esperar: no dia seguinte, o general D’Ávila perde o comando do II Exército e o coronel Confúcio Danton de Paula Avelino, o do CIE. Geisel toma essa dupla decisão sem avisar ao seu ministro do Exército, o general Frota. A mensagem presidencial é cristalina: a partir daquela data, os assassinatos políticos cometidos pelo estafe repressivo não serão mais considerados deslizes imputáveis a subalternos indisciplinados. Os superiores hierárquicos, até o mais alto na da cadeia de

<sup>8</sup> A morte de Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, foi o auge de operação de “cerco e aniquilamento” do Partido Comunista Brasileiro (PCB), concentrada em São Paulo, mas que se estendeu a todo o país. Além do jornalista, foram mortos no Doi-Codi em São Paulo o professor Jean Leszek Dulemba, da Universidade de Campinas (Unicamp), o tenente reformado José Ferreira de Almeida, o Piracaia, em 8 de agosto, e o operário Manoel Fiel Filho, em 18 de janeiro de 1976. No final de outubro, o general Ednardo D’Ávila Mello, que liderou a operação, em seu relatório, contabilizava o sucesso da operação: 128 presos nas celas da rua Tutóia somente naquele mês, elevando para 2.409 o número de prisões efetuadas pelo Doi-Codi; mais nove presos haviam chegado ao Doi-Codi vindos de outros órgãos, elevando para 908 o número de prisioneiros detidos em outros estados e encaminhados para sua jurisdição, em São Paulo. (BOTELHO, 2004).

comando, serão considerados responsáveis por eles. Nenhum preso político morre mais sob tortura nas prisões brasileiras depois de Manoel Fiel Filho. (CHIRO, 2012, p.185-186).

O que se pode depreender de toda essa série de contradições e escaramuças que imprimiam mudanças nas relações de poder entre sociedade e governo militar e entre setores internos ao governo militar é que os acontecimentos avançaram rumo a uma concentração de posições contra a ditadura. Ainda que se tratasse basicamente de pressões políticas, via parlamento, mesmo que tímidas, e de questionamentos via imprensa, movimentos sociais, manifestações, as pressões por relaxamento de censura, movimento pela anistia aos perseguidos pelo regime, etc., o foco seria a crise de legitimidade.

Diversos setores da sociedade civil se posicionavam, nesse período, contrariamente ao autoritarismo, à polarização das condições de vida da população e às variadas formas de opressão movidas pelo estado ditatorial.

### **3.3 Os Espaços de Mobilização e os Movimentos com a Igreja**

Muitas formas de organização de ações coletivas vinham se desenhando, criando espaço para mais informações serem compartilhadas e, eventualmente, se desdobrarem em atuação política. Essas atividades contavam, em muitos casos, com a participação de pessoas ligadas à igreja, no marco da Teologia da Libertação. Tratava-se da construção de uma militância condizente com as crenças daqueles que buscavam trazer para a prática os ensinamentos do evangelho, na perspectiva da opção preferencial pelos pobres.

Por essas práticas, a teologia da libertação constituía uma das matrizes geradoras de novos discursos do cotidiano popular identificadas por Sader (1988, p. 144).

Esse autor identifica três instituições, nos anos setenta, que trabalharam vertentes de interpretação e ação junto aos movimentos do cotidiano da população na sua luta por melhores condições de vida. A primeira delas, mais capilarmente envolvida com a sociedade, mais profunda na relação com a cultura popular e direcionada ao acolhimento das comunidades, é formada exatamente pela complexidade dinâmica desempenhada pela *Igreja*, com suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), suas Comissões Pastorais, seus órgãos hierárquicos de exercício do poder religioso. Sua capilaridade, seu reconhecimento imediato decorrem da religiosidade popular. Outra matriz discursiva lembrada por Sader é a que ele chama de “marxismo de uma *esquerda dispersa*”, dos grupos de esquerda sobreviventes ao período mais violento da repressão que o regime militar fez desencadear sobre a resistência.

De sua elaboração discursiva faz parte “um corpo teórico, consistentemente elaborado, a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo”. (SADER, 1988, p. 144). A terceira matriz discursiva se constitui dos setores que restavam, seja como reorganização, seja como criação de novas alternativas, do *movimento sindical*. Para Sader, a matriz sindicalista “não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar constituído para agenciar os conflitos trabalhistas.” (SADER, 1988, p. 144). Na abordagem do autor, o “novo sindicalismo” tem, na época, os discursos mais imediatamente aderidos aos conflitos, os mais “atuais”, pois são elaborados “operando progressivos deslizamentos de significados nas fissuras dos discursos dominantes, produzidos nos enfrentamentos sociais.” (SADER, 1988, p. 145).

Esses três agenciamentos, essas três instâncias geradoras de elaborações discursivas serão referência para os movimentos sociais. Os discursos, as visões de mundo serão adaptadas a cada situação e articuladas pelos encontros, pelos coletivos, na produção das falas, personagens e projetos que colocarão as comunidades em movimento.

Na sua brilhante análise das 3 agências ou “centros de elaboração discursiva que visam o cotidiano popular e o reelaboram da ótica de uma luta contra as condições dadas”, Sader lembra que as três vivem uma crise, sob a forma de um descolamento com seus públicos respectivos e procuram novas vias para reatar suas relações. (SADER, 1988, p. 144). As elaborações discursivas pela via das Comunidades Eclesiais de Base mostram bem claramente esse processo, como veremos a seguir.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - traduzia oficial e institucionalmente grande parte do que era levado à prática pelos setores da Igreja que eram próximos ao movimento social. Os agentes das várias pastorais desenvolviam sua atuação em bairros populares, vilas, favelas, comunidades rurais, indígenas, e por setores específicos nas grandes cidades, buscando fortalecer a atuação coletiva e política em prol de mais cidadania e mais direitos para esses diversos segmentos. Por essa época, no espaço de quatro meses, a CNBB publicou dois documentos de grande repercussão nacional. Um dos documentos divulgados pela CNBB questionava a ideologia da Segurança Nacional, que se espalhava pelo Continente, e deixa claro:

O treino para esta “guerra anti-subversiva, na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1976, p. 13).

Mais adiante, o documento, referindo-se à perseguição a agentes da pastoral movida ou acobertada pelo governo, diz:

Não devemos lamentar a sorte de Dom Adriano, dos padres Rodolfo e João Bosco, do índio Simão. Seria bom se as autoridades descobrissem e punissem os responsáveis pelo seqüestro, não para desagrar o bispo, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1976, p. 18).

Outro documento da CNBB foi publicado em fevereiro de 1977, aprovado pela 15ª assembléia da entidade, realizada na segunda semana daquele mês. O documento é bastante explícito, ao falar da participação política:

29. A participação, embora diversificada, não pode ser discriminatória, aberta sem restrições a certos grupos e categorias sociais e limitada para outras categorias, como por exemplo, às dos estudantes, intelectuais, artistas, lavradores e líderes populares. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1977, p. 10).

Ao falar da segurança, o documento mantém a linha de crítica ao regime, quanto às prisões arbitrárias, o desaparecimento de pessoas contrárias ao governo e à impunidade pelos atos de terror de setores clandestinos, dos órgãos de segurança:

37. A segurança, como bem de uma nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total. (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 1977, p. 11-12).

As palavras e as denúncias presentes nos dois documentos expressam, além do seu conteúdo explícito, a existência de atividades, formas de organização, de toda uma dinâmica na realidade dos movimentos sociais e das mobilizações que já vinham existindo na sociedade brasileira naquele momento.

Entre as formas de mobilização que puderam, na sua relação com os movimentos populares, impulsionar ações voltadas para a transformação social, destacam-se as CEBs, as Comunidades Eclesiais de Base, que tinham, ainda que de forma marcada por contradições, a aprovação e o apoio da Igreja católica. (PAIVA, 1987).

A relação das CEBs com os movimentos populares teve um papel decisivo na dinamização de forças políticas voltadas para a transformação social. Além disso, as CEBs constituíram um espaço fundamental para o aprendizado das práticas da “pequena democracia”, numa opção pedagógica de conscientização que conseguiu trabalhar, de forma

capilar, vários setores que fortaleceram a resistência ao regime ditatorial que se instaurou em 1964. As práticas de resistência foram se aglutinando em torno de poucas forças que sobreviveram à consolidação do militarismo. No caso das CEBs, é importante ver que a Igreja proporcionava espaço e condições mínimas para formas de organização, advindas de sua própria história e identidade: a Segunda Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, colocava como palavra de ordem a opção preferencial pelos pobres, justamente num contexto de ditaduras militares que vicejavam no continente. A formação de grupos que davam abrigo aos oprimidos, aos explorados, aos injustiçados que constituíam grande parte dos povos da América Latina foi consequência dessa busca de se construir uma alternativa para se ter uma sociedade mais justa. Assim, vieram as Comunidades Eclesiais de Base, grupos que já faziam parte dos planos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, e que surgiram com as marcas da opressão, da pobreza, da perseguição política, do direito à vida, promovendo assim o sentido comunitário, o diálogo em busca de soluções, a discussão fraterna e democrática nos salões paroquiais, as campanhas da fraternidade, entre outras ações.

O mais importante a registrar é que as CEBs se compunham de gente do povo, trabalhadores rurais e urbanos, gente sem poder de decisão sobre suas próprias condições de transformação de vida, sujeitas a um sistema de poder totalmente alheio à sua sorte. A firmeza de propósitos que as animava vinha da sua configuração enquanto “*comunidades*: lugar de relações primárias, ao nível pessoal, afetivas; *eclesiais*: comunidades de fé em Jesus Cristo, sinal de sua salvação e presença; *de base*: o núcleo menor deste todo que é a Igreja, identificado, na prática, com os pobres” (PAIVA, 1987, p. 142). De suas práticas e seus encontros, vinham as definições de seus problemas, que eram sempre os do cotidiano de uma gente sofrida e injustiçada. Citando relatórios do Encontro Mineiro de CEBs, em João Monlevade, 1981, Paiva aponta os problemas identificados pelos participantes, sempre com relação ao trabalho, à moradia e à saúde. As CEBs organizavam reuniões periódicas, constando do momento de oração, de reflexão e de organização das atividades. Segundo Paiva, o trabalho das CEBs começou na zona rural e contava com dois elementos favoráveis: as relações sociais mais do tipo interpessoal, que favorecia bastante o desenvolvimento de iniciativas comunitárias, e, de outro lado, a forte influência da Igreja e da religiosidade: “Apoiadas por uma Igreja renovada, as comunidades rurais caminharam para a organização sindical e para a organização política. As CEBs começaram a se identificar como um lugar de resistência face à política global do regime.” (PAIVA, 1987, p. 150).

Ainda de acordo com Paiva, as CEBs em Minas Gerais tiveram sua primeira experiência em área urbano-industrial na cidade de Contagem. Nas palavras desse autor:

Ali já houvera, ainda na década de 60, uma experiência de renovação eclesial, com padres operários, numa linha de militância profissional. Tudo, porém, foi desmantelado com a repressão dos anos 69-73. O trabalho recomeçou, à base de grupos de reflexão, círculos bíblicos, grupos de ruas, todos preocupados em fazer nascer uma nova forma de ser Igreja. Dadas as próprias condições dos bairros em que surgiam, as comunidades desempenhavam espontaneamente o papel de associações de bairro, lutando, de corpo e alma, pela melhoria das condições de habitação e de vida, salientando-se, aos poucos, a questão do trabalho. Foi uma época de proliferação, ao abrigo das CEBs, de associações de moradores de toda sorte. Reivindicações como água encanada, luz, asfalto, transporte, segurança, escolas, atendimento médico-hospitalar, etc, eram objeto constante da atuação das comunidades urbanas. (PAIVA, 1987, p.150).

A vivência e a prática da “pequena democracia” foram avançando, na experiência das populações dessas áreas. Mesmo sob um regime autoritário, a possibilidade de discutir, fazer propostas a respeito dos problemas identificados, encaminhar as propostas para votação, aprovar ou substituir as propostas, tomar decisões num encontro coletivo, organizar a prática das decisões tomadas, tudo isso vai criando um novo espaço nas relações entre cultura e política, uma vez que se tratava de populações habituadas a não terem o espaço da fala.

A expansão das CEBs em Minas Gerais contou com a organização de diversos encontros, onde se discutia a sua contribuição para a organização das classes populares. A participação nos encontros, que passaram a ter periodicidade anual, cresceu e a natureza dos mesmos também se diversificou, passando a acontecer encontros paroquiais, inter-paroquiais, setoriais, diocesanos, regionais, estaduais, interestaduais e nacionais.

Nos debates, eram identificadas as formas de opressão sobre as classes populares, como a que se dá através da exploração do trabalho no campo (testemunho de camponeses presentes) e na cidade, concluindo que os que trabalham não têm o fruto do que produzem e que alguns estão tendo muito, “porque muitos estão ficando sem nada” (PAIVA, 1987, p. 152) Também era identificada a opressão que vinha através da não-organização dos trabalhadores, como a repressão, os sindicatos atrelados, o desemprego, bem como a opressão através das más condições de vida: “O trabalhador vive em péssimas condições de vida e o governo só fica enrolando as soluções para os problemas dos bairros. Para eles, pobre só tem de estar vivo para agüentar a trabalhar e dar lucro para eles, nada mais.” (PAIVA, 1987, p.152). Finalmente, a opressão ideológica:

A opressão dos poderosos que é colocada dentro de nós e que nós, sem saber, usamos contra nós mesmos: - alimentando o egoísmo, o comodismo, o individualismo (Cada um por si, Deus por todos); colocando descrença na cabeça do povo, para que não acredite em sua própria força, para que o pequeno não acredite no pequeno e fique só esperando as soluções dos ricos e dos políticos; desviando a atenção dos problemas reais do povo; confundindo a cabeça do povo; falando informações erradas para que os trabalhadores fiquem desacreditados; desenvolvendo a idéia de que o homem é melhor do que a mulher; usando a religião para oprimir. (PAIVA, 1987, p. 153).

Tudo isso fazia parte de um programa de conscientização, que se destinava a estimular a participação política, como se pode notar neste trecho de um dos relatórios dos Encontros: “Hoje, vamos falar sobre a política na vida do pobre. Não são só os políticos que fazem política, que, aliás, muitas vezes é politicagem. Mas também o povo faz a sua política, quer dizer: está se organizando para defender os seus direitos. É um grupo de Pastoral Operária que

[...] é a oposição sindical que [...] é o Clube de Mães que [...] é a Associação de Bairros que [...] é o é a Comissão Pastoral da Terra que [...] são os Bóias-Frias [...] são os jovens [...] são as CEBs [...] é a própria Igreja [...] Enfim, fazer política é em primeiro lugar a organização do povo em vista duma mudança radical da nossa sociedade. (PAIVA, 1987, p.158).

E, mais adiante: “Política é colocar o poder a serviço do povo. O que está havendo atualmente é o poder em cima e o povo cá embaixo [...]. É importante que as eleições sirvam para ajudar o povo a se organizar.” (PAIVA, 1987, p. 159).

É nessa conjuntura que as CEBs vão se desenvolver e estimular a criação e articulação de novos espaços e instrumentos de resistência, nos diversos bairros da região industrial que engloba áreas dos municípios de Contagem, Betim e Belo Horizonte. Os clubes de mães, as associações de bairro, os grupos de jovens multiplicaram-se e passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores. De acordo com Neves (1995, p. 179), a presença das mulheres é uma constante nessas iniciativas, pois as donas-de-casa dispunham de um tempo maior e mais profundo, em relação à vida do bairro, enquanto os maridos passavam o dia fora, no trabalho. Geralmente, a Igreja cedia o local para as reuniões e articulações que dinamizavam a luta das comunidades, favorecendo o atendimento de diversas demandas. Foi assim, por exemplo, no Bairro Lindéia, da região do Barreiro, em Belo Horizonte, onde as mobilizações articuladas pela Associação de moradores conseguiram o posto de saúde, a escola, duas creches, o asfaltamento de ruas, entre outras reivindicações que foram bem sucedidas. (NEVES, 1995, p. 180).

Tanto as práticas desenvolvidas pelas CEBs, quanto as propostas constantes de seus programas de conscientização indicam que elas tiveram papel significativo no sentido de

estimular as forças populares a buscar a realização de melhores condições de vida. Elas contribuíram, assim, para a efetivação dos movimentos populares enquanto luta pelo poder, no sentido mesmo do *princípio da hegemonia*, voltada para a transformação da ordem social em direção aos seus interesses fundamentais, que se dirigem para a construção de uma sociedade mais justa.

O sentido de transformação da sociedade, que animou a existência das CEBs, nos coloca diante da sua efetiva proposta de organização do movimento popular, em consonância com os grupos de esquerda, com a realidade da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), com os diversos setores que apoiaram as greves dos anos setenta e oitenta, ou seja, uma espécie de continuidade e co-participação com outras matrizes discursivas. (SADER, 1988).

Elaborar uma visão mais completa sobre a dinâmica desses processos é tarefa difícil, uma vez que os embates que animavam as transformações estão distantes no tempo e as forças em evidência também se transformaram. Mas é possível decifrar um pouco mais desse passado, à luz das elaborações conceituais presentes em importantes proposições de Gramsci. Considerando-se a hegemonia como correlação de forças, a idéia de se transformar a ordem social e econômica e de se aprofundar as contradições do enfrentamento vai encaminhar a análise para a concepção da guerra de posições. A luta dos discursos, a luta por novas relações hegemônicas, pela união de forças populares emergentes favorece a consolidação de espaços na sociedade civil para a atividade da crítica, da elaboração de novas concepções de mundo. Nesse sentido, construir hegemonia passa pela capacidade de conquistar a unidade entre teoria e prática, de perceber que as concepções que são ensinadas à classe trabalhadora não correspondem aos seus interesses, de superar a dominação ideológica que a atinge através de inúmeros canais. Significa a classe trabalhadora passar a desenvolver as reivindicações, as lutas e movimentos, desenvolver uma prática que faça o enfrentamento à concepção de mundo na qual ela foi educada. O que acontece aqui vai na direção mostrada por Gramsci, de uma luta de hegemonias:

A consciência de ser parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tenha a sua fase elementar e primitiva no sentido de ‘distinção’, de ‘separação’, de independência apenas instintiva, e progrida até à posse real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. (GRAMSCI, 1975, p. 1385).



A elaboração de discurso que repercutirá na educação, na formação de quadros, nos movimentos sociais, através da já mencionada “pequena democracia”, as etapas diversas da “conscientização” pelas CEBs, tudo isso faz parte de uma nova dinâmica de tomada de consciência de uma realidade que, por isso mesmo, vai dando mais espaço para as reivindicações, como parte do aprofundamento das contradições que avançam na sociedade. Nesses processos, o espaço da produção da visão de realidade terá outros atores, que trazem do passado sua experiência e sua identidade militante.

### **3.4 A Esquerda Dispersa e a Matriz Discursiva Marxista-Gramsciana**

O contexto dos anos setenta, que é quando os trabalhadores/educadores de que falamos neste trabalho se encontraram, se conheceram, e avançaram mais com a sua auto-construção enquanto formadores e organizadores, traz as inúmeras faces do processo de retomada dos movimentos sociais e da construção de novos sujeitos políticos na sociedade brasileira. A participação dos grupos que Sader chama de esquerda dispersa, que vinham se reorganizando ao longo da década, constitui uma frente de produção de discurso que é amplificada pela sua palavra impressa em vários jornais de esquerda da imprensa alternativa. Esses jornais correspondiam às matrizes ideológicas e à opinião de grupos ou tendências de esquerda que haviam se organizado ou se reconstruído nas condições que vieram após seu quase aniquilamento pela ditadura militar. As perspectivas de cada uma dessas correntes de pensamento tinham em comum um objetivo de transformação da realidade social e política, uma proposta socialista que se incorporava na sua elaboração discursiva. Uma análise das relações entre a imprensa alternativa e o movimento sindical levanta os seguintes nomes de jornais e suas respectivas tendências ou partidos, existentes em 1981:

- 1- Convergência Socialista: fração bolchevique (Moreno) da IV Internacional.
- 2- Em Tempo: Grupo Mandel do Secretariado unificado. Democracia Socialista, Centelha (MG) e Peleia (RS).
- 3 - Hora do Povo: MR-8 – cisão do PCB.
- 4 - Movimento: --- cisão do PC do B.
- 5 - O Companheiro: – Movimento de Emancipação do Proletariado.
- 6 -O Trabalho: – grupo Labert-Corqui, da IV Internacional (Mais tarde Organização Socialista Internacionalista (Liberdade e Luta).
- 7 – Tribuna Operária: PC do B, cisão do PCB.
- 8 – Voz da Unidade: PCB. (ARAÚJO et al., 1991, p. 260).

Diversas outras publicações da imprensa alternativa existiram, na época, correspondendo ou não a grupos de militantes de uma esquerda atomizada, dispersa e que nem sempre podia também contar com a produção do discurso jornalístico. Alguns ficaram

apenas no primeiro número, outros tinham alcance restrito e outros eram produzidos pela imprensa sindical ou pelas oposições sindicais. Alguns desses jornais tinham alcance inicialmente regional, como o Coojornal, de Porto Alegre, o De Fato, de Belo Horizonte, o Posição, de Vitória, o Varadouro, de Rio Branco, o Cidade Livre, de Brasília. Todos esses, no entanto, chegavam a ser vendidos em outras capitais e tiveram a duração de três a quatro ou cinco anos. (KUCINSKI, 2001, p. 59-65).

Desde os mais conhecidos e duradouros, como o Opinião e o Pasquim, até os jornais “basistas”, mais localizados e ligados aos movimentos populares, o fato é que a produção do discurso vinha se canalizando claramente para a luta hegemônica.

Uma das referências mais emblemáticas do jornalismo alternativo basista, foi o Jornal dos Bairros, já mencionado neste trabalho, que circulou durante mais de quatro anos em Contagem, Betim, Ibirité e Cidade Industrial de Belo Horizonte. Nessa região industrial, a partir do surgimento da Pastoral Operária, em 1976, começaram a se desarticular os currais eleitorais que davam continuidade à política tradicional clientelista. Foram criadas as oposições sindicais e mobilizavam-se assembléias com centenas de trabalhadores e moradores dos bairros, que buscavam fortalecer suas associações. O jornal veio da iniciativa de cinco jornalistas, entre os quais Nilmário Miranda, Tilden Santiago e Sandra Freitas, que tiveram posteriormente participação na política e no jornalismo, no período de democratização. O Jornal dos Bairros era de tiragem quinzenal e atingia 64 bairros.

Segundo Kucinsky, o

Jornal dos Bairros foi vítima do amadurecimento do processo de conscientização e organização que ele próprio ajudou a gerar. Tornou-se insuficiente diante da dinâmica do movimento social, ou repetitivo em relação a boletins e volantes desses movimentos, mais ágeis e diretos. Os próprios voluntários locais do jornal eram disputados pelos movimentos sindicais. (KUCINSKY, 2001, p. 82).

O autor lembra que em todos os cinturões industriais surgiram jornais semelhantes, e cita o “Hora Extra”, mensal, que foi lançado em Nova Iguaçu para um público operário, e após um ano passou a circular em forma mimeografada. O Repórter da Região foi lançado em Campinas, em junho de 1978, por doze jornalistas, sob influência da eclosão das greves do ABC, e chegou a vender treze mil exemplares. Durou pouco mais de três anos, até fim de 1981.

Kucinsky aponta, ainda, o ABCD Jornal, surgido na região industrial do ABC em São Paulo, em 1976; O Repórter de Guarulhos, surgido igualmente num distrito industrial; e o Jornal da Vila, voltado para um conjunto de sete bairros da periferia sudeste de São Paulo,

ambos de 1978. Todos esses tinham a participação de antigos militantes da Ala Vermelha. (KUCINSKY, 2001, p.83). Remanescentes da esquerda revolucionária, alguns grupos exerciam a sua militância na imprensa alternativa, nos movimentos sociais, nas reuniões organizadas pelas CEBs e nas atividades de educação popular. Outro jornal alternativo basista da época foi o “Batente”, criado em Osasco, pela Ação Católica Operária e por grupos de base da Frente Nacional do Trabalho, organizações que vinham de uma experiência anterior marcante, que era a greve de 1968.

É interessante lembrar que, ainda que estivessem articulados com partidos políticos, com organizações remanescentes da esquerda revolucionária inclusive, jornais da imprensa alternativa dessa modalidade desenvolviam crítica a posturas dogmáticas de alguns jornais que mantinham um discurso ideológico mais genérico. Questionavam o distanciamento dos problemas imediatos do povo, que, nessa concepção de um jornalismo mais participativo deveria deixar de ser meramente receptor de informações.

De acordo com Kucinsky, ao priorizar a valorização do cotidiano e a reportagem sobre a vida concreta da população essa opção punha em prática a crítica da esquerda e das novas escolas de jornalismo, que viam os meios de comunicação de massa como manipuladores, formadores de uma visão de mundo segundo os interesses das classes dominantes. Portanto, pautavam-se conforme a tradição marxista (MARX; ENGELS, 1999, p. 72) e, depois, a da Escola de Frankfurt.<sup>9</sup>

Levar essa crítica para a prática é também ver nos movimentos populares e comunitários, que se multiplicavam, as possibilidades objetivas de construção de contra-hegemonia. Se forem consideradas aqui todas as frentes de atividades, que se multiplicaram no sentido de favorecer a criação ideológica própria, de estimular a integração entre movimentos trabalhadores e moradores das comunidades, a construção de um espaço político e social, mais ainda a análise se viabilizará através das elaborações conceituais de Antônio Gramsci. A contra-hegemonia ganha visibilidade nas condições em que a hegemonia se mostra em crise. Considerando que a hegemonia é entendida como a capacidade que uma classe, ou uma fração ou conjunto de frações de classe, um grupo social ou mesmo um partido ou movimento tem de dirigir outros segmentos sociais, é um corolário dessa concepção a hegemonia ser entendida também como relação consensual entre grupos que estão fora do

---

<sup>9</sup> “Já em seu artigo de 1937, Horkheimer lança as bases de uma teoria do intelectual orgânico, visto como alguém que colabora, ou na tentativa de cimentar as relações sociais e de dominação existentes (teóricos tradicionais), ou na luta pela libertação dos oprimidos e sacrificados pelo sistema social vigente (teóricos críticos). (FREITAG, 1986, p. 42).

poder. São circunstâncias em que a hegemonia revela sua natureza de processo, de relação orgânica, de ser movimento, de ser dinâmica.

Nesse sentido, se a crise é de legitimidade, de confiabilidade do bloco que se encontra no poder efetivo da sociedade política, o espaço do ativismo político das classes populares, ou subalternas, aumenta e elas avançam em um ambiente favorável para a organização da contra-hegemonia. Seus intelectuais, portanto, intelectuais orgânicos das classes subalternas, na concepção de Gramsci, é que deverão preparar as bases da contra-hegemonia, organizando e desenvolvendo formação política e consciência de classe, criando uma “nova cultura”, outra visão de mundo, identificando, assim, a sua atuação com uma espécie de “luta cultural”. Para Gramsci, é importante que o novo movimento tenha surgido em obras filosóficas de caráter popular, de massa, e não em obras-primas da filosofia:

O que é importante é o nascimento de uma nova maneira de conceber o homem e o mundo, bem como o fato desta concepção não mais ser reservada aos grandes intelectuais, mas tender a se tornar popular, de massa, com caráter concretamente mundial, modificando (ainda que através de combinações híbridas) o pensamento popular, a mumificada cultura popular. (GRAMSCI, 1978, p. 127).

Nesse sentido, a guerra de posição traduz a idéia de ocupar espaços do aparelho do Estado com a contra-hegemonia construída pela organização de massa da classe dos trabalhadores e suas organizações de cultura. Nesta guerra de posição, as instituições de hegemonia, que funcionam para a dominação pelas classes dirigentes, vão sendo lentamente ocupadas ou perdem terreno diante de novos instrumentos político-ideológicos da contra-hegemonia, até chegarem condições propícias da mudança de hegemonia.

Os espaços e atividades em disputa, nesse caso, serão aqueles que Gramsci defende que deveriam ser estudados concretamente, que perfazem a organização cultural que movimenta o mundo ideológico. Segundo ele, seria interessante um estudo da relação numérica entre o pessoal que profissionalmente é dedicado ao trabalho ativo cultural e a população de cada país. Além da escola e da igreja, que são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número do pessoal que utilizam, seria útil focalizar: “os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares, seja enquanto integram a escola de Estado, seja como instituições de cultura, do tipo Universidade popular.” (GRAMSCI, 1975, p. 1394). Sob esse enfoque, as diversas instituições de hegemonia são vistas como locais e instrumentos de luta de classe. Gramsci exemplifica a guerra de posição:

A resistência passiva de Gandhi é uma guerra de posição, que se torna guerra de movimento em certos momentos e em outros, guerra subterrânea: o boicote é guerra de posição, as greves são guerra de movimento, a preparação clandestina de armas e de elementos combativos de assalto é guerra subterrânea. (GRAMSCI, 1975, p. 122).

Se observarmos o período de que falamos aqui à luz dessas concepções, será possível identificar características de uma luta de hegemonias, acontecendo em áreas ou setores específicos de atividades na sociedade civil e em determinados grupos sociais.

Gramsci chama a atenção para o necessário entendimento de alguns mecanismos e processos envolvidos nessa luta de hegemonias. Um primeiro foco se dirige ao processo de chegada à consciência crítica da realidade por parte do homem comum, dos trabalhadores, daqueles que vivem a vida das classes populares ou subalternas. Trata-se das considerações de Gramsci sobre a construção da consciência política. Segundo ele,

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua atuação que, não obstante, é um conhecimento do mundo, posto que o transforma. A sua consciência teórica pode, inclusive, estar historicamente em contraste com a sua atuação. (GRAMSCI, 1975, p. 1385).

Para esse homem comum, segundo Gramsci, a compreensão crítica de si mesmo (e de sua inserção na realidade) será obtida

[...] através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, para alcançar uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (GRAMSCI, 1975, p. 1385).

Observa-se, portanto, que unificar teoria e prática, no sentido da consciência política da efetiva realidade da vida das classes subalternas corresponde a um processo que é, como diz Gramsci, “um devir histórico que tem sua fase elementar e primitiva no sentido de ‘distinção’, de ‘destaque’, de independência apenas instintivo e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária” (GRAMSCI, 1975, p. 1385). Esse ‘distinguir-se’, ‘destacar-se’, pressupõe a *autonomia* da visão de mundo. Aqui, está em foco uma das principais elaborações em continuidade com a concepção de luta de hegemonias, que se aprofunda em direção ao conceito de *práxis*. A dialética dessa luta de hegemonias acontece no cotidiano das classes, na tensão entre autonomia e subordinação. A filosofia da práxis, como prática que se torna consciente e consciência que se torna prática, “tem, nas lutas de classe, na história, o seu grande laboratório” (DIAS, 1996, p. 52). Nesse embate é que se

constrói uma nova hegemonia, que supõe uma unidade intelectual e uma ética associada a uma concepção de realidade que superou historicamente o senso comum e que se desenvolve na crítica, tornando-se essencial na luta política.

Talvez, as palavras mais emblemáticas sobre a concepção de práxis na teoria marxista sejam aquelas da famosa tese sobre Feuerbach, “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras; o importante é transformá-lo”. (MARX; ENGELS, 1999, p. 128). Se pensarmos essas palavras como um ponto de partida para um entendimento da práxis, no sentido que trabalhamos aqui, poderemos observar que Kosik acrescentaria: “os homens ingressam na situação dada independentemente da sua consciência e vontade, mas, tão logo ‘se acham’ dentro da situação, a transformam.” (KOSIK, 1985, p. 219). Na visão dele,

[...] o homem supera (transcende) originariamente a situação, não com a sua consciência, as intenções e os projetos ideais, mas com a práxis. A realidade não é um sistema dos meus significados, nem se transforma em função dos significados que atribuo aos meus planos. Mas, com o seu agir, o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. (KOSIK, 1985, p. 220).

Esquemáticamente, poder-se-ia dizer que são as condições da vida dos seres humanos que se tornam uma situação insuportável e desumana em relação à práxis, que deve transformá-las. Para Kosik, as regras, os modos e as formas de convivência são o espaço em que atua o movimento social e, em determinadas situações, este espaço torna-se limitado e é considerado como prisão e falta de liberdade. Nesse sentido, a autonomia e a liberdade constituem a atividade histórica que cria formas em que as classes sociais conquistam a práxis. Assim, Kosik associa o momento laborativo, a relação do homem com seu trabalho e com a natureza, e o momento da consciência, para dizer que “a práxis é tanto objetivação do homem e domínio da natureza quanto realização da liberdade humana.” (KOSIK, 1985, p. 205).

Mas, é na elaboração marxista que o conceito de práxis vai ter a construção que o aproxima da prática transformadora da realidade humana. Não vamos aprofundar aqui a exposição sobre essa construção, mas é importante apontar um dos seus momentos mais decisivos, que é discutido nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, que é aquele em que Marx trata do trabalho alienado. Sabemos que Marx analisa o trabalho como uma atividade humana que produz mercadorias, riquezas, enfim, um tipo peculiar de objetos dos quais se apropria quem não trabalhou, ou seja, o capitalista. Essa atividade prática material através da qual o trabalhador transforma a natureza e gera objetos e toda uma infinidade de produtos é

vista, portanto, como uma atividade alienada, tornada própria de outrem. Nesse sentido, Marx acrescenta que se trata da criação de um objeto no qual o sujeito trabalhador não se reconhece, que aparece para ele como algo independente, tornado outro ou próprio de outro. Nas palavras do próprio Marx: “Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador*.” (MARX, 2001, p.119).

Por esse entendimento, fica implícita uma visão dialética da relação entre o homem e o trabalho. O trabalho nega o homem, mas também o afirma, uma vez que, na produção o homem vai objetivar-se mediante o trabalho, mas, nessa objetivação, ele se torna também um ser social. O homem vai estar necessariamente envolvido numa relação social de produção.

Aqui está colocado um processo de alienação que se estende a uma continuidade de alienações, como se observa no próprio Marx:

Toda a auto-alienação do homem, de si mesmo e da natureza, manifesta-se na relação que ele postula entre os homens, para si mesmo e para a natureza. portanto, a auto-alienação religiosa manifesta-se essencialmente na relação do leigo com o sacerdote, ou então, já que tratamos do mundo espiritual, na relação do leigo com um intermediário, etc. No mundo real prático, a auto-alienação só pode revelar-se mediante a relação prática, real, com outros homens. (MARX, K. 2001, p. 119).

A grande novidade que se anuncia nesse ponto é que a alienação do trabalho, que é explicada pela necessidade da produção, cria não somente mercadorias ou objetos, mas cria também relações humanas, relações sociais e, portanto, a produção material de coisas é também uma produção social.

No entanto, será nas *Teses sobre Feuerbach* que Marx desenvolverá uma elaboração já implícita nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que vai, não somente, direcionar o conceito de práxis para a ação transformadora e revolucionária, mas vai possibilitar que se faça do próprio marxismo uma verdadeira “filosofia da práxis”. Como foi mencionado antes, uma síntese *do sentido* do que se quer dizer aqui está implícita na tese XI. Mas, outros elementos que vão enriquecer o conceito de práxis, em nível de especificação das argumentações e das ações transformadoras, podem ser identificados nas *Teses sobre Feuerbach*.

A consolidação da idéia de *práxis* como atividade humana sensível, abrindo espaço para a atividade revolucionária, prático-crítica, surge na primeira tese, onde Marx questiona que “os objetos, a realidade, a sensibilidade somente são apreendidos sob a forma de objeto ou de intuição”, ao fazer a crítica ao idealismo materialista de Feuerbach. (MARX, ENGELS, 1999, p.125).

A tese número 2 consolida a práxis enquanto critério de verdade: “É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento.” Efetivamente, o homem somente conhece o mundo por ele ser objeto ou produto de sua atividade e, além disso, somente o conhece por atuar praticamente, graças à sua atividade real transformadora. Em outras palavras, o problema da verdade objetiva não pode ser resolvido teoricamente, como em um mero confronto teórico de nosso conceito com o objeto, ou de um pensamento com outros pensamentos.

Ao dirigirmos a atenção para a tese 3, observaremos que ela coloca em evidência a relação dialética entre as circunstâncias que fazem os homens mudarem e a influência transformadora da educação, uma vez que declara que *o educador precisa ser educado*. Com esse tipo de relação transformadora, ela aponta para a iniciativa do sujeito que faz a história, quando acrescenta: “A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como práxis revolucionária”. (MARX; ENGELS, 1999, p. 126). Com relação ao educador dever ser educado, a reflexão nos remete imediatamente para as concepções de Gramsci. Com a mesma perspectiva de uma educação como ação transformadora, Gramsci vai direto ao objetivo de criar uma nova cultura, um novo processo educativo, para que a classe trabalhadora forme os seus próprios intelectuais. Se o intelectual orgânico da classe dominante dá consistência à hegemonia, o intelectual orgânico da classe proletária vai lutar para reduzir o poder de coesão dos grupos e classes que detêm a hegemonia, buscando criar condições para que sua classe se apodere progressiva e democraticamente dos pontos-chave de controle do Estado. Fica, portanto, como um valor estratégico fundamental na luta de hegemonias, a educação do educador.

Nas palavras de Mesquida,

Gramsci defende uma educação que forme o homem de modo que ele seja capaz de pensar, de governar e de controlar aqueles que governam e, para isso, ele precisa necessariamente passar de uma visão de mundo fundada no senso comum para uma concepção de mundo filosófica. O educador do educador, assim, seria formado de maneira a desenvolver sua práxis pedagógica como um “intelectual orgânico” das classes proletárias. O educador, intelectual, não somente elabora a visão de mundo dessas classes, como difunde e infunde na classe de origem o sentido de uma ação contra-hegemônica. (MESQUIDA, 2011, p. 37).

A preocupação de Gramsci é de que é necessário construir, desenvolver uma consciência de classe, uma nova visão de mundo e, para isto, é necessário construir novos intelectuais, construir os intelectuais orgânicos das classes trabalhadoras. Segundo ele,



Autoconsciência crítica significa histórica e politicamente criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se distingue e não se torna independente ‘por si’ sem organizar-se (em sentido lato), e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico do nexos teoria/prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 1975, p. 1386).

Segundo Gramsci, o processo de criação de uma intelectualidade orgânica da classe trabalhadora é um processo lento, difícil, contraditório, com avanços e recuos, com dispersões e reagrupamentos, e sempre marcado por variações na “fidelidade” das massas. Realmente, faz parte da luta de hegemonias essa experiência, diante da fragilidade, da instabilidade dos novos conhecimentos, negadores, geralmente, da visão tradicional e, portanto, difíceis de serem assimilados, diante da desigualdade de forças no contexto da disputa de poderes de difusão. Gramsci dá importância a este aspecto da luta de hegemonias, considerando que

[...] as novas concepções das massas populares são extremamente débeis, especialmente se estas novas convicções estão em contraste com as convicções (mesmo novas) ortodoxas, socialmente conformistas, segundo os interesses gerais das classes dominantes. (GRAMSCI, 1975, p. 1391).

Outro detalhe dessa luta de hegemonias, condizente com a referida instabilidade das novas concepções, passa pelo divisionismo interno das massas populares, ou das classes trabalhadoras, divisionismo este, sempre estimulado pelas classes dominantes, até mesmo no desenho da organização do trabalho. Gramsci vai lembrar que uma “parte da massa mesmo subalterna é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não apenas como antecipação histórica, mas como necessidade atual.” (GRAMSCI, 1975, p. 1389).

Ainda, como lembra Semeraro citando Gramsci, “as classes dominantes, de fato, têm se afirmado porque privaram sistematicamente os subjugados do saber científico” e do controle do processo de produção, de modo que:

[...] o operário é levado a se menosprezar [...] a pensar que é ignorante e incapaz [...] a se convencer que suas opiniões valem pouco [...] que a sua função na vida não é a de produzir idéias, de dar diretivas, de ter opiniões, mas, ao contrário, é a de seguir as idéias dos outros, as diretivas dos outros, ouvindo de boca aberta as opiniões dos outros.” (GRAMSCI apud SEMERARO, 2015, p. 24).

A hegemonia burguesa estabelece que, concretamente, o conhecimento científico esteja fora do alcance das classes trabalhadoras, e elas terão acesso a um conhecimento fragmentado, requerido pela sua prática profissional delineada pela pedagogia patronal. Nessas condições, Gramsci conclui pela necessidade de que a classe trabalhadora crie suas

próprias instituições para organizar e consolidar o conhecimento, já, nesse aspecto, associado à luta de hegemonias. Por considerar as dificuldades já referidas, ele aponta necessidades táticas, válidas para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mente popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto em, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de um tipo novo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, se satisfeita, é a que realmente modifica o panorama ideológico de uma época. (GRAMSCI, 1975, p. 1392).

Publicações que refletem a necessidade da formação de formadores assinalam mais uma das proposições básicas da luta de hegemonias: educar os educadores é, sem dúvida, um valor estratégico da maior importância no contexto da construção/desconstrução da hegemonia. Uma das primeiras alusões de Gramsci a essa questão pode ser encontrada na referência a um possível livro sobre as práticas e experiências de educação desenvolvidas na prisão em Ustica, onde ele, juntamente com outros companheiros havia ministrado cursos, inclusive de História da Filosofia. A idéia do registro das experiências já trazia o objetivo de trabalhar a reflexão sobre as práticas educativas ali desenvolvidas que seriam discutidas, com o objetivo de aperfeiçoar os cursos realizados na prisão. Essa proposta trazia, portanto, a idéia de que haveria um processo permanente de reflexão e discussão das práticas que eram registradas.

A ação dos intelectuais é indispensável na construção e manutenção das hegemonias:

O intelectual orgânico da classe dominante trabalha para impedir o surgimento daquilo que Gramsci chama de “auto-consciência crítica” e até mesmo se pode afirmar que a luta é contra o surgimento de intelectuais orgânicos da classe antagônica subalterna, à qual, por sua vez, cabe inverter a direção política, preparando para uma nova hegemonia, onde o mesmo clima cultural entre intelectual e massa abre espaço para uma unidade entre o sentir e o saber. (JESUS, 1989, p. 67).

Assim, a luta de hegemonias envolve como ponto decisivo na sua estratégia a formação de intelectuais, de formadores, e também a produção e circulação de conhecimento que reforce as articulações de outra visão de mundo. Como resume Dias,

[...] é necessário todo um trabalho de consolidação das novas orientações gerais de elaboração da nova linguagem, de fazê-las tornarem-se cotidiano das massas, como que uma nova segunda natureza, com o que se tornam *espontaneidade racional*. (DIAS, 1996, p. 55).

Observar o quanto a análise e a construção gramsciana se mostram ligadas, identificadas com a elaboração conceitual de Marx, na objetivação e historicidade da práxis é importante aqui, para que possamos passar aos elementos que possibilitam identificar, mesmo que em parte, esses instrumentos conceituais e teóricos na dimensão fatural da época que temos como referência neste trabalho. Assim, nunca é demais enfatizar o caráter de síntese da mais citada das *Teses Sobre Feuerbach*, a de número onze, já expressa anteriormente, uma vez que a transformação do mundo a que ela se refere é a efetiva marca do conceito de práxis. Transformação consciente, articulada com a luta de hegemonias, com a construção de saberes, com a formação de intelectuais orgânicos, de organizadores, com a produção de planos e instituições, práticas e métodos, contando com a educação de educadores. Portanto, vale dizer que:

No campo do *stricto sensu*, a práxis se consubstancia como o conteúdo de uma tecnologia, desenvolvida ao longo da história das relações do homem com a natureza, visando transformá-la. Em sentido amplo, é no âmbito da atividade social, no qual o homem, organizando-se em partidos, sindicatos, organizações operárias, transforma, com os outros homens, a organização social. (CUNHA, 2009, p. 56).

Enfim, a proposta de *conscientização*, de certa forma integrada com as idéias que animaram parte dos grupos que se reorganizavam nos anos setenta e no início dos anos oitenta no Brasil, trazia muito dessas concepções que mesclavam, de forma apropriada, inclusive, elaborações gramscianas e ensinamentos de Paulo Freire. A perspectiva pedagógica que nos remete à visão de Gramsci sobre a educação das classes trabalhadoras, tem significativa identidade prática e teórica com as interpretações e propostas de Freire, numa análise em que a filosofia da práxis esclarece o processo de desalienação da consciência e contribui efetivamente para a construção consciente da história. É um pouco do que procuramos esclarecer aqui, buscando elementos em diversos níveis dos acontecimentos, para a construção de uma visão daquele período com o apoio conceitual e teórico de uma referência explicativa identificada com a proposição de Gramsci, com a filosofia da práxis. Em resumo, trata-se de levantar uma leitura que identifique até que ponto a idéia de conscientização e transformação social/política estaria de fato integrada nas correlações de força e nos movimentos que a sociedade apresentava. Vale lembrar que o período era marcado por um contexto de descrédito do regime militar e luta de hegemonias, realidade que viabilizava

maior participação popular nos acontecimentos. O avanço dos setores populares e da crítica de setores da classe média, como aconteceu na segunda metade dos anos setenta, sinalizava ainda, uma crise de hegemonia das classes dominantes, com o desgaste do regime autoritário e derrotas eleitorais nas eleições parlamentares.

Observar as transformações que ocorriam no cotidiano das populações que eram alcançadas pelas formas de mobilização e ativismo político que se intensificavam no país faz voltarmos nossa atenção para os movimentos de base que, no contexto de grande divulgação dos problemas vividos no cotidiano das classes populares, vinham se multiplicando em várias cidades do país. Conforme assinala Kucinsky,

Os movimentos de base eram, em geral, fragmentários, por se nuclearem em torno de lutas específicas, locais, de uma população heterogênea e recente. Alguns movimentos, no entanto, assumiram dimensões regionais e até nacionais, como foi o Movimento do Custo de Vida, fundado em Vila Remo, São Paulo, em 1973, que pelo alcance universal de sua reivindicação e graças ao apoio direto recebido do PCdoB, chegou a reunir, em 1978, dezenas de milhares de donas de casa, em sua grande maioria oriundas das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base. (KUCINSKY, 2001, p. 81-82).

A capilaridade, já mencionada, que os movimentos da Igreja obtiveram junto às classes populares, através das CEBs, que, já em 1974, chegavam a 40 mil grupos, contribuiu para que elas tivessem, juntamente com os movimentos sociais, importante papel na formação de lideranças populares. Numa conexão natural com os espaços e as atividades das CEBs, setores da militância da “esquerda dispersa” contribuíam para que a teologia também incorporasse Gramsci nos seus trabalhos junto às comunidades. Como aponta Secco,

Carlos Alberto Dória e Giuseppe Staccone estiveram entre os primeiros acadêmicos brasileiros a tratar da relação de Gramsci com a religião. Além disso, autores italianos, (como Portelli, Luciano Gruppi) foram traduzidos. E a própria pastoral universitária publicou textos sobre Gramsci. (SECCO, 2002, p. 54).

É preciso lembrar que teólogos, intelectuais da Igreja, como Leonardo Boff, Frei Betto, Gutierrez, Hugo Assmann, Pablo Richard, que foram decisivos na reflexão sobre o entendimento mútuo entre cristãos e marxistas, tiveram também uma influência sobre a disposição de participar, que envolvia os membros das CEBs, além da perspectiva de construção de um novo ethos, que a Igreja deveria buscar, na construção de uma sociedade mais fraterna, como indicavam, anualmente, as campanhas da fraternidade desencadeadas pela CNBB. Portanto, as CEBs, ao mesmo tempo em que atuavam como um movimento de base de alcance nacional, proporcionavam suporte a outros movimentos e colaboravam decisivamente para a formação de uma nova identidade social.

Como lembra Kucinsky,

[...] surgiram desses movimentos de base várias centenas de jornais, boletins e folhetins populares, apesar do agrafismo das populações pobres e da inexistência de uma tradição de imprensa comunitária no Brasil. A maioria desses veículos nem sequer podem ser classificados de jornais, por sua precária materialidade. Eram boletins ou folhas xerografadas ou mimeografadas, com tiragens diminutas, com pouca agregação de trabalho jornalístico. (KUCINSKY, 2001, p. 82).

Ainda, conforme Kucinsky, essas publicações não expressavam necessariamente uma articulação jornalística, mas eram apenas difusores de mais uma articulação de base. Muitos deles davam voz a vários movimentos populares de base ou a articulações para sindicatos novos surgidos num mesmo bairro industrial.

Vale registrar que surgem, também, no âmbito dos movimentos sociais e de grupos que trabalham com comunidades, publicações de informação e discussão sobre a realidade brasileira. Na região, havia, como exemplo, os Cadernos do Centro de Estudos do Trabalho – CET - Educação no Brasil) ou sobre a história recente, de um ponto de vista que vê os fatos pela janela da realidade popular (Cadernos do CET - O Massacre de Ipatinga). O Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária (GETEC) foi organizado para trabalhar e preservar a memória e a história das lutas da região.

Estas, além de outras publicações e de grande parte dos jornais alternativos, nos lembram a preocupação de Gramsci com a atividade editorial: “[...] mais importa elaborar, fazer pensar concretamente, transformar, homogeneizar, segundo um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático.” (GRAMSCI, 1975, p. 2263).

O contexto contou, ainda, com o ressurgimento de vários jornais estudantis, que se identificavam com órgãos da imprensa alternativa, a qual, por seu lado, começava a ser vítima de atentados de grupos de direita, que incendiaram redações e pontos de venda (bancas de jornais) em várias cidades, inclusive em Belo Horizonte, para desestimular essa forma de militância.<sup>10</sup> A guerra de posições seguia seu curso e assumia formas diversificadas, como o terrorismo de direita, que extravasava os muros dos órgãos de repressão.

Ao lado das vertentes trabalhadas pela igreja e pela imprensa alternativa, outra grande força ou campo de luta no embate das hegemonias era o espaço crescente da “educação

---

<sup>10</sup> Todavia, o mais grave no seu governo (do General Figueiredo) aconteceu durante a fase crítica dos atentados, incluindo-se, entre estes, incêndios a bancas de jornais, bombas contra publicações da imprensa alternativa, agressões e seqüestros cujos alvos preferenciais eram sacerdotes da Igreja Progressista e, por fim, as bombas do Riocentro (cujo inquérito acabou arquivado por dez votos a quatro no Superior Tribunal Militar). (ARGOLO; RIBEIRO; FORTUNATO, 1996, p. 32).

popular”. Em meados dos anos setenta, eram muito numerosos os jovens que se entusiasmavam com o tema e era muito significativa a participação da juventude acadêmica que “redescobria” o pensamento pedagógico de Paulo Freire. A notoriedade de sua atuação fora do Brasil, principalmente nos países africanos em recente descolonização, pois o pensador continuava no exílio, trazia para a pedagogia brasileira em transformação um campo marcado pelo sentido de libertação e cidadania através da educação popular. Um livro de Paulo Freire que teve grande repercussão, na época, foi “Cartas à Guiné-Bissau” (FREIRE, 1978), em que o autor registrou as experiências de educação popular em um povo ainda envolvido pela luta pela libertação do controle colonial. As orientações metodológicas de Paulo Freire para a educação popular, para a alfabetização/conscientização, tinham intensa receptividade nos setores que viam a educação popular como uma das vias mais importantes de ação para a militância da esquerda. As propostas de Paulo Freire, ao mesmo tempo, traziam notável influência do pensamento de Gramsci sobre educação e conscientização, de modo que aconteceu facilmente o encontro entre setores da militância e a construção das práticas voltadas para a formação, nesse plano em que se proporia uma pedagogia de libertação e formação política, com ações educacionais que identificavam os dois pensadores.

Em uma análise interpretativa e comparativa da forma de pensar de Gramsci e Paulo Freire, o autor mostra que “as principais idéias do construto teórico de Antônio Gramsci estão presentes na obra de Paulo Freire, atribuindo consistência filosófica e política ao pensamento freireano.” (MESQUIDA, 2011, p. 40). Chamando a atenção, particularmente para a questão da educação dos educadores, o autor vai assinalar que, “assim como Freire defende a idéia de que o educador seja educado de maneira a acreditar na educação como prática da liberdade, Gramsci atribui à formação intelectual e moral dos intelectuais um papel significativo para que exerçam uma ação “pedagógica”, tendo ao fundo e à frente a liberdade como utopia a ser atingida, pois, para ele “toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica.” (MESQUIDA, 2011, p. 40). Outro aspecto importante na comparação, que também aproxima os dois pensadores, é a necessidade de que o educador seja educado de forma a levar em consideração o “meio” no qual os educandos estão inseridos, e também que aprendam a fazer a relação entre a escola e a vida, ou seja, entre a prática educacional e a realidade efetiva na qual os educandos vivem. Outro ponto comum ainda é que ambos se referem aos “círculos de cultura”, que, para Gramsci, seriam, no interior dos conselhos de fábrica, os locais da ação dos educadores, dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na construção de uma revolução intelectual e moral, enquanto, para Freire, são espaço de liberdade e de construção da consciência crítica.

Concluindo sua análise, Mesquida diz que a visão que Gramsci e Freire produziram sobre a educação dos educadores, os intelectuais orgânicos das classes subalternas, e sua ação no sentido de construir uma nova sociedade, tem importantes pontos em comum, e ambos têm como fundamentação teórico/prática do seu pensamento e da sua ação, a filosofia da práxis.

Na opinião de Sader, a educação popular não foi em todas as partes a forma dominante da “nova relação” da esquerda com seu público, mas ela deu o paradigma (SADER, 1988, p. 168). Para explicar isto, ele faz uma breve descrição das novas práticas advindas da crise da esquerda, passa pelos “os temas e rumos da autocrítica”, para falar dos “lugares e os conteúdos das falas marxistas que contribuíram para a elaboração das experiências populares presentes nos movimentos sociais dos anos 70.” (SADER, 1988, p. 168).

O início dos anos setenta marca a derrota das organizações revolucionárias de luta armada. De acordo com Sader, setembro de 1971, quando o capitão Carlos Lamarca e seu companheiro Zequinha Barreto foram mortos pelo exército, seria um ponto final no ciclo da esquerda revolucionária armada. Mas é possível também estender a identificação desse ciclo da luta armada até outubro de 1974, que é quando as forças da repressão executaram no sudeste do Pará a guerrilheira Walquíria Afonso Costa, na derrota da Guerrilha do Araguaia.<sup>11</sup> Outra leitura possível ainda seria considerar a “Chacina da Lapa”, em dezembro de 1976, quando foi assassinado em São Paulo o último comandante da guerrilha, Ângelo Arroyo; todavia, as ações de luta armada já haviam sido derrotadas efetivamente mais de dois anos antes.

O ciclo dos enfrentamentos armados ao governo militar, que havia começado em março de 1965, com a coluna militar do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, no sul do país, prosseguiu com a guerrilha do Caparaó, em abril de 1967, também iniciativa de militares contrários ao golpe de 64. As lutas prosseguiram, com a guerrilha do Vale da Ribeira e com a guerrilha do Araguaia. A oposição armada, que havia realizado, ainda, ações urbanas marcantes, como os seqüestros de embaixadores, começando pelo americano, para trocá-los por presos políticos, também organizou ações para arrecadar recursos, através de assaltos a bancos, lojas de armas, mineradoras (em busca de explosivos) e o famoso roubo do cofre do Adhemar de Barros, além justicar alguns torturadores. Essa modalidade de luta esgotava-se

---

<sup>11</sup> Nos registros de outubro, o CENIMAR atesta a morte de Walquíria Afonso Costa e José Maurílio Patrício, conhecido por Manoel do B. A eliminação da guerrilheira marcou o fim da luta no sudeste do Pará.” (MORAIS; SILVA, 2005, p. 313-314).

com a derrota, diante da violência da tortura<sup>12</sup> e dos assassinatos de militantes pelos órgãos de repressão da ditadura.

Essa esquerda dos anos sessenta, cuja formação ideológica, conforme lembra Sader, vinha dos anos “da revolução cubana, da revolução cultural chinesa, da guerra do Vietnã, das guerrilhas latino-americanas, de maio de 68, nascida em oposição ao conformismo e à burocratização que apontava no PCB, viveu e colocou a revolução como tema de atualidade.” (SADER, 1988, 168). As circunstâncias de sua derrota puderam alimentar a autocrítica que veio se construindo também desde o início dos anos setenta. Além da desproporcional violência das forças do governo, que bem mostrava a inviabilidade de uma opção de luta armada, outro fator pesava na crise que impulsionava a autocrítica: não houve participação popular desencadeada pelos exemplos de luta dos grupos revolucionários. A idéia ou projeto de “vanguarda revolucionária” mostrando e abrindo o caminho para o avanço das ‘massas’, como as orientações e programas das organizações armadas faziam prever, não ocorria. (ver SADER, 1988, 170).

Uma metáfora utilizada por Daniel Aarão Reis Filho traduz bem o que foi a experiência, em uma visão mais geral:

[...] a revolução brasileira e a guerra revolucionária eram ‘pequenos motores’, rodando pateticamente no vazio... Ao contrário do que imaginava Che Guevara, o ‘pequeno motor’ (a vanguarda), embora em movimento, não conseguiu fazer rodar o ‘grande motor’ (a revolução social). (REIS FILHO, 1990, p. 186).

Nessa conjuntura marcada pela falência de um projeto de luta, as consequências, em termos de autocrítica, deverão orientar as ações daqueles que vieram da experiência anterior, bem como vão alimentar a discussão teórica e política por muito tempo. “A crise da esquerda revolucionária vai colocar como foco a relação das vanguardas com as massas populares. As consequências desse processo de autocrítica vão se manifestar em resoluções que defendem a integração dos grupos de vanguarda na realidade e na dinâmica dos movimentos populares. De acordo com Sader, resoluções do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) aprovadas em 1974 já apontam essas decisões e, tanto esse movimento, quanto os militantes procedentes da AP (Ação Popular) e da Polop (Política Operária) vão apoiar formas de reorganização do movimento operário e vão participar, ainda que em menor escala, das organizações populares nos bairros. (SADER, 1988, p. 171). Outros grupos estarão atuando na organização das oposições sindicais e das formas elementares do movimento popular, a

<sup>12</sup> “De todos os órgãos de repressão, o classificado pelos “experts” como merecedor do primeiro lugar em torturas, sevícias e barbaridades, foi o CENIMAR, Centro de Inteligência da Marinha de Guerra do Brasil.” (BOITEUX, 1998, p. 63).



exemplo da Ala Vermelha e do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Segundo Sader, o que anima essas vanguardas é a sua convicção de que, orientados por elas, os trabalhadores fariam o aprendizado que os levaria à consciência de classe.

Uma característica significativa dessa conjuntura de autocrítica vai ser a recolocação em discussão de temas que provocavam lutas internas ou mesmo polêmicas entre as organizações, visando à questão das estratégias e buscando a sua melhor adequação à condição concreta dos setores populares ou operários. Ainda de acordo com Sader, as questões centrais

[...] cujas definições cimentavam a coesão de cada grupo ou alimentavam as polêmicas e provocavam as cisões – referiam-se em geral ao ‘caráter da sociedade brasileira’ (capitalista?, semifeudal?, neocolonial?), ao ‘caráter da revolução’ (socialista?, popular?, democrática?, de libertação nacional?), ao ‘papel das classes’ nesse processo, aos rumos para a construção (ou fortalecimento), do partido revolucionário. (SADER, 1988, p. 173).

Em 1974, as lutas por liberdades democráticas e a participação de setores das esquerdas na campanha eleitoral daquele ano também geraram polêmicas, mas significavam, ao mesmo tempo, a aproximação desses setores com os temas colocados pelos acontecimentos. Sader chama a atenção para o fato de que, a despeito dos militantes revolucionários terem tido uma significativa presença nos movimentos de trabalhadores, a sua produção jornalística, e toda a sua produção impressa deu mais espaço para os embates ideológicos e polêmicas internas do que para as lutas populares. E acrescenta que as atividades desses grupos junto a oposições sindicais, grupos de fábrica, associações de moradores e atividades de educação popular “eram constantemente interrompidas ou ameaçadas pelos vínculos que tinham com a face conspirativa das organizações.” (SADER, 1988, p. 173).

Finalmente, o autor lembra o grande número de militantes que se desligavam dessas organizações e mantinham essas atividades junto aos trabalhadores, “já sem as referências totalizadoras das estratégias revolucionárias.” (SADER, 1988, p. 173). E explica que “a crise da esquerda brasileira se deu num momento em que internacionalmente as estratégias revolucionárias e a teoria marxista eram fundamente questionadas”, não apenas enquanto crise teórica, mas devido também a um desencantamento das sociedades do socialismo real. Sader vê um caráter mais pragmático nesse movimento de ruptura de militantes com organizações e estratégias revolucionárias. Para ele, os militantes acreditavam na necessidade teórica de um partido de vanguarda, de uma estratégia revolucionária, mas, como não os encontrassem no momento, os militantes atuavam sobre o que lhes parecia indispensável para

a continuidade da luta pela transformação social. Na realidade, o que Sader aponta, aqui, é o interesse de diversos militantes com experiência em organizações de esquerda em trabalhar na construção e no fortalecimento dos movimentos populares, dos movimentos de trabalhadores, nos processos formativos que resultam, até de forma programática, na formação de intelectuais orgânicos dessas classes e grupos sociais. Ele registra:

[...] encontramos militantes com a mesma trajetória de desgarramento de suas organizações e que buscaram vinculações políticas a partir de suas competências profissionais: advogados, arquitetos, assistentes sociais, professoras. Encontramos profissionais sem essa trajetória, sem a passagem por organizações revolucionárias, mas influenciados pelo marxismo, do qual se servem nas atividades de organização popular a partir de questões do cotidiano, como a habitação a saúde, a educação, etc. E encontramos, finalmente, células ou militantes avulsos de organizações partidárias que vão para esse trabalho de base e aí recriam políticas e reflexões independentes das estratégias que os enquadravam. (SADER, 1988, p. 176).

Era essa, portanto, a formação, a composição do que seria uma esquerda dispersa, num período profundamente marcado pelas práticas de um regime autoritário, num período pós-derrota da esquerda revolucionária. O que se registra aqui é que aquela militância, embora desarticulada, praticamente destruída pela violência sistemática que caracterizou o regime militar, trazia na sua história, na sua memória e na sua bagagem de experiência a continuação da luta, agora dentro de condições novas e, por um lado, agravadas pela face policialesca do Estado (a chamada ‘ditadura escancarada’), mas, por outro, valendo-se da experiência da derrota e da autocrítica. E, certamente, as dificuldades eram muitas, a começar pela questão da relação com o ‘público’, e com um espaço para a prática e o discurso.

Diferentemente das práticas assumidas e desenvolvidas pelas Comunidades Eclesiais de Base, que podiam contar com a Igreja e que constituíam, elas próprias, um espaço público<sup>13</sup> para a construção de políticas, o caráter de clandestinidade das organizações reduzia o seu público aos seus próprios militantes e, dentre suas áreas de influência, a setores de confiança, onde se poderia entregar e discutir seus materiais impressos. Sader observa que havia também os jornais clandestinos, que aumentaram de número na segunda metade da década, e que eram dirigidos a um público mais amplo, tratando de questões da atualidade e atuando como ‘formadores de opinião’ entre militantes de movimentos sociais. Esse material chegava até os movimentos das pastorais, as oposições sindicais, os grupos ligados à educação popular e chegavam à universidade, em especial, ao movimento estudantil. Eram os veículos de

<sup>13</sup> Como se vê em Sader: “A importância da Igreja para as CEBs decorre ainda do fato de ela oferecer uma legitimação teológica para as aspirações terrenas de seus membros. Na medida em que a Igreja é reconhecida como instituição de Deus na Terra e na medida em que assumia os reclamos populares enquanto exigência evangélica, ela abriu um espaço de legitimidade, por onde os protestos sufocados vieram à tona.” (SADER, 1988, p. 161).

divulgação e de discussão através dos quais as diferentes organizações buscavam influenciar lideranças nesses movimentos. Como se tratava de setores sociais com formação intelectual significativa, as publicações encontravam neles uma boa receptividade e sensibilidade para os problemas do cotidiano político e da luta contra o autoritarismo.

Assim, independentemente de ser estimulado pelas organizações de esquerda, ou por militantes que não mais eram ligados a elas, o debate acontecia, as atividades que davam consistência à discussão sobre os problemas do Brasil atingiam um público que se envolvia crescentemente. Esse público descobria os jornais alternativos, lia Movimento, Opinião e Em Tempo, descobria autores como Paulo Freire e Gramsci, se inteirava da formação ou retomada de movimentos em defesa das minorias políticas (mulheres, movimento negro, ecologia), entre outros estímulos à participação na vida política e nos movimentos pela transformação social. As atividades de discussão e mobilização tiveram ainda o mérito de incentivar e fortalecer o movimento editorial, pois foram publicadas ou reeditadas diversas obras que consolidavam a memória das lutas populares no Brasil, além de um grande número de textos teóricos de autores clássicos da esquerda.<sup>14</sup>

Foi, portanto, uma combinação de diversos fatores que desenha o cenário relatado acima, que apresentou as condições necessárias para que os movimentos sociais voltassem à cena. E as experiências e propostas de uma esquerda ‘dispersa’ tiveram a sua presença nesse processo, em grande parte devido aos espaços e experiências de mobilização e conscientização proporcionadas pelos movimentos que eram organizados pelas pastorais da Igreja católica. A formação e a conscientização, vindas através da prática, com a colaboração decisiva de quem trazia a experiência e a autocrítica, tiveram papel decisivo nos acontecimentos que fizeram que a sociedade se movimentasse mais.

Abramo observa que o início de 1977 será marcado por uma medida de força do regime militar que elevará a tensão entre Governo e sociedade civil: o Congresso Nacional foi fechado, para que o Governo pudesse decretar uma reforma eleitoral que tinha a finalidade de mudar as regras do jogo a seu favor. Um dos fatores que influenciou nesses processos de retomada dos movimentos da sociedade terá sido a imposição dessa reforma, que recebeu o nome de “Pacote de abril”. A partir desse momento, o movimento estudantil volta a se

---

<sup>14</sup> Entre outras obras sobre história das lutas sociais, foram publicadas as Memórias de Gregório Bezerra, pela Editora Civilização Brasileira, e de Agildo Barata, pela Alfa-Ômega, ambos revolucionários históricos do PCB. Outra publicação do gênero é “O caso eu conto como o caso foi – da coluna Prestes à Queda de Arraes, de autoria de Paulo Cavalcanti, também pela Alfa-Ômega. No campo teórico, as publicações vinham em número significativo, desde o começo da segunda metade da década de setenta, com obras sobre Gramsci, textos de Lenin, Mao-tse-tung, Marx e Engels, além da publicação de diversas obras de Gramsci, pela Civilização Brasileira, em 1978.

manifestar e a ter repercussão social em seus protestos em favor das liberdades democráticas, pois a medida autoritária fez que se aprofundasse a crise de legitimidade do regime militar. A novidade é que o questionamento ao autoritarismo se voltará contra o regime na sua globalidade e não mais será dirigido a um ou outro de seus aspectos parciais. O papel dos estudantes cresce em importância, com a realização de uma passeata, em cinco de maio, sucedendo ao ato público que, dois dias antes protestara contra a prisão de operários e estudantes no Dia do Trabalhador. (O movimento estudantil fez, dessa experiência, um interessante registro no Filme-documentário, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da USP e Diretório Central dos Estudantes da PUC São Paulo, *O Apito da Panela de Pressão* (DCE LIVRE DA USP; DCE LIVRE DA PUC-SP, 1977).

Os impactos dessa conjuntura sobre o movimento sindical, ao longo do ano de 1977, e sobre o desencadeamento das greves de trabalhadores que vieram em seguida são lembrados por Lula numa entrevista concedida a Laís Abramo, oito anos depois:

Eu acho que a paralisação tem muito a ver com o quadro político. Tinha movimento de estudantes, de intelectuais, de custo de vida, tinha dezenas de movimentos na rua, a imprensa dava muito destaque, aquela coisa toda. Os trabalhadores na fábrica sentiam o que estava acontecendo na sociedade: a TV mostra muita coisa que vai ficando na cabeça dos trabalhadores. Então, quanto a TV mostrava os estudantes enfrentando a polícia, embora o pessoal não leia muito jornal, vê TV e escuta rádio, então isso vai criando um clima. (ABRAMO, 1999, p. 191).

É preciso observar que realmente, não se trata de uma influência isolada, ou de maior participação e entrosamento do movimento estudantil junto ao movimento operário. Em 1977, trata-se de uma conjuntura em que a movimentação, como disse Lula, é mais ampla: “os trabalhadores na fábrica sentiam o que estava acontecendo *na sociedade*.” Desse ponto de vista, é um quadro bastante diferente do que havia acontecido em 1968, quando ocorreram as greves de Contagem e Osasco. Comparar os dois momentos de mobilização e atuação de movimentos de trabalhadores é importante, uma vez que algumas das formas de organização que se produziram nos anos setenta estavam presentes entre os trabalhadores na década anterior, mas, enquanto naquela década, mais precisamente em 1968, o desenrolar dos acontecimentos trouxe o endurecimento do regime militar, nos anos setenta o rumo se desenhou em outra direção. No caso das greves de 1968, observa-se que o movimento estudantil, apesar de ter tido presença no apoio participativo às greves, tinha essa participação especificamente articulada com os grupos de esquerda. Conforme mostra Espinosa,

A animação do movimento operário em 1967/68 foi diretamente influenciada pelo movimento estudantil e pelas organizações políticas estudantis. Mas essa influência teve um peso diferente sobre cada setor ou parte da classe operária, variando segundo o tipo de tradição e organização local e, também, de acordo com o grau de clareza e capacidade das vanguardas locais de receberem influências externas e de dirigirem suas bases. (ESPINOSA, 1978).

Outros autores lembram que a atuação dessas ‘organizações políticas estudantis’ era, na verdade, parte do “trabalho clandestino” dos grupos de esquerda. Eles apontam, principalmente, a Ação Popular (AP), a Corrente Revolucionária (dissidência pró-luta armada que saiu do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no sexto congresso do partido, em 1967) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA) - que era dissidência da Política Operária (POLOP). (SANTANA, 2008, p. 289; OLIVEIRA, 2010, p. 123-132). Nessas atividades de apoio, participaram também militantes do PCB e da Polop.

### 3.5 O Boi não Sabe a Força que Ele Tem

Parte significativa da experiência de vida, da *arqueologia* da formação militante, da experiência de fábrica, bem como do pensamento político de alguns dos trabalhadores e educadores que desenvolveram as experiências de que tratamos neste trabalho tem seu início nos anos sessenta. Não por acaso, os que mais ênfase dariam à iniciativa de criar e desenvolver a oficina-escola já militavam no movimento dos trabalhadores desde aquela década. Nas entrevistas que realizamos com eles, que serão referência nos capítulos 4 e 5, fica claro que a trajetória de militância no movimento operário lhes mostrou a importância da competência no exercício da profissão para a formação enquanto quadro político na fábrica. A preocupação com a formação de quadros, com a educação profissional e a formação de militantes foi aprendida por esses trabalhadores-educadores na experiência enquanto classe. A memória desse tempo, anos sessenta, vem na fala de Mário, que seria depois uma referência entre os formadores das experiências que analisamos aqui. Ele conviveu com militantes das organizações de esquerda da época, mas tem ter se filiado a elas:

*O contato com o pessoal organizado começou em 66. Em fins de 67, né, depois do golpe, eu comecei no Sindicato em 63. Então, depois, de 63, a gente passou do movimento de 64, já acompanhando sindicalmente. Passando as greves de 68, como direção da equipe salarial, mas em 66, final de 66, a gente começou a ter contato com o pessoal organizado. Com a JOC, com o pessoal de AP, com o pessoal do PC do B que a gente foi aprendendo a conviver. Porém sem participar com isto. Estando junto mas sem ser um filiado a uma coisa nem outra. (Mário Bigode – torneiro/educador).*

Outra lembrança da militância da época é trazido por Roberto, outro formador, também referência nos movimentos de bairro na construção da educação operária:

*É, 68, eu estava trabalhando lá na fogões Orsini, dando auxílio na época da greve, que teve em 68. A gente fez assembléia aí, fizemos piquete, organizamos, saímos organizados lá, junto com o pessoal da Mannesmann, teve um quebra pau danado aqui em cima, no bairro Inconfidentes, na igreja, não sei se você se lembra do padre... porque a igreja estava em construção e a gente estava reunindo lá e o cara da Poligh Heckel entregou a gente e foi um quebra pau tremendo. Muita gente machucou-se. E em 69 eu fui pra Brasilit. Trabalhei na Brasilit até 71, mais ou menos, no final, começando 72. (Roberto – torneiro/educador)*

Alguns deles, que participaram dos acontecimentos dos anos sessenta na região industrial e até em outros lugares, trouxeram seu aprendizado para as greves da década seguinte e, por isso, tinham a memória do que foram as greves de Contagem, em 1968.<sup>15</sup>

Conforme assinala Magda Neves, mesmo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem sob intervenção, desde 1964, juntamente com inúmeros outros sindicatos no Brasil, as suas lideranças continuaram morando e trabalhando em Contagem, como por exemplo, seu presidente cassado, Ênio Seabra. (NEVES, 1995, p. 119).

Em 1967, organizaram-se oposições sindicais em todo o país. O Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), é criado em São Paulo e as oposições sindicais tratam de disputar eleições, com o término das intervenções que vinham praticamente desde o golpe de 64.

Nas eleições para a diretoria do sindicato, que aconteceram em julho de 1967, a chapa que saiu vitoriosa tinha entre seus integrantes alguns militantes das organizações de esquerda. (OLIVEIRA, 2010, p. 129). Com o objetivo de afastar os pelegos e combater o arrocho salarial e o fim da estabilidade, a chapa resultava de uma aliança que envolvia a Ação Popular, o Partido Comunista Brasileiro, a Corrente Revolucionária e militantes independentes. Todavia, alguns de seus componentes, inclusive o cabeça de chapa, Enio Seabra, foram vetados pelo Ministério do Trabalho. Ainda assim, as organizações citadas continuaram influenciando as atividades do sindicato e começaram a desenvolver intenso trabalho de agitação nas fábricas.

Alguns militantes de organizações trabalhavam como operários e eram também estudantes, (NEVES, 1995, p. 126) Entre estes, havia militantes da AP, da Colina e da

<sup>15</sup> As greves de 1968 em Contagem e Osasco foram estudadas por diversos autores, entre os quais, Francisco Weffort, (1972), Magda Neves (1995), Reynaldo Muniz (1984), Michel Le Ven (1978), Espinosa (1978), Marco A. Santana (2008) e Edgard Leite de Oliveira (2010). Os pontos que, a nosso ver, surgem como fundamentais para a narrativa sobre elas dizem respeito à forma de organização, à participação dos grupos de esquerda e dos estudantes, à relação do movimento grevista com o governo ditatorial e à escalada da repressão.

Corrente, e o objetivo de fortalecer a aliança operário-estudantil, com o projeto de organizar os trabalhadores, de “preparar a classe operária para a revolução”, que, na segunda metade dos anos sessenta, para as convicções marcadas pela guerra do Vietnã, pelas guerrilhas latino-americanas e pela vitória em Cuba, poucos anos antes, não parecia tão distante e tão impossível como acabou sendo. Ao mesmo tempo em que influenciavam a oposição sindical, essas organizações de esquerda visavam organizar uma forte campanha nacional contra a política de arrocho salarial que era imposta pela ditadura militar.

O movimento concretizou-se, com caráter intersindical e passou a trabalhar a união de diversas categorias de trabalhadores, com vista a promover uma grande concentração no dia primeiro de maio de 1968. A luta contra o arrocho teve grande repercussão, conforme lembra Magda Neves, ao citar um órgão da imprensa mineira da época:

Dentre todas as manifestações que vinham ocorrendo, as seis confederações que coordenam a campanha pretendem fazer uma concentração-monstro no dia 1º de maio, em recinto fechado, com a presença de operários de todo o Estado. Para isso, os dirigentes sindicais de Belo Horizonte viajaram para as principais cidades de Minas, pedindo a união dos trabalhadores em torno da demanda das leis do arrocho. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, Sr. Antônio Santana, afirmou ontem que ‘os operários voltarão mesmo a protestar, dia 1º de maio, contra o arrocho, mas em recinto fechado e dentro da ordem.’ Ressaltou ainda que ‘devido à união conseguida entre as lideranças operárias, a campanha contra o arrocho vai ganhando maior densidade, mas sem perturbar a ordem e a disciplina. (Diário de Minas, Belo Horizonte, 4 de abril de 1968 apud NEVES, 1995, p. 126).

Trabalhar esse clima de insatisfação, de dificuldades no cotidiano, como consequência do arrocho, foi o que fizeram os militantes das organizações de esquerda, tornando-se operários ou não, mas distribuindo boletins nas saídas das fábricas, organizando palestras em sindicatos, na busca de uma união dos trabalhadores e de apoio a eles, para enfrentar uma política econômica que os ameaçava com o desemprego e reduzia seu poder aquisitivo.

A greve começou no dia 16 de abril, na Trefilaria da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem. Não seria surpresa a forma como os jornais se referiam ao movimento grevista:

Os 1.400 operários da Belgo-Mineira, da trefilaria da Cidade Industrial, entraram ontem, às 7 horas, em greve geral, exigindo aumento de vencimentos em 25%, depois de paralisarem todo o serviço e tomarem a fábrica de assalto. Os diretores da Companhia pediram providências às autoridades, pois consideram a greve ilegal. (Diário de Minas, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968 apud NEVES, 1995, p. 129).

Observe-se aqui a linguagem da notícia, como sempre, registrando a visão patronal acerca da greve. Outros jornais falavam em 1.600 operários da Belgo-Mineira em greve (O Estado de Minas, de 17 de abril 1968 apud NEVES, 1995, 129) e até em 2.000 grevistas:

Apanhando de surpresa até mesmo os dirigentes do Sindicato, cerca de 2 mil operários da Belgo-Mineira, na Cidade Industrial, entraram em greve na manhã de ontem. [...] Querem os operários um reajuste de 25% sobre os salários de 1º de abril, mas até então a Companhia mostrara-se disposta a conceder somente 10%, ocasionando a greve. A turma que entrou às 23 horas de segunda-feira resolveu paralisar as atividades às 7 horas, contando com o apoio dos operários que entrariam no segundo turno. (O Diário, Belo Horizonte, 17 de abril de 1968 apud NEVES, 1995, 130).

A organização da greve ocorreu no interior da fábrica. Os operários elegeram uma comissão de 25 representantes para as negociações com a diretoria da Belgo-Mineira. Essa comissão formou grupos para a disciplina e segurança do movimento. Os grevistas permaneceram no espaço da fábrica durante todo o dia e mantiveram junto a eles três membros da diretoria da empresa, configurando já uma forma diferente de ação grevista, que era a ocupação da fábrica. No segundo dia de greve, como não houve qualquer avanço em termos de negociação com a empresa, os operários, considerando a possibilidade de invasão policial, deixaram a fábrica e se reuniram em assembléia, no sindicato, onde decidiram continuar a greve, recusando a proposta dos patrões, de 10% de reajuste salarial. Nesse mesmo dia, receberam a adesão de mais de trezentos operários da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), que também ocuparam a fábrica, vizinha à da Belgo-Mineira.

Em seguida, entraram em greve mais 4.500 trabalhadores da Companhia Siderúrgica Mannesmann e, no dia 21, os operários de mais cinco empresas, que eram a Demisa, (indústria de tratores, com 200 trabalhadores), a Única, (fundição, com 50 operários), a Industam (metalúrgica, com 130 trabalhadores), a RCA (fábrica de válvulas eletrônicas, com 1.000 trabalhadores) e a Fundação Santo Antônio, (metalúrgica, com 300 trabalhadores).

A importância conferida a essa greve por parte do governo militar traduziu-se nas viagens que o ministro do trabalho, Coronel Jarbas Passarinho, fez a Belo Horizonte durante o movimento. A primeira delas, realizada no dia 20 de abril, contou com a ida dele ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde os trabalhadores estavam reunidos em assembléia. Ali, o ministro deixou claro que o governo via o movimento como ilegal, configurando até mesmo uma ação “contra-revolucionária”, ou seja, contra o governo golpista instalado em 1964, e que o não



encerramento da greve iria ocasionar a demissão por justa causa de todos os grevistas<sup>16</sup>. Dessa primeira visita, resultou uma proposta de conciliação do governo, de um reajuste de 10% extensivo a todos os trabalhadores amparados pela CLT, a partir de 1º de maio. Esse reajuste, diferentemente do que haviam proposto os empresários, não seria descontado na próxima data-base. Segundo o próprio ministro do trabalho, o reajuste correspondia à “pré-estréia do afrouxo salarial”. Apesar da proposta de reajuste ser bem abaixo do que os operários reivindicavam, ela significava uma primeira vitória dos trabalhadores, nacionalmente, contra uma política de arrocho salarial praticada pela ditadura militar.

A diretoria do sindicato aceitava a proposta, mas outra assembléia foi realizada no dia 22 de abril e foi mantida a greve, numa proporção esmagadora de votos favoráveis. Até o dia 23, o número de fábricas paradas chegava a 18, com a entrada em greve dos trabalhadores da Poligh-Heckel, da Metalúrgica Triângulo, da Mafersa, da Barmel, da Santa Fé, da Acém, da Capistrano, da Barbosa Melo, da Postes Cavan e da AEI do Brasil. com um número de grevistas, estimado por órgãos de imprensa, variando entre 12 e 16 mil. (ver os seguintes jornais: Diário de Minas, 23 de abril de 1968; O Diário, 24 de abril de 1968, e o Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 24 de abril de 1968 apud NEVES, 1995, p. 133). A reivindicação se mantinha nos 25% de abono salarial.

Com a continuação e a ampliação do movimento, o ministro veio uma segunda vez a Belo Horizonte, no dia 23 de abril, e fez ameaças aos trabalhadores com a violência do regime militar, em entrevista realizada na Casa do Jornalista (atual Sindicato dos Jornalistas):

Se a classe operária tem dispositivo militar forte, que continue a greve e prepare os grevistas para as conseqüências que virão. Se desafiam o governo, é porque estão dispostos a receber a resposta. Este é meu último apelo para que voltem ao trabalho. (Diário de Minas, 24 abr. 1968 apud NEVES, 1995, p. 135).

Esse final da greve de abril é lembrado por Weffort com estas palavras:

No dia seguinte, o Ministro fala aos trabalhadores e a toda a população, utilizando uma cadeia de rádio e televisão. Reafirma a decisão do governo de conceder o abono de emergência, mas reafirma também a ilegalidade da greve “e as suas possíveis conseqüências. Era o “começo da Guerra”. Era também o começo do fim para o movimento grevista. Em obediência às suas determinações, a Política Militar passa a ocupar a Cidade Industrial, proíbe as assembléias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. Desarticulam-se, assim, os meios difusos de comunicação, que

<sup>16</sup> Segundo Weffort, a imprensa menciona as seguintes palavras do Ministro: “...se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas.” (O Estado de São Paulo, 21/4/1968 apud WEFFORT, 1972, p. 46).

eram os decisivos, senão os únicos disponíveis para a articulação do movimento. Ao lado da presença policial, algumas empresas desencadeiam seus próprios mecanismos repressivos e enviam representantes à casa dos operários, chamando-os de volta ao trabalho, sob ameaça de demissão. (WEFFORT, 1972, p. 49).

Na impossibilidade de resistir, diante de tamanha desigualdade de forças, os operários iniciam o retorno ao trabalho no dia 24, sendo que o final da greve veio a ser ratificado em assembléia, no sindicato, no dia 26. Terminava a greve de abril, que durou dez dias e que trouxe importantes inovações no formato e na condução de movimentos dessa natureza para a classe trabalhadora.

Falar da singularidade das greves de 1968 leva a considerações que vão muito além da luta sindical e das questões específicas do movimento operário, uma vez que o envolvimento das organizações revolucionárias teve caráter decisivo nos acontecimentos. Oliveira mostra que os trabalhos de politização junto aos operários aconteciam em diversas frentes de atuação, “pelos movimentos populares, organizações políticas e estudantis, através de jornais, panfletos, assembléias, reuniões, além da criação de comissões de fábricas, permitiram um levante de tomada do setor da fábrica, pelos operários (OLIVEIRA, 2010, p. 71). Essas ações vinham acontecendo desde o ano anterior, 1967.

Outra frente de politização acontecia em escolas regulares, tanto na região do Barreiro, onde fica a Mannesmann, quanto no Colégio Municipal de Contagem. Nessas escolas, lecionavam militantes de organizações de esquerda e alguns deles estudavam na Faculdade de Filosofia da UFMG (atual FAFICH), que, na época, incluía os cursos de letras, matemática, filosofia, psicologia, geografia, história, jornalismo, biologia e toda a área da pedagogia, que mais tarde se tornou a Faculdade de Educação da UFMG. Assim, militantes de organizações que eram ligados ao movimento estudantil davam aulas, à noite, para diversos jovens operários da região industrial, num trabalho de efetiva conscientização política. Nessas escolas, circulavam os jornais da imprensa operária, como “O Metalúrgico”, o “Piquete”, “O Companheiro”. Alguns desses materiais de divulgação eram impressos com a ajuda de entidades ligadas à Igreja, outros eram impressos em escolas onde militantes davam aulas, ou nas entidades estudantis e as organizações de esquerda também tinham condições de providenciar a impressão de textos.

Já no decorrer da greve, a participação das organizações de esquerda no apoio ao movimento grevista se dava com seus militantes realizando ações de panfletagem na região industrial e na divulgação da greve junto à população de Belo Horizonte, além do envolvimento que já existia com o sindicato. Aqui, é inevitável nos lembrarmos das

panfletagens e dos pequenos “comícios-relâmpagos” que, na condição de militantes de organizações, realizávamos durante o horário de almoço das fábricas da Cidade Industrial, para grupos de operários que descansavam próximo aos portões. Uma frase que utilizávamos ao falar para aqueles trabalhadores, aprendida com eles próprios, a maioria com certeza vindos do interior, dizia: *“O boi não sabe a força que ele tem! Se ele soubesse, ninguém fazia ele puxar o carro e ninguém levava ele para o abatedouro. Assim é a classe operária: ela não sabe a força que tem, mas a união faz força!”*

Como aponta Espinosa,

A grande inovação das greves de 1968 foi o fato de elas serem realizadas sem a ação de piquetes, iniciando-se dentro da própria fábrica, em horário de expediente. Outra novidade, criada pelos metalúrgicos de Contagem, mas levada a extremos pelos de Osasco, foi a ocupação da fábrica, com os operários assumindo os postos dos vigilantes, passando a dirigir o refeitório etc. (ESPINOSA, 1978, p. 9).

Oliveira chama a atenção para o aparato político que apoiava a greve, mostrando que ela passa a ser uma luta política contra a ditadura militar, e cita a percepção de um líder operário, Antônio Santana em entrevista a Edgard Leite de Oliveira:

Na época, quem armou esse movimento grevista de 68 foi o pessoal da Polop, o pessoal da Política Operária, clandestinos, quase todos eles eram estudantes universitários, na época, eu até coloquei um ou dois, que eram ligados a eles, que ficavam na porta das fábricas. Mas eles se arriscavam demais, porque eles não eram metalúrgicos, eram estudantes universitários. De repente, a polícia pegava na porta lá do coisa, ia preso, ia ser torturado, aí, nós criamos no sindicato, através de opinião da Conceição Imaculada, que era secretária do sindicato, um departamento social de pessoas responsáveis por conseguir documentação pra aposentadoria daqueles operários que estavam em condições de se aposentar. Então, ela foi pegando o pessoal da Polop, foi colocando lá, fichando todos eles com o pessoal do sindicato, que e aí eles tinham todo o direito de estar na porta da indústria [risos] procurando o pessoal pra conversar, certo? Então, eles aproveitaram e organizaram aquele movimento. O pessoal da AP, a Ação Popular, e da Polop, que organizaram aquele movimento grevista, muito bem feito, por sinal. (OLIVEIRA, 2010, p. 90).

É importante lembrar que, não só a situação de penúria vivida pela classe trabalhadora, com o arrocho salarial, a ponto de levar ao desencadeamento da greve, chamava a atenção das pessoas, mas, também elas presenciavam o impacto do movimento estudantil e da violência da repressão na vida das grandes cidades do país. Aquele foi um ano que ficou na memória de muitos que tomaram conhecimento da polarização entre a repressão e os estudantes que se manifestavam contra a ditadura e o imperialismo. Assim, o clima político dava espaço a posicionamentos que iam desde os temores do governo militar, de que uma greve como a de Contagem pudesse provocar uma revolta que envolveria toda a classe operária no país, até ao apoio efetivo que os operários chegaram a receber de alguns setores, como a oposição

parlamentar, o MDB, da época, em pronunciamentos de alguns deputados no plenário da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Mas a luta dos trabalhadores seguia em frente e havia a preparação do Primeiro de Maio em Belo Horizonte. “O dia 1º de maio é dia de luta - Não é dia de festa”, dizia o Boletim número 2, distribuído pelo Movimento Inter-Sindical, ao convocar todos para a concentração que seria realizada no auditório da Secretaria da Saúde, às nove horas da manhã. A caminho da concentração, notava-se o quanto a cidade estava policiada ostensivamente. Em um enorme auditório lotado, era possível reconhecer, perto das saídas, policiais civis, do DVS (antigo DOPS) e da Polícia Federal, pois eram os mesmos que haviam estado nas imediações das fábricas da Cidade Industrial, durante a greve, ou próximo ao sindicato, e que costumavam ser vistos em cercos a faculdades e manifestações estudantis. Eram mais de duas mil pessoas presentes e uma mesa de composição numerosa, com representantes de várias categorias de trabalhadores e de entidades estudantis. Havia também militantes de organizações que tinham colaborado na greve de Contagem e que tinham participado das mobilizações para a concentração.

Apesar da proibição de se fazer qualquer manifestação de rua, depois de vários oradores terem feito seus pronunciamentos, foi decidido que seria feita a leitura em público, na confluência de avenidas que ficava perto do Mercado Central, de um manifesto contra a política salarial do governo. Entretanto, assim que foram abertas as primeiras faixas da manifestação, em frente ao prédio da Secretaria de Saúde, começaram a explodir as bombas de gás lacrimogêneo e algumas prisões foram feitas, incluindo a de representantes da UNE e da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, além de trabalhadores que estavam no evento.<sup>17</sup>

O que ficou na nossa memória pessoal, pois estivemos nesse evento, além do clima de oposição à ditadura e da impressão de que a luta se fortalecia, foi uma convicção, presente na fala de vários oradores, de que o rumo dos acontecimentos incluía inevitavelmente o fortalecimento político das classes trabalhadoras. Cabe lembrar, inclusive, o impressionante prestígio e a liderança do dirigente Ênio Seabra, pois era visível a confiança que os trabalhadores presentes demonstravam ter nele. Anos depois, nós nos lembraríamos

---

<sup>17</sup> O site do Arquivo Público Mineiro apresenta, além de material de imprensa da época, os relatos da ação repressiva policial e o registro das observações realizadas por policiais presentes ao evento: “O grande responsável pelos acontecimentos é o metalúrgico Ênio Seabra, que presidiu a solenidade. De outro lado, os estudantes, na sua histeria reivindicatória, tudo tumultuaram e tentaram realizar a passeata, subvertendo a ordem.” (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1967/1968).

novamente do Ênio, naquele dia primeiro de maio e teríamos também o testemunho de sua capacidade de liderança, durante a entrevista de um participante dos acontecimentos:

*Houve a eleição de 67 onde o Ênio ganhou e não assumiu. Foi o primeiro trabalhador a ter os direitos políticos cassados. O Ênio era o maior líder que tínhamos aqui. Tivemos a greve de abril de 68. O Ênio era o líder que tínhamos em Minas ... quando fizeram a chapa, o Ênio foi cassado e assumiu o Antônio Santana, que era vice. (Mário Bigode – torneiro/educador).*

A preparação do evento era também uma oportunidade para diálogo, para conscientização e para discussão dos problemas das classes trabalhadoras. Era como se a greve de abril tivesse intensificado uma temporada de debates e conscientização política. Oliveira chama a atenção para esse imaginário que parece ter sido alimentado pelo contexto de repressão e pela sensação de vitória política da greve de abril, segundo ele, “um imaginário de avanço rumo à derrubada do poder estabelecido. Os trabalhadores avançavam para a organização de outras greves e paralisações.” (OLIVEIRA, 2010, p. 112).

O ano de 1968 tem a marca da contestação ao governo da ditadura militar e de sua resposta autoritária, no Brasil. O movimento estudantil organizara-se novamente, nos dois anos anteriores, e realizava freqüentes manifestações nas principais cidades do país. Artistas, intelectuais, sindicatos ou oposições sindicais e setores da Igreja Católica intensificavam a sua participação em protestos (VENTURA, 1999). Ao longo de todo o ano de 1968 é possível observar o crescimento de ações oposicionistas, entre elas aquelas ligadas a Frente Ampla. Lideranças civis tradicionais que haviam se mobilizado e se unido para questionar o regime, Juscelino Kubitschek, Lacerda e João Goulart, tiveram seus planos frustrados, em 5 de abril, de 1968, data em que o Ministro da Justiça, Gama e Silva, emite a Portaria nº177, fechando a Frente Ampla<sup>18</sup>.

O assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, pela polícia, no Rio de Janeiro, em 28 de março, durante um protesto relativo a um restaurante estudantil, também sensibilizou a classe média, que era, em grande parte, a mesma que havia apoiado o golpe

<sup>18</sup> “Depois de alguns meses de reuniões entre emissários de Lacerda e Kubitschek, a Frente Ampla finalmente nasce oficialmente no Manifesto da Frente Ampla, escrito por Lacerda e publicado em 28 de outubro de 1966 no jornal Tribuna da Imprensa, do jornalista Hélio Fernandes (sem a assinatura de Kubitschek). Semanas depois, em 19 de novembro de 1966, Lacerda e Kubitschek divulgam em conjunto a chamada *Declaração de Lisboa*. Já no governo Costa e Silva, Lacerda e João Goulart, em 25 de setembro de 1967, divulgam o chamado *Pacto de Montevideu*. Tais documentos defendiam, em linhas gerais, a superação das diferenças políticas e ideológicas em nome da união nacional pela volta da democracia e um projeto de desenvolvimento econômico nacionalista. A despeito do caráter oposicionista, a Frente Ampla nasce norteadas por princípios políticos considerados conservadores e concebida para defender a volta da “normalidade democrática” pré-1964” (DELGADO, 2010). O fato de esses três líderes terem falecido entre final de agosto de 1976 e maio de 1977, de causas que deram espaço a dúvidas, causou estranheza em alguns pesquisadores e foi tema de livros como o de Cony e Lee (2003).

militar quatro anos antes. A violência da ditadura protagonizou um espetáculo chocante de repressão durante a missa de sétimo dia do jovem, na Igreja da Candelária. As fotos que registravam esses atos de violência foram amplamente divulgadas pelas revistas semanais e pelos grandes jornais do país. Os protestos se intensificavam e o clima político do país mostrava bem o descontentamento da opinião pública. Em Belo Horizonte, uma passeata silenciosa de cerca de dez mil estudantes, com o símbolo de luto na bandeira nacional, provocou aplausos da população na Avenida Afonso Pena e terminou em frente à Assembléia Legislativa. A manifestação da semana seguinte foi atacada pela polícia e três estudantes foram feridos a bala.

Os protestos prosseguiram ao longo do ano e, em 21 de junho, data que ficou conhecida como *sexta-feira sangrenta*, houve uma grande manifestação nas ruas do Rio de Janeiro, que foi duramente reprimida, ocasionando, segundo fontes oficiais, quatro mortes, entre eles um policial. Houve, ainda, 23 manifestantes baleados, dezenas de feridos e o jornal “Correio da Manhã” do dia 22 estampava em sua primeira página: “Quatro mortos nas lutas de rua: Governo não pensou em sítio”. Dois dias depois, aconteceu a famosa “Passeata dos Cem Mil”, no Rio de Janeiro, que ficou na história como um símbolo maior da insatisfação da população com o regime militar. (Marcha Pacífica Emociona o País – jornal Última Hora, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1968).

### **3.6 Osasco: Construindo Militantes na Luta**

No mês de julho de 1968, aconteceu a greve de Osasco, atingindo seis metalúrgicas, com a ocupação da Cobrasma. Também nessa greve, novas formas de luta eram utilizadas pelos trabalhadores, conforme mostra Espinosa:

No dia 16 de julho, atendendo ao sinal convencionado (o apito da Cobrasma, às 8h e 40m), a partir da seção de limpeza e acabamento da fundição, os operários começaram a ocupar a fábrica. Organizaram, durante o dia, as comissões de vigilância, abastecimento, informações e mobilização. Nas horas marcadas, 12 h, 14 h, foram parando outras fábricas. Os operários da Barreto-Keller, Osram e Granada dirigiram-se em passeata para o sindicato. Os da Lonaflex ocuparam a empresa. (ESPINOSA, 1978, p. 16).

Além da ocupação da fábrica da Cobrasma por mais de dois mil operários, as comissões detiveram diretores da empresa, como havia acontecido na greve de Contagem.

Antecipando-se à greve geral que se indicava para outubro de 1968, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos, a direção sindical de Osasco visualizava a possibilidade de

estendê-la para outras regiões do país. Iniciada, com a ocupação operária da Cobrasma, a greve já atingia as empresas Barreto Keller, Braseixos, Granada, Lonaflex e Brown Boveri e, parcialmente, a Eternit e a Cimaf, chegando a totalizar 10.000 trabalhadores. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho declarou a ilegalidade da greve e determinou a intervenção no Sindicato, além da invasão das fábricas paralisadas. (ANTUNES; RIDENTI, 2007).

Diferentemente do que acontecera em Contagem, houve pouco espaço para negociação, a greve na Cobrasma durou apenas um dia, terminando com uma violenta invasão policial, com dezenas de prisões. “O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco também foi invadido e os operários que se encontravam reunidos na sede foram espancados e presos.” (OLIVEIRA, 2009, p. 282). A atuação violenta do governo impediu qualquer tentativa de continuação da greve, que foi encerrada no quarto dia, com o retorno dos operários ao trabalho.

Outro ponto em comum entre a greve de Osasco e a greve de abril, em Contagem, diz respeito à participação dos estudantes, embora isso não significasse que houvesse a participação direta das organizações de esquerda, da forma como havia ocorrido em Contagem. Osasco se caracterizou por um tipo de relação com o movimento estudantil, que acabava resultando em participação indireta das organizações. A partir de um “obreirismo” motivado por uma repulsa às organizações de esquerda desenvolveu-se uma relação com os movimentos de secundaristas. O grupo de Osasco, formado por operários interessados em se organizar para atuar em movimentos sociais, para lutar por direitos, na prática desenvolveu projetos de formação política:

Você forjava algumas lideranças, quatro ou cinco, pegava esses quatro ou cinco, marcava reuniões clandestinas no bairro, e esse pessoal recebia um curso de formação rápida em marxismo. Então, um curso muito rápido com base no *Manifesto Comunista* e *Salário, Preço e Lucro*, para explicar o que era mais-valia e revolução e ditadura do proletariado. Quem dava esse curso éramos eu e o Barreto. Também por critério escolaridade, não por sabedoria. Então demos trocilhões de cursos, trocilhões. Então o pessoal da Vanguarda de Fábrica era esse pessoal que tinha uma atuação destacada dentro da fábrica, tinha passado por esse curso nosso de introdução à política. era um pessoal que tinha um certo preconceito contra a esquerda organizada, induzido por nós. Sobretudo o PC, o PC era um [preconceito] fundamentado, o resto não chegava a ser tão fundamentado. O resto advinha mais da minha experiência dentro do movimento estudantil... Porque eu comecei a fazer filosofia em 1967, acabei sendo candidato do Centro de Filosofia numa Chapa com a POLOP, eu não era da POLOP, o presidente era o, um economista da Globo hoje, Carlos Alberto Sardenberg, ele era da POLOP, foi presidente da Chapa. Perdemos para a "Chapa dissidência" do Benetazzo que morreu depois, virou para a ALN e acabou morrendo. (ESPINOSA, 1978).

De acordo com Antunes e Ridenti, a expressão “*Grupo de Osasco*” foi apenas uma forma posteriormente criada para designar o conjunto de operários, operários-estudantes e

estudantes que viviam em Osasco e atuavam nos movimentos sociais. O grupo não possuía uma identidade partidária, tendo, antes, perfil de *movimento*. Um conjunto de concepções vagas, entretanto, dava-lhe certa unidade:

[...] defesa do socialismo, recusa das práticas conciliatórias de classe e priorização da participação e da ação das bases. Ainda que, com visões ligeiramente diferentes, todos os membros do grupo defendiam a criação de comissões de empresa (legais ou não) e a participação em todos os instrumentos legais de organização como o Sindicato. Além disso, também havia no grupo uma evidente simpatia pela Revolução Cubana e pela luta armada. (OLIVEIRA, 2011, p. 10).

É interessante observar que esses grupos de trabalhadores chegaram a organizar também um curso de recuperação escolar. Pelas características declaradas por Espinosa, isso lembra bastante a atuação, já mencionada, dos militantes de organizações ou de esquerda independente que atuavam dando aulas voltadas para a formação política, em escolas no Barreiro e Contagem. E nesse ponto, vale lembrar a preocupação de Gramsci com a necessidade de uma nova cultura, uma nova mentalidade e com a formação dos intelectuais orgânicos, indispensáveis para a transformação social (GRAMSCI, 1975, p. 1392). Vejamos a fala do próprio militante sobre a experiência de educação:

Então nós bolamos um Curso de recuperação estudantil, com alunos de todos os colégios, e com professores que eram militantes do movimento estudantil que eu recrutava na filosofia, física, nessa época, ainda pertencia a filosofia, matemática ainda não era um estudo independente, biologia, psicologia, tudo isso ainda integrava a Maria Antônia, se bem que nem todos estivesse na Maria Antônia. Então, com estudantes de todas as tendências, trotskistas, stalinistas, o MCI, de todas elas, todos voluntários. Nós montamos a reprodução de um curso ginasial com todas as matérias, Curso clássico, Científico e Normal, todas as matérias. Conseguimos junto a prefeitura, um colégio, que era um colégio, municipal, que era um colégio de madeira que chamava Colégio Osasco, Osasco? Não lembro o nome do colégio... perto da Igreja... Dia primeiro de julho [de 1968] começou: Curso de recuperação escolar, 700 inscritos... alunos [...] (ESPINOSA, 2013).

Entre as repercussões do movimento de Osasco, vale registrar que, no dia 18 de julho, jornalistas, artistas, intelectuais e estudantes haviam estruturado, em São Paulo, o Comitê de Apoio à Greve de Osasco que chegou a organizar manifestações e outras ações de propaganda e solidariedade aos grevistas. Após o término da greve dias depois, vários membros do Comitê de Apoio foram detidos ou passaram a ser procurados pelas forças da repressão.

O avanço da repressão sobre os operários após a greve de julho fez com que as lideranças do Grupo de Osasco entrassem para a clandestinidade. Algumas organizações de esquerda buscavam aproximação com a militância de Osasco, desde o início de 1968, devido à atuação combativa do sindicato dos metalúrgicos. Segundo Oliveira, entre esses grupos, a



VPR tinha mais identidade com as perspectivas do Grupo de Osasco. Devido à experiência do grupo com as mobilizações em fábricas, sindicatos, escolas e nos bairros, ele se uniu à VPR como responsável pelo “setor de massas” daquela organização. Anos mais tarde, um de seus militantes, José Campos Barreto, o Zequinha, seria assassinado, juntamente com Carlos Lamarca, no sertão baiano (OLIVEIRA, 2009, p. 283).

Mais do que a greve de Osasco, deve-se observar que a greve de Contagem, em alguma medida, foi uma surpresa para o regime militar. Foi uma greve que constituiu uma ameaça ao arrocho salarial, que era um pressuposto da política econômica do regime. O governo teve que fazer concessões sobre uma política salarial que estava já definida. A classe trabalhadora tinha enfrentado uma política de governo e isto era ligado ao fato de greve ter sido iniciada dentro das fábricas. (ESPINOSA, 1978, p. 15). O governo preparou-se para outras situações similares e, em julho, impediu que a greve de Osasco fosse vitoriosa. As lições, todavia, ficavam em um tipo de memória que era da classe e, em Osasco, esse tipo de herança, ou de sucessão foi particularmente visível. Ali continuavam a existir núcleos voltados para a reorganização da oposição sindical. Alguns membros da liderança, no entanto, passariam para a luta armada, trocando o movimento operário pelas organizações de guerrilha.

Na região industrial do Barreiro e Contagem, a qualidade da vida dos trabalhadores continuava precária. Além dos salários baixos e do despotismo da vigilância interna das fábricas, as jornadas eram longas e exaustivas. As condições de moradia dos operários e suas famílias significavam ruas sem urbanização, beiras de córregos, áreas que ainda não haviam sido ocupadas pelas indústrias e terrenos que se tornaram favelas e que acomodaram os grandes contingentes de migrantes que vinham do interior, atraídos pela perspectiva de se tornarem “trabalhadores fichados”. O ano avançava e a tensão política se mantinha.

### **3.7 Contagem, Outubro de 1968: a Greve e o Avanço do Autoritarismo**

A derrota da greve de Osasco não havia mudado a determinação da Comissão Inter Sindical de manter uma proposta de greve geral para outubro, pois a visão sobre a greve de abril, em Contagem, não era de derrota:

Na Cidade Industrial de Contagem, apesar da derrota, - até então, via-se como vitória parcial, pois aquela só seria desmascarada em outubro quando o abono de 10% seria descontado nos reajustes – as condições de mobilização melhoraram, pois, com a demonstração de força dada em abril, o ‘moral’ da classe se achava elevado. Além do mais, as prisões ocorridas no momento logo posterior à greve de abril,

seriam temporárias, não impedindo aos líderes mais expressivos a continuidade de sua militância nas fábricas. (MUNIZ, 1984, p. 227).

Os trabalhos de mobilização e organização para a greve foram desenvolvidos pela Comissão Intersindical (CIS), que formou uma Comissão Geral de Greve (CGG) e esta, por sua vez, formou os grupos de auto-defesa da greve, as comissões de greve das empresas e, estas, as subcomissões dentro das próprias empresas. (ver GROSSI, 1979, 58) A greve foi bem preparada, do ponto de vista da comunicação e de orientações sobre a construção do movimento: boletins informavam como deveria ser a paralisação em cada fábrica, reforçando a argumentação e as justificativas para a greve. (OLIVEIRA, 2010, p. 113).

Em 26 de setembro, é deflagrada, sob o comando da Comissão Inter Sindical, a greve dos bancários de Belo Horizonte. Paralelamente, aconteciam outras greves: das professoras primárias, dos operários da prefeitura e dos marceneiros. E, no dia 1º de outubro, com a reivindicação de 50% de aumento salarial, inicia-se a greve dos metalúrgicos, na Companhia Siderúrgica Mannesmann, desencadeada pela Comissão Geral de Greve da CIS, com ramificações nas empresas, através de comissões de greve. Com piquetes e comícios-relâmpagos, a greve atinge 10 fábricas: a IMAN, a CIMEC, a Pohligh-Heckel, a Artes, Mannesmann, a RCA Victor, a Cia. Mineira de Conservas, a Metalgráfica Triângulo, a Bernardo Capistrano e a Santa Clara (Diário de Minas, 02/10/1968 apud MUNIZ, 1984).

Conforme aponta Oliveira, não foi possível colocar em prática a organização prevista para a greve na trefilaria da Belgo Mineira, a fábrica onde tivera início a greve de abril. Seriam tirados em assembléia grupos de dez trabalhadores, que deveriam parar a produção, “executar as tarefas de propaganda da greve, de finanças, de alimentação e de vigilância em portões e muros.” Mas eles não conseguiram iniciar a greve, uma vez que a polícia estava dentro da fábrica, vigiando os trabalhadores, na proporção de um policial para cada operário. (OLIVEIRA, 2010, p. 114).

A greve foi imediatamente declarada ilegal e foi decretada a intervenção no sindicato, cuja sede foi invadida pela polícia. A diretoria do sindicato, que escapou de ser presa, integrou o comando da greve clandestinamente. Mas a greve teve como resposta do governo a repressão sistemática, em várias frentes: a Cidade Industrial foi ocupada pela polícia militar, com grupos de soldados em cada esquina, segurando cães, além de fuzis com baionetas. A CGG procura organizar a desmobilização da greve, com um protesto contra o arrocho salarial, como forma de o movimento ser encerrado pelos operários, e não por iniciativa da polícia. (GROSSI, 1979, p. 58).

No quarto dia de greve, um acordo, estabelecendo o reajuste em 27%, incluindo o abono de 10% concedido em maio, é assinado pelo interventor do sindicato e pelos patrões, no Tribunal Regional do Trabalho. Os grevistas não reconhecem a legitimidade do interventor e tentam continuar o movimento. Enquanto a Comissão Geral de Greve procura organizar uma assembléia para finalizar o movimento, com o protesto contra o arrocho salarial, uma reunião é organizada pelo Comando de Greve clandestino, na Igreja de Nossa Senhora da Piedade, bairro Inconfidentes, com o objetivo de retomar a organização do movimento.<sup>19</sup> Lá, eles se declaram em assembléia permanente, mas a igreja é cercada pela polícia, que efetua 20 prisões, incluindo a do líder Ênio Seabra. (MUNIZ, 1984, p. 230). Como aponta esse autor: “Para muitos líderes combativos, que sobreviveram às prisões, restava a ainda a possibilidade de retomar o movimento pela agitação no interior das fábricas. Isto, no entanto, torna-se inviável, pela presença maciça de policiais nas fábricas que impediam até mesmo a comunicação entre os operários.” O autor conclui: “Assim, o movimento, com sua direção presa, com os canais de comunicação cortados, sem o mínimo espaço para promover agitação, começa a esvaziar e no dia 08 a volta ao trabalho é maciça.” (MUNIZ, 1984, p. 230).

### **3.8 A Greve de outubro de 1968: Considerações sobre a Aliança Operários/Estudantes e o papel das Organizações de Esquerda**

Algumas análises da greve de outubro foram incisivas ao apontar a relação do fracasso do movimento com as orientações que eram colocadas para ele, marcadas por um sensível voluntarismo pequeno-burguês, expresso nas organizações de esquerda com base no movimento estudantil que, ao transpor para o movimento operário uma dinâmica estranha a ele, criavam mobilizações em cima de condições “artificiais”. Mas, como aponta Muniz, “as explicações do fracasso do movimento parecem encontrar consistência menos nessas características apontadas do que em fatores externos ao movimento, quais sejam, da conjuntura política específica do momento da greve.” (MUNIZ, 1984, p. 231). O endurecimento do regime militar vinha se delineando, desde antes da greve de outubro, que acontecera num momento especialmente tenso, no cenário da política nacional. O mês de outubro de 1968 foi particularmente agitado, pois no dia 12 daquele mês, comandos da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) executaram em São Paulo o agente da CIA e capitão do

<sup>19</sup> Grossi narra esse episódio, dizendo que o local onde a CGG realizaria a assembleia geral para o desfecho da greve seria a filial da sede do sindicato dos metalúrgicos, situada em Contagem, que não fora ocupada pela polícia. “Aconteceu, porém, que um dos grupos políticos dissidentes de esquerda, sem discutir com a CGG, encaminha os grevistas para uma Igreja e lá se declaram em assembléia permanente. Enquanto a CGG, em Belo Horizonte, ultima providências para a assembléia programada anteriormente, a polícia cerca a Igreja, reprime os manifestantes, desencadeando uma série de prisões.” (GROSSI, 1979, p. 58-59).

exército norte-americano Charles Chandler. No mesmo dia, foram presos 740 estudantes que representavam colegas universitários de todo o Brasil no 30º Congresso da UNE, que estava sendo realizado clandestinamente no município de Ibiúna, SP.

O pior, entretanto, ainda estava por vir. A violenta invasão policial da Universidade de Brasília, ocorrida, em 29 de agosto, dera motivo para que, no início de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves, do MDB do então Estado da Guanabara, fizesse, na Câmara Federal, discursos criticando a ditadura e os militares:

Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile. Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. (ALVES, 1968).

Os ministros militares julgaram ofensiva a fala de Moreira Alves e exigiram sua punição. Ainda em 12 de outubro, o governo pediu à Câmara a cassação do deputado. No dia 12 de dezembro, o pedido de licença para processar o parlamentar foi votado pela Câmara e rejeitado por 216 votos a 141, resultado comemorado com hino nacional e aplausos das galerias.

Em 13 de dezembro de 1968, o país entra na fase mais violenta da ditadura militar, que decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5), um verdadeiro “golpe dentro do golpe”. Esse ato institucionalizou o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O regime de exceção colocou em recesso o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais. O poder executivo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, para legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Foi suspensa a possibilidade de “habeas corpus” para crimes políticos e, ao mesmo tempo, multiplicaram-se prisões de opositores ao regime, intensificou-se o uso da tortura e do assassinato, sempre em defesa da “segurança nacional”.

Com o endurecimento do regime, a perseguição política fez com que inúmeros estudantes, operários, políticos, intelectuais, artistas e outros opositores fossem presos, torturados, mortos ou obrigados ao exílio. A censura passou a fazer parte do cotidiano dos meios de comunicação de massa e de todo tipo de produção artística e cultural.

Nessas condições, nem os estudantes e nem os operários, que haviam protagonizado grande parte dos eventos grevistas e das manifestações de 1968, teriam como seguir com a

luta no espaço público, na visibilidade que acompanha os movimentos sociais numa sociedade democrática. Nas palavras de Antunes e Ridenti,

[...] o movimento estudantil, derrotado, engrossou as fileiras da luta armada contra a ditadura militar através de várias de suas lideranças e militantes. O movimento operário, depois das derrotas de Contagem e Osasco, refluíu fortemente e teve também vários de seus quadros mais à esquerda incorporados à luta armada. Ambos desnudaram o sentido profundamente ditatorial e terrorista do Estado brasileiro e foram, por isso, violentamente reprimidos. (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 88).

É impossível deixar de levar em conta essa parcial co-incidência desses dois movimentos, ou as discussões levantadas por ela nas abordagens que foram feitas no sentido de se entender as greves operárias de 1968. A evidência da presença estudantil, articulada pelos grupos de esquerda, somente não foi devidamente analisada por um dos registros mais completos das greves de 1968, devido, talvez, à proximidade no tempo e à natural dificuldade de se ter depoimentos de envolvidos, considerando-se o regime de exceção existente na época.

Foi em 1972 que saiu a primeira análise das greves de Contagem e Osasco, de autoria de Francisco Weffort, que identificou na greve de abril, em Contagem, um caso típico de movimento espontâneo das massas populares. Segundo ele, “ela ocorreu, como um ato espontâneo da massa operária e sua espontaneidade terminou por impor-se, mesmo àqueles que, refeitos da primeira surpresa, tentaram controlar, coordenar ou dirigir os acontecimentos.” (WEFFORT, 1972, p. 22). Esta é uma análise que vai ter o mérito de situar a classe operária como sujeito político, que se constrói enquanto tal, na prática e na luta, bastante coerente com uma concepção de classe como sujeito capaz de construir sua própria história. Weffort

[...] constrói uma imagem de classe que se faz na luta política de suas organizações sindicais, mesmo que sua imagem de classe seja a de um movimento subordinado pelas estruturas impositivas do estado [...] Sua classe operária é uma que sai às ruas, que faz greves apesar dos sindicatos e dos partidos, mostra energias e um ímpeto reivindicativo indisfarçável. (PAOLI; SÁDER; TELLES, 1983, p. 146).

Seguindo o raciocínio de Weffort, a reação espontânea a um contexto que envolvia “crise econômica, crise sindical e insatisfação social” teria criado as condições para a greve. Ele aponta o tratamento de choque aplicado à economia pelo governo Castelo Branco como responsável por efeitos depressivos mais amplos em Belo Horizonte e região do que em outras áreas do país.

Weffort identifica também a crise sindical, observando que os sindicatos sofriam intervenções mais duradouras na região de Belo Horizonte, se comparados a outros sindicatos,

nas demais regiões do país. (WEFFORT, 1972, p. 32). Desta crise, fazem parte as eleições sindicais que deram vitória, no caso de Belo Horizonte e Contagem, à oposição sindical, a qual, por sua vez, teve a sua chapa golpeada pela cassação de quatro de seus membros eleitos. (WEFFORT, 1972, p. 31) Ao lado disso, várias empresas da região, em 1967 e 1968, estavam demitindo ou atrasando salários (WEFFORT, 1972, p. 33), contribuindo, portanto, para um clima de insatisfação e crise, que se ampliava e repercutia nos jornais mimeografados clandestinos, produzidos pelas organizações da esquerda que desenvolviam atividades na região. Na visão de Paoli, Sáder e Telles, ao pensar o lugar da classe operária como lugar político produzido na história, Weffort situa esse lugar como

[...] estritamente delimitado pelas relações instituídas pelo Estado, exigindo, portanto, que a classe, enquanto sujeito, assuma uma figuração precisa. Ela se dá através do sindicato ou do partido. E mesmo quando (caso de “Contagem e Osasco”) esse sujeito se constitui num outro espaço - a fábrica -, o significado desse lugar é expressão da impossibilidade política do sindicato. (PAOLI; SÁDER; TELLES, 1983, p. 149).

Na opinião de Grossi, Weffort

[...] parece não ter condições para perceber a greve de abril menos como resultante da conjuntura econômico-social, que de conflitos inter-grupos políticos de esquerda que atuavam nesta área. Estes grupos, compostos por operários e estudantes em sua maioria, reivindicam a hegemonia de determinado processo e tentam ser agentes da história. (GROSSI, 1979, p.51-52).

Na verdade, a atuação desses grupos tem um importante papel nas discussões que pautavam a data mais adequada para se iniciar a greve nacional, conforme mostra Neves, ao citar entrevista de um ex-militante de um deles (Polop/POC):

[...] foi a conjugação de três fatores, a oposição sindical, os grupos de esquerda e a própria conjuntura que criaram as possibilidades do surgimento da greve. As organizações de esquerda trabalhavam para a greve nacional em julho, mas havia muitas divergências entre as esquerdas, inclusive a respeito da própria data de greve. (NEVES, 1995, p. 138).

Ao que parece, é o próprio conceito de “espontaneidade operária”, na abordagem que dele faz Weffort, que deixa em aberto o espaço da contestação ao seu postulado, no caso da greve de abril em Contagem: segundo ele,

[...] uma greve pode ser considerada espontânea quando a massa operária decide e realiza por si própria, um movimento de defesa de interesses econômicos ou sociais. Os operários, nestes casos, contam certamente com líderes, embora desconhecidos do público e das autoridades, e com alguma forma circunstancial e elementar de

organização, mas não com uma organização corporativa (ou política). (WEFFORT, 1972, p. 22).

Assim, fica mais visível a crítica que se faz a esse autor, na medida em que, ao observar que se baseia em informações da imprensa<sup>20</sup>, ele é questionado por não tratar da história de luta dos movimentos de esquerda da região e nem da participação efetiva de estudantes, que buscavam construir uma frente de lutas operário-estudantil contra a ditadura militar. A dificuldade em ter acesso a outras fontes e trabalhar com uma diversificação metodológica mais à altura do fenômeno observado, no entanto, não diminui o mérito do autor, na medida em que ele, ao falar da greve espontânea, lembra que ela pode representar uma forma “embrionária de consciência social dos operários que no ato da greve abandonam a costumeira posição de submissão e assumem uma atitude de resistência coletiva aos grupos dominantes, de dentro ou de fora da empresa.” (WEFFORT, 1972, p.24). A validade dessa observação, no caso específico da greve de abril, mesmo não tendo sido esta uma “greve espontânea”, liga-se ao fato de que ela envolveu, de fato, características de iniciativa dos operários e força da categoria. Citado por Magda Neves, o sindicalista Ênio Seabra, lembra que, “apesar da presença dos grupos de esquerda, eles eram minoria, em face da experiência dos trabalhadores. Pois estes é que enfrentavam o dia-a-dia, as péssimas condições de trabalho, a situação de arrocho, as ameaças de desemprego.” Ênio acrescenta: “Nessas lutas, o objetivo era ver o trabalhador organizado. Era um ideal, uma vontade. A cada luta, a cada momento, a gente se sentia armado” (NEVES, 1995, p. 141).

Após a chamada abertura democrática, a anistia, o retorno dos exilados, os depoimentos dos envolvidos, lideranças sindicais da época, militantes que deram entrevistas a pesquisadores, participantes dos acontecimentos que escreveram a respeito da experiência, vieram reforçar a memória da participação dos que, embora não sendo operários, se mobilizaram e tiveram algum papel na construção daquela greve de abril. Nesse rebuscar da memória, vale lembrar aqui as palavras de Nilmário Miranda:

---

<sup>20</sup> Weffort menciona as limitações de método: “[...] não foram poucas as dúvidas que tive sobre a qualidade do material coligido e apresentado a seguir. Tive que me basear em informações da imprensa, além de umas poucas informações censitárias, e como se sabe nem sempre o interesse do jornalista coincide com o do cientista político ou do sociólogo. Além disso, é precisamente *no* campo das questões do desenvolvimento interno do movimento sindical onde as informações jornalísticas são menos abundantes e, ainda assim, nem sempre completamente confiáveis. Deste modo, dimensões tão importantes como, por exemplo, a dinâmica das relações sociais no interior das empresas, as relações entre liderança e base no interior dos sindicatos ou a presença de influências políticas no âmbito dos movimentos grevistas, ocupam no conjunto deste estudo um espaço muito menor do que o necessário para a sua completa elucidação.” (WEFFORT, 1972, p. 11).

Quarenta anos depois, as lideranças criticam o importante estudo pioneiro do cientista político Francisco Weffort (1972) sobre a greve de Contagem, pela subestimação do papel do sindicato dos metalúrgicos e dos grupos de esquerda. Dezenas de militantes das classes médias atuaram em Contagem e no Barreiro. Pessoas que renunciaram às suas carreiras, com muita coragem pessoal, viam nas favelas, nos bairros desprovidos, assolados pela poluição, o espaço coletivo da classe operária, *constituída como classe, agindo como classe, liderando a revolução*. Consumiam suas noites, explicando a realidade capitalista, buscando introduzir novas práticas políticas, para além da revolta individual, da sabotagem de peças. Andarilhos e missionários da revolução, que acreditavam iminente. Tinham pressa: seu tempo se conta por dias e semanas. Percorrem as portas de fábricas, ponto de ônibus, escolas noturnas, bairros, favelas, igrejas. Nos "aparelhos", os mimeógrafos produzem boletins que eram distribuídos nas casas. (MIRANDA, 2008).

E os grupos de esquerda, com seus representantes no meio sindical, operaram decisivamente em muitos momentos, mas sempre marcando, com as suas discordâncias de estratégias, a sua diferença na relação com os trabalhadores. Integrados, na maioria, por estudantes, esses grupos tinham alguns trabalhadores entre os seus militantes e isto significava maior envolvimento nos processos de mobilização, na preparação das greves e algumas diferenças entre fábricas, na medida em que um determinado grupo era hegemônico numa fábrica e outro tinha maior influência em outra unidade industrial. Consta, por exemplo, que a greve na Belgo-Mineira saiu na frente, porque foi liderada pelo Comando de Libertação Nacional (COLINA, dissidência da POLOP, que produzia o jornal *Piquete*), constituindo surpresa até para as demais organizações. Segundo um dos militantes dessa organização, também liderança na greve, “a Colina achava que não precisava ter época para agir como as outras organizações que marcaram a greve para julho. A organização discordava dessa data. Se tinha a oportunidade, se tinha as condições, se a gente tava preparado, a gente tinha que atacar naquela hora.” (NEVES, 1995, p. 141). Entre os membros da direção do sindicato, estava Argentino Martins, que era da COLINA. (OLIVEIRA, 2010, p. 129). Outra organização importante no movimento operário era a AÇÃO POPULAR, que tinha entre seus quadros algumas lideranças importantes dos trabalhadores: Ênio Seabra, Mário Bento e “integrou na produção” importantes quadros políticos, além de deslocar outros para atuar nos bairros e lecionar nas escolas de Contagem e do Barreiro. Os militantes da AP distribuíam o boletim *Companheiro* e o *Bodoque*. A CORRENTE REVOLUCIONÁRIA tinha o vice-presidente do sindicato, Joaquim de Oliveira, entre seus quadros, e a secretária Conceição Imaculada, que posteriormente seria trocada pelo embaixador suíço, seqüestrado numa ação conjunta da Vanguarda Popular Rrevolucionária (VPR) e Ação Libertadora Nacional (ALN). Além desses quadros que atuavam no sindicato, a Corrente tinha estudantes e, entre eles,



alguns que se tornaram operários e atuavam nas fábricas e nos bairros, alguns ministravam aulas em um colégio no Barreiro, região onde ficam as instalações da Mannesmann.

Esse grupo produzia o boletim *1º de Maio*. Havia outros grupos, como o POC, Partido Operário Comunista, vindo da POLOP, que teve entre seus quadros, militantes não-metalúrgicos, dentre os quais, Alcides Oliveira, Eleonora Menicucci e Otavino Alves e que encaminhou para Contagem diversos militantes que faziam mobilização e divulgavam o boletim *Combate*.

Entre as organizações de esquerda, havia ainda o PCB, Partido Comunista Brasileiro, que era a presença mais antiga da esquerda entre os trabalhadores da região. Na verdade, o PCB vinha passando por cisões, desde um pouco antes do golpe de 64, quando o chamado “conflito sino-soviético” repercutiu nos seus debates internos e houve a divisão que resultou no PC do B, identificado, genericamente, com a “linha chinesa”. Após o golpe, a derrota das esquerdas levou a uma intensificação desses debates e diversos setores do partido indispuseram-se com as orientações que defendiam a aliança com a burguesia nacional como forma de derrotar o imperialismo.

As dissidências surgiram, em diferentes regiões do país, influenciadas pelo ideário da revolução armada, do processo da Revolução Cubana e da teoria do foco guerrilheiro. Essa teoria, que alimentou os programas de diversas dissidências da esquerda “tradicional” em diversos países da América Latina, fez história no Brasil.

Mantendo-se contrário à proposta da luta armada, o PCB tinha a proposta de uma frente democrática antiimperialista, que propunha envolver as classes médias, setores da burguesia nacional, para restabelecer a democracia e criar condições para a luta de massas. (FREDERICO, 1991, p. 50). Os grupos dissidentes não aceitavam mais as formas de organização legal e questionavam essa posição, chamando-a de “reformismo”.

A cisão foi inevitável, mas o PCB conseguiu manter quadros atuantes, sobretudo em processos de formação política e arregimentação de novos quadros militantes.<sup>21</sup>

O partido, mantendo a linha de atuação no sentido de fazer aliança com a burguesia, para a obtenção de eleições democráticas, propunha o trabalho de retomada e reabertura dos sindicatos, como forma de estabelecer instrumentos democráticos para a luta contra a ditadura. Além da participação na organização de células importantes na Mannesmann e na Mafersa (NEVES, 1995, p. 141), o PCB contava com Antônio Santana, na diretoria do Sindicato, e ele ficou no cargo de presidente, com o impedimento da posse de Ênio Seabra.

---

<sup>21</sup> Memória pessoal: alguns militantes da dissidência do Partido, participaram junto com quadros do PCB, do apoio à greve de Contagem, em panfletagens e comícios-relâmpago na Cidade Industrial de Contagem.

Portanto, militantes do PCB tiveram participação atuante nessas lutas, em que pesem as suas divergências com os que optaram pelas organizações voltadas para a luta armada.<sup>22</sup>

Ao abordar as relações entre a esquerda armada e os trabalhadores, Ridenti cita Marighella:

Refletindo teoricamente sobre a experiência das greves de Osasco e Contagem, e sobre as greves estudantis de 1968, Carlos Marighella inseria as ‘greves e interrupções do trabalho’ nas tarefas do guerrilheiro urbano, a quem caberia “preparar a greve e não deixar pistas ou vestígios que permitam identificar os dirigentes da ação. (RIDENTI, 1993, p. 170).

É fora de dúvida que os trabalhadores, na sua maioria, ou mesmo a maioria dos que estivessem em greve, não estavam preocupados com as mesmas questões que preocupavam os militantes de organizações de esquerda que projetavam a luta armada.

Ao lado disso, um problema de identidade de classe atravessava essa relação, uma vez que as organizações de esquerda tinham, geralmente, maioria de estudantes entre seus quadros, e estes, sobretudo os universitários, vinham, em grande parte, da pequena burguesia. Esta era uma questão que “incomodava” os grupos de esquerda. Alguns deles chegaram a discutir o problema da sua composição social. O tema foi recorrente na “imprensa do exílio”<sup>23</sup>. Embora alguns exilados tenham abandonado o interesse por política, a maioria o manteve, reavaliando as suas concepções. O registro de suas reflexões traduzia uma espécie de autocrítica, bem como projetos de reorganização e rediscussão de estratégias, bem como retomava discussões sobre unificação das lutas por liberdades democráticas. As razões disso vinham com o aprendizado decorrente da derrota, como bem mostra Rollemberg:

A base social das organizações estava numa intelectualidade revolucionária, que dispunha de pouca adesão de militantes originários da classe operária. A solução para o problema, ou seja, a teoria do foco, além de se mostrar cega na avaliação da força do inimigo, demonstrava uma atitude paternalista em relação à classe operária. Daí podia-se compreender o isolamento da luta armada, cuja dinâmica superpunha-se à própria luta de classes. (ROLLEMBERG, 2007, p. 8).

Mas o fato é que essa questão se manifestava também entre os militantes que eram considerados “reformistas” ou “conciliadores”, a começar pelo PCB, onde a presença da

<sup>22</sup> Memória pessoal: mesmo após a cisão, de 1967, alguns companheiros do PCB consideravam os que saíram como se fossem ainda militantes do partido.

<sup>23</sup> Transcrevemos aqui uma referência de Rollemberg (2007, p. 2): À primeira vista, o que chama a atenção na imprensa do exílio é a quantidade de títulos. A lista reconstituída em arquivos e junto a pessoas entrevistadas quase chega a cinquenta títulos, publicados em diversos países e continentes e, certamente, não é definitiva. Para a listagem ver Rollemberg (1999) Os periódicos encontram-se na Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), em Nanterre, França, no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, alguns títulos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

intelectualidade pequeno-burguesa entre os quadros militantes fazia parte das preocupações com a identidade da organização. De acordo com Reis Filho, não são raras no PCB as referências a respeito da supremacia de pequeno-burgueses na direção ou na organização. Ele observa que, já em 1961, Benedito Cerqueira afirma que o Partido não pertence à classe operária, porque predominam elementos “estranhos” em suas fileiras. E lembra, ainda, que Apolônio de Carvalho, naquele mesmo ano, diria que os erros existentes, no presente e no passado, estavam ligados “à força da pequena burguesia nas fileiras do próprio Partido.” (REIS FILHO, 1990, p. 148). O sexto congresso do Partido, que aconteceu em 1967, deu continuidade a essa preocupação:

Nosso Partido, no entanto, não assumiu ainda a posição de agrupamento de vanguarda das grandes massas proletárias. Não é estranho, pois, que pesem tanto em nossa acção as influências que momentaneamente dominam alguns sectores da pequena burguesia. (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1976, p. 127-166).

O problema da composição social “majoritária” de pequeno-burgueses era vivenciado também pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e este, bem como as demais dissidências que saíram do PCB, reconhecia a sua composição pequeno-burguesa. No dizer de Reis Filho, as dissidências “viveriam com grande intensidade, em consequência, a problemática da “penetração” na classe operária, tentando, como as demais organizações, construir pontes com os setores populares e a classe operária. (REIS FILHO, 1990, p. 149).

Também a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) teve sempre a preocupação de ter maioria de quadros políticos operários, segundo mostra um de seus documentos de fundação:

No Brasil de hoje, além disso, não é mais possível levar a sério um ‘partido operário’, composto principalmente por elementos da pequena-burguesia. Mas quando falamos da necessidade da presença do proletariado no partido, não nos referimos a simples adesões na periferia da organização, mas sim à criação de quadros políticos da classe operária. Num organismo democrático, esses dirigentes operários farão sentir a sua presença ao lado dos intelectuais e estudantes revolucionários, sendo indispensável a sua colaboração ativa na elaboração tática da luta; e num organismo que se intitula de ‘partido’ esses quadros políticos operários terão de estar na maioria. (MARTINS, 1960, p. 2).

E, mais adiante, no mesmo documento, a preocupação se manifesta como uma busca efetiva:

Temos de *dedicar todo o nosso esforço* e aproveitar todas as possibilidades para *recrutar jovens militantes operários para a organização*. Já dissemos que não somos um partido e nem pretendemos aparentá-lo. Todavia, o que temos é de dar

exemplo, em miniatura, de um futuro partido operário e, nesse sentido, a questão da composição social do grupo é aguda para nós. (MARTINS, 1960, p. 6).

Formado já no ano de 1968, o POC também “continuava fora da classe operária” e discutia as formas possíveis de obter a participação dos trabalhadores em suas fileiras, segundo Reis Filho (1990, p. 149). E, de acordo com esse mesmo autor, a VPR tinha também esse problema, mas admitia que as “fases iniciais da revolução” não poderiam contar com uma postura revolucionária imediata dos trabalhadores. Com isso, era admissível que os militantes viessem do setor estudantil e das áreas progressistas do setor eclesiástico e, partindo dessa concepção questionadora da possibilidade da teoria revolucionária entre os operários, a VPR assumia com mais tranquilidade a sua realidade de estar fora dos setores historicamente revolucionários. Postura semelhante ocorria entre os militantes da COLINA que, na organização do “foco”, embora postulassem que era ideal contar com pessoas da região escolhida, sabiam que não era fácil esperar por isso e viam a superação das dificuldades com a preparação e o treinamento.

Por outro lado, o PC do B manifestava a preocupação de “voltar o partido para as massas”, em documento datado de junho de 1966, uma vez que as direções do partido, na sua quase totalidade, eram formadas por “elementos de origem pequeno-burguesa.” (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1985, p. 82-84). No mesmo documento, o Partido frisava a importância do envolvimento das massas camponesas na luta revolucionária:

Para os camponeses, a revolução é uma necessidade ainda mais premente do que para outras camadas sociais. Atraí-los para a luta significa apressar a derrota da reação e do imperialismo. Se o partido não ganhar os camponeses, jamais poderá dirigir o movimento democrático e antiimperialista e levá-lo à vitória. (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1985, p. 82).

Organização surgida de uma cisão do PC do B, a Ala Vermelha, em texto crítico ao referido documento, dizia que o proletariado não conseguira ainda formar a sua verdadeira vanguarda de classe e que

[...] isto se deve a que, desde o surgimento do Partido, ele esteve marcado pela presença do oportunismo pequeno-burguês em suas fileiras. Reconhecendo a forte presença da origem pequeno-burguesa entre seus militantes, a Ala seguia defendendo a formação de um partido proletário que constituiria a vanguarda do proletariado. Mas esse partido somente se formaria no processo da própria luta, só poderia surgir no seio da luta armada. (REIS FILHO, 1985, p. 131).

Assim, as organizações de esquerda, no período dos anos sessenta, tinham em comum a consciência de sua própria composição social, marcada pela presença majoritária da

pequena-burguesia intelectualizada.<sup>24</sup> E isto as colocava numa posição de quem levaria a teoria revolucionária de fora da classe operária para ser construída como prática dessa classe, agora enquanto vanguarda de um processo revolucionário.

A tradição marxista-leninista traz a marca da desconfiança em relação aos intelectuais de origem pequeno-burguesa ou burguesa, como se pode observar nesta carta:

Se essas pessoas de outras classes se juntam ao movimento proletário, a primeira exigência é a de que elas não tragam consigo nenhuns restos de pré-juízos burgueses, pequeno-burgueses, etc, mas se apropriem com franqueza da maneira de ver [*Anschaungsweise*] proletária. (MARX; ENGELS, 1982).

Lenin, por seu lado, também questiona a influência nefasta da pequena-burguesia sobre o movimento revolucionário, criticando as suas características de seus intelectuais, que são vistos como, por um lado, naturalmente conciliadores, mas podendo, ao mesmo tempo se tornar nocivos por um desvio oposto, que é o “esquerdismo”. Analisando as relações entre as diversas correntes envolvidas nos acontecimentos em torno da Revolução de 1917, Lenin aponta:

Os democratas pequeno-burgueses [...] vacilavam inevitavelmente entre a burguesia e o proletariado, entre a democracia aburguesa e o regime soviético, entre o reformismo e o revolucionarismo, entre o amor aos operários e o medo da ditadura do proletariado, etc., ressaltando que é importante que os comunistas saibam *utilizar* essas vacilações e não desprezá-las. (LENIN, 1978, p. 83).

No contexto das lutas de 1968, as discussões e reflexões que encaminhavam a questão da participação da pequena burguesia na composição social das organizações revolucionárias tinham, inevitavelmente, o seu foco dirigido aos estudantes e ao movimento estudantil.

Diante de toda essa discussão, atravessada pelo constrangimento de uma problemática de identidade de classe, é imperioso tratar da questão que caracterizava a aproximação entre dois grupos sociais em intensa mobilização no período: compreender a colaboração entre movimento estudantil e movimento operário, a efetividade de suas relações, os impactos, as heranças desse tipo de aproximação e suas repercussões sobre as atividades dos dois segmentos em anos posteriores. Lembremos que, em 1968, tanto em Contagem como em Osasco, cujas greves aproximaram trabalhadores e estudantes, existiu a experiência das práticas educativas, ou formadoras, envolvendo militantes de ambos os grupos sociais. Militantes do movimento estudantil davam aulas em escolas de bairros operários, na região de

<sup>24</sup> As origens, trajetórias, composição e o ideário das diversas organizações da esquerda que participaram dos acontecimentos políticos no Brasil nos anos sessenta e início dos anos setenta são tratadas a fundo por diversos autores, entre os quais, Reis Filho (1990) e Ridenti (1993). Uma excelente síntese sobre a formação e o perfil ideológico dessas organizações é apresentada por Oliveira (2010, p. 123-147).

Contagem e, como já foi dito aqui, trabalhadores/estudantes organizaram cursos em Osasco. Tanto a prática da formação fazia parte dos programas das organizações de esquerda, quanto militantes do movimento dos trabalhadores demandavam a educação, inclusive a formação política de seus quadros.

Ao tratar da influência estudantil sobre o movimento operário, A. R. Espinosa observa que

Nos momentos de extrema desorganização, decorrentes de derrotas profundas ou da inexistência de uma consciência de classe autônoma, a passagem da classe operária a uma atitude combativa depende de acontecimentos exteriores que tenham reflexos imediatos junto a ela. (ESPINOSA, 1978, p.3).

Espinosa prossegue, lembrando que crises econômicas e/ou políticas podem historicamente desencadear esse *impulso externo* sobre a classe operária, e que essas crises abalam o sistema de dominação criando condições para que a classe reaja à depreciação de suas condições de vida. Mas ele aponta outro elemento social capaz de ativar o proletariado, que são os protestos das classes médias. Segundo ele, essas classes, “em virtude de sua organização social, intimidade com as ‘idéias’ e o poder, têm condições de se mobilizar muito mais rapidamente. E o fazem sempre que, para elas, é iminente o risco de proletarização.” (ESPINOSA, 1978, p 4). Espinosa afirma, ainda, que tais períodos de crise propiciam que a pequena burguesia procure incendiar o ânimo do proletariado para fazer dele o aliado ideal para conter seu próprio empobrecimento.

Depois, dependendo da duração da crise, do grau de consciência e organização alcançado, o movimento operário pode adquirir força e clareza para caminhar sobre seus próprios pés, inaugurando um processo de construção de sua autonomia política e ideológica. (ESPINOSA, 1978, p. 4).

Por esta análise, poderíamos concluir, com Antunes e Ridenti, que

Não foi, então, por acaso que em Osasco e Contagem pudemos presenciar uma *ação operária com significativa presença estudantil*, especialmente através dos estudantes/militantes de organizações de esquerda que ingressavam nas fileiras da vanguarda operária para melhor influenciar as ações dos trabalhadores. (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 88).

O que ocorre em 68, contudo, é o grande distanciamento que as propostas e formas de luta dos setores mais radicalizados do movimento estudantil, bem como do movimento operário, com diversos quadros de ambos ingressando na luta armada, adquiriram, em relação à sociedade em geral. Esse distanciamento e o agravamento das práticas da repressão da

ditadura inviabilizaram a continuação de ambos os movimentos no nível de efetividade em que existiam antes.

Na análise de Espinosa,

[...] embora o movimento estudantil tenha aberto espaços efetivos para a mobilização operária; apesar de ter ido ‘cutucar’ os operários lá onde eles estavam e de haver obtido respostas, acabou também influenciando sobre o isolamento e a radicalização dos setores mais organizados da classe operária (Osasco e Contagem). O movimento operário, dessa forma, não teria tempo para se organizar independentemente, para passar a marchar sobre os próprios pés. (ESPINOSA, 2007, p. 4).

O contexto histórico, político e social, relatado acima, delineou o cenário das greves de 1968, que pareciam ter fechado um ciclo na história do movimento operário no Brasil. Mas é preciso ver que as classes trabalhadoras continuaram resistindo, mesmo durante o período mais pesado da repressão. Embora marcado por um tipo de repressão que mostra o período como o mais terrível da história brasileira na segunda metade do século vinte, houve algumas ações que fizeram ver que a classe trabalhadora não estava parada.<sup>25</sup> Naturalmente, ela teve que mudar suas táticas, suas formas de se defender, mesmo porque os registros falam da transformação dos sindicatos em prestadores de serviços de assistência social, de serviços médicos, promoviam cursos de corte e costura que eram destinados às esposas dos trabalhadores. Mesmo dentro dessas condições absolutamente desfavoráveis e desanimadoras, foi possível construir algumas referências para o encontro dos trabalhadores enquanto um coletivo.

De acordo com Sader,

[...] entre o segundo semestre de 1973 e o início do ano de 1974, uma série de paralisações parciais e outras formas de pressão operária ocorreram em grandes metalúrgicas da região (do ABC Paulista). Seus atores foram, quase sempre, operários qualificados que aproveitaram os efeitos do boom automobilístico sobre o mercado de trabalho para pressionar seus patrões no sentido de melhores reajustes salariais. Os ferramenteiros da Ford organizaram uma operação tartaruga, diminuindo consideravelmente os níveis de produção, até obterem reajustes considerados satisfatórios. (SADER, 1988, p. 291-292).

Segundo o autor, em novembro do mesmo ano, os três mil metalúrgicos ferramenteiros da Volkswagen paralisaram suas atividades, fazendo a empresa ceder os 5% de aumento que eles reivindicavam. Ele observa ainda que, nesse momento em que as greves eram

<sup>25</sup> “Que a classe operária não estava parada é o que demonstrou o trabalho das oposições sindicais, que reúnem, em geral, os elementos mais combativos da classe. Este trabalho, apesar de ter pela frente severíssimas condições repressivas, desenvolveu-se e cresceu durante todos os anos 70, marcando sua presença em manifestações como as ‘operações-tartaruga’ e inclusive em algumas greves, como a da Villares, há alguns anos atrás.” (CARA A CARA..., 1978, p. 68).

virtualmente proibidas, a recusa das horas extras se tornou a forma dominante de pressão. Esse tipo de ação foi realizado pelos operários da Mercedes-Benz, da Villares, da Brastemp e da Chrysler, enquanto paralisações por setor aconteceram novamente, ainda em 1974, na Volkswagen, na Mercedes e na Ford.

Na condição de mobilizações que se constroem no interior das empresas, esses movimentos favorecem a formação de grupos de operários, que se comunicavam o se organizavam para defender seus interesses e, inclusive, para pressionar o sindicato. Dialeticamente, é possível considerar que a mobilização nas bases, ocorrendo por iniciativa dos próprios trabalhadores, por um lado, deveria reforçar a ação sindical, por outro ela suscitava novos posicionamentos que o sindicato encarava com relutância.

O distanciamento criado na primeira metade da década de setenta, entre a organização sindical e a vida cotidiana dos trabalhadores reforçou uma tendência do sindicalismo corporativista brasileiro, que é a de amortecer o conflito capital/trabalho. Concomitantemente a essa tendência, entretanto, o avanço das contradições ocasionou um fortalecimento das oposições sindicais, como mostra Le Ven, além de uma tendência ao reencontro dos sindicatos com o mundo do trabalho. Esse autor assinala que, na Cidade Industrial de Contagem, a despeito de uma cerrada vigilância interna e externa, tanto dos empresários quanto da polícia política, e em Belo Horizonte,

[...] a oposição sindical concentrou seu trabalho de organização dos trabalhadores, nas condições de trabalho e nos problemas de gestão da força de trabalho nas grandes fábricas metalúrgicas e metalmecânicas (Mannesmann, Pohlig Heckel, Trefilaria Belgo Mineira,). Era um trabalho de discussão em pequenos grupos com denúncias através de boletins clandestinos. (LE VEN, 1987, p. 29).

A confirmação de que os trabalhadores continuavam a fazer suas lutas, na medida do possível, vem na entrevista desse trabalhador que viria a ser um dos formadores/educadores das experiências que descreveremos:

*Lá na Poligh Heckel, a gente teve condição de organizar melhor porque a gente começou a mobilizar novamente em 73, o movimento operário, fazer reuniões, discussões e lá na Poligh Heckel, a gente teve como poder organizar... E nós fizemos, por exemplo, de 74 para 75 umas paradas, umas paradas para banheiro. Pra conseguir banheiro. Depois quando cortaram o leite [...] a gente brigou por causa do leite... Depois foi porque a companhia pagava o 13º simples, um salário seco, nós conseguimos mobilizar em 75, mais ou menos uma quantidade de 400 pessoas para o sindicato e fizemos uma negociação, eu fazia parte da comissão de oito, que estava negociando com a companhia, fazendo assembleias no sindicato depois indo para companhia, nunca tinha havido tanta gente. Fizemos uma campanha de filiação no Sindicato, sindicalizando o pessoal e conseguimos mexer com a oposição sindical novamente, a mexer muito bem. (Roberto Lélis, torneiro mecânico/educador).*



Ainda distantes do cotidiano dos trabalhadores, os sindicatos não se interessavam por esse tipo de luta e suas diretorias, no caso dos sindicatos mais fortes, chegaram a desenvolver “uma infra-estrutura assistencial que respondia às expectativas das famílias dos trabalhadores, explorados também nas suas condições coletivas de vida (saúde, habitação, educação e serviços urbanos).” (LE VEN, 1987, p. 29)

A oposição sindical, na sua formação e nos seus encontros, discutia também os problemas vividos enquanto moradores, que coincidiam com o movimento associativo dos bairros, que se encontrava em formação, em bairros e vilas da região industrial. Seu objetivo era lutar por melhores condições coletivas de vida urbana. Segundo Le Ven,

Foi um período de encontro do movimento operário com o movimento associativo autônomo, que tinha mais condições de se manifestar e se organizar, por não ser imediatamente taxado de subversivo. O que unia essas duas práticas políticas era o seu caráter de organização autônoma, e seu conteúdo de ação sobre as condições objetivas de vida. (LE VEN, 1987, p. 29).

O tema das lutas de moradores, das associações de bairro e de suas mobilizações, bem como de suas relações com o movimento dos trabalhadores, será retomado neste trabalho.

Aqui, tratamos de um conjunto de elementos que estiveram presentes numa determinada correlação de forças, de formas de reação a diferentes níveis de opressão, para se construir uma análise do tipo de contexto que assistiu à construção de personagens que estiveram na formação dos setores de esquerda que, já nas décadas seguintes, estariam no protagonismo de mudanças que depois chegaram a engendrar nova realidade social na primeira década do século vinte e um.

Foi necessário recuar até à greve de 68, na medida em que essa formação encontrou, ainda jovens, protagonistas das experiências que estariam no foco deste trabalho, anos depois, seja no movimento dos trabalhadores, seja nas práticas educativas.

A história avança, a memória existe e o aprendizado deixa seus frutos na memória e na experiência.

### **3.9 Das Fábricas Para as Ruas, Para Todo Mundo Ver**

O tal de Taturana, o Baiano, como Luís Inácio da Silva era conhecido entre a peãozada antes de se tornar o Lula famoso, poderia ser tudo na vida no Brasil da ditadura nova, menos líder sindical. Como é que um sujeito não atrelado ao governo nem a partidos que sempre se consideraram tutores da classe operária tem a coragem de sair por aí dizendo que “fajutaram as estatísticas e nos roubaram 34,1 por cento e agora vão ter que nos devolver tudo com juros e correção monetária?” Aí vêm os

outros paus-de-arara e gritam: "É isso aí, pau neles!" E as máquinas param. Era algo inimaginável no Brasil dos anos 70 e, a partir daí, "não havia mais tempo de gente esclarecida curtir angústia, como antes era comum. (KOTSCHO, 1982, p. 4).

Dez anos depois de 1968, o quadro é completamente diverso, tanto no que se refere à conjuntura do país, quanto no que se refere a essa relação entre as organizações de esquerda, a participação estudantil e o movimento dos trabalhadores. Mas, algumas das formas de organização, mobilização e condução das greves, que haviam sido introduzidas e utilizadas nas greves de 1968, tinham ficado na experiência e na prática das lutas dos trabalhadores. Personagens das lutas de anos anteriores permaneciam em cena e as greves permaneciam na memória de alguns dos militantes e dos educadores que encontramos. Também o quadro era outro, no que se refere à participação das organizações e dos grupos de esquerda junto ao movimento sindical. E o regime militar, como vimos, esgotava suas condições de realizar o consenso em nível suficiente para que passasse incólume a sua legitimidade. O quadro do período, já relatado nas páginas do item 3.2 deste trabalho, vai propiciar o espaço para que o chamado Novo Sindicalismo possa protagonizar a elaboração discursiva necessária para dar andamento a novas mobilizações.

Uma publicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) resume bem essa configuração das novas condições apresentadas pelo contexto, entre 1977 e 1979, que, como já foi observado aqui, mostrava um processo de transformação em direção ao crescimento da participação política e do questionamento às políticas econômicas do governo, bem como ao autoritarismo do regime. Lembrando que diversos setores da sociedade civil passaram a lutar por liberdades democráticas e que o movimento estudantil retomou as ruas das grandes cidades, exigindo o fim da ditadura, o texto assinala que:

Os movimentos sociais e populares pediam o fim da carestia, e o sindicalismo não comprometido com o regime reivindicava a reposição das perdas salariais, despertando os trabalhadores para as lutas sindicais, principalmente nas regiões mais industrializadas e grandes centros urbanos. As novas lideranças sindicais deram novo rumo ao sindicalismo brasileiro: contestaram os números da economia e reivindicaram reposições salariais; exigiram reforma agrária; pediram o retorno da democracia; tomaram posição em defesa de uma nova estrutura sindical; *organizaram encontros intersindicais e fortaleceram as oposições combativas contra as diretorias sindicais pelegas.* (MARQUES, 2007, p. 20, destaque nosso).

As formas de organização destinadas a fortalecer (ou recriar) o movimento sindical tiveram o mérito de introduzir cada vez mais encontros entre trabalhadores de diferentes fábricas e setores. Os encontros proporcionavam, a cada passo, melhores condições de organização em direção a uma representatividade mais abrangente, no rumo da recuperação

de uma entidade nacional dos trabalhadores. O mesmo texto registra o avanço dos movimentos grevistas e eventos trágicos que foram vividos pela classe trabalhadora no período:

O ano de 1979 foi marcado pela ocorrência de movimentos grevistas em todo o Brasil. Milhões de trabalhadores paralisaram as atividades reivindicando aumentos salariais e o atendimento de questões específicas de cada categoria profissional. A repressão policial era brutal, o que provocava, muitas vezes, o enfrentamento com os agentes do Estado, que agiam a serviço do governo e dos patrões, causando até mesmo o assassinato de trabalhadores. Foi o que ocorreu no mês de agosto, em Belo Horizonte. Durante greve dos trabalhadores da construção civil acabou sendo morto o operário Oracílio Martins Gonçalves. Outro assassinato aconteceu no dia 30 de outubro, durante greve dos metalúrgicos em São Paulo, quando foi morto por um policial militar o militante da Oposição Sindical e da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva. O assassinato de Santo Dias causou muita indignação, forte reação da Igreja Católica, e levou a uma grande manifestação contra a ditadura militar, que percorreu as ruas do Centro de São Paulo. (MARQUES, 2007, p. 31).

O Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo começou a existir no final dos anos sessenta. Em 1972, montou uma chapa, visando concorrer à direção do Sindicato, mas foi derrotado. Em 1973, houve a já mencionada greve na empresa Villares, na zona sul de São Paulo, que provocou o fortalecimento da oposição metalúrgica:

Após essa greve, a oposição começou a desenvolver uma política de organização sindical denominada Interfábricas, que consistia em encontros de metalúrgicos de várias fábricas de uma mesma região. Os trabalhadores visavam disputar as próximas eleições sindicais, mas a prisão de várias lideranças da oposição, no início de 1974, desarticulou o trabalho que desenvolviam junto aos metalúrgicos. Em decorrência do fato, no ano seguinte a oposição não conseguiu organizar uma chapa para concorrer ao sindicato, mas lançou um programa de ação dirigido aos metalúrgicos, o qual dava ênfase à organização de comissões de fábrica. (MARQUES, 2007, p. 33).

Um importante documento foi produzido pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, trazendo as teses aprovadas no seu Primeiro Congresso, realizado em março de 1979. O texto do documento, de dezesseis páginas, começa questionando a estrutura sindical, o atrelamento dos sindicatos ao governo e a falta de bases sindicais nas empresas. Questiona proibições, por exemplo: “É proibida a formação de uma central sindical. O que permitem é a organização de federações estaduais e nacionais de sindicatos de uma mesma categoria profissional, que não tem nenhuma autoridade diante dos sindicatos.” (CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1979, p. 2). O documento prossegue, criticando a quase proibição de greves e o caráter eminentemente assistencialista dos sindicatos, para, em seguida falar do papel da Oposição Sindical, que “é o de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e do governo, a partir da

organização de fábrica.” CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1979, p. 3).

Em seguida, o documento propõe linhas de ação, “a todos os trabalhadores combativos”, “às oposições sindicais” e “às diretorias sindicais combativas” que incluem organizar grupos dentro das fábricas e das empresas e, quando a situação for favorável, as Comissões de Fábrica ou de Empresa, exigindo seu reconhecimento e estabilidade. Esta é a preocupação central das teses aprovadas: a criação das comissões de fábrica, o entendimento do que são elas e de quais são suas características e objetivos. (CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1979, p. 6-8). Toda a segunda metade do documento é sobre as Comissões de Fábrica, trazendo informação sobre a sua história e lembrando o que a experiência das lutas ensina. Este é um aspecto importante do documento, pois registra as experiências aprendidas nas lutas anteriores, como foi o caso de Contagem e Osasco, além das greves e ações ocorridas no período mais violento da ditadura. Segundo o Documento, há

[...] dois tipos de militância dentro das empresas: 1 – Militância isolada: são militantes conscientes nas fábricas, que fazem discussão, mobilização e organização com os companheiros. 2 – Grupo ou núcleo de fábrica: é a união de companheiros combativos para planejar e fazer lutas dentro da fábrica. O grupo não aparece para a maioria dos operários e para a direção. Os operários identificam o militante e não o grupo. Com a criação de comissões de empresa, os grupos de militantes não desaparecem, continuando como núcleos de atuação. (CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1979, p. 9).

O documento das teses da oposição sindical era bastante firme na defesa e promoção dos grupos e comissões, assinalando que “A Oposição deve: propagandear a formação de grupos e comissões, mesmo onde não existam trabalhos de oposição. Deve lutar para que as comissões se tornem uma conquista da classe operária.” (Idem, ibidem, CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1979, p. 12).

A oposição sindical já havia participado do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1978, onde apresentou sua tese sobre comissões de fábrica. De acordo com o estudioso do movimento sindical, Iram Jacome Rodrigues, a tese teve bastante repercussão nos sindicalistas presentes, tendo levado a uma mudança na postura dos delegados ao congresso, “pois, até aquele momento, o que se discutia - relacionado com o tema da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho - era a demanda por delegados sindicais no interior das fabricas”. (MARQUES, 2007, p 31-33).

A relação com organizações de esquerda agora se dava de modo bastante diferente do que havia sido na década de sessenta. Um exemplo é a corrente chamada Unidade Sindical,

que foi criada entre o final de 1978 e início de 1979. Ela era impulsionada por sindicalistas ligados ao PCB, que ainda estava na ilegalidade. Havia, ainda, na Unidade Sindical, dirigentes sindicais de outras correntes comunistas, bem como militantes sem vínculos partidários.

Conforme esclarece Marques, “A origem da Unidade Sindical está no Centro Brasil Democrático (Cebrade), entidade fundada em julho de 1978 por intelectuais, artistas, sindicalistas e políticos, e que serviria para fomentar a oposição contra a ditadura militar. O seu presidente era o arquiteto Oscar Niemeyer, militante comunista histórico, e o vice-presidente o historiador Sergio Buarque de Holanda, mais tarde um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). Em dezembro de 1978, o Cebrade organizou o Encontro Nacional pela Democracia, e em agosto de 1979 o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, este na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era impulsionar a Unidade Sindical. O encontro de Niterói reuniu sindicalistas vinculados à estrutura sindical oficial, comunistas de varias tendências, antigos interventores e ate mesmo dirigentes sindicais combativos e comprometidos com o Novo Sindicalismo. “O Cebrade e a Unidade Sindical eram partes da política traçada pelo PCB, para intervir no processo político, em âmbito nacional.” (MARQUES, 2007, p. 36).

Ao mesmo tempo, é importante lembrar aqui, que o PCB, naquele mesmo ano de 1978, estava a alguma distância do movimento dos trabalhadores:

Desde que passara a existir, em 1922, era a primeira vez na História que uma manifestação operária de grandes proporções (como a de 78), ocorria sem a presença, sequer uma informação detalhada, dos dirigentes do Partidão. Por mais que se pudesse alegar que a repressão desarticulava temporariamente a sua capacidade de intervenção, era evidente que se tratava de um sinal dos tempos, grave e de forma alguma alvissareiro. (REIS FILHO, 2014, p. 397).

De fato, conforme lembra esse autor, o

[...] caráter de massas do movimento (de 1978), expresso nas assembléias multitudinárias do Estádio de Vila Euclides; a combinação entre o recurso ao sindicato e o exercício da autonomia; a localização estratégica das indústrias e das cidades alcançadas pela greve; as lideranças operárias emergentes, entre as quais se destacou Luiz Inácio Lula da Silva; a capacidade imediata de irradiação – por volta de dois meses depois, meio milhão de trabalhadores, em cerca de quatrocentas empresas em dezoito cidades do estado de São Paulo, haviam partido para a greve -, todos esses aspectos tenderiam a modificar, e profundamente, as referências com que e até então as forças políticas – de direita e de esquerda – vinham participando do processo político da ‘abertura’. (REIS FILHO, 2014, p. 396).

O que fica claro é que a resistência operária continuava atuante e que a militância no interior das fábricas, nos locais de trabalho se mantinha ativa. Os acontecimentos do período,

que, como foi visto, colocavam em dúvida a legitimidade do regime militar, mostravam a sociedade em processos de mobilização e viabilizavam a abertura de espaço para diversos setores se organizarem.

Segundo Abramo,

[...] a vivência de opressão e exclusão existente no interior das empresas criava uma base a partir da qual era possível, de alguma forma compartilhar essas experiências. Por isso talvez o movimento de maio de 1978 tenha sido tão vulnerável ao “clima geral” da conjuntura: porque dentro das fábricas também se vivia, de forma mais ou menos difusa, a mesma insatisfação. O que estava acontecendo nas ruas chegava aos olhos e ouvidos dos operários, auxiliando-os a compreender a situação vivida, assim como a abrir perspectivas de reação. (ABRAMO, 1999, p.191).

É compreensível que a divulgação do falseamento dos índices de aumento do custo de vida se somasse ao conjunto de fatores que influenciaram nas mobilizações para as greves. Que vieram, começando por São Bernardo.

As greves que ocorreram no Brasil, no período que vai de 1978 a 1984 são chamadas de “greves do novo sindicalismo”<sup>26</sup>, na medida em que caracterizam alguma mudança no desenho e na dinâmica da luta dos trabalhadores e na luta sindical.

Conforme ensina Blass,

[...] o novo sindicalismo, enquanto idéia e proposta, é construído e reconstruído coletivamente por vários atores sociais e a partir de diferentes lugares. Assim, sindicalistas trabalhadores (as), pesquisadores, governo, empresários e os meio de comunicação de massa participam, cada um a seu modo, desse processo de formação das classes trabalhadoras e da história do movimento operário e sindical brasileiro. (BLASS, 1999, p. 34).

A autora observa que o novo sindicalismo surge em oposição às práticas desenvolvidas pelo “velho sindicalismo” que se orienta pela lei de sindicalização, promulgada em 1931. Trata-se da lei que estabelece o sindicato único por ramo produtivo e por base regional, além de possibilitar a intervenção do Estado no funcionamento dos sindicatos e na regulação das relações entre capital e trabalho. Esclarece, ainda, que:

<sup>26</sup> Convem lembrar que o termo “novo sindicalismo”, segundo Hobsbawn, originou-se no final do século dezenove e pode sugerir três idéias a um estudioso do desenvolvimento histórico do movimento trabalhista britânico. “Sugere, primeiramente, um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no “antigo”sindicalismo. Em segundo lugar, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialista; e, em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não – organizados ou não-organizáveis. Conseqüentemente, também sugere um crescimento explosivo da organização e associação sindical.” (HOBSBAWN, 1987, p. 221).

A proposta de um novo sindicalismo é produzida e reproduzida no efetivo acontecer dos inúmeros protestos sociais e manifestações operárias que eclodem nas várias cidades brasileiras e nos vários setores produtivos, a partir do final dos anos 70 e no decorrer da década de 80. Partindo de um conjunto de estratégias sindicais, onde inclui a politização do cotidiano de vida e de trabalho e a organização dos trabalhadores nas empresas no confronto direto e na interlocução política com os representantes patronais e/ou governamentais para a conquista de reivindicações econômicas e sociais, busca estabelecer as regras mínimas de controle e fiscalização dos acordos assinados com o objetivo de viabilizar a sua aplicação nas empresas. (BLASS, 1999, p. 34).

Neves e Freitas acrescentam que, em Betim, o Novo Sindicalismo apresentava traços de ruptura e de continuidade com o passado. Segundo as autoras,

Ao mesmo tempo, era um sindicalismo diferente daquele existente no período populista, inclusive porque suas bandeiras e sua proposta de atuação, mantendo uma estreita vinculação com a vida cotidiana dos trabalhadores, eram diferentes daquelas sustentadas no período pré-64. Mas, de outro lado, o Novo Sindicalismo reafirmava velhas tradições mantidas por antigos militantes, sobreviventes das jornadas de maio e outubro de 1968 em Contagem. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 192-193).

Em Betim, a oposição sindical, com um programa de atuação ligado aos princípios do novo sindicalismo, venceu as eleições para a direção do sindicato, em 1981, como veremos no próximo capítulo. Já, com relação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte/Contagem, a oposição sindical, que passou a se organizar a partir de pequenos grupos, nos locais de trabalho e nas mobilizações nos bairros, perdeu as eleições de maio de 1978 e teve vários de seus quadros demitidos. Não obstante a derrota, a oposição sindical conseguiu manter mobilizações na categoria e, a partir da campanha salarial de agosto desencadeou “operações tartaruga” em diversas indústrias. (ver NEVES; FREITAS, 1999, p. 199). Foram mobilizações desse tipo que organizaram várias assembleias na campanha salarial, onde se decidia pela criação de comissões de operários nas fábricas, o que propiciou o fortalecimento do movimento para as greves que ocorreram em 1979. Ainda assim, como mostram Neves e Freitas, a oposição sindical de BH/Contagem

[...] só conseguiu ganhar as eleições para o sindicato em 1984, depois de anos de intervenção e de permanência de João Silveira à frente do Sindicato. Só a partir deste período é que o sindicato passou por uma reestruturação, estabelecendo como propostas da ação sindical as que caracterizavam o Novo Sindicalismo. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 199).

Não nos deteremos aqui em uma discussão mais aprofundada sobre as greves daquele período, ou mesmo numa narrativa detalhada a respeito delas. Existe, hoje, uma vasta literatura sobre aqueles movimentos que foram, sem dúvida alguma, parte importantíssima

das matrizes geradoras dos aperfeiçoamentos que tivemos em vários setores dos direitos e da cidadania do nosso povo, com as conquistas democráticas realizadas a partir da década de 1980. A movimentação teve seu início com as greves dos trabalhadores do setor metalúrgico e automobilístico, no Estado de São Paulo.

Entre os autores que trataram dessa fase tão significativa do desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora, relatando e analisando as greves ocorridas no período, estão Laís Abramo, (1999), Ricardo Antunes (1988), Celso Frederico (1991), John Humphrey (1982), Amnérís Maroni (1982), Paranhos, Kátia R. (1999), Éder Sader (1988) e diversos outros.

Os trabalhadores reivindicavam mais segurança no trabalho, pagamento por insalubridade, direito de ter comissões de fábrica, sobretaxa por horas-extras, pautas que já indicavam alguma novidade na qualidade da luta e no seu direcionamento. Ao mesmo tempo, havia uma luta já de oito meses de campanha salarial pela reposição de perdas advindas da manipulação pelo governo, dos Índices de Aumento do Custo de Vida entre 1972 e 1974.

De acordo com Laís Abramo, o que possibilitou o salto de qualidade na luta dos trabalhadores foi

[...] a divulgação pela imprensa, de dados que evidenciavam a manipulação oficial dos índices de aumento do custo de vida realizada pelo ministro da Fazenda, Delfim Neto, em 1973, e que teria acarretado uma perda salarial acumulada da ordem de mais de 30% para algumas categorias de trabalhadores. Os sindicatos imediatamente se mobilizaram, solicitando ao DIEESE o cálculo preciso da perda salarial ocorrida em razão da manipulação dos dados. (ABRAMO, 1999, p.192).

Como os reajustes salariais eram determinados por lei que os baseava em índices de custo de vida calculados pelo Governo, essa manipulação teve impacto pesado na renda e na qualidade de vida dos trabalhadores. Segundo Humphrey,

[...] a manipulação do índice de inflação nunca foi formalmente compensada, deixando um sentimento de injustiça entre os trabalhadores. Os operários achavam que continuariam a enfrentar o risco da queda de salários, enquanto a política salarial do governo permanecesse em vigor. (HUMPHREY, 1982 p.87).

### **3.10 As Greves de 1978/1979 e os Trabalhadores da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

Considerando que as greves do ABC paulista foram exaustivamente estudadas, trataremos apenas das greves ocorridas em Minas Gerais, com ênfase na região industrial de BH/Betim/Contagem, por estarem elas no conjunto de experiências vividas pelos trabalhadores e educadores populares que desenvolveram as experiências que constituem o



foco deste estudo. A partir das greves ocorridas em São Paulo, a expectativa da solução grevista propagou-se para outras categorias e outras regiões. (PESSANHA, 1994, p. 25-28). Durante o período 1978 a 1980, aconteceram 45 greves em São Paulo e 41 em Minas Gerais. (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1998, p. 114-116). Segundo esse mesmo relatório, em Minas Gerais, as greves ocorreram em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Barão de Cocais, Nova Lima, Três Corações, Juiz de Fora, João Monlevade, Sabará, Ipatinga e Lafaiete (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1998, p. 152-169).

A primeira greve em Minas Gerais, naquele período, foi a dos metalúrgicos de João Monlevade, em agosto de 1978, portanto, quatro meses depois da greve da Scania.

Conforme lembra Michel Le ven, ela

[...] surpreendeu a todos os setores da sociedade civil em luta pela Anistia e pelas liberdades civis, os próprios empresários da Belgo-Mineira, (que se deslocaram para o local do sindicato, a fim de tentar convencer os trabalhadores a voltar ao trabalho), mas não surpreendeu aos diretores sindicais e aos trabalhadores. Ela era um passo calculado e estratégico, marcando a passagem de uma longa luta cotidiana para a afirmação de classe de um grupo de trabalhadores capazes de controlar o processo produtivo e de torná-lo um instrumento político de suas reivindicações. (LE VEN, 1987, p. 31).

As reivindicações eram: mudança na escala de revezamento, 10% de aumento acima do reajuste oficial, criação de uma Comissão Paritária, construção de um Restaurante, antecipação salarial e piso salarial da categoria. Pode-se dizer que foi a gestão da produção pelos trabalhadores, portanto como forma de luta, que viabilizou a vitória do movimento.

Da mesma forma que em São Paulo, o setor metalúrgico foi o que mais deflagrou greves em Minas. Entre os fatores que fizeram que os trabalhadores desencadeassem a greve, despontavam como motivo principal as perdas salariais de 30% havidas entre 1970 e 1978, mas a oposição sindical acrescentava mais duas reivindicações que mostravam a sua intenção de realizar mudanças profundas no sindicalismo.

A primeira delas era a formação de comissões de fábrica e a representação sindical nos locais de trabalho, que viabilizassem o conhecimento dos problemas cotidianos vividos pelos trabalhadores. A outra era o direito do sindicato de negociar diretamente com os empregadores com o mínimo de intervenção do Estado e o direito a entrar em greve caso fosse necessário. (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1998, p. 121).

Algumas semanas depois, começou a greve dos trabalhadores da FIAT, em Betim. De acordo com Michel Le ven,

[...] os trabalhadores de Betim, os “operários-massa”<sup>27</sup> da montadora automobilística FIAT (com somente dois anos de existência), organizados pela oposição sindical, levaram o sindicato, também nascente, a uma greve, liderada internamente pelos mecânicos da FIAT e pelos ferramenteiros da FMB. (LE VEN, 1987, p. 32).

Ainda segundo o autor, em outro texto,

O *operário-massa*, neste sentido, é ligado às grandes indústrias multinacionais de transformação que produzem em grandes séries e, por isso a baixo custo, objetos de uso de massa, a serem consumidos, inclusive, pelos próprios produtores. Enfim, existem análises culturais e políticas dão uma compreensão mais profunda do ‘operário-massa’. Gramsci, em ‘Americanismo e fordismo’, mesmo não empregando a palavra ‘operário-massa’, desenvolve as características culturais e ideológicas próprias do trabalhador fordista, portanto, do ‘operário-massa’. (LE VEN, 1988, p. 130).

Os motivos da greve já eram conhecidos desde 1977, ligados aos baixos salários e às más condições de trabalho. (LE VEN; NEVES; HORTA; 1984). Foram organizadas comissões salariais, em todas as fábricas, sobretudo nas indústrias que alimentavam a produção da FIAT, como aponta esse militante, que era trabalhador da FMB:

*Ninguém pensava em 77, no início de 78, que ia acabar tendo uma greve. No ano de 78, em maio, começaram as greves do ABC, isso que imediatamente se espalhou. Em junho, julho, fizemos o primeiro Boletim Clandestino, fora do sindicato e tudo o mais, em dois meses já tínhamos a comissão organizada, tentando por elementos de todas as fábricas, de todos os setores, dos três turnos. Então, o modelo foi muito corrido, não foi pensado.* (Adriano - eletricista de manutenção/educador).

No ano seguinte, essas comissões salariais seriam reconhecidas como comissões de fábrica, pela KRUPP e pela FMB. As greves obtiveram vitória na reivindicação salarial, com os trabalhadores de Betim conseguindo na Justiça do Trabalho os dez por cento acima do reajuste oficial, na melhoria das condições de trabalho e na representação organizada dos trabalhadores nas fábricas. Conforme assinala Le Ven, essas greves tiveram uma importante repercussão política e educativa, por terem preparado o caminho para as greves de 1979, que foram desencadeadas pelas mesmas pautas de reivindicações, como salário, melhoria de condições de trabalho e mais direito à representatividade por local de trabalho. O número de greves ocorridas em Minas Gerais saltou de 6, em 1978 (5 do setor metalúrgico e 1 do têxtil) para 28 em 1979 (sendo 11 do setor metalúrgico e 17 de outros setores), segundo

<sup>27</sup> Segundo Palloix, com a internacionalização do capital e a produção automática em massa em âmbito mundial, “Os processos de trabalho passaram a ser definidos somente em escala internacional, surgindo daí um novo trabalhador, ou seja, o *trabalhador de massa*, ligado às vicissitudes das multinacionais, isto é, aos movimentos da internacionalização do capital. (PALLOIX, 1982, p. 89).

levantamento organizado pelo IRT da PUC Minas. (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1998, p. 115).

O fato de terem sido essas greves movimentos de massa, totalizando cerca de 407.000 grevistas, resultado de mobilizações de trabalhadores organizados “a partir de sua identidade no trabalho e de organização espontânea”, como diz Le Ven (1987; 1988), indica a construção de uma forte base social do “novo sindicalismo” em Minas Gerais. As características desses movimentos apontavam uma grande diversificação por categorias de trabalhadores. Além dos grevistas metalúrgicos, que, nas greves de 1979 chegaram a 90.800, a participação muito significativa de servidores públicos (professores da rede estadual, universidades federais, garis, funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, enfermeiros, médicos) com 116.500 grevistas, a grande novidade foi a greve dos operários da construção civil, com 104.500 trabalhadores em greve. As demais categorias se dividiam entre mineiros, fumageiros, tecelões, bancários, comerciários e vigilantes. (LE VEN, 1988, p. 33). Certamente, não há uma homogeneidade no plano das formas de mobilização que foram realizadas, mesmo porque algumas categorias tiveram condições de avançar mais, no processo de organização, não apenas devido a terem mais experiência acumulada, mas também por se tratar, por vezes de setores que enfrentavam maiores problemas, tanto do lado patronal, como das relações com os seus sindicatos.

A greve dos professores da rede estadual foi um interessante exemplo de renovação, num clima que acentuava também as características do “novo sindicalismo”, pois a entidade que representava os professores, a APPMG, foi desautorizada por uma assembléia com mais de dois mil participantes, no auditório da antiga Secretaria de Saúde, e foi legitimado em seu lugar e reconhecido o CGG, Comando Geral de Greve, que seria o núcleo duro da nova entidade de representação da categoria: a UTE, União dos Trabalhadores do Ensino. (OLIVEIRA, 2006, p. 83-84).

As greves foram educativas, pois, dada a forma de organização que tinham, possibilitaram aos metalúrgicos discutir de forma concreta as condições de trabalho nas fábricas. As empresas, contudo, tendiam a manter condições precárias de trabalho, além de terem implantado, após a primeira greve, um sistema de policiamento e vigilância no interior das fábricas, notadamente na FIAT, desenvolvendo, inclusive, perseguição sistemática às organizações de trabalhadores e demitindo em massa os que mais mobilizavam.

Outro ponto relevante do caráter educativo das greves daquele período é representado pela ligação consciente e participativa com a redemocratização do País.

O clima propiciado pela abertura política favorecia o aparecimento dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que tais movimentos forçavam uma ampliação dos limites impostos pelo regime à abertura política. Nesse sentido, para os professores, assim como para outras categorias participantes do Novo Sindicalismo, tratava-se de uma luta que tinha entre suas principais bandeiras a questão da democracia, tanto nos locais de trabalho quanto no cenário político nacional. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 204).

O tema das greves de 1978 e 1979 será retomado nos próximos capítulos, no contexto de sua relação com as trajetórias dos militantes e trabalhadores que participaram das experiências de educação operária de que tratamos neste trabalho. Todavia, é importante lembrar, aqui, que a sociedade se movimentava, em diversas frentes de atuação.

Ao mesmo tempo que o Novo Sindicalismo se afirmava, eram numerosos os grupos interessados em organizar novos canais de participação política. Entre eles, destaca-se a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS). Esse coletivo foi organizado por dirigentes sindicais autênticos, oposições sindicais, associações profissionais, pastoral operária e comunidades eclesiais de base que se reuniram, em fevereiro de 1980, em João Monlevade, num encontro convocado pelo sindicato dos metalúrgicos daquela cidade.

O evento foi organizado com o objetivo de

[...] resultar em uma identificação de estratégias, metas e princípios consensualmente aceitos, para alterar qualitativamente as formas de atuação sindical, tendo em vista seu revigoramento buscando a adesão de outros setores atuantes no campo e na cidade. (MANCE, 1990, p.5).

Esse primeiro encontro da ANAMPOS precedeu outros três, sendo um em Taboão da Serra, SP, julho de 1980, outro em Vitória, junho de 1981, e o último em Goiânia, Goiás, em junho de 1982. No encontro de julho de 1980, foram encaminhados temas como a relação entre partidos políticos e movimento popular e os rumos do sindicalismo brasileiro. E já se colocava a questão de um partido que pudesse representar os trabalhadores. Nesse encontro, de acordo com Neves e Freitas:

[...] começava-se a delinear mais claramente a formação de um partido político, com ampla participação dos trabalhadores, promovendo a organização política das classes populares”, mas, “respeitando a autonomia dos movimentos populares”. Também, entre os rumos prioritários do movimento soindical é salientada a proposta de “uma nova estrutura sindical, democrática e autônoma, utilizando-se de todas as iniciativas propícias para tal, inclusive como a criação de uma Central Única dos Trabalhadores”, além da realização de uma CONCLAT que seja a expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 192).

Depois de observar que, no Encontro de Vitória, foram discutidos temas como desemprego, greve geral, formação de uma central sindical e articulação dos sindicatos com movimentos populares, as autoras enfatizam que o Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade atuou em todos esses encontros, de forma conjunta com outras lideranças sindicais, “para a consolidação de uma nova proposta para o movimento sindical, que posteriormente veio a ser analisada pelos pesquisadores e estudiosos do tema como Novo Sindicalismo.” (NEVES; FREITAS, 1999, p. 192).

Encontros como os da ANAMPOS tiveram importante papel na formação e consolidação de instrumentos de luta para as classes trabalhadoras. As greves de 1978 e 1979 haviam mostrado, em razão de suas dimensões e da atenção que tiveram dos meios de comunicação, a importância que tinha a classe trabalhadora como ator político. A despeito disso, mesmo a sua repercussão nesses meios chega a ser questionada:

[...] onde os jornais situaram a greve dos operários metalúrgicos, que foi sem dúvida alguma a mais importante, tanto pelo seu caráter detonador de outros movimentos, quanto pelo fato de por a descoberto todas as implicações políticas do acontecimento? É certo que os operários ganharam as primeiras páginas dos jornais e até mesmo mereceram alguns editoriais. Mas onde estavam as matérias centrais? Na seção de economia, que, aliás, é pouco lida. (MUNAKATA, 2010, p. 23).

Esse autor lembra que não há porque culpar apenas os jornais, que “apenas reproduzem de modo grosseiro a velha compartimentalização da realidade em “instâncias” estanques, relacionadas cada uma com um saber específico e positivo.” Isto separa o econômico do político e define os personagens correspondentes, reservando o “político” como uma prerrogativa exclusiva dos políticos “oficiais”, em conformidade com o bordão clássico que a ditadura sempre utilizara contra todos os movimentos sociais, segundo a qual “quem quiser fazer política que entre nos partidos existentes.” No dizer do autor, reduzia-se o trabalhador à instância do econômico: “ele é apenas uma função da produção, e, nesta medida, é contabilizado juntamente com demais fatores da produção.” (MUNAKATA, 2010, p. 24).

Na verdade, a idéia de se formar um partido dos trabalhadores havia sido lançada, oficialmente, antes dos encontros da ANAMPOS.

Em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado na cidade de Lins, foi aprovada a resolução que chamava os trabalhadores a se unirem para criar um partido político que pudesse combater a exploração desumana a que eram submetidos:

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político. Por isso, os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade, com o peso de sua importância, se faz sentir. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

O documento defendeu, ainda, que fosse lançado por aquele congresso, um manifesto chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores. E, no item 4 do documento, a democracia interna do partido:

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979).

É importante lembrar aqui que a proposta petista da reorganização das práticas do sistema político vai na direção da inserção político-institucional de novos atores. Trata-se da legitimação e da abertura de espaços institucionais para as demandas sociais, como bem mostra Meneguello:

Ao agregar as novas demandas sociais e políticas emergidas nos últimos anos, sobretudo as que conduzem a um novo relacionamento entre sociedade e Estado, o PT introduziu novos temas na arena político-institucional, redimensionando o conflito entre as forças políticas existentes. [...] O PT destacou-se na arena política nacional por apresentar novos temas. As experiências prévias do novo sindicalismo parecem ter definido os traços essenciais da proposta política petista. (MENEGUELLO, 1989, p. 104-105).

Surgido das lutas sindicais, da identificação do Novo Sindicalismo com os movimentos sociais, da participação dos setores progressistas da Igreja e de ex-militantes de organizações revolucionárias destruídas ou remanescentes, de intelectuais independentes, o Partido dos Trabalhadores inaugurava um modelo diferente para a formação de uma organização partidária. Como aponta Souza, “o fato de ser considerado um partido “classista” não chegava a perturbar seus criadores; conforme dizia Lula: “até agora, todos os Partidos Brasileiros foram Partidos Classistas, a única coisa é que eram da outra classe.” (SOUZA, 1988, p. 126).

Assim, o PT se diferenciou do esquema tradicional da política brasileira, em que a política é atribuição e exclusividade de setores sociais das elites, em que os partidos se

constituem por cisões no interior dessas elites ou por iniciativa de quadros parlamentares em função de interesses específicos. O processo inicial de constituição do partido foi de intenso trabalho, já que, entre todos os partidos políticos que existiam na época, ele era o único que não possuía qualquer vínculo de origem com partidos anteriores, seja do passado ou do presente, e também não tinha apoio parlamentar expressivo e nem de personalidades conhecidas da vida pública, com legitimidade político-eleitoral. Vale lembrar ainda, que, diferentemente dos partidos tradicionais, que vinham de trocas de siglas, cisões e estruturas verticais, o PT não possuía uma efetiva máquina partidária, nem sequer dispunha de uma estrutura de serviços necessários para o processo de organização e funcionamento do partido. E, também, não trazia qualquer experiência político-partidária acumulada.

Era, portanto, este o quadro em que se organizava e avançava a experiência dos trabalhadores que, articulados com algumas das forças políticas que compartilhavam o cotidiano da região industrial, associavam-se a um processo que resultaria em práticas de formação profissional e formação política. Era, ao mesmo tempo, um processo de construção e de transformações que constituíam o espaço e as contradições em que eles avançavam com seu trabalho de militância de educadores. O próximo capítulo deverá tratar, mais especificamente, dessas práticas que traziam na sua dinâmica e no seu objetivo a experiência de um princípio educativo voltado para a construção de novos sujeitos políticos.

## 4 A MILITÂNCIA COMO EXPERIÊNCIA DE VIDA e o TRABALHADOR EDUCADOR

### 4.1 Antecedentes da formação do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador

Esta parte do trabalho focaliza uma etapa que representa bem o sentido que atribuímos ao objeto de estudo. Falamos da vivência, da prática, do compartilhamento de um princípio educativo assumido como projeto político. Uma parte emblemática dessa história se deu através da trajetória do grupo Mutirão, com as práticas de formação que vinham da experiência de fábrica daqueles trabalhadores que nele se reuniam. Pode-se dizer que a preocupação com a formação de uma consciência política vinha também desde o tempo da fábrica, para alguns deles. Mas vale lembrar, também, que a solidariedade atua como um valor que integra o conjunto da experiência, de maneira decisiva. Ponto de partida para as práticas associativas, em grande parte dos casos, a solidariedade que era vivida no interior da fábrica conectou-se facilmente com os moradores e com as questões que animavam as associações de bairro, que tinham o apoio e a participação de grupos da igreja católica.

Após as greves de 1978 e 1979 na região de Betim, a repressão empresarial atingiu as lideranças dos trabalhadores das fábricas da FIAT, KRUPP e FMB, entre outras, provocando grande número de demissões. Muitos dos demitidos vinham se organizando e lutando pela retomada do sindicato dos metalúrgicos, então sob intervenção da Delegacia Regional do Trabalho. No final de 1979, alguns deles decidiram montar uma entidade que garantisse a continuidade de sua militância, bem como a sua sobrevivência material e reciclagem profissional. Vejamos o depoimento de um deles:

*Nós lutávamos para retomar o sindicato em Betim e essa retomada vem com duas greves: a de 1978 e a de 1979. Em 1980, teríamos a eleição e nosso pessoal foi todo mundo cassado, todos demitidos. Alguns já faziam parte de uma lista negra e não arrumavam mais emprego.<sup>28</sup> Como as leis brasileiras só permitem participar do sindicato se você está empregado... se você está fichado, só se você tem um compromisso com o patrão é que te permitem lutar pela categoria. Então nos veio a idéia de fazer uma oficina aonde pudéssemos dar cobertura aos companheiros cassados, onde os patrões não querem dar emprego, nós daríamos o apoio, ser uma indústria onde você pudesse dar uma cobertura à luta sindical e às condições de vida daquele companheiro perseguido. Com isso, nós fizemos uma pequena oficina,*

<sup>28</sup> Aqui, vale lembrar que as empresas buscavam aperfeiçoar o seu enfrentamento às greves e ao movimento dos trabalhadores, como mostra Oliveira: “Documentos dos sindicatos do ABC denunciaram as várias medidas punitivas e a sistemática das demissões que vinham sendo utilizadas contra os operários, não apenas pela participação nas greves, mas também em qualquer tipo de atividade sindical, como congressos realizados anteriormente. A ação coordenada pela FIESP, empregada na greve dos metalúrgicos da capital vai se aperfeiçoar nos movimentos posteriores e tem como objetivo central tentar desarticulá-los em suas bases. A partir desse momento, instituíram-se as então famosas listas negras dos empresários, uma espécie de fichário policial privado, que impedia ao trabalhador, demitido por aquelas razões, de encontrar emprego na região ou mesmo no Estado.” (OLIVEIRA, 1987, p. 30-31).



*que tinha o nome AUTOBOR, e que mexeria com auto-elétrica, eletricidade em geral, borracharia, deixando uma coisa ampla, porque a classe operária não é só o metalúrgico. Então, uma coisa voltada para o povo, para um desenvolvimento mais amplo, onde abranjeria, inclusive, o comércio.* (Mário Bigode - torneiro/educador).

O discurso deste operário, além de declarar um sujeito coletivo, tem uma referência de organização, organização para a resistência, algo bastante anterior às greves mencionadas. Trata-se do Grupo Mutirão. Segundo o mesmo trabalhador, *“a maioria dos operários mais antigos da região industrial de BH-Betim-Contagem já ouviu falar do “Mutirão”, um grupo que surge ainda nos meados dos anos sessenta, passa por um longo período de aparente desativação, oculto em uma total clandestinidade, para reaparecer na segunda metade dos anos setenta, agora integrado nas greves e nas lutas das associações de moradores da região. Quando ressurge o Grupo Mutirão, ele já é quase um fruto espontâneo das lutas no interior das fábricas. A idéia já existia, como um saber, vindo das greves de dez anos antes, guardada como uma prática a ser reativada. Os mais antigos haviam continuado a se encontrar, a prática da solidariedade não se havia interrompido e, dentro das fábricas que puxaram as greves de 78 e 79, havia sempre alguém que se lembrava de como organizar formas de apoio-mútuo.*

## 4.2 O Grupo Mutirão

São raríssimos os documentos escritos em nome do Grupo Mutirão, devido à natureza mesma do grupo. O período de organização da oficina AUTOBOR deixou, todavia, algumas cartas assinadas em nome do grupo. Trata-se de algumas cartas que em que o grupo pede apoio financeiro para o projeto da oficina a duas entidades - o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS) e a CEBEMO - Organização Católica para Co-financiamento de Programas de Desenvolvimento - , esta última, com sede na Holanda.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Informação sobre a CEBEMO : "Objetivos gerais: A tarefa da CEBEMO é o apoio a processos nos países em desenvolvimento (ou em regiões equiparáveis com esses países), destinados à emancipação social e ao progresso econômico de grupos marginalizados. A mensagem bíblica de justiça e paz constitui uma fonte de inspiração para a execução dessa tarefa. A sua visão do desenvolvimento é determinada pelos valores enfatizados pela doutrina social católica em relação ao ser humano e à sociedade. Atividades: financiamento de projetos de desenvolvimento; educação para o desenvolvimento e lobby frente a atores políticos. Atuação no Brasil Linhas de financiamento: População-alvo: pequenos produtores rurais; assalariados rurais; assalariados urbanos; moradores da periferia urbana; moradores de rua; crianças/adolescentes; mulheres; índios e negros. População-alvo prioritária: pequenos produtores rurais; assalariados rurais; mulheres e índios. Temas prioritários: programas de desmarginalização que visam abrir canais (acesso) oficiais (crédito, políticas públicas etc.) para organizações populares. Tipos de atividades prioritárias: formação/capacitação na linha dos temas acima." (BRASIL, 2015).

Assim, quando trata de organizar em Betim a oficina, para garantir a permanência de alguns companheiros na base territorial e mantê-los sindicalizados, o Mutirão aparece em algo mais do que na memória de seus participantes:

Nós, trabalhadores metalúrgicos da área de Betim, ficamos sabendo, através do companheiro Eduardo, que vocês da CERIS têm dado apoio financeiro limitado e que venha favorecer aos grupos que preocupam com a liberdade e com o trabalho da classe operária, nós do Grupo Mutirão passamos por dificuldades, pois resolvemos defender os trabalhadores e a liberdade do povo mineiro, para isto estamos montando uma oficina para termos condições de lutarmos contra a lista negra formada pelos patrões. Depois de formarmos uma sociedade de nome MUTIRÃO, onde o operário contribui com 1% do salário e que tem atingido o nosso objetivo, nos falta concretizar o trabalho, pois vimos que o peão não tem condições de manter sozinho muitos desempregados, sendo o trabalho o principal, precisamos de 150 mil cruzeiros para terminar nossa oficina que é em lote próprio e falta acabamento, instalação elétrica e hidráulica e instalação das máquinas que conseguimos emprestadas, sendo 2 tornos, uma furadeira e um esmeril. Vamos produzir serviços gerais de usinagem, reparos e buchas para caminhões. Mantemos no quadro de funcionários um único operário que disputaria as eleições sindicais, mas vendo que seria prejudicial à campanha, resolvemos afastá-lo da chapa, ganhamos a eleição onde há 9 companheiros do Mutirão, sendo 4 na diretoria, 2 no conselho fiscal e 3 na suplência. Estamos fazendo um trabalho para integrar todos os membros da chapa no Mutirão, pois tivemos o cuidado de agrupar companheiros comprometidos com a classe operária. Anexo enviamos 1 cópia do estatuto do Mutirão mais 4 atas e alguns números dos boletins da pastoral operária feitos por este grupo, na maioria. Nosso trabalho consiste em conscientizar o trabalhador, esposas e filhos, isto no Mutirão. Na oficina, pretendemos também, à noite, dar cursos profissionalizantes. Belo Horizonte, 26/03/81. Mário de Castro Gonçalves (CARTA AO CERIS, 26 mar. 1981, ANEXO A 1).

Outro documento, também mostrando a participação decisiva do Mutirão na criação da oficina-escola, descreve o projeto, desta vez no pedido de co-financiamento à CEBEMO. Aqui, é também mencionada a vinculação entre o grupo Mutirão e as oposições sindicais da região. Ao se referir ao surgimento da oposição sindical metalúrgica em Betim, no início de 1978, o documento fala da greve daquele ano e das demissões ocorridas em consequência dela, observando que:

A partir desse momento, começamos a pensar na defesa e sustentação dos demitidos. Foi assim que um grupo já existente, o Mutirão, entrou a participar mais por dentro da luta operária em Betim. Este grupo tem como finalidade a ajuda mútua e a conscientização da classe operária. Em setembro de 1979, por ocasião da segunda greve dos metalúrgicos de Betim, a repressão patronal não mediu o limite: quis demitir todos os que participaram ativamente da greve. Frente a esta situação, ao fato de os mais destacados líderes operários serem catalogados na 'lista negra' e à necessidade de dar continuidade à luta na base territorial de Betim, começou-se a pensar na implantação de uma pequena indústria que fosse de sustento para os desempregados, e desse condição de dar continuidade à luta sindical. (PEDIDO DE CO-FINANCIAMENTO A CEBEMO, 1980, ANEXO A 2).

Mais adiante, o mesmo documento volta a falar do Grupo:

Os participantes do Mutirão são atualmente cerca de 40 famílias.” (O documento é datado de abril de 1981). “Em abril de 1980, houve a intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, adiando assim as eleições naquela entidade, exatamente para impedir o grupo de oposição sindical de assumir o sindicato. Com a intervenção, ficou impossibilitada a atuação precária que se tinha através do sindicato. Surgiu, então, a Pastoral Operária de Betim, iniciativa de um grupo de participantes do Mutirão, junto com os padres da Igreja Católica de Betim. No período de nove meses, a Pastoral Operária confeccionou 10 boletins, que distribuiu na porta das fábricas, num total de 80.000 exemplares. Tudo isso levou à formação de uma chapa que concorreu às eleições sindicais de março de 1981, que ganhou as eleições. Oito dos 22 elementos da nova diretoria do sindicato são membros do Mutirão. (fonte: Pedido de Co-financiamento à CEBEMO por parte do Grupo Mutirão - abril de 1981). (PEDIDO DE CO-FINANCIAMENTO A CEBEMO, 1980, ANEXO A 2)

Embora não seja o objetivo desta parte da narrativa uma completa descrição do que foi o Grupo Mutirão, é interessante procurar construir uma imagem mais precisa, uma vez que vários de seus integrantes tiveram participação decisiva nas experiências que aqui serão narradas. E, para traçar um perfil mais fiel à realidade e à história do grupo, a memória, escrita e oral, de seus participantes constitui o material por excelência. Neste particular, um documento datado de 24 de setembro de 1981 tem excepcional importância. É uma carta em que o Grupo Mutirão, mais exatamente, um dos seus membros envolvidos na criação da oficina-escola, responde a um questionário (CARTA DO CERIS AO GRUPO MUTIRÃO, 17 set. 1981, ANEXO A 3) enviado pelo CERIS no dia 17 do mesmo mês. O questionário, que é bastante detalhado, com questões específicas sobre a instituição responsável pelo projeto, mais um grupo de questões referentes ao próprio projeto, sobre a organização e o funcionamento da oficina e sobre os equipamentos solicitados no projeto, recebe uma resposta também detalhada:

Tendo recebido sua solicitação para dar as informações sobre a atual situação do projeto da oficina AUTOBOR, nos reunimos no dia 23/09 pp, para juntos podermos responder ao questionário:

Dados sobre a instituição responsável :

a) O Mutirão não tem personalidade jurídica. Ele nasceu ainda nos meados dos anos 60, como uma forma de dar sustento à luta operária. Se reestruturou e teve nova expressão nesses últimos anos, se engajando nas lutas sindicais, sobretudo da região industrial de Betim. Devido ao tipo de grupo, não é possível pensar em ter personalidade jurídica. Anexamos, porém, cópia do estatuto. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

Em seguida, o documento menciona o crescimento do Grupo Mutirão e a sua presença que passava aos três municípios da Região Industrial, acrescentando informação sobre o número total de participantes, o número de contribuintes e a arrecadação mensal do grupo:

b) Devido ao crescimento do grupo e a sua expansão territorial, o Mutirão se organizou neste ano em três grupos, um funcionando na região industrial (o núcleo mais antigo), outro em Contagem e o terceiro em Betim. Sendo que os últimos dois são mais recentes, só comunicamos os dados do núcleo mais antigo, que é também aquele que se responsabiliza pela oficina. Os participantes atuais do Mutirão são 31. Os participantes que estão contribuindo com 1% do salário atualmente são 24. A arrecadação mensal é de Cr\$10.000,00. Temos um caderno de caixa onde registramos entradas e saídas. Esta é a única fonte de arrecadação que sustenta as atividades do ponto de vista financeiro. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

Também a relação com a Pastoral Operária é evidenciada no documento, com ênfase na participação dos membros do Grupo Mutirão nas atividades do movimento operário, em conjunto com as CEBs. Interessante, nesta parte, é o projeto de criação de um sindicato dos trabalhadores rurais, no município vizinho de Igarapé, o que significa, inevitavelmente, uma visão mais ampliada da luta dos trabalhadores no âmbito da sociedade, incluindo assim o setor rural nas preocupações desses militantes.

c) Além da oficina, o Mutirão está atuando na Pastoral Operária de Betim e da região industrial de Belo Horizonte-Contagem. Essa atividade implica desde reuniões e encontros sobre vários problemas do movimento operário, à preparação e distribuição do Boletim da Pastoral Operária nas portas das fábricas, e em outras atividades como a organização do Fundo de Ajuda aos Desempregados, lançado pela Pastoral Operária junto com as Comunidades Eclesiais de Base de Betim.”  
 “Outra atividade do Mutirão é a luta junto aos trabalhadores rurais do município de Igarapé, a 40 km de Belo Horizonte, que pretendem fundar um sindicato naquele município para defender seus direitos. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

Como foi dito antes, os militantes tinham o objetivo de fortalecer a oposição sindical metalúrgica em Betim e, no documento, esse objetivo fica registrado também no que se refere ao Sindicato de Belo Horizonte e Contagem. Esse projeto estava inscrito na estratégia do grupo e fica declarado no documento:

Outra atividade consiste na participação direta na luta sindical dos metalúrgicos de Betim, onde atuam como diretores 8 companheiros do Mutirão e também no sindicato de Belo Horizonte-Contagem, onde participamos na linha de oposição sindical.

Tudo isso nos obriga a organizar nossa participação, dividindo as tarefas. Uma parte atua mais diretamente no sindicato, outros na Pastoral Operária, outros no projeto da oficina. No encontro mensal, discutimos juntos os problemas que encontramos nas nossas atividades. Por isso, que a responsabilidade do projeto da oficina está mais entregue a um grupo de 8 pessoas. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

O mesmo documento volta a contribuir para uma melhor compreensão da natureza do Grupo Mutirão, quando informa sobre o projeto da oficina, ao lembrar que o motivo fundamental que os levaria a pensar na construção de uma oficina não foi o de dar sustentação

financeira aos operários que, por sua luta, são despedidos e incluídos nas listas negras. Não se tratava, assim, de uma luta contra o problema mais amplo do desemprego. Nas palavras do próprio documento, o motivo fundamental

[...] foi o de ter condições de dar continuidade à luta dos metalúrgicos de Betim duramente perseguidos pelo governo e pelos patrões. Portanto, o motivo principal é o de garantir a presença física de alguns companheiros mais experientes na base territorial de Betim, que é muito pequena e facilmente controlada pelos patrões”. “Por isso, -prosegue o documento -mesmo que a oficina comporte oficialmente a possibilidade de empregar 15 pessoas e praticamente possa dar trabalho a umas 10 pessoas, nossa intenção é de que um operário consciente e ativo procure trabalhar numa fábrica para desenvolver lá a luta. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

E, mais adiante:

3) As pessoas do Mutirão indicadas para continuar a luta na base territorial de Betim foram escolhidas e aprovadas no Mutirão mesmo. Elas permanecerão lá enquanto precisar delas em Betim. Isso sempre será decidido pelo Mutirão. Do mesmo jeito serão escolhidas as pessoas que precisarem trabalhar na oficina enquanto procuram outro emprego. 4) Sendo que esta oficina não foi pensada como solução das listas negras, nós não estamos preocupados na “seleção” dos que terão necessidade de trabalhar lá: até agora, o mutirão enfrentou esse problema com a arrecadação de 1% para não deixar esses companheiros passar necessidade. 5) O Mutirão participa do projeto decidindo todas as questões fundamentais, como foi até agora, a partir da decisão de registrar esta oficina, a decisão de quem assumiu a responsabilidade legal da mesma, quem ficou trabalhando lá, a decisão de pedir ajuda ao CERIS e à CEBEMO. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

O documento cresce em importância, ao descrever a organização e o funcionamento da oficina anteriormente ao pedido de financiamento às duas instituições, sendo que o fato de ela não ter registro como empresa chegou a trazer problemas:

No início de 1980, a oficina ainda não registrada, funcionava numa loja alugada, até que, na noite de primeiro de maio, a polícia entrou forçando a porta e, no dia seguinte, alegando falta de registro, nos obrigou a sair do aluguel. Foi aí que decidimos comprar um lote e começar a construção de uma loja que nos desse a possibilidade de trabalhar sem depender de ninguém. Desde então, estamos trabalhando - 4 pessoas -, na construção e montagem da oficina. Atualmente, somos 4 pessoas: um torneiro, dois eletricitas e um ajustador. (CARTA DO GRUPO MUTIRÃO AO CERIS SOBRE SITUAÇÃO DO PROJETO, 24 set. 1981, ANEXO A 4).

Nessa época, a oficina, que começara a funcionar no ano anterior, tinha, do ponto de vista legal, dois operários como donos. Tinham sido escolhidos por terem condições, um de garantir o funcionamento da oficina e escola da parte elétrica, e o outro por ter experiência

profissional suficiente para garantir o funcionamento da parte de tornearia, tanto da oficina quanto da instrução.

Quanto aos recursos tecnológicos para o funcionamento, a oficina dispunha, em setembro de 1980, de algumas máquinas emprestadas, podendo, naquele mês, fazer apenas serviços de serralheria (portas e janelas). Ao que parece, o que levou o grupo a pedir ajuda às instituições foi o fato de que a entrada de recursos com o trabalho de serralheria não era suficiente para a manutenção dos quatro que trabalhavam na oficina e na sua montagem. Na data em que foi redigido o documento, os quatro ainda precisavam de sustentação vinda do Mutirão. Nesse mesmo documento-resposta, eles mencionam que os dois tornos emprestados tinham vários problemas, desde eixos empenados e engrenagens quebradas até motores queimados. O grupo conseguiu consertar as máquinas, mas uma delas era muito antiga e serviria praticamente “só para dar aulas – é completamente manual e para dar aulas vai bem”. Nesta fase do projeto, a demanda da oficina era de cinco tornos, entre os quais um de porte médio, para serviços que garantissem a sustentação econômica. Com um mínimo de cinco tornos, a oficina poderia organizar cursos profissionais legalizados, que dessem diplomas reconhecidos pelo Ministério da Educação. Assim, a oficina programou comprar tornos usados, para a parte de mecânica, e, na parte elétrica, dependeria completamente da aprovação do projeto.

#### **4.3 O Mutirão: organizar para fazer política**

A memória das lutas e das formas de organização dos trabalhadores da região de Betim traz entre os seus momentos mais marcantes a experiência do Mutirão. Reconstituir os passos desses personagens, ajuntar as peças espalhadas nos depoimentos e em alguma documentação que tenha sido guardada, foi o trabalho lento, mas estimulante, que desenvolvemos para trazer a imagem do Mutirão e das suas relações com a construção do movimento operário daquela região, no período que vai do final da década de setenta até ao final dos anos oitenta.

Mas, ao falarmos do início da experiência da oficina-escola, é importante que nos lembremos de que, nos anos que se seguiram, vieram as transformações resultantes dos impactos da introdução de novas tecnologias, e de novas formas de organização do processo de trabalho na indústria metalúrgica (naturalmente, com seus impactos nos demais setores da cadeia produtiva da indústria automobilística). Elas trouxeram um quadro completamente diverso daquele considerado, à época, pelos protagonistas da experiência. Assim, vale lembrar

que o espaço da fábrica era bastante diferente e a forma de organização do processo de trabalho também possibilitava experiências que, talvez, fossem hoje inviáveis. Essas mudanças permitem constatar que até mesmo o espaço da produção teve que ser modificado, como forma de se contrapor a organização do processo produtivo à capacidade de organização dos trabalhadores. (CARVALHO; HORTA, 2000).

Os diversos olhares que procuramos considerar podem apresentar, e de fato o fizeram, contribuições importantes para a construção de uma imagem, de uma visão mais múltipla do que foi o Mutirão. Todos falaram da sua visão do grupo e de suas experiências em um processo que vivenciaram, ainda em época não muito distante deles. É da fala de um dos membros do Mutirão e também organizador da Oficina AUTOBOR que vem uma das mais completas descrições do funcionamento do grupo. Ao mesmo tempo, é interessante observar, na sua narrativa, a ligação entre a experiência nas mobilizações do Mutirão e as lutas no local de trabalho:

*Foi partindo lá da fábrica, lá da Krupp, que nós conquistamos o sindicato. E essa conquista veio no seguinte: a formação da oposição sindical começou lá na fábrica, com um cafezinho... A gente trabalhava lá no fundo do galpão, eu era mandrilhador. Então, pra gente ter um café lá, a gente resolveu comprar um mergulhão e fazer o nosso cafezinho. Então, a gente fazia o café, ia lá, tomava o cafezinho, falava uma bobagem com o outro e voltava pra máquina. Aí, eles resolveram cortar o nosso cafezinho. Aí, eu falei: nós vamos deixar assim de graça eles cortarem o nosso cafezinho? Ah, não vai não! Aí resolvemos lutar pra manter o cafezinho. Aí, o pessoal da firma cedeu e nós mantivemos o café. E a partir do cafezinho, nós começamos a organizar mais... Nós começamos a ler... e sempre que um acabava de ler, passava o livro pro outro... Começamos a ler, passamos a discutir os documentos, e a gente foi crescendo assim [...] (Aristo – mandrilhador/educador).*

A experiência da organização no local de trabalho é apenas uma das marcas desses trabalhadores que trazem concepções transformadoras, tanto no plano das relações de trabalho, como no sentido da melhoria das demais situações da vida cotidiana. Embora a primeira dimensão em que o Mutirão desenvolve as suas atividades e, aparentemente, a sua formação, seja a da realidade das condições de trabalho, fica visível a preocupação com a necessidade de mudanças numa realidade que vai além desse cotidiano. Esse trabalhador vai lembrar o Mutirão, enquanto uma extensão de ações no processo de fortalecer um grupo ou classe, que ultrapassam o seu espaço cotidiano, ou o terreno das relações de trabalho. A busca do crescimento político fica assinalada pelas palavras do mesmo trabalhador, quando ele toca na questão do ato de ler, que é como ele se refere a uma decisão visivelmente de caráter estratégico. Pode-se afirmar isto, levando-se em conta que esse trabalhador estará, depois, entre os educadores nas experiências de que tratamos aqui.

Essa atitude em relação à leitura torna inevitável lembrar Thompson, quando ele relata que a Sociedade Londrina de Correspondência era organizada em “seções”, cada uma com 30 membros, e se refere às atividades educativas de uma das seções:

O modo habitual de procedimento nessas reuniões semanais era o seguinte. O presidente (cada homem era presidente por rodízio) lia um livro... e as pessoas presentes eram convidadas a fazer observações sobre o lido, todas as que quisessem, mas sem se levantar. Então, lia-se mais um outro trecho e havia uma segunda rodada. (THOMPSON, 1987, p. 170).

Outra preocupação desses trabalhadores envolve uma concepção, que será tratada adiante, acerca da necessidade de pensar transformações sobre o papel da mulher. Como se pode observar, pela entrevista, o mutirão abre espaço para que também as mulheres façam política:

*Nós criamos um negócio que chamava Mutirão... Uma vez por mês, num fim de semana, a gente se reunia lá na casa de um colega... e a gente fazia um almoço. Só os homens trabalhavam. Mulher não trabalhava não. Elas ficavam conversando e a gente fazia a comida, olhava menino... pras mulheres poderem conversar um pouco... Que a gente via: quando você saía pro sindicato, a mulher achava muito ruim - 'você já fica a semana toda fora, e quando chega o fim de semana, você vai pro sindicato...' Mas, se você falasse que ia fazer hora extra, aí não tinha problema, quer dizer que a mulher também oprimia o homem... Aí, com essas reuniões, as mulheres passaram a ver a importância do sindicato. Na nossa greve de 1979, elas já contribuíram... fizeram o fundo de greve lá no bairro [...] (Aristo – mandrilhador/educador)*

Dessa forma, é possível observar que a mudança que se busca nas relações familiares, à medida que as reuniões nas casas dos trabalhadores faziam surgir uma nova visão das mulheres sobre a luta sindical, transporta um objetivo que irá resultar na participação delas na vida política. De fato, um ponto importante na forma de organizar o grupo passa pela definição de objetivos. Essa definição vem conectada com a luta sindical. Fica visível a necessidade de se ter um sindicato mais atuante, que pudesse de fato representar os trabalhadores. Na entrevista, está claro o plano de se organizar para buscar o poder do sindicato e isto leva à consciência da necessidade de se ter recursos financeiros, para o grupo desenvolver suas ações.

*Mas, nesse Mutirão tinha mais coisas. Cada um de nós entrava com dois por cento do salário... Porque nós já tínhamos enfrentado uma greve, a gente tinha visto que o sindicato não era nosso... só levava o nosso nome e não nos representava mesmo... Então a gente começou a organizar também pra tomar o sindicato. E nesse mutirão aí começou a aparecer companheiros de outras fábricas, que moravam lá perto, pra poder participar... Então começaram a participar companheiros também dos almoços. (Aristo – mandrilhador/educador)*



Aqui, fica inevitável voltarmos a falar de ‘consciência de classe’. O processo pela qual se organiza o Grupo Mutirão torna válido dizermos, com Foot Hardman:

A consciência de classe do proletariado não deve ser buscada numa abstrata e ideológica operação de separar a ciência e a ideologia, mas concreta e materialmente, ela pode ser apreendida no exame das instituições criadas pela classe (uniões, ligas, sindicatos, jornais, partidos, etc.) e nas relações mantidas por essas diferentes instituições com as classes dominantes, os setores sociais intermediários e o Estado. (HARDMAN, 1983, p. 29).

O Mutirão, sem dúvida, se encaixa no exemplo de busca de organização em um tipo de união, um tipo de associativismo.

Pela natureza das iniciativas de seus membros fundadores, ou re-organizadores, como veremos adiante, vale lembrar também que a trajetória desse grupo traz à tona as características de descontinuidade, a dinâmica episódica e fragmentária da história dos grupos sociais explorados, ou setores subalternos, como mostra Gramsci. A dialética da luta de classes é tratada por ele com o necessário olhar de totalidade sobre a posição mesma de classe dominada, vivenciada pelos grupos de trabalhadores que procuram se organizar. Essa posição desigual, assegurada pela propriedade dos meios de produção e dos meios de divulgação de idéias é contrastada pela fluidez das formas de organização desenvolvidas pelas classes trabalhadoras, na sua busca de resistir aos impactos da dominação patronal sobre o seu cotidiano. Assim, na visão de Gramsci:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. Não há dúvida de que na atividade histórica destes grupos há uma tendência à unificação, mesmo que seja no plano provisório, mas esta tendência é continuamente destruída por iniciativa dos grupos dominantes e, portanto só pode ser demonstrada a cada ciclo histórico consumado e se ele tiver se concluído com êxito. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, inclusive quando se rebelam e se insurgem. Só a vitória “permanente” desfaz, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, inclusive quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de alarme *defensivo* (esta verdade pode ser demonstrada com a história da Revolução Francesa até 1830 pelo menos). (GRAMSCI, 1975, p. 2283-2284).

O sentido defensivo fica evidenciado, com esta outra definição de objetivo, que traz para o plano das prioridades do Mutirão a solidariedade efetiva para com os companheiros demitidos, decisão que, mais uma vez, marcava a questão da construção da consciência enquanto grupo ou classe.

*Esse mutirão fazia também o seguinte: os colegas que ficassem marcados, com a greve, e fossem mandados embora, a gente não ia deixar a família dele passar necessidade. Então, aconteceu de alguns companheiros terem sido mandados embora e a gente comprava alimento pra casa dele, pagava água, pagava luz...*

*então, esse cara não se sentia desamparado. E nós organizamos a oposição do sindicato, sempre em contato com o pessoal da Associação... os grupos da igreja também ajudaram nas campanhas, nas coisas que a gente organizou... e a gente ganhou a eleição do sindicato em 1980. (Aristo – mandrilhador/educador).*

#### 4.4 Classe Trabalhadora e Associativismo

Práticas associativas não constituem novidade na história das classes trabalhadoras. O associativismo para fins beneficentes, assistenciais, para apoio às famílias de trabalhadores desempregados, presos ou demitidos por razões políticas, ou mesmo de trabalhadores falecidos, que o movimento operário organizou, tanto no Brasil quanto em outros países parece constituir parte da própria identidade da classe trabalhadora. A já mencionada obra de Thompson tem como referência central o associativismo dos trabalhadores do final do século XVIII, que eram, sobretudo, artesãos, como ele próprio mostra, quando trata da composição social da Sociedade Londrina de Correspondência. (THOMPSON, 1987, p. 171-172).

As práticas associativas dos trabalhadores, que, na França, resultaram nas experiências do mutualismo, ocasionaram ou fortaleceram o surgimento de teorias de tendência filantrópica, socialista e humanista. De acordo com Silva, são idéias que municiaram teóricos como Charles Fourier, Joseph Proudhon, que questionavam efetivamente o individualismo liberal, em defesa de um pensamento humanista conectado com a reciprocidade de ação.<sup>30</sup> As sociedades já existentes na Grã-Bretanha a partir da segunda metade do século XVIII, com base em sentimentos de amizade e de fraternidade, pelo que eram comumente conhecidas por "Friendly Societies", serviram como modelo para alguns dos sistemas adotados na França. Já, em relação ao século XIX, Michelle Perrot lembra o papel, nas greves, das sociedades de socorro mútuo, que dissimulavam, frequentemente, uma sociedade de resistência, segundo ela, “herdeiras de um tempo em que a coalisão, sendo um delito, tornava necessário esconder seus organizadores”. (PERROT, 1984, p. 49).

Segundo Fortes,

[...] a criação de formas associativas voltadas ao atendimento das demandas dos trabalhadores por proteção frente à doença, à velhice, ao desemprego e às condições adversas ligadas à morte de um familiar tem sido talvez um dos elementos mais característicos do movimento operário em diferentes contextos históricos. Tão antiga quanto a existência do mutualismo é também a polêmica sobre o seu papel no desenvolvimento de um processo de organização classista e de luta pelos interesses coletivos dos trabalhadores. (FORTES, 1999, p. 174).

<sup>30</sup> O Mutualismo é um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo em situações de carências, de dificuldades ou de melhoramento das condições de vida das pessoas, como forma voluntária de realização do ideal de solidariedade. Estes objetivos genéricos de proteção social solidária são promovidos por instituições, geralmente do tipo associativo, ditas Associações Mutualistas, sem fins lucrativos, que se especializam de conformidade com as modalidades de proteção a serem estabelecidas. (SILVA, 2015).

De fato, embora o mutualismo seja, para a história do movimento operário, tão importante quanto os sindicatos ou as organizações partidárias, algumas formas de “mutualidade” causaram polêmicas e esse mesmo autor menciona o Congresso Operário Estadual de 1898, no Rio Grande do Sul, que rejeitou a proposta de formação de cooperativas de produção e consumo por entidades operárias, sob o argumento de que as cooperativas representavam o capital e não poderiam lutar contra este mesmo capital. (FORTES, 1999, p. 179). As práticas associativas, no entanto, já eram parte da experiência dos trabalhadores do Rio Grande do Sul, a exemplo da Associação Beneficente das Classes Laboriosas, em Pelotas, fundada em 1880, e cujas finalidades incluíam “prestar aos sócios e às pessoas de suas famílias os socorros a seu alcance, quando doentes, presos ou decrepitos; e promover, por todos os meios lícitos, o bem estar de seus membros” (FORTES, 1999, p. 177).

Nas duas maiores cidades do país, Rio de Janeiro e São Paulo, a experiência do mutualismo se multiplicou mais intensamente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Tanto a formação quanto o desenvolvimento da classe trabalhadora aconteceram de modo diferente nessas duas cidades, mas, em ambos os casos,

[...] o mutualismo deve ser entendido como pertencente ao conjunto das experiências que se manifestaram concretamente em práticas de solidariedades horizontais, aglutinando homens e mulheres (em geral pobres e trabalhadores) e gerando uma cultura emergente, diante das transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas que marcaram o período. (JESUS, 2007, p. 155).

Nesse sentido, vale observar que Cláudio Batalha critica a visão tradicional que distingue as associações mutuais e as sindicais em etapas que se sucederam no tempo e questiona a hipótese de que as associações de resistência teriam substituído as mutuais a partir da segunda década do século vinte.<sup>31</sup> Na verdade, Batalha acredita que as ações de ambos os tipos de associação de trabalhadores, resistência e assistencialismo, se confundiram durante a segunda metade do século dezenove, no contexto mais amplo das práticas sociais e culturais dos trabalhadores. Para ele, importa reconhecer que a questão central para o entendimento da formação da classe operária é a análise das continuidades e discontinuidades das formas de organização operária. (BATALLA, 1999 p. 41-69).

Trabalhos que relatam as experiências das associações mutualistas em São Paulo, inclusive em cidades do interior apontam efetivamente para essa dimensão que associa ações

<sup>31</sup> O período mutualista - caracterizado pelo auxílio mútuo aos seus associados, principalmente no que tange ao auxílio desemprego, doenças e invalidez - seria o que vem antes de 1888. O período de resistência – sociedades criadas para exercerem funções eminentemente sindicais, como a luta por melhores salários, diminuição da jornada de trabalho e condições de labuta mais dignas - o que se estenderia de 1888 a 1917.

assistencialistas e ações de resistência, como este caso das sociedades mutualistas italianas em Ribeirão Preto:

Na primeira década do século XX, esta mesma sociedade (Sociedade *Unione Italiana*) abrigou a Liga Operária e juntamente com ela foi responsável por diversas manifestações na cidade em favor, por exemplo, das oito horas de trabalho, do descanso semanal remunerado e também por várias festas em homenagem ao dia 1º de maio, demonstrando a confluência entre as práticas das associações mutualistas e dos nascentes sindicatos. (FURLANETTO, 2009, p. 5).

Todavia, em estudo realizado na cidade de Campinas, Nomelini observa:

Quando a finalidade dessas associações mutualistas era considerada “humanitária”, o grupo de trabalhadores que as fundavam tinha a intenção de associar as inseguranças do trabalho assalariado (doenças, acidentes e morte) à sua condição de trabalhador dentro da sociedade campineira. Quando as associações reafirmavam sua característica “beneficente”, o grupo fundador desejava ressaltar que oferecia as possibilidades para que trabalhadores, pequenos comerciantes, donos de oficinas e outros grupos pudessem ter acesso a tratamentos na área da saúde. Por isso, a maior parte das associações “humanitárias” mobilizavam a identidade operária ou negra e as associações “benéficas”, em grande parte, mobilizavam as identidades nacionais (italiana, portuguesa ou espanhola). (NOMELINI, 2010, p. 148.).

A mesma autora registra que diferentes associações operárias no começo do século XX podiam ter relações complexas no seu convívio. Por exemplo, a Sociedade Humanitária Operária e a Liga Operária de Campinas, não só compartilhavam associados, mas também dividiram o espaço da sede em que funcionavam:

[...] em 1906, a Sociedade Humanitária Operária comunicou aos sócios que sua sede social seria junto com a da Liga Operária de Campinas, na Rua Ferreira Penteados nº 171. Entretanto, os Congressos Operários realizados, nas primeiras décadas do século XX, declaravam que as associações de resistência deveriam ter apenas essa finalidade, evitando oferecer benefícios mutualistas ou assistenciais. Essa orientação influenciou a Liga Operária de Campinas, que liderou os grevistas em 1906, gerando tensões em sua relação com a Sociedade Humanitária Operária. (NOMELINI, 2010, p. 163.).

É importante considerar que os movimentos que criaram associações de trabalhadores, resultando em mutualismo ou em resistência, ou mesmo em ações de ambas as vertentes se alternando na trajetória de um mesmo sujeito coletivo, fazem parte de uma enorme multiplicidade de experiências e de uma grande pluralidade de expressões na trajetória do movimento dos trabalhadores, do século dezenove às primeiras décadas do século vinte. As duas vertentes associativas conviveram lado a lado naquele período, de forma que foram processos contemporâneos e não excludentes na história da classe trabalhadora.

Segundo esclarece Viscardi:

O fato de as mutuais não terem como propósito a luta política em favor dos trabalhadores não implica que estivessem indiferentes às mesmas. Apesar de as mutuais poderem ser dirigidas por setores médios ou por membros de camadas superiores, a maior parte de seus sócios era composta por trabalhadores simples e empobrecidos. Por essa razão, algumas mutuais envolveram-se na luta operária, apoiaram greves, cederam seus espaços para as sociedades de resistência, compareceram nos congressos operários, comemoraram o primeiro de maio e, em alguns momentos, tornaram-se, inclusive, sindicatos. Mas tal envolvimento não era uma prerrogativa do mutualismo e não ocorreu na maior parte das associações. (VISCARDI, 2010, p. 33).

Diversos autores que trataram do mutualismo e do associativismo de resistência em São Paulo e também no Rio de Janeiro observaram a realidade de ambos os fenômenos sob esse mesmo ponto de vista.<sup>32</sup> Na verdade, o grande número de associações para fins de mutualismo, fins reivindicativos, recreativos, culturais, em ambas as cidades, em um contexto de formação de um movimento sindical atuante e combativo conforme descreve Siqueira (2008, p. 22-83), oferece elementos para uma variada gama de constatações. Essa diversidade e essa movimentação constante favorecem a construção de novos olhares sobre os processos associativos, que contribuem para a consolidação de identidades entre os trabalhadores e para a produção de saberes e consolidação de uma cultura que, por sua vez encaminha para a construção e fortalecimento do sujeito político. (CHAUÍ, 1986).

Trata-se da construção do *olhar para a cultura operária* como um espaço e objeto de lutas. (DECCA, 1987; HARDMAN, 1983). Contudo, é importante ver que esses processos de formação no campo do associativismo não resultam somente das transformações do capitalismo, como produtos dele, vindos de suas transformações. O associativismo se faz história enquanto resultado das experiências cotidianas dos trabalhadores, no sentido que Thompson atribui ao conceito de experiência.

São as experiências dos trabalhadores num contexto de crise econômica e política do regime monárquico, que se materializaram na criação de instituições, de busca de permanência de um processo que fortalece a identidade. A iniciativa de criar, de institucionalizar, se dá como forma de responder a pressões que são legíveis na correlação de forças políticas, econômicas e culturais.

Pelas falas dos trabalhadores que entrevistamos, parece ser possível traçar um paralelo entre os acontecimentos que impregnaram o cotidiano dos trabalhadores de Betim e Contagem, nos anos setenta e oitenta, as formas de organização a que eles recorreram e o que Thompson chamou de *resposta* individual ou de um grupo social:

---

<sup>32</sup> Ver: Siqueira (2008); Toledo (2015); Lacerda (2008). Batalha, (2004).

Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do "ser social", com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuamente à *experiência* – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a *resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social*, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. (THOMPSON, 1981, p. 15).

Vale lembrar que o que se chama aqui de consciência social existente incluiria os diversos canais pelos quais se constrói cotidianamente a hegemonia. Por suposto, será na relação dialética com a construção da hegemonia que sujeitos, individuais ou coletivos (grupais), construirão a sua experiência, sua resposta, construindo-se como sujeitos.

Avançar com os diversos discursos sobre a experiência do Mutirão permitirá identificar as diversas experiências que se construíram enquanto resposta, organização e ação de sujeitos e grupos, o que faz alguma aproximação com o que Thompson chama de experiência *determinante*, em um processo de mudanças e novas propostas:

O que queremos dizer é que *ocorrem* mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16.).<sup>33</sup>

Talvez, nas palavras de Thompson, se vislumbre uma via para explicar os diferentes posicionamentos entre a formação de associações para assistencialismo e a formação para resistência. Ele lembra, citando Raymond Williams, que a coexistência de idéias alternativas sobre a natureza das relações sociais constitui “o principal elemento característico da vida inglesa a partir da Revolução Industrial”. E prossegue:

Em contraste com as idéias da classe média sobre o individualismo ou (na melhor das hipóteses) sobre a assistência, “o que se entende propriamente por ‘cultura da classe operária’... é a idéia básica de coletivismo, e as instituições, maneiras, hábitos de pensamento e intenções que provêm dela.” As sociedades de auxílio-mútuo não ‘provêm’ de uma idéia. Tanto as idéias quanto as instituições surgem em resposta a certas experiências comuns. (THOMPSON, 1987, p. 316.).

No caso brasileiro, os exemplos que já foram mencionados e os que serão citados a seguir atestam uma movimentação relativamente intensa de organização de coletivos entre diversos segmentos das classes trabalhadoras, com e sem articulação ativa e visível com os

<sup>33</sup> Segundo Keith McClelland (1990, p.3), tal é o mérito da obra de Thompson, a saber, de que “é possível para as pessoas fazer de si mesmas algo diferente do que é aquilo que a história fez delas”. Sewell Jr. (1990, p.65) compartilha tal visão e aponta para a relação desse processo concreto com sua narrativa, sugerindo que “Thompson não desenvolve uma elaborada teoria do sujeito, mas passa boa parte do tempo construindo sujeitos em sua narrativa”. (NICOLAZZI, 2004).

bairros populares, o que significava também uma realidade impregnada pelo cotidiano de resistência.

O acúmulo de experiências que esse exercício associativo proporcionou à classe trabalhadora não pode ser ignorado, pois surgiram várias possibilidades nos processos de criação e articulação de diversas modalidades de organização coletiva, entre associações de classe, beneficentes, movimentos e associações culturais, partidos políticos e até grupos de teatro e associações com finalidades educacionais. (DECCA, 1987, p. 125-126; SOUZA, 2003, p. 31).

No Brasil, o associativismo que vinha do século dezenove, seja beneficente ou humanitário, ou de resistência dos trabalhadores tem presença historicamente significativa registrada por estudos realizados em diversos estados. E entrou, em alguns casos, pela década de trinta, já num contexto em que havia intensa propaganda de sindicalização instaurada pelo governo federal. Ao falar dos trabalhadores da Paraíba, por exemplo, Ferreira lembra que

[...] os registros da imprensa, durante a primeira metade dos anos 30, noticiam seguidamente a criação de novas entidades como Ligas Protetoras, Associações, Uniões e Sociedades beneficentes. Passando ao largo da nova realidade sindical, e do discurso liberal em prol da sindicalização oficial, as agremiações atravessam um período em que a necessidade de sindicalização foi o assunto predominante, parecendo alheias à discussão. (FERREIRA, 1997, p. 203).

A autora menciona diversas entidades que sobreviviam ainda em 1935, como a

Aliança Proletária Benficiente, Associação dos Empregados do Comércio, Centro Benficiente dos Barbeiros, Centro dos Chofers da Parahyba do Norte, Centro Proletário Alberto de Brito, Liga Protetora dos Carroceiros, Liga Protetora dos Sapateiros, Sociedade Artistas e Operários, União Benficiente dos Estivadores, dentre outros. (FERREIRA, 1997, p. 204).

A mesma autora observa que, em Pernambuco, a experiência associativa dos trabalhadores remonta ao final do século dezenove e que se mostra na organização de “numerosas entidades de representação de base e na presença de entidades de coordenação aglutinando várias associações, no que viria a ser chamado de intersindicais.” (FERREIRA, 1997, p. 129). A autora lembra, ainda, que os socialistas foram os primeiros a exercer influência ideológica sobre os trabalhadores pernambucanos. Segundo ela, os socialistas participavam do movimento organizado, através do Centro Protetor dos Operários, fundado em 1900, e promoviam conferências sobre o socialismo, sobre a situação dos trabalhadores e as comemorações do 1º de maio. (FERREIRA, 1997, p. 130). O estudo de Ferreira prossegue,

examinando as experiências no Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas, onde ficam registradas as experiências de algumas greves e a presença do associativismo.

Ainda no Ceará, Galvão estuda o associativismo dos trabalhadores portuários de Fortaleza, no período 1912-1937, que criaram a Sociedade Deus e Mar, que, por sua vez, experimentou uma divisão entre seus associados, de onde resultou a Sociedade Marítima Beneficente (GALVÃO, 2014). Era intenso o associativismo cearense, segundo mostra essa autora, ao citar matéria do jornal *Trabalhador Gráfico* :

Conforme havíamos noticiado, realizou-se, terça-feira, 1 de fevereiro presente, a soleníssima sessão de fundação da Federação dos Trabalhadores do Ceará, assistida por numerosos representantes das sociedades União Geral dos Trabalhadores, Associação Gráfica do Ceará, União dos Tecelões, Centro dos Carroceiros, União dos Ferroviários Cearenses em cuja sede teve lugar a grande reunião e as quais foram fundadoras da Federação, e elementos representativos, sociedade “Deus e Trabalho”, e “Deus e Mar”, “União dos Pedreiros” e “União dos Sapateiros” que infelizmente, não foram fundadores deste importantíssimo centro das forças trabalhadoras em geral. (Federação dos Trabalhadores do Ceará – sua fundação. *Trabalhador Gráfico*, n. .4, 05/02/1921 apud GALVÃO, 2014, p. 8 ).

Em relação ao associativismo no Piauí, Silva Júnior e Melo Filho apontam que:

O Centro Proletário do Piauí, fundado em 1906, funcionou como uma das organizações operárias mutualistas, com ações decorrentes disso, como criação de escola de ideologia socialista, a escola “14 de Julho”, para que os operários associados matriculassem seus filhos, apoio financeiro as atividades desenvolvidas por operários, como clubes, festas, festas do 1º de maio, custeamento de jornais militantes e da defesa das classes trabalhadoras junto às questões de polícia. (SILVA JÚNIOR; MELO FILHO, 2014).

Ou seja, a presença dos dois tipos, das duas vertentes de atividades, assistencialismo e mobilização para finalidades classistas do ponto de vista político, de resistência, acompanhando a trajetória do associativismo.

De modo geral, essas formas de associativismo permaneceram até meados da década de trinta, quando muitas categorias profissionais passaram a buscar a sindicalização como forma de ter mais condições legais para participação política e negociação com o patronato ou com o governo.

Em Minas Gerais, a expansão do movimento mutualista se verifica a partir na década de 1910, mas já existiam algumas organizações desde a década de 1870. Além das inúmeras organizações associativas e beneficentes de origem religiosa, que existiam em diversas cidades mineiras, é preciso lembrar que o Estado, os fazendeiros e empresários estimulavam a imigração.



Giroletti registra que, em 1887 esses grupos do patronato organizaram a Sociedade Promotora da Imigração em Minas Gerais, para introdução e estabelecimento de imigrantes na Província e, em 26 de agosto do mesmo ano, o governo provincial criou a Hospedaria Horta Barbosa, para receber os imigrantes. Isto significava que o governo oferecia para cada imigrante:

a) hospedagem gratuita por dez dias, b) passagem e frete para a bagagem, gratuitamente, para todos os membros da família; c) 90 mil réis para cada um que tivesse idade superior a 12 anos e que se empregasse na lavoura ou em estabelecimentos industriais com capital não inferior a 70 contos, noventa dias após seu estabelecimento na Província. d) ao fazendeiro, um auxílio de 100 mil réis por casa construída destinada ao aluguel para os colonos. (GIROLETTI, 1988, p. 66.).

O autor observa que, diante de diversos obstáculos que dificultaram a fixação dos imigrantes na agricultura, como o despreparo e a violência dos fazendeiros, a baixa remuneração ou a sonegação de salários, o inadimplemento dos contratos de parceria, entre outros, muitos imigrantes não permaneceram no meio rural. Segundo ele, “grande parte dos imigrantes parece ter-se estabelecido na cidade, como operários, comerciantes, pequenos industriais ou no setor de serviços.” (GIROLETTI, 1988, p. 67).

As formas de organização dos trabalhadores na cidade não tardaram a se manifestar. Já no final da década de 1880, notam-se os primeiros movimentos de reivindicação de alguns setores das classes trabalhadoras, na reivindicação de seus direitos. O primeiro relato mencionado por Giroletti refere-se à luta pela redução das horas de trabalho, para os empregados do comércio. Naquela época, os estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora atendiam até a noite, mesmo nos domingos e feriados, dias em que os do Rio de Janeiro atendiam somente até as 14 horas. Os comerciários organizaram-se para reivindicar a redução das horas de trabalho e conseguiram modificar o horário para as 16 horas, aos domingos e feriados, continuando a fechar apenas à noite, nos dias úteis. (GIROLETTI, 1988, p. 69). Outro registro fala de um memorial datado de 1912, que dizia, entre outras demandas:

O operariado desta cidade deseja e quer que seja adotado para ser traduzido em definitivo entre os operários e os patrões de Juiz de Fora o seguinte: a) Que as horas de trabalho diárias, para os operários diaristas, sejam reduzidas a oito; b) que sejam mantidos aos operários de todas as classes o mesmo salário, percebendo eles em oito horas de trabalho, o mesmo que tem percebido em 10 horas de trabalho; c) que aos operários que trabalham por peça, por tarefa ou a um tanto por hora seja facultado, por dia, o número de horas de trabalho que lhes convier, sem diminuição dos vencimentos relativos à peça, tarefa ou hora de trabalho; d) em nenhum caso, será permitido às crianças menores de 14 anos, de ambos os sexos, o trabalho além das cinco da tarde, conforme o projeto lei que à Câmara Municipal foi apresentado. (GIROLETTI, 1988, p 70).

Ao lado de mobilizações dessa natureza, na década de 1910, já existiam em Juiz de Fora muitas organizações mutuals que seguiam diversas orientações. Além disso, a cidade contava com uma numerosa classe trabalhadora e era, na época, ainda uma das mais industrializadas do país. Uma evidência dessa posição de destaque é o fato de que Juiz de Fora sediou, em 1914, o Congresso Brasileiro de Mutualismo. (SILVA, 2015).

Ainda sobre Juiz de Fora, Viscardi lembra as estratégias de filantropia, lazer, sociabilidade e também as formas de se relacionar com as elites locais e com os sindicatos, que marcaram o universo das práticas sociais das experiências de mutualismo em Juiz de Fora, do final do século dezenove ao começo do século vinte. (VISCARDI, 2004, p. 99-113). Mas a trajetória do mutualismo em Juiz de Fora apresenta um fenômeno que deve ser lembrado aqui. O exemplo da Associação Beneficente Operária (ABO), de 1918, é estudado por Almeida, que destaca, entre as ações beneficentes da entidade: “assistência jurídica, médica, farmacêutica e dentária, através de convênios a preços reduzidos, além das iniciativas em fundar cooperativas, escolas, bibliotecas, em prol da melhoria material e moral da classe proletária.” (ALMEIDA, 2005, p. 8).

Não pode deixar de ser mencionado o caráter conservador da entidade, que colocou em discussão, embora tendo sido aprovado, o “ingresso do ‘elemento feminino’ em seu seio” e que tinha, na sua direção provisória, a participação de advogados, um militar, um cirurgião dentista, um médico, um professor e um deputado. Segundo esse mesmo autor, o caráter “puramente beneficente” da Associação envolvia objetivos alheios aos plenos interesses dos trabalhadores, pois

[...] uma das intenções claras da A.B.O. estava em tentar solucionar problemas entre o capital e o trabalho através da política de conciliação de classes, inviabilizando toda forma de atuação autônoma e de iniciativa direta por parte dos trabalhadores no campo das lutas sociais. (ALMEIDA, 2005, p. 6).

Inclusive, a greve era um recurso vetado pela Associação, cujo caráter “puramente beneficente” impedia a participação da entidade e membros da direção em atos públicos ou particulares de luta reivindicatória.

Em que pese o colaboracionismo ou o espírito conciliatório que marcava a Associação, ela não teve capacidade para resolver problemas concretos da vida da classe trabalhadora de Juiz de Fora, como as jornadas de trabalho nas fábricas, que eram extenuantes e chegavam a 14 horas, além da falta do descanso dominical. O grau de exploração da mão-de-obra industrial havia aumentado, com a retomada do desenvolvimento industrial e a recuperação do mercado interno, após a Primeira Guerra, a partir de 1919. Uma onda de

movimentos grevistas, nesse contexto, também evidenciou a dificuldade da ABO. para encaminhar as reivindicações dos trabalhadores dentro das vias legitimadas pelo colaboracionismo. A Associação não havia mesmo conseguido resolver os problemas relativos às condições de trabalho, como remuneração, serões, horas extras e jornada de trabalho, “frustrando a expectativa de todos aqueles que em um ano de existência da Sociedade somavam já três mil filiados.” (ALMEIDA, 2005, p. 9). Mas, ainda em 1919, ocorrera a segunda eleição para a diretoria da ABO., que resultara numa diretoria composta basicamente de operários, à exceção de um dos cargos, que era o da presidência. Isto, provavelmente, trazia algum impacto na forma pela qual a diretoria olhava para os movimentos grevistas.

Tudo indica que foi a pressão dos acontecimentos que encaminhou transformações importantes na natureza da Associação. A greve de janeiro de 1920 teve, entre seus resultados, a transformação da Associação Beneficente Operária em Federação Operária Mineira, agora com diretrizes mais voltadas para as reivindicações dos trabalhadores. A assembléia do dia 1º, que decidiu pela greve a partir do dia 2, aconteceu na sede da Associação e esta assumiu a luta dos operários pela jornada de oito horas e 50% de aumento nos serões, mais 25% no serviço ordinário. Segundo Almeida, “os operários conclamavam sua entidade representativa a se solidarizar com seus consócios, na certeza de estarem eles conscientes dos interesses e aspirações de toda a classe na perspectiva de obterem sucesso em suas reivindicações.” (ALMEIDA, 2005, p. 10).

O autor prossegue, registrando que, no terceiro dia de greve, em uma assembléia da ABO, ficou decidido que a instituição “transformar-se-ia, tão logo fosse possível, na Federação Operária Mineira. “A nova agremiação reuniria em sindicatos as diferentes classes trabalhadoras, por associar, ou já associadas a então Associação Beneficente Operária.

A greve seguiu seu curso e foi vitoriosa no dia 6, tendo obtido a jornada de oito horas de trabalho a partir de 31 de janeiro. Conseguiu, ainda, o aumento de 27% na hora-extra e 25% de aumento sobre o salário nos serões. Mas conseguiu, também, ser o epicentro de uma mudança extremamente importante. Com a greve, os operários de Juiz de Fora avançam com sua experiência organizativa para um processo de transformação de uma Associação assistencialista para uma Federação voltada para a luta reivindicatória dos trabalhadores. Foram eles que decidiram por esse deslocamento de identidade, para uma instituição que pudesse, de fato, garantir as conquistas materiais, ligadas ao cotidiano do trabalho.

No entender de Almeida, os operários não sentiram

[...] na filosofia colaboracionista da A.B.O. a melhor forma para alcançarem seus anseios, apesar de não descartarem-na totalmente. Isso quer dizer que a fundação da Associação Beneficente teve um papel imprescindível como instrumento institucional de arregimentação da classe operária, por pertencer a própria cultura organizativa da classe e também por aparecer num momento de crise sócio-econômica que colocava os operários em condições mais difíceis de vida. (ALMEIDA, 2005, p.15).

Não é difícil perceber que o mutualismo, que faz parte da cultura organizativa da classe operária, tem todo o mérito no sentido de que pode suavizar ou remediar as privações que o capitalismo impõe à condição social do trabalhador e, sobretudo, o mérito de agregar institucionalmente os trabalhadores, possibilitando-lhes uma referência de sujeito coletivo e legitimando-os enquanto classe. Por isso mesmo, e é como se dá, em parte, o avanço dialético desse processo, o assistencialismo não seria capaz de manter os trabalhadores “conformados” com a sua condição, ainda que abrandada pelos procedimentos de beneficência. É bom lembrar, no entanto, que a cultura organizativa da classe trabalhadora tem de ter seus ‘organizadores’. (GRAMSCI, 1975, p. 1386).

Com relação a Belo Horizonte, registros apontam a criação de sociedades mutualistas já em 1891, seis anos antes da inauguração da nova capital de Minas Gerais, que é quando surgiu a Associação Beneficente Tipográfica. Em 1897, foi fundada a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro. De acordo com Passos, as duas entidades eram voltadas para o socorro-mútuo, que se caracterizava “pela instrução, recreação e educação moral de seus sócios e não tinham partido político, religioso e filosófico de nenhuma espécie.” E, segundo a mesma autora, em julho de 1900 foi a vez da associação classista Liga Operária, fundada e dirigida pelo italiano Donato Donati.<sup>34</sup> (PASSOS, 2015).

Cabe lembrar que a vinda de imigrantes italianos para Belo Horizonte atendia a uma carência de mão-de-obra especializada, sobretudo nos padrões de construção de uma nova capital de Estado, que envolvia obras de arte, prédios públicos, praças e monumentos. Muitos desses trabalhadores eram altamente qualificados. De acordo com Le Ven, esses estrangeiros qualificados profissionalmente possuíam um certo “espírito revolucionário” dentro do movimento operário. (LE VEN, 1977, p. 88).

A reunião de fundação da Liga contou com cerca de setecentos operários, que, sob a presidência de Donato Donati, aprovaram algumas propostas para uma comissão provisória e que eram as seguintes:

---

<sup>34</sup> Donato Donati, artesão independente, foi um dos militantes de destaque, no âmbito brasileiro, do socialismo italiano e atuou tanto no Estado de São Paulo, na capital e em Campinas, assim como em Belo Horizonte, que pode ser considerada a “sua” cidade, pois nela residiu na maior parte de sua vida: na capital mineira foi até 1905 o presidente (*segretario* em italiano) do *Circolo Socialista Edmondo De Amicis*. (BIONDI, 2008, p.59).

[...] formular, apresentando a quem de direito, um projeto de lei que obrigue os construtores e empreiteiros de obras a apresentarem fiança suficiente para cobrir e indenizar os compromissos por eles assumidos [...]; reclamar continuamente, até conseguir de vez, a extinção de VALES, regularizando-se os pagamentos dos trabalhadores, de modo que sejam pagos integralmente e por quinzenas, ou pelo menos, por mês; defender os direitos e interesses da classe trabalhadora e lutar energicamente pela adoção das leis favoráveis aos operários [...]; da publicidade aos justos reclamos dos trabalhadores e servir de mediador, quando possível entre os mesmos e os patrões; envidar o máximo de esforço para unir todos os operários desta Capital numa LIGA OPERÁRIA, estabelecendo-a e dirigindo-a até a renovação da comissão atual, o que se efetuará deste que a LIGA esteja completamente organizada. (PASSOS, 2012, p. 261-262)

Nessa reunião, que lançou as bases para a organização da Liga Operária, também ficou decidida a publicação quinzenal de um periódico denominado *O Operário*. Considerado o órgão oficial da associação, ele teria a finalidade de informar, conscientizar e mobilizar seus leitores.

O primeiro número do jornal, que começou a circular em 29.7.1900, trouxe o projeto de estatuto da Liga Operária, que tinha como principais objetivos:

- a) unir e organizar os elementos e as energias do operariado;
- b) manter um jornal de propaganda, ou conseguir publicidade para suas ideias, em algum jornal existente;
- c) fundar, quando for possível, uma biblioteca própria para operários e respondente aos fins da Liga Operária;
- d) organizar conferências sobre argumentos econômicos e sociais;
- e) defender, por todos os meios legais os direitos e interesses das classes operárias;
- f) propor às autoridades competentes as medidas que forem julgadas próprias para proteger e avantajar os trabalhadores;
- g) tomar parte nas eleições de mandatários públicos, sustentando candidatos aderentes aos fins da Liga Operária. (*O Operário*, órgão da Liga Operária. Belo Horizonte, n. 29, jul. 1900, p. 1 apud PASSOS, 2012, p. 262).

Dadas as condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores em Belo Horizonte, o principal objetivo da Liga era voltado para a regularidade do pagamento do salário aos trabalhadores. A entidade procurava obter melhores condições de trabalho através de medidas legais, e se posicionava politicamente nos períodos eleitorais, procurando apoiar candidatos que fossem sensíveis às necessidades da classe trabalhadora. Na época, acontecia com frequência o atraso do pagamento aos trabalhadores e, por vezes, o dinheiro costumava vir na forma de *vales*. A atuação da Liga, nesse caso, por não concordar com o pagamento aos trabalhadores na forma de vales, foi no sentido encaminhar uma petição ao governo estadual, solicitando medidas legais para garantir o pagamento regular do salário, o fim dos vales e o acesso do trabalhador aos meios de obter justiça gratuita e eficaz quando se sentisse lesado em questões salariais. (PASSOS, 2012, p. 263).

Depois da formação da Liga Operária, as primeiras décadas do século vinte assistiram o surgimento de outras associações de trabalhadores em Belo Horizonte, sempre como forma de organização para a defesa e a conquista de direitos e interesses de classe. Era usual também que elas buscassem promover e incentivar a educação, a cultura dos setores populares através de palestras, reuniões, e da produção de jornais. Para citar algumas delas: em 1903, foi fundado o Centro Operário, que também se notabilizou por combater o atraso do pagamento de vales pela prefeitura e organizou palestras e peças de teatro para instrução dos trabalhadores; depois, em 1905, a Confederação Auxiliadora do Estado de Minas Gerais; em 1907, o Centro Confederativo do Estado de Minas Gerais; em 1909, foi fundada a Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais. Esta última encaminhou à Assembléia Legislativa, em 1918, um documento do qual constavam “pontos essenciais para que fosse definida uma legislação trabalhista.

1º Dia de trabalho normal de 8 horas. Descanso semanal de 36 horas consecutivas. Para todos os trabalhadores, operários e empregados, sem exceção, da indústria, da agricultura e do comércio. Liberdade ampla para os patrões de terem abertos os seus estabelecimentos todo o tempo que quiserem com tal que nenhum dos seus dependentes trabalhe mais de 8 horas.

2º Fixação, pelo menos semestral, dos salários-mínimos, feita por comissões mistas de operários e patrões, de acordo com o custo local da vida e consultadas as condições da indústria. [...]

6º Igualdade de salários, serão igual à produção para os homens e para as mulheres. Proibição do trabalho noturno às mulheres.

Proibição do trabalho dos menores de 14 anos, salvo em casos especiais e com o consentimento das comissões mistas já lembradas.

7º Pensões suficientes aos velhos e aos inválidos. Indenização razoável às vítimas dos infortúnios no trabalho ou em relação com o trabalho.

8º Garantia dos meios de vida e completo tratamento médico e farmacêutico aos operários doentes e às suas famílias, até o pleno restabelecimento.” (Representação encaminhada em nome da Federação do Trabalho do Estado de Minas Gerais à Assembleia Legislativa Estadual sugerindo pontos essenciais para a definição de uma legislação trabalhista. (Arquivo Público Mineiro. Dossiê: Donato Donati, 22 nov. 1918 apud PASSOS, 2012, p. 283).

Durante a Primeira Guerra, em 1916, foi fundada a Liga Operária Mineira. No mesmo ano de 1916, foi criado o Centro Democrático Operário e, em 1917, é criada a Liga das Classes Operárias do Estado de Minas Gerais, que declarava como seus principais objetivos:

[...] instrução obrigatória aos órfãos filhos de operários; desenvolvimento agrícola e povoamento dos campos; amparo aos menores desvalidos, aos órfãos e aos filhos menores dos associados operários; solução imediata e definitiva do problema da carestia de vida, pela criação de cooperativas de consumo agrícola. (DUTRA, 1988. p.118).

Inspirada na Encíclica Rerum Novarum, do Papa Leão XIII, surge, em 1919, em Belo Horizonte, a Confederação Católica do Trabalho, típica representante do sindicalismo cristão. A entidade tinha como objetivos principais divulgar a educação católica ao operário e tentar recristianizar o Estado, com a implantação do ensino religioso nas escolas públicas e da organização do sindicalismo cristão.<sup>35</sup>

Do que foi registrado até aqui, sobre o associativismo em Belo Horizonte, fica visível um caminho que vai contribuir para um entendimento mais abrangente sobre a formação de um movimento classista. Fica visível, igualmente, o caráter legalista e reformista do movimento, em diversas ocasiões. Além disso, é preciso reconhecer a importância das práticas mutualistas, desde a organização até a prestação de serviços como a pensão para viúva, pensão por invalidez, auxílio funeral, atendimento médico, educação e recreação.

Quanto ao associativismo dos trabalhadores, aliás, não apenas em Belo Horizonte, fica claro que as formas visitadas de práticas associativas não são excludentes entre si. E isto recoloca a discussão levantada por Batalha. Não há como estabelecer dois períodos históricos diferentes na questão do associativismo. Tanto as práticas voltadas para o mutualismo quanto as de resistência, auxílio-mútuo no que concerne a desemprego, invalidez, ou lutas por melhores salários, por redução da jornada e melhores condições de trabalho fazem parte de um horizonte do trabalhador, de um objetivo que o impele para a *experiência*, no sentido que Thompson dá ao termo.

Assim, a relação dialética presente no fazer-se desses grupos de trabalhadores vai mostrar que se trata de um processo, de um acontecer, visto que é parte da *formação* da classe. Nesse ‘acontecer’, as práticas que transformam as entidades associativas, como ocorreu em Juiz de Fora, as que criam associações que duram apenas dois ou três anos, as que criam associações que permanecem sob cerrado controle governamental ou eclesiástico, todas elas são práticas sociais, práticas de convivência; são práticas políticas. Nesse acontecer, entidades associativas de caráter mutualista incorporam práticas de resistência e entidades de caráter sindical podem desenvolver práticas assistenciais. O que está em pauta, nesses processos, é a construção de uma classe.

---

<sup>35</sup> Em Minas, a instrução religiosa foi permitida nas escolas públicas até 1906, quando João Pinheiro – Presidente do Estado adepto da doutrina positivista, proibiu-a e suspendeu a ajuda do Estado aos seminários. Porém, em 1929, o então Presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, tornou lei uma medida que previa uma hora de catecismo nas escolas, isto depois de anos de empenho da Igreja em prol de uma campanha antilaicista. (DUTRA, 1988, p. 120).

Entre resistências e assistencialismos é preciso reconhecer, também, que muitas das mutuais foram entidades multiclassistas e contribuíram mais para a formação de identidades interclasse do que intraclasse, como diz Viscardi. (2010, p. 371).

Nesse sentido, Hardman lembra que, antes de 1930, no Brasil,

[...] um dos elementos fundamentais na definição de uma relativa autonomia cultural da classe operária foi sua autonomia ao plano associativo, principalmente sindical. E nesse processo, é claro, a presença significativa do anarco-sindicalismo (pelo menos entre 1906 e 1920) teve papel decisivo. (HARDMAN, 1983, p. 31).

O autor acrescenta que o mutualismo havia sido, antes disso, uma das primeiras formas de expressão de traços sócio-culturais distintivos de classe e dá exemplos de associações marcadas pelos ideais de “socorro-mútuo”, que mesclam a solidariedade de raiz proudhoniana com uma religiosidade presente no emblema “Deus, Honra, Trabalho”, como no estandarte da União Operária Beneficente de Diamantina, em Minas Gerais, fundada em 1891. (HARDMAN, 1983, 31).

Depois de uma visita à questão do associativismo na formação da classe trabalhadora brasileira nos século XIX e início do XX, acreditamos que as práticas associativas que estudamos neste trabalho, próximas do final do século vinte, não se enquadram exatamente nas dimensões que definem ou caracterizam o mutualismo, na medida em que elas ultrapassam algumas de suas características históricas, e se diferenciam no sentido em que o mutualismo se relacionava mais com a autonomia dos trabalhadores. No caso do Grupo Mutirão, sobretudo na sua segunda etapa, como veremos adiante, há motivações que se orientam para ações políticas estrategicamente definidas, como o objetivo de vencer as eleições para o sindicato ou de dar sustentação às greves da região. Mas há, também, no processo de formação do Grupo Mutirão, a questão do auxílio-mútuo ou algo que a ele se assemelha.

Com as práticas associativas dos trabalhadores que entrevistamos em Betim, acontece um importante salto qualitativo, que conduz a um processo de identificação entre campos de luta: as condições vividas na fábrica, no bairro e até nas relações familiares vão sendo percebidas numa perspectiva que as unifica, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de continuidade e extensão da luta. A leitura e a discussão, a partir da fábrica, os padrões de solidariedade que se vão construindo entre os trabalhadores, a crítica efetiva à divisão de papéis, como forma de se buscar a compreensão da companheira e resultando no seu envolvimento na luta são processos que indicam uma perspectiva conscientizadora, de luta política associada à questão do saber e à construção da resistência. E, com relação às



formas de organização no local de trabalho e às experiências de fábrica vividas pelos trabalhadores da região, os depoimentos são vários e ricos em detalhes, como será mostrado ao longo deste trabalho. O que se pode afirmar é que os trabalhadores que participaram do Grupo Mutirão e da experiência da oficina profissionalizante falaram frequentemente da associação entre saber e poder dentro da fábrica, e da associação entre competência no trabalho operário e capacidade de mobilização e liderança entre os companheiros de trabalho. Voltaremos a este ponto mais adiante.

#### 4.5 A Formação do Grupo na Solidariedade, na Cultura e na Política

A busca dos vestígios da experiência vivida na construção da cidadania através da prática política parece, às vezes, lembrar a montagem de um quebra-cabeças. No dizer de um dos operários que não conhecera a primeira fase do Mutirão, a idéia de se organizar para a solidariedade estava no ar'. É outra forma de dizer que a experiência anterior estava na memória coletiva, sem uma fala completa, com idéias mais ou menos vagas aqui, mais a experiência de um companheiro ali, mais as práticas que vieram se acumulando pelos anos como discurso e experiência de luta. Nesta busca de vestígios, procuremos ir até a origem do Mutirão, na sua primeira fase, através da narrativa de um dos seus fundadores:

*Em 1969, na Mannesmann, a gente conseguiu levar um outro tipo de trabalho dentro da classe operária: tem uma coisa que existe em praticamente todas as empresas, que é uma fachada do capitalismo, que conseguiu entrar dentro da cabeça do trabalhador. E o trabalhador faz em todas as empresas. É uma caixinha de Natal, aonde cada um dá uma contribuição e se empresta dinheiro a juro e se divide no fim do ano. Então, se mostra que é um trabalhador explorando o outro trabalhador, e na hora em que ele tem mais necessidade. Dentro da Mannesmann, essa caixinha funcionava a 20% ao mês. (Mário Bigode – torneiro/educador).*

Observe-se que a fala do trabalhador, nesse caso, revela a sua consciência do poder cultural e comportamental que o capitalismo desempenha na mente do trabalhador. Um processo de 'ideologização' que coloca para ele o modelo das práticas usuais (e usurárias) do capitalismo. Esse exemplo mencionado pelo entrevistado é marcado, ainda, pela adoção de prática semelhante, mas destituída da intenção de lucro, pelo menos nos mesmos limites, como se vê na continuação de sua narrativa:

*E, num grupo de trabalhadores que já vinha com essa brincadeira do truco, de tomar uma cachaça e discutir a campanha do voto nulo, do voto branco, do dizer não, a gente conseguiu também fazer uma caixinha na seção. Só que nossa caixinha emprestava a 5% ao mês e era um combate aos companheiros da outra seção, que fazia uma caixinha de 20%. Mas, a educação do trabalhador é sempre de explorar mesmo e, no fim do ano, essa caixinha deu prejuízo. Eu recebi o meu décimo*

*terceiro e foi a conta de pagar o prejuízo da caixinha, né? Mas, no pagar esse prejuízo, apareceu três companheiros que não concordaram. Então dividimos entre quatro pessoas o prejuízo da caixinha. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Ao lado disso, fica visível a intenção educativa, de mudança da mentalidade e de afirmação da solidariedade que animava as práticas de organização de grupo, no setor em que o entrevistado trabalhava. Ele deixa claro que o objetivo, que a intenção era mostrar que o trabalhador não deveria se pautar pelas práticas capitalistas de busca de lucro, sobretudo diante de necessidades que os colegas experimentavam no seu cotidiano:

*Isto também deu um reforço de ver que a mentalidade de alguns companheiros estava mudando. Então, nós continuamos a caixinha, no ano seguinte, mas invertemos algumas coisas. Não se emprestava dinheiro a juros. O dinheiro era emprestado sem juros, porque eu queria mostrar: quando você mais precisa do dinheiro, o trabalhador vai te emprestar e vai te roubar 20%? Você tá precisando para comprar um remédio, pega o dinheiro emprestado aqui, você é roubado dentro da classe, junto do seu companheiro que te empresta a 20%, você é roubado na farmácia que te vende caro e você é explorado. Aí, emprestavamos sem juros, para qualquer sócio da caixinha. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

A questão da solidariedade se afirma como prioridade nas práticas que vinham se desenvolvendo na seção em que o entrevistado trabalhava, sempre marcada pela proposta formadora, pela proposta que encarnava um princípio educativo, como é bem colocado pelas palavras acima “eu queria mostrar”. Uma preocupação que procurava questionar, na prática, a cultura capitalista, sobretudo na dinâmica do capital financeiro, evidenciando uma contradição de caráter anti-hegemônico. O que está em pauta aqui, na preocupação desse trabalhador/educador, é novamente a “compreensão crítica de si mesmo” (GRAMSCI, 1975, p. 1385), ou as necessidades para um “movimento cultural que tenda a substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral”, (GRAMSCI, 1975, p.1392), enfim a busca de se construir uma nova mentalidade. Isto vai ficando mais claro, no prosseguimento de suas palavras:

*Quando a gente ajuda um companheiro, você não pode estar pensando que ele vai te comer o dinheiro, que você tem que receber de volta. É uma ajuda espontânea e séria. Então, por isso, a gente tinha que ter um aval. Sempre de um outro membro da caixinha. Porque, se você não paga, você já perdeu o seu que está aqui e o seu companheiro que te avalizou perdeu. Então, você está tirando de dele e não de todo mundo. No final do ano, a gente pensou, discutimos e essa caixinha não agradou mais e fizemos outro tipo de trabalho. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

A discussão a que o entrevistado se refere parece ter encaminhado a transição de um olhar individualista para uma proposta mais voltada para o coletivo e um reconhecimento da

possibilidade de uma analogia com experiências da vida rural, de resto, ligada à origem de tantos daqueles trabalhadores das indústrias da região de Betim:

*Então, a gente lembrou que, no interior, se faz uma coisa chamada 'mutirão', que era, simplesmente, a troca de dias de trabalho. O conjunto torna a força muito grande. Se nós capinamos, juntos, a roça do Geraldo hoje, amanhã, ele ajuda a gente a capinar a do Manoel, depois nós juntamos todos e capinamos a minha... Então, nós fizemos uma coisa chamada mutirão. Começou com a idéia de mutirão e os trabalhadores não entenderam. Era uma caixinha para comprar lotes e quase todos saíram. Então, restou cinco e nós fizemos um trabalho chamado 'um por cinco, cinco por um'. Nós éramos cinco pessoas, temos um estatuto, que eu tenho guardado até hoje, aonde cada um contribuía com uma parcela mensal, fixa, e nós fazíamos a reunião todo dia dez. No dia do pagamento, saiu o dinheiro a gente reunia na casa de um, passava o dinheiro. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

O mencionado estatuto era um documento de poucas cláusulas. Um rascunho manuscrito do documento, que foi disponibilizado pelo entrevistado (CONSORCIO PARA COMPRA DE LOTE – jan. 1976, ANEXO A 5), determinava o prazo de um ano para a primeira experiência, definindo uma mensalidade correspondente a 10% do salário daqueles trabalhadores. De caráter aparentemente bastante realista, o documento previa, na sua terceira cláusula, que, de comum acordo, o trabalhador beneficiado em cada ano não deveria construir um barracão, mas faria o alicerce de uma casa, construiria o necessário para morar e depois terminaria a construção. Ao mesmo tempo, tratava-se de uma primeira organização, quase um ensaio do que viria a ser o Grupo Mutirão, como o próprio Mário disse mais adiante, na mesma entrevista:

*Foi da experiência da caixinha um por cinco e cinco por um que surgiu o outro trabalho que realmente levou o nome de Mutirão. Esse Mutirão consistia na gente fazer uma reunião mensal para discutir o problema de dentro da fábrica. E cada dia, estava numa casa. Esse negócio de ir cada dia numa casa surgiu e veio ampliando esse tipo de encontro. E a gente começou a ver que o Mutirão tinha um trabalho sério para fazer, que ele vai desenvolver na segunda etapa, quando a gente já estava na Krupp, em 77, 78. A gente participou da luta sindical, levando os trabalhadores ao sindicato, organizando dentro da fábrica, dando apoio. E cada um contribuía com 1% do salário para o Mutirão, nesse período. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Portanto, os encontros mensais nas casas dos companheiros tiveram também o objetivo de levar os trabalhadores ao sindicato, junto com a idéia de participar da luta sindical. A forma de associativismo que eles estavam organizando começa a sair da fábrica. O objetivo está ligado ao fortalecimento de um grupo, uma característica instituidora, a partir da identidade de objetivos. Sair da fábrica significa ir além dos muros de uma relação de trabalho, significa extravasar para a cultura, para a vida cotidiana, fora das fábricas, na institucionalização de uma identidade que se fortalece também na relação com o sindicato. As

ações instituintes serão também educativas e procuram ser educativas também para as famílias, como veremos mais adiante.

*Aí, já era um grupo que fizemos, com uma diretoria, um tesoureiro, um secretário, um coordenador... A cada seis meses, esta diretoria mudava, que era para o trabalhador aprender a ter responsabilidade e a lidar com um dinheiro que era de todos, que não era só dele e ele tinha que prestar contas. A gente mudava sempre de seis em seis meses, que era para o outro aprender aquela mesma experiência. (Mário – torneiro/educador).*

Está presente aqui a preocupação educativa, com a rotatividade da diretoria do grupo. “Para o trabalhador aprender” é algo que demonstra um fazer política, uma forma de aperfeiçoar um comportamento comprometido com o coletivo, com o grupo, com a classe. O revezamento ensina e atribui responsabilidade, ao mesmo tempo em que possibilita a educação do trabalhador em um nível de convivência e companheirismo que vai, aos poucos ultrapassando os muros da fábrica.

*De 68, 69, até 77, a gente não conseguiu mesmo levantar nenhuma greve. E, quando veio a greve de 78, que começou na KRUPP, a gente, sem contar com o sindicato, fez a Comissão para conduzir a greve. E nessa primeira greve, surgiu a necessidade de fazer alguma coisa e a necessidade de dinheiro. Então, a gente reuniu o pessoal, existia o dinheiro parado, que era daquele primeiro Mutirão dentro da Mannesmann. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Institucionalizar tem relação com a memória e, ainda que a prática educativa inerente ao grupo não tenha sido registrada inicialmente, vale o registro que viria depois, quando esses trabalhadores organizados farão a solicitação do apoio de entidades como a CEBEMO e o CERIS.

Observe-se que a preocupação com a educação do trabalhador, no sentido de uma ética envolvendo a ação do coletivo e da solidariedade, estava presente já na primeira fase do Mutirão. Conforme aponta Amorim, o tema da educação operária “não é novo nas pesquisas sobre a história da classe, pois ela faz parte de seus principais instrumentos de luta para transformação da sociedade capitalista.” Essa autora trabalha com duas idéias de educação, que não são idênticas, mas podem ser complementares:

*A primeira trataria de uma educação formal ou aprendizagem de alguma atividade, assunto/tema ou ofício, já a segunda estaria mais ligada ao ato de aprendizagem para aquisição de uma consciência de classe, e para a preparação do indivíduo para a ação social na luta de classes. (AMORIM, 2006, p.127).*

Também o estudo de Decca, que contempla o cotidiano operário em São Paulo, de 1920 a 1932, aponta para essa questão da educação enquanto demanda e ação dos trabalhadores:

A classe operária também cuidava de sua própria instrução. Grupos operários de tendências políticas diferentes apresentavam propostas de instrução através de sua imprensa, lutavam para criar nos sindicatos e fora deles, escolas, centros de aprendizagem, centros de cultura “social e operária”. Parte do operariado estava empenhada na preservação de sua própria imprensa enquanto modo de vida, enquanto instrumento de educação e conscientização. (DECCA, 1987, p. 46).

Na segunda fase do Mutirão, essa preocupação estará bem mais elaborada, e é quando as tentativas de uma reeducação aparecem nos encontros promovidos pelo grupo. É esta segunda etapa do Mutirão, já no final dos anos setenta, que vai se caracterizar pela busca de um envolvimento maior dos bairros e das famílias de operários nas lutas dos trabalhadores. Aqui, os fundadores do Mutirão tinham a preocupação manifesta de romper com os preconceitos que, segundo eles, mantinham formas de opressão e de desentendimentos que estariam, a partir da vida doméstica, dificultando o desenvolvimento das lutas. O que chama a atenção é a forma por eles encontrada de levar os trabalhadores a um conhecimento da perspectiva das mulheres e da sua experiência de cotidiano. Utilizaram como recurso para a aprendizagem, um encontro mensal onde se dá uma temporária troca de papéis entre os homens, que dividem entre si as funções de fazer a comida e cuidar das crianças, e as mulheres, que irão, aos poucos, participar ativamente das lutas. Mas, antes de alcançar este nível de organização, a experiência passou por outras etapas, algumas já mencionadas, que constituem, no seu conjunto, uma trajetória das formas de solidariedade encontradas a partir do local de trabalho, e cuja prática veio a se estender ao cotidiano desses trabalhadores.

É interessante que esse desenvolvimento da experiência do Mutirão possa ser visto aqui através de diferentes olhares, pois, como dissemos antes, uma disponibilidade de narrativas, desde outras experiências, possibilita melhores explicações dos fatos observados, vistos e considerados a partir de diferentes olhares e experiências.

O Mutirão, quando passa a atuar fora da fábrica, traz essa característica: será visto e entendido diferenciadamente, conforme a “janela” de onde é considerado, como veremos mais adiante.

Nas entrevistas com esses trabalhadores, vai ficando clara uma caminhada rumo à auto-organização.

Na busca de mais olhares sobre a fase inicial do Mutirão, um companheiro do grupo confirma a narrativa de Mário e mostra também a leitura pela janela da memória política.

*Eu entrei na Mannesmann em 1970; um ano depois, lá passou a ter dois turnos: de 6 às duas e de duas às dez. Aí, a gente já fazia uns contatos, um joguinho de truco, bate-papo e fizemos um campeonato de truco, onde a gente aproveitava e conversava, assim sobre a luta operária, e do truco foi partindo pra outras coisas. Fizemos uma caixinha; a gente cobrava mixaria. Só pra proteger da inflação... Fizemos a primeira, foi mais ou menos satisfatória. Depois, a outra, a gente teve muito prejuízo. Foi a falta de recursos, que os companheiros não tinham para pagar. Então, o Mário assumiu a culpa e quis pagar o prejuízo com o décimo-terceiro dele. Nós não deixamos; a gente dividiu, para cobrir o prejuízo junto com ele. Tivemos a idéia de fazer um outro tipo, para comprar lote. (Paulo, - torneiro mecânico).*

Segundo Fausto Neto, a casa própria aparece na vida do trabalhador,

[...] de um lado, como uma libertação desse compromisso financeiro inadiável (o aluguel), e de outro, como algo que lhe dá segurança.[...] Evidentemente que essa libertação e essa segurança têm um alto custo e exigem um longo processo de luta do trabalhador e de sua família, que se inicia desde a compra do terreno até a ocupação definitiva da casa. (FAUSTO NETO, 1982, p. 148-149).

A autora conclui: “O lote é, pois, a primeira batalha que necessita ser vencida para que a família reorganize suas forças no enfrentamento da segunda: A *construção*.” (FAUSTO NETO, 1982, p. 149).

Conforme apontam Lúcio Kowarick e Clara Ant,

A casa de aluguel constitui até os anos 50 a modalidade quantitativamente mais importante de alojamento para a classe trabalhadora, que, no mais das vezes, era o cortiço. A partir desta década, dá-se um deslocamento da habitação dos trabalhadores. É o período em que se consolidam – junto a um novo patamar de acumulação – os componentes de um novo modelo de crescimento da cidade, o chamado padrão periférico. Menos do que a substituição de um determinado tipo de moradia por outro, o que se deu efetivamente foi a criação de condições gerais que permitiram a implantação predominante de outro tipo de moradia: a casa unifamiliar, distante do local de trabalho, sem infra-estrutura e – o que é mais importante – por conta do trabalhador. Isto é, o próprio morador constrói a sua casa com um sobre-trabalho que deve ser computado rigorosamente enquanto horas de labuta não pagas, necessárias à reprodução do vasto contingente de mão-de-obra. (KOWARICK; ANT, 1988, p. 61).

Em outro texto, Kowarick mostra que “as dificuldades para a aquisição de um terreno pelos trabalhadores são crescentes, sobretudo, a partir de meados dos anos 70. De fato, enquanto o valor dos salários se reduziu à metade entre 1959 e 1978, o preço do metro quadrado de terreno, neste período, chegava quase a ‘triplicar’.” (KOWARICK; BONDUKI, 1988, p. 149).

Sader fala da importância indiscutível dos projetos de casa própria nas famílias dos trabalhadores: “[...] a constatação de todas as pesquisas feitas sobre aspirações, projetos e

estratégias familiares foi que a aquisição (ou construção) da casa própria estava em primeiro lugar.” Ele prossegue:

Esse ideal, como já vimos, foi se materializando no padrão habitacional dominante entre as décadas de 40 e 70: no trabalho extraordinário e nos sacrifícios redobrados das famílias pobres para construir casas próprias em loteamentos periféricos desprovidos de toda infra-estrutura. (SADER, 1988,110-111).

A questão de se adquirir um lote teria, portanto, uma forte relação com o projeto familiar desses trabalhadores. É algo afinado com o objetivo de consolidação e estruturação da família, com a idéia de se ter um espaço físico que seria a sua forma inicial de tentar sair do aluguel, de reduzir os custos de habitação. É compreensível a importância que a proposta da compra de lote teria, para esses operários que buscavam consolidar laços de solidariedade.

O entrevistado continua a sua narrativa e descreve como funcionou o o consórcio um por cinco e cinco por um:

*Por exemplo, quanto ficaria um lote? Custaria, vamos supor, um milhão de cruzeiros, a gente era cinco pessoas, dividia e dava, durante um ano, sessenta prestações, que a gente corrigiria pela inflação. Começaríamos em janeiro e terminaríamos em dezembro. No primeiro ano, que foi 1975, o sorteado foi o Bené. O Bené passou para o Mário, que ele era solteiro, Mário era casado. E o Mário comprou esse lote lá, onde a família dele reside atualmente. No segundo ano, foi sorteado o Ademir, que também era solteiro. No grupo, os solteiros tinham decidido passar para os casados. O Ademir passou para mim. Mas aí, o dinheiro não dava para o lote e eu tive que arrumar emprestado com os companheiros. O lote era muito bom, consegui o dinheiro que faltava com os companheiros e comprei o lote à vista. Aí, depois foi o Bené, ele comprou o lote dele, o Ademir comprou, o Tavares comprou... (Paulo – torneiro mecânico).*

A “memória política” referida por Bosi parece ter, na consolidação das relações no pequeno grupo, uma continuação que vai do processo de cooperação mútua para a compra do lote até a organização para fazer avançar a luta desses trabalhadores. A destinação efetiva do Mutirão na sua segunda fase é também confirmada, em detalhe, por esse entrevistado:

*A gente passou a fazer reuniões uma vez por mês. A gente saía para longe, para despistar. Às vezes, ia pra lagoa da Petrobrás, até levava umas varinhas de pesca, mas nem punha isca não. Botava o anzol na água, sentava na grama e discutia o que tinha de discutir... Marcava o dia, o horário, ficava umas três, quatro horas, depois, vinha embora... O assunto que rolava era sempre a nossa luta, a luta política, a luta sindical, a luta operária, as consequências dos fatos políticos e as maneiras como a gente devia tentar instruir os companheiros para lutar. A gente sempre esperava o pior e tava sempre tentando atualizar pra gente ver e sempre ir orientando os outros companheiros do que viria dentro do contexto político. (Paulo - torneiro mecânico)*

Aqui se observa uma preocupação mais forte com a formação de uma consciência de luta. É o mesmo grupo que se preocupava em garantir um espaço para a comunicação, para a discussão política no espaço da fábrica, que vai evoluir para um espaço mais estruturado, para o envolvimento das famílias dos trabalhadores na possibilidade dessa comunicação, trazendo, portanto, desde esse período, uma perspectiva de formação/educação da classe. A tentativa de encontro e organização, através das reuniões mensais em locais afastados vai ser substituída por almoços organizados com a participação das mulheres e crianças, por um motivo muito simples, ligado à convivência familiar. Na medida em que as mulheres dos trabalhadores não aceitavam facilmente a justificativa de uma ausência que não fosse para o trabalho, entravam em choque com “essa conversa de sindicato, de greve”, foi pensada uma solução, que viria inclusive a facilitar essa compreensão necessária entre os casais.

São diversos os depoimentos em que os entrevistados se lembram dos almoços mensais do mutirão, cada um na casa de uma família, onde a preocupação de se mostrar às esposas a necessidade da comunicação, da troca de idéias e de solidariedade para se avançar em direção a uma vida melhor. Certamente, as justificativas mais exatas da mudança serão aquelas colocadas pelos organizadores do grupo. Nesse sentido, é importante notar que eles falam da necessidade de as mulheres também poderem ‘sentir’ o drama que eles estavam vivendo, na fábrica e em outros setores, de elas também poderem adquirir uma ‘consciência política’. Observe-se também, que esta preocupação mais elaborada sobre a questão da consciência política não aparece senão na segunda fase do Mutirão, quando ele é reativado depois de um período de interrupção ou ‘esfacelamento’, segundo um de seus fundadores. A necessidade de consciência política para as mulheres, bem como de seu envolvimento na luta não surge senão após um amadurecimento das concepções de política, além de uma consciência cada vez mais clara sobre a carga ideológica que passa através dos meios de comunicação. Um tipo de encontro organizado por esse grupo, nos anos de 1971 e 1972, pode ser visto como precursor dos encontros que o Mutirão organizou anos mais tarde. A discussão política, ente os homens, estava presente, também a tarefa de conscientização política. Nessa fase, início dos anos setenta, alguns trabalhadores têm reuniões mensais para discutir a questão política e como avançar com a luta. As reuniões incluíam um almoço e, invariavelmente, o jogo de truco. Segundo os organizadores do Mutirão, naquela época, o campeonato de truco que eles promoveram tinha condições de despistar as tentativas de repressão ou controle por parte da fábrica, uma vez que os encontros ou as conversas em grupo, dentro e fora da fábrica, podiam ser atribuídas aos comentários sobre o campeonato. É, como se pode notar, uma forma de organização que já contava com a questão da segurança.



A retomada das atividades do Mutirão, agora com o objetivo de dar sustentação à greve ou de preparar a reconquista dos sindicatos, além do apoio aos trabalhadores demitidos, vai contar, portanto, com as experiências anteriores desses operários, ao mesmo tempo em que surge como grande novidade para os mais jovens.

O período em que o Mutirão passa por uma retração deve-se, segundo alguns de seus organizadores, a certa dispersão dos trabalhadores. Alguns haviam sido demitidos, outros se mudaram da região. São dois ou três anos em que não se tem uma participação muito além daquela dos que mantiveram um núcleo de solidariedade e se organizaram para a compra de terreno para construir casa própria. Quando sai o primeiro lote, aquele grupo de cinco trabalhadores adquire mais credibilidade. E esta credibilidade parece fortalecer o grupo, do ponto de vista da sua repercussão junto aos demais trabalhadores, favorecendo, assim, o seu crescimento. Talvez, o marco mais importante da reativação do Mutirão seja mesmo o da greve de 1978, na Krupp. A previsão, a partir de uma reunião feita dias antes da greve, era de que, primeiro, parasse a FIAT, depois a FMB e, em seguida, a KRUPP. Quando chegou o dia marcado, a KRUPP parou e as outras duas não pararam. Com o desencadeamento da greve, tornou-se necessário ter recursos para transporte, para o fundo de greve, confecção de boletins, etc. Então, lembrando-se do dinheiro que havia sido guardado pelo Paulo, tesoureiro do Mutirão na primeira fase, Mário chamou alguns companheiros da KRUPP, com os quais tinha mais afinidade, e narra assim o acontecido:

*Olha, a gente tinha feito um trabalho chamado Mutirão, que vocês não conhecem. E a finalidade do dinheiro era para um momento em que os trabalhadores necessitassem, ou a luta necessitasse. [...] Então a gente falou com o Bené, falou com o Paulo, que era o tesoureiro, com o Joaquim, que era um companheiro também muito consciente, e a gente discutiu, e ele falou: olha, não tem problema nenhum: o dinheiro já vai para uma luta e a finalidade do dinheiro era essa mesmo [...] Então, o pessoal veio à casa do Paulo, para pegar esse dinheiro e repassar para o comando de greve da KRUPP. Então, aquele primeiro dinheiro foi servindo dentro dessa luta, pra condução, pra gasolina, pra comprar papel para fazer boletins, surgiu de uma luta antiga, a que a gente estava dando continuidade hoje, não é? E, conversando com os trabalhadores: mas de onde veio aquele dinheiro? (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Este é um momento extremamente significativo no processo que o entrevistado descreve, porque está em foco a construção da memória de uma atividade marcada pela solidariedade e pela consciência de um coletivo. Igualmente importante é a visão de que o dinheiro tinha uma finalidade ligada à luta dos trabalhadores. Mais importante ainda, é sair dos muros da fábrica e passar a ter o envolvimento de trabalhadores de diversas indústrias da região.

*E aí ficaram alguns companheiros querendo saber o que era esse Mutirão, né? Porque veio esse dinheiro? Depois da greve, passado um mês, dois meses, a gente começou a falar, então, o que era o Mutirão e resolvemos reativar esse troço aí. Deu certo, né? O auge do Mutirão já foi só na segunda fase, porque na primeira foi uma coisa mais restrita à Mannesmann. Com a demissão do pessoal nosso de lá é que se foi incorporando o pessoal de várias empresas. Aí é que houve o auge do Mutirão realmente, de sair como uma organização de fábrica, uma intersindical... que não era essa a nossa idéia, nem se chegava a falar nisso. Porque aí desabrochou. Porque aí nós tínhamos pessoas da Mannesmann, da FMB, da FIAT, da KRUPP, da SBE, da Polig Heckel... (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Este mesmo trabalhador mostra, na sua fala, a preocupação com a necessidade de se transmitir uma educação para a classe, que tivesse um conteúdo especificamente voltado para a realidade do mundo do trabalhador: “desenvolver com as crianças o nosso saber, como passar pra eles, é você estar junto com eles, questionar como é que eles estão na escola, o que eles estão aprendendo, passar pra eles alguma coisa, levar eles a questionar a escola...” E esta visão antecipava as direções a serem tomadas com a experiência educacional que o grupo desenvolveria posteriormente. Outra atitude bastante reveladora de uma preocupação de se construir uma identidade cultural própria, de se escapar de um processo de despolitização que impregnasse até mesmo as relações do cotidiano está presente na troca de papéis, no revezamento entre os gêneros, que passou a caracterizar as reuniões do Mutirão. Essa idéia de revezamento vinha de um processo de discussões dentro da fábrica, onde, segundo o relato de alguns dos iniciadores do Mutirão, diversos operários manifestavam certa dificuldade em entender o cotidiano da mulher, considerando, na maioria dos casos, que suas esposas levavam uma vida mais fácil que a deles, já que não tinham de obedecer ao encarregado, não tinham chefe e podiam dar conta de seus afazeres na hora em que quisessem.

Esta visão, acrescida ao fato de que era sempre a esposa que vinha trazer as demandas sobre o consumo doméstico, inclusive material escolar, roupas para os filhos, além da questão dos artigos apresentados pela publicidade na TV, principalmente eletrodomésticos. Esta era uma queixa generalizada entre os operários casados. E a percepção deste problema, ao passar pela discussão do grupo na fábrica, criou condições para a extensão das constatações até à questão do trabalho desenvolvido pelos meios de difusão das visões de mundo que correspondem aos interesses das classes dominantes. Ao explicar a presença dessa preocupação com a consciência política das mulheres de operários no grupo Mutirão, Mário Bigode apresenta uma sequência de argumentos que vale a pena repetir aqui:

*À medida que a gente não está junto da família, que a gente vai inteirar uma hora extra, que você quer produzir para ter mais uma coisa dentro de casa, e o sistema capitalista empurra você pra isso, a mulher se torna uma arma voltada para o seu próprio peito. Isto foi falado numa assembléia nossa lá da fábrica. À medida em*

*que eu ponho dentro de casa todos os confortos que eu posso, e que luta para dar e ela mais coisas e nunca mostrar a ela de onde estão saindo, qual é a situação, quais são as dificuldades nossas, o tempo que a gente não tem pra estar junto delas e dos filhos, ela está sempre dominada pela classe dominante. A mulher é contra eu estar no sindicato, a mulher é contra fazer greve; a mulher é contra e aprende isso ouvindo rádio, assistindo televisão... a vida dela é só aquela: fazer comida, lavar roupa, olhar menino...e assistir novela. Não tem nunca uma revisão. (Mário Bigode - torneiro/educador)*

O impacto da mídia televisiva sobre a formação das mentalidades na família e na sociedade, desde a infância, também é sentido e questionado pelo entrevistado.

*E os meninos também naquele ciclo educacional que é... que a gente vem fazendo há muitos anos. E agora a televisão substitui, né? Substitui o professor, substitui a mãe, substitui o pai... sempre com as viseiras daquilo que eles querem colocar na cabeça do nosso povo... (Paulo - torneiro mecânico)*

Com esse sentido, ao mesmo tempo crítico e propositivo quanto à educação, conforme o próprio entrevistado declarou, é que se ampliou o grupo, criando condições para que as pessoas comparecessem às portas das fábricas, em apoio aos trabalhadores:

*Então, nós fizemos esse trabalho, que ao mesmo tempo tinha todo mês um encontro, onde doava 1% do salário, onde fazia um almoço e onde se fazia a educação da mulher, do menino e do próprio companheiro que foi pela primeira vez e que gostou daquela coisa. E esse grupo chegou a ter três grupos com mais de 80 pessoas. Acontece que pra mim pesou muito, porque eu cheguei a participar de três almoços por mês... Então foram três grupos que vieram desenvolvendo a luta. Quando foi 1978, na campanha sindical de Betim, nós tínhamos o Mutirão nas portas das fábricas. Tinha mulher de 60 anos distribuindo boletim, tinha as esposas nas portas de fábricas, trocadas... As esposas dos companheiros da Krupp não iam na porta da Krupp em hipótese alguma, as dos companheiros da FIAT iam na porta da FMB... muitas iam com crianças no colo... (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Esta mudança qualitativa na forma de conduzir a relação com a família e com as mobilizações repercute na imprensa (de oposição) daqueles anos. O Jornal dos Bairros, como foi visto no capítulo anterior, circulou na região industrial entre 1976 e 1982, trazendo sempre informações sobre os movimentos de moradores e associações de bairros, bem como sobre as lutas de trabalhadores da região. Uma de suas matérias específicas acerca do Mutirão é bastante extensa, mas alguns de seus parágrafos merecem ser citados aqui:

O Grupo Mutirão tem por objetivo construir a solidariedade entre as várias famílias de trabalhadores que participam dele. Juntas, elas organizaram um fundo de auxílio financeiro e dão apoio a um trabalho de base que incentiva a participação nos sindicatos. Promovem visitas e fazem encontros periódicos de um dia inteiro, para discussão, conscientização e para um relacionamento informal entre várias famílias, inclusive as crianças. [...]

No Grupo Mutirão, os homens sugeriram que quando o marido for mais avançado politicamente, a mulher deve tentar criar suas opções de participação da maneira que estiver mais de acordo com a sua maneira de pensar e sentir, seja em associações de

bairro, sindicatos, clubes de mães, etc. Assim, os dois poderão estar no mesmo ideal. As mulheres gostaram muito dessa opinião, só lembram um detalhe: os maridos reclamam delas acharem ruim eles sumirem para as reuniões, mas quando é a vez delas saírem, eles botam bronca e lembram que é preciso cuidar da casa, que os meninos não podem ficar sozinhos, etc. Homens e mulheres concordaram que a mulher deve apoiar o marido e esta deve ajudá-la a tomar consciência das coisas. Só que, segundo as mulheres, os homens falam isso (e até com sinceridade), mas, na prática, a realidade é muito diferente. Pelo menos, até agora... (JORNAL DOS BAIRROS, N. 101, abril de 1981, ANEXO B 1).

A perspectiva do Mutirão em torno da questão educacional era integralizadora, trazendo também uma preocupação com os companheiros que exageravam na bebida. Para a organização dos almoços, os responsáveis de cada mês compravam cerveja, cachaça, que só eram servidas após a discussão das questões de organização dos trabalhadores e dos demais temas previstos para aquele encontro.

Como era visto o Mutirão por aqueles que tiveram com ele uma relação mais superficial? De modo geral, todos os que passaram pelos encontros apenas uma ou duas vezes, perceberam a importância de se organizarem, sendo que alguns fazem referência a dificuldades pessoais para poderem continuar participando, como o transporte, falta de tempo, alguns também sem muita esperança de que o grupo pudesse de fato mudar alguma coisa. Para alguns outros, a idéia era muito bem recebida, parecendo ter surgido somente em 1978, a partir da greve da KRUPP, quando, na verdade, já se tratava da rearticulação do grupo.

Nas entrevistas com esses trabalhadores que participaram do mutirão, vai ficando claro que se trata de uma caminhada rumo a um processo de auto-organização. Essa experiência fica marcada pela memória política de muitos deles e está evidente nas palavras deste metalúrgico:

*Foi quando eu saí do supermercado e fui trabalhar na SBE. Eu comecei a me despertar por aí, e depois também; antes de começar a participar do mutirão, conhecer esses companheiros todos, eu comecei a participar, também, da Pastoral Operária né? E aí na Pastoral Operária eu comecei a crescer um pouco na questão da formação política, da consciência de classe, fui despertando. E dentro da fábrica a gente percebe como o trabalhador e explorado. [...] E a medida que a gente tem uma consciência de classe, uma consciência política, a gente começa a perceber né? [...] E a gente começa a perceber que tem que se organizar, lutar contra a exploração. (Antônio (Espigão) – metalúrgico).*

De qualquer forma, uma constante se observa: o fato de os organizadores serem sempre uma referência de apoio e de luta, vistos como pessoas experientes no movimento operário da região. As palavras de uma operária da RCA, que conhecia esses trabalhadores do Mutirão confirmam e complementam a descrição que eles próprios fizeram.

*Esse pessoal da KRUPP era o mais organizado para essas coisas de sindicato. Você vê que eles foram demitidos porque era todo mundo muito unificado e tal. O Mário*

*Bigode ficou desempregado, porque ele participava dessas comissões, e aí ele fundou o Mutirão. Começou a conversar com algumas pessoas e fez um grupo grande. Ele era um cara assim: a gente dava um por cento do salário da gente por mês, punha na caixinha e pagava esses almoços. A gente paga a parte e a família participava do almoço, o marido com a mulher e as crianças. E sempre tinha alguma discussão no dia. E era interessante. (Cleonice - operária da RCA - entrevista concedida a Magda Neves).*

A consciência da construção de uma visão solidária, uma visão de companheirismo abre espaço também para a ‘memória política’, para a experiência do objetivo, por exemplo, de associar a atuação do Mutirão com a eleição para o Sindicato.

*Quando ficava alguém desempregado, que não tinha condições, que ficava passando aperto, esse dinheiro dessa caixinha era para fazer compra pra essas pessoas. Era, assim, um grupo mais solidário, sabe? Acho que isso começou em 80 e deve ter ido até 82, depois eu mudei... Mas aí essas pessoas se reuniam, geralmente eram 10 ou 12 famílias e iam crescendo. Tinha almoço que você podia convidar mais gente, tinha assim, quem vai convidar, você já falava dessas pessoas, quem que era mais ou menos que você achava que seria uma boa a pessoa participar, porque tem que ter uma visão de solidariedade, né? De companheirismo. Aí, essa pessoa participava de dois almoços, assim como visitante. Se ela interessasse em ingressar, ingressava. Ficava sabendo o que era o Mutirão, o que fazia e tudo. Deste Mutirão, foi que nasceu a chapa pro sindicato daquela época, a de oposição, que teve muito trabalho das mulheres na campanha. (Cleonice - operária da RCA - entrevista concedida a Magda Neves).*

Parece haver, portanto, uma seletividade com relação a uma determinada visão de solidariedade que a pessoa deveria ter, para que pudesse participar do grupo, já nessa segunda fase de sua existência. Fica claro, também, que o objetivo de prestar assistência aos companheiros desempregados permanece sendo o principal, mas dentro de uma perspectiva de um grupo ativista, voltado também para a conscientização das pessoas e para a retomada do sindicato, então sob intervenção do Ministério do Trabalho.

A iniciativa de se organizar grupos de apoio na comunidade, com vistas a uma eleição sindical, em busca da reconquista do sindicato, não é nova na classe operária brasileira. José Sérgio Leite Lopes, ao estudar a re-dinamização da atividade sindical dos trabalhadores têxteis da cidade de Paulista, Pernambuco, nos anos sessenta, aponta a participação dos grupos de trabalhadores católicos - Liga Operária Católica (LOC) e Juventude Operária Católica (JOC) -, em duas ‘retomadas’ do sindicato, em 1962 e 1966, esta última, depois de dois anos de intervenção por ordem do regime militar.

Em ambos os casos, o autor observa que as chapas que venceram foram fortemente apoiadas pelos operários socializados nas associações católicas locais. Note-se que o envolvimento de outros setores sociais, além dos militantes da igreja católica, foi também significativo: o autor observa que,

[...] na cerimônia de posse da nova diretoria, eleita após o período de intervenção, realizada em fevereiro de 1966, podemos captar sinais dos novos tempos pós-64. A posse teve como oradores o vigário local, um representante da Câmara dos Vereadores, o administrador-interventor sindical do período anterior, o prefeito de Paulista, o delegado regional do trabalho, e o próprio presidente eleito, José Rodrigues. O prefeito nomeado (o prefeito eleito antes de 1964 foi cassado) advertiu ao presidente empossado “para que não permitisse política dentro do sindicato. (LOPES, 1988, p. 547).

Por outro lado, as providências, no sentido de se ajudar a quem estivesse desempregado, iam desde a ‘descoberta’ de quem estava precisando de ajuda, já que, em diversos casos, as pessoas tinham inibições que as impediam de ir até ao grupo para pedir e, a partir daí, o grupo tirava as comissões que iam visitar os que estivessem necessitados:

*Quando sumia alguém, você já sabia que era porque tava desempregado e tinha vergonha de procurar o grupo para pedir ajuda. ‘Tem notícia do Fulano? Ah, teve lá na minha fábrica procurando emprego, disse que as situação tá preta...’; porque às vezes eles se abriam com um colega, mas não com o grupo. Quem ia mais nessas comissões para visitar eram as mulheres mesmo, porque elas tinham mais tempo. Você ia mais e conversava com a mulher, também, que a mulher era quem abria o jogo, né?... (Cleonice - operária da RCA - entrevista concedida a Magda Neves)*

As pessoas que entraram para o mutirão já na sua fase mais ativa, 1981-1982, guardaram mais na memória as discussões voltadas para o crescimento político das mulheres de operários. As tentativas de se romperem os preconceitos, de se rever a tradição, estiveram sempre presentes nas discussões, uma vez que constituíam um dos objetivos do grupo. Ao que indicam os depoimentos, nem todos entendiam a idéia de que estava na origem dessa experiência. Mas, não somente depoimentos de antigos participantes registram a experiência do Mutirão. O já citado número 101 do “Jornal dos Bairros”, de abril de 1981, na matéria sobre o grupo Mutirão, faz notar que, mesmo nos casos em que os maridos eram ligados à atividade sindical ou política mais ampla, algumas questões fortemente lastreadas na cultura mais tradicional ainda permaneciam:

No último domingo, discutiram as formas como a mulher é oprimida. Focalizou-se, em especial, o problema das companheiras de homens que têm atuação política e se posicionam contra todas as formas de opressão (mas se esquecem disso quando estão em casa) [...] O problema principal, dizem as mulheres cujos companheiros participam de sindicatos ou de movimentos políticos, é o abandono. Os maridos só pensam na política e esquecem de dar assistência às mulheres. Ou, pior ainda, nas reuniões, eles pregam o debate, a livre discussão, o respeito à opinião dos companheiros. Mas, em casa, não fazem o menor caso da opinião da mulher, são autoritários e não estão nem aí para o problemas que as esposas querem resolver junto com eles. (JORNAL DOS BAIRROS, N. 101, abril de 1981, ANEXO B 1).

De modo geral, é certo que a questão do autoritarismo na relação entre os operários e suas esposas ocupou espaço bastante significativo nas discussões realizadas pelo grupo. Maria José, participante do Mutirão, esposa de um operário maçariqueiro e também professora de primeiro grau, tem uma explicação para a dificuldade de se fazer ver às próprias mulheres a necessidade de um questionamento de seu cotidiano de vida doméstica:

*Quando eu comecei a participar do Mutirão, eram os homens que faziam o almoço e as mulheres ficavam na reunião. Era sempre sorteado no mês anterior. Tinha vez que a gente comia uma comida horrível... porque os dois homens sorteados não sabiam cozinhar. Aí eu falei numa reunião: tinha de ter um homem e uma mulher na cozinha. E a gente começou a tirar sempre assim - a mulher de um e o marido de outra... Agora, era muito difícil a discussão para as mulheres, por causa daqueles valores arraigados, porque a maioria das mulheres, elas não concordavam com essa história de que os homens tinham que fazer comida não: Ah! Ele chega cansado... e a cozinha é da mulher... 'Quer dizer, a mulher estava se sentindo roubada no seu reino, da comida, da casa, né? A mulher reclama muito, que homem não sabe fazer as coisas... então era um negócio meio complicado. E com os homens também... uma vez, eu fui levando essa discussão lá e eu quase apanhei... 'Mas o que é isso? Eu chego cansado do serviço e ainda vou ter que ajudar a mulher a fazer as coisas... a mulher fica o dia inteiro em casa! E eu ainda vou ajudar... pra quê? (Maria José –professora, esposa de metalúrgico)*

De alguma forma, a visão que marcava o mutirão para os que dele se aproximavam já deixava perceber que havia uma proposta de mudança, em direção à solidariedade com os desempregados e a um maior envolvimento das famílias nos assuntos dos trabalhadores. A impressão revelada pelo operário Espigão é um exemplo:

*Eu trabalhava na SBE e tinha um companheiro lá chamado Antônio Mateus. E ele me convidou, falou assim: “olha nós temos um grupo aí, que chama “mutirão”, a gente faz reunião uma vez por mês com toda família, esposa, filhos e tal... E a gente faz um almoço e discute assuntos relacionados ao dia a dia de nosso trabalho, do Sindicato e tal...Tiramos uma contribuição de 1% do salário, para ajudar os companheiros que estavam desempregados, pra fazer compras, dá aí uma ajuda”. E quando ele me falou isso eu achei muito interessante essa proposta e comecei a participar. (Antônio (Espigão) - metalúrgico).*

Mais do que a proposta da solidariedade aos companheiros demitidos, a luta contra as idéias tradicionais de organização do cotidiano familiar dos trabalhadores foi claramente colocada como um dos objetivos do Mutirão, por um de seus fundadores, o operário Mário Bigode. Trata-se, para ele, de um dos aspectos que deve assumir a educação para a classe trabalhadora. Trata-se, ainda, de reeducar a classe trabalhadora, em direção ao seu fortalecimento político, o que torna imprescindível um trabalho que venha a promover a unidade, conscientizar os companheiros e suas famílias. Em vários momentos, o seu discurso nos lembra que o operário politizado tem pela frente, em sua própria casa, uma grande dificuldade com relação às formas de submissão e conformismo veiculadas pelas idéias

dominantes na sociedade, que, na construção cotidiana de seu processo de dominação, buscam explorar as contradições presentes no dia a dia do trabalhador. Na opinião de Mário Bigode, o consumismo é uma arma das mais poderosas entre as que atuam no sentido de desunir a família, reduzir as possibilidades de uma compreensão das questões políticas por parte da esposa do operário, na medida em que ela é, na grande maioria dos casos, responsável, na divisão familiar do trabalho, pela condução do cotidiano da família, com os cuidados referentes à casa, às tarefas domésticas e aos filhos.

Conhecedor das realidades vivenciadas pela classe trabalhadora da região, Mário enfatiza que a maioria dos operários considera ponto de honra a sua esposa não trabalhar fora. Realmente, esta questão, que sugere a solidez da divisão familiar do trabalho na classe operária industrial dessa época, tem base até mesmo em convicções mais ou menos estáveis, que, por sua vez, sugerem uma moral sexual conservadora que circula nas classes populares, mas também em necessidades práticas geradas pelas próprias condições de vida das mulheres dos trabalhadores.

Alguns pesquisadores trataram dessa temática: essa face do conservadorismo nas famílias de trabalhadores em diversas obras. Lembraremos aqui o trabalho de J. Sérgio Gonçalves, que pesquisou os operários de uma indústria integrante da cadeia produtiva do automóvel, nos anos de 1976 e 1977. Em uma pesquisa extensa, que levantou informações sobre o trabalhador e seu trabalho, sua qualificação profissional, sua integração com o bairro, suas condições materiais de vida e sua cultura, família, lazer, informação e consciência política, o autor aponta a dificuldade do trabalhador em aceitar que sua mulher trabalhe. Segundo ele,

[...] durante as entrevistas feitas na execução da pesquisa, foram diversos os casos em que se afirmou que ‘minha mulher não trabalha porque eu não quero’. Apenas entre os mais jovens pode-se encontrar uma receptividade algo maior ao trabalho feminino; um operário qualificado, por exemplo, bastante jovem, casado e sem filhos, admitia não gostar que a sua mulher trabalhe, mas ‘ela é professora, gosta do que faz e ficaria doente dentro de casa. (GONÇALVES, 1985, p. 124).

O autor observa, ainda, que existiam razões bastante práticas para que o operário transformasse a sua mulher em “dona-de-casa”:

[...] em termos práticos, mas inevitáveis, é a mulher do operário que irá limpar a casa, cuidar da cozinha, lavar a roupa, zelar pela saúde, recreação e educação dos filhos. E é também nesse nível que a família operária se constitui de fato em unidade de consumo e cooperação: no dia-a-dia, que se repete, e repete as suas necessidades, marido, mulher e filhos estabelecem entre si uma relação de interdependência. (GONÇALVES, 1985, p. 125-126).



Outro trabalho interessante sobre o tema é de autoria de Arakcy M. Rodrigues, que analisou o discurso de vinte entrevistas realizadas em 1975 e 1976, numa amostra que tinha 14 mulheres e 6 homens. A região pesquisada foi a da Grande São Paulo e o trabalho resultou no livro “Operário, operária”, no qual a autora faz uma análise mais detalhada sobre os impactos que a realidade cultural e o cotidiano comportamental focalizados pelo Mutirão fazem incidir sobre a mulher. Segundo a autora, as mulheres

[...] sentem-se “periféricas” em relação ao mundo, não participaram de sua feitura e não se responsabilizam pelos resultados. A mulher vê sua história acontecer fora dela, geralmente construída por alguém; por vezes a mediação não é feita por outra pessoa, mas pelo “destino” ou outras entidades que lhe permitem delegar e projetar para fora de si mesma qualquer responsabilidade. (RODRIGUES, 1978, p. 68).

A autora observa que muitas mulheres choraram durante a entrevista, a partir de quando ouviam a palavra “vida”, e que elas acreditavam que, apesar de estarem impedidas de agirem livremente, elas teriam capacidade para resolver os problemas, mas que eram impedidas pelos homens. Rodrigues ressalta que “o termo ‘impedida pelos homens’, nessa classe social, nada tem de simbólico ou sutil: significa literalmente isso mesmo.” (1978, p. 69). E lembra, ainda, um trecho de entrevista bastante significativo:

Daí que eu fui arrumar serviço na Duchon e arrumei. Era prá mim voltar na segunda-feira para trabalhar, ele não deixou, quebrou o pau comigo, minha filha, queria até me matar, uma briga danada, minha família entrou no meio, aquela confusão toda, ele queria jogar o menino no poço, ele foi preso.” ... “Ele disse: você não vai trabalhar. Eu morro de fome, mas você não vai trabalhar. (RODRIGUES, 1978, p. 69).

De acordo com a autora, assim como para Gonçalves, citado há pouco, a proibição do marido não é o único impedimento para o trabalho da mulher, na medida em que a ela cabem as tarefas simbólicas de proteção, carinho e educação dos filhos, além da condução do cotidiano do lar.

Entretanto, Rodrigues acentua que “tudo o que vem de fora do lar sofre uma retração para termos femininos, principalmente o dinheiro para o sustento, que é geralmente trazido pelo homem.” E observa que

[...] o *ethos* feminino resultante dessas condições objetivas leva a mulher, a nível individual, a perceber qualquer dimensão no mundo exterior através da figura do marido. Ele está colocado entre ela e as coisas. É o crivo pelo qual a interação entre ela e o mundo se dá. (RODRIGUES, 1978, p. 69-70).

Talvez essas considerações tracem melhor o sentido e o significado do projeto do Mutirão nesse aspecto ligado à cultura das famílias dos trabalhadores.

Na medida em que elas não podem contar com certas facilidades que poderiam liberá-las para um trabalho remunerado, a ajuda de alguém remunerado nas tarefas domésticas, creche para os filhos, e outras condições que um padrão de renda mais elevado viabilizaria, elas não têm como evitar o conjunto de atribuições a que vêm sendo submetidas através das relações de poder que se processam na dinâmica da luta cultural. Compreende-se, então, a dificuldade que as discussões do Grupo Mutirão encontraram com relação ao papel da mulher e, conseqüentemente, as limitações de ordem ideológica e cultural aí envolvidas.

Mas é certo também, que as práticas desenvolvidas pelo Mutirão vieram a abalar fortemente aquela organização tradicional, sobretudo se levarmos em conta que as mulheres do Grupo estavam, em pouco tempo, distribuindo propaganda da chapa de oposição sindical nas portas das fábricas da região de Betim. Este salto qualitativo na subjetividade política das mulheres de operários é fato da maior importância, que as vem inserir em um processo de crescimento político da sociedade, a partir da atuação no seu cotidiano, quando elas assumem o seu lugar na luta ao lado do marido.

Aqui, a questão da cultura e da sua relação com a luta pela hegemonia é assumida pelos participantes do Mutirão, em um de seus aspectos mais característicos. Em suas conversas, eles desenvolveram a compreensão de um processo de construção da dominação cultural e a necessidade de resistência a ele. Desde a forma de se organizarem para discutir o seu cotidiano e a sua realidade enquanto parte da classe trabalhadora, até às decisões sobre o que deveria ser discutido, esses trabalhadores revelam um envolvimento consciente no que se pode chamar de luta cultural. As declarações do metalúrgico Antônio traduzem a objetividade desse envolvimento:

*A gente tinha uma pauta, alguns assuntos, que enquanto o pessoal estava fazendo o almoço, a gente discutia. Quando eu comecei a participar, os assuntos que estavam rolando lá eram essas idéias sobre a função das esposas e sobre as eleições do sindicato lá de Betim... (Antônio (Espigão) – metalúrgico).*

No que diz respeito à construção da resistência à dominação cultural, as discussões do Mutirão procuram enfrentar a aceitação da inferioridade da mulher com relação ao homem, que é um dos temas da cultura hegemônica referidos por Luigi Lombardi Satriani, como produtos partilhados pela cultura subalterna. Segundo ele, a aceitação da cultura hegemônica “reúne, sem modificações substanciais, expressões, temas, valores, manifestações, objetos produzidos pela cultura hegemônica e aceitos pela cultura subalterna da forma como foram

propostos.” (SATRIANI, 1986, p. 133). O autor trabalha diferentes categorias de aceitação da cultura hegemônica e, entre os produtos da cultura hegemônica partilhados pela cultura popular, ele dá como exemplo o tema da inferioridade da mulher em relação ao homem. Satriani lembra que “também a cultura folclórica e literária, na qual prevalecem os valores “machistas”, encontram-se numerosíssimos documentos da inferioridade atribuída à mulher, como coisa óbvia e “natural” (SATRIANI, 1986, p. 134). O autor cita diversos provérbios da cultura folclórica italiana e observa que todos “ressaltam os vícios, os defeitos, as qualidades negativas em geral atribuídas à mulher”, para lembrar que o que eles pressupõem “é que a mulher é indiscutivelmente e naturalmente inferior ao homem.” (SATRIANI, 1986, p. 136).

Aqui, é possível observar que Thompson faz uma reflexão interessante, que ajuda a organizar a compreensão desse processo:

O conceito de hegemonia é muito valioso, e sem ele não saberíamos compreender como as relações eram estruturadas. Mas embora essa hegemonia cultural possa definir os limites do que é possível, e inibir o crescimento de horizontes e expectativas alternativos, não há nada determinado ou automático nesse processo. Essa hegemonia só pode ser sustentada pelos governantes pelo exercício constante da habilidade, do teatro e da concessão. Em segundo lugar, essa hegemonia, até quando imposta com sucesso, não impõe uma visão abrangente da vida. Ao contrário, ela impõe antolhos que impedem a visão em certas direções, embora a deixem livre em outras. Pode coexistir (como aconteceu na Inglaterra do século XVIII) com uma cultura muito vigorosa e autônoma do povo, derivada de sua própria experiência e recursos. (THOMPSON, 2013, p. 79).

Uma crítica ao uso abrangente do conceito de “hegemonia cultural” é desenvolvida por Burke, quando ele se diz apreensivo sobre o constante apelo à hegemonia cultural em estudos recentes e sobre “o modo como um conceito usado pelo próprio Gramsci para analisar problemas particulares (tais como a influência da Igreja na Itália Meridional) foi retirado de seu contexto original e usado mais ou menos indiscriminadamente para tratar de uma série mais ampla de situações.” (BURKE, 1989, p. 23).

Ele defende que algumas indagações seriam antídoto contra o que ele chama de inflação ou diluição do conceito. Nesse sentido, Burke indaga se a hegemonia cultural deve ser considerada um fator constante ou ela só tem operado em certos lugares e épocas, ou se ela é um termo descritivo ou explicativo, enquanto estratégia consciente da classe dominante ou racionalidade inconsciente ou latente de suas ações. (BURKE, 1989, p. 23).

A nosso ver, o conceito elaborado por Gramsci tem um caráter de ferramenta, de instrumento capaz de organizar a percepção e a análise de situações observáveis nas relações sociais e políticas, no cotidiano de pessoas e grupos. Assim, o conceito tem a aplicabilidade nas diversas vertentes necessárias para o esclarecimento dos processos pelos quais a

hegemonia aciona, enquanto conjunto de forças psicossociais e ideológicas, padrões de comunicação e de informação que funcionam na linha da consolidação das relações de poder, seja em nível cultural, comportamental e até político.

Em contrapartida, como vimos em Thompson, a hegemonia pode coexistir com a cultura derivada da experiência e dos recursos do povo (ver citação acima). Assim, vai ficando claro que os chamados “intelectuais orgânicos”, no caso, esses trabalhadores que organizavam o Mutirão, desempenham um papel que é tratado, na obra de Gramsci, como “a compreensão crítica de si mesmo (e de sua inserção na realidade)”, que remete a “uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política”. (GRAMSCI, 1975, p.1385) São considerações que remetem inevitavelmente a Gramsci, quando ele afirma, na mesma página, a unificação entre teoria e prática como realização de uma autoconsciência que se constrói com a consciência política, com a “consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica.” (Gramsci, 1975, p. 1385).

No caso do Grupo Mutirão, a consciência do problema e de seus impactos e repercussões na vida das famílias foi um passo importante na construção de uma nova atitude das mulheres.

A intensidade da atuação política consciente das mulheres do Grupo, seja nas lutas dos moradores dos bairros, seja nas lutas dos trabalhadores da região, ganhou, na época, destaque na imprensa local. Na campanha salarial de 1979, por exemplo, o Jornal dos Bairros registra, na assembléia de 24 de junho, a presença de diversas esposas dos operários:

Esposas na assembléia: um metalúrgico elogiou a presença de várias esposas de companheiros na assembléia. Entrevistamos algumas delas, para saber o que pensavam da campanha salarial e porque estavam acompanhando seus maridos. Dona Custódia, esposa de seu Rivadar, da Melo Figueiredo, disse: “Toda mulher devia se interessar pelo serviço do marido, pelo sindicato, ver os direitos da esposa e dos filhos. A mulher deve estar junto com os maridos na campanha salarial, fazendo a união.” Seu Rivadar, satisfeito, comenta: ‘A união é importante porque, com as mulheres, e temos mais força. Minha esposa me incentiva a ir nas assembléias e o incentivo é importante, porque juntos venceremos.’ E, ainda, dona Corina, esposa de seu Sesnando, da Fiat, carrega seu filho no colo e dá a sua opinião: “é importante mulher apoiar, porque o salário deles afeta toda a família. E o marido, sentindo o apoio da mulher, se sente melhor, com mais força. Acho também que vir à assembléia é uma forma da mulher participar do que ocorre no mundo. (ESPOSAS NA ASSEMBLÉIA, 30 jun./13 jul. 1979, ANEXO B 2).

Este crescimento político das mulheres dos trabalhadores tem desdobramentos, em toda a Região Industrial, onde vai repercutir nos movimentos de bairro, clubes de mães, nos movimentos por creches, por transporte e, (neste caso, como parte do programa do Mutirão) na campanha eleitoral pela retomada do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim:

*Eu participei da campanha da Chapa, nas portas das fábricas... eu mais dona Nazinha..., nós fomos lá com um outro grupo de pessoas, fazer panfletagem... Mas fiz muita panfletagem para a pastoral operária também..., na porta da Mannesmann... (Maria José – professora, esposa de um metalúrgico).*

Ou seja, em menos de dois anos, as mulheres dos trabalhadores realizam um salto qualitativo no processo de aprendizagem e ganham a rua. As palavras do esposo dessa professora confirmam o sentido da complementaridade nesse fazer política:

*Teve uma participação muito boa das mulheres nessa eleição. Eu lembro que na própria eleição e panfletagem, os homens estavam trabalhando numa determinada hora, não podia porque estava dentro da fábrica. E ,se eu não me engano,teve uma greve com muita participação das mulheres. Muitos companheiros falavam: eu não posso ir na porta da fábrica, porque senão eu vou ser demitido. Então, as mulheres iam. (Antônio (Espigão) – metalúrgico).*

É esse mesmo metalúrgico que se lembra das dificuldades que surgiam pela frente para quem distribuía o Boletim da Pastoral Operária, referindo-se à portaria da fábrica e às alternativas que eram utilizadas para conseguir fazer a divulgação.

*Chegou uma época em que o Boletim da Pastoral Operária era proibido de ser distribuído, na Mannesmann principalmente. A gente até questionava o porteiro, que pedia alguns boletins para mostrar o chefe, para ver se ele autorizava a distribuição. A gente já sabia que ele não ia autorizar. Enquanto isso, a gente fazia a panfletagem. Quando ele voltava, falava que a gente não podia distribuir o boletim não. Outras vezes, a gente entregava o boletim do ônibus, para o pessoal, né? A gente fazia denúncias, coisa que o Sindicato não fazia. Questionávamos porque o Boletim do Sindicato podia ser distribuído livremente, e o Boletim da Pastoral não podia. (Antônio (Espigão) –metalúrgico).*

A rua, o ônibus e os portões das fábricas. As denúncias eram como parte da expressão de uma identidade, uma vez que não podiam contar com o Sindicato. É um marco importante, quando o Mutirão se volta para a retomada do sindicato dos metalúrgicos de Betim.

Caberia supor uma caminhada natural para a ocupação de espaços em instituições, como uma opção consciente em razão da necessidade de se fazer avançar o espaço da construção de políticas, de defesa de interesses de um coletivo? Como se desenvolveu essa trajetória, até que se chegasse a um envolvimento organizado com uma entidade sindical, com uma instituição? Se observarmos a composição do Mutirão, por setor de atividade de seus membros, por eventual origem sindical, religiosa, é possível esclarecer alguma coisa quanto à natureza do grupo e também quanto à possibilidade dele buscar a via institucional como forma de ampliar seu espaço de luta pela consecução de seus interesses.

De 1979 a 1982, seu período de mais intensa atividade, o Mutirão tinha pessoas que trabalhavam em mais de vinte indústrias da região, entre elas a FIAT, a FMB, a KRUPP, a SBE, a Belgo-Mineira, a Mannesmann, a Poligh-Heckel, Tupiniquim Parafusos, Forjamins, Monteq, Petrobrás – a Refinaria Gabriel Passos –, Magnesita, Cia. Textil Estamparia, A Única, Piacenza, Mecânica Leão, Nansen, e RCA Indústria de Válvulas.

#### **4.6 O Mutirão e a Pastoral Operária na Luta para Reconquistar o Sindicato**

Em 1980, por ocasião da missa de Primeiro de Maio, o Grupo Mutirão cria a Pastoral Operária de Betim. (MINAS GERAIS: RUMOS DA PASTORAL OPERÁRIA: UM POUCO DE HISTÓRIA, set./out. 1982, ANEXO B 3). Atuando em diversas frentes, funcionando nos três municípios da Região Industrial, o Mutirão passa a realizar agora um trabalho integrado com o próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. Mas é importante descobrir como foi que o Mutirão atuou na formação da Pastoral Operária de Betim e ver, também, como se desenvolveu a campanha pela retomada do Sindicato.

A formação da Pastoral Operária de Betim é, em grande parte, uma continuação das lutas anteriores do Mutirão, em busca de uma união entre os setores que poderiam interferir positivamente nas lutas em favor das comunidades da região industrial. Também aqui, como se pode observar, a questão do papel da mulher no grupo familiar, nas lutas do bairro por melhoramentos das condições de vida cotidiana e nas lutas de seus maridos nas fábricas, envolvendo o seu crescimento como sujeito político está presente nas discussões e atividades. E, nessa época, o Grupo Mutirão e a Pastoral Operária de Betim se dedicam à formação de uma Chapa de Oposição, para reconquistar o Sindicato dos Metalúrgicos, sob intervenção desde 18 de abril de 1980. O sindicato havia sofrido intervenção do Ministério do Trabalho exatamente na semana em que deveria ser publicado o edital para a eleição da nova diretoria para o mandato de 1980/2. A participação das mulheres, tanto na campanha pela chapa da oposição, quanto na distribuição do Boletim da Pastoral Operária, chega a ser decisiva e é registrada pelo Jornal dos Bairros:

Portão 2 da FIAT; 4 horas da manhã. É hora de trocar de turno, com ônibus chegando e uma multidão de trabalhadores entrando na fábrica para pegar serviço. Perto do portão, duas mulheres distribuem papéis rapidamente, sem parar. Os operários pegam e começam logo a ler. Em alguns minutos, uns mil papéis já foram distribuídos e as mulheres saem, para voltar em outro horário, ou para continuar a distribuição em outras fábricas. Quem são essas mulheres e o que fazem? ‘Somos esposas de metalúrgicos e ajudamos a distribuir o boletim “Trabalho e Justiça”, da Pastoral Operária de Betim, nas portas da FIAT, FMB e outras firmas menores. A gente forma equipes com operários que tem tempo disponível ou que não trabalham

mais nessas fábricas. Dessa forma, estamos dando apoio aos operários, porque não somos só donas de casa, sentimos a opressão também e queremos ser úteis na luta deles. (JORNAL DOS BAIRROS, dez. 1980, ANEXO B 4).

O primeiro número do Boletim da Pastoral Operária de Betim saiu em julho de 1980 e assumia uma posição de luta, colocando-se desde já como um porta-voz da classe trabalhadora da região. É preciso conhecer com detalhe a sucessão de fatos que levaria, no ano seguinte, à retomada do sindicato pela oposição sindical. É visível que o trabalho político do grupo Mutirão já vinha desde alguns anos antes, como já foi visto. A intervenção no sindicato dos metalúrgicos de Betim não parece ter constituído o motivo principal para que alguns operários se organizassem com vistas à formação de uma chapa mais comprometida com as lutas dos trabalhadores. Havia um mal estar com relação ao sindicato, mesmo sob a direção anterior à intervenção. E o texto do primeiro número do Boletim da Pastoral Operária é bastante esclarecedor a esse respeito. Em seu primeiro número, o boletim fala da intervenção, lembrando que, desde 1978, já se sabia das irregularidades na administração do dinheiro do sindicato:

Quase todo mundo ficou sabendo que, em abril, dia 18, houve intervenção no sindicato dos metalúrgicos de Betim. No lugar do presidente e dos outros diretores, acusados de desvio de dinheiro, foi colocada uma junta governativa, composta de dois funcionários do Ministério do 'Trabalho. Foi bom ou foi ruim? Gente, temos que abrir os olhos: foi muito ruim. Isso foi sem dúvida uma manobra dos patrões, que sempre encontram todo o apoio do governo. [...] Desde a metade de 1978 que se sabia de irregularidades na administração do dinheiro do sindicato. Tanto é verdade, que O Delegado do Trabalho bloqueou a conta bancária dele. Mas só no início deste ano se instaurou inquérito para apurar essas irregularidades. Mas nem era para isso. Era para fazer a intervenção. E a intervenção foi feita justamente na semana em que devia ser publicado o edital para as novas eleições. Sem dúvida, este ano ia concorrer gente de confiança, disposta a sustentar nossas lutas. Mas a FIAT, FMB e Krupp não queriam isso. E pediram ao Delegado do Trabalho para dar um jeito. E ele deu, afastando os diretores e colocando dois funcionários de sua confiança. (TRABALHO E JUSTIÇA, jul. 1980, p. 02, ANEXO B 5).

Portanto, as eleições sindicais de 1980 iriam ter, concorrendo, 'gente de confiança'. Parece que as empresas tinham conhecimento da possibilidade de que os demitidos das greves anteriores estivessem participando da organização de uma chapa para o sindicato. De fato, em Betim, a Oposição Sindical antecede a formação da Pastoral Operária. Mas viriam a se misturar, vindo a ser o discurso da oposição sindical o mesmo da pastoral operária em seus primeiros meses.

Aqui, os fatos parecem corresponder, em parte, ao fenômeno ocorrido alguns anos antes, em São Paulo, quando os grupos católicos operários procuraram ampliar a sua esfera de atuação, criando a Pastoral Operária. Segundo depoimento de um militante não católico da

oposição sindical citado por Vera Teles, em São Paulo, “na verdade, não existia oposição sindical separada da Pastoral Operária... às vezes, você nem sabia como chamar uma reunião, às vezes chamava de oposição, às vezes chamava de Pastoral.” (TELES, 1988, p. 267-268).

É importante procurar saber um pouco mais sobre a Pastoral Operária, conhecer melhor a sua atuação e a sua presença junto aos trabalhadores, às comunidades e também ter uma visão da sua presença em nível nacional.

Um documento datado de 1980, Relatório da Comissão de Pastoral Operária, reportando-se às páginas 1 e 2 do encarte do Boletim da CPO número 5, de julho de 1980, informa que, no final da década de 60, os grupos católicos que faziam trabalho pastoral no meio operário sofreram uma enorme desarticulação e a perseguição sob as mais variadas formas e os mais diversos graus visitou os seus agentes, militantes e assistentes. Segundo o documento, a partir dos meados da década de 1970, grupos de bispos e sacerdotes passaram a se reunir, no esforço de “estudar a situação dos setores populares, rural e urbano, da população brasileira e de refletir sobre apelos que tal situação fazia à ação pastoral destinada a esses setores do povo.” O número de encontros e de participantes cresceu, ao longo de 1974 e, em 1975 e 1976. Encontros se realizaram em vários estados, além de ter sido organizado mapeamento sobre as experiências de pastoral operária Brasil, quantos grupos e trabalhos de pastoral havia pelo país, onde estavam, qual era o seu número, quem militava neles, e o que faziam.

A partir das reuniões e encontros nacionais, foram tiradas sugestões para as definições da Pastoral Operária e eleita uma comissão provisória para dar andamento aos trabalhos de organização. O documento já mencionado registra que a Pastoral Operária, em sua prática constante, deve conservar e aprofundar a consciência de seu sentido específico, que brota de suas duas vertentes essenciais: Operária e Pastoral. Ficou claro que a Pastoral, enquanto operária:

[...] ela deve vir da Classe Operária, ser feita pela Classe Operária e destinar-se à Classe Operária. E que, enquanto Pastoral, ela é um serviço à Classe Operária, para que esta, coletivamente, se encontre cada vez mais profundamente em Jesus Cristo, para a transformação do mundo, no sentido de uma nova ordem social com a libertação de todas as dominações e a superação da própria sociedade de classes. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA, 1980, p. 4 ANEXO A 6).

Daí decorre, entre outras coisas, a necessidade de se fomentar, nos operários, tanto a nível individual quanto coletivo, o desenvolvimento da consciência de classe. E também, nas



palavras do documento: "levar os cristãos a comprometerem-se com a classe Operária, na consciência de que tal engajamento é exigência de sua própria fé."

Atuando dentro desses princípios e observando toda uma série de propostas coerentes com eles, a Pastoral Operária apresenta, no documento, um relato breve de seu trabalho durante os anos de 1978 a 1980:

Como Pastoral Operária e serviço da Igreja, trabalhou e se reuniu permanentemente com Associações de Moradores, Clubes de Mães, Amigos de Bairros, Associações de Domésticas, Associações de Favelas, Sindicatos, Partidos Políticos. Reuniu-se e trabalhou com JOC, ACO, CPT, ' participou de reuniões do CIMI e buscou participar nos encontros e nas ações das Comunidades Eclesiais de Base. Acompanhando os fatos, acontecimentos e situações, tentou manter-se engajada, solidarizando-se e participando através de seus membros, em greves justas, organizando campanhas de Fundos de Greves e denunciando quanto possível, as repressões e arbitrariedades cometidas ' contra os trabalhadores. Por ocasião das greves no Brasil em 78, 79 e 80 praticamente todas as Pastorais Operárias, até as que estavam se iniciando, deram sinais de participação e atuação concretas. (RELATÓRIO DA COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA – dezembro de 78 a dezembro de 80, ANEXO A 6).

É coerente que essas ações tenham sido disseminadas pelo país, onde era possível e necessário, segundo a identidade da própria Igreja, nos termos das propostas que foram aprovadas nas reuniões de organização e consolidação dessas práticas das pastorais. Na relação com as oposições sindicais, por exemplo, é interessante observar os aspectos comuns, em diferentes regiões e condições de mobilização e organização das classes trabalhadoras.

Há muitas semelhanças entre as formas encontradas pelos grupos de trabalhadores e Betim e os de São Paulo ou do ABC Paulista, para a construção de seu espaço político. Um decisivo traço comum aos movimentos de trabalhadores metalúrgicos em diversos locais do país era, sem dúvida, esse apoio da Igreja Católica, que resultava na cessão de espaços e estrutura aos operários que procuravam lutar pelos interesses da classe. Em geral, os trabalhadores das oposições sindicais tinham contra si a poderosa estrutura do seu próprio órgão representativo, que era o sindicato. Conforme nos lembra Maria Nelma Gomes Coelho, esses grupos começavam a se organizar "em condições extremamente desfavoráveis, sob a repressão tanto na fábrica, quanto no Sindicato." Essas oposições sindicais contavam, para isso, com os espaços que a igreja havia aberto e, em decorrência da estrutura da Igreja, na qual muitas vezes se apoiavam, esses grupos tendiam a se fortalecer e a se multiplicar nos bairros operários. Inclusive, segundo aponta a mesma autora,

[...] este movimento teve uma dinâmica de crescimento diversa da estrutura sindical. Cresceu nos bairros periféricos operários e nas fábricas. Em razão desta dinâmica, além das questões ligadas à fábrica, outras demandas surgiram, como a luta por

melhoria das condições de vida na periferia, por água, luz, creches e transportes coletivos. (COELHO, 2007, p. 47-48).

Essa autora trata do movimento dos trabalhadores metalúrgicos da zona sul de São Paulo, mas os acontecimentos foram mais ou menos semelhantes em outras regiões. Ela observa que

[...] naquele momento histórico, a Igreja era a única estrutura que possibilitava a reunião e o debate de uma ação consciente de luta pelos interesses de classe e de oposição ao Regime Militar, portanto, no Movimento de Oposição Sindical reuniam-se sob a proteção da Pastoral Operária militantes das mais diversas origens. Não estavam só aqueles que haviam rompido com suas organizações marxistas, mas também os militantes de organizações cujas origens estavam ligadas à Igreja. (COELHO, 2007, p 51).

Outra referência interessante dessas relações entre oposição sindical e Pastoral Operária, nem sempre lembrada, talvez por ser longe do Sudeste, é a experiência dos metalúrgicos de Manaus. Ao falar da greve dos metalúrgicos daquela capital, ocorrida em 1985, Maria Célia Santiago diz que ela foi planejada com pelo menos um ano de antecedência, como parte das estratégias dos trabalhadores que organizaram a Oposição Sindical Metalúrgica em Manaus. Esse grupo foi vitorioso nas eleições e assumiu a direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Manaus. Segundo a autora, a oposição sindical começou a ser organizada em 1979 e chegou a formalizar uma chapa que acabou impugnada. As condições de trabalho eram subumanas, em diversas fábricas da Zona Franca. Havia operários que trabalhavam em galpões sem refrigeração, mal iluminados e sujos. Havia problemas com transporte precário para os trabalhadores e até a alimentação chegava, por vezes, deteriorada. De acordo com ela, a alimentação foi o primeiro foco de descontentamento geral, tendo chegado a acontecer revoltas por causa de comida estragada ou crua. A autora observa, ainda, que a greve contou com

[...] uma participação importante da Igreja Católica, através dos grupos de jovens e da Pastoral Operária, instalada em Manaus em 1979. Na Pastoral, todos os que participaram da oposição sindical se encontraram, independentemente da filiação partidária que tinham. Alguns chegaram no início e participaram de todo o processo, outros chegaram no final, encontrando um grupo pequeno mas determinado. Nem todos participaram efetivamente da chapa Puxirum, que como vimos anteriormente é uma expressão regional que significa ajuda mútua e que pode ser compreendida como mutirão de solidariedade. (SANTIAGO, 2010, p. 95-96).

Ainda segundo a mesma autora, a composição da chapa, em Manaus, tinha 24 nomes e isso tornou necessário que se organizassem alianças, em discussões que ocorriam nos finais

de semana, como parte do processo de construção de lideranças, que viriam depois a organizar a paralisação dentro das fábricas. Ela registra que, “a partir das discussões realizadas na Pastoral Operária foi definido que a organização dos grupos de fábricas era a prioridade para criação de uma base dentro das empresas.” E acrescenta que os grupos organizados com essa finalidade “desenvolveram formas alternativas para atrair novos trabalhadores para o movimento, que assumiria o sindicato em 14 de fevereiro de 1984, mudando a história da luta dos trabalhadores amazonenses.” (SANTIAGO, 2010, p. 96). Importante lembrar, também, que foi através da Pastoral Operária que os trabalhadores da oposição sindical de Manaus deram começo a uma forma alternativa de comunicação entre os trabalhadores, com a criação do jornal Parafuso, em 1980, sempre com o objetivo de denunciar a exploração excessiva dos trabalhadores pelas indústrias da Zona Franca de Manaus.

Existem registros dessa parceria ou identificação entre setores progressistas da Igreja Católica ou da Pastoral Operária com as oposições sindicais metalúrgicas também em diversas outras cidades, como Salvador, na Bahia (TEIXEIRA, 1989, p. 123) ou Recife (CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA EM RECIFE, set./out. 1979, p. 16, ANEXO B 6).

Essa relação foi especialmente atuante em áreas do Sudeste com grande concentração de trabalhadores, como Volta Redonda. Os militantes católicos daquela cidade fluminense, tanto os da Ação Católica Operária (ACO) quanto os da Pastoral Operária (PO), cuja atuação era apoiada pela Igreja, tiveram importante atuação para o movimento sindical com a criação da Oposição Sindical. Este grupo, formado no início da década de 1980, fortaleceu sua militância no meio operário visando conquistar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Note-se que a greve na Companhia Siderúrgica Nacional, em 1984, veio “logo após a Oposição Sindical, composta em sua maioria por jovens sem participação política no pré-64, ganhar as eleições do Sindicato. Entre 1984 e maio de 1988 ocorreram 6 greves de ocupação na CSN.” (MOREL, 1994, p. 76).

Essa modalidade de greve (da qual voltaremos a falar, adiante), além de evidenciar algumas características do movimento operário e dos movimentos populares da cidade, lembra que se trata de um dos locais onde foi mais forte e atuante a relação entre a Igreja progressista e os movimentos inspirados na Teologia da Libertação, e as ações de militância.

A Igreja Católica em Volta Redonda, a partir de dezembro de 1966, quando chegou à cidade o Bispo Dom Waldir Calheiros, orientou-se pela perspectiva progressista da Teologia da Libertação e do Concílio Vaticano II, o que a levou a adotar uma organização interna descentralizada e democrática, e a apoiar diversos tipos de movimentos sociais, culturais,

grupos de jovens e o movimento operário. Esse Bispo, poucos meses após sua posse, teve problemas com a cúpula do Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, ao proibir uma missa em homenagem ao terceiro aniversário do golpe militar de 1964. (GANDRA, 2009, p. 79).

Com a presença de Dom Waldir, há uma reorganização da estrutura e da dinâmica da diocese e grande parte dos movimentos sociais em Volta Redonda, durante as décadas de 1960 a 1980, foram organizados com o estímulo da e a iniciativa da Igreja Católica. Acrescente-se que, para trabalhar esta nova estrutura da Igreja, a diocese contou com leigos, irmãs e com os padres operários, vindos, principalmente da França.:

[...] como nos outros lugares em que atuavam, se empregavam nas fábricas e desenvolviam trabalho político-religioso de organização de pastorais operárias. Em Volta Redonda, chegaram a fundar um seminário de formação para padres operários. As aulas eram na diocese, mas os alunos iam também a outros lugares ter aulas com figuras proeminentes da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff. (GANDRA, 2009, p. 81).

Esses padres participavam ativamente da organização de movimentos, eventos culturais e atividades com jovens, com mães e trabalhadores, “aglutinando cada vez mais pessoas das comunidades. A forma democrática e a abertura à comunidade, que passaram a ser marca da Igreja católica na cidade, propiciaram a formação de organizações ligadas ao movimento operário em Volta Redonda” (BEZERRA; POZZOBON; ENDO, 2006, p. 5).

Mais do que isso, como observa outro autor: “A atuação das CEB’s, através de seus “grupos de reflexão”, não se restringiu aos bairros típicos do operariado da CSN, se expandindo para as regiões periféricas. Chegaram a ser formadas mais de 80 comunidades deste tipo pelos bairros da cidade.” (GANDRA, 2009, p. 81). Todo esse trabalho da diocese tinha organicidade, no sentido da incorporação aos rituais religiosos, dos problemas e necessidades sociais, além das formas de mobilização para lutas políticas, para as quais o movimento dispunha de organismos, de ferramentas como a Pastoral Operária, a JOC e a Ação Católica Operária. Através desses organismos,

[...] muitos militantes foram lançados na cena política local, atuando não apenas na formação da Oposição Sindical, mas também na formação e/ou retomada das Associações de moradores, nos movimento de Posseiros Urbanos, na organização do Centro Estadual de Professores (CEP), no movimento estudantil, etc. (GANDRA, 2009, p. 82).

A articulação nacional da presença e das ações da Pastoral Operária é trabalhada também nos seus meios de divulgação: publicado em Volta Redonda, o Boletim CPO

Informa, da Comissão Pastoral Operária Nacional, de dezembro de 1982, manifesta o apoio às lutas em diferentes pontos do país:

Moção - Nós, participantes da Assembléia Nacional de Pastoral Operária, vindos de 17 Estados do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de dezembro de 1982, tomando conhecimento das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e do seu resultado, queremos expressar de público nosso apoio irrestrito à Chapa 2, de Oposição Metalúrgica, confiantes em sua vitória na segunda rodada das eleições, certos de que representa um grande avanço no Movimento Sindical Gaúcho, na luta contra a atual estrutura sindical e a dominação dos patrões, bem como um passo a mais no processo de Libertação da Classe Trabalhadora Brasileira — Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1982. (CPO INFORMA, 1982, ANEXO B 7).

No mesmo número do Boletim, outra manifestação de apoio à Oposição Sindical Metalúrgica, desta vez, no Espírito Santo, marcada pela solidariedade aos companheiros que não ganharam a eleição:

Companheiros! Nós, reunidos, em Assembléia Nacional de Pastoral Operária, tomamos conhecimento da luta de vocês, companheiros operários capixabas, e resolvemos enviar a nossa Moção de Apoio aos Companheiros da Oposição Sindical dos Metalúrgicos do Espírito Santo. Companheiros, na luta do dia a dia, seja nas fábricas, nas empresas ou em qualquer local de trabalho, nos aproximamos da libertação da classe trabalhadora, saindo das mãos dos opressores. Queremos também como operários, levar a nossa solidariedade aos companheiros, que concorreram às eleições sindicais dando certeza das mudanças desta estrutura sindical pelega. Companheiros, que participaram desta luta levem em frente esta proposta que não pode parar, façam como o Cristo que foi crucificado, mas com a certeza de que iria ressuscitar para a libertação do seu povo. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1982. (CPO INFORMA, 1982, ANEXO B 7).

É, portanto, dentro do contexto, já discutido neste trabalho, do clima de intensificação dos movimentos sociais, do questionamento ao regime militar e à sua política econômica, das lutas por democracia, que essas ações que se disseminam pela sociedade brasileira incluem os acontecimentos de Betim e do restante da região industrial.

Naturalmente, os registros referentes aos movimentos ocorridos em São Paulo, nas cidades do ABC tendem a ser mais difundidos e estudados por um grande número de pesquisadores, além de coincidirem com um maior número de instituições que pesquisam a temática e com a presença de áreas mais industrializadas. Na perspectiva de que muitas dessas experiências foram comuns a diversas áreas onde a classe buscou o seu “fazer-se”, mas que identidades e circunstâncias locais marcaram especificidades, além de experiências singulares, acreditamos que se devem acrescentar a esses registros os acontecimentos da experiência operária da região de Betim,

São diversos olhares que trabalham essa questão, do envolvimento, da participação da comunidade, do encontro e da identidade entre o cotidiano dos trabalhadores e o dos

moradores dos bairros, que eram, em grande parte, suas famílias. As lutas parecem surgir quase que ao mesmo tempo, chegando a delinear uma trajetória que passa por momentos semelhantes, e isto certamente devido às condições em que se processavam as contradições políticas na sociedade brasileira, ainda nos últimos anos do regime militar.

A construção do espaço político e as formas de mobilização e organização das classes populares parecem escorrer por entre os dedos de uma cultura autoritária, de uma sociedade ainda um pouco imobilizada pelo medo à repressão policial. Isto levou esses trabalhadores, cuja experiência narramos aqui, à elaboração de uma visão ampla da luta, onde cada espaço era importante, onde era importante unificar as lutas, integrando movimento sindical e movimento de bairro, passando por diferentes formas de organização e chegando, como veremos mais tarde, à criação de instituições bastante específicas. Também este processo não é exclusivo da região industrial de BH-Betim-Contagem, sugerindo mesmo que o enfrentamento em várias instâncias fosse um tipo de alternativa que as condições impunham para a porção industrializada do país na Segunda metade dos anos setenta. O apoio popular às greves de São Bernardo, no ABC Paulista, em 1979 e 1980, é lembrado pelos autores que estudaram aqueles movimentos:

Nos bairros de concentração metalúrgica discute-se, com a presença de ativistas sindicais, as reivindicações da campanha salarial. Estas reuniões ocorrem em igrejas, Sociedades Amigos de Bairro (SABs), comunidades eclesiais de base e envolvem donas de casa, metalúrgicos, estudantes, enfim, uma importante e variada parcela dos moradores. A questão metalúrgica é uma questão que envolve os segmentos pobres da cidade, portanto, a maioria da população. (BAVA, 1988, p. 291).

Em Betim, a Pastoral Operária, ao nascer, vem fortalecer e dar continuidade ao desenvolvimento de uma oposição sindical que já vinha se formando no Grupo Mutirão, vem dar seqüência às discussões que o grupo vinha realizando. É também a oportunidade de se contar com o espaço da Igreja e com a atuação dos grupos de jovens no processo de conscientização. A determinação de se conquistar o sindicato é algo que se construiu ao longo de discussões, após as greves de 1978 e 1979, tanto no interior das fábricas quanto no Grupo Mutirão. A Pastoral Operária dá à oposição sindical a possibilidade de se comunicar mais amplamente, pelos bairros, legitimando a utilização dos recursos da Igreja e de seus canais de acesso à comunidade. Pela sua atração inicial, pelo seu discurso e pelos seus fundadores, fica evidenciado que a Pastoral era, num primeiro momento, quase que a própria Oposição Sindical; na verdade, a organização da chapa 1 e a sua campanha eleitoral foram as principais atividades desenvolvidas pela Pastoral naquele ano. Este encontro entre os interesses dos

operários como relação à conquista do sindicato e às posições da igreja progressista passa a ter a sua voz mais forte no boletim Trabalho e Justiça. Voltando ao seu primeiro número, encontramos o texto que apresenta a Pastoral, de autoria do Frei Eduardo. Há passagens do texto que sintetizam admiravelmente esta identificação com a luta dos metalúrgicos:

[...] o metalúrgico que produz carros ou outros produtos sofisticados nunca pode adquiri-los, porque ganha pouco. O operário é marginalizado. Basta ver os problemas que ele enfrenta como moradia, água, saúde, educação, alimentação, desemprego, condução, lazer e assim por diante. Diante dessa situação, só há uma saída: a luta solidária de todos os oprimidos em busca da JUSTIÇA. Isso acontece através de coisas bem concretas: participação no sindicato, formação de grupos de operários que discutem os seus problemas, união dentro da fábrica, participação nas lutas populares pela condução, água, luz, escola, etc. [...] A Igreja está com o operário na sua luta e caminhada, porque quer ser solidária com todos os injustiçados. Nesta sua presença no mundo do trabalho, a Igreja quer prestar um serviço: o serviço do Evangelho. Isso se chama Pastoral Operária. (TRABALHO E JUSTIÇA, jul. 1980, ANEXO B 5).

É interessante observar que o boletim fala dos problemas enfrentados pelos trabalhadores nas três maiores indústrias de Betim na época: FIAT, FMB e Krupp, deixando claro que o tipo de tratamento que estas indústrias dispensavam a seus trabalhadores, era extremamente injusto, chegando a ser ilegal, em alguns casos, e os artigos do jornal terminam com uma exortação à reconquista do Sindicato:

Companheiros, o aumento da cantina da Krupp, o pagamento das passagens de ônibus e o corte do café só foi possível porque nos tiraram o sindicato. Vamos nos unir mais para readquirir nossos direitos, na fábrica e no sindicato. Ou: Companheiros, devemos ter o pensamento fixo na reconquista do nosso sindicato. Com a ajuda da Pastoral Operária de Betim, vamos nos organizar, formando grupos nos bairros, nas nossas casas, debatendo os problemas que esse boletim levanta e outros que a gente vê. (TRABALHO E JUSTIÇA, jul. 1980, p. 4, ANEXO B 5).

A narrativa de um dos participantes, tanto da chapa, quanto das experiências de educação, nos dá mais um olhar sobre os processos de formação e mobilização que somavam os esforços para a construção, pela oposição sindical, da relação com a comunidade nos bairros da região.

*Essa época, que eu tava na Krupp, eu já morava no bairro Riacho. E a gente tinha grande ligação com o pessoal da igreja e fui fundador da Pastoral Operária da região de Betim, fui um dos fundadores, com os padres, nós fundamos lá a Pastoral Operária. Depois passou para Belo Horizonte e Contagem e se espalhou. Na época das greves a gente via que os padres tinham uma importância também. Né? Que eles chegavam e falavam com o pessoal da igreja que o pessoal estava em greve, como é que era aquela greve, e a gente começava a receber muito apoio do pessoal dos bairros. Os bairros eram muito importantes também porque quando nós fizemos a greve fora da fábrica, que foi em 79, o pessoal da Associação, das igrejas,*

*colocava pra gente os locais pra gente poder fazer reunião com o pessoal daquele bairro. Aí a gente viu a importância também da Associação de bairro, dentro do movimento operário. (Aristo - mandrilhador/educador)*

Essa visão do processo remete a todo um conjunto de ações que, como vimos, se repetia pelo país. Os bairros que tinham maior concentração operária, certamente, seriam ressonância para os movimentos dos trabalhadores e teriam certamente um ganho de experiência, pois sua população, como será mostrado mais adiante, se familiarizava mais com atividades no sentido de conquistar demandas que atenderiam a sua qualidade de vida. A luta dos trabalhadores, portanto, ganhava aqui uma das suas características mais fundamentais, entre as que marcaram aqueles anos, que era o conhecimento da greve e do movimento operário pela população e, até mesmo, a sua colaboração para fortalecer a luta. É o que esse mesmo trabalhador confirma na entrevista, ao falar sobre o apoio da população às greves:

*Houve sim. Realmente houve, isso ninguém pode negar que houve, nesse período. E a oposição, por exemplo, nossa oposição sindical nesse período recebeu muito apoio do pessoal do bairro, muito grande. Eu lembro o pessoal do Durval de Barros, pessoal do Washington Pires, pessoal do Lindéia, esse pessoal participou mesmo na nossa campanha de oposição sindical. Nós fizemos festa aqui no Lindéia pra arrecadar dinheiro. E era uma coisa que tinha ser feito muito escondido antes de registrar a chapa, se não mandava embora. (Aristo – mandrilhador/educador).*

Essa dificuldade que ele lembra, sobre os que eram demitidos quando chegasse ao conhecimento da empresa a sua participação na organização da oposição sindical, está relacionada com a chamada “lista negra”, já mencionada antes neste trabalho, que consistia no rastreamento e demissão dos trabalhadores que fizessem militância que chegasse ao conhecimento das empresas. Numa atitude que traduz de fato militância, esse trabalhador muda seus planos, que eram basicamente de estar no movimento, e passa a integrar a chapa, como quem assume uma missão:

*Eu lembro que na época que foi feita essa chapa eu era uma pessoa que participava da chapa da seguinte maneira: participava das reuniões, mas falava: “Não vou participar da chapa, porque não me interessa o sindicato, me interessa só o movimento.” Então eu não era da chapa, mas foram descobrindo o pessoal da chapa e mandando embora, mandava um, mandava o outro. E no fim o grupo foi diminuindo e eu entrei na chapa. Entrei na chapa por essa questão, porque muita gente foi mandada embora no período de formação de chapa. (Aristo – mandrilhador/educador).*

Para falar um pouco mais da organização da chapa e da sua campanha, examinemos a história desse sindicato e a sua participação nas lutas dos anos anteriores.



O sindicato dos metalúrgicos de Betim começou como associação, em 1973. A Associação dos Metalúrgicos de Betim chegou a ter, segundo seu fundador, Sr. Antônio Nadir Pinheiro, 350 sócios, que foram, aos poucos, deixando a entidade, que 'não tinha nada a oferecer'! Funcionando provisoriamente no prédio da Escola Técnica Federal de Belo Horizonte, a Associação teve o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos de BH/ Contagem, bem como da Federação dos Metalúrgicos do Estado de Minas gerais. A carta sindical foi obtida em dezembro de 1976, mas o sindicato foi dirigido pela Federação dos Metalúrgicos até setembro de 1977, quando tomou posse a primeira diretoria, encabeçada pelo Sr. Nadir Pinheiro. O espaço de vários meses entre a obtenção da carta sindical e a posse da diretoria deveu-se à dificuldade de se compor a chapa única. Em entrevista concedida ao Jornal dos Bairros em 1978, o fundador e primeiro presidente do sindicato declarou achar válida a luta pela reposição salarial daquele ano, mas que o seu sindicato não participaria da luta, por possuir poucos sócios (900 dos 13.000 metalúrgicos de Betim, na época).

É uma entrevista que revela bem a perspectiva mais tradicional da primeira diretoria, que se preocupou em estabelecer convênios com clínicas e com um escritório de advogados. O dirigente mostra um discurso conservador, assemelhando-se inclusive a um discurso patronal, em algumas posições, como, por exemplo, sobre a questão da estabilidade: "tinha muito empregado que aproveitava a estabilidade, para não trabalhar." Outra fala bastante significativa do mesmo dirigente: "Greve, eu não acho aconselhável, eu nunca participei de uma greve trabalhista." Não chega, pois, a constituir surpresa o fato de os metalúrgicos de Betim terem uma imagem extremamente negativa do sindicato. (JORNAL DOS BAIRROS, fev./mar. 1978, ANEXO B 8).

Ao fazer a matéria sobre o sindicato, o Jornal dos Bairros entrevistou, além de seu fundador e primeiro presidente, alguns metalúrgicos, entre seus leitores, para obter uma visão mais completa da entidade, incluindo a idéia que fariam dela os seus representados. Os quatro primeiros metalúrgicos procurados pelo jornal não eram sindicalizados e nada sabiam sobre o sindicato de Betim. O discurso de outros três operários, que efetivamente disseram alguma coisa sobre o sindicato, é muito revelador e sintomático, para uma época em que o Grupo Mutirão já se articulava para a formação de uma chapa, com o objetivo de suceder uma diretoria que era, na opinião deles, omissa.

Ao perguntar 'O que você acha do sindicato de Betim?'. O jornal obteve de um metalúrgico da Krupp a seguinte resposta:

Estou há um ano em Betim, mas não conheço nenhuma pessoa sindicalizada. Também nunca vi nenhum boletim, nenhum jornal desse sindicato. Só sei que eles

fizeram as eleições justamente nas férias coletivas da FIAT.” (JORNAL DOS BAIRROS, fev./mar. 1978, ANEXO B 8).

Na época, segundo o presidente do sindicato, a FIAT tinha oito mil empregados, dos quais somente 250 eram sindicalizados. A resposta de um operário da FIAT, que também não era sindicalizado, embora já tivesse sido antes, quando trabalhava em Contagem, não é muito diferente da de seu colega da Krupp :

Eu nunca ouvi falar desse sindicato. Só sei que ele fica no centro de Betim, quer dizer, é longe demais. Acho também que o sindicato devia lutar sempre pelo interesse de nós, os trabalhadores. Devia marcar reuniões, discutir com a gente, unir a nossa classe. Meu ponto de vista é de que o sindicato luta para defender os nossos salários. E isto eu nunca ouvi dizer que o sindicato de Betim faz. (JORNAL DOS BAIRROS, fev./mar. 1978, ANEXO B 8).

Finalmente, o discurso de outro operário, Jorge, da Krupp, que trabalhava, na época, como montador, coloca com clareza que já havia sido sindicalizado por oito anos, em Belo Horizonte, e não era sindicalizado em Betim, traduz igualmente uma visão consciente das expectativas de um trabalhador com relação ao seu sindicato:

Acho o sindicato uma ótima coisa. Isto é, quando existe operário na sua diretoria e ele é um companheiro de luta e defende os interesses da classe. Esse sindicato de Betim nem merece esse nome de sindicato. Não entrou na luta pela reposição salarial, que até os pelegos entraram, não faz campanha de sindicalização, nem solta um boletim para esclarecer os operários. (JORNAL DOS BAIRROS, fev./mar. 1978, ANEXO B 8).

A visão pessimista do sindicato, que parecia ser dominante entre os trabalhadores, pode ter sido agravada, entre outras razões, pelo acordo assinado pelo então presidente, em 1979, que concedia um reajuste inferior ao que era reivindicado naquele ano. Conforme aponta Magda Neves, “lideranças da oposição distribuíram na fábrica um panfleto com a seguinte palavra de ordem: “abaixo o acordo do pelego, todos à greve”. (NEVES, 2012, p. 207-208). A convocação foi aceita pelos trabalhadores e a greve começou às 0:38 horas do dia 27 de setembro de 1979.

Mais de um ano depois, a visão que os trabalhadores tinham do sindicato não parecia ter melhorado. A experiência, já citada aqui, das mulheres que distribuíam nas portas das fábricas o boletim da pastoral operária, foi uma ocasião a mais para se observar a imagem que os trabalhadores faziam do sindicato. Como disse uma das distribuidoras do boletim:

A imagem do sindicato atual é muito ruim, muito feia – quando distribuímos o boletim pela primeira vez, perguntaram se era do sindicato, porque se fosse não

queriam. Outros passavam direto ou embolavam o boletim na cara da gente, xingando o sindicato. (JORNAL DOS BAIRROS, jan. 1981, ANEXO B 4).

O número anterior do jornal, de dezembro de 1980, noticiou a formação da Chapa 1:

Metalúrgicos de Betim lançam a Chapa Um – sindicato pra valer. CHAPA UM quer a participação de todos. As eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim estão esquentando. Foram formadas duas chapas que disputarão as eleições nos dias 11, 12 e 13 de março de 1981. A chapa 1 foi escolhida com a sugestão de muitos trabalhadores de cada fábrica, que indicaram o nome de seus companheiros mais combativos e atuantes. E a chapa 2, formada com o apoio da Federação dos Metalúrgicos, principalmente de seu presidente Jorge Noman Neto, que os trabalhadores conhecem muito bem. Estas serão as primeiras eleições para o sindicato dos metalúrgicos de Betim que contará realmente com a participação da categoria. O sindicato foi criado em 77 e a única diretoria eleita, inclusive com o apoio da Federação, foi cassada no início deste ano e sofreu um processo por corrupção. (CHAPA UM QUER A PARTICIPAÇÃO DE TODOS dez. 1980, ANEXO B 9).

A continuação da notícia mostra parte da atividade do Grupo Mutirão, especialmente a participação das esposas dos trabalhadores, além dos que haviam sido demitidos durante as greves anteriores, além de salientar o caráter participativo da formação da Chapa Um:

A chapa 1 não está trabalhando sozinha. Ela conta com um Comitê de Apoio formado pelas esposas dos componentes da chapa, por antigos companheiros de fábrica que foram demitidos durante as lutas da categoria e também com muitos trabalhadores das diversas fábricas da base de Betim. A formação da chapa foi amplamente discutida entre esses trabalhadores. Outra coisa muito importante é que a chapa foi formada com trabalhadores de 7 das principais fábricas de Betim. (CHAPA UM QUER A PARTICIPAÇÃO DE TODOS dez. 1980, ANEXO B 9).

Em seu número seguinte, o Jornal dos Bairros Traz uma matéria intitulada “Eleições sindicais dos Metalúrgicos: Hora da verdade em Betim”. Depois de noticiar que os metalúrgicos de Betim estarão votando, para eleger uma diretoria para o seu sindicato, que está há dez meses sob intervenção, o texto lembra aspectos que a campanha eleitoral já revelou:

Depois da intensa mobilização de 1979, que chegou à greve em outubro, pode-se sentir agora os efeitos de quase um ano de intervenção: dos quase 20 mil metalúrgicos de Betim, somente 2.500 são sindicalizados em condições de votar. O sindicato já teve 6 mil sindicalizados. A imagem do sindicato atualmente é péssima. Fora das fábricas, o drama de muitos operários combativos que foram demitidos e estão na “lista negra” das fábricas. Não conseguem emprego nas firmas metalúrgicas. Da comissão de salários, criada a pedido da diretoria das empresas e com promessa de estabilidade, sete dos nove membros foram demitidos num período de dez meses. (JORNAL DOS BAIRROS, jan. 1981, ANEXO B 3).

Outro número do jornal mostra o apoio de Lula à chapa 1, com palavras que expressam também a sua situação, na época, de líder dos trabalhadores em uma relação conflitante com governo e patrões. A chamada, na primeira página, dizia:

Lula apóia a Chapa 1 e explica porquê. Na carta que mandou, Lula diz que apóia a Chapa 1, porque os verdadeiros líderes surgem das lutas de uma classe corajosa como a de Betim. (LULA APÓIA CHAPA 1, fev. 1981, ANEXO B 10).

A carta de apoio vem transcrita na página 12 do jornal:

Companheiros metalúrgicos de Betim, nesta hora de eleições do Sindicato de vocês, todos nós metalúrgicos do ABC estamos ao lado de vocês. A Volkswagen está demitindo milhares de operários, que tanto trabalharam e enriqueceram esta multinacional. Agora que a crise econômica está se agravando, quem vai pagar o pato dos erros do governo e dos patrões somos nós, operários. Também vocês da FIAT estão ameaçados de demissão como nós daqui. Está na hora de dizer um BASTA definitivo a essa exploração. O governo quer me julgar, e julgar, na minha pessoa, todos os metalúrgicos combativos, porque lutamos e defendemos nossa dignidade e nossos direitos. A vocês, metalúrgicos de Betim, dirijo minha palavra, na esperança que vocês aproveitem esta oportunidade para limpar o sindicato daí dos pelegos traidores e submissos a este regime de exploração. Votem na Chapa 1. A chapa dos companheiros mais combativos e perseguidos que eu já conheço faz muito tempo. Conheço estes companheiros durante as lutas que travaram junto com vocês, conheço-os no apoio que nos deram durante as nossas lutas. (LULA APÓIA CHAPA 1, fev. 1981, ANEXO B 01).

A carta de Lula prossegue e fala da Chapa concorrente:

Não se deixem enganar pela propaganda violenta, mentirosa, enganadora dos que se dizem contra os patrões, mas que fazem o jogo sujo deles, inclusive caluniando companheiros de luta. Metalúrgicos de Betim, demonstrem mais uma vez que vocês merecem o respeito e a admiração de todos os trabalhadores do Brasil. Votem na Chapa 1. (LULA APÓIA CHAPA 1, fev. 1981, ANEXO 10).

A Chapa 2 tinha o apoio do jornal “Hora do Povo, que, como já foi visto na página 34, era um órgão de imprensa do MR 8.”. E é desse grupo que Lula fala, na carta de apoio à Chapa 1.

No mesmo tom, vem o apoio da Pastoral Operária de Betim à Chapa 1, através do texto, bastante didático, do seu boletim Trabalho e Justiça, que busca esclarecer os trabalhadores, “para que possam escolher seus representantes sem serem enganados.” (ver ANEXO B 11). O texto da Pastoral explica como deveria ser o sindicato: livre, independente, único (no sentido de que deveria existir uma central única) e democrático. Finalmente, o texto declara o apoio da Pastoral à Chapa 1, questionando a dos adversários:

2. Estamos contra também os que querem usar o povo, enganá-lo para subir no poder, e que para fazer isso usam violência, calúnia, mentiras, etc. Por isso não concordamos com quem dirige a CHAPA 2. [...] Nós, da Pastoral operária de Betim, já fomos perseguidos pelos patrões e pela chapa 2. Mas vamos continuar dizendo a verdade, doa a quem doer, pois nós acreditamos no povo, no trabalhador e queremos defender a liberdade para todos. (ELEIÇÕES NO SINDICATO, fev. 1981, ANEXO B 11).

O número 100 do Jornal dos Bairros, de março de 81, que anunciou a vitória da Chapa 1, aponta os colaboradores do jornal “Hora do Povo” como “criticados em todo o país, pelo modo como agem nos sindicatos e no movimento popular.” Depois de observar que, em São Paulo, em São Bernardo e no Rio de Janeiro, colaboradores da Hora do Povo atacaram militantes da oposição sindical, inclusive com agressões físicas e difamações, a matéria do Jornal dos Bairros prossegue:

Aqui em Betim, os militantes do Hora do Povo dirigiram a campanha da Chapa 2 com calúnias e agressões. Procuraram mostrar que a Chapa 1 tinha apoio patronal e da diretoria do Nadir quando, na verdade, a própria Chapa 2 é que foi apoiada por Pedro Hermógenes, membro daquela diretoria corrupta. (JORNAL DOS BAIRROS, mar. 1981, ANEXO B 12).

Kucinsky indica, para um estudo crítico do Hora do Povo, autores como Adelmo Genro Filho; Sergio Weigert e Marcos Rolim, que escreveram “Hora do Povo: Uma Vertente para o Fascismo, 1981”, além de Maurício Tragtenberg, (“HP e os Pelegos Sindicais a Nova Face da Repressão”, Folha de S. Paulo, 13/7/1981). Segundo ele, Tragtenberg denuncia a violência física usada por militantes do MR-8 contra grupos de esquerda em eleições sindicais. (KUCINSKY, 1991, p. 245).

O mesmo número 100 do Jornal dos Bairros trouxe uma entrevista de José Onofre de Souza, presidente eleito do Sindicato pela Chapa 1. Na entrevista, Onofre, mecânico de manutenção da FMB, ressalta a diferença entre as duas campanhas e fala do apoio da Pastoral Operária.

O grupo do “Hora do Povo” e os elementos da Chapa 2 quiseram diminuir o trabalho da Pastoral Operária, dizendo que eram padres que queriam se infiltrar no Sindicato. Quando, na verdade, a Igreja só apoiou e nos deu condição de levar uma mensagem à categoria, quando o Sindicato estava sob intervenção. (JORNAL DOS BAIRROS, mar. 1981, ANEXO B 12).

Na mesma entrevista, o novo presidente do Sindicato lembra o trabalho do Grupo Mutirão:

Além disso, contamos com o apoio de companheiros que foram demitidos antes das eleições por sua participação nas greves de 78 e 79. São companheiros que não entraram em nossa Chapa 1, porque não conseguiram mais trabalhar em Betim, pois os patrões não os querem aqui. O esforço destes companheiros e de suas esposas foi importantíssimo para nossa vitória. (JORNAL DOS BAIRROS, mar. 1981, ANEXO B 12).

Finalmente, em dezembro de 81, o número 109 do Jornal dos Bairros, vai apresentar uma matéria que tem como título: “Organização e Resistência, as vitórias do movimento popular em 1981”. Entre as informações da página, a referência ao apoio da Pastoral Operária para a vitória da Chapa 1, da oposição sindical, nas eleições:

Pastoral Operária Estendeu sua ação a BH e Contagem: A Pastoral Operária de Betim começou a funcionar no ano passado, soltando o Boletim Trabalho e Justiça nas portas de fábrica durante o período de intervenção no Sindicato dos metalúrgicos. Neste ano, a ajuda da Pastoral na vitória da Chapa 1 para o Sindicato dos Metalúrgicos foi muito grande. Após as eleições, o trabalho da Pastoral teve um bom desenvolvimento. Seu grande passo neste ano foi a organização da Pastoral Operária em Contagem e Belo Horizonte, no segundo semestre de 1981. Já tem grupos de Pastoral Operária organizados no Barreiro de Cima, no Lindéia e em Venda Nova e há planos de organizar novos grupos em vários bairros. (ORGANIZAÇÃO E SISTÊNCIA, AS VITÓRIAS DO MOVIMENTO POPULAR EM 1981, dez. 1981, ANEXO B 13).

Que acontecimentos, que memória de luta dos trabalhadores estaria por trás de uma imagem tão negativa, de uma visão que desprezava efetivamente o sindicato? Aqui, é necessário voltar um pouco até as greves dos dois anos anteriores, e lembrar a atuação que nelas tiveram esses operários educadores, chegar à dinâmica interna daquelas greves e procurar refletir o imaginário que seus protagonistas construíram no seu cotidiano, nas lutas que vieram travando nas fábricas. Uma das marcas importantes é o fato de que a greve partiu do interior das fábricas, sem a interferência do sindicato. Não contaram com ele para começar a greve de 1979, como já foi mostrado, e nem a de 1978. Ouvir os militantes da “formação operária” na sua narrativa é algo que possibilita construir uma visão mais fiel, de dentro dos acontecimentos e da janela que de fato interessa, pois eles participaram da construção do movimento operário da região.

## **5 AS GREVES, A SOLIDARIEDADE, A EDUCAÇÃO: A PRÁTICA DOS MILITANTES DA FORMAÇÃO OPERÁRIA**

Este capítulo deverá tratar da experiência de trabalho dos formadores, dos que desenvolveram as lutas na fábrica, no bairro e planejaram a oficina/escola. Parte de sua experiência é bastante ligada às greves de 1978 e 1979, que deram mais visibilidade aos trabalhadores no cenário da política e deram mais espaço para que os moradores dos bairros operários da região fizessem avançar o seu papel num processo de afirmação de cidadania. No entanto, a sua vivência nas mobilizações e lutas no interior das fábricas tem uma importância central, para esta análise, devido, sobretudo, a dimensão de aprendizagem e formação que sempre estiveram envolvidas em suas experiências.

Não pretendemos aqui fazer uma exposição detalhada do acontecer das greves daquele período em Minas Gerais. Elas já foram narradas e descritas por diversos autores, entre os quais Le Ven (1987, 1988), Neves (1995), Neves e Freitas (1999) e Oliveira (2006). A intenção aqui é observar, a partir das experiências dos trabalhadores, os aspectos de sua vivência de fábrica que identificam o educador, o organizador. Em algumas dessas “identificações”, existe a memória de situações experimentadas no contexto de greve. Talvez, interesse mais observar, nesse caso, o ganho imaterial dessas experiências, o que veio de formação para os próprios formadores. Certamente, as informações são associadas com a história de vida de alguns deles, com suas escolhas e com o que trouxeram de aprendizado para a militância de educadores que desenvolveram posteriormente. E parte desse aprendizado terá vindo com as situações de greve ou de mobilizações no cotidiano de trabalho que eles viveram na sua realidade de trabalhadores da indústria.

Falar das greves de 1978 e 1979 foi, para esses operários que delas participaram, como ativar a memória de uma totalidade que incluía a vida no bairro, na fábrica, na família, pois havia, como já foi visto, uma consciência entre eles, de que a luta se colocava como que em uma continuidade, parte da vida, na região industrial. As atividades de um grupo como o Mutirão não são mais do que um caso entre outros, na verdade. Naturalmente, com as suas peculiaridades, o Mutirão se distingue, tem uma duração mais prolongada, revive e avança com a construção da oposição sindical. Mas, por vezes, as condições da fábrica podiam fazer com que os operários se reunissem para discuti-las, para pensar formas de encaminhar uma reivindicação a propósito das condições de trabalho ou, simplesmente, para discutir a situação do país, para discutir outras questões como as condições de moradia ou transporte nos bairros da região. Outros grupos, além do Mutirão, se reuniam nas casas, nos espaços cedidos pela

Igreja dos bairros em que moravam, ou até nas escolas, com espaço obtido por alguma professora que fosse esposa de um desses trabalhadores.

Conforme foi lembrado antes, o país vivia uma época marcada pela retomada das lutas reivindicatórias, pelo surgimento de uma variada gama de movimentos sociais. Entre as primeiras categorias a se reorganizarem para lutar por melhorias salariais, estavam os professores da rede estadual de ensino. A solidariedade, portanto, com os operários, na região, se processava naturalmente, junto com o envolvimento propiciado pela proximidade, pelo fato de viverem no mesmo bairro, na mesma região, sentindo problemas comuns. Alguns operários estavam mais atentos à dimensão mais associada à questão sindical e relatam, além dos encontros do Mutirão, reuniões mais especificamente voltadas para essa preocupação:

*Teve uma época, lá em casa, que a gente reunia uma média de vinte e cinco companheiros. Inclusive assim, nessa época, a barra não tava muito ruim, tava razoável, sabe? E eu e mais alguns companheiros, a gente bolou esse tipo de reunião para poder auxiliar o pessoal do sindicato. Então, essas reuniões nossas eram baseadas em discussões nossas. Era para ampliar o sistema de sindicalização dentro das fábricas [...] Não era só na minha casa não. Tinha na casa do Ubaldo também; a gente se reunia, porque facilitava pra outros companheiros que moravam mais próximo da casa dele. Era para sindicalizar o pessoal, entende? (Vasco - mecânico de manutenção).*

O interesse declarado por esse metalúrgico em sindicalizar o pessoal, em politizar as relações, reflete, no âmbito do trabalho industrial, a intensificação dos movimentos através dos quais a sociedade brasileira vinha se movendo, se reorganizando e questionando o autoritarismo, na conjuntura, já descrita no capítulo 2, de aguda crise de legitimidade do regime militar.

Vimos que, com o Ato Institucional número 5, em dezembro de 68, o regime impõe à sociedade brasileira uma derrota que a obriga a procurar formas de convivência com o medo e a desconfiança. É como se a emoção se colocasse como um canal de acesso à consciência do autoritarismo, do poder discricionário; para muitos trabalhadores, o cuidado que aprenderam a tomar devido ao medo da polícia da ditadura surge como parte da própria luta política, parte de uma militância que irá ter desdobramentos no interior das fábricas, na comunicação restrita aos espaços mais seguros, à companhia de amigos de confiança. Formas variadas de autoritarismo invadem o senso comum e se consolidam como posturas e comportamentos hegemônicos nas relações entre as pessoas, afirmando-se com grande intensidade no espaço das relações de trabalho.

Os avanços de uma legislação autoritária trouxeram severas limitações aos direitos conquistados anteriormente, abrindo espaço para a institucionalização de uma nova política



salarial que, ao mesmo tempo em que determinava reajustes inferiores à inflação, tornava praticamente impossível a ocorrência de greves e impedia o sindicato de negociar livremente com o setor patronal<sup>36</sup>. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o fim de qualquer garantia de estabilidade no emprego estimularam a rotatividade no emprego e a queda do valor real do salário. Conforme nos lembra Laís Abramo:

A possibilidade de demissão tornou-se não só uma ameaça, mas uma realidade cotidiana, colocando os operários em uma situação de permanente insegurança e acarretando muitas vezes um apego individualista e competitivo no emprego, à sujeição a condições de trabalho muito desfavoráveis, (ritmo acelerado, extensão da jornada, abuso das chefias) e à resistência a propostas de ação ou organização coletivas. (ABRAMO, 1988, p. 223).

Paralelamente, o regime militar criava estímulos a uma atuação dos sindicatos em direção a uma política mais assistencialista. Foi quando diversos sindicatos passaram a intermediar, mediante convênios, o financiamento e a aquisição de casa própria através do Banco Nacional da Habitação, obtenção de bolsas de estudos para educação secundária ou profissional, entre outras atuações que não se dirigiam a questões mais decisivas, como a luta por melhores salários. Nunca é demais lembrar que aquilo que se possa ter chamado de política trabalhista do regime militar procurou também estimular a formação de lideranças sindicais, por meio de programas de treinamento que previam, para o triênio 1972/74, a formação de 2600 dirigentes sindicais em todo o Brasil. (OLIVEIRA, 1987, p. 27).

Assim, na primeira metade da década de setenta, a imensa maioria dos sindicatos tendia a ser nada mais do que “máquinas burocráticas” e organismos de assistência social, desfigurados de sua função de representantes de classe, mesmo dos mínimos interesses dos trabalhadores. A situação em que se encontrava a vida sindical no país apresentava, de um lado, aquelas entidades que estavam sob intervenção do Ministério do Trabalho; de outro, os sindicatos que se encontravam sob a direção de “pelegos”, direções comprometidas com os interesses do governo e dos patrões, e uma minoria de sindicatos isolados da massa trabalhadora e limitados em sua ação, devido à repressão que o regime militar fizera desencadear sobre os movimentos populares.

Nessa fase, o quadro é de derrota das classes trabalhadoras e o clima se torna propício para a consolidação de práticas que trazem no seu bojo o desrespeito até mesmo à condição humana do trabalhador. A matéria “Ditadura nas Fábricas, do jornal Movimento (dez. 1978,

<sup>36</sup> “No início dos anos 70, a classe operária tinha como saldo, após 6 anos de governos militares e concentrada repressão, 25% dos sindicatos e 7 das 18 federações tendo estado ou permanecendo sob intervenção do Ministério do Trabalho, mais de mil ativistas e dirigentes presos ou tendo passado pelas prisões e outro milhar destituído de seus empregos.” (OLIVEIRA, 1987, p. 26).

ANEXO B 14) denuncia, inclusive com fotografias, a existência de excesso no controle do cotidiano dos trabalhadores e maus tratos pelos agentes da segurança empresarial em algumas fábricas do país. Algumas chegam a impor desconforto aos trabalhadores, com relação a limitar o número de idas ao banheiro e constranger conversas durante a produção. (DITADURA NAS FÁBRICAS, dez. 1978, ANEXO B 14).

Outra publicação menciona especificamente a empresa Volkswagen:

Na sua fábrica de São Bernardo — a maior fábrica de automóveis da América do Sul — a VW explora cerca de 30.000 operários e operárias. De 1964 até meados dos anos 80, durante a ditadura militar, a VW se aproveitou e reforçou as condições do Estado policial: criaram-se, de maneira sistemática, obstáculos contra as organizações sindicais e suas assembleias em terrenos da empresa foram proibidas etc. O corpo de "Segurança e Vigilância" da VW em São Bernardo, formado por nazistas acobertados pela VW, também era campo de ação de antigos militares brasileiros. E os operários e operárias o temiam tanto quanto à polícia militar brasileira. (GENGEN DIE STRÖMUNG, 2004).

A mesma publicação cita o semanário “O São Paulo” de outubro de 1980:

Quando se está sob suspeita, descobre-se uma falha ou há um problema com o chefe, levam-se os operários à sala da 'segurança'. Os interrogatórios que ali acontecem são mais duros que numa delegacia. Agressões e ameaças como 'nós vamos te levar para a cela de tortura' não são raras. Em outros casos os operários são recolhidos a essas salas durante o expediente (até uma semana), como se fosse um cárcere privado. Muitas vezes, inocentes são obrigados a confessar roubos que de maneira nenhuma cometeram. (GENGEN DIE STRÖMUNG, 2004).

A legalidade da fábrica reveste-se, no período, de uma quase institucionalização do arbítrio, pela criação ou contratação das equipes de vigilância, geralmente procedentes de empresas montadas ou coordenadas por oficiais da reserva, fruto de uma escalada da conjuntura em que a luta armada movida por setores da esquerda contra o regime militar deu espaço para a organização de forças privadas para defesa e vigilância. Nas fábricas, além da simples presença dos vigilantes, a sua arrogância também é lembrada:

*Houve casos, por exemplo, na fila do restaurante, que o vigilante foi bater no cara porque ele tava pegando outra bandeja, porque tava com fome, né? Porque, normalmente, trabalhador brasileiro só come uma vez – o que dão na companhia, principalmente nesta região aqui. Então, poxa, ele sabia que não ia comer de noite, ele foi pegar outra bandeja. Então, o que aconteceu foi que na hora em que o vigilante sacou da arma pra tomar uma atitude com ele, ele jogou a bandeja no vigilante e aí foi aquele rebu, e tudo bem. Então aí, é um dos exemplozinhos que começou a... Isso aí foi em 1978... aí, o pessoal cobrando aquela posição em cima do Nadir, interventor e tal..., e tudo bem, mas cobrando dele uma posição – e foi chegando a tal situação, que quem declarou realmente a greve... foi o pessoal mesmo. (Ivan – FIAT, Betim, julho de 1983).*

O incidente que Ivan relata caracteriza uma época e, mais do que isso, todo um clima ideológico/cultural, mas surge também como mais um símbolo das transformações que o regime militar imprimiu nas condições de trabalho. As medidas repressivas tomadas pelo Estado sobre o conjunto da sociedade incentivaram a exacerbação das formas de controle do capital sobre o trabalho, visando obter a maior taxa de lucro possível com a exploração da força de trabalho, e isto incluía estabelecer maior vigilância sobre os trabalhadores, bem como uma exigência maior em termos de disciplina.

Na conjuntura fortemente repressiva dos anos 70, onde os sindicatos e/ou outras formas de organização dos trabalhadores foram tão enfraquecidas, os empresários puderam impor uma política de relações de trabalho baseada na repressão, na negação do diálogo, na desconsideração e desrespeito aos direitos sindicais, políticos e humanos dos trabalhadores. Cresceu enormemente o poder das chefias, a quem cabia distribuir as horas extras, definir os critérios e promoção salarial, avaliar o desempenho, exercer vigilância constante para que a delimitação do espaço fosse respeitada, impedir a comunicação entre os operários durante o horário de trabalho, sua locomoção de uma seção a outra e até mesmo dentro de cada seção, além de obrigar os trabalhadores a acelerar o ritmo e dar conta da produção exigida no tempo determinado. (ABRAMO, 1988, p. 228-229).

A ampliação do espaço de ação para o capital, garantida pelas novas condições de convivência no espaço de trabalho e pelo autoritarismo do Estado, possibilitou a consolidação das formas de organização do processo de trabalho mais típicas da indústria moderna, fundadas na separação entre execução e concepção e na expropriação do saber técnico do trabalhador.

A adoção dessas novas formas de organização e controle do trabalho criava condições para a intensificação do trabalho e aumento da produtividade (com o conseqüente crescimento da exploração do trabalhador, que se vai traduzir, entre outras coisas, na intensificação dos ritmos e cadências do trabalho e na crescente utilização de horas-extras). Também a política de cargos e salários das empresas procurou fortalecer o controle sobre os trabalhadores, utilizando a multiplicação das faixas salariais, os critérios de aumento e de premiação como forma de promover o individualismo e a competição entre os trabalhadores. Crescia o número de níveis salariais diferentes, dentro da mesma especialidade, a ponto de a Volkswagen, em São Bernardo, em 1978, ter doze faixas distintas de salário na profissão de torneiro-mecânico (ABRAMO, 1988, p. 222), enquanto a FMB, em Betim, com cerca de 2100 empregados, chegou a ter 980 níveis salariais distribuídos entre as diferentes funções.

Outro recurso utilizado pelas empresas, para estimular o individualismo, era o prêmio por produção. Mário Bigode lembra esse recurso, ao falar do que ele chamou de “ditadura da

Mannesmann”. Ele faz referência ao setor de usinagem, que era rigidamente controlado pela empresa:

*A Mannesmann tem uma ditadura pior das que eu trabalhei até agora... porque ela implanta um horário rígido, porque a parte da usinagem em todas as empresas é a parte mais profissional. Então é a parte de um pessoal que tem uma visão maior. Tem torneiro, mandrilhador, ferramenteiro, afiador de ferramentas. É o coração da empresa. Nem almoçar no refeitório o pessoal da usinagem podia. A alimentação vinha na máquina para ele. Tinha vinte minutos para almoçar, enquanto o outro pessoal ia no escritório, ia lá no refeitório. [...] E tinha o prêmio por produção. O prêmio por produção é aonde começa a destruir a unidade da classe operária, né? Porque você começa a trabalhar em excesso por que você vai receber um dinheiro a mais. E você começa a lutar. Sempre você tem que pegar um serviço melhor. Começa uma disputa, não tem companheirismo. . Então é uma forma de desunir a classe operária. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Essa forma de tratar a questão salarial no interior da empresa, trazendo implícito o objetivo de prevenir a ação coletiva dos trabalhadores na defesa de seus interesses, chegara a ser denunciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, no 1º Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, em 1974:

As grandes empresas possuem uma política salarial própria, que se sobrepõe à política oficial. Os aumentos decorrentes desse regime particular não são submetidos a nenhum organismo de representação dos trabalhadores. São catalogados como mera liberalidade e as empresas os atribuem a quem querem, como e quando querem, dando ensejo a favoritismos e à inevitável animosidade entre os beneficiados e os preteridos. (ABRAMO, 1988, p.223).

Sindicatos sob intervenção ou voltados principalmente para funções assistenciais, trabalhadores competindo entre si por promoções, prêmios ou migalhas diferenciais no salário, atitudes protecionistas e discriminação aberta nas relações com as chefias, como ocorre freqüentemente nos períodos de maior autoritarismo político: nesse clima, torna-se mais comum a premiação de operários que se mostraram mais produtivos e abnegados no trabalho, promovida por entidades ligadas às associações patronais, como o Serviço Nacional da Indústria (SESI), em nível estadual e nacional, como a “Campanha operário-padrão”, elemento constitutivo do discurso oficial que, remando contra a corrente da realidade do arrocho salarial, insiste em promover a harmonia entre o trabalho e o capital. Iniciado nos anos 50, promovido pelo jornal *O Globo*, o então Concurso Operário Padrão acontecia apenas no Estado do Rio de Janeiro. Já na ditadura militar, o SESI firmou acordo com o jornal, para tornar o concurso de abrangência nacional. O SESI se responsabilizaria pela estrutura da campanha e o jornal *O Globo* faria a sua divulgação. Os candidatos a Operário Padrão eram eleitos nas fábricas e, em seguida, passavam para a escolha estadual. O júri estadual era

composto por representantes do SESI e da Federação das Indústrias do Estado, representante da Delegacia Regional do Trabalho, do SENAI, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e da Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social. Uma comissão formada por representantes do SESI e do *jornal O Globo* fazia um exame dos currículos dos operários representantes dos estados, para facilitar ao júri a identificação dos aspectos citados no Regulamento da campanha. Uma vez escolhido o Operário Padrão do Brasil, havia a proclamação e a solenidade com a presença do Presidente da República. (CAMPOS, 2010, p. 10). De acordo com Colbari,

A performance profissional do operário-padrão é uma síntese de virtudes, algumas até incompatíveis quando não são acionadas em momentos e contextos diferentes: submissão, obediência, disciplina, independência, criatividade e autonomia. O núcleo seletivo de operários que possuem essas qualidades é beneficiado com a atribuição de cargos de confiança, uma comprovação de sua competência e, ao mesmo tempo, de sua capitulação diante dos mecanismos de cooptação ideológica manipulados pela empresa. (COLBARI, 1995, p. 200).

Tais condições contribuem para remeter a construção das formas de reação dos trabalhadores para o plano da convivência no cotidiano, para o local de trabalho, para o enfrentamento das situações do dia-a-dia, através da produção de uma resistência, sob a forma de variadas modalidades de luta, que, por quase uma década, estiveram restritas ao local de trabalho.

Esse cotidiano de construção de luta é que parece ter trazido a novidade, no que concerne ao desenvolvimento de uma subjetividade política dos trabalhadores, ao desenvolvimento de práticas por pequenos grupos, que irão se organizar dentro e fora das fábricas. A familiaridade com as lutas no cotidiano parece intensificar-se, aqui, como uma característica nova no comportamento do trabalhador, que se vê sem alternativas fora de sua própria ação e, ao mesmo tempo, como uma consequência inevitável, tanto da omissão dos sindicatos quanto às necessidades reais de suas bases, quanto das dificuldades impostas pelo autoritarismo e pelo clima de delação e competitividade, que só interessava às empresas.

Os movimentos de resistência que surgiram no interior das fábricas no início da década de setenta concretizam a extensão de práticas que já vinham se desenvolvendo, em pequenos grupos, desde 1969, ainda dentro do primeiro ano de vigência do Ato Institucional nº 5. É importante ter claro que não aconteceu o surgimento dos movimentos de resistência como algo que ‘caísse do céu’; tratava-se, antes, das inevitáveis transformações por que a luta teria que passar, uma vez que, no ano anterior, haviam se esgotado as formas de luta que tivessem apelo ao espaço público, com uma liderança visível, institucionalizada como

dirigente de uma entidade representativa da classe ou categoria em questão. Lembremos aqui outro trecho do relato do metalúrgico Paulo, já referido, da Mannesmann, a respeito do jogo de truco que ele e os companheiros promoviam, como forma de se distrair a atenção do segurança, em 1971.

*A gente combinava sair para jogar um truquinho. E nesse truquinho nós tínhamos o almoço. E depois do almoço tinha uma pausa né? Tranquilo. Aí a gente ia discutir os nossos problemas realmente, da luta do operário. Nós começamos a dividir o pessoal em grupos de 5, então fizemos um campeonato de truco. Quatro eram para jogar e um era o juiz, atento, para gente ficar discutindo, se chegar alguém. (Paulo – metalúrgico).*

Da mesma empresa, nos vem a narrativa do torneiro/educador Mário, sobre o início da organização dos trabalhadores no pós-greve de 68:

*Eu trabalhava na oficina central. Minha entrada na Mannesmann foi em 1969. Pra mim foi uma surpresa, né? Porque eu participei da comissão de salário, onde participava também o Ênio Seabra. Nós fomos um grupo de onze trabalhadores, e no meio dos onze, tínhamos o Ênio, e eu consegui entrar na mesma seção, ao lado da seção dele, dentro da empresa. Pra mim, eu não esperava! E a gente fez o primeiro trabalho que o grupo desenvolveu dentro da Mannesmann, que foi o apoio à família do Ênio. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

O trabalho que o grupo desenvolveu para apoiar a família do Ênio Seabra trazia em si a dinamicidade de um princípio educativo. Com a liderança exercida na greve de 1968, ele se tornara um símbolo da luta dos trabalhadores. Demitido sem quaisquer direitos, após quinze anos de trabalho na Mannesmann, Ênio era considerado o mais importante líder operário em Minas Gerais. A sua atuação e as sucessivas prisões que sofreu faziam de sua trajetória uma referência educativa para a identidade dos trabalhadores. Em uma entrevista que concedeu ao Jornal dos Bairros, muitos anos depois, ele contaria parte de sua experiência de militante e sua vida sindical. (ÊNIO SEABRA FOI DEMITIDO, PRESO E CASSADO, mar./abr. 1979, ANEXO B 15).

Ao organizar o apoio e as visitas à família do Ênio Seabra, Mário desenvolvia uma prática educativa junto aos companheiros, sempre no sentido do fortalecimento de uma identidade de trabalhador ator político.

Aliás, a trajetória de Mário, logo que começou a trabalhar como metalúrgico revela constantemente essa preocupação com a formação, essa busca de uma identidade que pudesse fortalecer o grupo de trabalhadores do qual ele estivesse fazendo parte. Filho de operário e com vários irmãos, ele começou a trabalhar ainda na infância e foi ajudante de tropeiro aos

onze anos de idade. Depois, vendedor de jornais em Sabará, entrou para o curso do SENAI aos quatorze anos. Trabalhou ainda como servente de pedreiro e conseguiu o primeiro emprego, aos dezoito anos, logo após ter-se formado, numa firma pequena, em Belo Horizonte. Com dois meses de casa, teve um acidente de trabalho, após o qual ele esteve afastado por seis meses e foi demitido na mesma semana em que retornou ao trabalho. Em seguida, já em 1962, entrou para a empresa Horácio Albertini, onde trabalhou durante seis anos. Sindicalizado em 1963, Mário adquiriu experiência junto aos companheiros de trabalho, passando a entender a luta sindical, vivendo o cotidiano dos trabalhadores que pegavam o trem para sair de Sabará às cinco da manhã e chegavam de volta à noite. Nessa época, passou a acompanhar as atividades do sindicato, para se inteirar melhor dos direitos que tinham os trabalhadores. Como ele próprio definiu, “uma vida que tinha sacrifício demais, mas era aquela vida gostosa de você conviver, de estar com um e outro, aprendendo com um e com outro.” Demitido junto com oito companheiros, após a greve de 1968, na qual fizera parte da Comissão Salarial, Mário trabalhou por um curto período numa empresa menor: “fui demitido em outubro de 68 e fiz uma experiência de um mês em uma firmazinha de um português, não era uma coisa registrada, nem tinha nome”, e entrou para a Mannesmann, em fevereiro de 1969. Ali, ele encontrou condições para trabalhar com os companheiros no sentido de reorganizar grupos de trabalhadores e incentivar práticas educativas voltadas para a formação e consolidação de uma identidade que os fortaleça na relação com o trabalho e com o patronato.

A construção de uma identidade e a atuação que se faz a partir dela - praxis que a consolida como identidade - correspondem, *mutatis mutandis*, à afirmação contra-hegemônica de uma visão de mundo condizente com a realidade do sujeito que ora se constitui em ator político. O operário consolidará, portanto, a sua identidade, quanto mais ele construir sua visão de mundo de forma coerente com sua realidade de trabalhador, de alguém que está consciente da sua condição de explorado, para gerar o lucro da empresa.

A visão que o trabalhador/educador elabora sobre as relações do movimento operário com as bases sociais, das organizações de esquerda, em geral, procedentes de classe média, traz de volta a questão da relação entre os diferentes setores em luta. Lembremos que a entrada de Mário para trabalhar na Mannesmann se deu poucos meses depois da última greve de 68. Na fala desse militante, na sua época de trabalhador da Mannesmann, está presente a relação entre a identidade de uma classe e as propostas e ações de setores que, ainda que aliados, constroem identidades diferentes.

*Ninguém queria discutir sobre greve, ninguém aceitava. Quando você tentava falar qualquer coisa, o pessoal saía e desconversava, então foi um período muito difícil, da gente tentar uma reorganização, e a gente começou então esse trabalho para reorganizar o grupo, onde pudesse dar uma sustentação à família do Ênio. O trabalhador, o operário realmente, neste momento, a gente vê que ele está fora. Como a AP foi uma coisa que veio de uma fusão de AC, JEC, do JOC, JUC e, inclusive, eu não sei se você também foi da JIC que era independente. Então, provém assim de um bloco, mas veio mais um bloco, que não era um bloco operário, era um bloco onde as pessoas tinham conhecimento mais elevado, o operário, realmente, aqui quando estoura a coisa, ele é que se arrebenta. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Aqui, fica inevitável lembrar de trechos deste trabalho, do capítulo três, em que citamos autores (ESPINOSA, 1978, p. 4; ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 88) que chamaram a atenção para a significativa presença estudantil e de organizações de esquerda nas mobilizações dos trabalhadores e nas greves de 68. O distanciamento que foi mencionado por esses autores, influndo no isolamento de setores mais radicalizados, tanto das organizações, quanto da classe operária, é observado por Mário e é ele mesmo que vai mostrar uma alternativa para a continuação da resistência.

A crítica implícita nessa fala vai reforçar e consolidar uma consciência de identidade que se constrói na história da classe. E ela se constrói, muitas vezes, nas práticas de solidariedade, que também vão lembrar as construções do mutualismo e desencadear novas construções de sujeito coletivo. O discurso do torneiro-educador Mário explicita uma clara opção pela identidade da classe:

*Então, nesse momento a gente teve essa decepção e começou um trabalho mais preso ao operário direto. Desse trabalho com o operário direto, a gente conseguiu fazer um grupo, onde, é, dava uma contribuição para a família do Ênio. Só não iam lá. Tinham medo, mas a gente, é... Ficamos assim... Ia com a esposa, mais os meninos e ia o outro companheiro mais a esposa e os meninos, ia assim como família, e não como uma questão individual. Isso aí a gente conseguiu tranquilizar um pouco a Maria das Graças, dar a ela um pouco de apoio, inclusive aos meninos, alguma coisa. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Como se vê, o fato de a visita ser feita por uma família era uma questão de segurança e, pela referência a outras tarefas que eram desempenhadas pelos companheiros que eram solteiros, é possível entender que se tratava de um grupo já organizado, que trabalhou a solidariedade como forma de resistência.

*Porque os outros companheiros que a gente tinha assim também, mais ligação eram solteiros. O Mario Bento era solteiro, tinha outro tipo de trabalho. E dos que caíram com a gente, o pessoal aí foi demitido da Horácio Albertini, a gente manteve um contato unido dentro do grupo que veio do Horácio... Era bem, era uma coisa bem organizada, um grupo de cinco, continuou dando apoio. No Horácio, acho que foram demitidos nove pessoas. (Mário Bigode - torneiro/educador).*



Nesse sentido, pode-se dizer que a conjuntura de autoritarismo que o país vivia, as dificuldades de se organizarem com os seus companheiros, mas, sobretudo, a aplicação, pelas empresas, de um sistema profundamente desrespeitoso para com a dignidade de seus trabalhadores, teriam sido o adubo para que florescessem nas mentes daqueles trabalhadores as disposições para reagir contra as dificuldades. Em outras palavras, a forma pela qual o autoritarismo impregnou as relações na fábrica ocasionaria o surgimento de um operário/ator político mais consciente e mais voltado para ações que, no cotidiano, possibilitassem alguma perspectiva de construção de seus direitos.

Este processo se explicitaria para a sociedade através das greves do final da década de setenta. Isto ocorreu tanto no ABC, em São Paulo, quanto na região de Betim e Contagem, e também João Monlevade, em Minas.

Essa reação dos trabalhadores é interessante de se observar em suas diversas formas, para que se possam identificar, através das diversas modalidades em que ela se organiza, os aspectos do cotidiano operário na fábrica que participam de sua construção. Os níveis de resposta de um movimento social que vai se reestruturando irão se mostrar ligados à questão do saber e, conseqüentemente, às questões que associam, no cotidiano fabril, o saber e o poder.

As diversas mobilizações e lutas que foram surgindo ao longo dos primeiros anos da década de setenta traduzem o que Abramo identificou como a recuperação da dignidade ferida. O trabalhador que, durante todos aqueles anos, vinha sendo humilhado, intimidado, desrespeitado em sua dignidade humana e profissional, busca refazer sua identidade, através de sua construção como subjetividade/identidade política coletiva. O fechamento dos canais institucionais de expressão política leva a luta no espaço fabril a ser colocada como processo de formação de identidade e de subjetividades políticas. Na expressão de Sader, “as lutas nas fábricas e os grupos de base que se constituem com elas recobrem diferentes sentidos e objetivos: o antagonismo revolucionário frente ao capital, a proposta de reformas no interior das empresas, a alternativa democrática frente ao sindicato.” (SADER, 1988, p. 250-251).

Aqui, vale lembrar a experiência de Roberto, também fundador do CAT, sobre seu passado na fábrica. Roberto começou a estudar no SENAI quando tinha treze anos de idade. Sua família viera do interior de Minas e o pai era pedreiro. Jovem ainda, Roberto trabalhou numa fábrica de tecidos e numa indústria cinematográfica. A partir dos dezesseis anos, passou a trabalhar na fábrica de fogões Orsini, que era onde ele estava empregado durante as greves de 1968, de que ele participou. Demitido em 1969, ele passou a trabalhar na fábrica de tubos e caixas Brasilit, onde ficou até final de 1971. Dessa experiência, ele relata problemas que ele e

os companheiros tiveram com a gerência, que, segundo ele, tratava mal os trabalhadores. Ao ser demitido, ele fez o teste para admissão na Mannesmann e na Poligh Heckel, tendo sido aprovado em ambas. Optou por trabalhar nesta última e lá ficou até 1978, ano em que passou a trabalhar com a educação operária, para na escola da Ação Social Técnica, no Bairro Lindéia, em Belo Horizonte. Das experiências nessa última indústria, ele traz o relato de práticas de mobilização.

*Lá na Poligh Heckel a gente teve condição de organizar melhor porque a gente começou a mobilizar novamente em 73, com apoio da igreja, fazer reuniões, discussões e lá, a gente pode organizar né? E nós fizemos, por exemplo, de 74 para 75, umas paradas, umas paradas para banheiro. Para conseguir banheiro. Depois quando cortaram o leite... Nós brigamos por causa do leite. Depois foi a companhia pagava o 13º fixo, um salário fixo, nós conseguimos mobilizar em 75, mais ou menos uma quantidade de 400 pessoas para o sindicato e fizemos uma negociação, eu fazia parte da comissão que estava negociando com a companhia, fazendo assembléias no sindicato depois indo para companhia, nunca tinha havido tanta gente. (Roberto – torneiro/educador).*

E, no seu relato, Roberto lembra também as ações repressivas das empresas, que buscavam intimidar os trabalhadores e manter relações de poder marcadas pelo autoritarismo, por atitudes ameaçadoras e até marcadas pela violência.

*A gente fez uma campanha também, sindicalizando o pessoal. A gente conseguiu começar a mexer com a oposição sindical também. Foi nessa fase aí... Tinha os grupos, por exemplo, na mecânica tinha quatro ou cinco, na solda também tinha. em meados de 76, eles prenderam a gente lá. E eu fui preso também. A alegação da prisão é que tinha sumido 11 toneladas de bronze. E o cara da polícia que prendeu a gente não era da delegacia de furtos e roubos, mas sim do DOPS. E fizeram muita coisa sacana na época, dizendo que a gente era um grupo, que a gente era uma organização comunista e tal. Que a gente fazia muita baderna dentro da fábrica, que a gente incitava os operários a fazer greve e etc. E eu fiquei três dias preso. Inclusive puseram a gente dentro de um quatinho lá escuro, que a gente não conseguia nem sentar direito. (Roberto – torneiro/educador).*

O fato é que essas lutas se constituíram nos instrumentos de formação de um novo operário, possuidor de uma visão politizada da sociedade e do cotidiano. Nesse sentido, a luta no terreno da fábrica envolve a questão do saber, já que o controle do processo de trabalho, e as formas que a reação operária a ele pode assumir, passam, efetivamente, pela questão da expropriação do saber do trabalhador. Analisando dialeticamente o processo, o conhecimento expropriado e recolocado sob as formas organizacionais utilizadas pelo capital, o conhecimento que o trabalhador obtém no trabalho, resultado dessa expropriação/modificação, é que vai subsidiar as formas de luta que ele irá criar no processo produtivo.

É sintomático que essas lutas se tenham iniciado, majoritariamente, entre operários qualificados, tanto no ABC paulista, como na região industrial de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Eles tomavam a iniciativa de questionar a legalidade da fábrica, ou de modificar o ritmo do trabalho, criando formas alternativas de luta que se renovavam sempre, conforme iam sendo superadas pela resposta fabril. Ilustrativa dessa relação entre a qualificação do trabalhador ou um maior conhecimento que ele tenha do trabalho e a ação política é a trajetória de um ex-operário da Krupp de Betim, que se tornou também um dos educadores que entrevistamos. Aristo começou a trabalhar antes de fazer 14 anos, numa fábrica de móveis, onde trabalhavam também outros adolescentes, num total de 10 menores de idade. Quando a empresa colocou para eles um instrutor do SENAI, eles se desentenderam com o instrutor e protestaram, defendendo que podiam “aprender com os marceneiros lá embaixo.” A empresa excluiu os jovens e ele conseguiu emprego numa fábrica de cinzeiros, feitos de pedras de ágata e ametista. Segundo ele, o processo de trabalho nessa fábrica era uma violência contra a saúde do trabalhador, pela exposição ao pó de pedra e à lama gerada com a atividade do esmeril no polimento da matéria prima. Suportou o ambiente por três meses e conseguiu passar numa seleção para o curso de ajustador da Escola Técnica Federal. Formou-se e entrou para trabalhar na Isomonte, onde ele teve a oportunidade de ajudar a solucionar problemas no funcionamento de alguns processos necessários para garantir o ritmo de produção. Vejamos sua narrativa:

*A empresa tinha que entregar dezesseis peças, para fazer a montagem e não estavam sabendo fazer a perfuração render. Fui lá num sábado, sem chefe nenhum para atrapalhar, boleei um sistema de uma cruzeta em cima de tubos, como uma espécie de roda gigante. Em vez de rodar normal, rodava com rolamentos. Montei tudo, soldei e fiz adaptações de antena radial. Aí, só rodava, vinha descendo e perfurava. Eu e um colega furamos as dezesseis. O gerente passou lá, viu o negócio pronto e deu até pulo de alegria e eu ganhei um prêmio de mais um salário. (Aristo – mandrilhador/educador).*

Aristo trabalhou por cinco anos na Isomonte e registra bem essa relação entre a competência no trabalho, o conhecimento na produção e o poder que se pode organizar na fábrica, a partir dessa relação. Outra situação de que ele se lembra, é a sua passagem pela indústria SOLDERING de manutenção de tratores e máquinas de terraplanagem. Naquele estabelecimento, Aristo solucionou problemas na montagem de uma cabine de proteção para grandes tratores de fabricação japonesa que eram utilizados nas obras de construção da rodovia Transamazônica. Mas a sua recordação sobre a KRUPP, onde ele foi trabalhar depois, durante seis anos, também registra fatos importantes dessa natureza e, dentre eles, a

mobilização para tirar as armas de fogo dos vigilantes da indústria. Isso também ele relacionou com a competência no trabalho:

*Quando o operário é qualificado, e ele sabe exercer bem a profissão, então ele não precisa puxar o saco do patrão. Então, ele começa a ver as coisas erradas e começa a questionar com os colegas dele, com aqueles caras que estão ali perto. Aí, realmente isso produz um saber e isso aí vai longe. Isso inclusive aconteceu comigo, quando eu trabalhava na indústria e a gente fez muito isso. A gente trabalhava na máquina. Um exemplo, os guardas lá onde eu trabalhava usavam arma de fogo lá dentro da indústria. Aí, nós questionamos: esse negócio está certo? O guarda ficar armado aqui dentro fica parecendo que a gente está preso... Aí, o pessoal achou: 'é isso aí, não tá legal não!' Então, vamos fazer esses caras tirarem as armas daqui... Aí, organizamos e fizemos eles tirar as armas. A gerência procurou saber: 'quem fez isso?' 'Aqueles caras lá do fundo lá'. Mas aí, vai lá ver a produção da gente: nossa produção é melhor, o serviço sai mais rápido. A gente sabe trabalhar. (Aristo – mandrilhador/educador).*

Por disporem de um maior domínio do conhecimento do processo produtivo, esses trabalhadores mais qualificados vieram a aplicar a criatividade no sentido de levar adiante a sua luta. Além de questionar a organização da empresa quanto a problemas como o dos vigilantes, acima referido, as práticas de resistência vão ao cerne da organização do trabalho, questionando também os processos técnicos, a organização formal do processo de trabalho, interferindo nos ritmos, na lógica da produção, através de operações voltadas especificamente para essas finalidades. A formação dos grupos de operários que desenvolverão o trabalho e as lutas surge como resultado de demanda do capital:

O capitalismo aglomera os indivíduos no seio de uma equipe ou de uma seção de fábrica, pretendendo mantê-los isolados uns dos outros e ligá-los, unicamente através de seus regulamentos de produção. Com efeito, a partir do momento em que os operários se reuniram para realizar um trabalho, estabelecem-se entre eles relações sociais, desenvolve-se uma atitude coletiva, em face do trabalho, dos vigilantes, da direção, dos outros grupos de operários. O conteúdo primeiro dessa socialização no nível do grupo elementar é que os operários que o compõem tendem a organizar espontaneamente sua cooperação e a resolverem os problemas colocados pelo trabalho em comum e por suas relações com o resto da fábrica e com a sua direção. (CASTORIADIS, 1985, p.114).

Os vários grupos de trabalhadores são distanciados entre si, nas diferentes seções da fábrica, mas entre eles circulam os que têm funções específicas que demandam passar por todas as seções da fábrica, a exemplo dos faxineiros e dos mecânicos de manutenção. A experiência de Mário, nesse caso, é interessante de ser lembrada aqui. Depois de trabalhar na Mannesmann de 1969 a 1977, ele passou sete meses trabalhando na SBE e foi chamado para trabalhar na fábrica da Krupp, em Betim. E na Krupp, ele relata que começou a desenvolver com os companheiros um trabalho que fez avançar a luta sindical:

*[...] porque o grupo que tinha dentro da Krupp, muitos que já tinham trabalhado na Horácio Albertini tinham trabalhado juntos na Mannesmann, veio alguém da SBE também, que já trabalhávamos juntos e ali a gente conseguiu fazer uma organização. Começou na usinagem, onde a gente trabalhava, em 1977 e em 78, até a greve, ela cresceu muito. (Mário Bigode – torneiro/educador).*

De acordo com sua narrativa, essa empresa desenvolveu um sistema de vigilância, adotado também pela FIAT e outras indústrias, que consistia em definir o uso de capacetes de cores correspondentes a cada setor da fábrica. Um posto de observação situado acima das instalações e máquinas, que os operários apelidaram de “cabaré”, possibilitava ao chefe ou ao encarregado perceber quando um trabalhador de uma seção estivesse em outra área da fábrica, comunicando-se com os colegas de trabalho. Como cada setor tinha seu capacete de proteção de uma cor diferente, “o pessoal da usinagem tinha que usar capacete verde, o pessoal do transporte de peças usava capacete vermelho, a manutenção era de capacete amarelo, a chefia, os encarregados, capacete branco...”, acontecia de o encarregado descer e mandar sair imediatamente da seção aquele trabalhador que não pertencesse a ela e lá estivesse para conversar com os companheiros. Diante disso, grupo de trabalhadores organizados teve que contar com aqueles que, por dever de ofício, circulassem pela fábrica:

*Então nós concentramos nosso trabalho em três pontos: O mecânico de manutenção, que ele deve desenvolver mais um trabalho dentro das fábricas. O faxineiro, porque o faxineiro não desperta atenção nunca porque ele sempre tem que estar aqui, tem que fazer faxina, em todos os lados. E o pessoal do transporte de peças. São obrigados a circular, então esses nós chamamos de pombo-correio. Eram os caras que levavam o boletim daqui pra lá, trazia recado de lá pra cá... Então a gente se reunia passava o problema lá adiante. Então eles iam e o pessoal nunca pegava, porque nunca via o nosso pessoal sair da seção. Não sai, então você está organizado. Foi a maneira que a gente conseguiu, inclusive, com o pessoal do escritório. A gente conseguiu a ligação com o escritório. Foi a única forma que a gente viu de trabalhar corretamente, fazer o pessoal do escritório e o pessoal da produção se entrelaçar. (Mário Bigode – torneiro/educador).*

Segundo Mário, o trabalho de organização avançava porque muitos companheiros já haviam trabalhado juntos noutros lugares, começando a organização na Horácio Albertini, depois na Mannesmann: “E esse pessoal já estava, já tinha uma consciência, se educou muito rápido. Então, a gente conseguiu dentro da Krupp avançar e, quanto começou a greve de 1978, a Krupp foi a primeira a parar.” (Mário Bigode - torneiro/educador).

Uma narrativa que também traz essa experiência, por parte de alguém que desempenhou esse tipo de ação, estando presente por todas as seções da fábrica, nos vem através da entrevista de outro trabalhador/educador daquela época. Adriano, que trabalhou na FMB, a empresa que fazia a fundição dos blocos de motores para a FIAT, tem uma trajetória

singular. Vindo da Itália, trabalhou, inicialmente, em Teresina, Piauí, através da Igreja Católica, na educação popular. Considerando que a Igreja, como ele mesmo disse, era uma instituição mais para frear do que fazer avançar, mesmo que oferecesse espaço para trabalhar, ele preferiu o movimento sindical, vendo nele um primeiro passo importante naquela época. Segundo ele, não havia nenhum partido, movimento ou sindicato influenciando sua decisão. Ele tinha vivido os movimentos de 1968 na Itália e sabia que desejava atuar como ativista sindical. Veio para Minas e conseguiu emprego de motorista na FMB, em maio de 1976. A FMB chegou a ter mais de dois mil e trezentos trabalhadores, mas Adriano chegou bem no início de sua implantação, sendo, segundo ele, o contratado número quarenta e três. Embora preferisse ser operador de empilhadeira, para trabalhar dentro da fábrica, ao invés de levar e buscar diretores no aeroporto, o que era adequado, por ser da mesma nacionalidade que a maioria deles e, portanto, falar italiano, ele permaneceu por três meses na função de motorista e foi colocado para trabalhar no escritório, próximo da diretoria. Fez amizade com o líder dos encarregados e, como passou a ter horário mais regular, fez um curso noturno de eletricidade, o amigo o apresentou ao chefe da manutenção geral e Adriano conseguiu passar a ser eletricitista de manutenção na FMB: *“Então, eu mudei de três setores, assim, fazendo amizade em cada setor, não é? Então depois de dois anos assim, eu era conhecido em toda fábrica, porque eu tinha percorrido todos os setores. E, esse era o motivo de conhecer melhor.”* (Adriano – eletricitista de manutenção/educador).

Nessa mesma entrevista, ele faz uma avaliação positiva da função que passou a exercer, do ponto de vista da solidariedade, e observa que, na atividade de manutenção, enquanto a máquina está quebrada, parada, sendo consertada, aí se pode conversar:

*No trabalho de manutenção preventiva, você pode conversar à vontade. Dá mais espaço para isso. Então, a partir daí, chegamos a organizar a comissão clandestina, que preparou a greve de 1978 e ficou tudo marcado, como fazer, como não fazer e tudo o mais. Em 1977, 78, começamos a falar um pouco de uma maneira diferente, partiam para os quebra-quebras de trens, dos ônibus, no Rio, em São Paulo, aqui em Belo Horizonte.* (Adriano – eletricitista de manutenção/educador)

A constatação de que as greves operárias, que voltam ao cenário no Brasil em 1978, ocorrem associadas a um período de resistência construída no dia a dia pelos trabalhadores mais qualificados está presente nos trabalhos de vários autores, como já vimos. Humphrey deixa claro que “na maioria das fábricas, os operários qualificados tomaram a iniciativa” e que eles “formaram a primeira linha de oposição aos empregadores. Para eles a greve era menos perigosa, como comentou um operário qualificado da Volkswagen: A gente briga é

pelos outros, e até entendemos que demorem a aderir. É difícil, para um chefe de família que ganha 4.000 cruzeiros, tomar a decisão de parar. Eles têm medo. E é um medo justo.” (HUMPHREY, 1982, p. 166). Laís Abramo também afirma que os trabalhadores mais qualificados, sobretudo os ferramenteiros, “puderam preservar, ao longo desse tempo, algumas defesas contra o embrutecimento provocado pelo processo de trabalho, contra a vigilância e repressão de seus agentes, contra a rotatividade e a insegurança no emprego, detendo assim condições mais favoráveis para o desenvolvimento de certas experiências de resistência e ação coletivas. (ABRAMO, 1988, p. 235).

De acordo com Márcia Leite, já desde o final da década de 1960, o movimento operário demonstrou, na França, na Itália, nos Estados Unidos e em diversos outros países, a vulnerabilidade da “organização científica do trabalho”. Segundo ela, o movimento que irrompeu em maio de 1968, na França, com greves, inclusive de ocupação, que envolveram milhões de trabalhadores, exigindo a redução dos ritmos de trabalho, redução da jornada semanal de trabalho, questionava vigorosamente “a rígida disciplina imposta nos locais de trabalho, a vigilância e arbitrariedade patronal exercidas sobre os trabalhadores, aos sistemas de pagamento baseados nos prêmios de produção e nos salários individualizados.” (LEITE, 1994, p. 72). A autora observa, ainda, que “não só se evidenciou a facilidade com que alguns operários de uma seção, onde se produzia a peça fundamental do produto a ser fabricado, poderiam paralisar o trabalho de toda uma empresa, como que a eficácia da “organização científica do trabalho” vinha se mostrando cada vez mais incapaz de se manter imune a formas de resistência não declaradas, como o absenteísmo (que aumentou consideravelmente a partir de meados dos anos 60, praticamente duplicando seus níveis em relação ao período anterior), o *turnover* (que também se elevou significativamente nesses anos, tendo atingido 25% da mão-de-obra da Ford americana em 1969) e o trabalho malfeito manifestado nas quebras dos ritmos, no aumento de peças defeituosas, no crescimento do desperdício.” (LEITE, 1994, p. 78).

A autora registra, ainda, que, “ao impedir o aprofundamento constante dos princípios norteadores da “organização científica do trabalho”, necessários à garantia dos ganhos de produtividade e da extração da mais-valia, os trabalhadores tornam a organização taylorista/fordista do processo de trabalho ineficaz em seu objetivo mais fundamental: o aumento da produtividade, através da elevação constante dos ritmos de trabalho.

Até onde os trabalhos dos autores mencionados e os registros obtidos com as entrevistas de trabalhadores da região de Betim, Belo Horizonte e Contagem, permitem afirmar, parece coerente entender que as primeiras formas de resistência contra as condições

impostas pelo patronato em uma conjuntura que combinava o arrocho salarial com o despotismo nas relações de trabalho e na sociedade, a super-exploração do trabalhador com o autoritarismo impregnando a vida cotidiana e marcando profundamente o dia a dia do local de trabalho tenham surgido entre os trabalhadores mais qualificados dos setores mais modernos da indústria. Além disso, é bom lembrar que o setor da indústria em que as primeiras greves voltam a ocorrer tem destacada participação na integração cada vez mais forte do Brasil na economia internacional, no que concerne ao desenvolvimento de um setor de ponta, caracterizado por maior intensidade no processo de transferência de tecnologia.

Assim, é tentador imaginar que a reorganização do movimento operário vai acontecendo como uma contrapartida dialética das transformações em curso no capitalismo brasileiro, e como desenvolvimento de contradições que atravessam também os movimentos sociais. Todavia, para uma análise que se direcione também para a vida cotidiana, é suficiente a explicação dada muitas vezes pelos próprios trabalhadores, para quem o trabalhador qualificado tem mais valor no mercado de trabalho e maior facilidade para obter novo emprego, caso venha a ser demitido. Dessa autoconfiança, viria, então, uma disposição para desenvolver uma ação política consciente e organizada em defesa de seus interesses e, mais ainda, em defesa de sua dignidade. Os tempos difíceis da luta contra o despotismo de fábrica, contra a degradação de suas condições de vida, propiciaram as condições para a formação das consciências na luta, o desenvolvimento concomitante de um agir fundado em uma subjetividade política de trabalhador. Isto significa, é claro, um avanço considerável em direção à construção de sua própria identidade como grupo e como sujeito.

A fala de Mário sobre o crescimento político do grupo de trabalhadores do Mutirão leva nossas constatações a um nível mais completo, que é o da formação da consciência política, incluindo aí um plano, uma preocupação efetiva de formar o “operário sujeito-político”. E esse sujeito político se constrói nas pequenas lutas do cotidiano da fábrica, que devem ser trabalhadas pela atividade de formação, como ele descreve, ao falar das “brigas” pela refeição, da mobilização contra a cantina, na Mannesmann, por exemplo.

*Foi quando fizeram a briga contra a cantina, o trabalhador reclama muito contra a alimentação. A alimentação dentro das indústrias é de primeira qualidade, os gêneros são de primeira qualidade e não é mal feita, não vemos isso. Mas aí a gente tinha ver o que fazer. Porque o pessoal dava briga direto, porque o arroz não foi bem catado, tinha pedra no feijão, é, a verdura estragando..., então, essas são as brigas dos trabalhadores. (Mário Bigode - torneiro/educador).*



Colocar outro foco para a luta é atividade de formação, como esse mesmo educador mostra em seguida. Segundo sua narrativa, as reuniões por ocasião do jogo de truco serviam mesmo para isso. Nessas reuniões com os companheiros, ele cita alguns nomes: Djalma, Arimateia..., ele se recorda das conversas com eles, alguns dos quais sempre mencionados pelos apelidos... Zé Mexedor, Pardal, Dedão, Tatu, formas de tratamento que se incorporam ao cotidiano da amizade e da solidariedade dos trabalhadores. Alguns desses companheiros já haviam participado das mobilizações na indústria Horácio Albertini, em que o Mário relata ter trabalhado antes, sendo que foram, juntamente com ele, demitidos. Esses diálogos revelam uma pedagogia destinada a modificar transformar um pouco o olhar desse sujeito trabalhador, na busca de uma visão mais de totalidade dos processos que sobre ele incidem no cotidiano. Através dessa reflexão, com os diálogos no grupo, eles começam a ver que existem formas de escamotear a luta do trabalhador, segundo Mário: “... o trabalhador começa a brigar contra a cantina, a brigar com outro companheiro que está dentro do trabalho. E desvirtua a luta sindical, a consciência da classe, porque o problema *não é a cantina*.” Ao argumentar junto aos companheiros, ele vai valorizar e, ao mesmo tempo, apontar os limites de pequenas ações do cotidiano de mobilizações, para em seguida explicar a dimensão pedagógica das reuniões do grupo:

*Hoje, nós trazemos a marmita em protesto, eles vão sentir, mas nós não podemos pegar a briga pelo refeitório como a briga da categoria. A briga da categoria tem que ser por salários, melhores condições de trabalho, mais respeito, é trabalhar menos e ganhar mais, mostrar onde existe o antagonismo entre o trabalhador e o patrão. E esse era o tipo de educação que a gente fazia, nesse período de Mannesmann, de mostrar, é..., que, digamos, a classe operária e a classe patronal são antagônicas. Porque um quer lucro, outro quer salário, então não tem jeito de dar certo. Meu salário só aumenta se eu tirar o lucro do patrão e o lucro dele só aumenta porque ele está tirando do meu salário, então nós temos que ter uma briga séria, uma briga ferrenha, não tem patrão bom, não tem nada, pra ele, você é bom enquanto dá lucro. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

A fala de Mário Bigode sobre o crescimento político do grupo de trabalhadores do Mutirão nas ações do cotidiano da fábrica leva nossas constatações a um nível mais completo de elaboração, que é o da formação da consciência política, incluindo aí um plano, uma preocupação efetiva de formar o “operário sujeito-político”. Todo esse processo constitui uma sucessão de acontecimentos e experiências desses trabalhadores, experiências que, ao longo de suas vidas, vieram acrescentando à sua realidade um tipo de consciência que, ao mesmo tempo, aponta para mudanças na composição da classe. Aqui, vale observar, conforme nos mostra Santos, que:

Também a própria história de vida de cada trabalhador dentro, ou fora da fábrica, impacta na apreensão que ele faz da realidade. Logo, o coletivo não é algo dado e, por isso, a única fonte de inspiração dos trabalhadores, ainda que nele repousem os melhores exemplos da “inteligência operária”. Portanto, a interação entre o sujeito e o seu coletivo é elemento central e mola mestra na pedagogia do trabalho. Esta é uma das marcas da força do trabalho como princípio educativo. (SANTOS, G. 2010, p.78).

Essa interação entre o sujeito e o coletivo está presente na experiência de fábrica de outro companheiro que também trabalhou no Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador. Trata-se do Jonas, que trabalhou na FIAT de Betim durante três anos e meio e que também vivenciou alguns momentos de mobilização naquela fábrica. A sua classe de origem seria de classe média, segundo ele próprio declara. Sensível às inquietações que lhe vinham com a visão da pobreza nas grandes cidades do país, com a enorme distância entre ricos e pobres, Jonas procurou alternativas possíveis para algum tipo de ação sobre a questão social. Mudou-se para Vitória, onde residiu por um ano, para estar próximo de um tio, arquiteto, que abandonara a arquitetura para se dedicar ao movimento popular, às causas populares. Em Vitória, ele começou a ter participação nos movimentos populares, a dar aulas no Mobral, procurando aprender mais sobre Paulo Freire, em direção a uma proposta voltada para o esforço de organização das comunidades e da classe trabalhadora.

Regressando para Belo Horizonte, Jonas entrou para a universidade e cursou os primeiros três semestres do curso de ciências sociais. Interrompeu o curso, porque, segundo ele,

*[...] surgiu a idéia de trabalhar num serviço mais... dinâmico. Dinâmico, assim, você está mexendo com a produção. Intelectualmente, eu não tinha nenhuma proposta intelectual, não é, de acabar o curso, me tornar um cientista social. Nunca tive essa preocupação, não é? E, foi nesse momento que eu também já comecei a ter contatos com o pessoal, que na época já era da pastoral, operários. Tive contato com o Adriano, tive contato com o Mário, certo? (Jonas – mecânico de manutenção/educador).*

Depois de interromper o curso na universidade, Jonas decidiu trabalhar como porteiro em um cursinho pré-universitário, mas decidiu fazer cursos do SENAI, para ter uma profissão e entrar numa indústria. Fez um curso de mandrilhador no SENAI e depois apareceu a oportunidade de fazer um curso na Escola da FIAT, onde ele seguiu o curso de mecânico de manutenção. Entrou para a fábrica.

*Eu era mecânico de manutenção. Poxa, você fica totalmente livre, sabe? Você anda a fábrica inteira, você encontra quem você quiser. Tem uma postura mais livre, mesmo porque você vai dar uma manutenção numa máquina, vai lá e dá essa manutenção, deixa a máquina lá e sai, por exemplo, você pode estar indo no banheiro, é difícil um controle, mesmo porque muitas vezes você vai sozinho, você vai lá sozinho dar uma manutenção na máquina, não vai um cara querer ver o que você está fazendo, a não ser numa situação de uma máquina de produção, emperrou, o negócio não está saindo, aí vem um punhado de gente, vem o seu chefe para ver e tudo, mas normalmente são problemas que você resolve rápido e tudo te dava essa tranquilidade, tanto que meu galpão era bem distante do do Vasco, por exemplo, e eu ia muito lá no Vasco. (Jonas - mecânico de manutenção/educador).*

As mobilizações aconteciam e Jonas participava de sua organização:

*Uma vez aconteceu de nós organizarmos um..., chamava bandejaço, na época. Era um protesto contra as demissões que estavam ocorrendo, a gente ia para o refeitório e, durante alguns segundos, batemos no bandeirão. Aquilo aconteceu, estourou, Fizemos o bandejaço e eu fui denunciado, sabe? Um cara lá da própria cozinha, chefe lá, me denunciou. A polícia da Fiat, a segurança da Fiat veio, me pegou, pegou a minha carteira profissional. Me levaram ao chefe lá e não me mandaram embora naquela época. (Jonas – mecânico de manutenção/educador).*

Outra situação que ele descreve foi anterior a essa e vem dos seus primeiros tempos de trabalhador da FIAT. Ao ser admitido na fábrica, Jonas trabalhou inicialmente como motorista. Seu trabalho era pegar os carros no final da linha de montagem e levar para os pilotos de teste. No trajeto, havia uma série de avisos, limitando a velocidade a quarenta quilômetros por hora, fato que tinha impacto sobre a produção: na realidade, segundo os trabalhadores, a velocidade mantida até 40 km/h reduziria o ritmo da saída dos veículos da linha de produção e provocaria congestionamento. Foi uma oportunidade para que se colocasse à prova a coerência entre um discurso disciplinar da empresa, da legalidade da fábrica e o seu sentido efetivo no processo de produção.

*Eu lembro que, quando a gente batia o carro também, sempre a culpa era do motorista. “Olha a placa aí! Tem toda essa sinalização!” Então a gente discutiu, “vamos começar a seguir a sinalização, só para o pessoal ver que, a sinalização aqui é para tirar a culpa da empresa. Olha: tudo sinalizado aí, mas, na verdade não é possível isso.” E começamos a andar dentro daquelas sinalizações. Andamos a 40 km/h, no máximo, e deu aquele congestionamento. E o chefe: pô, assim não dá! Vão rápido, pô! Você está vendo então que é impossível você ficar ligando aí para o que ta escrito, está certo? Mas o importante é o que? Tem que sair, tem que passar, tem que tirar o carro porque está saindo a produção, você está entendendo? (Jonas - mecânico de manutenção/educador).*

Os relatos de Mário, Jonas, Aristo, Roberto, Adriano e outros que trabalharam nas fábricas nos trazem uma visão pontilhada por ações que denotam resistência dos trabalhadores ao cotidiano da produção.

Friedman vê as várias formas de resistência do trabalhador como individuais e coletivas. As formas coletivas de resistência do trabalhador podem ser divididas entre as altamente organizadas ou resistência institucionalizada, e resistência coletiva espontânea. Segundo ele,

[...] os trabalhadores podem resistir sistematicamente a ordens particulares discutindo coletivamente através de seus representantes sindicais, através de sabotagem, seguir os regulamentos à risca (chamada de operação zelo), ou a “marcha lenta”, desacelerando a produção, ou as greves relâmpago. (FRIEDMAN, 1977, p.51).

Le Ven observa a questão da resistência, individual e coletiva na fábrica da FIAT, associando-a com o processo da “autoconstrução do operário-massa” no espaço fabril:

As formas de resistência individual e coletiva dos trabalhadores da Fiat contestam o "Sistema Fiat" diretamente, por ser um processo de dominação e de controle do seu tempo e da sua vida no próprio processo de trabalho, combatendo o modo fordista de produção da mais valia. Nessas resistências, há pouca referência à monotonia e "repetitividade" das tarefas do trabalho, e muitas denúncias das estratégias empresariais de exploração do tempo fabril, organizado para exercer um controle definitivo da vida dos trabalhadores. Estes constroem sua autonomia como "operários-massa", em três campos específicos: na resistência individual e coletiva, à retenção do saber pelo "Sistema Fiat", na quebra do ritmo de produção através de iniciativas individuais em forma de "sabotagem" e, enfim, na denúncia veemente do sistema de vigilância policial. (LE VEN, 1988, p. 132)

Observar sob esse prisma as transformações na consciência de classe e na ação política dos trabalhadores vai apontar para uma consideração de Beynon, que defende que, como o processo produtivo tem uma base social, a fábrica pode ser vista como uma coletividade administrada, operando em ações coordenadas com a sociedade. Para ele, isto sinaliza que

A contradição entre a produção fabril e a produção de elementos contraditórios da consciência de classe, está enraizada no fato que a exploração dos trabalhadores é realizada através de atividades coordenadas coletivas, tanto na fábrica, quanto na sociedade em geral. (BEYNON, 1980, p. 102)

Tais elementos contraditórios da consciência de classe poderiam ser encarados à luz da concepção de conflito de hegemonias de Gramsci e ajudariam a entender como é que o fordismo, juntamente a todo um sistema organizacional que ultrapassa os limites da fábrica, chega a se imiscuir na cultura e nas práticas da gestão passando a ter presença no cotidiano e no senso comum e a constituir um obstáculo ao desenvolvimento da autonomia operária. Nesse sentido, Le Ven cita um trecho do jornal “Debate Metalúrgico”, de setembro de 1979:

A Fiat sabe que os trabalhadores não estão satisfeitos. Ela tem medo de uma paralisação e quer garantir um estoque de 15 dias, no mínimo. Por isso, ela vai continuar a exigir mais horas-extras e aumentar a velocidade da linha. Atenção, dona Fiat, não somos seus escravos. Atenção, companheiros, a hora-extra só serve aos patrões. Temos que nos organizar para nós mesmos decidimos qual deve ser a velocidade da linha de produção, como já é feito nos países da Europa. (LE VEN 1988, p. 179-180).

Segundo Le Ven, esse mesmo jornal informou sobre uma operação-tartaruga realizada na linha de montagem da FIAT, “exatamente quando ela aumentava ao ritmo de produção para criar estoques, provavelmente, para desincentivar uma paralisação.” (LE VEN, 1988, p. 180).

Por outro lado, o registro que temos, a partir das entrevistas com os educadores, aponta uma experiência de operação tartaruga, desta vez, na Mannesmann, que não teria sido bem sucedida.

*É... em 1974, a gente teve um trabalho, onde a gente viu que o trabalhador não consegue fazer operação tartaruga, isso não funciona, e, e, nós fizemos uma operação tartaruga na Mannesmann... Era amarrar o máximo a produção, estourar todos os tempos de serviço e, vimos que não funciona. O trabalhador isso funciona muito quando está bem incentivado, três dias. O trabalhador, ele começa a amarrar o serviço, fazer um boicote. Daí a pouco a produção dele vai crescendo automaticamente, ele tá habituado a fazer um trabalhão, é tão explorado que ele não consegue amarrar o serviço. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Mas ele faz uma análise do fato de não ter funcionado a operação, uma explicação que se liga ao cultural/comportamental.

*Não funcionou porque falta consciência, ele é muito honesto. O trabalhador é muito honesto, então ele não consegue, então foi uma tentativa, onde a gente viu que não é por aí. Então, a lutar mais, tem que ser direcionada à luta sindical e funcionou mais a solidariedade aos trabalhadores, na forma de luta mais direta, de atrito com a chefia, é brigar mesmo contra exploração, mostrar o que é a chefia, o que é o empregado. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Outro educador, que é o Adriano, também explica pelo caminho da cultura e pela questão da procedência rural de grande parte dos operários da época. Ele recorre à questão do orgulho pessoal do trabalhador que deseja mostrar que trabalha bem, que dá conta do serviço, que faz bem feito. Essa postura seria uma dificuldade, um entrave a qualquer prática de sabotagem que envolvesse o seu próprio trabalho.

*[...] a vontade das pessoas, de se qualificar, é sempre muito grande, em mostrar que sabe fazer um serviço e sabe fazer bem. Isso, aqui, é um ponto fundamental de honra. Por exemplo, eu, na experiência italiana, conheci muito o fato, por exemplo,*

*de usar uma tática, de luta, como sabotagem, operação tartaruga, e tudo o mais. Aqui no Brasil, havia dificuldade de apresentar tudo isso. Porque isso é contra o orgulho das pessoas. As pessoas fazem questão de fazer um serviço e mostrar que é bem feito mesmo, os mais simples, não é? Que dá conta, que trabalha muito. É uma realização pessoal. Então, essa cultura, vamos dizer, não é uma cultura de classe, é uma outra cultura bem diferente, uma cultura mais agrária, mais, é, mais também, é cultura mesmo, não é? Confronto, os trabalhadores tem, possuem. Então, há uma necessidade de conhecer, porque é típico, do que faz o trabalhador urbano, atual, no Brasil. E, talvez, é um tipo de afirmação, não é? (Adriano – eletricitista de manutenção/educador)*

O que importa nessas observações, no entanto, que são pertinentes ao encararem as lutas localizadas no processo de trabalho, é o significado e a presença das práticas educativas, das práticas formadoras que impregnam essas lutas e a trajetória desses militantes.

Ao mesmo tempo, é importante situar os marcos históricos das lutas, os eventos que foram cenário de continuidade e formação das atividades desses educadores. E, nesse ponto, as greves do período 1978-1979 na região industrial em que eles atuavam são extremamente significativas, porque mostram importantes conexões com as práticas desenvolvidas por esses militantes, entre elas, as que resultaram nas comissões de fábrica.

O caráter inovador que estava envolvido numa greve que começou dentro da fábrica, é mostrado na entrevista do dirigente sindical Nadir Pinheiro:

*A greve, ela foi puxada pelos próprios trabalhadores, dentro das próprias empresas, né? E estourou de uma hora para outra. Eu estava em casa, era mais ou menos uma meia noite, quando chegaram em casa me chamando. Falaram: - Ô Nadir, levanta, que a FIAT está em greve. Não foi o sindicato que organizou a greve não. Um grupo de trabalhadores organizou a greve. Aí, eu fui surpreendido dentro da minha casa, mais ou menos uma meia noite, com a notícia que a FIAT estava em greve. (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1999, p. 52).*

A greve de outubro de 1978, em Betim, já referida no capítulo 3 deste trabalho, teve a participação de mais de dez mil metalúrgicos da FIAT, FMB e KRUPP. Teve a duração de sete dias e é digno de nota o apoio recebido de associações de bairros, de estudantes e de sindicatos.

O movimento enfrentou uma reação das empresas, que distribuíram boletins dizendo que uma pequena parte dos trabalhadores estavam falando por todos e tentaram confundir os trabalhadores, afirmando que aceitariam determinadas reivindicações que, na verdade, não estavam dispostas a aceitar. As reivindicações dos grevistas eram: aumento de 20% além do índice oficial, que era de 43%, pagamento das horas paradas, reconhecimento das comissões de fábrica, reajuste trimestral de salários, piso salarial de três mil cruzeiros, abono de férias equivalente a 150 horas, readmissão dos demitidos, congelamento do preço da passagem do

ônibus da empresa, melhoria da comida. E, mostrando preocupação com a saúde dos trabalhadores, além de exigir pagamento de insalubridade, o movimento questionava o ritmo acelerado de trabalho, a poluição no local de trabalho e a falta de segurança. (DECISÃO FOI APLAUDIDA POR 4 MIL TRABALHADORES, out. 1978, ANEXO B 16). Por seu lado, a FIAT respondeu, inicialmente, que não negociaria, não faria acordo com a categoria em greve, para depois propor aumento de 3 a 12%, com três antecipações, 8% em janeiro, 2% em abril e 5% em julho. Garantiu, ainda, que não demitiria ninguém durante 30 dias e que concederia o uniforme, o congelamento do preço das refeições e do transporte. Exigia, por outro lado, a compensação das horas paradas. Os trabalhadores realizaram uma assembléia no dia 27 de outubro, na qual decidiram não aceitar essa proposta.

O Tribunal Regional do Trabalho considerou a greve ilegal, mas aprovou o aumento de 3 a 12% acima do índice do governo. (TRT DECIDE DAR AUMENTO A GREVISTAS, out. 1978, ANEXO B 17). Como vimos no capítulo três, a greve foi considerada vitoriosa. Teve a capacidade de unir os trabalhadores e mostrar para eles a importância de terem um sindicato forte. O enfrentamento com a empresa era desigual, mas seus diretores cometeram equívocos: como acreditavam que a greve era do interesse apenas de uma minoria, cederam ônibus para que os trabalhadores pudessem ir à assembléia, pensando que a proposta empresarial seria aprovada, o que não aconteceu. “Os patrões fizeram vários tipos de ameaças, como grampo em telefones, prisões e demissões. A polícia também agiu de forma violenta. A Rede Globo ajudou na desmobilização do movimento” (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1999, p.61). Outra atitude questionável da FIAT foi ter dado carta branca aos policiais da empresa em suas ações contra os trabalhadores grevistas. (DENÚNCIA: FIAT DEMITE E MANDA PRENDER, out./nov. 1978, ANEXO B 18).

Em assembleia realizada no sábado, dia 28 de outubro, os trabalhadores autorizaram, por 245 votos contra 235, a diretoria do sindicato a negociar com os patrões em torno da proposta de conciliação da Delegacia Regional do Trabalho. (JORNAL DOS BAIRROS, out./nov. 1978, ANEXO B 19).

A imprensa noticiou o fim da greve, com as palavras dos representantes das empresas. Segundo o gerente de comunicação da FIAT: “ontem, o trabalho foi normal. O pessoal do primeiro turno entrou às 5h30m e foi substituído, como sempre pelo do segundo turno, às 14h30m. No sábado, os empregados retornaram ao trabalho espontaneamente, sem nenhuma pressão”. Coisa semelhante foi dita pelo relações públicas da FMB: “Não existe ninguém parado aqui dentro. Os que decidiram continuar a greve não vieram.” Também o assistente da diretoria da Krupp declarou: “Dos 130 operários que trabalham no turno da manhã, com início

de jornada às 6h, 112 compareceram ontem.” (NORMALIZADO O TRABALHO ONTEM NA FIAT, FRUPP E FMB EM BETIM, out. 1978, ANEXO B 20).

Uma avaliação dessa greve foi publicada no jornal Movimento, com um texto que falava das vitórias e do aprendizado obtido com a greve. De acordo com o texto, para muitos operários, a maior vitória foi a experiência adquirida com o movimento. Para a imensa maioria dos trabalhadores, era a primeira greve que faziam na vida. Tiveram, como mostra a matéria do jornal, a oportunidade de discutir nas assembleias e de que teriam que aperfeiçoar a organização, para fazer face às reações das empresas: houve 12 demissões de grevistas na FIAT e a polícia particular da empresa chegou a cometer violência contra trabalhadores. Ter sido aprovado pelo Tribunal Regional do Trabalho um aumento superior ao índice do governo pela primeira vez, desde 1965, em dissídio coletivo, era também um indicador positivo. Segundo a matéria do jornal, os trabalhadores já consideraram uma grande vitória terem mantido a greve por uma semana: “Onze mil trabalhadores da FIAT, KRUPP e FMB mostraram um alto espírito de luta e conheceram o valor da greve como arma para conseguir melhores salários e melhores condições de trabalho, disse um metalúrgico da FMB.” (FIAT: VALEU A EXPERIÊNCIA, out, 1978, p. 8 ANEXO B 21).

O que chamamos de caráter inovador da greve de 1978 vai na direção da relação entre a vida no cotidiano da fábrica e a construção da política. Nesse sentido, foi marcante nas greves de 1978 e 1979, em Minas, a conquista das comissões de fábrica, que foram organizadas com o apoio da Pastoral Operária e das oposições sindicais da região Metropolitana de Belo Horizonte.

Eram formadas por uma maioria de trabalhadores qualificados, que discutiam, dentre outros temas, a validade da atuação em nível dos sindicatos e o processo de trabalho dentro das novas indústrias instaladas em Betim. Seus membros organizaram e lideraram as greves do pólo automotivo em 1978 e 1979. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 194).

Como foi colocado antes, no capítulo 3 deste trabalho, a dimensão de princípio educativo se fez presente no contexto da experiência de fábrica desses educadores. É interessante acompanhar a narrativa de Adriano sobre a comissão construída na FMB. Ao exercer seu trabalho de eletricitista de manutenção, ele encontrava, como informou na entrevista, um campo enormemente favorável à consolidação de laços de amizade e solidariedade. É nesse campo que as formas de organização vão encontrando seu caminho.



Nessa mesma entrevista, ele faz uma avaliação positiva da função que passou a exercer, do ponto de vista da solidariedade, e observa que, na atividade de manutenção, enquanto a máquina está quebrada, parada, sendo consertada, aí se pode conversar:

Adriano enfatiza a relação de amizade e o fator solidariedade que ele parece ver como fundamentais para as atividades que o grupo desenvolvia. E o conhecimento que possibilita o controle da produção tem valor estratégico, que não pode ser desprezado. Os trabalhadores mais especializados detinham um conhecimento que favorecia o diálogo com o objetivo de se obterem melhores condições de trabalho.

*Então, uma solidariedade muito grande, desinteressada. Havia esses ambiente, no trabalho, onde, você pode contar com o outro, é que se cria laços diferentes. [...] Agora, o eletricista, o ferramenteiro, dá para você ver, que eles tem muita solidariedade, muita capacidade, a partir daí, nasceu um pouco do controle da fábrica, uma decisão mais profunda, um convite a participar de reuniões, bate-papos, na hora do almoço, da janta, ou no turno da noite, tem muito mais tempo para conversar, porque, na certa, tem uma máquina quebrada, então, enquanto se conserta a máquina, aí se pode conversar. No trabalho de manutenção preventiva, você pode conversar a vontade. (Adriano – eletricista de manutenção/educador).*

O relato de Adriano registra os encaminhamentos havidos e descreve a formação da comissão de fábrica na FMB. No contexto da greve de 1978, os trabalhadores pressionaram o sindicato para que ele incluísse o reconhecimento das comissões de empresa e a estabilidade de seus membros na pauta de reivindicações da categoria.

Após a greve de outubro daquele ano, a FMB se dispôs a discutir a comissão de fábrica com o grupo de trabalhadores que havia organizado o movimento grevista. Os representantes dos trabalhadores e a empresa divergiram com relação aos objetivos, à constituição, à composição e à estrutura da Comissão Interna de Empresa. A discussão durou desde o encerramento da greve até março do ano seguinte. Trabalhadores e empresa apresentaram versões divergentes para o que seriam os estatutos da comissão, sua regulamentação e a forma de implementação que ela teria, mas o modelo que prevaleceu era o que privilegiava a proposta patronal (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1999, p. 56). Pela proposta dos trabalhadores, a comissão teria como foco todos os problemas ligados ao processo e às relações de trabalho na fábrica. A comissão teria, inclusive, direitos de co-gestão naquilo que afetasse os trabalhadores, direta ou indiretamente.

A empresa, por outro lado, definia restrições quanto aos temas que poderiam ser tratados pela comissão, tirando de sua alçada todo o que tivesse a ver com o processo e a organização do trabalho. Ela teria, na verdade, um papel mais consultivo e seus membros teriam a atuação subordinada à Comissão Fiscal, que por sua vez, era composta por 6

membros, sendo 3 representantes da empresa e três representantes dos trabalhadores, e seria presidida pelo Diretor de Relações Industriais da FMB.

O estatuto da Comissão foi aprovado na reunião de três de março de 1979, que é quando ela passa a ter existência oficial. Mas era um estatuto que limitava e cerceava as condições de atuação da comissão. Dessa forma, seus dirigentes, que eram militantes da campanha salarial e da greve de 1978, sentiam reduzida a sua capacidade de manter a organização dos trabalhadores. Isto ocasionou, entre os trabalhadores da FMB, inclusive entre os membros da CIDE, um desinteresse que fez com que eles se afastassem da comissão. Entre as razões desse afastamento, estaria também o clima tenso que resultava da intervenção ministerial no sindicato e das demissões dos líderes das greves de 1978 e 1979, pela FIAT e pela FMB (embora, no caso desta última, ficasse preservada a estabilidade dos que participavam da comissão de fábrica). Esse desinteresse dos trabalhadores em relação à CIDE ficou mais evidente em 1981, com a vitória da oposição sindical nas eleições para o sindicato dos metalúrgicos de Betim e com o surgimento de um boletim que denunciava o comprometimento dela com a empresa. (NEVES; FREITAS, 1999, p. 197). No final do ano de 1982, a FMB decidiu fechar a comissão, declarando-a extinta.

Cumprir observar aqui, tanto nos processos que levaram à formação da comissão de fábrica quanto aos que convergiram para o desencadeamento da greve de 1978, o papel desses trabalhadores formadores, desses sujeitos que organizaram os grupos de solidariedade que fizeram avançar a construção dessa subjetividade de trabalhadores empenhados na ação política.

Adriano faz uma análise do processo de lutas que levou até a formação da comissão e também da composição do grupo que a organizou, lembrando de contatos com trabalhadores de outras empresas:

*Bom, evoluiu no sentido de que a luta se organizou. A gente conseguiu organizar essa comissão, inicialmente clandestina, e organizar a luta sindical, e participar da comissão sindical, em geral, depois especificamente, em Betim, conhecer o pessoal, também, de outras firmas, organizar a primeira greve, depois a segunda greve. E depois da segunda greve, foi a demissão. (Adriano – eletricista de manutenção/educador).*

Segundo ele, a comissão de fábrica teve, contava, na sua organização dentro do local de trabalho, com a participação daqueles que associavam a solidariedade com uma cultura ou nível de informação que tivesse espaço também para a solidariedade.

*Um pessoal que tinha uma certa possibilidade de segurança no trabalho, possibilidade de salário, possibilidade de tomar uma cervejinha, e de ter um espaço mais livre, em relação com o dia a dia, e também, vamos dizer, uma certa cultura, porque uma profissionalidade é um tipo de cultura, não é? Então, você via que a turma enxergava mais. [...] É o pessoal, pelo menos na época, bem mais consciente e com mais visão. E, com quem se podia falar e conversar e pedir também, uma certa solidariedade. Porque o trabalho do núcleo depende muito do outro. (Adriano – eletricista de manutenção/educador).*

E aborda também a discussão com a empresa a respeito da organização dos horários de trabalho:

*Escolheram três pessoas para discutir, eu fazia parte dos três, Era nossa proposta e a proposta deles. Aí, tivemos que ceder muito, mas aí, também tiveram que ceder, por pontos que não estavam absolutamente, dispostos a ceder, como a questão do horário, mudança de horário e controle de horário, nós ficamos com direito de darmos o nosso parecer positivo, ou, do contrário, não ia acontecer. Tanto que, brigamos depois. A comissão de fábrica acabou, quando os patrões passaram por cima desses pontos. (Adriano – eletricista de manutenção/educador).*

O objetivo político da comissão era “ter o controle do ritmo da produção, dos horários, das mudanças no processo de trabalho”, segundo Adriano. Na correlação de forças que o contexto apresentava, essa era uma questão em que a empresa garantia a si o controle. Mas, ao lado disso, a proposta da comissão significava que a luta dos trabalhadores assumia de forma mais definida, e enquanto projeto, a relação entre saber e poder no cotidiano da fábrica. Os trabalhadores terem assumido a greve, sem a iniciativa do sindicato, significava igualmente uma conquista em termos de movimento, de organização e de capacidade de mobilização.

Para a construção e realização dessas mobilizações, não se pode perder de vista um conjunto de práticas que vinham sendo desenvolvidas no cotidiano da fábrica, com uma relação essencial com processos educativos. As palavras de Mário são emblemáticas, nesse sentido:

*Então eram as formas de educação que a gente começou a fugir da educação tradicional. Furar um bloqueio para dentro da classe. E esse mutirão foi desenvolvendo, esse trabalho desenvolveu muito, teve grande repercussão na segunda greve que também começou dentro da Krupp. Na segunda greve. É que aí a gente viu, na nossa primeira greve que a gente tinha que se organizar mais. E começamos a organização, é... no mutirão. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Os encontros no Mutirão faziam essa complementaridade com as práticas na fábrica. Era também no grupo que eles tinham o encontro com trabalhadores das diferentes fábricas e a relação com os movimentos de bairro. Mário foi demitido pela Krupp, após a segunda

greve, a de 1979, mas lembra as ações desenvolvidas, no sentido de se organizar a comissão de fábrica, e também registra a questão da solidariedade e da amizade:

*[...] a gente foi criando um clima de real amizade. Uma amizade tão grande que, o pessoal já percebia, que quando a gente fazia alguma coisa todo mundo já tinha consciência do que estávamos fazendo. E a chefia começou a ver que tinha uma organização dentro da KRUPP. Então eles exigiram fazer uma comissão de salários. Nós pedimos uma comissão de fábrica. Recebemos uma carta para reunião. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Quando os representantes dos trabalhadores se reuniram com a gerência, perceberam que a proposta dela seria de uma comissão comprometida apenas com os interesses da empresa, trabalhadores que descrevessem os problemas de cada setor, no interesse do patronato. Em vista disso, aqueles representantes continuaram a assumir a responsabilidade apenas pela greve, e nunca por uma comissão naquele modelo “*[...] nós assumimos a responsabilidade da greve, nós três. Então a gente assumia, porque os companheiros seriam demitidos daí para frente, quem fosse falar para a imprensa, quem fosse falar qualquer coisa.*” (Mário Bigode - torneiro/educador)

Na greve de 1979, em Betim, a fábrica da Krupp foi a primeira a parar. Havia sido iniciada, em 26 de setembro, a greve dos 65 mil metalúrgicos que formavam a base do sindicato de Belo Horizonte e Contagem. No mesmo dia, os trabalhadores da Krupp souberam, pelo quadro de avisos da empresa, do acordo que o sindicato de Betim havia assinado com os empregadores, na Delegacia Regional do Trabalho, sem que tivesse autorização da assembleia para isso. Imediatamente, entraram em greve e, no dia seguinte, os trabalhadores da FIAT e os da FMB aderiram ao movimento. Sentiam-se traídos pelo sindicato e a pauta de reivindicações refletia isso. Além de manter a pauta inicial de 4 mil cruzeiros fixos além do índice oficial e da fixação do salário base em oito mil cruzeiros, os trabalhadores de Betim queriam a não punição dos grevistas, o pagamento das horas paradas, estabilidade para a comissão de negociações e a renúncia coletiva da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim. (BETIM TAMBÉM ADERE À GREVE, set. 1979, ANEXO B 22).

Em 1979, a greve da FIAT aconteceu fora da fábrica. Esta foi ocupada pela polícia militar, que utilizou a cavalaria. A greve teve a marca da violência, com a prisão de 45 trabalhadores e com a morte do operário Guido Leão, atropelado por um ônibus nas proximidades da fábrica da FIAT, quando corria da polícia. (A GREVE GANHA FORÇA, E A REPRESSÃO TAMBÉM, set. 1979, ANEXO B 23).

Com uma semana de greve, a repressão continuava intensa, e um piquete de centenas de operários que tentavam parar os ônibus que iam para a FIAT foi violentamente atacado pela polícia e houve a prisão de 10 operários. (PIQUETE ENFRENTA FORTE REPRESSÃO, out. 1979, ANEXO B 24). O final da greve em Betim teve também a sua dimensão educativa. Em assembleia realizada no dia 5 de outubro, eles decidiram retornar ao trabalho, uma vez que a Comissão de Salário ponderava que não havia condições de manter o movimento. Mas decidiram também esclarecer a todos os trabalhadores que não haviam participado da greve, passando a eles as informações sobre tudo o que ocorrera, desde a intransigência dos patrões, a extrema violência da polícia e também o que chamaram de traição do presidente do sindicato, que assinara um acordo com os patrões sem consultar a categoria. (METALÚRGICOS DE BETIM RETORNAM AO TRABALHO, out. 1979, ANEXO B 25).

Na campanha salarial de 1979, a proposta da comissão de fábrica acompanhada da estabilidade de seus integrantes entrou para a pauta de reivindicações da categoria. Naquele ano, um acordo assinado pelo sindicato e por empresas como a FMB, a Krupp, a FIAT, a Ritz Chance e a Timinas Transporte, os trabalhadores dessas empresas tiveram assegurado o direito de formarem as comissões. Esse acordo, que era destinado a encerrar a greve de 1979, tinha uma cláusula que previa a regulamentação das comissões de fábrica. (INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO, 1999, p. 56).

Em toda essa experiência ensinada e aprendida, na fábrica, conectada com a experiência da militância, é possível identificar práticas educativas que viabilizam ações de solidariedade e de informação, de transmissão de conhecimento. As palavras de Mário, sobre produção e transmissão de conhecimento na fábrica, no Mutirão e no CAT traduzem uma síntese, quando ele diz que entende esse processo como uma forma de luta.

*Porque, quando a gente começou mesmo dentro da Mannesmann, dentro da Horácio Albertini, dentro dessas firmas que a gente já trabalhou, a gente começou a mostrar que, aquele egoísmo do companheiro, do trabalhador tem que sair. E sair como? E eu, transmitindo meu conhecimento para você.. E acreditamos que só vamos funcionar à medida que o trabalhador passar o conhecimento dele para outro, não guardar só para ele. Que nós tivemos dentro de algumas empresas, companheiros que tem o conhecimento, mas acha que se eu passar perco meu valor. E a gente acha que é o contrário quanto mais eu ensino mais valor eu tenho. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Segundo ele, a questão do conhecimento é estratégica na luta de classes e, embora esta seja uma concepção minoritária na própria classe, somente se ela se unir e construir um

programa em relação ao conhecimento e à educação é que ela terá condições de “ir para a frente.”

*É... porque se nós não temos conhecimento, nós vamos tomar o poder para que? Para colocar na mão da burguesia de novo. Então, se nós queremos lutar para modificar essa sociedade que existe, temos que saber qual o caminho que nós queremos para ela. E o conhecimento tem que estar em nossas mãos, não na mão de quem está me explorando todo esse período. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Mário e outros organizadores do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador compartilharam um modo de ver o conhecimento e a educação como um território cheio de restrições para a classe trabalhadora e para a maioria da população. “Se procuram nunca ensinar realmente a classe operária, é porque temem perder o poder. E nós, trabalhadores, só vamos evoluir, quando nós tivermos nas mãos esse conhecimento.” A proposta vai além e coloca em questão a separação entre o planejamento e o trabalho na linha de produção. Segundo Mário, era estratégico aproximar os dois setores, principalmente do ponto de vista das relações de trabalho e do esclarecimento das diferenças. Na fábrica da Krupp, a organização dos trabalhadores operou no sentido de romper essa separação. Eles sabiam que era um ponto chave na questão política das relações de trabalho.

*Olha, clareou muito a nossa mentalidade, quando estava trabalhando na KRUPP. Que foi o lugar onde a gente conseguiu unificar o trabalho de escritório com o trabalho da classe operária lá embaixo, na produção. Não havia muita distinção, uma separação. Havia sempre um contato, uma amizade entre os trabalhadores do escritório com os trabalhadores da produção. Muita troca de informação. (Mário Mário Bigode - torneiro/educador).*

De acordo com ele, essa comunicação foi importante e envolvia a todos com as questões da relação com a empresa. A agilidade que eles conseguiram superava uma parte da estratégia da fábrica, a ponto de um dos diretores ter dito a eles: “essa organização só acaba quando fecharmos a fábrica.” A ideia, segundo Mário, seria organização contra organização. É a organização do trabalho na fábrica que tem que ser confrontada pela organização dos trabalhadores. Nesse sentido, a compartimentalização desenhada pela fábrica tem de ser questionada por eles. A estratégia passa pelo acesso ao controle da produção, pelo controle da organização do processo de trabalho. Esse controle seria um dos alvos da comissão de fábrica, que eles procuraram implantar, legalizada e com estabilidade. Certamente, é algo que envolve questionamentos à gerência em uma abordagem que afeta a política de lucros e finanças da empresa. Mário coloca em questão o poder que a fábrica tem para aumentar o ritmo da produção. E contrapropõe:

*Na medida em que você tem controle dos carros que estão saindo, de quantos carros está produzindo, você começa a controlar que a linha está correndo demais, então, você tem que parar. Não é você que tem que correr atrás da linha, a linha é que tem que seguir de acordo com as suas condições, e o trabalhador segue o ritmo da linha e não inverte as coisas. É porque falta para ele, aquele conhecimento de que ele está dando mais do que é necessário, do que a capacidade dele. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

A importância que ele confere ao conhecimento na configuração das relações de trabalho foi reforçada pela viagem que fez à Itália, onde pode acompanhar discussões sobre as comissões de fábrica trabalhadas pelos sindicalistas da Central Italiana.

*Na Itália eu vi esse conhecimento dentro das comissões de fábrica, para poder controlar a produção, né? Discutimos sobre um questionamento de reivindicação da classe operária, onde se trabalha a linha, com 300 trabalhadores e a reivindicação dos trabalhadores é que se passasse para 305. E quando a reivindicação da empresa é que se passasse para 298. E então, já não caía no financeiro. Já era a luta política e social. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Com essa experiência e com o debate histórico dessas práticas é que esses militantes mantiveram a opção de avançar com trabalhos como o do CAT. A busca que os animava era ligada à idéia de propiciar e organizar o crescimento do poder dos trabalhadores nas relações de trabalho que eles tem que enfrentar no seu cotidiano na indústria. O princípio educativo aqui envolvido tem a marca da construção do sujeito, no sentido da desalienação do conhecimento. E esta proposta do CAT era semelhante às propostas que animavam os objetivos e as práticas de outras escolas de educação operária. No dizer do próprio Mário, é positivo quando eles conseguem passar para os companheiros que esse trabalho é apenas o começo do que ele e os companheiros do Mutirão sempre propuseram para eles:

*Nós, trabalhadores, temos que assumir a fábrica. Então o trabalho que é feito no CAT e em outras escolas desse tipo procura mostrar ao trabalhador que só assim, com este tipo de educação nós vamos barrar a exploração dentro da fábrica. [...] Saber controlar a produção, saber o que produz, para que produz e quanto produz. E qual o desgaste das máquinas, qual desgaste do homem. Se nós não tivermos esse controle, da produção, nós vamos ser sempre sugados. (Mário Bigode - torneiro/educador).*

Na visão de Mário, as escolas que trabalhavam a proposta da educação operária é que melhor ajudariam a esclarecer os trabalhadores no sentido de sua construção de sujeito enquanto bom profissional e quadro político competente. Assim, era compreensível que, a partir de sua experiência, juntamente com a experiência dos companheiros, a ideia de avançar com as práticas educativas, no sentido de possibilitar a construção de sujeito através de uma escola de educação operária estivesse no horizonte do Grupo Mutirão. A determinação de se

construir e fazer funcionar uma Escola de educação operária, os seus resultados e a sua repercussão serão tratados no próximo capítulo.



## 6 O CAT E SUA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO OPERÁRIA

Durante a segunda metade da década de 1980, grupos que se dedicavam a práticas de educação operária no Brasil aprofundavam seus contatos e trocas de experiências, procurando construir mais conhecimento mútuo através de visitas, intercâmbios que, aos poucos possibilitaram concretizar uma proposta de educação operária inovadora. Com essa expressão, entendia-se um conjunto de objetivos em que essa alternativa de educação da classe trabalhadora buscava:

- a) desenvolver o pensar crítico e criativo como base de uma prática operária comprometida com os interesses da classe, buscando a formação de pessoas, sujeitos transformadores da sociedade;
- b) promover a re-apropriação e recriação do saber expropriado historicamente dos trabalhadores;
- c) implementar uma política abrangente que não fraciona o operário enquanto homem, enquanto trabalhador e enquanto cidadão incentivando a criação de relações de solidariedade, união, igualdade e democracia na classe operária;
- d) desenvolver a autonomia e praticar na escola o exercício coletivo do poder contribuindo para a formação de homens e mulheres novas/os;
- e) reforçar o movimento dos trabalhadores em seu processo de lutas e em suas formas de organização.

Tais eram os objetivos que voltavam à discussão no Segundo Seminário de Estudos sobre Educação Operária, na Escola Sete de Outubro, em Belo Horizonte, nos dias 12 a 15 de fevereiro de 1990. (SEMINARIO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO OPERÁRIA, fev. 1990, ANEXO A 7). Participaram representantes das três escolas da região industrial, o CAT (Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, de Betim), o COPRE (Centro Operário Profissionalizante Recreativo, de Contagem) e a Escola de Produção Tio Beijo (a Ação Social Técnica, de Belo Horizonte), além de representantes de escolas operárias de outras regiões do país. Foram apresentadas intervenções de diversos grupos e os temas debatidos refletiram as várias experiências presentes no evento. Entre todas as experiências, havia um ponto comum que era o da proposta de uma educação diferente, em relação a uma educação profissionalizante que atendia prioritariamente os interesses do patronato e era mantida, em grande parte dos casos, por órgãos de representação empresarial. Essa foi, inclusive, uma das convicções que animavam os iniciadores da experiência do CAT, em Betim.

O desenvolvimento da experiência do CAT teve a marca de uma proposta de autonomia, em relação aos cursos tradicionalmente ministrados pelas instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, onde era preciso, segundo informações dos trabalhadores, haver a indicação do candidato ao curso, fornecida por uma empresa. Isto levava a uma participação desigual, favorável, por exemplo, aos filhos de chefes, encarregados e gerentes, numa prática que consolidava laços de clientelismo no interior das empresas.

No trabalho desenvolvido pela oficina-escola, a forma de recrutamento era diferente. E diferentes eram os métodos de ensino, os conteúdos passados aos jovens que iriam se preparar para o trabalho.

Desde o início da oficina-escola, o que se pensou como formação para os jovens era algo diferente do que era ensinado pela educação tradicional, voltada para os interesses patronais, segundo os iniciadores da experiência. A ideia de uma educação que atendesse a uma demanda de formação política estava presente naqueles trabalhadores que vinham de lutas anteriores. É isto que, em grande parte, vai dar continuidade a uma forma de autoconstrução de sujeitos políticos integrados com as questões do bairro, da fábrica, as mobilizações de moradores da região, a relação com trabalhadores de cidades vizinhas, com movimentos ligados à Igreja, enfim, todo um conjunto de articulações que marcava, também, o período da história que o Brasil vivia naqueles anos de retomada dos movimentos da sociedade, que se sacudia, ainda que timidamente, na tentativa de se livrar do regime militar. O que procuramos tratar neste capítulo, além do desenvolvimento da experiência educacional, passa também pela questão do movimento social em uma área densamente industrializada, com todas as características de região urbanizada às pressas, incluindo o abandono e a omissão por parte dos órgãos públicos. Isto, por outro lado, contribui para criar condições que levam a população a se mobilizar para a obtenção de recursos minimamente aceitáveis para uma vida urbana. É nesse contexto que o CAT se constrói, também numa inevitável relação com os moradores do Jardim Teresópolis.

## **6.1 Um Lugar Para Viver Numa Área Industrial**

O bairro, em frente à fábrica da FIAT, tem a sua formação ligada ao já mencionado processo de industrialização de Betim. O documento “Propostas Preliminares de urbanização do Bairro Jardim Teresópolis”, encaminhado pelo Governo de Minas ao Prefeito de Betim, em abril de 1989, ressalta a importância dessa localização: à margem direita da Rodovia BR-

381, no sentido Belo Horizonte - São Paulo, o bairro “situa-se no principal eixo de desenvolvimento urbano-industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte.” (PROPOSTAS PRELIMINARES DE URBANIZAÇÃO DO BAIRRO JARDIM TERESÓPOLIS, abr. 1989, ANEXO A 8). Seu povoamento começou no início da década de 1980, com a ocupação de um loteamento já implantado, em que os moradores se distribuíram entre as quadras, formando setores que constituíram favelas. Segundo o documento, mesmo a área menos povoada do bairro, onde existiam pequenas chácaras, ainda em 1989, as ocupações apresentavam traços típicos de favelas.

Cercado de indústrias importantes, como a FIAT, a FMB, entre outras, próximo da Refinaria Gabriel Passos e de grandes depósitos de combustíveis, da TEXACO, ATLANTIC, SHELL, o bairro tinha como habitantes muitos operários e trabalhadores diretos ou indiretos dessas empresas, totalizando uma população estimada, na época, em 43.250 habitantes. Algumas características do bairro, sempre lembrando que se trata de um texto de 1989, são descritas nesse documento sobre propostas preliminares de urbanização do bairro. Entre os aspectos sócio-econômicos relatados, constava que, em geral, as habitações eram construídas de alvenaria, com cobertura de laje. O bairro contava já nessa época com um comércio variado, sempre nas ruas pavimentadas.

O documento registra a presença de duas associações comunitárias em que se organiza a comunidade: a Associação Popular do Bairro Jardim Teresópolis e a Associação Comunitária Jardim Teresópolis.

Uma das diversas matérias de imprensa local que localizamos resume bem as características do bairro em seu início, observando que o local teve, nos anos 1950, o nome imobiliário de Parque Jardim Teresópolis, dado ao loteamento que começou em 1953, quando a companhia COMITECO adquiriu o terreno, que anteriormente era uma fazenda. Segundo declarou ao Jornal dos Bairros um antigo morador, ninguém construía no loteamento, até que, a partir de janeiro de 1979, famílias de flagelados pelas enchentes daquele período começaram a construir seus barracos no local. Escrita em fevereiro de 1980, a matéria prossegue:

A maioria dos homens só consegue emprego de biscateiro e quando muito trabalham de servente na construção civil. “Mas, no final todo mundo trabalha, conta uma moradora. As mulheres e crianças pegam água numa bica perto da Fiat e vendem a Cr\$ 10,00<sup>37</sup> a lata. Ou então a gente capina uma área, o que dá uns Cr \$300,00<sup>38</sup>. É assim que vamos vivendo.” (EXPULSÃO COM VIOLÊNCIA, fev. 1980, ANEXO B 26).

<sup>37</sup> Valores de hoje: R\$0,85- conversão calculada com base no valor do dólar em cruzeiros, em fevereiro de 1980, e em reais de dezembro de 2015.

<sup>38</sup> Valores de hoje: R\$25,50.

## 6.2 O Bairro na Fala dos Moradores

A escuta aos moradores confirmou essas informações e trouxe muito do que vinha do seu sentir, da experiência de viver no bairro com as suas dificuldades e com a construção do cotidiano de habitantes de uma área vista como problemática pela administração pública. As palavras de uma moradora, jornalista e assessora de imprensa da Prefeitura Municipal de Betim, na época, confirmam isso:

*A característica da região é que ela se formou com a vinda da Fiat automóveis, em 75/76. Com a vinda da Fiat, veio todo um conjunto de indústrias, sem que houvesse condição para tal. Daí veio todo um conjunto de problemas sociais como falta de infraestrutura urbana, violência, etc. A região mais crítica de Betim eu acredito que é mesmo a do Teresópolis, pois são muitos bairros que não tem rede de esgotos, não tem ruas planejadas. A administração pública tem se voltado para aquela região para torná-la mais urbanizada fazendo obras de saneamento, calçamento, etc. E existem rumores de que a região seja um antro de criminalidade, esconderijo de bandidos, etc. E tem uma população infantil muito grande, pode-se construir 10 escolas que não são suficientes. Acho que esta parte de Betim é bem o retrato do Brasil mesmo. (Bárbara, jornalista, 08.04.1991).*

A formação do bairro, referida nessa fala, é também confirmada pelos moradores mais antigos, que lembram o período anterior ao da vinda da fábrica da Fiat.

*Quando vim pra cá, era só pasto para animais, nem se falava em Fiat, nada. Só tinha dois moradores e eu. Tinha os lotes, mas não morava ninguém. A invasão eu não lembro bem não, mas acho que tem uns 10 anos. Foi muito difícil, o povo apanhou muito da polícia. Muita gente pegou água aqui na minha cisterna. Na época do Tarcísio Braga<sup>39</sup>, começou o manilhamento, alterou tudo, jogou cascalho. Osvaldo Franco<sup>40</sup> é que liberou e tirou a polícia, o povo foi entrando. Hoje tem açougue, farmácia, posto de banco era da Minascaixa mas fechou. Luz, tinha até perto do posto. Aí eu conversei com o vereador José Egídio, demorou muito, cada um pagando um pouco, veio a luz. Depois foi melhorando, veio a água e está hoje assim. Prá completar o beneficiamento, é o calçamento. O esgoto eu nem falo porque no bairro inteiro não tem rede de esgoto. (João Pereira, aposentado).*

Note-se que o entrevistado, ao utilizar o termo “invasão”, reproduz a linguagem com que os jornais da época se referiam às práticas de ocupação de terras desabitadas, que eram a única alternativa que eles teriam para a obtenção de um local para morar na região.

O processo de ocupação da região do Jardim Teresópolis confirma, ao mesmo tempo, a origem da maioria de seus moradores na época. Há, no conjunto de moradores entrevistados, significativo número de procedentes do interior de Minas Gerais, sobretudo de municípios das regiões do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri. Há também moradores nascidos no Nordeste do Brasil. As palavras de uma assistente social da prefeitura de Betim, residente no

<sup>39</sup> Prefeito de Betim, de 1985 a 1988.

<sup>40</sup> Prefeito de Betim, de 1977 a 1982 e 1989 a 1991.

bairro, lembram que a administração municipal não tomou qualquer providência no sentido de organizar a ocupação da área, com a vinda da Fiat. Ela observa que a empresa recebeu o terreno, a isenção de impostos e que ela também não tratou de organizar qualquer tipo de planejamento, obras de acesso ou urbanização que pudesse racionalizar minimamente o processo de implantação do bairro.

Essa forma de ocupação, com as suas implicações sobre a qualidade de vida dos moradores, foi descrita por outro morador, o Sr. Maurício:

*Esta favela aqui começou na Vila Recreio. Quando eu fui pra lá, só tinha 03 chácaras e 02 vizinhos, não tinha mais ninguém. Tinha mesmo uma lagoa, corria uma água clarinha, depois ela arrebentou, eles aterraram, hoje tem casa em cima dela. [...] O camarada chegou construindo uma casa em cima do córrego, depois chegou um parente, construiu também e assim foi formando a vila. Até hoje os marginais se escondem lá. Sempre que acontece alguma coisa no centro, o primeiro lugar que a polícia cerca é aqui. Tem muita batida policial. (Maurício, cegonheiro, morador há 15 anos).*

Ao mesmo tempo, a imprensa local tratava do assunto, mostrando que havia problemas extensivos a toda a cidade, no que se refere à ocupação residencial dos terrenos:

O governo de Minas Gerais doou terrenos para a FIAT e a FMB. A Prefeitura de Betim gastou 60 milhões de cruzeiros<sup>41</sup> em obras para atrair essas indústrias e comprometeu-se a não cobrar impostos à FIAT durante 10 anos. As empresas vão bem. Mas Betim está cheia de favelas. A grilagem e o comércio ilegal de terras acontecem diariamente a Prefeitura nada faz para resolver o problema de habitação do povo. Em frente à FIAT, em um ano apenas foi formada uma favela, que já tem mais de mil barracos. A Prefeitura só fala em tirar. Em Imbiruçu e na região do bairro das Chácaras, juntamente com o Jardim Brasília, a situação é a mesma. (A LUTA PELA MORADIA, fev. 1980, ANEXO B 27).

Um ex-presidente da associação de moradores esclarece:

*Fui o primeiro presidente de associação aqui, registrei a associação, fiz os estatutos, para que ela pudesse ser legítima. Dava assistência jurídica às pessoas, elas não tinham assistência nenhuma. A planta desse bairro foi aprovada em 53. De 53 até 78, era inabitado, mas tinha planta. Essa região era da COMITECO, ela não pagou os impostos durante 06 anos, outros lotes foram vendidos e os proprietários também não pagavam. A prefeitura confiscou o terreno, justamente para pagar os tributos. A invasão começou no início de 78, e eu vim em 79, a ocupação começou na região da Vila Recreio, que até hoje é o lugar mais problemático. (Mozart Mesquita, 08.04.1991).*

Outro morador também lembra o período da sua chegada, marcada pelo processo de ocupação da área, a partir de sua própria experiência, e vai lembrando as formas de mobilização e os conflitos, que eram marcados pela violência policial:

<sup>41</sup> Valores de hoje: 5,12 milhões de reais.

*Você entrar no que é do outro é muito duro, né? Não acho que é certo, né? A pessoa entra porque a necessidade obriga, né? Eu vim indicado por uma vizinha lá da Cabana. Cheguei, tava fervilhando de gente e pensei, vou entrar também, to precisando né? Comprei um plástico e estou aqui até hoje. A gente entra porque, você sabe, né? A gente está com a corda no pescoço. É pesado, a gente arrisca tudo, até a ser preso. A polícia bateu em muita gente na época, derrubou barraco demais, o meu não derrubou porque era só um plástico, né? (Vicente, 08.04.1991).*

A prática da violência por parte da polícia foi registrada também pelo Jornal dos Bairros, que entrevistou diversos moradores a respeito dos conflitos. Na matéria intitulada “Expulsão com violência” (EXPULSÃO COM VIOLÊNCIA, fev. 1980, ANEXO B 26), o texto relata que a passagem da polícia pelas áreas ocupadas pelos moradores foi marcada por grande violência e pela destruição de barracos:

[...] O serviço deles aqui foi uma verdadeira operação de guerra. Foi assim que os moradores da favela do Imbiruçu, em frente à Fiat, contaram o início do terror que passaram a viver desde que policiais do DOPS de Belo Horizonte estiveram ali a partir da última quarta-feira, destruindo vários barracos em construção. “Um deles trazia uma planta na mão e todos gritavam pra gente sair daqui que o local tinha dono, conta uma moradora. Iam entrando nas casas da gente, empurrando quem encontravam e dizendo que com a polícia ninguém pode. Que se alguém encarasse, vinha mais de 100. Depois arrumaram umas picaretas e começaram a quebrar os barracos. (EXPULSÃO COM VIOLÊNCIA, fev. 1980, ANEXO B 26).

Essa forma de agir da polícia foi um dos elementos impulsionadores das mobilizações e da organização da comunidade, em busca de solucionar seus problemas.

Assustados com o terror policial, um grupo de 60 moradores já haviam se dirigido ao Fórum de Betim, na sexta-feira, pedindo providências. O juiz disse apenas que não havia nenhuma ordem de despejo por parte da justiça ou da prefeitura municipal. Mas não deu nenhuma garantia mais. Por isso, os moradores estiveram na última segunda-feira na Prefeitura, conforme haviam anunciado, para falar com o prefeito. O Sr. Oswaldo Franco não estava presente. Mas até que recebesse alguma satisfação, o grupo de cerca de 200 homens, mulheres e crianças se concentrou por duas horas no saguão da Prefeitura. E ali puderam falar a vontade da invasão e dos problemas por que passam os favelados. Para isso, contaram com um megafone posto à sua disposição pelo Movimento Pró Federação das Associações Comunitárias da Grande BH. Os representantes do movimento logo que tomaram conhecimento do que ocorreu em Imbiruçu, decidiram imediatamente encampar a luta dos moradores, fretando um ônibus para levá-los até Betim. No saguão da Prefeitura, o microfone rodava democraticamente de mão em mão, e todos puderam perceber mais de perto que seus problemas são comuns e que a união na favela é uma necessidade. (EXPULSÃO COM VIOLÊNCIA, fev. 1980, ANEXO B 26).

A reação da comunidade é confirmada pelos moradores mais antigos, que se lembravam dos episódios de violência policial contra os ocupantes do loteamento.

*A invasão começou do Recreio pra cá, quando eu vim, já tava movimentado, tinha muito barraco. Aqui tem gente de todo lado. Na época, diz que a polícia foi mandada aqui pela Fiat aí o pessoal foi na prefeitura e reclamou com o Osvaldo Franco. Ele não sabia que tinha polícia aqui. Aí fez uma reunião com o povo e disse que a polícia não ia incomodar mais. E assim foi, o povo ficou sossegado. (Vicente, 08.04.1991 - morador desde 1979).*

Mas, independentemente desse tipo de acordo, os problemas com a violência policial continuaram a ocorrer, mesmo dois anos e meio depois do início da ocupação, como mostra esta notícia:

Despejos e violência ameaçam Teresópolis. Três barracos do Jardim Teresópolis foram invadidos por policiais da Delegacia de Betim. Segundo os moradores, ‘eles chegaram com uma ordem de despejo, espancando uma mulher e ameaçando todos de morte.’ Com uma folha de papel almaço ‘escrita à mão, com carbono, eles apareceram numa manhã de maio, arrancando portas e jogando tudo na rua’. Os moradores consultaram um advogado e as famílias voltaram para os barracos. Eles acrescentaram que, ‘junto com os policiais estava o candidato do PDS a prefeito de Betim, Geraldo Trindade<sup>42</sup>, amigo do suposto dono do terreno.’ (DESPEJOS E VIOLÊNCIA AMEAÇAM TERESÓPOLIS, ago. 1982 ANEXO B 28).

Além da violência policial, diversos moradores referiram-se à violência que existia no bairro, sobretudo no início das ocupações. Segundo eles, havia muitas brigas, principalmente no núcleo inicial, que ficou conhecido como Vila Recreio.

*Existia muita briga, mais por cachaça, já viu favela como começa, né? Muita briga de família, brigas no forró. Mas a gente que morava lá, não tinha problema, a não ser esse tipo de briga. Até hoje o pessoal daqui do Teresópolis não desce lá, tem medo; antigamente tinha uma organizaçãozinha lá, de gente que traficava, matava. Mas não acho que é assim perigoso, não. Eu ando à noite numa boa. (Maurício – cegonheiro).*

Mas a violência policial, ainda que motivasse reclamações, podia ser vista como positiva, se fosse contra o crime:

*Muitas das pessoas perigosas já foram mortas pela polícia, aqui agora melhorou. Mataram uns três ou quatro, os que ficaram amedrontaram. O policiamento é bom e ajuda a gente. Ontem mesmo a polícia pegou um cara, pelas dez da noite e encostou na parede. (Elpídio Justino, pedreiro, 03.04.1991).*

Sobre a violência no bairro, a mesma assistente social citada acima considerava a região como a mais violenta do município de Betim. Ressaltava que o que ela chamou de violência teria a ver com a proximidade das pessoas, a densidade demográfica, as condições de moradia, o desemprego e o alcoolismo. De resto, trata-se questões com que ela convivia ao

<sup>42</sup> Vereador e ex-candidato a prefeito. Morador do bairro Citrolândia.

trabalhar com a população do bairro. Mas ela lembra também o preconceito presente na fala da cidade sobre a região do Jardim Teresópolis:

*A própria densidade demográfica e as condições de vida do lugar geram mesmo uma violência maior. Este é meu ponto de vista. A fala da cidade é de que lá é um lugar de marginais, de gente que não gosta de trabalhar, que só dá bandido. Quando então esta fala é de uma pessoa de tradição na cidade, é um discurso carregado de preconceito, do tipo: Betim mudou muito quando começou a crescer estas favelas. (Maria Auxiliadora – assistente social).*

Outra situação que gerava reclamações dos moradores vinha das condições do transporte coletivo que servia ao bairro. Lembramos aqui a fala de alguns moradores, que inclui o relato sobre ocasiões em que a população chegou a promover depredação de ônibus.

*O transporte é que é ruim. O povo vai dependurado na porta. Anda cheio. Dia de semana é de meia em meia hora, domingo e sábado é de hora em hora. Precisava ser de 10 em 10 minutos. (Elpídio Justino, pedreiro).*

*O transporte aqui é péssimo, a população é muito grande, é gente do Imbiruçu, São Caetano pegando o mesmo ônibus. As pessoas andam penduradas na porta, já até caiu gente da porta. Quando tinha o trem subúrbio, era diferente, facilitava. Mas tinha muito marginal também nos trens. (Maurício, cegonheiro, – que estudou no CAT).*

*De manhã, quase se matam uns aos outros para entrar no ônibus. Demora demais a passar. O pessoal fica pendurado na porta. O pessoal já fez até quebra-quebra pra ver se os ônibus melhoram. (Maria Aparecida, dona de casa moradora há 8 anos, 21.03.1991).*

A pesquisa identificou, na época, descontentamento de moradores em relação ao atendimento da policlínica do bairro, revelando número insuficiente de médicos e longas filas para o paciente enfrentar.

*O problema da saúde é que tem um bom espaço, ambulância, mas falta gente. Tem uma policlínica terrível, nunca tem médico. Não tem um bom atendimento, não tem um médico de plantão. (Maria Angélica – diretora da creche, 21.03.1991).*

Um ex-presidente de associação denuncia:

*[...] a policlínica é um instrumento de propaganda política. É só casca, o atendimento é péssimo. Foi feita só com fim eleitoral, pelo Newton Amaral Franco<sup>43</sup>. (Mozart, comerciante, morador há onze anos).*

É recorrente na fala dos moradores a questão da falta de condições adequadas para a ocupação dos terrenos do bairro. O problema de não haver abastecimento de água foi também motivo de mobilizações, conforme lembra outro morador:

<sup>43</sup> Prefeito de Betim de 1973 a 1976 e 1983 a 1985.



*Quando cheguei, não tinha água. A mulher lavava roupa num esgoto perto da Fiat, que saía uma água limpa. Para construir a casinha, comprei tambor de água. Demorou muito para colocar água, fizemos abaixo assinado. O Mozart trabalhava na Associação, era o coordenador e a casa onde funcionava a associação era do povo. (Valdete, comerciante, morador há 19 anos).*

Os próprios moradores procuraram resolver alguns desses problemas, buscando, por exemplo, esclarecer a situação da água:

*A ocupação tem mais de 12 anos. Eu vim pra cá tem uns 11 anos. As pessoas trabalhavam mais é na construção civil (BH, Contagem, Betim). A gente não tinha água, buscava na BR. Inclusive, minha filha, levou a água para analisar e ficou confirmado que estava contaminada. (Dona Efigênia, dona de casa, moradora há dez anos).*

### **6.3 Organização e Mobilização**

Observa-se, portanto, que os problemas que ocorriam nas áreas ocupadas pela população que chegava foram importantes no desencadeamento de mobilizações e de movimentações dos moradores, que já articulavam alguma forma de organização para solucionar problemas que afligiam a comunidade.

Da mesma forma que em diversas comunidades, bairros populares, áreas de ocupação, os moradores do Jardim Teresópolis tiveram a ajuda de pessoas ligadas à Igreja Católica. Isto é relatado em matéria do Jornal dos Bairros de abril de 1981, que mostra também as divisões internas dos movimentos comunitários.

*Nova força no movimento comunitário do Jardim Teresópolis. O Jardim Teresópolis está conhecendo agora uma nova fase em suas lutas. O povo decidiu não esperar pela ação de pessoas que, na verdade, estão preocupadas com seus interesses pessoais, e não com os interesses da vila. Em 1979, os padres Pedro e Florêncio e alguns líderes iniciaram um trabalho que visava à organização da comunidade na luta por seus direitos e interesses. Com a interferência da Associação, porém, que queria fazer tudo de cima para baixo, o trabalho fracassou. A nova força do movimento comunitário começou quando o pessoal decidiu terminar a construção do salão onde pudesse discutir seus problemas. [...] Depois que o trabalho começou a dar frutos, a associação passou a questionar a sua atuação, já que sentiu que perdeu a confiança da maioria. (JORNAL DOS BAIRROS, n. 101, abr. 1981, p. 7, ANEXO B 1).*

Nas demandas e problemas da população, além da participação dos padres, a participação de políticos, mandatários ou candidatos, independentemente de sua filiação partidária, também é reconhecida pelos moradores que tinham atuação no movimento comunitário.

*Pedraão foi uma pessoa que ajudou muito o povo daqui. Eu e ele ajudamos muito o povo, lutamos juntos. A polícia vinha, tirava e o pessoal voltava. Foi até ficar. Geraldo Trindade também ajudou. Todo mundo que foi preso, ele tirou. A gente mesmo não pegou quase nada de invasão. Aqui eu comprei, não invadi. Lutamos muito por tudo, aqui está um lugar ótimo. Tem tudo. Falta só a rede de esgoto. (Dona Efigênia, dona de casa, moradora há dez anos, 21.03.1991).*

Formas de mobilização foram desenvolvidas pelos moradores, com o apoio da Igreja, através da participação dos padres e da formação dos grupos ligados a ela, como o grupo de mães, o grupo de jovens, sempre numa perspectiva de organização do coletivo.

*Quando eu era coordenadora da associação, ia muito em reunião na câmara municipal. Ia quase toda terça-feira. Fizemos a igreja, depois o grupo de mães funcionando na igreja, depois a associação, depois, a creche. O padre Pedro é que deu apoio prá nós, ajudou muito, pois nem sabíamos fazer um estatuto. O Padre Miguel, lá do Lindeia, também ajudou muito. Depois que o pessoal tá mais organizado e a repressão diminuiu, esse pessoal sumiu tudo. (Maria Alaíde Moreira Maciel, 40 anos, moradora há 15 anos).*

Note-se, portanto, que foram sendo criados instrumentos de participação, que mais tarde seriam acionados, com a participação dos moradores, na busca de melhores condições de moradia para o bairro. Uma evidência de que alguns moradores faziam sua própria avaliação das divergências e diversidade de posições com relação aos movimentos comunitários é manifestada pela fala dessa moradora, ao se referir às associações:

*A primeira associação foi fundada pelo Mozart, mas era muito pelega, só vinham políticos, etc. Aí fundamos a associação popular do Teresópolis, que é a que lutava pelo bairro. Construímos, com a associação, uma creche Caminho Feliz (atual Centro Infantil Social). Por causa de despejo, meu irmão, que era presidente da associação, foi preso por policiais, junto com meu irmão estavam os padres Chico e Ivo, que eram franceses. Isso foi há uns 05 anos atrás. (Maria Alaíde Moreira Maciel, 40 anos. Moradora no bairro há 15 anos, 25.04.1991).*

As associações de moradores, segundo a já citada assistente social da prefeitura de Betim, sempre se mostraram muito centralizadas na figura do seu presidente e não funcionavam nem mesmo no que é básico, que seriam reivindicações de infraestrutura. Na opinião dela, as associações de moradores de bairros em Betim foram criadas de cima para baixo e sempre foram instrumentos de cooptação, principalmente em época de eleições. Como se observa pela declaração de outra moradora, é possível que essa visão seja compartilhada por setores da comunidade no Jardim Teresópolis.

*Associações, eu acho que tem mais de uma [...] vejo falando de uma do Amauri vereador e outra do vereador João Casimiro. Nunca participei. É tudo mentiroso e não resolve nada.* (Dona Orlinda, serviçal da escola moradora há 13 anos, 21.03.1991).

Entretanto, houve também muitos que participavam das associações:

*Reuniões das associações 1º e 3º domingo de cada mês, às 17 horas. As pessoas sempre vão, porque todo mundo quando tem problema, vai é na associação, né? O povo não é muito unido nada, sempre discute. Antigamente a associação era mais forte, não sei por que enfraqueceu, acho que depende do muito do presidente né?* (Maria Alaíde Moreira Maciel, 40 anos, moradora há 15 anos).

Mas as pessoas mencionavam um “associacionismo” presente entre os moradores do bairro, que se manifestava através de várias formas de organização. Organizações como os grupos de jovens, os grupos de mães, grupos de música formados em igrejas, grupos que organizavam práticas esportivas, jornais e teatro. Tudo isso denota uma tendência ou uma incidência de situações que possibilitam a comunicação, a tomada de consciência de problemas ou projetos que afetam o coletivo e até mesmo uma intensidade de encontros que viabilizam mais discussão e até proporcionam condições para iniciativas como ações políticas, como, por exemplo, reivindicar melhorias no atendimento à saúde dos moradores ou no transporte coletivo, bem como quaisquer outras demandas que pudessem ser importantes para a qualidade de vida da população.

#### **6.4 O Projeto Oficina-Escola**

Do ponto de vista dos objetivos de se implantar uma escola profissionalizante para essa região, parece claro que havia condições locais bastante adequadas, sobretudo quando o objetivo passava também pela formação política dos trabalhadores.

Essa necessidade formação profissional para os jovens do bairro vai constituir justificativa nos pedidos dos organizadores a entidades que poderiam apoiar o projeto da oficina-escola.

Ela está presente desde os primeiros documentos, como se pode ver pelo texto do primeiro pedido de cofinanciamento à CEBEMO (já citado no cap. 4), por parte do Grupo Mutirão. Ao fazer a descrição do projeto, o documento afirma que, na região próxima da fábrica da FIAT, não existe sequer uma escola primária e que são numerosos os jovens que vêm de outras cidades do interior, sem nenhuma preparação profissional. O documento prossegue, mencionando problemas que o projeto se destinaria a enfrentar: “sustento dos

desempregados por motivos sindicais, dar condições de dar continuidade à luta sindical, preparação profissional e conscientização dos operários da zona da FIAT.” (PEDIDO DE CO-FINANCIAMENTO A CEBEMO 1980, ANEXO A 2). Esse mesmo documento previa, ainda, como atividades da oficina, a prestação de serviços como oficina de manutenção elétrica e mecânica para automóveis e caminhões. A oficina deveria funcionar à noite como escola profissional, dando cursos de manutenção elétrica, mecânica e tornearia. A previsão era que a oficina-escola desse emprego para 10 pessoas, cujo critério de escolha seria o compromisso com a luta dos trabalhadores e a sua continuação. (PEDIDO DE CO-FINANCIAMENTO A CEBEMO 1980, ANEXO A 2).

A carta manuscrita de 26 de março de 1981, dirigida ao CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – já mostrada no capítulo 4 (CARTA AO CERIS 26 DE MARÇO 1981, ANEXO A 1), teve, em 14 de abril de 1981, uma resposta favorável à aprovação do pedido de ajuda. (CARTA DO CERIS AO GRUPO MUTIRÃO 14 DE ABRIL 1981, ANEXO A 9). Num primeiro momento, o CERIS atenderia à solicitação de uma quantia de 150 mil cruzeiros<sup>44</sup>, através de um Fundo de apoio a Miniprojetos, financiado por uma entidade de ajuda externa, que era a CEBEMO, para a qual também o Mutirão estaria enviando projeto solicitando apoio para a oficina. Entendendo, a partir de um diálogo com Adriano, do Mutirão, que a aprovação do projeto inicial, para fazer funcionar a oficina, seria capaz de fornecer à CEBEMO elementos favoráveis à aprovação do projeto definitivo, o CERIS encaminhou ao Mutirão, em 18 de maio, o cheque no valor solicitado de 150 mil cruzeiros e um modelo de recibo que seria assinado pelos membros do grupo. (CARTA DO CERIS AO GRUPO MUTIRÃO, 18 maio 1981, ANEXO A 10).

Em junho de 1981, o Mutirão encaminhou à CEBEMO o Projeto, onde a participação daquela entidade corresponderia ao valor de 900.000,00 cruzeiros<sup>45</sup>, para a compra de máquinas, ferramentas e equipamentos. Esses 900 mil, convertidos na moeda holandesa da época, totalizariam 27.000,00 florins. Os demais valores componentes do orçamento total do projeto tinham como fonte: recursos do Mutirão, sendo 600.000,00 cruzeiros<sup>46</sup> correspondentes ao valor do terreno e 450.000,00 cruzeiros<sup>47</sup> o custo da construção, totalizando o valor de 1.050.000,00 cruzeiros<sup>48</sup>. Somavam-se ainda ao orçamento os

---

<sup>44</sup> Com base no valor do dólar em abril de 1981, R\$7.269,54 em valores atuais.

<sup>45</sup> Com base no valor do dólar em junho de 1981, R\$ 39.519,74 em valores atuais.

<sup>46</sup> Valores atuais: 26.346,49.

<sup>47</sup> Valores atuais: 19.759,88.

<sup>48</sup> Valores atuais: 46.106,37.

150.000,00 obtidos com o CERIS, empregados na instalação elétrica e hidráulica da oficina-escola.

Em outubro, dia 14, o CERIS envia carta ao Mutirão, registrando o recebimento de informações que havia solicitado sobre a oficina através de um questionário (CARTA DO CERIS AO GRUPO MUTIRÃO, 14 out. 1981, ANEXO A 11) e avisando que o parecer sobre o Projeto da Oficina seria enviado à CEBEMO até o dia seguinte.

Finalmente, em 31 de dezembro de 1981, a Cebemo envia carta à oficina Autobor, comunicando que a Cebemo se dispunha a financiar o projeto e colocava à disposição a quantia de 27.000 florins. (CARTA DA CEBEMO A AUTOBOR – FINANCIAMENTO APROVADO 31 dez. 1981, ANEXO A 12). Isso gerou um contrato, datado de 31 de dezembro de 1981, através do qual a Cebemo se comprometia a transferir para a ENTIDADE AUTOBOR como contribuição nas despesas a favor do projeto, a importância de 27.000 florins. (CONTRATO DO PROJETO DE CO-FINANCIAMENTO E DESCRIÇÃO DO PROJETO 31 dez.1981, ANEXO A 13).

Em seguida, em carta de 12 de fevereiro de 1982, a Cebemo acusa recebimento do contrato devidamente assinado (CARTA CEBEMO A AUTOBOR 12 fev. 1982, ANEXO A 14). O valor encaminhado ao Mutirão, um mês depois, veio na forma de dois cheques de 3.796 dólares cada um. Um recibo, assinado por Mário Gonçalves e datado de 3 de março, cita o número de cada cheque e registra que os recebeu do CERIS, enviados pela CEBEMO. (RECIBO 03 mar. 1982, ANEXO A 15).

A partir desse momento, o grupo adquire os equipamentos e materiais necessários e passa a enviar os relatórios de atividades e prestações de contas à Cebemo. A leitura de alguns desses relatórios nos permite identificar a trajetória da construção da oficina-escola. Já no primeiro relatório, encaminhado em 15 de julho de 1982 e cobrindo o período de janeiro a julho, é registrado que grande parte dos equipamentos comprados, ou eram usados ou tinham vindo do ferro-velho, ou eram máquinas que eles próprios, do grupo mutirão, recuperaram e reformaram na oficina. (PRIMEIRA PRESTAÇÃO DE CONTAS – jan./jun. 1982, ANEXO A 16).

Outro dado importante desse primeiro relatório é que, a partir daquela data, a oficina já poderia pagar os encargos sociais dos três operários que trabalhavam nela. Ao acusar recebimento do primeiro relatório, a Cebemo assegurou o envio de mais sete mil florins, correspondentes à segunda parte do valor estabelecido. (CARTA CEBEMO A AUTOBOR jul. 1982, ANEXO A 17).

A segunda prestação de contas foi enviada em 8 de janeiro de 1983 e contemplava o período de 15 de julho até 31 de dezembro de 1982. Uma informação constante da carta que a encaminhou dizia que o grupo sentia a crise econômica que assolava o país, “mas mesmo assim temos condições de continuarmos engajados na luta de libertação do nosso povo, graças à realização desse projeto.” (SEGUNDA PRESTAÇÃO DE CONTAS – jul./dez. 1982, ANEXO A 18).

Um exemplo desse engajamento citado na carta era o fato de que puderam contribuir no meio operário, ajudando na formação de militantes em várias cidades do interior de Minas Gerais, promovendo encontros de formação. O trabalho da oficina sustentou a ida de dois companheiros a essas atividades nos finais de semana. A carta relatava ainda que o grupo participava das lutas dos metalúrgicos da região, sobretudo através do movimento da Pastoral Operária.

O terceiro relatório, cobrindo o período de 1º de janeiro até 30 de junho de 1983, dizia que o projeto continuava possibilitando ao grupo sustentar o seu compromisso na luta para a construção de uma sociedade mais justa e que, nesse período puderam colaborar com ao encaminhamento de mais três iniciativas desse tipo, sendo uma em Curitiba, uma em Porto Alegre e a terceira em Minas Gerais. E acrescentava que, no momento, estavam lutando para realizar o objetivo último dessa iniciativa, que era a escola profissional-sindical. (TERCEIRA PRESTAÇÃO DE CONTAS, 25 jul. 1983, ANEXO A 19).

Em 01/03/1984, o grupo encaminha à Cebemo o quarto relatório, que cobria o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 1983. A carta de encaminhamento retoma a questão da crise econômica, observando que a situação está sempre mais precária para a classe trabalhadora e que a política econômica do país está sendo rejeitada por todos os setores. Mas observa também que, enquanto a oficina passava as dificuldades que a crise estava impondo para todos, o projeto da escola profissional estava dando os primeiros passos e que brevemente começariam os dois primeiros cursos profissionalizantes, que eram os de eletricista instalador e torneiro mecânico. Em seguida, o texto registra o agradecimento do grupo pela atenção e ajuda da entidade Cebemo, que “permitiu a todos nós avançar na luta e nos dar condições de melhor servir aos nossos companheiros”. (QUARTA PRESTAÇÃO DE CONTAS, 1983, ANEXO A 20). Em 14 de março, a Cebemo acusa recebimento do 4º e último relatório semestral das atividades da oficina. (CARTA CEBEMO A MARIO DE CASTRO 14 mar. 1984, ANEXO A 21).

A essa altura, o nome da oficina havia passado a ser ELEMEC, mais adequado para o registro, segundo o Mário, por ser um nome mais condizente com a natureza de atividades

executadas no estabelecimento e também para facilitar a identificação aos metalúrgicos da região.

Por essa época, já existiam contatos com a CISL, Centrale Italiana Socialista dei Lavoratori, através de cartas escritas pelo Adriano, em que o grupo solicitava apoio. Nem todas tinham por objetivo as atividades desenvolvidas pela oficina ou as do projeto da escola. Por vezes, contemplavam outras vertentes da inserção do grupo Mutirão na luta dos trabalhadores. Uma primeira correspondência foi dirigida à CISL de Torino, a quem o grupo solicitava ajuda para formar uma entidade civil de apoio aos sindicatos, que atuaria nos problemas de insalubridade no trabalho, um plano que implicava na aquisição de instrumentos para medir e comprovar a existência de fatores nocivos à saúde do trabalhador advindos das condições de trabalho. Isto, em virtude de que o contexto de falta de liberdades democráticas permitia à classe empresarial local, segundo a carta, um lucro sobre a mão-de-obra que “não é só salarial, mas também físico, e chega ao ponto de prejudicar a saúde física e mental do operário de forma irremediável.” (PROGETTO, 1984, ANEXO A 22). A carta prossegue, informando que “diante deste problema, militantes de base, representantes sindicais combativos, alguns médicos do trabalho, junto com entidades que apoiam a nossa luta de operários, em particular a pastoral Operária, desde alguns anos procuram interferir neste problema, para encaminhar soluções adequadas.” (PROGETTO, 1984, ANEXO A 22).

Em maio de 1983, a troca de correspondência se dá com a CISL da região da Emilia-Romagna, na Itália. Um desses primeiros documentos se chama “Progetto Brasile” e consta de um “Exame do projeto com a presença de um representante da CISL”. Com o subtítulo “Projeto oficina escola profissional sindical”, o documento começa com uma breve história do projeto, onde se fala das greves de 78-79, da reação da classe empresarial multinacional apoiada pelo regime militar, que foi a demissão dos operários mais empenhados no movimento sindical e a sua consequente inclusão na “lista negra”. O texto observa que, com isso, se objetivava impedir que esses operários permanecessem ligados ao movimento sindical e à categoria na qual atuavam. E acrescenta que, exatamente no final de 1979, depois de uma greve reprimida com violência policial que, além de prisões, causou uma morte, um grupo de operários começou a montar uma oficina de manutenção eletromecânica de veículos e manutenção industrial, no mesmo território onde estavam atuando como militantes sindicais. O texto acrescenta que, passados exatamente três anos, esta oficina estava em funcionamento e, não obstante a crise econômica violenta que se abateu sobre o Brasil, conseguia dar trabalho a 5 operários e 2 aprendizes. Devido a exigências legais que somente permitem a sindicalização se o operário trabalhar no município onde é reconhecido o sindicato da

categoria, esta oficina legalmente não era registrada como cooperativa, mas indústria. Porém, o seu funcionamento interno era gerido em modo de cooperativa. (PROGETTO OFFICINA SCUOLA, 1983, ANEXO A 23).

Depois de observar que um grupo de nove pessoas era responsável pela oficina e se denominava “conselho da oficina”, o texto lembra que esse grupo se reunia uma vez por mês, para discutir, decidir e planejar as atividades da oficina. E acrescenta que a oficina foi pensada como instrumento de luta para a classe operária. Em seguida, o texto relata os objetivos fundamentais da oficina: dar trabalho a operários inseridos nas listas negras, permitir que esses operários continuem a sua militância sindical, manter um contato direto com os operários da região através de uma escola profissional-sindical e financiar atividades que fossem úteis na luta operária. (PROGETTO OFFICINA SCUOLA, 1983, ANEXO A 23).

Ao descrever o que era, na época, a “situação atual e perspectivas” da oficina-escola, o texto diz que, depois de ter terminado a construção da estrutura da oficina e ter montado as máquinas fundamentais para o seu funcionamento, partir-se-ia para a realização do projeto escola profissional-sindical.

Relata, em seguida, que a responsabilidade do curso “deverá ser assumida e dividida com a associação de moradores do bairro”. Neste ponto, o texto observa, ainda, que o bairro nasceu em consequência da vinda das multinacionais para a região. Os moradores, segundo o texto, eram, na sua maior parte, pessoas que vinham do campo. A população do bairro, informada pelo texto, ocupava uma terra de propriedade do município e chegava a 25 - 30.000 habitantes. (PROGETTO OFFICINA SCUOLA, 1983, ANEXO A 23).

De acordo com esse relato de um exame presencial do projeto, os cursos previstos seriam inicialmente de mecânica, eletricidade de autos e tornearia. Os instrutores e a responsabilidade pelos cursos estariam completamente a cargo do grupo da oficina e da associação de moradores do bairro. Os cursos começariam em agosto de 1983 e teriam uma duração de 6 ou 9 meses, de acordo com plano que se estava preparando e estudando com o conselho da oficina e a associação de moradores do bairro. Devido ao nível cultural dos moradores do bairro, seria necessário inicialmente aprofundar os conhecimentos de matemática e desenho. O documento observa que a oficina dispunha de um espaço físico para os cursos, uma sala de 10 x 4 metros, que deveria ser mobiliada para o atendimento aos alunos, como bancadas e máquinas necessárias para o aprendizado. Havia dois tornos e eram necessários mais três, além de uma fresa. Com base na experiência de outros cursos profissionalizantes da região, era garantida a inserção nos cursos de temas de cultura geral,



como história da classe operária, história e atualidade do movimento sindical e análise da situação econômica do país, entre outros.

O texto conclui a análise com as seguintes palavras:

Com base nas relações de intercâmbio já faz tempo iniciadas entre o grupo que trabalha e assume esta oficina e a CISL italiana, interessada numa colaboração ampla com a classe operária brasileira em geral e, em particular com aquela ligada a multinacionais de origem italiana, parece ser esta iniciativa uma possibilidade concreta de colaboração para um contato constante de informações, de interesses e para uma troca cultural entre a experiência das 150 horas e dos cursos de formação sindical italianos e esses cursos em vias de realização. (PROGETTO OFFICINA SCUOLA, 1983, ANEXO A 23).

Ainda de acordo com o texto, esse apoio não se limitaria, como até então, a uma colaboração de tipo econômica, mas a uma troca de conteúdos, metodologia, dando continuidade ao intercâmbio de militantes que pudessem permanecer no lugar por períodos prolongados com o objetivo de entender a realidade na qual se inseriam e transmitir sua experiência e sua realidade de origem. (PROGETTO OFFICINA SCUOLA, 1983, ANEXO A 23).

Conforme o próprio texto indica, já havia contatos, interesses e busca efetiva de se construir uma relação significativa e produtiva com o movimento operário brasileiro, por parte do sindicalismo italiano. Uma das providências mais imediatas no sentido do apoio dos italianos à oficina-escola de Betim foi a subscrição lançada pela CISL – Unione Regionale dell’Emilia-Romagna. Essa subscrição é referida na carta ao Adriano, de 17 de maio de 1983, assinada por Andrea Gandini, pela Internazionale CISL da Região da Emilia-Romagna. A carta reporta a dificuldade de se obter a quantia inicialmente proposta, de 20 milhões de liras: “Até hoje, recolhemos mais de 3 milhões, mas nos demos conta de que, no máximo, poderemos chegar a pouco mais do que isso. Portanto, muito longe daqueles 20 milhões indicados. Recolher tanto dinheiro pela CISL da Emilia-Romagna não é simples.” (CARTA DA CISL, 17 maio 1983, ANEXO A 24). Em vista dessa dificuldade, propõe-se organizar um projeto que utilize financiamento do *Ministero degli Esteri*, do governo italiano, que financiava projetos que previam o envio de voluntários para o desenvolvimento de projetos locais, surgidos das necessidades da população e que contribuíssem para enfrentar as causas do subdesenvolvimento.

Em síntese, a CISL da Emilia-Romagna propunha apresentar um projeto que prevísse o envio de voluntários para a escola de formação/alfabetização e o fortalecimento da oficina como cooperativa de produção. Na verdade, a CISL se interessava mais por uma escola de formação sindical, como indicavam os textos de suas comunicações com o grupo de Betim. O

documento em tela indica isso, quando menciona que “em tal caso, poderemos obter recursos suficientes para favorecer tanto a oficina quanto o eventual papel de escola (profissional, sindical, de formação) contígua à oficina. Poderemos também intensificar o intercâmbio de sindicalistas.” (CARTA DA CISL, 17 maio 1983, ANEXO A 24).

Em seguida, a carta solicita ao grupo o envio de informações sobre a necessidade de máquinas para a oficina, pergunta quais instrumentos e equipamentos de que ela dispõe e se há possibilidade de se desenvolver uma escola de formação no local. O texto da carta comunica, ainda, que alguém da entidade viria ao Brasil em agosto e poderia falar com o grupo, com precisão, de todo o projeto e decidir se é possível ou não apresentar um pedido de financiamento. Finalmente, a carta registra que foi formado pela CISL o *Gruppo Brasile*, cujo responsável seria Alberto Tridente, e que isto deveria permitir intensificar as iniciativas nessa relação entre a CISL e o grupo de Betim.

A campanha pelo “projeto de colaboração com a oposição sindical brasileira” parece ter sido intensa na Itália. No seu início, foi produzido um documento que encaminhava um pequeno formulário para as pessoas firmarem sua adesão ao projeto. Poderiam aderir ao apoio pessoas, entidades representando coletivos ou grupos de pessoas. Era prevista uma contribuição mensal por um número de meses definido no próprio termo de adesão. O documento continha uma justificativa, que se iniciava com a pergunta “por que o Brasil” e desenvolvia algumas respostas:

Porque se trata do único país da América do Sul onde se desenvolveu um processo de abertura “democrática”, ainda que incerta, [...] onde cresceu nos últimos 2-3 anos um forte movimento de oposição sindical encabeçado por Lula, que contesta e contrasta o sindicato oficial governista e colaboracionista (pelegos). Como CISL estivemos presentes, em agosto de 1981, na primeira assembléia nacional de todos os sindicatos (CONCLAT) em Santos (São Paulo) e estaremos também neste ano no 1º Congresso constituinte da CUT (Central Única dos Trabalhadores). (PROGETTO DI COLLABORAZIONE CON L’OPPOSIZIONE SINDACALE BRASILIANA, ANEXO A 25).

Outra razão era o fato de que o Brasil era um dos maiores alvos de investimento do processo de descentralização industrial que retira da Europa (e também da Itália) produção e empregos, direcionando-os rumo a novas áreas de baixos salários e sem a vigilância sindical. E também porque pretendem construir um internacionalismo que não seja feito só de manifestações (embora elas sejam importantíssimas) ou de última hora, mas que saiba compreender, a tempo, processos nos quais estará envolvido. (PROGETTO DI COLLABORAZIONE CON L’OPPOSIZIONE SINDACALE BRASILIANA, ANEXO A 25). O documento prossegue, defendendo a idéia uma parceria “com Betim, na Zona

Industrial de Belo Horizonte, onde trabalham mais de 21.000 operários na indústria metal-mecânica e outro tanto nos setores químico, alimentício e mineral.” (PROGETTO DI COLLABORAZIONE CON L’OPPOSIZIONE SINDICALE BRASILIANA, ANEXO A 25). Acrescenta que a presença de empresas italianas é forte na área e lá “está presente, há seis anos, Adriano, demitido da FMB, que “atualmente trabalha com o sindicato e com a pastoral do trabalho”. (PROGETTO DI COLLABORAZIONE CON L’OPPOSIZIONE SINDACALE BRASILIANA, ANEXO A 25). E o documento informa que, junto com outros colegas demitidos, o grupo está equipando um galpão como oficina e centro de formação profissional, para manter associados os ativistas demitidos por represália empresarial, dar a eles uma qualificação adicional e permitir que continuem a atividade sindical. Depois de descrever, de forma resumida, os equipamentos da oficina, o texto propõe o apoio ao projeto, com ajuda financeira para a compra de máquinas e financiamento de cursos profissionais e sindicais, com relatórios anuais que o grupo forneceria aos apoiadores. O documento propõe, ainda, hospedagem a dois jovens ativistas na Itália, por seis meses, para fazer experiências de atividade sindical naquele país, e que estariam disponíveis na Emilia-Romagna para experiências sindicais durante um mês, dentro do semestre de atividades. (PROGETTO DI COLLABORAZIONE CON L’OPPOSIZIONE SINDACALE BRASILIANA, ANEXO A 25).

O documento sugere, em seguida, que essa forma de parceria deveria ser construída com garantia de continuidade e que, por isso, era necessário constituir em todos os sindicatos um grupo de apoio formado por pessoas, sindicalistas, militantes, delegados, que se dedicaria a dar andamento a uma contribuição financeira. O documento assume a proposta de contribuição mensal de 10.000 libras, por 12 meses, e de organizar as adesões, através da constituição de uma coordenação regional, cujo ponto de referência seria o Escritório Internacional da CISL em Bologna, na Emilia-Romagna. Por fim, o documento, que, como foi dito acima, encaminhava um formulário para adesão ao apoio, lista os nomes dos responsáveis pela organização das adesões em diversas regionais da CISL na Itália.

O apoio do sindicalismo italiano traduziu-se também na disponibilidade para encaminhar projetos que atenderiam à experiência de Betim, para órgãos de fomento internacionais e, já no início de 1984, um extenso rascunho do projeto da oficina-escola, foi encaminhado à CISL por um dos condutores da experiência, que era o Adriano Sandri. Bastante detalhado, esse projeto preliminar tratava de dezenove itens, dos quais vale pontuar alguns. (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26). Depois de tratar das informações gerais sobre o programa, suas finalidades e seus objetivos

específicos, o texto fala das características gerais da região e de suas necessidades prioritárias. Nesse ponto, coloca-se a questão dos jovens dos bairros industriais, que necessitam de formação profissional, da origem rural dos moradores e de sua baixa qualificação profissional. O projeto menciona, ainda, a existência de planos do governo do Estado no sentido de desenvolver formação de mão-de-obra, como era o caso do PRODAMIG - Programa de Desenvolvimento Acelerado de Mão-de-Obra de Minas Gerais, que estava em fase de reestruturação no local. Essa proposta de projeto encaminhada à CISL cita, ainda experiências similares na região industrial, embora não as nomeando. Trata-se da AST, Ação Social Técnica, do Bairro Lindéia, região do Barreiro, em Belo Horizonte, e do COPRE, localizado em Contagem.

Ao descrever as ações que seriam empreendidas, o texto da proposta enumera os cursos que estavam previstos. Os primeiros dois cursos programados eram o de Eletricista Geral e Torneiro Mecânico. Os que viriam a seguir eram o de Eletricista Industrial, o de Montador de Construções Industriais, o de Mecânico de Automóveis e o de Eletricidade de Automóveis. Neste mesmo item, o projeto acrescenta que serão necessários equipamentos, como bancadas e quatro tornos, para que se possa entrar na parte prática do curso de torneiro mecânico.

No item número 10, que informa qual o interlocutor efetivo e a população envolvida no programa, o texto esclarece que a organização dos cursos é de responsabilidade e iniciativa do Centro de Assessoria aos movimentos populares e sindicais “TRILHANDO”, uma associação civil pública, registrada, sem fins lucrativos, que desenvolvia sua ação de apoio, tanto estrutural como cultural, ao movimento popular e sindical no estado de Minas Gerais. (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26). Nesse item, o projeto volta a mencionar a população envolvida, que era a residente no bairro Jardim Teresópolis e adjacências.

Ao tratar do pessoal que seria convocado para ministrar os cursos, o texto diz que haveria vários instrutores em cada curso, conforme as matérias ensinadas: “matemática, desenho, formação cultural, além de matérias específicas de cada curso.” (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26). E acrescenta que a Secretaria Estadual do Trabalho assumiria o ônus salarial desses instrutores, escolhidos pelos interessados em promover o curso, deixando claro que o posto de coordenador da escola e dos cursos, bem como o trabalho de secretaria, ficaria a cargo da entidade que promove os cursos.

Finalmente, a proposta de projeto entra na parte dos custos, onde solicita apoio para a aquisição de equipamentos, máquinas e demais meios materiais para a execução do projeto.

Desde a aquisição do terreno e do preço previsto para a construção da escola, que teria cinco salas e um galpão para a oficina, até a compra de tornos, bancadas, ferramentas para os cursos, até o pagamento do salário e dos encargos trabalhistas do coordenador e do pessoal da secretaria, todos esses valores vinham propostos no pré-projeto. O texto inclui um cronograma de desembolso pelo órgão que viesse a apoiar o projeto e supõe o mês de março de 1984 como o primeiro período, no qual seriam liberados 40.690 dólares, junho de 1984, com 58.500 dólares e janeiro de 1985, com a liberação de 12.775 dólares.

Depois de reafirmar que todos os cursos teriam como objetivo a formação integral dos participantes, com capacitações que sejam não apenas profissionais, mas capazes de transmitirem eles próprios o seu conhecimento, o texto acrescenta que a idéia é, através da colaboração com o centro TRILHANDO, “transmitir a esses companheiros um conhecimento mais amplo do movimento operário e sindical italiano.” (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26). E observa, ainda, que um terceiro aspecto dado como objetivo dos cursos é o de capacitar a comunidade local do bairro para gerir ela própria a escola profissional. Ao falar dos benefícios previstos, a proposta lembra que o que se propõe é ajudar uma comunidade de operários que se encontram lutando pela sobrevivência, em um contexto que era, para eles, novo e confuso. Tratava-se, portanto, de inseri-los em uma realidade industrializada, não simplesmente enquanto indivíduos, mas como classe social. Nesse sentido, o centro TRILHANDO afirma que sua intervenção “significa reforçar as estruturas populares que representam passos na organização democrática do Brasil.” (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26).

Há também, no pré-projeto, uma definição sobre a gestão do programa depois de sua realização. A presença do TRILHANDO aconteceria durante dois anos, 1984 e 1985. A gestão, inicialmente, seria atribuída ao centro TRILHANDO junto com a associação dos moradores do Jardim Teresópolis. O objetivo era que a associação pudesse assumir, dentro desses dois anos, a gestão completa dos cursos profissionalizantes.

Na carta que encaminhava esse rascunho do projeto, Adriano ressaltava o quão oportuno era poder contar com a possibilidade do apoio internacional:

Digo-lhe, sinceramente, que esse projeto chega em um momento em que novamente começávamos a nos sentir estrangulados, com apenas a coragem nas mãos para seguir adiante, mas já muito preocupados. Se este projeto passar, por pelo menos mais dois anos poderemos continuar a luta com um pé na terra. Obrigado a você, a Franco e todos os companheiros que assumem essa colaboração, com o desejo de que 1984 nos abra espaço para respirar um pouco de otimismo, pelo menos. (RASCUNHO DO PROJETO DA OFICINA-ESCOLA, 1984, ANEXO A 26).

Com base nesse rascunho ou pré-projeto, em 10 de abril de 1984, o ISCOS – Istituto Sindacale per La Cooperazione allo Sviluppo - encaminha à Comissão da Comunidade Européia um projeto com o pedido de co-financiamento para a Escola de Formação Profissional em Betim. (RICHIESTA DI COFINANZIAMENTO ALLA COMMISSIONE DELLA COMUNITA' EUROPEA, 10 abr. 1984, ANEXO A 27).

Dentro das formalidades de encaminhamento de projetos, o ISCOS se apresenta como ONG organizada pela CISL – Confederazione Italiana Sindacati Lavoratori – que se destina a desenvolver e reforçar a solidariedade e as relações entre os povos e, de modo particular, entre as organizações sindicais italianas e as dos países em desenvolvimento. No compromisso de favorecer o desenvolvimento social, técnico e cultural dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, o ISCOS declara trabalhar com a convicção de que “sem a participação dos trabalhadores e de suas organizações não é pensável qualquer forma real de desenvolvimento e nenhuma garantia real de democracia.” (RICHIESTA DI COFINANZIAMENTO ALLA COMMISSIONE DELLA COMUNITA' EUROPEA, 10 abr. 1984, ANEXO A 27).

A partir dessa linha de trabalho, o Instituto se propõe promover pesquisas e estudos sobre os problemas do desenvolvimento e da cooperação internacional, da realidade dos trabalhadores dos países em desenvolvimento, sensibilização e informação aos trabalhadores italianos, principalmente os jovens, sobre tais problemas, com publicações, seminários e conferências, cursos de formação na Itália e nos países em desenvolvimento, para quadros e dirigentes sindicais desses países. Propõe, ainda, intervenções de cooperação nos países em desenvolvimento, através da realização de programas nos setores da formação profissional, da organização cooperativa, do desenvolvimento rural integrado, da segurança e da higiene no trabalho, das tecnologias apropriadas, etc.

Depois de informar que o ISCOS mantém programas de desenvolvimento com o Bureau International Du Travail (OIT – Organização Internacional do Trabalho) e com o Departamento de cooperação para o Desenvolvimento do Ministério Italiano dos Assuntos Estrangeiros e com a própria Comunidade Européia, o texto apresenta informações sobre o projeto, basicamente as mesmas que haviam sido mandadas pelo Adriano. Todavia, nesse ponto, o projeto encaminhado pelo ISCOS é mais enfático, ao se referir às condições de vida e às características da população do bairro Jardim Teresópolis, chamando a atenção para a elevada porcentagem de jovens que não frequentam escola e aponta também de uma taxa de 50% de desemprego entre os trabalhadores não qualificados que vivem na região. O texto assinala como elemento positivo o fato de que a população longe de se resignar, começou a se organizar em associações de bairro (atualmente, existem seis), que fundamentalmente

procuram reivindicar das autoridades os serviços mínimos essenciais. De acordo com o texto, o projeto teve origem no debate popular que se desenvolveu dentro da Associação Jardim Teresópolis, sobre ações que deveriam ser desenvolvidas para combater o crescente desemprego. Nesse debate, veio o desejo do bairro de implantar uma escola de formação profissional. Segundo o texto, a associação teria solicitado para isso, o apoio do Centro TRILHANDO. Este, enquanto organismo autônomo, e a partir da vontade da população de ampliar a experiência da escola profissional que já existia no local, aceitou de bom grado apoiar a iniciativa e de ser o fiador da mesma junto ao governo ou a colaboradores externos.

A possível relação com o Governo do Estado foi pensada por Adriano e também citada no projeto encaminhado pelo ISCOS, a partir do PRODAMIG, já mencionado acima, o Programa de Desenvolvimento Acelerado de Mão-de-Obra de Minas Gerais. Esse programa tinha o objetivo de promover cursos de qualificação e especialização para jovens e adultos, além de desenvolver a preparação de monitores que também poderiam se dedicar à formação de trabalhadores qualificados. O programa estava aberto a convênios com associações de bairro, colocando à sua disposição financiamentos, meios materiais e didáticos, de acordo com a disponibilidade do Estado e com as necessidades das instituições locais. No âmbito desse programa, do PRODAMIG, os cursos teriam que manter um critério preciso, sobre o número de horas de aula e de conteúdo. As instituições conveniadas teriam ampla liberdade de estender o programa didático a matérias não estritamente técnicas, como história, e esses cursos seriam reconhecidos pelo Estado e seus diplomas seriam oficialmente válidos. Mas o texto ressalva que o programa do Estado estava momentaneamente em fase de reestruturação, fundamentalmente por motivos financeiros.

Um aspecto que vale ressaltar é que o ISCOS descreve no encaminhamento do pedido à Comissão da Comunidade Europeia, que os primeiros contatos entre uma delegação da CISL e o Centro TRILHANDO começaram no mês de novembro de 1983 e que, naquela época, a delegação da CISL visitou a pequena oficina existente e constatou a efetiva participação dos trabalhadores nos cursos, teve contatos com moradores do bairro, junto ao Centro TRILHANDO e constatou o grande interesse que a escola suscitava entre os trabalhadores. Além disso, a delegação da CISL visitou dois centros similares ao TRILHANDO, na região industrial, e teve a oportunidade de analisar as experiências de ambos no campo da formação profissional, que já duravam cerca de cinco anos, voltadas para a preparação técnico-profissional e para a formação sociocultural dos participantes, que davam, segundo os visitantes, resultados nitidamente positivos. Tratava-se do Centro Operário

Profissionalizante e Recreativo (COPRE) e da Ação Social Técnica (AST), que já foram citados no capítulo 1.

O texto acrescenta, finalmente, que o pessoal que ensinaria na escola seria constituído pelos mesmos operários qualificados que ensinavam na oficina e técnicos qualificados que trabalhavam no centro TRILHANDO.

Uma cópia desse pedido de cofinanciamento que o ISCOS encaminhou à Comunidade Européia foi enviada ao Adriano Sandri, em correspondência de 5 de abril, pelo Sr. Eugenio Susani, do Escritório Internacional da CISL, mencionado no projeto como responsável no âmbito daquela Central. Na carta, Susani informa que apresentaria o pedido em Bruxelas, em nome do ISCOS, naquela mesma semana. Ao mesmo tempo, dizia que, sendo um projeto de formação profissional a ser realizado em um contexto como o de Betim, esperava uma resposta positiva dentro de um prazo de até dois meses. A carta era realmente otimista:

Se a resposta da CCE, como nós todos sabemos, for positiva, será necessária uma visita minha a Betim (como lerá na cópia do projeto anexa, eu serei o responsável pelo projeto aqui na Itália, enquanto você o será em Betim), para organizarmos as modalidades de realização do projeto. (CARTA DE EUGÊNIO SUSANI PARA ADRIANO, abr. 1984, ANEXO A 28).

Na prática, ele pedia que se organizasse da forma mais precisa possível, o plano didático da escola, a previsão de materiais e equipamentos necessários, os dados do pessoal que daria a instrução, o tipo e a duração dos cursos, o tempo de construção da escola, a modalidade de compra dos equipamentos e que se definisse a referência final do projeto (se seria o Centro Trilhando ou a CUT). A previsão de sua visita a Betim era para a segunda metade de agosto e Susani frisava que desejava se encontrar com os responsáveis pela CUT. Segundo ele, mesmo sabendo que a CUT não poderia aparecer oficialmente entre os responsáveis pelo projeto, era importante que ela fosse, de algum modo, fiadora da continuidade do projeto para o futuro, sobretudo no caso em que o Adriano fizesse outra escolha pessoal diferente.

Confirmando as expectativas do ISCOS, o projeto foi aprovado pela Comissão da Comunidade Europeia. Observe-se que foi essencial a atuação do Adriano Sandri nas iniciativas que tiveram como resultado a relação com o sindicalismo italiano e seus desdobramentos.

E seria ele próprio que, anos depois, escreveria uma tese intitulada “Dimensões Culturais nas relações sindicais entre o Brasil e a Itália”, onde ele mostra que a CISL foi a primeira central sindical italiana que se comprometeu institucionalmente com o novo



sindicalismo. Sua atuação institucional desenvolveu-se através de duas instâncias, que eram o Escritório Internacional e o ISCOS, que foi fundado em 1983, com o objetivo de dar apoio jurídico e técnico aos projetos cofinanciados pelo governo da Itália ou pela Comunidade Econômica Européia. O Escritório Internacional foi o setor que organizou as relações entre a CUT e a CISL, antes mesmo da fundação oficial da CUT. Nas oposições sindicais e nos dirigentes autênticos, a CISL identificou o setor sindical com o qual construiria suas relações. Entre as tendências políticas que atuavam no novo sindicalismo brasileiro, a CISL “adotou uma política de apoio às correntes mais próximas de suas posições, reforçando-as e realizando projetos onde tinha garantia de que o controle iria ficar com o grupo que mais tarde, na CUT, seria identificado como o grupo majoritário da Articulação.” (SANDRI, 2000, p.148). Entre as primeiras atividades de cunho político significativo, realizadas pelo Escritório Internacional da CISL, houve o encontro, em 18 de janeiro de 1981, entre Lula, o maior líder sindical brasileiro da época, e Lech Walesa, maior líder sindical do sindicato livre da Polônia, o Solidarnosc. Os dois líderes, que teriam papel importante na transição de regimes autoritários para regimes democráticos em seus respectivos países, puderam discutir sobre socialismo, sobre as relações entre sindicato e partido, o papel do sindicato e suas dimensões políticas.

Segundo Sandri, uma das atividades mais promovidas pelo escritório internacional da CISL foi a de organizar e patrocinar visitas e encontros de algumas centenas de sindicalistas italianos no Brasil e de sindicalistas brasileiros na Itália. Depois de observar que, para empresários e políticos, as viagens e os encontros internacionais sempre foram atividades normais, o autor lembra que, para os sindicalistas brasileiros, até a década de oitenta, essa atividade era bem restrita e quase exclusiva dos dirigentes sindicais próximos às posições dos governos. E enfatiza a importância desses encontros:

Frente a uma liderança sindical brasileira que pouco ou nenhum conhecimento tinha da realidade internacional, as viagens e contatos internacionais propiciados pela CISL ajudaram a relativizar a visão que esses dirigentes tinham de seu país, de sua situação, das políticas internacionais, possibilitando repensar a ação sindical, confrontando-a com as experiências e formas de ação de outros países. (SANDRI, 2000, p.150).

O valor “solidariedade” é ressaltado por Sandri como fortemente presente na identidade institucional da CISL e como um valor ético-cultural que caracterizou a visão e a motivação dessa central na cooperação internacional, segundo ele, “talvez se colocando não ao lado, mas acima de outros valores culturais como a questão da luta de classes e do corporativismo.” (SANDRI, 2000, p. 160). Ele lembra que a CISL tem, no seu interior uma forte representação do mundo e da cultura dos católicos, que sempre deram à questão da

solidariedade uma conotação humanitária, mais do que de classe ou corporativa ou de justiça social. Para ele, a dimensão da solidariedade nas relações CISL-CUT ocupou “um espaço relevante, tanto no discurso como nas atividades desenvolvidas, como informação, motivação, mobilização, construção da cultura e atitude política internacional.” (SANDRI, 2000, p. 161).

Além das atividades que se deram por meio do Escritório Internacional da CISL, houve a cooperação realizada através do ISCOS, que foi a outra instância da atuação institucional daquela central, e que concretizou em torno de vinte projetos no Brasil, entre 1982 e 1995, segundo Sandri (2000, p. 161). O autor os divide em quatro grupos de projetos, segundo a natureza dos seus objetivos. O primeiro grupo seria o dos projetos que tiveram como objetivo cooperar com atividades ligadas à direção nacional da CUT, que consistiram no apoio à conferência sindical promovida pela CUT por ocasião da ECO 92, no financiamento de uma pesquisa com os delegados do quarto congresso da CUT e o apoio financeiro para a edição de uma revista da CUT estadual de São Paulo. O segundo grupo de projetos que o ISCOS apoiou reúne aqueles ligados à cooperação na área de formação sindical, que são os da Escola Sindical Sete de Outubro, o Instituto Cajamar, a Escola Quilombo dos Palmares, a Escola Norte, a CUT Maranhão, a CUT Pernambuco e o Projeto Formação de Professores “Paulo Freire”. Em terceiro lugar, vem o grupo que trabalhou com a formação profissional-sindical, com três projetos: o apoio ao Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, em Betim-MG, a implantação da Escola Profissional e Sindical de Caxias, MA e outro projeto em Santa Fé, no Paraná. O quarto grupo de projetos incluía o apoio a duas cooperativas de trabalhadores rurais no Estado do Pará e uma no Estado de São Paulo. Houve também projetos que foram apoiados na área de iniciativas de promoção humana, como integração laboral e social de cegos, na Bahia, apoio ao grupo de defesa dos direitos humanos em Itajaí, SC. (SANDRI, 2000, p. 162).

Ao examinar esses projetos, Sandri observou que eles tinham em comum o fato de terem ligação com o mundo dos trabalhadores, e não eram necessariamente ligados ao campo sindical, além de não terem sempre a CUT como parceira ou destinatária principal. Apesar de ser uma ONG ligada à CISL e dependente dela, o ISCOS não atuou de uma forma estritamente sindical e suas ações foram, por vezes, mais abrangentes, no âmbito da sociedade, das comunidades ou dos bairros.

Aprovado o projeto pela CEE, foram organizadas algumas reuniões do grupo para encaminhar a preparação e a execução dos trabalhos previstos nele. A primeira delas aconteceu em 5 de dezembro de 1984, na Oficina. (ATA DA REUNIÃO DA OFICINA-ESCOLA, 05 dez. 1984, ANEXO A 29). A ela compareceram Adriano, Jonas e Mário. Seu

registro é curto e declara que ela foi feita após várias conversas individuais sobre o encaminhamento da oficina-escola de formação e após ter recebido a notícia de que o projeto de financiamento foi definitivamente aprovado. A reunião tratou fundamentalmente de dois assuntos, sendo que o primeiro deles era a colaboração com a escola profissional do Lindéia, indicando que o Jonas faria naquela instituição um treinamento na parte administrativa. O outro assunto era o encaminhamento do projeto aprovado pela C.E.E. Foi estabelecido que outros companheiros iriam ser convidados para uma outra reunião que seria no dia 20 do mesmo mês de dezembro.

Essa reunião do dia 20 contou com a participação de Adriano, Jonas, Mário, Roberto Lélis, Aristo e Veríssimo. (ATA DA REUNIÃO DA OFICINA-ESCOLA, 20 dez. 1984, ANEXO A 30). Todos foram informados sobre o projeto, que tinha a duração prevista de dois anos e que previa a presença constante de sindicalistas italianos que colaborariam na formação sindical. Foi proposto que uma equipe, com experiência e interesse sobre o projeto, assumissem a tarefa de executá-lo. E foram levantadas questões referentes ao que seria o andamento do projeto: como se daria a formação sindical, a relação entre a oficina e a escola, que tipo de cursos haveria, que tipo de relação com o governo e que tipo de relação entre o bairro e a escola. Alguns pontos ficaram esclarecidos após a discussão: a oficina ficaria independente da escola, mas faria parte do mesmo projeto. Ela deveria funcionar produzindo e contribuindo com uma parte do lucro que daria suporte financeiro para a escola após os dois anos do projeto. O projeto teria, assim, três áreas prioritárias. A oficina, que deveria produzir, a escola profissional, que teria de ter um ensino qualificado e confiável, devendo propor uma educação para a vida e não somente para uma profissão, e teria que haver também os cursos sindicais. Estes deveriam ser assumidos por todos os membros da equipe e seriam dados cursos para os militantes sindicais de todo o Estado. Outro ponto é que a relação com o bairro deveria ser aprofundada, a partir da experiência da escola Ação Social Técnica, do bairro Lindéia, que tinha instrutores fazendo parte da equipe.

A partir dessas definições, o grupo continuou se preparando para a execução do projeto e a responsabilidade por ele diante do ISCOS foi transferida para o “Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador” (CAT) através de uma declaração assinada pelo então presidente do TRILHANDO, o Padre Rogério de Almeida Cunha, datada de 25 de fevereiro de 1985. (DECLARAÇÃO, 25 fev. 1985, ANEXO A 31).

## 6.5 Criação do CAT

Entre os documentos relativos à formação do CAT, destaca-se a ata da reunião de criação do CAT. Datada de 3 de abril de 1985, a Ata de Constituição do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador declara a composição da diretoria da entidade e a eleição do Conselho Administrativo. Na ocasião, a diretoria se compôs com os seguintes nomes: Adriano Sandri na presidência, Mário de Castro Gonçalves (Bigode) na vice-presidência, Jonas Correa, no cargo de tesoureiro e Lírio Inácio Poersch no de secretário. Elegeu-se ainda o conselho administrativo, composto por Roberto Celso Lélis, Aristo Neves de Araujo e Gelson Alexandrino da Silva. (ATA DA CONSTITUIÇÃO DO CAT, 03 abr. 1985, ANEXO A 32). O registro do estatuto do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador (CAT), no cartório, em Betim, é de 29 de abril de 1985. (REGISTRO DO CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHADOR, 03 abr. 1985, ANEXO A 33).

Em 22 e 24 de abril, aconteceram três reuniões, cuja ata foi feita por um participante italiano, que era o Romano Angeli, e enviada de Milão para o Adriano, que a traduziu. Junto à carta que encaminha a ata manuscrita, Angeli envia fotos dos participantes das reuniões, um primeiro rascunho de plano financeiro e um plano didático geral para a escola. (ATAS DAS REUNIÕES, 22 e 24 abr. 1985, ANEXOS A 34; CARTA DE ENCAMINHAMENTO ROMANO A SANDRI, maio 1985, ANEXO A 35).

Foram efetivamente reuniões de implantação do projeto com o ISCOS. Delas participaram: João Paulo P. Vasconcellos, secretário nacional e presidente da CUT de Minas Gerais, Luigi Cal, representante para a América Latina do Escritório Internacional da CISL, Romano Angeli, responsável pelo projeto no cofinanciamento C.C.E., Adriano Sandri, Mário Gonçalves e Jonas Barcellos, pela escola profissional, e Cássio Humberto Versiani Velloso, arquiteto e membro do CAT e da oficina ELEMEC. (ATA DAS REUNIÕES ISCOS-CAT-CUT-CISL, abr. 1985, ANEXO A 36).

O primeiro assunto da reunião foi o pedido da CUT para se tornar o interlocutor principal e responsável último do projeto, tanto durante como depois do cofinanciamento pela Comunidade Europeia. João Paulo explicou os motivos, com relação à localidade ser estratégica, do ponto de vista político-sindical, e pediu que se incluísse no projeto uma escola de formação de quadros da CUT. A partir da análise de diversas possibilidades, a reunião definiu alguns pontos: o primeiro deles é que seria constituída uma nova entidade (que já estava pronta e era o CAT, cujo estatuto seria registrado uma semana depois), que seria uma associação ou uma cooperativa, conforme pudesse receber fundos do PRODAMIG, produzir e

participar do mercado, além de poder registrar operários não instrutores. Vasconcellos seria membro enquanto secretário nacional e presidente da CUT-MG e os outros componentes seriam também sindicalistas da CUT, da corrente de que fazia parte Vasconcellos, e também moradores do Jardim Teresópolis, para a entidade ficar solidamente ligada ao bairro. A entidade seria responsável política pela escola profissional-sindical de base (análoga à escola do Lindeia) e a escola sindical de formação de quadros (toda por planejar também como linha política da CUT).

Nessa reunião, foram indicados os responsáveis pelo setor escola profissional-sindical: Adriano Sandri seria o responsável geral e administrativo, Jonas Barcellos seria o responsável técnico organizativo e Lírío Inácio seria o responsável didático. Ficou acertado que Adriano cederia a propriedade do terreno para a construção gratuitamente para a entidade e que o valor de mercado correspondente a essa área constituiria a primeira cota-Brasil no cofinanciamento da Comunidade Europeia.

Outra decisão importante dessa reunião definia que a redação do projeto de construção e colocação das máquinas, quais máquinas e ferramentas seriam adquiridas, e o plano didático seriam elaborados junto com os responsáveis pela escola do Lindeia, a Ação Social Técnica, e teriam por base a experiência daquela escola. Em seguida, ficou acertado que a reunião prosseguiria na escola do Lindeia, na tarde do mesmo dia, para que os visitantes italianos a conhecessem. Na continuação da reunião, ficou definido que a escola do Lindeia era o modelo a ser imitado pela escola de Betim e que, portanto, seriam adotados os conteúdos e métodos didáticos daquela escola. Foram também definidos quais os cursos ocorreriam em 1985, que seriam os de torneiro e autoeletricidade, com a previsão de se acrescentarem, no final de 1985 ou início de 1986, os de caldeireiro e eletricidade industrial.

A reunião prosseguiu na manhã do dia 24 de abril, com a presença de Versiani, Adriano e Romano Angeli, quando se decidiu que o arquiteto Versiani assumiria a tarefa de projetista e diretor dos trabalhos de construção. Registre-se que esse arquiteto era um dos sócios da oficina ELEMEC, cujo único objetivo era o de proteger os sindicalistas demitidos, para permitir que os mesmos continuassem a atividade sindical. Ficou decidido que Versiani, Adriano e Jonas intensificariam as pressões que já estavam em curso para induzir a prefeitura de Betim a fazer a drenagem e a pavimentação das ruas adjacentes à escola.

Ao lado dessas reuniões, que planejavam e registravam as ações do grupo, havia os encontros da própria equipe para discussões e avaliações sobre a experiência, bem como para avaliar outras perspectivas de ação. As reflexões costumavam ser redigidas e levadas ao encontro seguinte. Vários documentos contendo essas reflexões foram preservados e puderam

ser consultados no decorrer da pesquisa. Alguns deles eram assinados, outros não traziam a identificação de quem escrevera, mas, seguramente, todos traziam a preocupação dos envolvidos nas decisões e nas dúvidas que esse tipo de atuação levantava. Um desses registros de reflexões, datado de maio de 1985, não assinado, focaliza a questão da formação sindical. Considerava a formação sindical, naquele momento no Brasil, um desafio assumido de maneira inicial e experimental por um pequeno grupo de sindicatos e alguns centros culturais (Trilhando, CEDAC, CERIS...), além das pastorais populares da Igreja Católica. O objetivo da inserção do CAT na formação sindical seria trabalhar junto com a equipe sindical do Trilhando, para assumir cursos de formação sindical em todo o estado de Minas Gerais. Isto, junto com o projeto de organizar cursos profissionalizantes que teriam o compromisso de preparar trabalhadores para atuar a nível sindical, no bairro, focalizando em particular o “ambiente Fiat”, que seria a fábrica mais os bairros adjacentes. A preocupação manifestada no texto apontava para a necessidade de encontrar a melhor maneira de trabalharem juntos e organizarem a divisão de tarefas. Constatava, ainda, que, para se começar a parte de formação política no curso de torneiro, o grupo teria que discutir e programar os temas da formação o quanto antes, além de se preparar para a proposta do Trilhando, que era organizar várias equipes para trabalhar na formação sindical. Já havia um começo bem fundamentado no sul de Minas, e também no norte do Estado e em Belo Horizonte. (QUAL O PLANO DO PROJETO CAT?, 04 maio 1985, ANEXO A 37).

Outro texto de reflexões sobre o CAT, de 26 de abril e assinado pelo Jonas, comunica preocupação sobre a fundamentação filosófica da educação a ser praticada na escola profissionalizante. O texto caracterizava preocupações típicas do início de uma nova fase da experiência. Sentia que o grupo estava repetindo erros que há muito já estavam presentes na organização do movimento popular, como não terem consciência da importância do planejamento, da discussão permanente, avaliação constante, falta de trabalho de equipe em, com isso, permanecerem numa postura obreirista. Era um convite para a reflexão sobre questões básicas, tanto da administração da entidade, incluindo a democracia interna, o funcionamento da escola profissionalizante, dos fundamentos da formação e das exigências do mercado, do tipo de profissional que pretendiam formar, a construção do processo educativo pelo trabalho, a relação aluno-máquina, o material didático que seria produzido, a interligação das disciplinas, aspectos a serem tratados no curso como saúde do trabalhador, história da classe trabalhadora, lazer, avaliação do trabalho e como acompanhar a administração da experiência. Havia, ainda, a preocupação de como trabalhar e o que explorar na situação em que o processo de produção estaria nas mãos dos trabalhadores.

O texto terminava propondo que, para enfrentar todos aqueles problemas, o grupo marcasse reuniões semanais, para discutir o que deveriam fazer e também discutir a questão política do CAT, seus objetivos e condicionar a eles toda a ação da entidade. ( REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DE CONSTRUÇÃO DO CAT, abr. 1986, ANEXO A 38).

A reunião que aconteceu no dia 22 de junho de 1985 registrou a inclusão de novos sócios, que eram Cássio Versiani Velloso, Antônio Henrique e Antônio Eustáquio.

Algumas questões decisivas foram discutidas em outra reunião, que teve lugar nos dias 10, 11, 12, e 13 de janeiro de 1986, com a participação da Diretoria e do Conselho Administrativo do CAT, de João Paulo Vasconcelos, presidente da CUT-MG e secretário nacional de política sindical da CUT, e de Romano Angeli, responsável pelo projeto junto ao ISCOS. A ata foi escrita por Angeli, que registrou como tema inicial a relação entre o CAT e a Central Única dos Trabalhadores. (ATA DAS REUNIÕES, jan. 1986, ANEXO A 39). Havia a preocupação, entre os membros do CAT, de que um grupo diretivo diferente e com linhas políticas contrárias ao presidido por João Paulo Vasconcelos pudesse desviar os objetivos e o espírito com que se formou o CAT. Optou-se por propor à CUT a redação de um documento esclarecendo o papel das duas entidades na parceria entre elas, nos termos da ata da reunião de constituição do CAT. Havia também a preocupação de que o CAT não tivesse os meios e as estruturas suficientes para assumir a construção e a gestão da escola de quadros sindicais. Ficou estabelecida a proposta para que a CUT indicasse com quais pessoas seria possível desenvolver a colaboração nesse sentido. Ficou INDICADA a composição da diretoria do CAT, com Adriano na presidência, Aristo Neves na vice, Lúcio Poersch como Secretário e Antônio Eustáquio como tesoureiro. O conselho administrativo teria João Paulo Vasconcellos (pela CUT), Gelson Alexandrino da Silva (presidente da associação de moradores) e Roberto Lélis (responsável pela oficina-escola do bairro Lindéia) O responsável técnico e organizativo da escola seria Jonas Barcellos e o responsável pela oficina seria Mário de Castro Gonçalves.

Em seguida, discutiu-se a construção da escola de formação de quadros sindicais da CUT na área ao lado da escola de formação profissional. Depois de uma exposição sobre o que seriam a estrutura administrativa, os princípios e a metodologia de trabalho, as atividades a serem desenvolvidas e os custos, foram apresentadas as características que teria o imóvel a ser construído para a escola. Ela teria auditório para 160 pessoas, 5 salas de aula para 20 pessoas, 20 dormitórios para 4 pessoas cada, um local para o vigia morar, restaurante, cozinha estrutura para atender 80 pessoas que frequentariam cursos em regime de internato. Incumbiu-se uma equipe de arquitetos de apresentar o projeto e o CAT decidiu doar 11.000 dólares, do

balanço de 1985, para a construção da escola, que não prejudicariam nenhuma característica do projeto junto à C.E.E. O grupo do CAT sugeriu à Central Única dos Trabalhadores que se construísse a escola de formação de quadros por etapas, começando pela parte onde haveria os dormitórios para vinte pessoas. Os trabalhos da formação poderiam começar, utilizando o espaço da escola profissional como escritório e salas de reunião.

Com relação ao andamento dos trabalhos do projeto, com os recursos vindos da Comunidade Européia, o registro era que já haviam sido comprados os 4 tornos e outros equipamentos, mas que o trabalho de construção estava em atraso de três meses, em relação à programação prevista para 1985, devido à demora no recebimento dos fundos vindos da Itália. Mas, por outro lado, já havia sido iniciada a atividade produtiva da oficina, em caráter experimental, e já havia sido aceita e realizada a primeira encomenda de serviço.

Os últimos temas da reunião previam o término dos trabalhos de construção e as instalações de energia, água e esgoto, além de dar continuidade à compra de equipamentos. A previsão era de que dois cursos funcionariam ao longo de 1986, sendo um de tornearia e outro de ajustagem, cujos alunos seriam preparados para o curso de tornearia de 1987 e 1988. Informou-se também que o PRODAMIG (Programa de Desenvolvimento Acelerado de Mão de Obra de Minas Gerais) havia reduzido os fundos para a escola, com a crise que o país atravessava com o governo nas mãos de Sarney. Ficou claro também que a experiência do pessoal da escola do Lindéia foi significativa no apoio ao primeiro serviço executado, que foi no valor de 20 milhões de cruzeiros. Outro ponto que foi discutido colocava a problemática de se criar um equilíbrio tal que as atividades de formação não impedissem a atividade de produção de pagar despesas ou que a atividade produtiva não impedisse a atividade formativa de ser plenamente qualificadora do ponto de vista profissional e sindical. (ATA DAS REUNIÕES, jan. 1986, ANEXO A 39).

Em seguida a essa reunião, a CUT de Minas Gerais enviou a Luigi Cal, Responsável Internacional da CISL, em 22 de janeiro, uma carta em que manifestava a intenção e a necessidade de que se desse seguimento à implantação ao Centro de Formação Profissional da CUT, no local em que foi planejado, em Betim. A carta informava ainda que o CAT, que tinha em sua diretoria dois membros da direção estadual da CUT, ficaria responsável pela gerência e realização do projeto, como aquisição do terreno, implantação, móveis e equipamentos, “além da obrigação de organizar e administrar a escola de formação profissional e formação sindical dos aprendizes que por lá passarem, sendo esta segundo orientação política da CUT.” (CARTA DA CUT MG A LUIGI CAL, RESPONSÁVEL INTERNACIONAL DA CISL, 22 jan. 1986, ANEXO A 40).



Na carta, a direção da CUT deixava claro também que a parte organizacional e didática da escola de formação de quadros sindicais seria realizada, organizada e gerida conforme plano específico aprovado em reunião executiva da CUT.

Esse é também o sentido do resumo manuscrito de relatório anotado por Romano Angeli em janeiro de 1986, Para informar o ISCOS sobre o andamento dos trabalhos, considerando o objetivo de construir uma “escola de formação de quadros sindicais”, com capacidade para 80 cursistas. Ao falar do tipo e do nível da intervenção, Angeli registra que a direção da CUT Estadual, na reunião de 5 de outubro de 1985, considerou urgente a necessidade de construir um centro próprio de formação de quadros e aprovou um documento específico que descreve suas características principais e os conteúdos formativos. A formação sindical se dirigiria principalmente aos delegados sindicais do Estado de Minas Gerais e seria proposta também a nível interestadual. A estrutura deveria ser capaz de abrigar cursos presenciais com hospedagem para 80 delegados, seminários e congressos com a capacidade de 150 a 200 pessoas. Ele conclui o resumo informando que já se desenvolviam, há cerca de um ano, cursos análogos (mas não específicos para formação de quadros) em regiões do Estado onde se constata uma ativa participação de militantes e de delegados sindicais. (PROGETTO DI MASSIMA-SCHEDA, jan. 1986, ANEXO A 41).

Ao tratar, em outro relatório encaminhado junto com o primeiro, dessa vez sobre o andamento dos trabalhos, do objetivo de construir a “escola de formação profissional/sindical”, Angeli a distinguia da formação de quadros: “escola profissional e sindical para a formação de operários especializados (torneiros, eletricitistas, etc.); capacidade em regime pleno de 40 alunos”. Segundo ele, quando estivesse em regime pleno, a oficina-escola deveria ser economicamente auto-suficiente, através de uma adequada programação didática e da produção da oficina. Nesse mesmo relatório, Angeli, sistematizando um pouco da reunião de janeiro, informou ao ISCOS que a execução do projeto e a gestão da oficina-escola (também do setor produtivo) estava entregue ao “CAT (associação legalmente constituída, sem objetivo de lucro, com finalidade formativa) constituída pela CUT.” Dizia também que a relação entre o a CUT e o CAT fora recentemente intensificada, com atribuições ao CAT e com documentos oficiais. Os relatos sobre o envolvimento com os entes públicos locais apontavam que o novo prefeito de Betim estava ignorando o compromisso de drenar o terreno, de canalizar as águas pluviais e de construir a rua na área vizinha à escola e que o PRODAMIG havia recebido diretivas do governo federal para reduzir a contribuição às escolas em geral e em particular às profissionalizantes (STATO AVANZAMENTO LAVORI-SHCEDA, jan. 1986, ANEXO A 42). Acompanhando os informes da reunião de

janeiro e outros dados observados no cotidiano da experiência, Angeli relatou o aumento de inscrições para os cursos da escola, lembrou que os critérios de seleção repetiam os que a escola do Lindéia utilizava ao longo de cinco anos da sua experiência. E lembrou, como registrado na ata da reunião havida em janeiro, que era cedo para avaliar o efeito da inserção dos formados pela escola no mercado de trabalho, tanto quanto à reação das empresas, quanto ao sindicalismo capilar de base. Esse relatório, específico da escola de formação profissional-sindical, é o que foi efetivamente encaminhado pelo ISCOS à Comunidade Européia. (RELAZIONE SULLO STATO DI AVANZAMENTO DEI LAVORI, fev. 1986, ANEXO A 43).

O acompanhamento participativo da experiência pelos representantes do ISCOS e da CISL era constante e tinha mais características de supervisão e orientação, como pode ser visto em outro documento, um “Lembrete para Sandri e Jonas”, que Romano Angeli enviou de Milano, em 21 de maio de 1986. O lembrete encaminhava anexo o relatório aprovado pela CEE e pedia que eles seguissem as normas estabelecidas em abril de 1985, além de passar mais instruções com relação à contabilidade e à administração. No mesmo documento, Angeli enfatiza a urgência de que eles consigam que o município resolva o problema da canalização das águas pluviais e da pavimentação das ruas adjacentes à escola. (PROMEMORIA PER SANDRI E JONAS, 21 maio 1986, ANEXO A 44).

Enquanto o grupo avançava com a experiência educacional-sindical e a parceria com o ISCOS, a repercussão na Itália, sobre a colaboração da CISL com a oposição sindical brasileira acontecia em diversas cidades daquele país. Há, por exemplo, o registro de um evento organizado pelo “GRUPPO CISL BRASILE”, um seminário sobre “O Brasil em Roma”, no dia 6 de dezembro de 1985. Aberto pelo secretário geral da CISL, Franco Marini, o evento tinha a participação de Luigi Cal, que falou sobre a situação sindical no Brasil, Andrea Gandini, que falou das iniciativas do ISCOS no quadro da solidariedade CISL-CUT, Jair Meneguelli, presidente da CUT, que falou das iniciativas da central naquele período, e outros debatedores. (BRASILE A ROMA, 6 dez. 1985, ANEXO A 45).

Também a imprensa sindical italiana registrou a construção da escola profissional-sindical em Betim, em matéria que descrevia a relação entre a CISL e a CUT, e passava a mostrar o desenvolvimento e a construção do projeto da oficina-escola, com o apoio do ISCOS, em frente à Fiat. O jornal Brasile Informação era uma publicação trimestral do grupo CISL Brasile, patrocinado pelo escritório internacional e alguns sindicatos regionais da CISL. (BRASILE INFORMAZIONE, 9 abr. 1986, ANEXO A 46). A matéria em questão é extensa e, lembrando que a central italiana havia participado do primeiro CONCLAT, descreve a vinda

da FIAT para Betim, o modelo autoritário implantado pela empresa na relação com os trabalhadores, as transformações havidas na cidade e observa que:

Com a democratização em curso no Brasil, as coisas estão mudando, mas ainda custam o sangue aos trabalhadores, especialmente aos militantes sindicais mais ativos. Exatamente em Betim, nessa realidade operária, a CUT pediu à CISL uma intervenção. Trata-se de um centro profissionalizante e produtivo mecânico, para dar uma qualificação apropriada e uma oportunidade de trabalho e ao mesmo tempo uma formação sindical, de modo particular para aqueles trabalhadores demitidos por sua atividade sindical e social ou devido à recessão. (BRASILE INFORMAÇÃO, 9 abr. 1986, ANEXO A 46).

Mais adiante, o texto informa: “Acompanhará a formação técnica uma cuidadosa formação sindical, administrada pela própria CUT, que fará desses trabalhadores quadros ativos e sempre mais preparados para enfrentar situações de injustiça dentro e fora do local de trabalho.” Em mais duas páginas, o texto da matéria faz uma completa descrição do projeto, acompanhada de mapa da região metropolitana, planta do CAT e da quadra onde ele se localiza. (BRASILE INFORMAÇÃO, 9 abr. 1986, ANEXO A 46).

## **6.6 Escola Profissional ou Formação Sindical**

Houve uma assembleia geral extraordinária no dia 6 de janeiro de 1987 e os informes que foram passados a respeito do andamento dos cursos davam conta de que estava tudo sendo encaminhado bem, os cursos estavam funcionando bem e a produção da oficina estava em expansão. Outro assunto da reunião foi a contratação de Aristo Neves para o cargo de instrutor do curso de ajustagem, o que o impediria de continuar exercendo o cargo de vice-presidente. Processou-se a votação e o nome de Antônio Henriques Teixeira foi escolhido para o cargo de vice-presidente.

A eleição da nova diretoria e do conselho administrativo foi o primeiro tema da assembléia que ocorreu em 3 de abril de 1987. A chapa aprovada por unanimidade teve os nomes: Adriano Sandri, presidente, Roberto Lélis, vice-presidente, Antônio Henriques, no cargo de tesoureiro, Lírío Inácio, no cargo de secretário. O conselho administrativo passou a ter a participação de Antônio Eustáquio, Cássio Humberto Versiani, Sebastião Mozart e João Paulo Pires de Vasconcelos. Noticiou-se, ainda, a conclusão do curso de Hidráulica e a previsão da conclusão do curso de atendente de enfermagem, que seria para o mês de julho. Outro tema da reunião foi a produção da oficina, que estava sofrendo o impacto da recessão econômica então em curso, que reduzia as encomendas. Continuavam com andamento normal os cursos de eletricidade de autos, o de ajustador mecânico e o de torneiro mecânico.

Na verdade, considerando o projeto em parceria com o ISCOS, 1987 foi o primeiro ano de funcionamento total. Um documento chamado “Proposta de Reestruturação e Ampliação”, encaminhado ao ISCOS em outubro de 1987, apresenta o número de alunos por ano a partir de 1984. Naquele ano, foram 20 alunos, do curso de matemática-desenho-eletricidade. Em 1985 houve um curso de torneiro, com 18 alunos; em 1986, foram 82 alunos para quatro cursos: torneiro, eletricidade de auto, atendente de enfermagem e mecânico hidráulico. Em 1987, foram 220 alunos em cinco cursos: torneiro, ajustagem, eletricitista de auto, mecânico-hidráulico e atendente de enfermagem. (PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO, 1987, ANEXO A 47). Nesse documento, avaliava-se que a escola estava crescendo e que o número de alunos em 1987 era três vezes maior do que o previsto no projeto realizado com o apoio do ISCOS. Havia também a observação de que o tipo de trabalhador que procurava o CAT havia mudado substancialmente: nos primeiros três anos, a escola era procurada por trabalhadores adultos, e que ela passara a ser procurada por um público em que 60% eram jovens. Pela análise presente no documento, isto estava em acordo com as concepções que levaram ao surgimento da experiência, pois a imigração rural que havia formado a maioria da população nos bairros próximos e que os filhos dessas populações haviam chegado à idade de enfrentar o problema do emprego e da profissão. A avaliação segue positiva e o documento registra que foram atingidos de forma satisfatória os objetivos e, em muitos casos, superaram as expectativas, pois os alunos receberam formação profissional, formação humana, social e sindical, “que os tornaram mais cidadãos deste país.” Além disso, as relações com a comunidade da região avançaram positivamente, através dos cursos de atendente de enfermagem, que tornaram o CAT mais conhecido pelas famílias dos trabalhadores. (PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO E AMPLIAÇÃO, 1987, ANEXO A 47).

Esse documento trazia uma proposta de ampliação e a justificava pela insuficiência das instalações para que o ritmo de crescimento continuasse. Para realizar a ampliação e a reestruturação, o CAT pedia a colaboração do ISCOS e apresentava a lista de itens que seriam necessários para realizar o objetivo, que iam desde a construção de nove salas, banheiros quadra de esporte e almoxarifado da escola, passando pelo pagamento de diretor, coordenador didático, secretário, professores faxineiro, vigia e cozinheiro, mobiliário e máquinas para escritório, tornos, mandrilhador, esmeril e fresa, além do pagamento mensal para o pessoal da oficina de produção, num total de 13 pessoas.

No início de 1988, um texto intitulado “Situação atual” reproduzia parte do pedido que fora encaminhado ao ISCOS em outubro de 87, lembrando que, no projeto inicial era prevista

a colaboração do governo estadual, que acabou sendo reduzida a um valor irrisório e a falta desse apoio agravava a situação da escola profissional. Mesmo assim, em 1988 havia três cursos funcionando no primeiro semestre, eletricidade de autos, torneiro e atendente de enfermagem, com vinte alunos cada um. Depois de relatar que o CAT conseguiu implantar a escola e começar a produção, o texto acrescentava que produzir exigia muito mais, principalmente para ingressar num mercado em fase de decadência e por ser o serviço de usinagem já “loteado” e muito disputado. (SITUAÇÃO ATUAL, 1988, ANEXO A 48).

O fundamental dessas informações era que o balanço anual revelava que a média das entradas não superou 50% das despesas. Existe uma autocrítica no documento, quando diz que uma análise mais detalhada havia percebido que cometera erros por falta de experiência e que os fatores da crise econômica e da recessão, além do mercado “fechado” haviam ocasionado o resultado negativo. De qualquer forma, documento, assinado pelo Adriano, declarava que o grupo não tinha condições de levar adiante o projeto, pelos motivos citados e que havia levado a situação ao conhecimento do ISCOS em outubro, junto a uma proposta para superar o impasse e que o ISCOS havia declarado que, dentro de suas possibilidades, não teria condições de atender a demanda da proposta de ampliação. E o texto prosseguia: “Por isso, estamos apresentando à sua entidade nossa proposta.” Em seguida, apresenta um orçamento para a escola e outro para a oficina e conclui pedindo “a esta entidade” (o texto não declara qual entidade seria) a sustentação financeira para o funcionamento da escola profissional “durante os próximos 3 anos” e que indicasse outra entidade que pudesse apoiar a oficina de produção “ou mesmo apresentasse esse projeto para outras entidades.” (SITUAÇÃO ATUAL, 1988, ANEXO A 48).

A autocrítica, prática que alimentava a experiência permanentemente para esses formadores, trouxe para a discussão a crise por que passava o CAT e uma boa análise está registrada em um documento assinado em nome de toda a equipe, pelo Jonas. A avaliação começa observando que o CAT teve dois momentos: o primeiro, de 1979 a 1984, “quando se manteve com muito sacrifício financeiro sem, contudo, deixar de cumprir seus objetivos. O segundo momento, que está se encerrando, começa com a assistência financeira oferecida e prestada pela CISL a partir de 1985.” (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49).

A avaliação tinha três objetivos básicos. O primeiro era o de comunicar ao ISCOS o ponto de vista do grupo e a avaliação que este fazia da colaboração internacional, como forma de colaborar, procurar juntos maneiras mais completas de intercâmbio e tentar evitar os erros em que incorreram no projeto. O segundo objetivo era apresentar às entidades que financiavam projetos no terceiro mundo as reflexões sobre a experiência do grupo, por terem

percebido que não havia avaliações sérias e profundas sobre a experiência da maioria dos projetos financiados por essas entidades. O terceiro objetivo era provocar o maior número possível de avaliações dos projetos apoiados por essas entidades, para conhecer seus limites, suas falhas os seus verdadeiros problemas, “para que não pese sobre a cultura do trabalhador do terceiro mundo um injusto sentimento de incapacidade e culpa, mas que se reconheça o devido valor da luta e coragem desse trabalhador que se encontra numa situação tão complexa e difícil.” (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49). Após um breve histórico do CAT até a vinda da colaboração italiana o texto aponta que ficou estabelecida a cooperação com duração de 3 anos e os trabalhos foram iniciados. Acrescenta que foram adquiridos os terrenos, construída a oficina de usinagem, comprados os tornos e equipamentos e foi iniciada a produção e prestação de serviços.

Antes de chegar ao ponto central da crítica, o texto enumera diversas omissões na colaboração internacional e suas conseqüências. Primeiramente, a falta de clareza de objetivos, que levava a crer que o ISCOS tinha como objetivo principal a perspectiva de uma escola de formação de quadros sindicais e que a formação profissional seria apenas uma oportunidade para implantar outro projeto. Outro problema é que o projeto não foi definido com clareza, correspondendo a um único projeto com duas atividades que, na realidade, representariam dois projetos complementares entre si, mas separados: Escola Profissional e Oficina de Produção. Outra falha importante na execução foi o fato de o projeto prever toda a sua implantação a cargo de um administrador e uma secretária, o que era completamente inadequado devido ao tamanho e a complexidade do projeto. Foi questionada também a falta de uma preparação profissional para que os trabalhadores do grupo do CAT pudessem assumir e conduzir a experiência e eles tiveram que trabalhar na base de tentativas, intuições, erros e acertos. Nesse ponto, a avaliação sugere que qualquer projeto deveria ter essa etapa de capacitação e prever essa necessidade.

O texto aponta também que não havia sido prevista uma etapa de consolidação do projeto, que deveria ser acompanhada pela disponibilização de um capital de giro. Segundo a avaliação, esse era um problema que podia impedir o projeto de dar resultado. E o texto lembra, nesse ponto, que a perspectiva de um terceiro ano de financiamento havia sido fruto de acordo verbal e não havia se concretizado, provocando um estrangulamento. A avaliação questionou também a falta de uma comunicação que pudesse proporcionar uma visão global das reais possibilidades do projeto, e isso dificultava a administração pelo lado do grupo do CAT. Outro questionamento se dirige à capacidade do grupo e à do ISCOS na hora de projetar aquela iniciativa. Por seu lado, o grupo reconhecia que não tinha experiência no campo e que

foi uma solução de militância que os levou a iniciar a oficina para demitidos por motivos de luta. Da parte do ISCOS, o grupo questionava se a entidade não teria pessoal suficiente e capacitado para avaliar ou até corrigir uma proposta de projeto e se havia, da parte deles, uma compreensão clara do que seria a oficina/escola profissional.

Depois de ressaltar que a avaliação estava sendo feita num momento em que o projeto estava sendo radicalmente repensado, devido às dificuldades enfrentadas e ao término da relação internacional prevista no projeto, o texto observa que, a partir de reavaliações do projeto, os seus objetivos ficaram mais claros e se tornavam três vertentes distintas, que eram a Escola de formação profissional integral, a auto-gestão da oficina que permitisse a autonomia financeira da Escola e o conhecimento dos custos e mecanismos da produção no sistema capitalista e, por último, o objetivo fundamental da participação da CISL-ISCOS, que era a Escola de formação de quadros sindicais, que seguiu “uma orientação separada e autônoma em relação ao projeto da oficina-escola profissional.” (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49).

De acordo com o texto da avaliação, a equipe do CAT “sentiu” uma mudança de interesse por parte do ISCOS em relação à escola profissional-oficina. A partir da reavaliação dos objetivos, o ISCOS praticamente se limitou a exigir a realização do projeto através da administração dos recursos já aprovados. O grupo observou que, enquanto, na equipe do CAT, vinha crescendo e amadurecendo a consciência do valor da formação profissional, a importância de conhecer e penetrar no mundo da economia capitalista, não havia avanço no acompanhamento ou no interesse do ISCOS:

Sintetizando, sentimos que o interesse objetivo do ISCOS esteve presente até que o projeto de escola profissional-oficina serviu para o interesse político maior das relações no campo da formação sindical com a CUT. Concordamos que esse deve ser o interesse maior da CISL. Todavia discordamos que isso implique no abandono de um projeto aprovado. A propaganda do projeto feita na Itália prejudicou, em parte, a possibilidade do CAT de entrar no mercado dominado pela FIAT. Constatamos isso no momento em que começamos a enfrentar o mercado de serviços de usinagem, totalmente “fechado”, “loteado”, onde só se entra através de suborno. A complexidade da situação, somada à nossa inexperiência nesse campo, pode prejudicar completamente o projeto, tornando-o inviável. (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49).

Uma das conclusões dos membros da equipe do CAT nessa avaliação é que faltou solidariedade internacional, capital de giro e/ou um terceiro ano para a total implantação da oficina. Entenderam que, como trabalhadores que criaram e implantaram o CAT, eles colheram resultados positivos e fundamentais para uma experiência de tanta importância para o sindicalismo brasileiro. E apontaram entre os resultados positivos:

- As mais de 300 pessoas que aprenderam uma profissão no CAT nesses dois anos e, sobretudo, uma nova consciência de sua dimensão política, sindical, social.
- As outras iniciativas de colaboração sindical internacional que este projeto favoreceu e, em alguns casos deu origem.
- O nosso amadurecimento que nos possibilita nos colocarmos frente às entidades europeias que nos dão apoio numa atitude crítica que provoque um repensamento de seus objetivos e de suas práticas.
- O amadurecimento profissional de nossa equipe que aprendeu nesses dois anos coisas que só essa experiência podia ensinar. (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49).

A equipe finalizou a avaliação dirigindo algumas sugestões às entidades que se propusessem patrocinar projetos nos países do *terceiro mundo* (sic). Elas deveriam considerar, por exemplo, cada projeto dentro de um processo, sujeito a mudanças políticas e econômicas imprevisíveis. Não se deveria fazer a avaliação final de um projeto simplesmente confrontando-o com os objetivos e programas inicialmente propostos, pois seria uma falta de visão do terceiro mundo<sup>49</sup> ou, pelo menos, do Brasil”. Outra questão é que as entidades que financiam projetos dessa natureza devem contribuir para a capacitação das pessoas que vão assumir o projeto, determinar o número de pessoas que irão executá-lo, estabelecer um capital de giro e devem se abrir a um verdadeiro diálogo com os trabalhadores interessados. A equipe questionou também as consequências para os trabalhadores das experiências que fracassaram, levando em conta que o fracasso poderia desanimá-los na luta e que ele poderia ser resultado de um sistema de colaboração internacional que não consegue se tornar parceiro em todos os aspectos da experiência. Por último, o grupo do CAT pede que o ISCOS envie duas pessoas competentes e experientes para fazer uma avaliação do projeto, sob o ponto de vista técnico e administrativo, pois havia a hipótese de incapacidade administrativa para entrar no mercado, que fora levantada por ocasião da visita do ISCOS. A expectativa dos membros da equipe era que tal avaliação pudesse esclarecer dúvidas e indicar soluções para os problemas que o projeto estava a enfrentar, para os quais eles não conseguiam encontrar solução. (AVALIAÇÃO DO PROJETO CAT, ANEXO A 49).

## 6.7 Identidade do CAT

Depois daqueles anos de experiências com a educação profissionalizante, com o movimento sindical, com as parcerias internacionais, caberia perguntar: afinal, o que era ou no que se transformara a identidade do CAT? Para construir uma resposta, vale retomar

<sup>49</sup> Termo resultante da divisão geopolítica de poderes e blocos de influência durante o período da Guerra Fria (1945-1989). O “Primeiro Mundo” correspondia aos países capitalistas industrializados, o “Segundo Mundo” seria o dos países aos países socialistas e o Terceiro Mundo seria formado pelos países capitalistas economicamente subdesenvolvidos e não-alinhados com os outros dois blocos.



alguns aspectos dos objetivos sempre declarados da construção dessa experiência de educação. Havia a determinação de atender à demanda por formação profissional do bairro e da região.

É importante lembrar que, conforme aponta Campos,

A educação está intimamente ligada ao processo de organização dos trabalhadores da região industrial no período 1976-81. [...] As lutas pela educação escolar não são estranhas à história da organização dos moradores que se estruturam em diversos bairros, acompanhando as reivindicações ora por um, ora por outro aspecto das demandas coletivas sentidas pelos trabalhadores. [...] A reivindicação coletiva dos moradores dos bairros coloca, entre fatores de importância similar, a educação escolar como uma questão social e política, sem que desapareçam as especialidades da escola. (CAMPOS, 1989, p. 152).

No caso da experiência no Bairro Jardim Teresópolis, como já se observou antes, praticamente todas as demandas encaminhadas e os projetos que solicitavam apoio eram marcados pela questão da relação com os moradores do bairro. As informações sobre a parceria com a associação de moradores e a preocupação com a juventude do bairro, quanto ao seu acesso a possibilidades de obter uma formação profissional estavam sempre presentes entre as argumentações dos projetos que o grupo encaminhava às entidades de apoio. E esse objetivo é claramente exposto no documento “Projeto Integrado de Formação Profissional – Projeto Escola”, que traz uma sistematização fundamental para se entender o CAT – Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50).

Ao longo de 24 páginas, o documento apresenta o Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, que já estava em atividade, de forma detalhada e, na sua página inicial, faz uma tomada de posição em defesa da democracia:

As lutas do povo que levaram o regime militar a se afastar do comando, e a burguesia a procurar uma saída através de uma “Transição Democrática”, não alcançaram ainda seus objetivos. O objetivo real das lutas do povo é a “DEMOCRACIA” em todos os níveis: econômico, social, cultural, institucional. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 3).

Ao avançar com a exposição de sua posição política, o documento denuncia o autoritarismo que impregna as instituições, no governo, nas forças armadas, “no sistema político e social, no sistema econômico profundamente elitista, corrupto e autoritário, no sistema educacional igualmente autoritário, elitista e manipulador”. (PROJETO

INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 3).

O texto do documento define, ainda, um campo importante de lutas, ao lembrar que, tanto a classe trabalhadora quanto o povo em geral, são alvo de um processo de alienação através dos meios de comunicação de massa, da propaganda consumista, das escolas e das religiões.

A partir dessa identificação de campo de lutas, o documento aponta o CAT como engajado, há anos, numa experiência de educação popular de base, sobretudo a partir de cursos profissionalizantes. Neste ponto, o documento coloca a sua finalidade, propondo-se avançar nessa experiência com maior clareza de objetivos e de meios necessários. E termina essa primeira parte, colocando dois objetivos fundamentais, a partir da convicção de que todo o sistema de ensino deverá ser profundamente revolucionado, se quisermos alcançar uma verdadeira democracia em nosso país.

Os dois objetivos que o CAT se propõe, segundo o documento, são:

- a) Desenvolver uma experiência de formação profissional que, com conteúdos, método e pedagogia apropriados, torne o trabalhador um sujeito histórico consciente de nossa sociedade e não um mero produtor-executor-consumidor;
- b) Desenvolver um método de capacitação de instrutores de cursos profissionalizantes que tenham condições de realizar o objetivo acima indicado.

Ainda de acordo com o texto, esses dois objetivos seriam “uma contribuição fundamental para que a sociedade civil e o movimento sindical possam construir uma proposta alternativa ao sistema educacional vigente em quase todas as escolas profissionalizantes públicas e particulares.” (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50).

A segunda parte do documento tem o título de “Projeto Escola” e começa com um pequeno histórico do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, depois de apresentar a entidade, que é sem fins lucrativos e tem como objetivo contribuir na formação profissional, humana e sindical do trabalhador. O texto prossegue, informando que o CAT surgiu em 1979, como iniciativa de um grupo de metalúrgicos demitidos por causa de sua militância sindical nas multinacionais da região de Betim, com o objetivo de proporcionar a sustentação financeira e a continuação do engajamento na luta sindical desses trabalhadores e oferecer

uma reciclagem profissional para outros metalúrgicos que vinham sendo demitidos pela prática da rotatividade por parte das empresas.

Em seguida, o documento justifica a inserção do CAT na região em frente à fábrica da FIAT, o Jardim Teresópolis, observando que a expansão demográfica que levou o bairro a ter mais de 50 mil habitantes, abriu a perspectiva de se oferecer uma escola profissionalizante para trabalhadores que não tinham ainda uma profissão específica no setor metalúrgico e que eram procedentes, na maioria, de áreas rurais.

Depois de informar que o grupo conseguiu montar a estrutura existente da escola profissional e a oficina do CAT com o apoio de um cofinanciamento da Comunidade Econômica Européia, através de um projeto patrocinado pelo ISCOS – Istituto Sindacale per La Cooperazione allo Sviluppo – o documento descreve os equipamentos: quatro salas de aula teórica, uma secretaria, uma sala de reunião e estudo, uma cozinha e uma área de serviço. Além disso, um galpão para a prática de tornearia, diversas máquinas e ferramentas e uma área livre de mil e duzentos metros quadrados.

O funcionamento da entidade também é descrito no documento, que apresenta três setores do CAT já implantados e um ainda em perspectiva. Seriam eles o setor Produção, o da Escola Profissionalizante, o GEFASI (Grupo de Formação Sindical de Base) e o NAC (Núcleo de Apoio às Ações Culturais da Comunidade), ainda em planejamento. Os dois primeiros, o setor da Produção e o da Escola Profissionalizante contribuem, segundo o documento, para a preparação profissional e social dos trabalhadores, enquanto que os outros dois tratam da participação consciente e ativa do trabalhador como cidadão, integrado com as iniciativas de organização social e política da comunidade.

Uma descrição mais detalhada desses dois últimos setores do CAT é apresentada pelo documento, no seu item três, que trata da justificativa do projeto. Nesta parte, o documento coloca a concepção de que o nível de consciência crítica dos trabalhadores, compreendendo sua inserção na história das sociedades, permite-lhes “organizarem-se tanto para resgatar a competência técnica, perdida pela desqualificação a que são submetidos, como para operar de um modo mais realista na sociedade em que vivem, reivindicando direitos em contrapartida à riqueza que produzem.” (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 7). Ainda nesta parte da justificativa, o documento defende outro princípio, o de que o trabalho constitui uma fonte de realização humana, desde que não avilte o trabalhador, nas condições de trabalho e na remuneração insuficiente à sua sobrevivência e que isto encaminha para uma luta por melhores condições de trabalho e de vida. Assim, uma educação para o trabalho não ofereceria ao aluno apenas um conjunto de

tarefas mecânicas e conhecimento sobre legislação trabalhista e relações humanas no trabalho. Uma verdadeira educação para o trabalho deve instrumentalizar o aluno quanto aos processos de trabalho, de comunicação social, de análise crítica da sociedade, buscando elevar o nível de sua visão histórica, transitando para uma visão de conjunto a todos os elementos que se lhe apresentam de forma fragmentada, como faz a educação tradicional.

É nesse ponto que entraria a participação prevista para o GEFASI, - Grupo de Estudo, Formação e Assessoria Sindical, que podia tentar a construção de um modelo diferenciado de formação para a classe trabalhadora, numa relação com o setor de Produção que buscava permitir que os trabalhadores atuassem como agentes de transformação na sociedade, tendo como modelo a prática da auto-gestão no sistema de produção. Coerente com essa concepção estaria o trabalho do NAC – Núcleo de Apoio às Ações Culturais da Comunidade, que se encarregaria identificar os movimentos e iniciativas da comunidade, disponibilizando-se para assessorar grupos de moradores, associações, no plano político, social e cultural, e com isto proporcionando à Escola Profissionalizante elementos dinâmicos para discutir as condições de vida da população e viabilizando a construção de relações e espaços democráticos. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 9).

Ao falar, em seguida, dos objetivos do projeto, o documento reafirma a necessidade de:

- 1) Desenvolver uma proposta de formação profissional onde o aluno se prepare para uma atividade produtiva regular e sistemática, e que seja capaz de estabelecer as relações entre sua atividade e o contexto social, econômico, político a que está vinculado.
- 2) Superar a dicotomia entre a atividade manual e trabalho intelectual através da construção do conhecimento prático articulado aos seus pressupostos conceituais e tecnológicos.
- 3) Tentar superar a organização autoritária e positivista da escola, propondo um sistema de relações que leve em conta a análise e o pensamento coletivos. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 9).

Em seguida, o documento trata especificamente sobre os objetivos da Escola, de sua estrutura e de seu funcionamento. Destinada à aprendizagem profissional para adultos e jovens trabalhadores, a escola procura:

- 1) Oferecer-lhes uma aprendizagem profissional suficiente para os capacitar ao emprego, utilizando máquinas e fazendo serviços comuns às várias empresas.
- 2) Proporcionar-lhes situações objetivas para o entendimento do sistema de produção, paralelamente ao conhecimento técnico.
- 3) Permitir-lhes reconstituir o conhecimento das lutas e perspectivas da classe trabalhadora, na sua dimensão histórica, para melhorar a compreensão dos fenômenos atuais e possível engajamento nas atividades sindicais. (PROJETO

INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA,  
ANEXO A 50, p. 10).

Em função desses objetivos, o documento propõe um currículo escolar de que constam disciplinas técnicas, teórico-práticas, instrumentais como matemática, desenho, tecnologia e disciplinas de conhecimento geral, como História e Organização Social e Política Brasileira. Acrescenta o estudo da Língua Pátria, como norma padrão de comunicação e elemento fundamental de elevação dos níveis de consciência crítica.

A metodologia adotada trabalhar com tais objetivos coloca para o projeto os seguintes princípios:

- 1) Considerar o aluno como sujeito de seu processo educativo, participando ativamente das situações de aprendizagem, visando colaborar no desenvolvimento de sua capacidade reflexiva e crítica. Deste modo, e sempre que possível, o conhecimento deve ser trabalhado junto com o processo pelo qual ele foi construído. Isto permite ao aluno apropriar-se dos processos metodológicos específicos de aprendizagem, contribuindo para a aquisição de maior autonomia na busca de novos conhecimentos.
- 2) Considerar a realidade pessoal e social do aluno, buscando ampliar a compreensão que ele tem dessa sua realidade.
- 3) Levar em conta que o momento de trabalho escolar é uma instância da organização dos conhecimentos e veiculação de determinadas habilidades e conteúdos sistematizados. O professor instrutor tem uma ação intencional neste processo. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 10- 11).

A partir desses princípios, propõe-se o estudo dos conteúdos básicos que fornecem subsídios para o trabalho técnico, de forma experimental num bloco de formação básica a todos os cursos. O estímulo ao raciocínio passa pela utilização estratégica da abordagem indutiva, quando os estudos práticos podem preceder os teóricos, ou quando, por razões de aprendizagem e precauções, a fundamentação teórica deve preceder a prática. Os desafios devem sempre ser discutidos e este processo de ensino visa permanentemente o interesse do aluno, sua capacidade de assimilação e interação com o professor. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 11).

Depois de falar da metodologia, o documento trata da viabilização do projeto, prevendo a constituição de convênios para obtenção de recursos financeiros e para aquisição e troca de experiências técnico-culturais, além de frisar que o CAT se mantém aberto a projetos comuns com as universidades, órgãos governamentais, entidades afins e profissionais interessados.

A estrutura organizativa do CAT é descrita pelo documento, que estabelece um Conselho Administrativo Educacional, composto pelo presidente da entidade, um coordenador administrativo do Centro, um coordenador pedagógico e pelos

instrutores/professores. As atribuições do Conselho estão listadas pelo documento, bem como a periodicidade de suas reuniões ordinárias, que seriam mensais. O documento descreve ainda as competências de cada cargo previsto na estrutura administrativa. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 12-15).

Ponto importante do documento “Projeto Integrado de Formação Profissional – Projeto Escola” é o seu item onze, que fala da participação da comunidade do CAT:

Entende-se por comunidade do CAT, todos os trabalhadores dos setores de produção e da escola, bem como alunos e seus pais, população vizinha ao Centro ou de bairros adjacentes, representadas pelos próprios pais de alunos e membros de associações de bairros, vilas e favelas, sindicatos e outras associações. Quando houver em reunião pauta de debate que envolva interesses da comunidade, far-se-ão convites a representantes desta para que haja melhor esclarecimento e legitimidade nas reuniões e decisões. (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50).

O item doze do documento fala da relação com os alunos, enfatizando a questão da participação dos mesmos em assembleias e da presença de seus representantes em reuniões do Conselho, sempre que houver questões de seu interesse. O documento propõe que o calendário escolar preveja tempo e espaço para o exercício democrático das assembleias, com, no mínimo, uma no início e outra no final do curso.

Nos itens subseqüentes, o documento trata de etapas dos cursos e de sua duração, bem como dos recursos didáticos que seriam utilizados.

Também a parte de organização dos conteúdos a serem trabalhados acentua a dimensão cidadã, a consciência de fazer parte de uma classe social, “como sujeito histórico capaz de intervir na construção de um novo modelo de sociedade.” (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 18).

Os objetivos, com esses conteúdos, buscam impedir o mecanicismo dos cursos profissionais que preparam o aprendiz para ser um tarefeiro, separando sua condição intelectual de sua atividade produtiva.

O documento prossegue, mostrando as opções da entidade quanto à coordenação e execução do plano de ação, que fica a cargo da coordenação pedagógica e do grupo de professores, passando depois aos critérios de avaliação e certificação do curso. Outro ponto que está previsto é o acompanhamento de egressos e a organização de seminários de estudos, articulando as experiências educativas com o GEFASI e o NAC, e discussões sobre os cursos, sempre ministrados por trabalhadores qualificados, comprometidos com a proposta político-filosófica do CAT.

Já no final do documento, é tratada a questão da produção, que tem um papel fundamental para se viabilizar o objetivo maior do CAT, que é desenvolver uma proposta educacional onde os alunos, empregados e pessoas envolvidas tenham condições de relacionarem suas vidas com o contexto social, político e econômico no qual se inserem e possam atuar sobre o mesmo.

No que diz respeito à produção, nossos propósitos poderão ser concretizados se criarmos as condições de se formar uma “estrutura eficiente” para enfrentarmos o mercado. Esta estrutura engloba três níveis: 1) organizar uma equipe de trabalho com todos os profissionais que se façam necessários, havendo a preocupação de qualificação técnica (nossa formação) e salários condizentes. 2) ter as máquinas apropriadas para responder às exigências do mercado. 3) Ter um capital de giro para garantir a saúde financeira entre o momento inicial de constituição e organização da equipe e da produção e as efetivas condições de disputa no mercado. ((PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 22).

O documento termina tratando da questão da cooperação internacional, lembrando que, desde sua origem, o CAT é resultado de um trabalho de cooperação internacional, que está presente em toda a sua existência e que deve ser aprofundado. Observa, ainda, que “o CAT só foi possível pela conjunção de esforços e trabalho do grupo brasileiro que o administra e o apoio dos trabalhadores italianos através do ISCOS – (Istituto Sindacale per la Cooperazione allo Sviluppo).” (PROJETO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL – PROJETO ESCOLA, ANEXO A 50, p. 24). O documento deixa claro que é uma prioridade o trabalho com outras instituições internacionais, baseado na reciprocidade, solidariedade e cooperação, sempre com respeito à autonomia de cada um. Assim, fica claro também que é um dos objetivos a presença permanente de companheiros de outras nacionalidades, que comunguem com os objetivos políticos e com a visão de trabalho da instituição, possibilitando a ação conjunta e marcando, com essa presença internacionalista a participação desses companheiros na própria construção do CAT e ajudando não apenas nas tarefas técnico-práticas, mas na discussão e amadurecimento da proposta do CAT. E a instituição se declara aberta a convênios internacionais visando esse trabalho conjunto com entidades conveniadas e atendendo a interesses de ambas as partes.

## **6.8 O Estatuto da Oficina**

Ainda que o desenvolvimento da experiência, ao longo de uma década que trazia profundas transformações políticas no Brasil, tenha ocasionado mudanças nas perspectivas do grupo que construiu o CAT, é preciso ver que a experiência do trabalho de metalúrgico, no

interior das fábricas, a vivência das práticas de resistência, de mobilização e organização no local de trabalho que aqueles educadores traziam na sua história pessoal tem um papel decisivo na construção que procuraram desenvolver.

Talvez, o mais emblemático dos documentos no que toca à definição de uma filosofia de organização do trabalho desses educadores seja o Estatuto da Oficina. Aprovado pelo Conselho, antes ainda da própria constituição documentada do CAT, o Estatuto diz respeito à ELEMEC, propriamente a oficina elétrica que foi criada com as finalidades declaradas sobre o CAT, e que foi objeto de solicitação de apoio a outras entidades que não o ISCOS anteriormente à fase da participação italiana. Mostrando bem a sua dimensão autonomista e uma sensível opção pela proposta da autogestão na organização do trabalho. (ESTATUTO DA OFICINA, 13 jan. 1982, ANEXO A 5). Chamam a atenção alguns dos objetivos declarados no estatuto, como o item 2.2: “A oficina terá como responsáveis companheiros engajados na luta, que já deram prova durante algum tempo de estarem realmente comprometidos com a classe trabalhadora, que já participaram de grupos engajados na luta dos operários. Esse grupo forma o “conselho dirigente da oficina.”

Outro item que aponta para a transformação nos processos de gestão do trabalho define como responsáveis técnicos e administrativos da oficina os seus empregados. Mas o que efetivamente contribui para identificar a natureza mesma da proposta é o primeiro objetivo declarado, que cristaliza os primeiros fatores que motivaram todas essas lutas e toda essa construção de um processo educativo que vinha da resistência dos trabalhadores:

A oficina tem como primeiro objetivo o apoio à luta dos metalúrgicos da base territorial. Frente à atual legislação antioperária, a oficina deve possibilitar aos companheiros demitidos da base e que mais valor tem na luta da categoria da mesma base, trabalhar na mesma base e ficar na categoria, para dar continuidade à luta. (ESTATUTO DA OFICINA, 13 jan. 1982, ANEXO A 5).

Era com esse perfil que a oficina se destinava também a uma prática pedagógica que trazia em sua proposta um princípio educativo do trabalho, comprometido com a formação de sujeitos, em consonância com a concepção de que o sujeito é produzido social e historicamente e participante de um mundo real, no qual ele pode intervir.

## **6.9 As Falas dos Instrutores e o Princípio Educativo do Trabalho**

A opção pedagógica praticada por esses educadores buscava estimular nos alunos a prática da democracia nas relações com a escola e com os colegas, o desenvolvimento da



criatividade na produção, enfim, um processo voltado para a formação de trabalhadores competentes na produção e, ao mesmo tempo, conscientes e interessados em defender os seus interesses como classe.

É importante registrar que a escola do CAT buscava cumprir a expectativa de produzir para indústrias metalúrgicas da região, o que lhe permitiria garantir recursos para o seu funcionamento. A idéia era que, na produção de peças os alunos aprenderiam segundo métodos bastante criativos, que encaminhavam a aprendizagem de conhecimentos concernentes às disciplinas do currículo habitual das escolas do sistema oficial de ensino. Segundo a opção ali desenvolvida, os conhecimentos de matemática, por exemplo, eram transmitidos a partir de problemas concretos suscitados pelo processo produtivo desenvolvido pelos alunos. Essa era a proposta que seguiria o modelo pedagógico praticado na escola Ação Social Técnica, do bairro Lindéia, onde o Adriano havia trabalhado também como formador.

*Mas, acho que entre nós, havia gente que tinha experiência. Eu, desde 76, trabalhava nos cursos profissionais do Lindéia, onde há curso de pedreiro, carpinteiro, e tinha sempre, aos domingos, uma hora, uma hora e meia de reflexão, além disso, não é? Isso vinha desenvolvendo, sempre mais. O Mário também, sempre teve experiência com outras escolas, não é? Onde tinha trabalhado. Então, fazia parte da nossa experiência, da nossa perspectiva, tudo isso. Então, na medida em que precisava abrir outros assuntos, a gente abria com outras pessoas, mas a colocação, a visão de uma escola profissional bem mais ampla, do que uma questão de fazer coisas, de ver a vida, de enfrentar a vida, do trabalhador, isso era bem claro entre nós. (ADRIANO, eletricitista de manutenção/educador).*

Conforme havia sido decidido pela equipe do CAT, os educadores que trabalhavam naquela escola estariam coordenando a formação na escola do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador. E desenvolveriam as mesmas práticas educativas da escola do Lindéia. Ali funcionava um processo de aprendizagem onde predominava o trabalho em grupos, como forma de se estimular o contato entre os trabalhadores na busca de soluções para problemas comuns. Com as propostas individuais sempre levadas à discussão dos demais alunos, a criatividade era extremamente valorizada e o ato de produzir era associado às relações existentes no universo da fábrica e no processo produtivo. Nas palavras de um dos coordenadores da escola, ex-operário de fábrica, a forma de educação com a qual trabalhavam foi por eles aprendida com a prática:

*Eu não sabia como dar aula; para mim era uma coisa nova. E foi aí que eu comecei a apanhar e comecei a aprender, na medida em que eu fui ensinando. Porque uma coisa é você ensinar o cara a produzir... e a outra é você tentar passar pro cara a maneira como produzir e a maneira como se portar dentro de uma fábrica. Foi a ideia que veio junto. E nós começamos a trabalhar e a fazer a aprendizagem num processo de grupo. Discutindo como fazer a peça. (Roberto – torneiro mecânico/educador).*

Aqui, é preciso lembrar que, naquele período, já aconteciam, por todo o país, inúmeras experiências e uma viva discussão sobre as práticas de educação popular. Pesquisadores, professores, militantes de movimentos produziam debates e textos, que defendiam uma educação popular que tivesse como objetivos centrais:

[...] propiciar condições para que as classes trabalhadoras criem e divulguem um novo tipo de saber e, possibilitar o desenvolvimento de certas habilidades necessárias ao exercício da capacidade dirigente... (BLASS; MANFREDI; BARROS, 1980, p. 39).

Havia, nos setores ocupacionais ou de militância que eram ligados à educação, um ambiente favorável à expansão das práticas educativas da educação popular, que traziam para a sensibilidade dos mais diversos educadores perspectivas inspiradas na prática que Freire defendia: “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas usar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1999, p.52. Ao mesmo tempo, a proposta registra a preocupação do educador com a inserção daquela atividade na realidade mais abrangente e no contexto das relações de trabalho. E enfatiza a relação entre esse conhecimento e o poder da fábrica, que norteia a organização do trabalho.

*E eu fui deixando de lado aquela de “eu vou ensinar”... e aquilo ficou de lado. E nasceu nova expectativa de aprender, quer dizer, discutindo, formando grupo e levando o trabalho pra frente, discutindo em cima da peça e eu não passando diretamente como usar uma peça, mas sim nascendo da discussão. E a turma podendo sempre fazer a comparação com a fábrica, discutindo como é o jeito de fazer lá na fábrica. Assim, por exemplo... se lá na fábrica, a gente fizer o trabalho assim, vai sair muito mais rápido e tal, e pra quem é que vai o lucro? E assim, junto com os alunos, a gente ia vendo que a forma de produzir tem relação com o dinheiro e com o poder da fábrica. (Roberto – torneiro mecânico/educador).*

Este mesmo coordenador, em outro momento da entrevista, descreve o processo de aprendizagem, exemplificando:

*O que a gente faz é o seguinte: adaptar o sistema de ensinar dentro do sistema de produzir. Então, a gente pega a peça, e... além do aluno fazer as peças, são peças reais, para as firmas, como ele vai fazer futuramente na fábrica,... a gente pega o preço das peças, para eles discutirem. Por exemplo, quanto eles conseguem produzir, quanto é que vai para eles... e eles mesmos fazem as contas. Assim, entra o ensino da matemática dentro daquilo que eles estão fazendo, por exemplo, calcular porcentagem, calcular juros, transformação do desenho na escala para a máquina. (Roberto – torneiro mecânico/educador).*

Segundo os criadores da experiência, as dificuldades enfrentadas pelos jovens do bairro, na medida em que eles não conseguiam entrar nas escolas do SENAI, estariam entre as

razões pelas quais se deu início ao projeto. De acordo com seu relato, as vagas do SENAI eram obtidas pelos filhos dos encarregados e chefes de produção, uma vez que estes têm melhores condições de conseguir a indicação das empresas. Outra razão é que, quando se iniciou a experiência, o pensamento era também formar lideranças, não só no bairro, mas também dentro das fábricas. A decisão de se criar uma oficina profissionalizante estava ligada às experiências vividas no movimento operário. Na ótica de um dos fundadores, as reivindicações dentro da fábrica costumam partir da oficina mecânica, onde os operários ganham um salário melhor, têm uma formação profissional e maior estabilidade no emprego, em razão de seu valor como profissional. Segundo ele, este seria um ponto fundamental para a definição da experiência, que optava por uma qualificação profissional somada à formação de uma consciência política. Havia ainda, como ponto de partida, uma forte crítica ao tipo de ensino ministrado pelos cursos técnicos existentes, mantidos pelo Estado ou não, que não ofereciam um ensino adequado às necessidades de um operário metalúrgico. A opção predominante em tais cursos estaria voltada para um trabalho extremamente teórico e associada à idéia de se formar, não o produtor, mas o chefe ou o encarregado.

A preocupação política que esteve presente desde o início do projeto, segundo os coordenadores, vai precisamente à direção da relação entre o saber e o poder, do ponto de vista da organização política do processo produtivo. Nesse sentido, o objetivo de ensinar a produzir, e “produzir bem e perfeito”, estaria ligado à idéia de que o valor do operário, para a empresa, é medido em função de um equilíbrio. Se o operário é mais preocupado com a questão política, com as condições de trabalho e com as questões de mobilização e organização da classe, ele tem um peso ‘negativo’, que tenderia a ser anulado pelo peso positivo de sua competência, de sua criatividade na solução de problemas da produção e de sua conformidade à legalidade industrial. Essa percepção, na opinião dos coordenadores e fundadores da escola, teria sido de grande importância no delineamento do projeto e de seus objetivos: formar militantes operários dotados de extrema competência na produção.

Trata-se, inclusive, de uma opção que não perdeu sua importância e sua atualidade, enquanto concepção de luta, para operários que passaram a dar sua contribuição ao projeto já depois de seu início. Um dos educadores, com vários anos de dedicação a esse tipo de educação, justifica assim a sua participação:

*Pra mim, uma coisa que eu tinha constatado dentro da indústria era que, na medida em que o cara sabe exercer bem a profissão, ele é melhor também politicamente. Aí, eu falei assim... “é uma oportunidade que a gente tem de ensinar o pessoal bem, fazer com que esse pessoal desses bairros entre na fábrica e não seja mais os carneirinhos. (Aristo - metalúrgico/educador)*

É preciso ressaltar que os fundadores e coordenadores da escola apresentavam uma concepção de relações de poder na fábrica e de luta política associada à questão do conhecimento e da criatividade. Eles viam a experiência que desenvolviam como fazendo parte de uma luta mais ampla. A idéia que eles faziam de sua participação nessa luta liga-se à sua visão das relações entre o domínio do conhecimento da produção e à política dos operários no espaço da fábrica. Uma análise de algumas das concepções manifestadas por esses operários que passaram a trabalhar politicamente com a produção e transmissão de saber, revela um processo de autoconstrução enquanto classe. Coerentemente com a ideia de que a prática ensina também aqui a classe teria aprendido, a partir das contradições inerentes à organização capitalista da produção e ao processo de trabalho, a produzir ela própria um saber e as condições para a superação daquelas contradições. Para um dos iniciadores da experiência, “*o sistema capitalista procura evitar que o trabalhador pense, através de uma organização do trabalho que o leva a executar apenas uma parcela da produção*”. Dessa forma, ameaçariam a estrutura do sistema. Daí, de acordo com esse coordenador, a necessidade de se criar para o operário “*um tipo de ensino que ensine a pensar*”.

A forma de aprendizagem ali utilizada, para usinar uma peça, por exemplo, colocava o aluno diante do problema e estimulava a sua capacidade de inventar. O aluno deveria, portanto, observar a peça, entender o desenho e criar um roteiro de usinagem para ele. Esse processo leva, às vezes, a que surjam três ou quatro maneiras diferentes de se produzir a mesma peça. Geralmente, na medida em que apenas uma das maneiras propostas pelos alunos é a mais eficiente, o papel do instrutor era discutir com os grupos, para lhes mostrar porque não se deve fazer a peça desta ou daquela maneira, embora elas também conduzam à produção da peça. Segundo a concepção da escola, as possibilidades do aluno no sentido de reter o conhecimento assim adquirido seriam bem maiores do que no caso do ensino ministrado pelos métodos tradicionais, na medida em que o aluno esteve envolvido na criação da técnica de produzir, tendo enfrentado o problema sem receber o roteiro como um pacote.

A realização prática de uma forma de transmissão de conhecimento que procura articular o estímulo à inventividade e à capacidade criativa com o trabalho grupal e, concomitantemente, integra nesse conjunto um processo de aprendizagem que relaciona a produção com a organização do trabalho foi descrita por um dos coordenadores com as seguintes palavras:

*Na aprendizagem de tornearia é muito importante não repetir nada do que já está pronto, mas a criação nova. Na medida em que o cara vai desenvolvendo, ele vai desenvolver mais o que ele criou. Você lembra muito mais das coisas que você mesmo fez. Ele criou, o grupo discutiu aquilo e achou que está bom. O cara vai passando a querer sempre criar uma maneira diferente. Sempre que você coloca o problema, ele vai querer achar uma maneira diferente. E isso aí gera várias pessoas fazendo isso. Propondo uma maneira diferente de entrar com a ferramenta, para cortar mais rápido, até de inventar outra ferramenta, com outro corte... Então, quando ele vai pensando aquilo, procurando entender melhor para colocar maneiras diferentes, a gente liga aquilo com 'na fábrica'. A gente coloca a ligação com a fábrica e liga com a exploração que estava naquela época, em cima daquela discussão que deu naquela determinada fábrica. E a organização dos trabalhadores daquela determinada fábrica. A organização que estava ou não estava havendo. E toda vez que ele lembrar daquele ponto, ele vai lembrar que não teve só a técnica, que teve uma série de coisas. Ele aprende a pensar, ele pensa no conjunto das coisas. Tudo é levado em conjunto. (Aristo, educador, mandrilhador).*

A importância da continuação do trabalho grupal no interior da fábrica também é definida por esse coordenador:

*Como ele aprendeu a melhorar o trabalho discutido dentro do grupo, que trabalha junto, então, dentro da fábrica, ele vai fazer esse grupo. E vai melhorar o grupo, não só o cara sozinho. O processo de aprendizagem dele foi discutindo, foi misturado, foi trocando ideias. Então, pra ele melhorar, ele vai ter que fazer isto, seja na política, seja no processo de trabalhar com mais perfeição... ele vai ter que trocar ideias, porque esse foi o processo que ele começou a desenvolver, que realmente deu certo na vida dele. Então, não tem jeito de escapar, porque a ideia do que ele está fazendo vem do convívio com os companheiros. (Aristo, educador, mandrilhador).*

Aqui também é possível identificar a proximidade com as idéias que circulavam nas práticas da educação popular, em que muitos militantes eram familiarizados com o pensamento de Freire. No caso do CAT, havia alguns formadores que eram leitores dele, entre os quais o Adriano, o Jonas, o Lírio. Uma passagem de seu livro “Pedagogia do Oprimido” reforça a opção que enseja a formação de uma consciência que permite ao homem atuar na realidade de maneira coerente com a sua identidade.

O importante, do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (FREIRE, 1979, p. 141).

Outro ponto importante, é que a própria estrutura organizacional da escola e o seu funcionamento, suas normas e a maneira como se decidia em seu interior predispunham para uma prática política mais coletiva. Assim, a escola não tinha um regimento interno que permanecesse em vigor por um longo período de tempo. No início de cada ano, se fazia uma assembleia, com todos os alunos, para se montar o regimento da escola para aquele ano. Esse

regimento poderia ser diferente para cada turno. Questões como disciplina, notas, horários, atrasos, que pudessem interessar para um funcionamento normal da escola, eram colocadas e definidas depois de discutidas amplamente, para o ano em curso, para que fossem observadas por todos. Mas costumava ser notada certa resistência a essa divisão de poder e de responsabilidade. Nas primeiras discussões, os alunos costumavam manifestar sua preferência por um sistema em que o regimento fosse simplesmente colocado pelos instrutores, para ser obedecido. Costumavam sugerir, também, que se excluísse o ensino de Comunicação e Expressão, ou o ensino de História, que era ministrado a partir de informações sobre sindicalismo, o surgimento das leis trabalhistas, história do movimento operário, para ceder lugar à aprendizagem de ‘trabalhar com a máquina’, como o senso comum sugere que interessa às empresas. Segundo os instrutores, essa tendência ia mudando, já nos primeiros meses de contato do aluno com as formas de aprendizagem desenvolvidas na escola. A partir das práticas que caracterizavam a aprendizagem e o funcionamento da escola, o aluno iria se preparando para uma relação diferente com a vida operária.

A experiência que os ex-operários que conduziam a escola viveram na produção, nas indústrias em que trabalharam, contribuiu fundamentalmente para a elaboração de suas concepções sobre a questão do saber e da hierarquia na produção. Na esteira dessas concepções, a definição e o planejamento da experiência, conferindo papel central, à necessidade de se ensinar a ‘produzir com perfeição’ e a conhecer a organização do poder na fábrica marca um projeto político de longo prazo, segundo os seus autores.

Nessa perspectiva é que se identifica o princípio educativo do trabalho, de Gramsci, subjacente às ações desses educadores. Ao tratar da experiência dos operários na construção dos conselhos de fábrica de Turim, Gramsci observa que “o conselho é o órgão mais idôneo de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social, que o proletariado conseguiu exprimir como resultado da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho.” (GRAMSCI, 1981, p.42). E acrescenta que “a existência do Conselho dá aos operários a responsabilidade direta pela produção, leva-os a melhorar seu trabalho, instaura uma disciplina consciente e voluntária, cria a psicologia do produtor, do criador da história.” (1981, p. 43). Gramsci propõe igualmente os “círculos de cultura” (ver GRAMSCI, 1975, p. 484), que seriam

[...] espaços onde se produz uma nova cultura a partir da união entre as concepções de mundo dos dominados (senso comum) e a visão de mundo dos intelectuais revolucionários (filosofia da praxis). Os círculos de cultura poderiam substituir a escola capitalista dominada pelo Estado e pela Igreja. Seriam “locae” onde se

construiria uma nova cultura e onde teria início uma “reforma intelectual e moral”, pela educação. (MESQUIDA, 2011, p. 35).

Na concepção dos círculos de cultura, Gramsci mantém a perspectiva de que os professores não seriam “instrutores”, mas seriam conselheiros, realizando o papel de guias, que ajudariam o educando, utilizando o método socrático da “maieutica” – isto é: “que não o substitua, mas apenas o ajude a trabalhar e a desenvolver em si uma disciplina de trabalho, um método de produção [...]” (GRAMSCI, 1975, 484).

Mesquida observa que os Conselhos de Fábrica, articulados com os círculos de cultura, seriam a “escola do futuro”, organização plenamente autônoma em relação aos modelos das escolas burguesas, onde são mantidas as divisões do trabalho e as divisões sociais, “consistindo em instituições fragmentárias e sócio-fragmentadoras”. (MESQUIDA, 2011, p.35).

Segundo Gramsci, o princípio educativo que fundava as escolas elementares era o conceito de trabalho, mas este não poderia realizar-se em toda a sua potência de expansão e de produtividade, sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida dos homens entre si. Uma ordem que deve ser respeitada por convicção espontânea e não somente por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo com liberdade e não por mera coerção. (1975, p. 1541). Todavia, o processo que possibilita o desenvolvimento de uma concepção transformadora, fundada numa compreensão histórica e dialética da realidade, estará envolvido com o trabalho, não limitado ao âmbito da produção material, mas ao trabalho como um princípio educativo que se estende aos diferentes setores das atividades humanas, como a cultura, a educação, as instituições e à direção da sociedade.

O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente na escola elementar, visto que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida pelo trabalho e identificada na ordem natural. O conceito de equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, livre de toda magia e bruxaria, e dá o apoio para o desenvolvimento posterior de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para compreender o movimento e o vir a ser, para avaliar a soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para conceber a atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. (GRAMSCI, 1975, p. 1541).

Na visão de Gramsci, portanto, o trabalho é o espaço da atividade política de se desenvolver o conhecimento e a prática do trabalhador coletivo, que se compreende como tal

“e não somente em cada fábrica, mas em uma esfera mais ampla da divisão do trabalho nacional e internacional.” (1975, p. 1138). O ser humano se constrói como sujeito e também como “ser social”, ao transformar a realidade através do trabalho. O princípio educativo do trabalho implica, portanto, como objeto da ação educativa, as relações sociais de que o educando participa, a família e a comunidade, ou seja, a vida social e a vida cultural.

## 6.10 A Visão dos educandos

As entrevistas feitas com ex-alunos do CAT puderam trazer um pouco do olhar que eles construíram sobre a experiência de terem passado pela escola.

Aílton, com dezenove anos de idade quando foi entrevistado, veio do vale do Rio Doce. Os seus sete irmãos ficaram na região, trabalhando na roça. Ele ficou sabendo da existência do CAT através de amigos.

*Eles me disseram que estava tendo um curso aqui, aí eu interessei. Eu falei: “eu vou tentar, porque, sei lá, não é?” Então, consegui a vaga aí, não é? Fiz o curso, gostei muito sabe? Porque tem excelentes professores, não é? Do Mário, então! Do Bira. Inclusive, eles estão dando força aí, até hoje. (Aílton, ex-aluno do CAT– 12 de julho de 1988)*

Ele começou o curso de torneiro mecânico em 1981 e ficou quase dois anos tendo aulas teóricas, enquanto as máquinas não chegavam.

*Bastante tempo, sabe? Foi na base de 81, parece. Quase dois anos. Mas, porém, dois anos porque as máquinas não tinham chegado, então, ficamos só na teoria, não é? Pois, então, as máquinas chegaram, ficamos mais uns seis meses, não é? Que foi bom demais da conta, não é? Ver as máquinas chegando, não é? (Aílton, ex-aluno do CAT– 12 de julho de 1988).*

Sobre a visão que os moradores do bairro tinham do CAT, Aílton relatou que havia uma grande consideração pela escola, que era o alvo do projeto pessoal de alguns de seus conhecidos. E falou da frustração dos que não conseguiram se matricular.

*Muitos colegas meus, vieram aqui, fizeram a prova, uma vontade danada, mas não passaram, não é? Então, eles ficam revoltados com isso. De não ter a oportunidade de estudar aqui. (Aílton, ex-aluno do CAT– 23 anos - 12 de julho de 1988).*

Na opinião de Aílton, a passagem pela formação no CAT fez que ele sentisse ter melhorado profissionalmente e no seu jeito de ser. E identifica essa melhora pessoal nas temáticas que contemplavam as relações humanas e a luta sindical.



*Melhorou demais da conta. Sei não, parece que a pessoa aprende mais a ser gente, entendeu como é que é? O que eu estou querendo dizer? Ser assim, não é? Considerar as pessoas mais, aquele negócio todo, fica mais desenvolvido, entendeu? Acho que é excelente essa idéia de ter surgido o CAT. Olha, eu mudei, você sabe como é que foi? Foi, umas aulas que nós temos de tempos em tempos aí; então, o Mário sempre dava uma aulinha para nós aí, sobre sindicalismo, não é? Então, todo mundo está por dentro. Então, quando eu saí daqui, não saí tão avoado também, não é? Então, foi bom demais. (Aílton, ex-aluno do CAT– 12 de julho de 1988).*

A opinião de Aílton sobre o trabalho de formação e os educadores do CAT é marcada por elogios.

*Olha, eu digo assim, suponho assim, suponho não, é realidade. As pessoas são excelentes. Eles explicam uma vez, entendeu? Duas... são super pacientes. Inclusive nossa aula, foi disso mesmo. Todos eles. Com o Bira, com o Mário, o Jonas também deu uma aula para nós, de desenho, e dessa coisa antiga, aquele tempo de escravidão, aquele negócio todo, foi excelente. Eu até gostei muito, porque, negócio de escravidão, aquele tempo todo, eu não entendia nada, não é? Para você ver como é que o Jonas faz. Bonito, demais da conta. (Aílton, ex-aluno do CAT– 12 de julho de 1988).*

Finalmente, perguntado sobre o que ele aguardava para o futuro, trabalhando numa indústria, com os conhecimentos obtidos na escola do CAT e com a experiência de ter convivido com aqueles formadores e militantes, Aílton surpreendeu com a resposta de que queria ensinar, queria ser formador também.

*Pretendo ensinar, porque ...não sei, não. Eu agradei, sabe? Ver o professor, assim, desenhando, ensinar, fazer uma pessoa aprofundar naquilo, sabe como é que é? É, sabendo que está ajudando o próximo, não é? Quer dizer, o seu filho, ou um outro qualquer. É bom demais, sô! Saber que você está ensinando ali, para o cara sair formado, para uma empresa, para uma vida melhor... não é? (Aílton, ex-aluno do CAT– 23 anos - 12 de julho de 1988).*

Outro ex-aluno afirma que o ensino foi suficiente para que ele pudesse trabalhar em diferentes lugares.

*Eu fiz no CAT um curso de eletricista de automóveis, aprendi bem, sei tudo sobre essa área, trabalhei no Rio, em São Paulo, na Mendes Júnior no Paraguai. Estudei até a 5ª série. Para estudar no CAT, não precisava ter estudo. O curso tinha ligação com política, só que eu não sei explicar qual. Eu sempre ia lá, mas saía logo após a aula. (Maurício de Sousa Assis – ex-aluno do CAT, 22 anos, trabalha como cegonheiro. 05/04/1991).*

Maria Lúcia fez o curso de atendente de enfermagem do CAT, em 1987. Terceira de uma família de dez irmãos, ela começou a trabalhar com 14 anos. Trabalhou em casas de

família, em uma indústria de plásticos, uma pizzaria e uma granja de frangos. Aos 27 anos, com três filhos, ela, na entrevista, se dizia grata ao CAT e trabalhava fazendo plantões em um hospital de Belo Horizonte. De sua turma, que tinha dezesseis mulheres e cinco homens, ela se lembrava de alguns que também trabalhavam em hospitais. E ressaltou que, graças ao curso que fizera no CAT, podia ser útil aos vizinhos e à sua própria família:

*Principalmente, alguém que está doente, tem problema de pressão, negócio de vizinho, eu olho, não cobro. Fazer uma injeção, não é? Então, até coisa que eu não sabia; fazer injeção, até nas minhas crianças, eu faço.* (Maria Lúcia, 27 anos, atendente de enfermagem, 08/09/1988).

### 6.11 A Questão das Relações com o Bairro

O CAT procurou construir uma relação de inserção e identidade com a comunidade do Jardim Teresópolis e dos bairros adjacentes. A busca de atender às necessidades da população motivou, muitas vezes, a intervenção do CAT como interlocutor junto ao poder público. Um exemplo disso está nos três projetos que o CAT encaminhou à Secretaria Especial de Ação Comunitária, em 30 de janeiro de 1987. Esse órgão da administração federal participava em projetos simplificados e dirigidos a comunidades de baixa renda, desde que tivessem parceria com a Prefeitura Municipal e/ou com a entidade demandante. Os projetos encaminhados pelo CAT, todos os três com a assinatura e o carimbo do Prefeito de Betim, Tarcísio Eustáquio Braga, contemplavam o posto médico comunitário, para o qual pediam equipamentos e móveis, a telefonia comunitária, solicitando a instalação de três aparelhos de telefone público, do tipo orelhão, e o centro esportivo comunitário, para o qual pediam a construção de muros, vestiários, banheiros e compra de material esportivo. (PROJETO TELEFONIA COMUNITÁRIA, ANEXO A 52).

O termo de convênio número 32.587, de 28 de julho de 1987, celebrado entre a Prefeitura de Betim e a União Federal, através da SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária assegurou o repasse de recursos daquela secretaria para a Prefeitura de Betim. (CONVÊNIO PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS, 28 jul. 1987, ANEXO A 53).

A participação de dirigentes da associação de moradores junto ao conselho administrativo do CAT é um indicador significativo da preocupação deste de se construir uma relação mais permanente com a comunidade. Assim, era natural que a visibilidade do trabalho de formação profissional fosse algo comum entre os moradores.

## 6.12 Formas de Institucionalização

Além do trabalho sistemático para estar integrado com a comunidade e com os bairros de trabalhadores, o CAT desenvolvia uma permanente relação com órgãos públicos buscando sua inserção nas possibilidades que a legislação oferecesse no sentido de redução de custos, obtenção de recursos ou isenção de tributos. Assim, é possível apontar, na documentação pesquisada, a resposta positiva ao pedido do CAT à Prefeitura Municipal de Betim de isenção do imposto sobre serviços. (PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO – 22 jan. 1986, ANEXO A 54).

Foi obtido também, junto à Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, o Certificado de Registro de Entidade de Ação Social, bem como a renovação periódica do registro. (CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE DE AÇÃO SOCIAL, 25 nov. 1986, ANEXO A 55).

A declaração de Utilidade Pública Municipal foi concedida pelo prefeito de Betim em 24 de julho de 1987. (PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 1778, 24 jul. 1987, ANEXO A 56).

## 6.13 O Conhecimento dos Moradores do Bairro Sobre o CAT

A pesquisa junto aos moradores do Jardim Teresópolis revelou que o Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador era bastante conhecido, com algumas imprecisões quanto à ideia que faziam dele. Praticamente, todos os moradores entrevistados tinham alguma informação sobre o CAT, exceto um ou outro que havia vindo para o bairro mais recentemente. Assim, as falas eram muitas, mas nem sempre traziam uma informação mais completa.

*O CAT? Conheço um cara que fez curso lá de eletricista de automóveis. O Toninho é que era professor. O Mário Bigode mexia lá, era professor de outra coisa. Acho que funcionava com recurso do sindicato.* (João Pereira da Costa, 63 anos, mora no bairro há 18 anos. 05/04/1991).

São informações que trazem algum sentido de verdade correspondendo, em parte, ao que é comum no ‘ouvir dizer’:

*Mário Bigode trabalhava lá, desenvolveu um trabalho muito bom. Recebia doações, não sei se da Itália ou Alemanha, quando isso acabou ele ficou dependente de verba da secretaria de ação social.* (Maria Auxiliadora de Miranda, assistente social da prefeitura de Betim 05/04/91).

Algumas das imprecisões eram mescladas com a questão da relação com o poder público municipal, mas nem sempre eram corretas na correspondência com a realidade, pois a prefeitura de Betim não chegou a arcar com os custos do CAT:

*O CAT dava curso de eletricista, torneiro, mecânico hidráulico, comecei a fazer um curso mas eles pararam. Não dão mais aula. Era a prefeitura que arcava com os gastos, a prefeitura parou de apoiar, acabou. Isso teve foi na época do Tarcísio (prefeito). Quem coordenava era o Toninho, era o diretor lá e um vereador de Betim do PT. Só que ela fechou tem uns 04 anos, eu não cheguei a concluir o curso. Todo mundo que estudou lá arrumava emprego, o curso era bom. (José Adriano, mora há 02 anos no bairro, 22 anos, metalúrgico 05/04/1991).*

Era comum as pessoas se referirem à dificuldade de obtenção de vaga para estudar no CAT. E muitos conheciam pessoas que haviam feito um dos cursos do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador.

*O CAT funcionou pouco tempo. E também não tinha vaga. Trabalhava lá Toninho, Mário, Que eu conheço foi só Toninho e Mário e outras pessoas que eu não conheço. Eu conheço gente que estudou no CAT, tem 2 caras que trabalham comigo e que estudaram lá. (João Antônio dos Santos, metalúrgico, 23 anos. 24/04/91)*

Há relatos que confirmam as reuniões com as pessoas da comunidade, independentemente de estarem participando dos cursos. E parece que o curso de auxiliar de enfermagem trazia uma comunicabilidade maior entre o CAT e os moradores do bairro.

*Eu estudei enfermagem por 4 meses lá, mas quando foi pra fazer os estágios, meu marido não concordou, aí eu parei. Conheci Mário Bigode, Adriano, Gelson. O Mário era gente boa, tinha reunião prá quem quisesse participar. Eu participava porque tava fazendo curso lá. Foi depois da política que ele parou com isso aí, não sei por quê. Era uma escola boa, profissional, tem muita enfermeira aí que trabalha e que estudou lá. (Maria Alaíde Moreira Maciel, 40 anos. 25/04/91- Estudou no CAT de 86 a 87).*

A candidatura de Mário Bigode à Câmara Municipal de Betim também foi lembrada.

*Na época o Mário estava ajudando os jovens, tinha curso de mecânica, enfermagem e outros mais. A gente fazia estágio no hospital Sant'anna e os rapazes tinham estágio no CAT mesmo. Ele era companheiro de luta, foi candidato pelo PT, mas não foi eleito não. (Elisabete Aparecida Oliveira Costa, 20 anos. 08/04/91).*

Alguns moradores tinham informações mais detalhadas, quando tinham participação em mobilizações na comunidade:

*O CAT existiu realmente. Eles profissionalizavam as pessoas gratuitamente, faliu não sei por que motivo. Faziam um trabalho muito bonito. Tinha uma influência do PT, por sinal uma influência positiva. Funcionou durante uns 06/08 anos. Reconhecimento teve da população, mas da prefeitura acho que não. Tinha convênio com o sindicato dos metalúrgicos. Tinha cursos de tornearia, eletricidade de automóveis, enfermagem. Eram cursos bons. (Mozart Mesquita da Costa, 44*

anos. 08/04/91).

E havia os que se envolviam nas questões de mobilização da comunidade:

*Era vaga pra 21 alunos, tinha prá torneiro, mecânico, ajustador, eletricista de automóveis, fresador e o eletricista de manutenção de casas. Aí, o meu garoto entrou pro curso de mecânica, fiquei muito alegre, fiz reunião na minha casa, chamava o povo. Ali nós discutíamos tudo, não só o problema dos rapazes que trabalhava lá, mas das pessoas do bairro também.* (Manoel Mariano Pereira, 48 anos. Morador desde 1977, vigia, 08/04/1991).

Era conhecida a dedicação do Mário às atividades do CAT. E houve pessoas que trabalharam por sua eleição e que reconheciam que ele não havia feito campanha suficiente para ser eleito, uma vez que priorizava a militância/trabalho no CAT. E isto fez que ele comparecesse menos às ruas, quando mais deveria tê-lo feito.

*O Mário era meio desligado, né? Onde ele trabalhava era uma oficina. Tinha uns cursos, sei que muita gente participou. Acho que o Mário não foi eleito porque ele trabalhava muito e não tinha tempo de conversar com o povo na rua.* (Vicente, 05/04/91).

Portanto, fica claro que o CAT fez parte da paisagem e da dinâmica do bairro, tendo tido com seus moradores uma significativa interação. Seus participantes eram conhecidos no bairro, seu trabalho era conhecido e respeitado, como capaz de efetivamente dar uma formação profissional aos que o procuravam e que, como se pode notar, não eram poucos.

Acrescente-se que a atividade de produção do CAT também era conhecida, inclusive pela qualidade dos produtos e pela seriedade que sentiam de uma instituição de formação profissional. Na circulação de informação que acontecia numa área com outras oficinas que se dedicavam ao trabalho metalúrgico, essa seriedade era reconhecida, segundo um dos instrutores, que também fez parte da administração do CAT.

*Hoje, como produção o CAT é bem conhecido na praça. Quer dizer, o pessoal tem mais confiança, dão sabedoria do que é realmente o CAT, mas, depois de muito esforço nosso, para manter boa qualidade. Em questão de qualidade, nós estamos muito bem. Em questão de pagamento nas praças, a gente paga, nunca pagamos atrasado, você entende? Então, realmente, o CAT ficou muito conhecido.* (Ubiratan, torneiro/educador).

## 6.14 Avaliação

O projeto do CAT de formação profissional foi o primeiro projeto apoiado pela CISL e pelo ISCOS no Brasil. Para algumas considerações a respeito dos resultados da experiência, é importante lembrar que se tratava de desenvolver ações em mais de uma vertente, ou em mais de um projeto, na verdade. Na avaliação de Adriano Sandri, a experiência de oficina-escola da oposição sindical de Betim, reforçada depois pelo apoio italiano, alcançou seus objetivos, do ponto de vista político. A oposição sindical, como foi visto, conseguiu manter sua organização, conseguiu vencer a eleição do sindicato e organizar a Pastoral Operária de Betim. Passou, depois, a assumir a tarefa de organizar a Pastoral Operária no Estado de Minas Gerais, o que reforçou significativamente a implementação do sindicalismo cutista em Minas Gerais.

Com relação ao ensino profissionalizante, durante os anos de 1986 a 1988, período em que a escola teve apoio financeiro que lhe permitiu organizar e realizar cursos gratuitos, houve 389 alunos que se formaram em mecânica hidráulica, tornearia, desenho, matemática e auxiliar de enfermagem. De acordo com SANDRI, uma avaliação feita em 1990 indicava que, mais da metade dos alunos conseguiram exercer a profissão que aprenderam no CAT e foi observado também o crescimento da consciência política, na medida em que vários ex-alunos se engajaram na vida sindical e partidária. Em 1989, a procura pelos cursos do CAT ultrapassou mil jovens interessados. (SANDRI, 2000, p. 174).

No entender da equipe, isso justificava a apresentação de mais um projeto ao sindicalismo italiano, e ele foi apresentado em 1988, assinado pelo CAT e recomendado pela CUT de Minas Gerais, mas não foi assumido pelas federações italianas a que o grupo se dirigia.

A proposta de autossustentabilidade com o trabalho e a produção da oficina não teve resultados positivos em nível de mercado e ela foi fechada em 1991.

Em 11 de agosto de 1992, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária do Centro de Aperfeiçoamento do Trabalhador, para definir a destinação dos pertences da entidade após a sua desativação. Os imóveis do Jardim Teresópolis foram doados ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Betim, equipamentos, máquinas e mobiliário, bem como os livros técnicos foram doados às escolas do COPRE, de Contagem, da AST, do Lindéia e à Paróquia do Barreiro de Cima, que também mantinha cursos profissionalizantes. (ATA DE ENCERRAMENTO DO CAT, 11 ago. 1992, ANEXO A 57).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Betim passou a gerir o CAT, acrescentando mais uma letra “T” na sigla, que passava a significar Centro de Atividades Técnicas do Trabalhador. (CATT DIPLOMA MAIS 194 PROFISSIONAIS, 13 dez.2006, ANEXO B 29). Inicialmente, o sindicato contou com a parceria da Prefeitura de Betim, durante uma gestão petista. Depois, passou a conduzir de forma autônoma a instituição de formação profissional, que continuou proporcionando os cursos profissionalizantes para centenas de jovens da região.

## 7 CONCLUSÃO

### **O PASSADO NÃO RECONHECE SEU LUGAR: ESTÁ SEMPRE PRESENTE**

(Mário Quintana)

Identificar um início para esse conjunto de construções que resultaram nas mobilizações e greves, nas práticas educativas, na relação com a comunidade do bairro é uma tarefa que nos leva a considerar uma totalidade dinâmica de condições que foram sendo construídas pelos trabalhadores.

A formação da consciência, a partir das lutas no cotidiano da fábrica, ou das formas de organização que surgiam de várias iniciativas, traz uma clara vinculação com o conhecimento que os trabalhadores desenvolviam do processo produtivo. Ao mesmo tempo, foram-se tecendo os laços de solidariedade e as formas de luta que foram desenvolvidas mostraram-se eficazes, enquanto instâncias de formação daqueles que, mais adiante, organizariam as greves.

As formas de luta foram avançando e a qualidade das demandas também, pois incluíam a comissão de fábrica. É na perspectiva da historicidade que esses processos têm que ser considerados e, diante do que já conheciam do processo de trabalho, eles quiseram ampliar a luta pelo controle da produção. É um processo natural, no acontecer cotidiano da classe trabalhadora, pois responde ao avanço das formas de exploração do trabalho.

Outro componente dessa construção foi o desgaste da ditadura, que se dava num contexto que assistia o crescimento dos movimentos sociais. Na verdade, aqui também tínhamos uma continuidade, no que toca aos processos de mobilização que os trabalhadores conseguiam organizar, na medida em que havia uma cultura que permanecia entre alguns deles, desde lutas de dez anos antes. Além disso, as mobilizações e as lutas que vinham acontecendo na sociedade brasileira e que mobilizavam moradores de bairros e o fortalecimento de suas associações, setores da igreja católica, partidos e sindicatos eram fatores que contribuíam para que se tivesse um clima de contestação ao autoritarismo.

Fator decisivo em toda essa trajetória de mobilizações foi o Grupo Mutirão que, ao ter organizado ou retomado uma prática de garantir trabalho para trabalhadores que haviam sido demitidos por motivo de greve e ter tido o mérito de encaminhar a ideia da oficina-escola, o que mantinha a preocupação com um princípio educativo do trabalho e, ao mesmo tempo, levava as discussões para a comunidade. Nesse ponto, é inevitável ressaltar, com a forma pela qual o Mutirão se posicionou sobre a questão das mulheres, um claro objetivo de mudança cultural, na medida em que elas próprias passavam a ver de forma mais clara a situação dos trabalhadores e passaram a participar das atividades sindicais com o apoio efetivo à greve e à



chapa da oposição sindical. Outro aspecto decisivo se dá através da organização da Pastoral Operária de Betim, também obra do Mutirão, que atingia outros bairros, além da região onde ficava a oficina-escola. O apoio da Pastoral Operária de Betim, fundamental como vimos, para a vitória da oposição sindical nas eleições para a diretoria da entidade, mostra a capacidade de chegar a diversos setores da comunidade, o que também significou parte de uma proposta educativa. A articulação entre os movimentos de moradores, oposição sindical e igreja leva a prática das mobilizações a se tornar mais frequente e a ser vista como procura de solução para diversas situações.

A experiência de lutas e mobilizações no trabalho, que fez parte da história de vida daqueles educadores, ao constituir, ela própria um processo de formação, lembra a necessária educação dos educadores e mostra a pertinência da proposta de criação da Comissão de Fábrica, que está necessariamente associada ao conhecimento do processo produtivo. O próprio caráter educativo das greves é algo que vai extravasar os limites da fábrica, mais do que com a visibilidade dos movimentos na imprensa, no envolvimento dos bairros e da igreja progressista, parte inegável desse foco pedagógico na construção das lutas.

A construção do CAT marca o aprofundamento de um processo de consolidação e até de busca de institucionalização, uma vez que a presença do sindicalismo italiano nessa relação mostra bem o encontro e o desencontro de interesses dos dois grupos, o dos sindicalistas italianos e a equipe do CAT.

Ficava sempre mais claro que a educação não acontece somente na escola, passando pela fábrica, pelo bairro e por processos dinâmicos como a greve.

Um eixo dos processos de construção das ações de formação, que seria identificável como um princípio educativo do trabalho, está presente ao longo de todo esse esforço, que se dá articulado com as realidades do bairro, das famílias e da fábrica. Identifica-se um esforço de transformação, através da educação que se faz participante dessa realidade e adquire capilaridade no cotidiano e na formação de sujeitos.

Esse processo educativo, que se expressou através da experiência de um grupo de sujeitos, grupo em que cada sujeito se construiu através de práticas de organização, comunicação e formação dentro do espaço da fábrica, já existia no período próximo ainda das greves de 68. Esse processo esteve nas práticas de resistência que prosseguiram ao longo de um período inicial dos anos setenta, de muita dificuldade, e avançou através da formação de um grupo que se ampliou e que era também voltado para as práticas educativas.

O conhecimento do trabalho e o aprendizado da profissão, com o objetivo de se formar um trabalhador competente, capaz de ser um organizador, constituem parte de um projeto de

formação humana, como marcam as preocupações presentes na organização do Grupo Mutirão.

O princípio educativo do trabalho, aqui identificado, faz avançar a sua dinamicidade através de três eixos que o completam historicamente e que são o trabalho, o conhecimento e a solidariedade. Eixos que funcionam como pilares da formação humana proposta nas modalidades em que o processo educativo funcionou no decorrer dessa história, na fábrica, no bairro e na oficina-escola.

É preciso ver, entretanto, que esses pilares, esses três processos de construção e articulação de visões de realidade ligadas à ação dos trabalhadores e à relação entre o trabalho e a hegemonia, por serem integrados à perspectiva da historicidade, não se permitem limitar por elaborações conceituais de sentido estático, unívoco e cristalizado. Identificam-se dentro do processo da percepção da exploração e da necessidade de formar um coletivo para resistir, romper com a visão automatizada do trabalhador, o que se torna mais fácil dentro do processo de sua realização. Tudo se fez em torno desses três eixos, trabalho, conhecimento e solidariedade, concretizando uma trajetória que passa pela fábrica, mas continua em outros espaços. E isto significa que os educadores tinham mesmo que dirigir sua atuação ao contexto em que vivem os trabalhadores.

No contexto histórico em que as articulações e as práticas de formação se organizaram, evidencia-se a atuação das três “matrizes discursivas”, que propiciaram a reorganização de movimentos da sociedade, que passaram, então, a ter mais espaço político, no processo que resultou na saída do autoritarismo militar do poder.

A Igreja e seus grupos de atuação, o novo sindicalismo e os setores que vieram da esquerda dispersa, no entanto, tem, historicamente, um suporte, um subterrâneo, que é característico da identidade dos sujeitos, que se constrói no dia a dia de uma sociedade.

Todo esse *élan* educativo que esses educadores interpretam e colocam na realidade faz parte de um horizonte cultural no qual estavam envolvidos, imbricados em uma totalidade que permeava a vida cotidiana na região: movimentos, associações, festas, jornais, grupos ligados à igreja, clubes de mães... Esses militantes lidaram com uma totalidade dinâmica de grupos e de sujeitos, que correspondia a um período caracterizado pela construção do sujeito coletivo.

Vinham de experiências anteriores, no cotidiano da fábrica, em que eles faziam funcionar a educação do educador, na medida em que se educaram entre si, com a mediação da realidade ditada pelas contradições do mundo do trabalho. As práticas de solidariedade, o conhecimento do trabalho e as práticas de resistência educaram para a construção do sujeito político, do intelectual orgânico.

Práticas que fazem reunir, que fazem circular comunicação e informação possibilitam desenvolver uma cultura, o conhecimento de si mesmo e do coletivo na identidade, possibilita a consciência do ser para si enquanto classe, ou grupo, possibilita aos seres humanos a atribuição de significados às suas ações e até significar um outro projeto de sociedade.

Isto fez com que o grupo desenvolvesse a adoção de outra perspectiva de conhecimento que questiona a sua condição social ao invés de ver neles algo dado e determinado.

A certeza de que quem aprende a usinar uma peça discutindo sobre como fazer nunca vai aceitar calado dentro da fábrica é um elemento de construção do sujeito que se autoeduca, no aprendizado de uma nova relação de trabalho, e isto fazia parte da proposta pedagógica do CAT, como vimos.

Já a construção de uma subjetividade coletiva era exemplificada fora da fábrica também, com a crítica do Mutirão ao papel tradicional das mulheres.

Um dos canais por onde transitava a formação, destinado a promover a cidadania e a atuação política das mulheres, traz a visibilidade mais evidente de um processo que visava mudar costumes, mudar a situação da mulher na relação familiar e na relação social. Práticas culturais consolidadas, inclusive considerando a procedência de grande parte daquela população, passavam a ser comparadas com a novidade que anunciava: lugar de mulher é na associação de moradores, lugar de mulher é na porta da fábrica para fazer panfletagem. Enfim, mudanças que vinham com outras de repercussão diferente, por ser uma forma diferente de fazer greve.

A luta cultural, processo no qual se pode inscrever o tipo de experiência operária aqui pesquisada, reserva sempre um espaço para a crítica do saber produzido para as classes dominantes, na medida em que envolve todo o conjunto das atividades ligadas à produção das visões de mundo. É fundamental não perder de vista que o caráter político-ideológico da ciência vem plasmado junto aos processos pelos quais se produz o conhecimento científico.

Como organizar o princípio educativo do trabalho no capitalismo? Como trabalhar o ser social numa cultura fortemente hegemonizada pela estrutura de caráter do empreendimento (mais grave e mais densa, poderosa agora, com a vitória do capital financeiro no embate das contradições internas do capitalismo)?

Remar contra a corrente da constante produção de mentalidades, de estruturas desejantes, de elaborações de projetos de vida sob uma cultura capitalista implica organizar um processo educativo até certo ponto negador dessa usinagem de sonhos com que o capitalismo procura seduzir produtores e consumidores. Por isso, toda modernização trabalha

com o individualismo. Ela provoca o individualismo de forma a produzir uma corrente contrária ao associativismo. As práticas no Mutirão, o trabalho pedagógico das “escolas operárias”, as mobilizações educativas com o apoio da Pastoral Operária tentaram colocar no cenário perspectivas que reforçavam o associativismo.

E todos alunos que passaram pelo CAT tinham consciência política do que eles estavam fazendo, conforme atestaram os trabalhadores em seus depoimentos ao longo deste trabalho. Parte integrante no processo era, sem dúvida, a criação de práticas associativas entre trabalhadores, sua integração com a vida política, bem como o fortalecimento de sua cidadania, enquanto classe que busca construir seus próprios direitos e se organizar para a vida democrática.

No caso dessas experiências, a prática da solidariedade levava a um processo que significava que sujeitos reais assumiam um investimento efetivo no processo de formação humana para os trabalhadores daquela região. Dizer como é que tudo começou é uma tarefa nada fácil, mas, onde essas lutas sempre começam é algo que vai ficando mais legível, a partir da realidade do cotidiano dos trabalhadores.

Vislumbramos o associativismo subterrâneo a todas essas práticas, marcando uma dinamicidade que se traduz nas diversas formas de organizar para a solidariedade.

O Associativismo poderia ser uma referência estendida a períodos bem recuados no tempo, quando os seres humanos eram ainda coletores e caçadores, e se organizavam em grupo para a obtenção de alimento.

No caso deste trabalho, contudo, a referência é um segmento ou setor de classe, de uma área específica do trabalho industrial, em uma determinada época e uma determinada região. Ainda assim, alguma generalização pode ser feita, a partir de análises que contemplem, por exemplo, a construção da identidade como base ou alicerce para construir, no cotidiano, o conjunto ou a constelação de interesses e de práticas de um coletivo de sujeitos. A construção desse sujeito coletivo se dá através de ações que consolidam a rede de solidariedade e que podem ser protagonizadas por grupos, setores de classe, frações de classe.

Esse associativismo que alimentou o Mutirão está na raiz da experiência do cotidiano comum à maioria deles, que compartilham, na vida dentro e fora da fábrica, valores, crenças, emoções, sentimentos e vidas assoladas pela exploração e pela desigualdade social.

No local de trabalho, a identidade coletiva vai sendo forjada nos pequenos eventos que denotam práticas de resistência. A formação de identidade tem sua continuidade nos horários de almoço, nos laços de confiança que o próprio desempenho de tarefas exige, na solidariedade que passa pela ajuda ao companheiro que precisar, nas brincadeiras e

competições que organizam, enfim, um processo que irá tornar ágil qualquer iniciativa de se constituir de imediato, para a ação, um grupo que vai agir junto. Pois está acontecendo educação em tudo isso e vai ser na mesma configuração de formação de identidade que agem juntos também no enfrentar das práticas autoritárias, da má qualidade da comida, da aceleração da linha, da insalubridade, nos riscos de acidentes e doenças do trabalho, nos baixos salários.

Proposta consequente, na medida em que eles tentaram, conseguiram, mantiveram por algum tempo as comissões de fábrica. Era, portanto, um grupo organizado o suficiente para elaborar uma proposta que garantisse um instrumento capaz de conhecer e intervir nas decisões que afetam o trabalho cotidiano no interior da fábrica.

Não é um processo estático, mas pleno de contradições, identificado com um dinamismo que responde até pela superação da fase em que foi gestado. Há um momento em que o CAT, como vinha sendo trabalhado, fica impossível de ser mantido.

Em que medida a institucionalização seria a forma de reduzir as dificuldades da entidade?

Na trajetória do CAT, o que esteve em foco é a educação, o princípio educativo do trabalho, associado com o político, com a construção de sujeito, de sujeito classe, de sujeito coletivo. Ele pode convergir para a escola, mas ele passa pela fábrica, pelo bairro, pelo mutirão, pela escola e pela pastoral. É importante ele convergir para a escola, porque ali surge o outro momento, que é o da institucionalização, a outra busca, o outro impacto, que entra na questão da relação com o sindicalismo internacional, uma luta que resulta, passa pela Escola Sindical, na busca de acrescentar a uma central a institucionalização da formação e, mais tarde, da pesquisa, como viria a ser o Instituto Observatório Social da CUT.

Assim, a institucionalização que significou o CAT passar a servir parcialmente aos interesses do ISCOS/CISL ou que significou a relação com outros entes institucionais, ainda que para aprofundar suas atividades que envolviam a relação com o bairro, poderia ser um fator integrante dos motivos do resultado que teve o CAT.

Durante todo o processo de negociação e organização com ISCOS, notava-se a tensão: dois projetos em disputa. O grupo do CAT, voltado para a formação profissional e política numa leitura marcada pela questão da comunidade e de suas práticas políticas também. O grupo da CISL ISCOS, com o interesse também na formação, mas prioritariamente interessado em construir uma escola sindical.

Mas, quando o CAT parou de funcionar, é preciso levar em conta algumas possibilidades mais imediatas. A primeira delas é a questão do mercado, significando que não ter capital de giro é não continuar participando dele.

Uma “arqueologia da identidade” do CAT ajuda a pensar esse aspecto, de uma possível lacuna quando a disposições históricas ou identitárias de sujeitos que não eram voltados historicamente para a cultura do mercado.

É compreensível, numa abordagem dialética, que os dispositivos ou estruturas organizadas ou organizativas tenham seu tempo de vida útil dentro da proposta inicial. Dificilmente permanecem dentro dos parâmetros programáticos ou estratégicos que tiveram no início.

As instâncias, os “equipamentos”, que a classe em processo de autoconstrução e organização possa construir, são históricas e foram formadas em certos contextos, para atenderem determinados fins que eram interpretados e colocados enquanto estratégia ou objetivo. Na concepção de seus criadores ou iniciadores, elas teriam um tipo de atendimento a determinadas configurações que o futuro deixa para trás. É um tipo de experiência que cumpre o seu papel histórico.

Com essas experiências, a classe vai despertando a sua criatividade e vai percebendo a dissociação que o capitalismo produz e ela se organiza para enfrentar, criando varias ferramentas para recuperar a unidade entre o saber do trabalhador e o seu trabalho.

Todavia, não se pode ignorar que estavam voltados para a construção política de sujeitos que procurariam transformar a sua realidade enquanto sujeito coletivo. E isto implicava mudar a cultura do mercado.

Em momentos de autocrítica, notava-se a suposição de que, talvez o grupo do CAT tivesse dificuldades vindas do fato de serem “de fora do mercado mesmo”, como disseram numa reunião de avaliação que durou três dias, na zona rural de Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte.

Seria coerente com as “vocações” que se encontraram no Mutirão e no CAT o problema de que ninguém ou quase ninguém do grupo tivesse prática em questões de gestão empresarial. Quaisquer que sejam as combinações de causalidades sobre essa etapa das lutas da classe trabalhadora, essa questão demandaria uma análise que implica em não ver os processos de transformação social como acabados e nem como realizações definitivas de verdades absolutas.

Todo projeto de prática transformadora engendra suas próprias e novas contradições, nos terrenos do econômico, do social, do cultural e do político. Inclusive, as novas formas de

organizar as relações sociais surgidas de um processo revolucionário de transformação social e econômica podem gerar suas próprias deformações e contradições, opressões e alienações, que devem ser constantemente levadas em consideração.

Esquemáticamente, os setores subalternos iriam decifrando o mundo da opressão e suas várias linguagens. Aos poucos, esses setores se comprometem com uma práxis transformadora. Uma prática educativa engajada irá se preocupar com uma aprendizagem que desenvolve o sujeito para si, consciente de sua necessidade e, portanto, livre. Neste ponto, esse princípio educativo pode possibilitar a elaboração de uma visão de mundo que é central no processo de construção da hegemonia.

O CAT e outras experiências de formação dessa natureza das escolas operárias tentaram criar espaços de difusão do conhecimento e socialização de experiências, apontando para a solidariedade e a emancipação humana, redesenhadas a partir de classes que tem sido permanentemente exploradas ao longo da história. Espaços educativos como o do CAT e práticas educativas como as que ali foram trabalhadas demonstram que, no que concerne à formação para o trabalho e à formação política, a classe consegue construir o princípio educativo do trabalho com equipamentos criados e conduzidos por ela própria.

A experiência de formação profissional e política de que tratamos chama a atenção pelo fato de ter sido conduzida por trabalhadores que viveram nas fábricas um período marcado pelo ressurgimento de grande parte das lutas populares e intensificação dos movimentos sociais no nosso país. E aquelas lutas assinalam o início da longa construção que levaria muitos de seus atores a ocupar papel de destaque na vida política brasileira nos anos subsequentes e até no começo do século XXI, quando um entre os vários operários, trabalhadores e sindicalistas daquelas greves, Luís Inácio Lula da Silva, é eleito e reeleito Presidente da República.

Se avaliarmos a importância das transformações que a sociedade brasileira viveu com a entrada mais nítida e massiva da classe trabalhadora nas lutas pela democracia e por melhores condições de vida, nas três últimas décadas do século vinte, teremos que reconhecer marchas e contramarchas em um processo histórico que não saberemos, de fato, como e quando começa. E não sabemos também como termina. Mas a educação operária, a educação pelo trabalho, que pode conquistar o ser social do trabalhador para fazer a história, confirma que a História não termina aqui.

O que não se pode negar é que o passado, a cada vez que se faz presente pelo registro da memória, nos ensina, com a insistência de quem conhece as palavras do poeta: “o que foi feito é preciso conhecer, para melhor prosseguir.” (BRANT, 1978).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Greve Metalúrgica em São Bernardo: sobre a dignidade do trabalho. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ALMEIDA, Mateus Fernandes de. Do mutualismo à ação direta: a Associação Beneficente Operária e a greve de 1920 em Juiz de Fora. In: COLÓQUIO DO LAHES, 1, 2005, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: Laboratório de História Econômica e Social da UFJF, 2005. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a53.pdf>>.

ALVES, Márcio Moreira. **Discurso pronunciado em 2 de setembro de 1968**. Disponível em: <<http://www.marciomoreiraalves.com/discurso2968.htm>>.

AMORIM, Ailana Cristina de. **Relações intra-classe:** solidariedade e conflito na formação da classe operária no Rio Grande do Sul. 2006. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2006.

ANTONIAZZI, S.; TOTARO, F. **Il senso del lavoro oggi**. Roma: Lavoro, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho:** o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. Campinas: Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

ARAÚJO, Bráz José et al. A imprensa . de esquerda e o movimento operário 1974-1984. In: FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. **Manifestações e protestos no dia do trabalhador**. Pasta 250, Rolo 017, dez. 1967/maio 1968. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0250&imagem=304](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0250&imagem=304)>. Acesso em: maio 2014.

BATALHA, Claudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (Org.). **Culturas de classe:** identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio H.M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos do AEL**, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 41-69, 1999.



BAVA, Sílvio Caccia. A luta nos bairros e a luta sindical. In: KOWARICK, L. (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BETIM também adere à greve. **Jornal da República**, 27 set. 1979. p. 9.

BEYNON, Huw. **Working For Ford**, Wakefield, England, EP, 1980.

BEZERRA, A.; POZZOBON, F.; ENDO, L. Operários metalúrgicos de volta redonda: sindicato, igreja e movimento comunitário. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 12, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2006.

BIONDI, Luigi. Associativismo e militância política dos italianos em Minas Gerais na Primeira República: um olhar comparativo. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 41-66, 2008.

BLASS, Leila M. S. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, I. J. (Org.). **O novo sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BLASS, Leila M. S.; MANFREDI, Silvia M.; BARROS, Sônia P. **Educação popular: desafios metodológicos**. São Paulo, Cortez, 1980. (Cadernos do CEDES nº 1).

BOITEUX, Bayard Demaria. **A Guerrilha de Caparaó e outros relatos**. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOTELHO, Diógenes. **Como o general Ednardo desarticulou o PCB**. Partido Popular Socialista, 22 out. 2004. Disponível em: <<http://portal.pps.org.br/portal/showData/24989>>.

BRANDÃO, C. R. **Lutar com a palavra**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BRANT, Fernando. **O que foi feito de vera**. Clube da Esquina 2, gravação EMI/Odeon, 1978.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Fontes de financiamento**. Disponível em: <[file:///C:/Users/LELE/Downloads/fontes\\_de\\_financiamento%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/LELE/Downloads/fontes_de_financiamento%20(2).pdf)>. Acesso em: maio 2014.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BRITO, J. C. A. **A Tomada da FORD**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CALASSO, Roberto. **As núpcias de Cadmo e Harmonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CAMARGO, A. História oral: técnica e fonte histórica. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Programa de história oral**: catálogo de depoimentos. Rio de Janeiro: CPDoc de História Contemporânea, 1981.

CAMPANHA começa com reunião dos operários da FIAT. **Jornal dos Bairros**, n. 71, 30 jun./13 jul. 1979.

CAMPOS, Daniela de. A campanha operário padrão: as virtudes de um bom trabalhador. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10, 2010, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2010.

CAMPOS, Rogério Cunha. **A luta dos trabalhadores pela Escola**. São Paulo: Loyola, 1989.

CARA A CARA com o movimento operário. **Cara a Cara: Revista Semestral do Centro de Estudos Everardo Dias**, Petrópolis, Ano 1, n. 2, p. 67-97, jul./dez. 1978. Disponível em: <<http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PCARASP061978002.pdf>>

CARVALHO, C. R.; HORTA, C. R. Lean production in Fiat-Brazil: managerial strategies and workers' resistance: the role of vocational training. In: INTERNATIONAL WORKSHOP LEAN PRODUCTION AND LABOUR FORCE IN THE CAR INDUSTRY, 2000, Rende, Italy. **The forms of implementation of an epoch-making model**. Rende (Italy): University of Calabria, 2000

CASTORIADIS, Cornelius. **A experiência do movimento operário**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHADOR. **Projeto integrado de formação profissional**: projeto escola. Betim: CAT, 1986.

CHAPA um quer a participação de todos. **Jornal dos Bairros**, n. 97, dez. 1980. p. 12.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHIRO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Maria Nelma Gomes. **O movimento sindical metalúrgico na zona Sul de São Paulo, 1974 a 2000**. São Paulo: Editora da USP, 2007.

COLBARI, Antonia L. **Ética do trabalho**: a vida familiar na construção da identidade profissional. 2. ed. São Paulo: Letras & Letras, 1995.

COMISSÃO PASTORAL OPERARIA NACIONAL. **CPO Informa**, dez. 1982.

CONCENTRAÇÃO operária em Recife. **Boletim da Comissão de Pastoral Operária**, Ano 1, n. 1, p. 16, set./out. 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Comunicação pastoral ao povo de Deus**. São Paulo: Paulinas, 1976. (Documentos da CNBB; 8).

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Exigências cristãs de uma ordem política**. 10. ed. São Paulo: Paulinas, 1977. (Documentos da CNBB; 10).

CONFLITOS de rua em Minas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jun. 1968. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0250&imagem=336](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0250&imagem=336)>.

CONGRESSO DA OPOSIÇÃO METALÚRGICA DE SÃO PAULO, 1, 1979, São Paulo. **Teses aprovadas**. Disponível em: <<http://www.iiop.org.br/sistema/arquivos/lidas/1congre.htm>>.

CONY, C. H.; LEE, Ana. **Beijo da morte**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

COSTA, Cândida da. **Sindicalismo e democracia: histórico, concepções e prática sindical da CUT**. São Luís, EDUFMA, 2000.

DCE LIVRE DA USP; DCE LIVRE DA PUC-SP. **O apito da panela de pressão**. São Paulo: 1977. Filme on-line. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DUGZABQ0L5c>>.

DECISÃO foi aplaudida por 4 mil trabalhadores. **Estado de Minas**, 22 out. 1978.

DECCA, M. A. G. **A Vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo 1920-1934**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DELGADO, Márcio de Paiva. Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, João Goulart e a Frente Ampla de oposição ao regime militar (1966-1968). **Veredas da História**, Ano 3, n. 2, 2º Sem. 2010. Disponível em: <[http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.05\\_Carlos\\_Lacerda\\_revisado.pdf](http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.05_Carlos_Lacerda_revisado.pdf)>.

DENÚNCIA: Fiat demite e manda prender. **Jornal dos Bairros**, n. 54, 28 out. /11 nov. 1978. p. 14

DIAS, Edmundo F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo F. et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

DITADURA nas fábricas. **Movimento**, 18/24 dez. 1978.

DUTRA, E.F. **Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na 1ª República**. São Paulo: Hucitec, 1988.

ELEIÇÕES no sindicato. **Trabalho e Justiça**, n. 10, fev. 1981

ÊNIO Seabra foi demitido, preso e cassado. **Jornal dos Bairros**, n. 64, 24 mar./06 abr. 1979.

ESPINOSA, A. R. Entrevista Antônio Roberto Espinosa. **Memórias Operárias**, 11 set. 2013. Disponível em: <<http://memoriasoperarias.blogspot.com.br/2013/09/dois-relampagos-na-noite-do-arrocho.html>>.

ESPINOSA, A.R. Dois relâmpagos na noite do arrocho. **Cadernos do Presente**, n. 2, 1978. Disponível em: <[http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104\\_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf](http://www.centrovictormeyer.org.br/attachments/104_Greves%20de%201968.Cadernos%20do%20presente-2%2007.1978.pdf)>.

A FÁBRICA não paga. greve. **Jornal da República**, 05 out. 1979. p. 12

FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FAUSTO NETO, Ana Maria Quiroga. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982

FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores, sindicatos, cidadania**: Nordeste em tempo de Vargas. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 1997

FONSECA, Geraldo, **Origens da Nova Força de Minas-Betim**: sua história – 1711-1975. Betim: BPrefeitura de Betim, 1975.

FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX. **Cadernos do Arquivo Edgard Leuenroth**, Campinas, v. 6, n. 10/11, p. 173-220, 1999. Disponível em: <[http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes\\_ael/index.php/cadernos\\_ael/article/viewFile/95/99](http://segall.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/95/99)>. Acesso em: maio 2015.

FOUCAULT, Michel: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREDERICO, Celso. **A esquerda e o movimento operário**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FURLANETTO, Patrícia Gomes. As sociedades mutuais italianas em Ribeirão Preto: uma experiência de convivência e sobrevivência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009.

GALVÃO, Nájila Maia de Moraes. **Trabalhadores Portuários da Cidade de Fortaleza: Entre o Mutualismo e o Sindicalismo 1929-1937**. XI Seminário de Pesquisa do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 11-14 de novembro de 2014.

GANDRA, Marcos Aurélio Ramalho. **Cidade vermelha do aço**: greves, controle operário e poder popular em Volta Redonda (1988-1989). 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2009.

GARCIA, Marco Aurélio. São Bernardo: a (auto) construção de um movimento operário. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 10-27, nov. 1982.

GEGEN DIE STRÖMUNG. A empresa modelo nazista e sua ininterrupta tradição criminosa. **A Nova Democracia**, Ano 3, n. 20, set. 2004. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-20/790-a-empresa-modelo-nazista-e-sua-ininterrupta-tradicao-criminosa>>. Acesso em: maio 2015.

GIROLETTI, Domingos A. **Industrialização de Juiz de Fora 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988.

GOMES, Antonio Carlos P.; MARONI, A. A gestão da produção como forma de luta. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 51-68, 1984.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

GORZ, André. Técnica, técnicos e luta de classes. In: GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**: quaderno 22: Americanismo e Fordismo. Torino, Einaudi Editore, 1975. v. 3.

A GREVE ganha força, e a repressão também. **Jornal da República**, 28 set. 1979. p. 12

GROSSI, Yone de Souza. As greves de Contagem - 1968: notas para uma revisão crítica. **Cadernos Movimentos Populares Urbanos**, Belo Horizonte, p. 47-61, 1979.

HARDMAN, F. F. **Nem pátria, nem patrão**: vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. **El antimperialismo y El APRA**. Santiago do Chile: Ediciones Ercilla, 1932.

HERNÁNDEZ, O. S. D'A. **Autonomía integradora y transformación social**: el desafío ético emancipatorio de la complejidad. La Habana: Publicaciones Acuario, 2005.

HOBBSBAWN, E. O novo sindicalismo em perspectiva. In: HOBBSBAWN, E. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORA da verdade em Betim. **Jornal dos Bairros**, n. 98, jan. 1981.

HORTA, C. R.- **As lutas operárias e o conhecimento**: a questão metodológica. Trabalho apresentado no X Encontro Anual da ANPOCS. Campos do Jordão, 1986a.

HORTA, C. R. Conhecimento, política e classe operária. **Revista do Departamento de História da UFMG**, Belo Horizonte, v. 1, n.2, p. 96-101, jun. 1986.

HORTA, C. R. Movimento operário: da fábrica ao bairro, das lutas ao conhecimento. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 5, 1986, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: ANPUH, 1986.

HORTA, C. R.; CARVALHO, R. A. A. **The union movement and vocational training in Brazil**. Geneva: International Labor Office, 1992.

HORTA, C. R. Trabalho, formação profissional e cidadania. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n 5, p. 130-143, jan./jul, 1999.

HORTA, C. R. Neoliberalismo nos começos do Século XXI: das conseqüências ideológico-comportamentais à construção de um novo sujeito social. In: HORTA, C. R.; COSTA, C.

(Org.). **Cenários, transformações, desafios e perspectivas no mundo do trabalho**. Manaus, EDUA, 2013.

HUMPHREY, J. **Fazendo o milagre controle capitalista e luta operaria na industria automobilistica**. Petrópolis: Vozes, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=310670>>. Acesso em: mar. 2014.

INSTITUTO DE RELAÇÕES DO TRABALHO. **Trajetoria do novo sindicalismo em Minas Gerais**: relatório de pesquisa. Belo Horizonte: IRT/PUC Minas, 1998. 206f.

JESUS, Antônio Tavares de. **Educação e hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. São Paulo: Cortez, 1989.

JESUS, Ronaldo Pereira de. Associativismo no Brasil no século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889) **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 144-170, 2007.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KOTSCHO, Ricardo. Prefácio. In: SAMPAIO, Antônio Possidônio. **Lula e a greve dos peões**. São Paulo: Editora Escrita, 1982.

KOWARICK, Lúcio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço público: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scripta, 1991.

LACERDA, David P. Experiência Associativa no Império: sociedades mutuais de trabalhadores livres na cidade do Rio de Janeiro (segunda metade do século XIX). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 13, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUH, 2008.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. São Paulo, Clacso, 2005.

LANZARDO, Liliana. Class consciousness and the Fiat workers of Turin since 1943. In: THOMPSON, Paul (Org.). **Our common history**. New Jersey: Humanities Press, 1982.

LE VEN, Michel M.; HORTA, C. R.; NEVES, M. A. **Processo de trabalho e transferência de tecnologia na indústria automobilística e de autopeças**: o caso da FIAT/MG. Belo Horizonte: Depto. de Ciência Política da UFMG, 1984.

LE VEN, Michel M. **Trabalho e democracia: a experiência dos metalúrgicos mineiros 1978-1984**. 1988. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

LE VEN, Michel M. Movimento operário e sindical, 1972-1985. In: POMPERMEYER, M. J. (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1987.

LE VEN, Michel. **As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte (1893-1914)**. 1977. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1977.

LEITE, Márcia de Paula. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.

LENIN, V. I. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

LENIN, V. I. Uma grande iniciativa. In: LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. Moscou: Editorial Progreso, 1961. t. 3.

LENIN, V.I. **Obras Escolhidas em três tomos**, Editorial "Avante!" - Edição dirigida por um colectivo composto por: José BARATA-MOURA, Eduardo CHITAS, Francisco MELO e Álvaro PINA, tomo III

LIMA, C.M. Capela Nova, Século XVIII - 1700. In: LIMA, C. M. **História de Betim**. Betim: Instituto Histórico IMPHIC, 2010. Disponível em: <<http://imphic.ning.com/group/histriadebetim/forum/topics/capela-nova-seculo-xviii>>.

LIMA, F. P. A.; VARELLA, C. V. S. Conexão de saberes sobre o trabalho e engenharia de produção. In: CUNHA, D. M. **Trabalho: minas de saberes e valores**. Belo Horizonte: NETE/FAE/UFMG, 2007.

LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Marco Zero, 1987.

LUGAR de mulher é só na cozinha? não, é também no portão da fábrica! **Jornal dos Bairros**, n. 98, jan. 1981.

LULA apóia Chapa 1. **Jornal dos Bairros**, n. 99, fev. 1981.

MANCE, Euclides André (org.). **Anampos – Relatório dos Encontros Nacionais (a concepção e o papel estratégicos do movimento sindical e popular – 1980 a 1989)**. [I Encontro – Documento de Monlevade, fev. 1980] Curitiba, CEFURIA, 1990.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Minerva, 1928.

MARONI, Amnéris. **A estratégia da recusa**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARONI, Amnéris. A fábrica: espaço de poder. **Desvios**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 30-52, ago. 1983.

MARQUES, Antônio José. (Coord.) **Nasce a CUT: embates na formação de uma central classista, independente e de luta**. São Paulo: CUT, 2007.

MARTINS, Ernesto. **Convocatória para o 1º Congresso da POLOP**. Rio de Janeiro: Centro Victor Meyer, 1960. Disponível em: <<http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/01/Convocat%C3%B3ria-do-Primeiro-Congresso.pdf>>.

MARX, K. **El capital: critica de la economia política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. Carta Circular a A. Bebel, W. Liebknecht, W. Bracke e outros, 18 de setembro de 1879. In: BARATA-MOURA, José et al. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1982. t. 3, p. 96-103.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Belo Horizonte: Liga Operária e Camponesa, 1998.

MENEGUELLO, Rachel. **PT A Formação de um Partido: 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

METALÚRGICOS de Betim retornam ao trabalho. **Jornal da República**, 06 out. 1979. p. 9

MESQUIDA, Peri. Paulo Freire e Antônio Gramsci: a filosofia da práxis na ação pedagógica e na educação de educadores. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 11, n. 43, p. 32-41, set. 2011. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3225/2857>>.

MIGNOLO, Walter D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Concentração de operários: Secretaria de Saúde e Assistência**, 1 de maio de 1968. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs/photo.php?numero=0250&imagem=507](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=0250&imagem=507)>.

MIRANDA, Nilmário. Contagem: a cidade operária símbolo. **Teoria e Debate**, 01 maio 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/mundo-do-trabalho/contagem-cidade-operaria-simbolo?page=full>>.

MORAES, C. S. V. et al. **Diagnóstico da formação profissional ramo metalúrgico**. São Paulo: Artchip Editora, 1999.

MORAIS, Nájila Maia de. Trabalhadores portuários da cidade de Fortaleza: entre o mutualismo e o sindicalismo 1929-1937. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 11, 2014, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFCE, 2014.



MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. História incorporada e identidade coletiva entre os trabalhadores aposentados da Companhia Siderúrgica Nacional. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; Pessanha, Elina Gonçalves da Fonte (Org.). **O trabalhador carioca**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

MULHERES discutem participação política junto com a família. **Jornal dos Bairros**, n. 101, abr. 1981. p. 6

MUNAKATA, KAZUMI. O lugar do movimento operário. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 43, jul./dez. 2010.

MUNIZ, Reynaldo Maia. **A estrutura sindical brasileira e a dinâmica do sindicalismo metalúrgico em Minas Gerais**. 1984. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, 1984.

NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando; BORGES, Márcio. O que foi feito de vera. In: NASCIMENTO, Milton. **Clube da Esquina 2**. Rio de Janeiro: EMI, 1978. 1 LP.

NEGRI, Toni. **Dall operaio massa all operaio sociale: intervista sull'operaismo**. Milano: Multhipla Edizioni, 1979.

NERY, Sebastião - **As dezesseis derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

NEVES, Magda de Almeida. Os Sindicatos de Metalúrgicos de Minas Gerais: desafios dos anos recentes. In SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos metalúrgicos no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania: as trabalhadoras de Contagem**. Petrópolis: Vozes, 1995.

NEVES, Magda de Almeida; FREITAS, Marina Mônica de. A Agenda Sindical Mineira nas últimas décadas: permanências e desafios. In: RODRIGUES, Iram Jácome. **O novo sindicalismo vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.101-138, jan./dez. 2004.

NIETHAMMER, L. Oral history as a channel of communication between workers and historians. In: THOMPSON P. (Org.). **Our common history**. New Jersey: Humanities Press, 1982.

NOMELINI, Paula Christina Bin. Mutualismo em Campinas no início do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 143-173, ago./dez. 2010.

NORMALIZADO o trabalho ontem na Fiat, Krupp e FMB em Betim. **Estado de Minas**, 31 out. 1979.

OLIVEIRA, Edgar Leite de. **Conflito social, memória e experiência: as greves dos metalúrgicos de Contagem em 1968**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2010.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O movimento operário em São Paulo – 1970-1985. In: SADER, Emir: **Movimentos sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, M. D. Conhecer para transformar: os operários italianos compõem uma sonata para os patrões. In: FREIRE, P. et al. **Vivendo e aprendendo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. A esquerda radical de osasco, movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971). **Projeto História**, São Paulo, São Paulo, v. 38, p. 275-284, jun. 2009.

OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos de. **O Grupo (de esquerda) de Osasco: movimento estudantil, sindicato e guerrilha (1966-1971)**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Wellington. **A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais: da UTE ao Sin-UTE**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

ORGANIZAÇÃO e resistência, as vitórias do movimento popular em 1981. **Jornal dos Bairros**, n. 109, dez. 1981

PAIVA, José Maria de. Comunidades Eclesiais de Base. In: POMPERMAYER, Malori J.; LEVEN, Michel Marie (Org.). **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1987.

PALLOIX, Christian, , O processo de trabalho do fordismo ao neofordismo. In: TRONTI, M. et al. **Processo de trabalho e estratégias de classe**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PALMAR, Aluizio. **Panfleto denunciando a morte de Manoel Fiel Filho na tortura**. Documentos Revelados, 15 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/panfleto-denunciando-a-morte-de-manoel-fiel-filho-na-tortura/>>.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1983.

PARANHOS, Kátia R. **Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971 -1972**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Resolução política: Sexto Congresso do Partido Comunista Brasileiro, dezembro de 1967. In: PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO . **Problemas políticos do movimento comunista e operário internacional**. Lisboa: Avante!, 1976.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. 167 p.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. União dos brasileiros para livrar o país da crise: da ditadura e da ameaça neocolonialista. (junho de 1966). In: REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A tese de Santo André-Lins**. Aprovada em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP). Disponível em: <[http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/atesedesantoandre-lins\\_0.pdf](http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/atesedesantoandre-lins_0.pdf)>. Acesso em: maio 2014.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. Belo Horizonte: política, classe operária e reformismo na nascente capital mineira. **Revista Perseu**, São Paulo, Ano 6, n. 8, p. 257-286, 2012.

PASSOS, Daniela Oliveira Ramos. O movimento operário em Belo Horizonte no início do século XX: formação espacial, ideologias, imigração e classe na nascente Capital mineira. **Revista de Imigração Italiana em Minas Gerais**. Disponível em: <[http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/movimento\\_operario.pdf](http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/movimento_operario.pdf)>. Acesso em: maio 2015.

PERROT, Michelle. **Jeunesse de la grève: France 1871-1890**. Paris: Éditions Du Seuil, 1984.

PESQUISA: você conhece seu sindicato? **Jornal dos Bairros**, n. 36, 19 fev./04 mar. 1978. p. 12.

PESSANHA, E. G. F. De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro. In: ABREU, A. R. P.; PESSANHA, E. G. F. **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro**. Nilópolis, 1994.

PINTO, Terezinha de Assis. **A história da construção de Betim: espaço geográfico construído por gente**. Betim: SEGRAC, 1997.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global**. Bogotá, Siglo Del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIRINO, T. R.; MEDEIROS, J. M. A nova industrialização mineira: a absorção de mão-de-obra. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 8-17, 1978.

RABELO, M. Aurora; GOMES, Nilcéa M. **Trabalho, conhecimento escola em regiões de pequena produção rural em Minas Gerais**. São Paulo: Cortez, 1984. (Cadernos CEDES, n. 11).

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RIBEIRO JUNIOR, J. C. N. **A festa do povo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. Por uma razão decolonial: Desafios ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan./abr. 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Debate no exílio: em busca de renovação. In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. v. 6, p. 291-339

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROUANET, S. P. **Imaginário e dominação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO, Antônio Possidônio. **Lula e a greve dos peões**. São Paulo: Editora Escrita, 1982.

SANTANA, Marco Aurélio, Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 279-309, out. 2008.

SANTIAGO, Maria Célia. **Clandestinidade e mobilização nas linhas de montagem**: a construção da greve dos metalúrgicos de 1985, em Manaus. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Amazônia, Manaus, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SANTOS, Geraldo Márcio Alves dos. Trabalho e Escrita: Culto, Cultivo e Cultura – Revista **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.19, n.3, p.73-85, set./dez.2010

SATRIANI, Luigi M. Lombardi. **Antropologia cultural e análise da cultura subalterna**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEMERARO, Giovanni. A concepção de trabalho em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte. v. 24, n.1. jan./abr. 2015.

SILVA JÚNIOR, Leôndidas Freire; MELO FILHO, Antônio. Cultura operária associativa: o centro proletário piauiense e os trabalhadores da primeira república no Piauí. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL, 6, 2012, Teresina. **Escritas da história**: ver, sentir, narrar. Teresina: UFPI, 2012.

SILVA, C. A. F. O saber operário e sua inventividade na fábrica. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 9-21, set./dez. 2010.

SILVA, Geraldo Magela da. **Associativismo e mutualismo**: contextualização. Disponível em: <<http://www.aspemrasil.org.br/site/-p=1259.htm>>. Acesso em: maio 2015.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO RIO DE JANEIRO. **A greve da FIAT de 42 dias**. Rio de Janeiro: Comando de Greve, 1981.

SINGER, P. **A formação da classe operária**. São Paulo: Atual Editora, 1985.

SIQUEIRA, Uassyr de. **Entre sindicatos, clubes e botequins**: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2008.

SOUZA, Dimas A.S. **O mito político no teatro anarquista brasileiro**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

SOUZA, Isabel R. O. Gómez de. **Trabalho e política**: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

STUART, Hall. Notas sobre la desconstrucción de lo popular. In: SAMUEL, Ralph. **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Ed. Crítica, 1984.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

TAYLOR, F. W. **Shop management**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1912.

TECELÃ critica seu sindicato. **Jornal dos Bairros**, n. 52, 30 set. /13 out. 1978. p. 15.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. **As mobilizações dos trabalhadores metalúrgicos baianos: 1985/1987**. Salvador: CRH, 1989. 34 p.

TELES, Vera da Silva. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

THIOLLENT, M. Notas para o debate pesquisa-ação. In: BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em cmum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Edilene. Imigrantes e operários de origem italiana em São Paulo e em Minas da Primeira República ao Estado Novo. **Revista da Imigração Italiana em Minas Gerais**. Disponível em: <[http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigrantes\\_operarios.pdf](http://www.ponteentreculturas.com.br/revista/imigrantes_operarios.pdf)>. Acesso em: maio 2015.

TRT decide dar aumento a grevistas. **Estado de Minas**, 29 out. 1978

UNIÃO dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista (junho de 1966). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 54-74.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 18, p. 99-113, 2004

WEFFORT, Francisco C. **Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, 1968**. São Paulo: CEBRAP, 1972. (Cadernos CEBRAP, n. 5).

## APÊNDICE

### APÊNDICE A - ENTREVISTA COM FORMADORES E/OU CONDUTORES – CAT

- 1 - a primeira coisa é o seguinte: você diz para a gente sua idade e a localidade onde você nasceu.
- 2 - A entrevista tem um caráter de memória mesmo não é? Então, eu queria que você primeiro descrevesse o tipo de vivência que levou você e o pessoal aqui do CAT no início dessa experiência.
- 3 - O que você viveu, o que você aprendeu, o que te levou a essa experiência, o que te levou a esse encontro com a turma aqui e tal.
- 4 - Você tinha tido antes alguma educação religiosa, algum tipo de preocupação ou de organização ligada à Igreja, grupo de jovens, qualquer coisa assim, não?
- 5 - Você então morou sempre nesta cidade? Em outra, quantos anos?
- 6 - E aí você trabalhou lá apenas politicamente, ou trabalhou também em termos concretos.
- 7 - Bom, e aí em seguida como é que foi essa sucessão de acontecimentos na sua vida que te trouxe finalmente a esse tipo de contato com o pessoal do CAT aqui?
- 8 - Nessa época você era militante de partido?
- 9 - Tinha contato com a pastoral operária de Betim?
- 10 - Você chegou a essa experiência já iniciada?
- 11 - Você já sabia que se tratava de uma experiência ligada também à formação de quadros?
- 12 - Para você, a coisa já estava associada com o projeto político ao sair da fábrica?
- 13 - E isso fazia parte das discussões de vocês nos grupos, tipo pessoal, enfim, da pastoral? Do pessoal do mutirão? Já estava presente nos debates?
- 14 - Onde é que se colocava esse tipo de necessidade, de constatação de que era necessária uma formação não apenas profissional, onde é que entrava esse tipo de conversa aí? Quando você estava na FIAT (ou outra fábrica), por exemplo?
- 15 - Não se afastar da produção é importante no caso, para manter atualizado, não é?
- 16 - A sua experiência de trabalho operário foi só nessa empresa?
- 17 - Lá você fazia o quê?
- 18 - Você trabalhava com o (outro formador, que participou do início da experiência) nessa época ou depois?

- 19 - Na época você tinha já algum diálogo político com eles?
- 20 - Já conhecia todo mundo, então?
- 21 - Na Fiat você teve também um trabalho, contrato, carteira assinada e tudo? Mais o quê, que você fez em termos de experiência profissional?
- 22 - Você conheceu, assim de cotidiano, você conheceu uma fábrica só?
- 23 - E como é que você via as relações de poder nessa fábrica? Quando você a conheceu, lá, como é que você via isso? Muito autoritarismo, pouco, boas relações?
- 24 - Você via assim nos outros grupos, nos outros setores, sessões da fábrica, algum problema sobre as decisões, de como trabalhar, como dividir o pessoal na própria fábrica?
- 25 - Você, na Fiat, viveu alguma satisfação de produzir conhecimento novo? Na manutenção costuma ser possível isso, não é?
- 26 - Você chegou a produzir... produzir inovações, descobrir soluções mais rápidas, mais adequadas para os problemas da produção?
- 27 - Na relação que você viveu com as chefias, sub-chefe, encarregado, essa coisa, você sentiu alguma coisa, aprendeu alguma coisa que pudesse ser aproveitada aqui no CAT? A forma de se relacionar com as chefias, com os sub-chefes?
- 28 - Era uma seção grande, você tinha muitos companheiros nesse trabalho? Era uma equipe?
- 29 - Essa parte de relações humanas, maneira de se relacionar com o chefe, encarregado, com o companheiro, isso para você serviu para alguma coisa assim em termos do CAT?
- 30 - Os alunos aqui recebem um treinamento para um tipo determinado de relação com o chefe, com o encarregado? Vocês discutem com eles, para... quando o chefe chegar pra você e exigir isso, você faz assim ou assado, tem a previsão de alguma coisa da relação com o poder da fábrica?
- 31 - Na Fiat, como é que era o seu relacionamento com os chefes imediatos? Com o pessoal do planejamento, com os engenheiros e tal? Como é que era isso?
- 32 - Você tem notícias, informações nas reuniões sobre o trabalho de educação, de formação do CAT, não é? Então, na medida em que você vê aí a conversa das pessoas também, você sabe assim se a produção da escola favoreceu, assim, algum tipo de técnica nova, o surgimento de uma técnica nova no trabalho industrial?
- 33 - Sobre a atividade mesmo da escola, enquanto produção e enquanto formação, o que você souber dizer a respeito disso, você diz, que a gente vai completar com a informação das outras pessoas, agora. É, nas atividades de instrução, como é que são as relações de poder, toda atividade de instrução envolve relações de poder, como é que é isso, a informação que você tem, como é que você vê essa questão, aqui no CAT?



34 - Os alunos, eles tem direito de praticar alguma coisa nova, que eles imaginam aí no trabalho, é... inovação que eles próprios sugerem, eles tem direito de fazer isso? Você tem algum caso exemplo disso aí?

35 – Você conhece a outra escola. Na escola do Lindéia, você acha que eles conseguiram implantar esse tipo de aprendizagem?

36 - Os alunos aqui fizeram alguma reivindicação, eles se organizaram para reclamar ou pedir alguma coisa?

37 - Tem quantos alunos e quantos professores na escola do CAT atualmente?

38 - E professores? Instrutores?

39 - Existe muito espírito competitivo entre os alunos? Você sabe?

40 - Quando você trabalhou na fábrica, havia muita competição entre você e os colegas de trabalho?

41 - Além do curso que você fez do SENAI, da escola da Fiat, você frequentou algum outro de formação profissional? Para trabalho industrial?

42 - Bem, esta questão agora é em cima da relação que se possa estabelecer entre o CAT e a luta política de forma geral, então... se você vê como um tipo de luta, a experiência que o CAT desenvolve.

43- Você acha que poderia ter havido alguma mudança em relação ao projeto inicial? Quanto a esta questão política?

44 - Você acha então que houve uma... diferença do momento assim, com a produção quer dizer: preocupar-se com a produção foi alguma coisa que veio depois? Foi vindo aos poucos?

45 - Para você que trabalha na educação, tem um propósito ligado a isso, é...a separação entre trabalho manual, trabalho intelectual, ela é politicamente importante? Essa separação tem na fábrica? E você trabalhando na educação, você acha que em termos pedagógicos...é importante considerar isso, existe a separação de trabalho intelectual do trabalho manual, não é? Ela está envolvida na forma que se apresenta no processo de trabalho nas fábricas, tá? Então, é importante isso, quer dizer, produção e planejamento, dá para integrar positivamente os dois tipos, o sentido dessa separação deles qual que seria, eu queria que você falasse um pouco sobre isso.

46 - Outra coisa, vai parecendo um pouco com uma questão anterior, mas já em vista dessa última questão também. Porque fazer uma escola de produção?

47 - Como você vê a opção pedagógica do CAT. A forma de ensinar associada com o projeto político, como você vê isso?

48 - Você acha que outras escolas do tipo do CAT já teriam avançado para esse tipo de preocupação pedagógica diferenciada e tal?

49 - Como é que se organiza o CAT hoje administrativamente?

50 - quem é o diretor? O presidente...o tesoureiro...

51 - Quantas pessoas estão hoje atuando como diretoria, se está correspondendo ao previsto em estatuto, se a coisa está levando como previsto.

52 - No momento quem assina pelo CAT? Qualquer pessoa da diretoria?

53 - No momento...presidente é....

54 - Na sua opinião, experiências como a do CAT, favorecem o crescimento do poder dos operários? Crescimento do poder dos operários.

55 - Você acha que favoreceu o crescimento do poder então? Também dando maior estabilidade, maior possibilidade de confronto como os técnicos, de liderança, questionamento da gerência, coisas nessa direção?

56 - Bom, qual o papel e peso da igreja nessa experiência?

57 -Qual o papel de outras instituições nessa experiência? O papel de outras instituições, como sindicatos, partidos, grupos organizados, centrais sindicais, como é a presença dessas outras instituições na experiência ?

58 - Centrais sindicais no caso, a CUT talvez?

59 – E o GEFASI, a relação dele com o CAT?

60 - O CAT já assinou ou vai assinar algum convênio com a escola sindical?

61 - Qual o grau de divulgação da experiência entre os bairros operários da região?

62 - Quem é que faz as indicações para os alunos? No caso. Quem que diz para esse pessoal procurar o CAT?

63 - Como é o relacionamento com a população adjacente, comunidade local ali.

64 – E repercussão junto às indústrias?

65 – Qual o comprador mais antigo?

66 – Dos que começaram a comprar no início, qual permanece comprando há mais tempo?

67 - Há quantos operários produzindo no CAT agora?

68 - Desses, quantos são ex-alunos e quantos não ex-alunos?

69 - Onde têm ido trabalhar os ex-alunos?

70 - Eles pagam para estudar no CAT?

71 – A produção sustenta o curso?

72 - Como você diferencia essa experiência do CAT e a escola de produção do Bairro Lindéia? Produção por exemplo.

73 - Você sabe a respeito de outras experiências como essa no Brasil, essa escola de produção, quantas têm? Onde?

74 - Vocês não têm nem correspondência com essas outras escolas... ou com outros centros?

75 - E de auto-gestão? Que experiências você sabe?

76 - Na sua opinião, existe a possibilidade de com essas experiências vocês estarem informado e reforçando práticas capitalistas por exemplo: através da sua entrada no mercado, competição com empresas, ou mesmo ocasionando a dispensa nas fábricas que podiam produzir essas peças que se produzem no CAT?

77 - O que você aprendeu com essa experiência. Em termos mais gerais e resumidamente. O que você aprendeu com essa experiência politicamente.

78 - E os erros principais que você identifica nessa experiência. Quais são?

79 – Qual o maior problema que você identifica na experiência?

80 – E o futuro? Você está otimista? Acha que essa experiência vai sobreviver?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNO E EX-ALUNO DO CAT**

- 1 - Você nasceu onde?
- 2 - Qual a sua idade, atual?
- 3 – Quantos irmãos?
- 4 – Como e onde você começou a trabalhar?
- 5 - Quando veio para cá, tinha quantos anos?
- 6 - Sempre morando por aqui?
- 7 - Atualmente você mora onde?
- 8 - Aqui no bairro, não é? Sei... Bom, então, você só trabalhou nessa região, também?
- 9 - E em quais oficinas você trabalhou? Alguma fábrica, alguma oficina? Você podia me dar o nome?
- 10 – Por quanto tempo trabalhou lá?
- 11 - Como é que você ficou sabendo que existe o CAT?
- 12 - Amigos que estudavam aqui?
- 13 - Você conhece alguma outra escola, parecida com o CAT, algum outro lugar que dá esses cursos, assim?
- 14 - O que você fazia seu trabalho? Que tipo de trabalho você tinha lá?
- 15 - Você já participou de alguma greve na sua vida?
- 16 - Já assistiu alguma?
- 17 - Você tinha uma boa relação com os chefes lá, encarregados?
- 18 - Em quanto tempo...você fez curso aqui, no CAT? Durante quanto tempo?
- 19 - Você fez cursos aqui, de quê? De torneiro?
- 20 - Durante o curso, você lembra de você inventando alguma coisa para facilitar o seu trabalho?
- 21 - E, no momento de desenhar, de desenhar algum projeto, alguma peça, que você ia cortar...

22 - E, com os companheiros, que também estavam estudando aí, como é que era? Você se dava bem, com eles?

23 - Quanto tempo durou seu curso? No total?

24 - Mas, no geral, você ficou mais...

25 - E, logo em seguida, você começou a trabalhar para a produção do CAT, mesmo, ou passou um tempo sem...

26 - Aí, você foi para essa oficina? Oficina de que?

27 - Aqui, no bairro?

28 - Você esta aqui, há quanto tempo?

29 - Você mora aqui no bairro, não é? O pessoal sabe da existência do CAT?

30 - E, como é que é a imagem do CAT, para esse pessoal do bairro? Como é que o povo da região vê o CAT?

31 - E a prova para entrar, é difícil?

31 - O pessoal fica revoltado de não passar, como é que é isso?

33 - O sujeito que não passa, como é que ele vê esta dificuldade dele? Ele acha que é uma dificuldade que o CAT cria para ele ou o quê?

34 - Tem associação de moradores, aí, onde você mora? Você participa?

35 - Você vai entrar para o Sindicato?

36 - Você acha que ele é bom por quê?

37 - Você participa de alguma Igreja?

38 - De qual?

39 - Você frequenta?

40 - Você acha que o CAT, com os cursos que dá aqui, ele aumenta o poder do operário, da classe trabalhadora?

41 - De que jeito?

42 - A sua família, lá no interior, trabalha com o quê?

43 - Em roça, não é? Então, era fora da cidade?

44 - Seu pai é vivo ainda?

45 - Ele mexia com roça, também?

46 - E, aqui no CAT, no período que você estudou aqui. Quer dizer, no período que você esteve aqui, como aluno, foi de dois ou três anos que você falou?

47 - Nesse período, você fez muitas amizades? E você achou que teve muita competição também? Entre você e os colegas?

48 - Na sua opinião, quais os maiores problemas, as maiores dificuldades do CAT?

49 - O que você acha que poderia ter, para ficar melhor?

50 - Você acha que aprender é no trabalho, mesmo?

51 - Você acha que você mudou muito, com a sua passagem, pelo CAT? Como pessoa, assim, o jeito de ser? O jeito de ver a vida?

52 - Você acha que na amizade com as pessoas, houve alguma coisa, melhorou alguma coisa, para você?

53 - E você, antes de entrar para o CAT, e depois de passar pelo CAT, você estava mais atento, menos atento à situação do povo, à situação do país? Você mudou alguma coisa nisso? Você passou a pensar um pouco nisso, você mudou ou não? Você, hoje, como é que você vê isso?

54 - Você vai se filiar ou já se filiou ao sindicato?

55 - E partido, você, por acaso, já entrou para algum partido? Do tipo PT? Alguma coisa assim?

56 - Você acha que mudou a sua relação com as pessoas, você acha que você passou a ser diferente com as pessoas, depois do CAT? Ou antes? Era a mesma coisa? Ou ficou a mesma coisa de antes?

57 - Você, como aluno aqui, você já reuniu com os outros colegas para fazer algum pedido, alguma reivindicação, para modificar alguma coisa do CAT? Vocês já pediram alguma coisa juntos, assim?

58 - Os instrutores aqui, você acha que eles são democráticos? Eles são atenciosos com o pessoal, você acha que eles dão um certo tempo, de atenção, mesma coisa, fora de aula?

59 - Você, como aluno, você inventou alguma coisa nas aulas? Também assim, fora a questão do desenho. No torneamento de uma peça? Um jeito diferente de usinar uma peça, você?

60 - Você acha que o ensino aqui do CAT, ajuda a aprender a inventar?

61 - O que você gostava mais nas aulas do CAT?

52 - Desenho? E você faz algum outro tipo de coisa, fora esse tipo de desenhos, gosta de pintar? De desenhar coisas que não têm a ver com o trabalho?

53 - E música? Você toca algum instrumento? Você mexe com alguma coisa de música?

54 - Na sua opinião, qual é a importância do CAT, para a classe trabalhadora? E se você acha que esse tipo de experiência que tem no CAT deve crescer? Deve ficar restrito a um pequeno número? Como é que é isso para você? Eu te perguntei assim: a importância do CAT para a classe trabalhadora, você acha que é uma experiência que tem que crescer mais, que tem que espalhar, que tem que ficar restrita, ou você acha que para a classe trabalhadora isso não faz diferença. Você acha que melhora, que não melhora, como é que é isso...para você?

55 - Essa oficina que você trabalhou, você ficou lá quanto tempo?

56 - E lá, você fazia serviço de torno. Que tipo de peça você fazia lá?

57 - E isso era vendido, para quem?

58 - E você saiu por quê?

59 - Você notava, lá no trabalho, você notava a diferença entre você e os companheiros que não tinham passado pelo CAT? Ou todo o mundo tinha passado pelo CAT?

60 - Assim, de saber trabalhar, você achava alguma diferença? Competência no trabalho, saber mesmo.

61 - Você gostaria de trabalhar numa fábrica grande?

62 - Você preferiria o trabalho industrial, mesmo? Ou você gostaria de ensinar a trabalhar, por exemplo?

63 - Precisaria de mais alguns anos de experiência? Você acha que, no futuro, você preferiria ser instrutor, também? Assim numa escola, como essa? Você tem certeza disso? Ou você acha?

64 - Você tem certeza que prefere isso, ou você prefere ir para uma fábrica, seguindo carreira?

65 - Sua turma aqui tinha quantos colegas, no total? Você lembra?

66 - Você achava esse número bom, ou você achava que um número menor facilitava a aprendizagem? Ou podia ser um número maior, ainda? Na sua opinião, o que você achava?

67 - Você acha que o número maior seria melhor? Por quê?

68 - Você acha que o próprio companheirismo faz melhor as coisas?

69 - Então você preferia ter tido uma turma maior?

70 - Você conhece a escola do Lindéia?

71 - Já ouviu falar?

72 - Você conhece o pessoal que trabalha, ou que trabalhou lá?

73 - Você está trabalhando aqui, neste momento, não é? Você tem quantos colegas...no trabalho?

74 - No conjunto, são quantos, da oficina do CAT, que trabalham com você?

75 - Mandrilhador, tem algum?

76 - Eletricista? Que outra especialidade tem, aqui na oficina?

77 - Tem quantos fresadores?

78 - Você acha que o tempo de trabalho aqui; você acha que é pesado? A jornada de trabalho é pesada?

79 - É de quantas horas?

80 - Eles passam o desenho para você? Para você usinar a peça, ou tem outro? Como é mesmo o processo do trabalho?

81 - Você acha que é importante, o pessoal se organizar, se sindicalizar sempre? Você acha que o sindicato, representa os trabalhadores, fortalece eles, ou você acha que não precisa ter?

82 - Do jeito que existe, você acha que está satisfatório, ou você acha que podia melhorar em quê? Eu sei que você falou que conhece pouco de sindicato, mas você acha que o sindicato poderia ter chegado mais perto de você, antes? De alguma maneira? Enfim, podia ter te apresentado antes, essa coisa? O que mais, o sindicato devia fazer, na sua opinião? Você tem alguma idéia disso?

83 - Como é que você acha que isso pode ser feito?

84 - Então você acha que as pessoas devem comparecer mais.

85 - Como é que você acha que deveria ser um governo para melhorar a vida da classe trabalhadora. Que tipo de gente, deveria estar nesse governo, na sua opinião?



**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MORADORES DO BAIRRO  
ONDE FICA A ESCOLA DO CAT**

- 1 – Quando você veio morar no bairro?
- 2 – Quais os problemas que encontrou?
- 3 – Há problema com falta de água?
- 4 – O saneamento, rede de esgotos, funciona?
- 5 – As condições dos terrenos, das ruas, problemas com época de chuva?
- 6 – Tem associação de moradores?
- 7 – Alguma outra organização dos moradores, clube de mães, ou outras?
- 8 – Iluminação pública, eletricidade para as casas, tudo funciona?
- 9 – Acesso a telefones públicos?
- 10 – Facilidade de chegar ou sair do bairro?
- 11 – Transporte público em boas condições?
- 12 – Coleta de lixo?
- 13 – Atendimento à saúde: há posto médico? Funciona?
- 14 – Quantas escolas existem no bairro?
- 15 – Há crianças sem escola?
- 16 – Há curso profissionalizante?
- 17 – Conhece a Escola do CAT? O que você já ouviu falar dessa escola? Você conhece alguém que trabalha lá? Você conhece alguém que estuda ou estudou lá no CAT? Sabe contar um pouco da história da escola?
- 18 – Há uma relação da Igreja com os problemas da comunidade? A igreja participa?
- 19 – Problemas de violência?
- 20 – Existe trabalho para todos? Há muitos desempregados no bairro?
- 21 – Você trabalha ou trabalhou em alguma indústria da região?
- 22 – Você se lembra das greves que aconteceram aqui na região há mais ou menos dez anos? Você participou?
- 23 – Você tem algum parente, amigo ou vizinho que participou das greves?
- 24 – Durante a greve, os moradores do bairro fizeram alguma atividade para ajudar os grevistas? Tinha reunião dos moradores ou da associação sobre a greve?
- 25 – Você gosta de morar nesse bairro?